

História e Cultura

Dossiê:

Os primeiros passos
dos escritos em línguas
vernáculas na Idade Média



Revista História e Cultura - v.5, n.1, mar. 2016.
Dossiê “Os primeiros passos dos escritos em línguas vernáculas na Idade Média.”

DOI: <http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v5i1>

Sumário

EDITORIAL

[EDITORIAL](#)

Janaína Helfenstein, Marina Rodrigues Tonon, Mayara Brandão Venturini, Thiago Augusto Modesto Rudi, Renan Branco Ruiz

1

[APRESENTAÇÃO](#)

Leandro Alves Teodoro, Letícia Gonçalves Alfeu de Almeida

2-4

ARTIGOS - DOSSIÊ

[NUOVE E STRANE E MERAVIGLIOSE COSE: AS ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS DE LEITURA DAS TRADUÇÕES DO RELATIO DE ODORICO DE PORDENONE \(1330\)](#)

Fernando Ponzi Ferrari

5-30

[TEXTOS E IMAGENS DO MUNDO MEDIEVAL: AS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS ENTRE AS LÍNGUAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS \(SÉCULOS VIII-XVI\)](#)

Thiago José Borges

31-55

[EM DEFESA DA MONARQUIA IMPERIAL: DANTE ALIGHIERI E SUA LINGUAGEM POLÍTICA CONTRA O PODER DO PAPADO MEDIEVAL](#)

Jorge Vinícius Monteiro Vianna

56-72

[SOBRE MATADORES DE DRAGÕES: ALUSÕES POÉTICAS AO HEROI SIGURÐR FÁFNISBANI E AO ARCANJO MIGUEL NA POESIA ESCANDINAVA DO SÉCULO XI](#)

Renan Marques Birro

73-92

[A TRADIÇÃO CLÁSSICA E O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA VERNACULAR NA EARLY CHRISTIAN IRELAND: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATÉRIA TROIANA E A TOGAIL TROÍ](#)

DOMINIQUE VIEIRA COELHO DOS SANTOS

93-110

[CULTURA CLÁSSICA E LITERATURA VERNACULAR NO SÉCULO XV EM CASTELA E PORTUGAL](#)

Ricardo Hiroyuki Shibata

111-128

[A LIVRARIA DE D. DUARTE \(1433-1438\) E SEUS LIVROS EM LINGUAGEM](#)

Carolina Chaves Ferro

129-149

[A LITERATURA DEVOCIONAL EM LÍNGUA VERNÁCULA E A REFORMA DOS CUIDADOS COM OS ENFERMOS NO PORTUGAL TARDO-MEDIEVAL: A CARIDADE, A ASSISTÊNCIA E A MISERICÓRDIA.](#) 150-169
André Costa Acirole da Silva

[A ESCRITA DE UM FEITO INGLÓRIO: O CERCO PORTUGUÊS A TÂNGER, EM 1437.](#) 170-187
Kátia Brasilino Michelan

ARTIGOS - LIVRES

[POSSÍVEIS FONTES DA ESTRATÉGIA DIDÁTICA DE BETTI KATZENSTEIN](#) 188-207
Claudia Roberta Borsato, Marcus Vinicius da Cunha

[A ATIVIDADE DA PESCA E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA PESCA NO BRASIL NAS PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS DA SILVA SANTOS](#) 208-233
Arilson dos Santos Gomes

[RAFAEL BARRETT: UM ANARQUISTA NO CORAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL](#) 234-252
Fábio Luiz Arruda Herrig

[MAIORA TIBI TRIUNFO DINÁSTICO DE FELIPE II NA ALEGORIA DA BATALHA DE LEPANTO \(C. 1573-1575\), DE TICIANO VECELLIO](#) 253-280
Rivadavia Padilha Vieira Júnior

[O MILAGRE POLÍTICO NOS TEMPOS DO DESPERTAR DO GIGANTE: A “DITABRANDA” LUSO-BRASILEIRA EM QUESTÃO](#) 304-328
Fábio de Godoy Del Picchia Zanoni

[PERFILAMENTO HISTÓRICO DA ORDEM ECONÔMICA DO BRASIL \(1889/-\) RETRATADA NAS CARTAS CONSTITUCIONAIS](#) 329-334
Thiago Lopes Matsushita

RESENHAS

[SÁNCHEZ, Ana González. Alfonso X el mago. Madri: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2015. 206 p.](#) 329-334
Simone Ferreira Gomes de Almeida

[GROSSI, Paolo. A ordem jurídica medieval. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 344 p.](#) 335-340
Thiago Henrique Alvarado

[DARNTON, Robert. Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII. 1ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.](#) 341-347
Evander Ruthieri S. da Silva

EDITORIAL HISTÓRIA E CULTURA, V.5, N.1.

É com imenso prazer que apresentamos o primeiro número da **Revista História e Cultura** de 2016. Motivados, desde 2012, pelo reconhecimento da organização do espaço editorial por mestrandos e doutorandos atentos à atualidade e multiplicidade do saber histórico, damos continuidade a este periódico que visa reunir autores e leitores dos mais diversos níveis de formação em História e em áreas afins.

Com estes intuitos, abre-se o presente número com “*Os primeiros passos dos escritos em línguas vernáculas na Idade Média*”, instigante dossiê organizado e apresentado pelo Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro (UNESP-Franca) e pela Prof.^a M^a. Leticia Gonçalves Alfeu de Almeida (UNESP-Franca).

Em seguida, na Seção de Artigos Livres, um conjunto formado por artigos e por uma resenha confirma o nosso compromisso com as múltiplas possibilidades e potencialidades das pesquisas históricas na abordagem de temas, fontes e períodos diversos e, simultaneamente, relacionados às preocupações dos historiadores em nosso presente.

Este número fortalece ainda um dos caracteres fundadores da **Revista História e Cultura** ao anunciar a mudança de seu corpo editorial realizada através do ingresso de novos discentes, todos estes mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Ótima leitura a todos/as!

Os editores.

DOSSIÊ “OS PRIMEIROS PASSOS DOS ESCRITOS EM LÍNGUAS VERNÁCULAS NA IDADE MÉDIA”

Organizadores:

Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro*

Profa. Ma. Letícia Gonçalves Alfeu de Almeida**

Em 1400, o teólogo da universidade de Paris, Jean Gerson, na obra *La Montaigne de contemplation*, tomava a iniciativa de escrever em vernáculo para aconselhar as gentes simples sobre os exercícios introspectivos de devoção, considerando que alguns clérigos poderiam se espantar com o fato de ele escrever em francês sobre uma matéria considerada, na época, elevada e complexa, digna apenas de ser tratada em latim. Contudo, sua escolha pelo vernáculo, como ele mesmo confessa, não foi despropositada, já que visava facilitar a divulgação do conteúdo da obra para um público mais vasto, isto é, pessoas menos instruídas e que não falavam outra língua que não fosse o francês. Ponto de vista semelhante é o de Álvaro da Mota, religioso português que, no século XV, ao traduzir do latim para o vernáculo a *Vida de D. Telo*, diz fazê-lo para que um número maior de fiéis tivesse contato com os ensinamentos contidos nessa hagiografia. A despeito da distância geográfica que separava esses dois eclesiásticos, ambos apontavam, do mesmo modo, o escrito em vernáculo como ferramenta chave para disseminar o conhecimento cristão.

Desde o século VIII, os concílios exortavam os padres a pregarem em língua vulgar. Posteriormente, por volta do século XIII, a pregação em língua vernacula aos poucos invadiu o terreno da escrita, os sermões passaram, então, a ser compostos e conservados nessas línguas, formando assim um material de leitura de natureza religiosa e edificante voltado para clérigos, mas visando igualmente a correção dos laicos. Se, nesse época, tais escritos começaram a ganhar fôlego, foi nos séculos XIV e XV que se multiplicaram e se tornaram mais difundidos. Essa ampliação da escrita vernacula não se restringiu, entretanto, ao domínio religioso, mas também se estendeu à produção de escritos laicais, como textos administrativos das cortes, tratados médicos, obras

* Pós-dourando em história pela UNESP/campus Franca, bolsista FAPESP/CAPES e professor do programa de pós-graduação em História dessa mesma instituição. Membro do projeto “Temático escritos sobre os Novos Mundos”, financiado pela FAPESP.

** Doutoranda em história pela UNESP/campus Franca, bolsista CNPQ. Membro do projeto “Temático escritos sobre os Novos Mundos”, financiado pela FAPESP.

jurídicas, crônicas e romances de cavalaria. Nas terras latinas e em outros cantos da cristandade, se o poder eclesiástico apostou no vernáculo como veículo catequético, o poder temporal, por sua vez, o utilizou, tanto para promover regras no âmbito da corte, quanto para dinamizar o sistema administrativo da coroa. Mais precisamente, de um lado, eclesiásticos tornaram os manuais em vernáculo um dos instrumentos indispensáveis da política de pregação; do outro, leigos eruditos passaram a adotar o vulgar para textualizar o mundo, redigir história dos reinos, leis, relatos de viagens e conselhos para os nobres.

Abrindo o dossiê, o artigo de Fernando Ferrari, *Nuove e strane e Meravigliose cose: As alterações nas práticas de leitura das traduções do Relatio de Odorico de Pordenone (1330)* reflete sobre a circulação da obra deste viajante franciscano em diferentes lugares, como no norte da Península Itálica, Reino da França e das Ilhas Britânicas. Na sequência, o autor Thiago Borges explora como os mapas foram enriquecidos com explicações redigidas em vernáculo no estudo *Textos e imagens do mundo medieval: as representações cartográficas entre as línguas clássicas e vernáculas (séculos VIII-XVI)*. Logo depois, é a vez de Jorge Vianna analisar, no trabalho *Em defesa da monarquia imperial: Dante Alighieri e sua linguagem política contra o poder do papado medieval*, o papel do vernáculo como instrumento de legitimação do poder monárquico na Península Itálica central. Continuando, Renan Birro reflete sobre a relação entre a poética vernácula e a absorção da fé cristã, no trabalho *Sobre matadores de dragões: alusões poéticas ao herói Sigurdr Fáfnisbani e ao arcanjo Miguel na poesia escandinava do século XI*. Outro autor a compor esta série é Dominique dos Santos que, no artigo *A tradição Clássica e o desenvolvimento da escrita Vernacular na Early Christian Irland: algumas considerações sobre a matéria troiana e a Togail Troí*, explora as heranças legadas pela Antiguidade na Irlanda medieval.

Além de trabalhos voltados para o mundo nórdico ou terras além-Pirineus, este dossiê apresenta um conjunto de estudos que abordam o universo dos escritos em vernáculo na Península Ibérica. O primeiro desses textos é do autor Ricardo Shibata que, no artigo *Cultura Clássica e literatura vernacular no século XV em Castela e Portugal*, discute as traduções, no ambiente das cortes régias, de obras da Antiguidade para o português e castelhano. Dando sequência, Carolina Ferro, no estudo *A livraria de D. Duarte (1433-1438) e seus livros em linguagem*, explora os esforços desse governante para a escrita no universo dos reis de Avis. Em seguida, André Silva, no trabalho *A literatura devocional em língua vernácula e a reforma dos cuidados com os*

enfermos no Portugal tardo-medieval: a caridade, a assistência e a misericórdia, analisa em que medida os escritos em vernáculo contribuíram para a promoção das práticas de assistência aos enfermos. Por fim, a autora Kátia Michelan aborda, no estudo *A escrita de um feito inglório: o cerco português a Tânger, em 1437*, as diferentes narrativas que reportavam as expedições bélicas portuguesas no Norte da África.

A partir do papel político e social que os escritos em língua vernácula alcançaram em diferentes cantos europeus entre os séculos XII e XVI, o presente dossiê visa, desse modo, interrogar os usos desses materiais na construção e transmissão de saberes, na dispersão da fé e na consolidação dos reinos cristãos.

NUOVE E STRANE E MERAVIGLIOSE COSE: AS ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS DE LEITURA DAS TRADUÇÕES DO RELATIO DE ODORICO DE PORDENONE (1330)

NUOVE E STRANE E MERAVIGLIOSE COSE: CHANGES IN THE READING PRACTICES IN THE TRANSLATIONS OF RELATIO, BY ODORIC OF PORDENONE (1330)

Fernando Ponzi FERRARI*

Resumo: A tradução de obras em latim para idiomas vernáculos criou a possibilidade de expandir o número de leitores e patrocinou mudanças nas formas de assimilação dos textos. Este artigo pretende investigar como essas mudanças ocorreram tomando como base o estudo do *Relatio* (1330), um texto de viagem baseado no relato oral do franciscano Odorico de Pordenone em sua jornada ao Extremo Oriente. A partir das cópias em latim e suas traduções dos séculos XIV e XV, buscamos as conclusões, conexões e opiniões dos leitores do norte da Península Itálica, Reino da França e das Ilhas Britânicas. Para tanto, avaliaremos a materialidade das fontes em seu aporte físico, paratextos, interferências escriturais, sinais de manuseio e marcas de propriedade que apontem diferenças no processo de assimilação dos livros em diferentes comunidades de leitores.

Palavras-chave: História da leitura medieval; narrativas de viagem; comunidades de leitores; paratextos; codicologia.

Abstract: The translation of Latin works to vernacular languages created the possibility to expand the readership and change in the forms of assimilation of these writings. This article intends to find out how these changes have occurred based on the case study of the *Relatio* (1330), a travel narrative of the Franciscan friar Odoric of Pordenone to the Far East. Drawing on Latin and translated copies written between the 14th and 15th centuries in the north of the Italian Peninsula, Kingdom of France and the British Isles, we seek the conclusions, connections and opinions of these readers in their reading process. To do so, we will assess the materiality of the sources physical constitution, paratexts, copyist interference, handling marks and trademarks that point to differences in the assimilation of books in different communities of readers.

Keywords: History of medieval reading; travel narratives; communities of readers; paratexts; codicology.

* Doutorando pelo programa de Pós-graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: fernando.ponzi@gmail.com

A popularização dos idiomas vernáculos nos escritos dos séculos finais da Idade Média foi, em grande parte, o resultado de um esforço em divulgar determinadas obras para um público leitor que cada vez mais escapava aos ambientes eclesiásticos, acadêmicos ou burocráticos. Uma vez libertas das contingências de assimilação específicas a um determinado círculo, a gama de interpretações e a relevância de certos tópicos tratados nestes registros passaram por grandes variações, que, por vezes, recebiam a temática elaborada de forma muito diversa da intenção original de seus compositores, patrocinando inclusive a alteração dos textos originais com base nas interpretações dos copistas.

O presente artigo pretende explorar as metamorfoses no conteúdo e as variações na assimilação de um texto composto originalmente em latim nas Ilhas Britânicas, porção francófona da Europa continental e norte da Península Itálica, durante os séculos XIV e XV. Especificamente, acompanharemos como o *Relatio* do franciscano Odorico de Pordenone passou de um relato de viagem elaborado com intenções de popularizar elementos da Ordem dos Frades Menores para um guia comercial e compêndio de maravilhas, comparando como as traduções abarcaram diferentes círculos de leitores e processos de interiorização dos textos diversos daqueles previstos pelos compositores originais das obras.

Buscaremos os indícios destas transformações nas práticas de leitura analisando as diferentes formas de apreensão do texto. Procurando evitar uma ambição totalizante do resgate das práticas de leituras¹, propomos um exame material² das cópias da narrativa do franciscano com base em sua distribuição, especificidade física (nas formas com que foram encadernados com outros textos, qualidade das ilustrações e decorações, tipo de material utilizado), marcas de manuseamento (tais como manchas de gordura das mãos na lateral das páginas ou fragilidade em sua encadernação) e dos paratextos inseridos por seus leitores e copistas³. Tais informações nos indicam o ambiente em que estas cópias foram lidas, o quanto foram manuseadas, os interesses que despertaram e as conexões que operam ao relacionar esta obra com outras em suas encadernações e anotações.

Especificidades do Relatio

Tendo viajado do Friuli (entre os territórios venezianos e germânicos) até a capital mongol do leste, Cambalic (na região de Beijing), o franciscano Odorico de Pordenone foi chamado à corte do Papa João XXII em 1330 para prestar relatório sobre sua jornada.

Adoecendo antes de chegar ao Reino da França, o frade foi obrigado a receber tratamento no convento de sua ordem em Pádua. Em suas semanas finais, Odorico descreveu sua rota pelo Oriente para o *reverendo patri fratri* da província e para o frei Guilherme de Solagna, responsável por redigir o texto. O frei Marchesino de Bassano foi então encarregado pelo provincial da ordem a narrar este relato para um grande público na corte papal em Avignon em 1331, enquanto o frei Henrique de Glatz registrava o reconto.

Procurando aproveitar a popularização dos relatos de viagem em seu período, a Ordem dos Frades Menores elaborou várias cópias do *Relatio*⁴ buscando promover os ideais franciscanos e garantir a integridade da Ordem em um momento que se via fragilizada frente ao papado por conta das pregações radicais dos *fraticelli*⁵ (). Muitos religiosos suspeitos de participar da heresia eram compelidos a peregrinar para o Oriente - e um terço da narrativa odoricana descreve a santidade e martírio de quatro irmãos em Tanæ (Tana - Índia). Há fortes indícios de que os capítulos referentes à martirização tenham recebido inserções e modificações externas ao relato oral de Odorico em seu registro original, indicando que estes escritos foram elaborados por franciscanos que procuram sublinhar a aclamação popular dos mártires e do viajante como principal fator de mérito para suas elevações à santidade (FERRARI, 2013, p. 72-79 e 180-191), contrastando com o processo de rigorosa investigação vigente na época, que demandava um tempo de “sedimentação” e um inquérito exaustivo de cada caso (TEIXEIRA, 2011, p. 42-53).

Ainda que o *Relatio* de Odorico não tenha o mesmo renome que contemporaneamente Marco Polo e mesmo Guilherme de Rubruck desfrutam, sua narrativa não passou despercebida durante a Idade Média. Numerosas cópias foram produzidas durante os dois séculos finais deste período; Guéret-Laferté considera que o relato de viagem do franciscano seria a obra com maior circulação em sua época dentre as pertencentes ao seu gênero literário (GUÉRET-LAFERTÉ, 1994, p. 8-9)⁶. Entretanto, grande parte das informações na narrativa do frade foi considerada irrelevante ou falsa por escritores posteriores que pretendiam discorrer sobre as regiões e povos do *mundus*, sendo, inclusive, alvo de chacota por parte de alguns compiladores e de profundas distorções por parte de outros (FERRARI, 2013, p. 151-179).

Os pesquisadores sobre o *Relatio* e outras obras de viagem divergem sobre o número de manuscritos medievais sobreviventes contendo a narrativa de Odorico de Pordenone. O'Doherty faz um levantamento exaustivo utilizando diversas publicações, inventários de bibliotecas e arquivos, simpósios temáticos, levantamentos filológicos e contatos pessoais com estudiosos da área, elencando 115 manuscritos (O'DOHERTY, 2006, p. 97); Paolo Chiesa, que estudou esta obra por mais de dez anos, conta 127 reproduções (CHIESA, 1999-2000) - número contestado por Paolo Monaco, que, por sua vez, não propõe sua própria contagem (MONACO, 1979, p. 325). As discrepâncias nesta numeração são ocasionadas pela dificuldade em diferenciar citações e excertos de Odorico em outras obras, o que se torna ainda mais nebuloso se considerarmos ou não sua difusão indireta através de Mandeville, como O'Doherty expõe (O'DOHERTY, 2006, p. 97). Ainda assim, trata-se de números bastantes expressivos para uma obra produzida durante a Idade Média.

É difícil definirmos com precisão o que constituiria a narrativa “verdadeira” do frade, se esta seria o manuscrito mais antigo encontrado (dado que o “original” de Solagna teria se perdido) ou suas versões mais aceitas. As investigações sobre o *Relatio* tendem a se restringir à crítica de uma ou outra versão do texto, ou de um único manuscrito latino, analisando aspectos específicos desta cópia. Os primeiros esforços para ampliar os horizontes da pesquisa são representados pelo censo dos manuscritos feito por Yule e Cordier (1913), Van den Wyngaert (1929), e Testa (1979), sendo que esta última foi posteriormente aperfeiçoada pelas retificações propostas por Reichert (1999).

Embora o “corpo” do texto (capítulos 1 a 37) seja semelhante em quase todos os manuscritos, e narrem os mesmos episódios, o princípio e o fim destes escritos são especialmente mutáveis. O conteúdo das viagens tende a variar apenas nas versões mais dotadas de simbolismos⁷, ou por algumas diferenças, por vezes profundas, no estilo, sintaxe e detalhes no conteúdo.

Neste mesmo sentido, Chiesa procura estabelecer um padrão mais amplo da distribuição da narrativa odoricana com base nestas variações. Após rever e corrigir um levantamento que realizou anteriormente, o filólogo italiano procurou uma classificação efetiva para todos os manuscritos e suas diferentes redações. Devido ao elevado número de cópias e sua grande disparidade, Chiesa optou por recolher apenas as seções iniciais e finais

dos textos. Através desta análise, reconheceu diferentes tipologias dos *incipit* (textos iniciais) e *explicit* (textos finais), que permitiram o estabelecimento de uma “genealogia” dos documentos, chamando estas “famílias” de “recensões” (*recensio*) (CHIESA, 2000).

Portanto, ao identificar a presença ou ausência de certos elementos nestas reproduções e suas peculiaridades, foi possível estabelecer laços entre os manuscritos de forma a compreender a distribuição e assimilação da obra em diferentes espaços (físicos e sociais). Para tanto, seguiremos a terminologia adotada por Chiesa, aprimorada por Marchisio, que delimita primeiramente dois grandes grupos: um conjunto onde um redator se apresenta como amanuense ou que apresenta o nome de um dos cinco possíveis dos redatores (correspondendo às recensões “B” a “F”), e o “Grupo 2”, que compreende os manuscritos que não possuem características em comum com nenhuma das demais recensões (especificamente, o “*recensio A*”).

Como mencionamos anteriormente, as várias versões do *Relatio* apresentam assinaturas de diferentes compositores no *explicit* (ou, raramente, no *implicit*). Quatro redatores se identificam nas cópias localizadas: Guilherme de Solagna, Marchesino de Bassano, Henrique de Glatz e Guecello de Guecellis. Estas enunciações escritas são o ponto de partida da divisão estabelecida por Chiesa. Annalia Marchisio aprofunda as possibilidades desta separação em sua tese de doutorado, fazendo um levantamento ainda mais denso das especificidades destas recensões e sua distribuição em uma investigação que acreditamos ser um marco nos estudos de difusão de textos na Idade Média, (MARCHISIO, 2013).

Dentro deste paradigma, chamaremos os manuscritos que transmitem a assinatura de Guilherme de Solagna, tido como o primeiro redator do *Relatio* e amanuense de Odorico, de “recensão C” (*recensio Guillelmi*). Por conta da narrativa efetuada na corte papal, outros escritos indicam Marchesino de Bassano (“recensão B”, *recensio Marchesini*) e Henrique de Glatz (“recensão D”, *recensio Henrici*) como seus redatores originais, formando suas próprias linhagens de reprodução.

Já mencionamos Solagna, Bassano e Glatz anteriormente, mas uma terceira figura não foi ainda explorada. Guecello de Guecellis era notário em Udine, sendo contratado por Guido Candidus, arcebispo de Udine, para recolher testemunhos sobre Odorico e seus milagres na tentativa de promover sua santificação. Durante este processo, Guecello redigiu

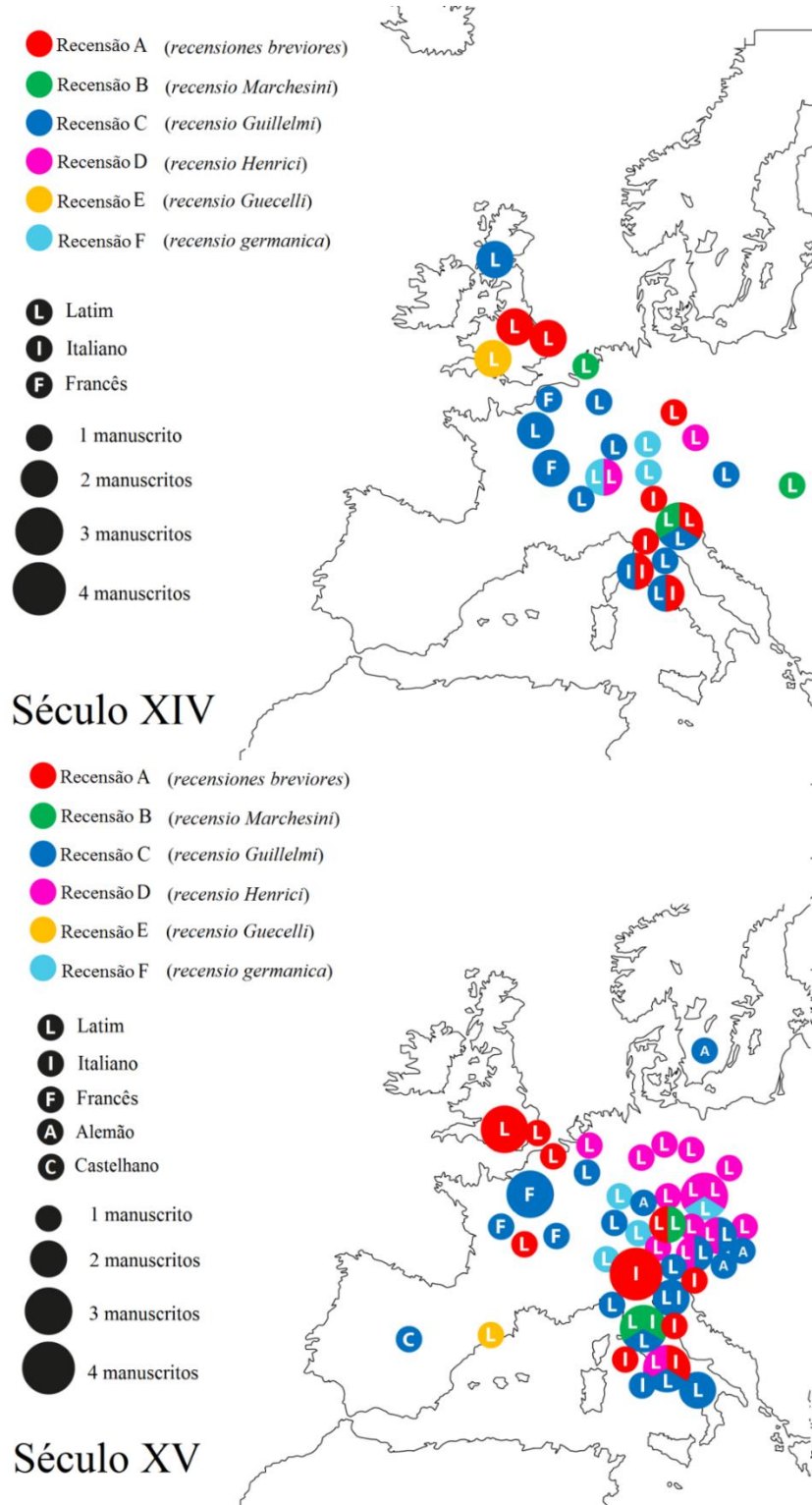
sua própria versão da narrativa odoricana, que chamaremos de “recensão E” (*recensio Guecelli*).

As obras da “recensão F” correspondem aos textos que não apresentam assinatura ou enunciação escritural, mas possuem afinidade entre si. Por fazerem referências à geografia da atual Alemanha em comparações, Chiesa e Marchisio denominaram esta “família” documental de *recensio germânica*, que não serão exploradas aqui por estarem fora do recorte de análise proposto. Finalmente, os textos da “recensão A” (*recensiones breviores*) correspondem a todos os textos que não possuem *implicit* ou *explicit*, nem semelhanças com os outros grupos, tornando difícil identificar sua “genealogia”.

Em sua exaustiva pesquisa, Marchisio conseguiu estabelecer as diferentes gerações nas “linhagens” dos documentos, tecendo a “filiação” entre os manuscritos por ordem de descendência. Como exemplo, o belíssimo manuscrito BnF fr. 2810 foi classificado como “C9”, ou seja, a nona geração a partir do manuscrito de Henrique de Glatz (MARCHISIO, 2013).. Para os propósitos deste exame, não cabe aqui reproduzir o intrincado processo filológico e codicológico adotado pela pesquisadora; entretanto, recomendamos fortemente a leitura desta tese de doutorado para os interessados na reprodução e propagação de manuscritos durante Idade Média.

Os mapas a seguir ilustram como as cópias destas diferentes recensões se difundiram pela Europa entre os séculos XIV e XV, tomando como base o esquema original de Marchisio (2013, p. 465-466). Mantivemos a terminologia da pesquisadora na tradução destes gráficos, que estabelece uma divisão dos textos entre idiomas modernos, de forma a melhor explicitar sua distribuição, mas que devem receber o devido tratamento crítico para fins de análise filológica e/ou linguística compatível com o período abordado.

Figura 1 - Distribuição das cópias do *Relatio* de Odorico de Pordenone



Fonte: MARCHISIO, 2013, p. 465-466 (tradução livre).

Partiremos agora ao exame das cópias encontradas. Para cada recorte a ser explorado, dividimos a análise do material entre os séculos XIV e XV, as características das

cópias em idiomas vernáculos, seguidas das reproduções em latim e, por fim, um breve exame dos paratextos inseridos.

Norte da Península Itálica

No decorrer do século XIV, as cópias do *Relatio* baseadas na recensão A são as mais numerosas. A maioria dos manuscritos em vernáculo derivam de uma tradução desta tradição focada no maravilhoso (referida por O'Doherty como "Grupo Um"), com o título de *Libro delle nuove e strane e meravigliose cose* (A1) (ANDREOSE, 2000), carecem do posfácio relatando a jornada final de Odorico e sua morte, como ocorre nos textos em latim.

O "Grupo Dois" corresponde a manuscritos posteriores e *volgarizatos* que diferem substancialmente dos textos do Grupo Um e de todas as versões latinas. Além de extirpar o extenso relato de Odorico sobre a martirização dos franciscanos em Tanæ, os textos desse grupo, chamados de *Memoriale toscano* (A1) por Monaco (1990, p. 44), contém uma série de adições à narrativa aparentemente (e surpreendente) genuínas, como informações precisas sobre conventos franciscanos e dominicanos em Tabriz e Sultaniyeh, bem como detalhes dos costumes matrimoniais em Tanæ (MONACO, 1990, p. 216-217). Entretanto, o mesmo autor compara esta versão com várias outras do Grupo Um e conclui que não se trata de um registro prelatino, mas de um *riassunto* (sumário) de uma versão diferente e mais longa da redação de Solagna que não sobreviveu, provavelmente enriquecida com notas marginais e glosas (MARCHISIO, 2013, p.219). Sem citar bases documentais, Andreose propõe que estes detalhes seriam a incorporação de notas de edições anteriores do Grupo Um, mas o teor destas anotações não está suficientemente claro para concordarmos com esta classificação (ANDREOSE, 2000).

Apenas oito manuscritos italianos do século XIV sobreviveram, em comparação com os dezenove (e um fragmento) sobreviventes do século XV, estando igualmente divididos entre quatro textos latinos e quatro em vernáculo. Todos os livros em latim são pertencentes à *recensio Guillelmi*, o que nos indica que os excertos sobre a última jornada de Odorico e sua morte foram compostos para um público externo ao ambiente franciscano, mais especificamente, voltados para a cúria papal (O'DOHERTY, 2006, p. 100.).

A linguagem, colofões⁸ e proveniências apontam para uma difusão limitada ao norte da Península Itálica pelos termos utilizados, sinais de propriedade e comparações nas notas

marginais. As poucas evidências diretas que indicam quem eram seus proprietários sugerem que alguns manuscritos (tanto latinos quanto em vernáculo) pertenciam a conventos ou outros ambientes religiosos. Sabemos que dois deles faziam parte de coleções de centros de formação de dominicanos e franciscanos em Florença e Pordenone (O'DOHERTY, 2006, p. 100). Um deles, Paris, BnF, f. lat. 2584 (C3), faz parte de um tomo de provável origem italiana, contendo material exegético e sermões, indicando sua utilização religiosa que, juntamente com sua *marginalia*, sugere seu uso em pregações⁹. Ainda duas referências em inventários estabelecem uma cópia no convento dominicano de São Nicolau em Treviso em 1347 e outra no convento franciscano de Gubbio em 1360, segundo Testa (1983, p. 138-139).

Dos quatro manuscritos em vernáculo do século XIV, três estão em caligrafia menos formal (*mercantesca*, *cancelleresca*, cursiva mista¹⁰). Duas cópias foram encadernadas em miscelâneas para provável leitura laica, com assuntos pios e seculares, copiadas em *mercantesca* e *cancelleresca*. Vaticano, BAV, Urb. lat. 1013 (A6) contém lendas diversas juntamente com entradas sobre a retidão da fé, orações, fórmulas simpático-mágicas e um pequeno tratado médico, bem como uma pequena coleção de notas relatando os eventos presenciados por seu autor (folio 32v). Este mesmo documento é cuidadosamente formatado por seu escriba com linhas de orientação e bela caligrafia, dando a impressão de um trabalho cuidadoso, mas não aparentando ser voltado para a ostentação pela ausência de iluminuras ou materiais como ouro ou corantes berrantes. A cópia de Florença, BNC, II.II.15 (F3) contém um tratado em vernáculo sobre o corpo e a alma, juntamente com uma coletânea de lendas e provérbios rimados (O'DOHERTY, 2006, p. 101; MARCHISIO, 2013, p. 67)¹¹. O quarto documento, Florença, BNC, Con. Soppr, C.7.1170 (A6), é o único associado a uma instituição religiosa, um convento dominicano em Florença. Mesmo com apenas quatro componentes de seu século, ficamos com uma forte impressão de que as cópias vernáculas do *Relatio* eram prezadas por seus donos não como artefato de luxo, mas como objeto pessoal, provavelmente de cópia do próprio possuinte.

Monaco sugere que os outros dois manuscritos¹² são produtos de oficinas de livreiros profissionais, dada a caligrafia pouco variante, o tipo de costura e a similaridade entre os dois, o que sugere que, se correto, o *Relatio* era suficientemente popular no período para ser copiado por profissionais (MONACO, 1979, p. 202, 208-209). Ainda assim, se estas cópias forem realmente produto de oficinas profissionais, parecem ser trabalhos

secundários com pouca decoração e aporte físico (com apenas duas exceções, uma delas com adornos em dourado e mapas retirados da *Sfera* de Goro Dati¹³ dirigida para uma ordem religiosa feminina¹⁴), indicando um grupo de leitores de baixo padrão socioeconômico (O'DOHERTY, 2006, p. 102. MARCHISO, 2013, p. 29-32).

As quatro cópias em latim encontradas pertencentes ao século XIV são compostas em caligrafia gótica típica de manuscritos institucionais, mas sem a decoração encontrada em textos mais valorizados. Como mencionado, uma destas cópias¹⁵ possui sua formatação complementada por *marginalia* resumindo aspectos específicos e paratextos indicativos no topo de cada *folio*. O segundo manuscrito¹⁶ foi escrito igualmente em mão gótica arredondada, mas com caligrafia difícil e irregular, contendo diversos erros de grafia e gramática. A ausência de decoração e seu aporte em papel aumenta a impressão de que se trata de uma cópia barata, realizada sem muito esmero e/ou por amadores ou profissionais em treinamento. A carência de colófos, *marginalia* e poucas marcas de manipulação (como manchas de gordura, papel amassado nos cantos ou lombada mais fragmentada) nos apontam que o livro não foi muito manuseado por seus proprietários.

O'Doherty propõe que, ainda que tenham sido elaborados à luz de seus confrades mendicantes para a promoção da santidade de Odorico, as cópias latinas do *Relatio* não foram especialmente populares nos meios franciscanos do século XIV. A historiadora ainda conclui que estas reproduções de fato circularam nestas comunidades, mas não parecem ter sido alvo de uma estima maior ou leitura reflexiva de qualquer tipo (O'DOHERTY, 2006, p. 104). Tendemos a concordar com ela, especialmente pela maneira que as cópias inglesas refletem uma leitura exaustiva realizada por religiosos, como será abordado em breve, e a quase ausência de marcas de desgaste, saliva, gordura e paratextos nas reproduções analisadas.

A única cópia italiana do século XIV que possui anotações significativas marca seu caráter fortemente institucional, utilizando *marginalia* para suplementar as divisões oferecidas pelas rubricas do manuscrito, introduzindo os locais visitados por Odorico por seu nome e características memoráveis¹⁷. Por exemplo, Polumbum é introduzida como “o lugar onde o gengibre nasce e onde o boi é adorado como a um deus”¹⁸. Da mesma forma, as referências aos “hábitos imundos” (como devorar os mortos, nudez, idolatria, etc.) e cinocéfalos são cruzadas com outras passagens em que estes fenômenos ocorrem e com os povos descritos, como um esforço mental em compreender estas práticas em ambientes

diferentes, e paralelamente criar um sistema de referências rápidas sobre elas em futuras consultas. Desta forma, o autor das anotações transparece sua opinião daquilo que considera digno de nota apesar de sua presunção de neutralidade puramente indexatória, ao mesmo tempo em que indica que sua leitura deveria ser realizada por indivíduos que julga estarem aptos a realizar seus próprios julgamentos morais sobre o que Odorico descreve sem a assistência de fontes externas.

A difusão da narrativa de Odorico nas línguas itálicas durante o século XV ganhou mais força que sua versão em latim com indícios de um público mais amplo. A maioria dos manuscritos vernáculos deste período é composta em caligrafia *mercantesca* e *cancelleresca*, de média e baixa qualidade. Quando o *Relatio* (latim ou vernáculo) é encadernado com outras obras, é anexado em volumes que tendem a seguir uma determinada temática, como literatura religiosa ou, mais comumente, escritos que destacam rotas de exploração comercial (narrativas de viagens, balanços econômicos, custos de navegação, etc.). Muitos destes, talvez até sete deles, apresentam em menor ou maior grau os indícios que Armando Petrucci atribui aos livros copiados por seus proprietários¹⁹.

O'Doherty nos traz o caso de uma cópia com miscelâneas²⁰ cuja assinatura de propriedade ("Andrea di Lorenzo di Cieffo di Masino Ceffi del popolo di San Simone di Firenze", folio 140v.) possui anotações com caligrafia de influência *mercantesca*, muito similar à do corpo do texto, indicando a cópia do proprietário. O manuscrito Roma, Angelica, 2212 (A6), apresenta diversos tipos de caligrafia no corpo do texto, mas com traços em comum com sua assinatura (O'DOHERTY, 2006, p. 102).

Em contraste, dos quinze manuscritos não-fragmentários do século XV, apenas seis são escritos em latim. Conforme o esperado, estes manuscritos indicam terem pertencido a ordens religiosas, mas não de forma tão ampla quanto inferimos inicialmente. Testa identifica o manuscrito da sede arcebispoal de Udine como pertencente a este período (TESTA, 1983, p. 139-1940). Em contraponto, na cópia latina proveniente do sul da Itália em Florença, BNC, Magl. VII. 1334 (C1), não se identificam traços que a caracterizem como pertencentes à esfera religiosa, e a marca de propriedade no seu segundo *folio* parece ter origens no meio secular no fim do século XV²¹. A marca parece tentar estabelecer um histórico dos proprietários do tomo, mas seus nomes infelizmente estão em uma parte muito danificada na página para entendermos. As seções que podem ser lidas com alguma clareza parecem sugerir uma sucessão de proprietários seculares: "questo libro edi matteo

dante (...) elquale chonpero da sopradetto (...)”, uma sequência de nomes que aponta uma doação envolvendo um "Zanobi", seguido de alguns nomes indecifráveis, acompanhado do ano de 1483 no fol. 1r.

Além desta reprodução, surpreendentemente há uma ausência de registros do *Relatio* em inventários de livros das ordens mendicantes elaborados no século XV. Marianne O’Doherty (2006, p. 103) encontrou duas narrativas da martirização dos franciscanos em Tanæ em uma ata datada 1481, mas nenhum indício que esta fizesse parte do texto de Odorico. As cópias latinas sobreviventes são todas em produções de baixo custo e com pouca (ou mesmo sem) decoração.

Como este apanhado geral demonstra, apesar do *Relatio* ter tido uma boa difusão na Península Itálica durante os séculos XIV e XV, parece não ter tido a mesma aceitação entre os estratos mais abastados ou dominantes (religiosa ou politicamente) da sociedade, seja ela laica, escolástica, eclesial ou monástica. Nas evidências disponíveis em inventários, apenas uma cópia foi localizada em uma grande biblioteca da época, na coleção Visconti-Sforza de Milão, em um tomo em latim encadernado com o texto de Marco Polo. Esta reprodução atesta que foi elaborada por Pietro Muleti di Fagagna, estudante de retórica e notário público em Pádua. Segundo análise de O’Doherty, as duas cópias que demonstram influência “humanista” em sua formatação ou caligrafia são encadernadas e classificadas em registros de livros juntamente com textos literários ou escolásticos auxiliares, indicando que o *Relatio* não tinha valor essencial ou paradigmático para seus copistas ou proprietários, e dificilmente seria usado como autoridade em meios de debates filosóficos e teológicos mais intensos, como universidades e grandes centros de formação religiosa. (O’DOHERTY, 2006, p. 104)

No século XV, encontramos alguns exemplos ricos em anotações de caráter pessoal nas *marginalia* sobreviventes. Com tinta vermelha, o manuscrito em latim da BNC, II.IV.277 (B2) registra as passagens através de símbolos e apenas um escrito que destacam os temas mais chamativos a seu leitor, como a Índia continental, o *sati*²² e a mortificação e suicídio ritual no culto de Mobar²³. Entretanto, a falta indícios que nos oriente para o seu sistema simbólico de anotações torna o entendimento de suas intenções difícil, mas também nos indica que seu objetivo não era uma indexação voltada para a leitura de terceiros.

Sua única nota escrita diz respeito aos hábitos de povos distantes reforça o caráter pessoal de suas anotações. Na passagem em que Odorico descreve como o ídolo de

Polubum exige o sacrifício de quarenta virgens, este leitor escreve à margem as palavras “*sacri idoli*” (“ídolo sagrado”, folio 78f). Uma vez que nenhuma referência ou destaque é colocado sobre o ritual “sanguinolento” que comumente chama a atenção de outros leitores, é difícil compreender a natureza do comentário, uma vez que este não se repete em nenhuma outra descrição de práticas religiosas ou de ídolos no tomo.

Continente francófono

Assim como ocorre com as cópias do *Livre* de Marco Polo, as versões francófonas do *Relatio* contêm uma maior frequência de decoração e melhor aporte físico que as suas contrapartes italianas do século XIV, usualmente escritas em letra gótica ou secretarial de boa qualidade. Isto sugere que a narrativa de Odorico não era um texto “popular”; pelo contrário, foi tomado como um artigo de luxo entre um público abastado, frequentemente laico. Muitas vezes ambas as obras (*Relatio* e *Livro*) circulavam encadernados em um mesmo tomo faustoso²⁴. O alto custo de produção destas obras tende a coincidir com a falta de marginalia, sublinhados ou outras anotações de leitura. Portanto, são manuscritos que não indicam uma apreciação exegética ou escolástica normalmente acompanhada nos manuscritos latinos da mesma região e período, atuando para manter o leitor entretido com narrativas sobre locais distantes e maravilhosos.

Há quatro manuscritos sobreviventes em latim do *Relatio*, o que indica que houve pouca difusão da obra neste idioma no ambiente francófono continental do século XIV²⁵. Cada um destes manuscritos advém de uma recensão diferente. Destes, a versão encontrada na Bibliothèque Nationale de France²⁶ é um breviário da virada do século XIV, que chega até nós graças apenas a uma cópia apressada de origem dominicana. Glasgow, Hunter, 458 (C3)²⁷ apresenta um documento bem-elaborado em letras góticas, decoração dourada²⁸, índice toponímico²⁹, com uma introdução de um frade dominicano oferecendo o livro a um rei não especificado³⁰. Já a cópia Glasgow, Hunter, 84 (C3) possui caligrafia *chancelleresca* e pouca decoração além das letras maiúsculas trabalhadas em vermelho³¹. Ambos os manuscritos são dotados de *marginalia* em latim consistentes com leitores do fim do século XV e início do século XVI³².

Há poucas evidências de que o *Relatio* fosse comum em ambientes conventuais ou monásticos, independentemente de seu idioma ou recensão, o que é suportado pelas poucas

cópias latinas sobreviventes. Apenas Besançon, 667.G (C9)³³, um manuscrito da tradução francesa de Jean de Long, aponta um uso monástico ao conter uma imagem de um premonstratense lendo; uma vez que a imagem claramente não possui relação com o conteúdo do texto, é um indicativo do público-alvo de sua elaboração.

Curiosamente, O'Doherty, Marchisio e Reichert, os maiores pesquisadores do texto odoricano e seus reflexos, se esquecem de mencionar a crônica de Elemosina Gualdensis (Johannes Elemosina, ca. 1280-1339), que usa tanto Odorico quanto Montecorvino, Mandeville, Polo e André da Perugia para montar sua *Chronica* histórico-narrativa, citando-os copiosamente³⁴, no que considero não apenas uma influência, mas, no mínimo, uma cópia de fragmentos.

As cópias em língua francesa acompanham a obra de Polo no sentido de serem grandemente desprovidos de comentários marginais ou demais formas de paratextos por parte de sua recepção (O'DOHERTY, 2006, p. 165). Este indício condiz com a maioria dos tomos elaborados para o deleite da nobreza em idioma vernáculo presentes neste recorte, dado que eram utilizadas mais como símbolo de status que como fonte de leitura reflexiva. Apenas uma cópia em francês encontrada recebeu paratextos, que denotam mais um esforço idexatório por parte de seu leitor que uma reflexão de qualquer forma do conteúdo da narrativa³⁵.

As duas cópias em latim analisadas³⁶ confirmam isso, demonstrando uma provável origem institucional, providas de paratextos ocasionais³⁷. O volume da BnF é especialmente notável ao colocar em evidência os contrastes culturais e as maravilhas (preferencialmente ambos), ao mesmo tempo em que praticamente ignora qualquer congruência geográfica – por exemplo, ele não parece se importar sobre o local de Tanæ, Polumbum ou Mobar – e não faz nenhuma referência ao itinerário empregado por Odorico em sua jornada. Ainda que ignore o percurso, encontramos referências aos habitantes de Polumbum se untando com urina e fezes de boi (fol. 20v), ao *sati* (fol. 20v), e ao suicídio ritual (fol. 21r). Adicionalmente, ao se referir a Lamori (Indonésia), o comentador não se atém apenas aos detalhes sórdidos das culturas alheias como normalmente ocorre na maioria das anotações, mas procura explicá-la. Ao destacar a nudez de seus habitantes, desenha uma *manicularia*, admirando o esclarecimento de Odorico em seguida³⁸.

Ao enfatizar as *mirabilia* e não explicitar nenhum julgamento negativo destes atos em seus paratextos³⁹, o comentador desta cópia parece ir além do papel de um intérprete,

preferindo colocar os episódios como tipos ideais que podem ser consultados por futuros leitores, como um *exempla* perverso. Em sua pretensa neutralidade, não elabora condenações explícitas mesmo em situações abundantes em censura nas *marginalia* em outras cópias, como nos momentos do *sati* e do suicídio ritual.

Baseando-se nesta passagem, O’Doherty acredita que as *marginalia* sejam guiadas pela afirmação de superioridade moral do cristianismo frente os povos retratados (O’DOHERTY, 2006, p. 166). Entretanto, a historiadora britânica desconsidera que existem reprovações que não são diretamente morais, mas que transparecem o pensamento franciscano sobre dominação da natureza pelos homens através de seus engenhos, que não seria simplesmente resultado de uma capacidade intelectual, mas uma bênção divina que deve ser explorada de maneira adequada.

Nesta mesma cópia, no capítulo que descreve como o povo de Dondin matava e comia seus enfermos “para não permitir que a carne apodrecesse e fosse devorada pelos vermes” (fol. 121r), encontramos gradada a nota marginal “note a falsa razão”⁴⁰. Este apontamento refere ao mesmo tipo de inversão da ordem natural e da ação humana inadequada sobre esta que Odorico alude em diversas passagens do *Relatio*, e que está presente na argumentação do viajante contra o hábito (“o que vocês estão fazendo é contra toda razão”⁴¹) (FERRARI, 2013, p. 98-103). Portanto, não se trata de uma simples condenação moral, mas de um recurso à *ratio* que era comum aos franciscanos por suas atribuições escolásticas e, especialmente, em suas atividades missionárias, onde a simples reprovação ou censura teria pouca eficácia para o esforço de conversão.

Ilhas Britânicas

Um traço marcante da difusão dos manuscritos do *Relatio* nas Ilhas Britânicas é a ausência de cópias em qualquer idioma vernáculo nos séculos XIV e XV. Como esta evidência aponta, todos são da mesma tradição de reproduções (*recensio Guecelli*), e possuem semelhanças não apenas na forma e conteúdo em suas cópias, mas em seu uso, como veremos adiante. Dos seis manuscritos, três possuem registros em inventários religiosos, dois no priorado da Catedral de Norwich⁴² e um terceiro⁴³ na biblioteca dos franciscanos de Oxford. Um quarto manuscrito de Oxford⁴⁴ não possui os mesmos traços de uso escolástico como os demais, sendo uma encadernação de manuscritos de traços variados, e não conseguimos localizar nenhuma evidência de seus proprietários.

A predominância do *recensio Guecelli* nos manuscritos britânicos coincide com seu uso; cinco dos seis manuscritos localizados por pesquisadores na região exibem paratextos escriturários⁴⁵ elaborados para facilitar a localização de tópicos e capítulos no texto, priorizando a martirização de Tanæ e a passagem do “vale perigoso” (O’DOHERTY, 2006, p. 108; MARCHISIO, 2013, p. 301-317). Entretanto, dois manuscritos são dotados de anotações que sugerem propósitos outros que o simples uso escriturário, indicando um hábito de leitura reflexiva típica dos ambientes letrados, como referências a outros autores e *marginalia* que indicam a leitura por pessoas habituadas à esta prática, se não à cópia e redação, por exemplo, “tomou o cuidado de traduzir para o latim, mas é desnecessário” nas páginas referentes ao hábito dos indianos prostrarem-se a um ídolo na passagem da “idolatria de Mobar” (cap. 18)⁴⁶. A caligrafia também aponta uma prática da escrita, contendo poucos deslizes e variações das letras na *marginalia*. Estes elementos nos indicam que os textos eram utilizados como suporte para reflexões teológico-hagiográficas.

Assim como ocorre no século XIV, os manuscritos britânicos do século XV também foram compostos exclusivamente em latim. Destes manuscritos, dois são dotados de adornos (como molduras e letras trabalhadas) e algumas iluminuras⁴⁷, e o terceiro exibe um suporte de escritura caro, com capa de couro fino e pergaminho de alta qualidade⁴⁸.

As anotações seguem focando no martírio e provavelmente são de uma mesma origem escolástico-religiosa, ainda que um deles contenha materiais tipicamente anexados à tomos mais fantasiosos, como a *Carta de Preste João* e o livro de Mandeville⁴⁹. A escolha pela encadernação destes textos em um mesmo tomo pode ser entendida tanto como uma coletânea de curiosidades, como um esforço de compreensão do Oriente a partir de uma perspectiva comparada. A segunda proposta parece ganhar força devido à maioria de anotações focadas nas intervenções divinas e de um conteúdo eminentemente hagiográfico nos demais textos encadernados. Já outro manuscrito, datado século XIV segundo a análise da British Library⁵⁰, possui anotações que condizem com os paratextos encontradas em outros dois manuscritos deste século⁵¹, mas é ainda mais comentado⁵². O’Doherty investigou alguns em inventários e atas de doação que indicam seu uso pelos meios intelectualizados (O’DOHERTY, 2006, p. 110).

Como inferimos anteriormente, confirmamos assim que a divulgação da narrativa de Odorico nas Ilhas Britânicas teve um caráter eminentemente religioso, fortemente ligado ao relato dos mártires de Tanæ. Em alguns casos, grande parte do paratexto encontra-se

justamente neste episódio, tratando-o como uma obra hagiográfica⁵³. Ainda que as anotações tenham por foco a imolação dos franciscanos, os demais episódios narrados pelo *Relatio* não são desprezados, e acompanham o caráter multifuncional presente no corpo do texto ao agremiar diferentes tipos de conteúdo, onde se destaca o tópico da pluralidade de povos da Criação.

Os manuscritos da Biblioteca Bodleiana são os mais anotados, especialmente no episódio dos mártires de Tanæ⁵⁴. Cada um dos quatro episódios dos franciscanos mortos é individualmente anotado com cuidado nos paratextos do escriba⁵⁵. As instâncias de promoção da narrativa como fonte de reflexão hagiográfica coincidem com as condenações morais às práticas religiosas dos indianos, mas as censuras se diluem após este acontecimento, tornando-se mais esparsas. Em ambos os manuscritos, os costumes e práticas retratados são anotados com fidelidade ao corpo do texto, sem condenação moral explícita, aparentemente procurando auxiliar os leitores a localizarem por si uma passagem mais rapidamente. Por exemplo, no episódio de Lamori (Indonésia), onde todos possuem tudo de forma comum, inclusive as mulheres, o escriba de Oxford, Bodleian Library, Digby 11 (E) se limita a registrar "como as mulheres são colocadas [como bem] comum", enquanto o manuscrito 166 (E) da mesma coleção simplesmente nota que "tudo lhes é comum"⁵⁶.

Este último manuscrito indica que dois escribas copiaram a obra; o primeiro parece impor certa neutralidade de julgamento em algumas instâncias condenatórias do corpo do texto: quando Odorico classifica de "péssimo costume"⁵⁷ a prática do *sati*, a nota marginal chama-o de "costume maravilhoso"⁵⁸, colocando em evidência que o maravilhoso também pode advir de algo negativo e contornando o juízo do frade. A mesma intenção pode ser vista ao indexar o suicídio ritual em Maabar como "sobre como adoram um ídolo"⁵⁹, emoldurando os detalhes sórdidos oferecidos pelo franciscano em termos aparentemente indiferentes e distantes.

Apesar de promover esta imagem de isenção frente a episódios chocantes, o comentador do manuscrito Digby 166 faz um comentário elogioso de um fato narrado onde não existe juízo aparente no texto original. Na descrição de Salan (Sri Lanka), Odorico fala de um lago em cujo leito abundam pedras preciosas, no qual o rei permite que os pobres mergulhem duas vezes ao ano em busca de riquezas. Junto a esta passagem, o escriba coloca uma nota exaltando a "generosidade do rei"⁶⁰.

Fora estas passagens, os autores dos paratextos de Digby 166⁶¹ e 11 retratam os diferentes povos de forma moderada. As explicações para estes indícios são nebulosas, dificultadas pelo desconhecimento de sua origem. O'Doherty acredita que as cópias tenham sido produzidas por casas religiosas de grande debate escolástico, provavelmente por franciscanos ingleses (O'DOHERTY, 2006, p. 168); Marchisio (2013, p. 303-306) concorda parcialmente com estas conclusões, localizando características presentes no convento franciscano em Oxford (que, por sua vez, possuía estreitas relações com a universidade da cidade), mas não descarta a teoria de que o segundo teria origem beneditina.

Seja qual for a origem destes manuscritos, seu desapareço às exortações ou condenações morais sugere certa despreocupação por parte de seus elaboradores quanto à correta leitura dos hábitos e práticas de povos distantes, não necessitando de um guia que indicasse as formas apropriadas de assimilação do texto. Pelo contrário, dada a ortodoxia da audiência-alvo destas cópias, era seguro analisar as partes externas à martirização de Tanæ como fatos dados e objeto de reflexão individual que não necessita de intervenção externa - e que chega a amenizar os adendos moralistas de Odorico no curso da narrativa.

O manuscrito da British Library, coleção Arundel nº13 (A2), intitulado *Conditionibus et consuetudinibus orientalium regionum*⁶², é a única cópia sobrevivente com paratextos de caráter laico significativos no século XV. Ainda que a cópia tenha sido realizada no século XIV, seus comentários e adições indicam ser do século seguinte, possuindo características pouco usuais para o padrão de circulação do texto de Odorico nas Ilhas Britânicas como vimos até agora. Este tomo foi elaborado em pergaminho de qualidade médio-superior, escuro nos versos, e seus paratextos aparentam originar da mão de dois a quatro anotadores, sendo comentado com mais frequência que a cópia de Marco Polo que foi encadernada no mesmo volume (ff.1-38). As intervenções escriturais e de leitura são decoradas com desenhos das criaturas maravilhosas retratadas, e mesmo por alguns seres compostos que sequer aparecem no texto original. O tomo parece ter passado por duas tentativas de restauração ou reformatação para outro tamanho e capa ainda na Idade Média, como indicado pelo corte das margens originais do manuscrito (que eliminam ou tornam dificultosas a leitura de várias *marginalia*), e pela numeração das páginas do manuscrito, que começa a partir do *folio* 13.

O segundo anotador é o que mais se destaca, apresentando uma caligrafia de aporte escriturário, e por sua tinta de grande qualidade e corte fino da ponta de sua pena, faz com que sua escrita contraste com os outros leitores-anotadores. Ele demonstra especial atenção aos hábitos dos povos do Oriente, refletindo sobre eles além das descrições dadas. Na descrição do *sati*, por exemplo, além de destacar o costume, adiciona: “note que um homem não é obrigado a morrer com sua esposa”⁶³. O autor das notas ainda procura explicar a origem e significado de alguns costumes: na passagem onde Odorico descreve um lago onde abundam pedras preciosas, cujo monarca permitia que os pobres mergulhassem uma vez ao ano para não tornarem-se miseráveis, este leitor coloca que o rei seguiria este hábito “para que [os pobres] rezassem por sua alma”⁶⁴. Portanto, há uma preocupação não apenas em indexar alguns capítulos mais marcantes, mas também em auxiliar a compreensão das cenas descritas.

Ao analisarmos a maneira que este leitor-anotador trata as passagens da cultura alheia, é perceptível sua sensibilidade em não ler os costumes como mera curiosidade, mas percebendo “a escuridão em que vivem os povos que desconhecem a palavra de Deus”, nas palavras de orientação Francesco Pepino na apresentação de sua tradução para o latim do *Livro de Marco Polo* (PRASEK, 1902, p. 1). Esta postura se confirma na passagem dos peregrinos que se flagelam em Mobar (Malabar, na Índia), onde escreve na margem “de que modo fazem a peregrinação até seu ídolo e a dor que sustentam na peregrinação”⁶⁵, que aparece de forma neutra, como a explicação de um ato que a maioria dos leitores consideraria assombroso.

Também é notável o paralelismo que o anotador estabelece entre a cristandade latina e os indianos. Vendo na peregrinação um ato de fé e sacrifício, ele não condena a passagem por considerá-la um testemunho da crença, demonstrando que os infiéis fazem com zelo uma piedade que falta a seus companheiros cristãos, uma inversão de virtudes que acompanha a proposta por Francesco Pipino.

Ainda assim, este leitor/escriva não se isenta de demonstrar choque em diversas passagens, é perceptível que não consegue se aproximar do texto sem uma censura moral. Na mesma passagem do culto de Maabar do capítulo 19, quando fala dos suicidas que se jogam abaixo da carroça, ele insere: “Note como este povo parvo se coloca abaixo do carro que carrega o ídolo e morre de forma gratuita”⁶⁶.

Esta leitura da narrativa de Odorico atesta mais uma vez o papel multifuncional de seu relato para os leitores. Ela demonstra os vários graus de aceitação e complementação possíveis na relação da recepção com o texto, na maioria das vezes assumindo a descrição dos povos e terras como fato, em uma relação que o anotador é o aprendiz. Entretanto, ocasionalmente um impulso mais autoritário ante o texto escapa, tornando o *Relatio* uma matéria a ser interpretada e julgada, dotando sua narrativa sobre culturas tão diferentes de função e significado cristãos.

Considerações finais

A análise física das cópias e registros marginais é um elemento enriquecedor para os pesquisadores interessados em analisar o impacto e circulação de autores e ideias nos séculos finais da Idade Média. Através do contraponto entre as intenções que motivaram o escrito do *Relatio* e a maneira com que foram lidas em seus locais, procuramos traçar um panorama sobre as formas que as informações contidas neste texto foram ou não assimiladas e quais outros textos e noções seus leitores buscaram em suas reflexões.

Uma das dificuldades que mais se repetem no estudo das influências autorais é ignorar que o processo de leitura é socialmente dinâmico. Ao se valerem das ligações entre dois escritos, muitos estudiosos pouco procuram saber sobre a maneira com que um recorte espaço-temporal recebeu e se apropriou de obra que teria influenciado uma segunda. Obviamente, grandes historiadores fizeram pesquisas memoráveis sobre o contexto de um dado autor para escrever uma obra e citam suas influências, mas poucos procuram como as obras que os influenciaram foram lidas nos mesmos círculos que seu objeto de estudo frequentava.

Outra postura recorrente que procuramos evitar foi entender “história da leitura” como a história da posse de livros. Possuir não significa ler ou ponderar sobre seu conteúdo, como as cópias adornadas (e pouco desgastadas) do continente francófono demonstram. Nenhuma informação sobre as práticas de leitura de seus proprietários pode ser extraída delas além da própria raridade destas e de sua função como ícone de status, expresso nas imagens adornadas com pigmentos caros que ilustram suas páginas.

A variedade dos tópicos destacados nas diferentes regiões demonstra como a leitura se tornou um processo visivelmente mais pessoal pela propagação de edições em língua

vernácula. Há pouca variedade nos temas realçados pelos leitores das cópias em latim, e raros são os manuscritos neste idioma que demonstrem circular fora dos ambientes religiosos. Para além dos muros dos conventos, as traduções para as línguas vulgares permitiram a penetração de textos em círculos mais variados, e, talvez mais importante, permitiram novos paradigmas nas relações entre as letras e a sociedade.

Referências

- BURR, David. *Spiritual Franciscans: From Protest to Persecution in the Century After Saint Francis*. Pennsylvania: Pen State Press, 2010
- CERTEAU, Michael de. *The Practice of Everyday Life*. Los Angeles: University of California Press, 1988.
- CHARTIER, Roger. "Labourers and Voyagers: From the Text to the Reader". In: *Diacritics*, nº 22, 1992, pp. 49-61.
- CHIESA Paolo. "Per un riordino della tradizione manoscritta della Relatio di Odorico da Pordenone". In: *Filologia Mediolatina*. Vol. VI-VII. Firenze: Edizioni del Galluzzo, 1999-2000.
- DARNTON, Robert. "História da Leitura". In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 199-235.
- DEROLEZ, Albert. *The Palaeography of Gothic Manuscript Books: From the Twelfth to the Early Sixteenth Century*, Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FERRARI, Fernando Ponzi. *As várias viagens de Odorico: produção e assimilação de uma narrativa de viagem do século XIV*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MARCHISIO, Annalia. *La tradizione manoscritta della retaltio di Odorico da Pordenone*. 2012-2013. Tese (doutorado em Ciências da Antiguidade). Università Degli Studi di Udine, Udini, 2013. Disponível no endereço eletrônico [https://dspace-uniud.cilea.it/handle/10990/218](https://dspace.uniud.cilea.it/handle/10990/218), acesso em 11 de novembro de 2013.
- MONACO, Lucio (ed.). *Memoriale toscano: Viaggio in India e Cina (1318-1330)*. Alessandria: Dell'Orso, 1990.
- MONACO, Lucio. "Il volgarizzamenti italiani della Relazione di Odorico da Pordenone". In: *Studi Mediolatini e Volgari*, XXVI. Concordia Sette Pordenone, 1979, p. 325.
- NANCY, Caciola. "Wraiths, Revenants and Ritual in Medieval Culture". In: *Past & Present*, nº 152. Oxford: Oxford University Press/Past and Present Society, 1996, pp. 3-45.
- PETRUCI, Armando. *Reading and Writing Volgare in Medieval Italy: studies in the history of written culture*. New Haven: Yale University Press, 1995.
- PETRUCI, Armando. *Reading and Writing Volgare in Medieval Italy: studies in the history of written culture*. New Haven: Yale University Press, 1995. DEROLEZ, Albert. *The Palaeography of Gothic Manuscript Books: From the Twelfth to the Early Sixteenth Century*, Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

PRASEK, J. V. Marka (ed.). *Pavlova z Benatek Milion*. Edição crítica bilíngue (latim-polonês) da tradução latina do *Millione*, de Marco Polo, elaborada originalmente Francesco Pipino em 1302. Praga: Ceske Akademie Cisare Frantiska, 1902, p. 1.

REICHERT, Folker. *Begegnungen mit China*. Stutgard: Thorbecke Verlag, 1992.

TEIXEIRA, Igor Salomão. *Hagiografia e processo de canonização: a construção do tempo da santidade de Tomás de Aquino*. 2011. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TESTA, Giulio Cesare. “Bozza per un censimento dei manoscritti odoriciani”. In: MELIS, Giorgio (ed.). *Atti del convegno storico Internazionale: Odorico da Pordenone e la Cina*. Pordenone: Storia cultura arte, 1983, pp 117-150.

WYNGAERT. Anastasius van den. *Sinica Franciscana*, vol. I, Firenze: Claras Aquas, 1929.

YULE, Henry; CORDIER, Henri. *Cathay and the Way Thither*. Vol. II. Londres: Hakluyt Society, 1913.

Fontes (com sua recensão e geração)

Besançon, Bersançon 667.G (C9).

Cambridge, Corpus Christi College 275 (A2).

Cambridge, Corpus Christi College 407 (A2).

Firenze, Riccardiana 683 (A6).

Florença, Biblioteca Nazionale Centrale, Con. Soppr, C.7.1170 (A6).

Florença, Biblioteca Nazionale Centrale, II.II.15 (F3).

Florença, Biblioteca Nazionale Centrale, II.II.15 (F3).

Florença, Biblioteca Nazionale Centrale, II.IV.277 (B2).

Florença, Biblioteca Nazionale Centrale, Magliab. VII. 1334 (C1).

Glasgow, Hunter, 84 (C3).

Glasgow, Hunter 458 (C3).

Londres, British Library, Arundel 13 (A2).

Londres, British Library, Arundel 13 (A2).

Londres, British Library, Harley 562 (A2).

Londres, British Library, Royal 14.C.XIII (A2).

Oxford, Bodleian Library, Digby 11 (E).

Oxford, Bodleian Library, Digby 166 (E).

Paris, Bibliothèque nationale de France, fr. 12202 (C9).

Paris, Bibliothèque nationale de France, fr. 1380 (C9).

Paris, Bibliothèque nationale de France, fr. 2810 (C9).

Paris, Bibliothèque nationale de France, lat. 2584 (C3).

Paris, Bibliothèque nationale de France, lat. 2584 (C3).

Paris, Bibliothèque nationale de France, lat. 3195 (C11).

Roma, Angelica, 2212 (A6).

Roma, Casanatense, 276 (C2).

Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Barb. lat. 4047 (A6).

Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Barb. lat. 4048 (A6).

Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Urb. lat. 1013 (A6).

Veneza, Biblioteca Marciana, It. VI. 585 (A6).

¹ De certa forma, toda escrita é um epitáfio, pois no momento em que foi registrada, a visão autoral está morta, mesmo para seu redator. É a leitura que dá vida ao texto, e, como Certeau lembra, cada exame gera uma nova existência às palavras escritas. Em suas palavras, o livro é apenas “um artefato mnemônico de uma leitura que jamais teremos novamente”. CERTEAU, 1988, p. 169.

² Roger Chartier propõe que, além da premissa do significado ser colocado pela interação entre texto e leitor, teóricos da recepção, fenomenólogos e críticos literários da *reader-response* não levam em conta o texto como objeto físico, o material no qual foi escrito o livro ou manuscrito, assumindo em vez disso uma relação direta entre um leitor normalmente anistórico e palavras escritas por um autor (CHARTIER, 1992, p. 52). Robert Darnton propõe cinco maneiras com as quais devemos nos aproximar da história social da leitura. Duas destas formas preocupam-se especificamente com o texto como objeto físico: o estudo da forma do livro e o estudo dos hábitos de leitura dos indivíduos através das *marginalia* e demais paratextos (DARNTON, 1992, p. 218-235).

³ Entendemos “paratexto” como elaborações realizadas por copistas, comentadores, proprietários e leitores dos escritos externas à narrativa do *Relatio*, que se identificam como exteriores ao corpo do texto original (através de *manicularia*, *marginalia*, destaques, marcas de propriedade e diferenças na caligrafia).

⁴ Mantendo a tradição dos estudos sobre Odorico de Pordenone, as referências à sua narrativa serão evocadas como *Relatio*, e suas citações seguirão a organização de capítulos propostas por Henry Yule, reeditadas por Henri Cordier, (e.g.: *Relatio*, cap. 12). Tal escolha se justifica por esta edição dispor de notas de referência a vinte e oito cópias manuscritas da obra produzidas durante a Idade Média, fazendo com que o pesquisador interessado neste texto tenha um horizonte mais amplo ao elaborar seus cotejos e considerações. Sabemos que não se trata da edição mais recente da obra odoricana, bem como temos consciência de suas limitações frente à crítica histórica e literária contemporânea; entretanto, ainda é a edição que reproduz a maior variedade entre os diferentes manuscritos da fonte, sendo também a transcrição mais aceita e referenciada deste documento por quase todos seus pesquisadores.

⁵ Hereges de origem franciscana que pregavam a pobreza extrema e denunciavam os abusos papais. Os *fraticelli* são os hereges retratados no romance (e filme) *O nome da rosa*, de Umberto Eco. Mais detalhes sobre estes religiosos em BURR, David. *Spiritual Franciscans: From Protest to Persecution in the Century After Saint Francis*. Pensilvânia: Pen State Press, 2010, p. 281 e 302.

⁶ Esta pesquisadora numera 180 cópias manuscritas sobreviventes de Pordenone, contra 150 de Polo, sem especificar a fonte ou metodologia de seu levantamento. Cabe ressaltar que sua sondagem desconsidera as 250 reproduções da narrativa de Jean de Mandeville por acreditar que esta narrativa é obra de ficção, delegando mérito majoritariamente extraído das informações de Odorico. Como veremos a seguir, sua contagem de 180 cópias é controversa.

⁷ Fazemos referência aqui às cópias e edições que ressaltam os aspectos sagrados do frade, como *Elogio Storico alle Gesta del Beato Odorico*, assim como as mais hiperbólicas e dotadas de mitos, como a *Libro delle nuove e strane e meravigliose cose*.

⁸ Nos estudos codicológicos, chamamos de “colófon” (ou “colofão”, pl. colofões) uma nota ou símbolo localizado na parte final ou inicial de uma obra que podem indiciar sua proveniência, nome do copista ou impressor, lugar e data de sua elaboração. Atualmente, podemos dizer que as referências bibliográficas presentes na parte posterior da segunda capa de um livro e seu ISBN/ISSN representam o colófon. Alguns pesquisadores consideram também as divisórias dos capítulos e que sinalizam o fim da obra como colófon. Nesta pesquisa, o termo será utilizado para designar as marcas que indicam a propriedade, autoria ou “genealogia” de um determinado manuscrito.

⁹ O que nos é indicado pelos demais autores encadernados no tomo: Ricardus de Sancto Victore, Armandus de Bellovisu, Franciscus de Mayronis, Nicolaus de Lyra, Bruno Signiensis, Humbertus de Romanis e são Jerônimo.

¹⁰ A chamada “mão *mercantesca*” é o principal tipo de caligrafia cursiva informal da Península Itálica no quarto final do século XIV até o XVI, e apresenta-se especialmente em manuscritos em língua vernácula, geralmente encontrando no papel seu aporte físico. A partir do século XV a influência humanista se coloca sobre a mão *mercantesca*, tornando-a híbrida com o gótico formal e sendo paulatinamente substituída. Por sua vez, a “mão *cancelleresca*” representa uma caligrafia mais trabalhada em semi-cursivo, expressa igualmente em uma maioria de documentos vernaculares. Como seu nome evoca, a *cancelleresca* se manifesta majoritariamente em documentos e livros com pretensão de clareza e durabilidade, tendo o pergaminho ou o papel de trapo (a partir do século XV) como seus principais materiais de aporte, sendo comumente elaborada por copistas profissionais. DEROLEZ, 2003, p. 171-172, p. 156-157.

¹¹ Marchisio destaca que esta cópia ignora partes da narrativa de Odorico.

¹² Riccardiana 683 e Marciana, It. VI. 585 (A6).

¹³ Gregorio (Goro) Dati (1362-1436) foi um mercador e escritor florentino, conhecido especialmente entre os historiadores por seus diários, ricos em informações sociais e econômicas de seu meio. Como mercador de seda e pedras preciosas, o florentino tinha grande interesse nas obras sobre a *orbis terrarum*, chegando a compor sua compilação *La Sfera* para organizar sua visão de mundo. Esta obra foi influenciada principalmente por autoridades latinas tradicionais, especialmente a tradução de Ptolomeu por Jacopo de Angelo, onde estabelece certa ligação com as cosmografias de seu tempo (os relatos de viagem não parecem ter nenhum impacto sobre sua produção). O livro teve certo sucesso em sua época, circulando em meios escolásticos e abastados em cópias com mapas de alta qualidade. Obra disponível digitalmente na página da Biblioteca do Congresso dos EUA através do endereço http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=rbc3&fileName=rbc0001_2003incun77411page.db. Acesso em 24 de março de 2013.

¹⁴ Vaticano, BAV, Barb. lat. 4048 (A6), segundo O'DOHERTY, 2006, p. 103.

¹⁵ Paris, BnF, lat. 2584 (C3).

¹⁶ Casanatense, 276 (C2), segundo MARCHISIO, 2013, p. 45.

¹⁷ Paris, BnF, f. lat. 2584 (C3).

¹⁸ “Ubi nascitur zinziber et ibidem adoratur bos tamquam deus”, fol. 120v.

¹⁹ De forma resumida, o autor elenca as seguintes características para as cópias de uso pessoal: baixa qualidade do aporte, escrita irregular, pouca decoração, anotações frequentemente desconexas do texto apresentado, refletindo opiniões pessoais (“muito caro”, “não vale a pena”, etc.) e ausência de *marginalia* escritural ou por parte de leitores posteriores. PETRUCCI, 1995, p. 183-188.

²⁰ BAV, Barb. lat. 4047 (A6).

²¹ “(...)Ego bartolomeus de luparis de ueneciis hunc librum scripsi” fol. 30v.

²² O *sati* é uma antiga prática do subcontinente indiano que consiste em executar a recém-viúva na mesma pira funerária de seu marido morto. Odorico fala sobre isto no capítulo 17, ao descrever Polubum.

²³ A mortificação de peregrinos é retratada no *Relatio* no capítulo 18, onde Odorico descreve os fiéis de Mobar (Malabar) que seguiam em procissão à cidade com um ferro transpassando seu braço, ou com o pescoço preso por uma pesada tramela de madeira. O suicídio ritual dos “idólatras” é explorado no capítulo seguinte, totalmente dedicado à descrição do culto que presenciou. Descrevendo o ápice da procissão anual que se referiu no capítulo anterior, o frade narra que viu muitos (“mais de quinhentos, todo ano”) se sacrificarem esmagados abaixo da enorme carroça que transportava um ídolo de ouro (“maior que a estátua de São Cristóvão”, lembrando que o padroeiro dos viajantes era normalmente retratado como um gigante). Ainda outros anunciam que desejam “morrer por seu deus”, sendo então guiados “com cinco facas presas ao seu pescoço” ao ídolo. Lá chegando, fazem uma referência e retiram uma das facas, com a qual cortam um pedaço de sua carne e o jogam no rosto da estátua, repetindo este ato até que as facas e a vida dos peregrinos se esgotem. Esta forte passagem é normalmente uma das mais citadas e reaproveitadas em outros escritos que retiram informações do *Relatio*.

²⁴ Como a famosa versão Paris, BnF, fr. 2810 (C9), disponível no endereço <http://gallica.BnF.fr/ark:/12148/btv1b52000858n/f205.item>, acesso em 02 de fevereiro de 2011. Este tomo normalmente aparece em catálogos, pôsteres e outros *souvenirs* como uma versão iluminada de Marco Polo, mas seu título mostra toda sua abrangência (e ego de seu tradutor): *Marco Polo, Le Livre des merveilles; Odoric de Pordenone, Itinerarium de mirabilibus orientalium Tartarorum, traduit en français par Jean Le Long; Guillaume de Boldensele, Liber de quibusdam ultramarinis partibus et praecipue de Terra sancta, traduit en français par Jean Le Long et Lettres adressées au pape et réponse de Benoît XII, traduit en français par Jean Le Long; De l'estat et du gouvernement du grant Kaan de Cathay, empereur des Tartares, traduit en français par Jean Le Long; Jean de Mandeville, Voyages; Hayton, Fleur des estoires de la terre d'Orient; Riccoldo da Monte di Croce, Liber peregrinationis, traduit en français par Jean Le Long*.

²⁵ O'Doherty não leva em conta em seu levantamento a cópia Glasgow, Hunter 84, mas Marchisio a localiza, e a considera uma das que mais influenciou Yule em sua tradução. MARCHISIO, 2013, p. 46.

²⁶ BnF, lat., 3195 (C11).

²⁷ Obtido no endereço http://special.lib.gla.ac.uk/manuscripts/search/detail_c.cfm?ID=35459 em 22/03/2013.

²⁸ Glasgow, Hunter, 458, fol. 1r. Disponível em: http://special.lib.gla.ac.uk/manuscripts/search/detail_i.cfm?ID=132. Acesso em 03 de maio de 2012.

²⁹ Glasgow, Hunter, 458, fol. 2r-2v. Disponível em: http://special.lib.gla.ac.uk/manuscripts/search/detail_i.cfm?ID=3903 Acesso em 03 de maio de 2012.

³⁰ Infelizmente, tal passagem carece de cópia digital.

³¹ Disponível em http://special.lib.gla.ac.uk/manuscripts/search/detail_i.cfm?ID=171. Acesso em 13 de maio de 2013.

³² Idem.

³³ Transcrição e levantamento codicológico consultados no *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques publiques de France*. vol. 32, Paris: Plon, Nourrit & Cie, 1897, pp. 402-404. Disponível em <https://archive.org/stream/cataloguegnr32fran#page/402/mode/2up>. Acesso 09 de dezembro de 2011.

³⁴ Paris, BnF, lat. 5006, disponível em <http://gallica.BnF.fr/ark:/12148/btv1b9076660f>. Acesso em 22 setembro de 2013.

³⁵ Paris, BnF, f. fr. 1380 (C9).

³⁶ Glasgow, Hunter 458 (C3), e Paris, BnF, f. lat. 3195 (C11).

³⁷ É interessante notarmos as diferenças das notas presentes na narrativa de Marco Polo e de Odorico nos mesmos manuscritos. Quando as versões francesas do *Le Livre de Marco Polo* eram anotadas, estes registros faziam paralelos com as obras cosmográficas de sua época. O'DOHERTY, 2006, p. 89-96.

³⁸ "Dicebant deum Adam fecisse nudum et ego me contra velle dei volebam vestire", fol. 21r.

³⁹ Em momento algum ele se vale de algum adjetivo negativo em suas notas, mesmo quando parece reproduzir uma parte do texto.

⁴⁰ "nota falsam rationem", fol. 121r.

⁴¹ "Quare sic facitis vos cum hoc quod facitis sit contra omnem rationem", *Relatio*, cap. 26.

⁴² Londres, BL, Royal 14.C.XIII (A2), que também contém Marco Polo, e sua cópia Cambridge, Corpus Christi College 407 (A3), contendo, um grande apanhado de viagens, com os seguintes títulos (em sua grafia original): Simon Simeonis OFM, *Itinerarium*; Willelmus de Rubruk, *Itinerarium*; Odoricus Pordenone, *Itinerarium*; *Secretum secretorum*.

⁴³ Bodl. Lib, Digby 11 (E).

⁴⁴ Bodl. Lib, Digby 166 (E).

⁴⁵ Entendemos "paratexto escriturário" como elaborações realizadas pelos copistas dos escritos externas à narrativa do *Relatio*, que se identificam como exteriores ao corpo do texto original (através de *manicularia*, *marginalia*, e diferenças na caligrafia).

⁴⁶ Londres, BL, Arundel 13 (A2), fol 43r. De acordo com o estudo codicológico da British Library que acompanha a versão digital do texto, as anotações presentes neste são do século XV.

⁴⁷ Cambridge, Corpus Christi College, 275 e Cambridge, Corpus Christi College, 407.

⁴⁸ Harley 562 (A2).

⁴⁹ Cambridge, Corpus Christi College 275 (A2).

⁵⁰ Londres, BL, Arundel 13 (A2).

⁵¹ Oxford, Bodl. Lib, Digby 11 (E) e Oxford, Bodl. Lib, Digby 166 (E).

⁵² Londres, BL, Arundel 13 (A2). A sessão devotada ao do julgamento dos mártires é indexada de várias formas, com uma caligrafia mais cuidadosa (fols. 39v-42v), e parece prestar especial atenção à contagem dos milagres ocorridos. "Miraculum", "aliud miraculum" e "tertium miraculum" nos indicam que estes fenômenos foram acompanhados de perto, juntamente com a relação dos milagres ocorridos após a morte dos frades (fol. 42f).

⁵³ As observações neste sentido são especialmente comuns em Cambridge, CCC 407 (A2); Londres, BL, Arundel 13 (A2); Oxford, Bodl. Lib., Digby 11 (E); e especialmente Oxford, Bodl. Lib., Digby 166 (E).

⁵⁴ Oxford, Bodl. Lib., Digby 11 (E) e Oxford, Bodl. Lib., Digby 166(E)

⁵⁵ Oxford, Bodl. Lib, Digby 11 (E), fols.45f-48v; Oxford, Bodl.Lib, Digby 166, fols. 36v-39r.

⁵⁶ "Quomodo mulieres positae sunt in communi" Bodl. Lib, Digby 11, fol. 50r; "omnia communia" Oxford, Bodl. Lib, Digby 166, fol. 39v.

⁵⁷ "Consuetudinem pessimam", *Relatio*, cap. 17.

⁵⁸ "mirabile consuetudo", fol. 39r.

⁵⁹ "De modo adorandi ydolum", fol. 39v.

⁶⁰ "Benevolentia regis", fol. 40v. A mesma nota foi reproduzida na *Sinica Franciscana*, vol. I, p. 454.

⁶¹ Este tomo possui um texto digno de nota, externo à narrativa de Odorico. Nele, está copiada uma sessão atribuída a Walter Map que narra uma série de acontecimentos locais quase em tom de fofoca e várias lendas locais, que Marchisio (2013, p. 304) erroneamente identifica como a única cópia sobrevivente – existem várias, e esta sequer está completa. Uma das lendas registradas nos chamou a atenção: ela fala de um "homem cruel" em Hereford que se levantou dos mortos e andou pelas ruas gritando o nome daqueles que morreriam adoentados em três dias. Procurado pelos amaldiçoados, o bispo da cidade, Gilbert Foliot, ordenou que o homem fosse desenterrado, decapitado com a pá, aspergido de água benta e enterrado novamente. Esta

passagem está danificada no manuscrito, mas há outra cópia em Bodley 851 que permite a leitura da passagem, chamada *De quodam prodigium*, na obra *De nugis curialium*, livro dois, cap. 27.

Há uma transcrição do livro no endereço <https://archive.org/stream/waltermapdenugis00mapwuoft#page/n141/mode/2up> (acesso em 25 de dezembro de 2013 – link para a página específica da passagem destacada) para os interessados nas criaturas monstruosas da Idade Média. Caciola Nancy considera esta passagem como um dos mitos fundadores do vampiro moderno (NANCY, 1996). Os capítulos 10 e 11 da mesma obra também oferecem excelentes exemplos da permeabilidade da mitologia celta e teutônica na cultura baixo-medieval, como, por exemplo, homens que casaram com ninfas. Esta curiosidade atesta com ainda mais força a baixa ou inexistente circulação de Odorico entre nobres ingleses, pois fora encadernada no mesmo volume Digby 166, uma obra cujo título traduzido livremente seria "As Frivolidades dos Nobres", portanto, sendo difícil que a elite nobiliárquica aprovasse um livro com um título semelhante.

⁶² O *Relatio* aparece sob o título *Relatio de mirabilibus orientalium Tatarorum* (ff..38v-51).

⁶³ “nota quod vir non te[net]ur mori cum uxore”: fol. 42v.

⁶⁴ “ut pro anima sua orent”, fol. 45r; este comentário é reproduzido na *Sinica Franciscana*, vol. I, cap. 17, p. 454.

⁶⁵ “(...) quomodo peregrinantur ad istud ydolurn et quam penam sustinent in peregrinacione”, fol. 43r.

⁶⁶ “Nota quomodo stultus populus ponit se sub curro in quo ducitur istud ydolum et sic fatue gratis moriuntur” f. 43r.

Artigo recebido em 18/12/2015. Aprovado em 08/02/2016.

TEXTOS E IMAGENS DO MUNDO MEDIEVAL: AS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS ENTRE AS LÍNGUAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS (SÉCULOS VIII-XVI)

WRITINGS AND IMAGES FROM THE MEDIEVAL WORLD: THE CARTOGRAPHIC REPRESENTATIONS BETWEEN THE CLASSICAL AND VERNACULAR LANGUAGES (8th – 16th CENTURIES)

Thiago BORGES*

Resumo: Textos e imagens estabeleceram, ao longo dos tempos, uma complexa e fascinante relação de complementariedade que se estende entre os mais distintos contextos e realidades históricas. Sob tais perspectivas, este breve estudo propõe-se a analisar a produção cartográfica medieval por intermédio de seu viés textual, contemplando os fenômenos responsáveis pela transposição do texto ao traçado cartográfico. Recorrendo à longa duração dos processos históricos, estaremos particularmente atentos às nuances linguísticas e iconográficas que, entre os séculos VIII e XVI, fundamentaram, deram forma, sentido e coerência as representações do espaço no Ocidente medieval cristão.

Palavras-Chave: Cartografia Medieval; Mapa-múndi; Textualidade; Latim; Vernácula.

Abstract: Writings and Images set throughout time a complex and fascinating relation of complementarity which extends between the most different context and historical realities. Under such perspective, this brief study aims to investigate the medieval cartographic production through its textual character, analyzing the responsible phenomenon for the transposition of the writings to the cartographic design. Taking into account the long duration of the historical process, we will be particularly attentive to the linguistic and iconographic aspects, which between the 8th and 16th centuries, substantiated, gave meaning, coherence and shape to the representation of the space in Medieval Christian west.

Keywords: Medieval Cartography; World Map; Textuality; Latin; Vernacular.

Cartographers manufacture power: they create a spatial panopticon. It is a power embedded in the map text. We can talk about the power of the map just as we already talk about the power of the word or about the book as a force for change. It is a power that intersects and is embedded in knowledge. It is universal¹.

J.B. HARLEY

A análise dos aspectos semânticos e textuais que recaem sobre tradições de caráter fundamentalmente imagético impõe-nos uma série de limitações e condicionantes historiográficas que esbarram não somente nos latentes particularismos das estruturas verbais e das representações iconográficas, mas, sobretudo, no

* Mestre em História Medieval – Doutorando em História – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro. Brasília, DF – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: tborges_unb@hotmail.com

descompasso temporal muitas vezes estabelecido entre o tempo dos textos e o tempo das imagens, remetendo-nos a contextos e realidades plenamente diferenciáveis.

Pero Vaz de Caminha, por exemplo, procurou traduzir em palavras o fascínio diante da imagem de um novo mundo. Bruegel, por outro lado, transformou os provérbios de seu tempo em uma grande e caótica panóplia de imagens e símbolos². Nesses e em outros tantos exemplos conservam-se não somente a complexidade resultante das relações estabelecidas entre o ato de *ver* e *escrever*, mas, igualmente, as sutilezas da ação racional humana, suas interferências subjetivas, interesses objetivos, estruturas mentais e seus códigos linguísticos.

No âmbito da história da cartografia, que particularmente nos interessa aqui, estas relações revelam-se ainda mais expressivas, pois um mapa é, por essência, uma imagem, uma representação figurada do espaço capaz de assimilar, delinear e transmitir, por intermédio de símbolos e breves descrições textuais, as propriedades de uma dada realidade espacial. Para Du Cange, um mapa não deve ser entendido somente como um pequeno pedaço de “papel ou pano no qual a descrição do mundo está contida”³, mas sim como uma espécie de sudário que, lançado sobre o mundo, viria a revelar sua verdadeira face.

Por mais de mil anos, perpassando todo o período medieval, a produção cartográfica se fundamentou pela tentativa de sintetizar, em um único plano, os diferentes estratos que permeiam a percepção humana, descrevendo e representando espaços, eventos, personagens e animais de natureza real e imaginária, sagrada e profana. Até o século XVI, ressalta Jean-Marc Besse (2009, p. 4), o ato de mapear era considerado uma atividade de caráter essencialmente descritivo, sendo que alguns o faziam por intermédio de imagens, enquanto outros recorriam às linguagens verbais.

Durante o período medieval, com a crescente importância atribuída à dimensão simbólica das representações iconográficas, as relações estabelecidas entre os textos e as imagens adquirem maior importância e proeminência. Segundo François Garnier (1982, p. 82), as imagens medievais são constituídas a partir de uma verdadeira sintaxe iconográfica, beneficiando-se diretamente do texto no qual estão inseridas. Nutridas interna e externamente por descrições que fundamentam, dão forma, sentido e coerência a seus traçados, “estas imagens encontram-se no centro da concepção medieval do mundo e do homem, remetendo não somente a objetos figurados, mas também a imagens da linguagem, como metáforas, alegorias, *similitudines*, obras literárias ou de pregação” (SCHMITT, 2006, p. 593).

Por outro lado, ademais da estreita proximidade estabelecida em determinados contextos, é imprescindível considerar que a transposição do texto para a imagem não se processa de forma completa e absoluta, sem perdas, adições, interpretações e interferências subjetivas. Neste sentido, diferentemente daquilo que presumiu J. H. Andrews, acreditamos que as propriedades imagéticas das representações cartográficas não devam ser imediatamente comparadas com as estruturas semânticas das linguagens verbais. Para Andrews,

a cartografia se parece um pouco com a linguagem, embora a função gramatical das palavras nos mapas possa ser diferente de sua função em sentenças verbais. De outra maneira, a equivalência mais clara a uma palavra é um ponto de referência cartográfica, como uma cruz que representa uma igreja. Estes símbolos relembram os nomes comuns da linguagem verbal⁴ (ANDREWS, 1990, p. 3).

O método analítico adotado pelo autor, entretanto, deixa de considerar que textos e imagens, mesmo inseridos em um mesmo contexto – como numa iluminura medieval –, conservam as especificidades latentes de suas linguagens próprias, suscitando, aos olhos do observador, diferentes processos de percepção e análise. A cartografia, por sua vez, congrega textos e imagens de diferentes épocas e origens, constituindo, assim, uma linguagem extremamente singular, pois “enquanto o texto apresenta informações em uma ordem linear, o mapa é um híbrido bidimensional de símbolos textuais e gráficos; conseqüentemente, a leitura de um texto ou a compreensão de um mapa requerem métodos diferentes” (SCHÖLLER, 2013, p. 42).

Diante de tais especificidades, faz-se necessário, portanto, abordarmos estas linguagens a partir de perspectivas que contemplem, para além da simples crítica estruturalista, as implicações históricas resultantes das relações estabelecidas, nestes contextos, entre textos e imagens. Propomo-nos, assim, a analisar essas relações a partir de três níveis distintos: dos termos e conceitos atribuídos à produção e as representações cartográficas; da influência dos textos clássicos sobre a formulação de uma nova imagem do mundo no Ocidente medieval e; dos processos de modificação desta imagem e da incorporação, em finais da Idade Média, dos primeiros escritos em linguagem vernacular.

Neste sentido, recorrendo à longa duração dos processos históricos, os testemunhos cartográficos a serem contemplados neste breve estudo estendem-se entre os séculos VIII e XVI, momento em que se observa a formação e a consolidação de uma imagem do mundo construída, legitimada e sacralizada pela ótica da cristandade

medieval. Imagem que transita entre os fundamentos da tradição clássica e os novos horizontes geográficos traçados no alvorecer da modernidade ocidental. Esperamos, assim, que o estudo das estruturas formais, mentais e linguísticas que permeiam o vasto universo das representações cartográficas medievais nos permita compreender, ainda que em partes, as relações de dominância e poder, as práticas sociais e religiosas, os homens, as verdades e as temporalidades que permanecem subscritos nos longos traços que compõem um mapa-múndi medieval.

A cartografia medieval, seus termos e conceitos

Os primeiros estudos sistemáticos empreendidos no âmbito da cartografia histórica são relativamente recentes, datam somente da primeira metade do século XIX, momento em que se observou a necessidade de coligir, catalogar, quantificar e qualificar os documentos e mapas existentes. Nascia, assim, entrelaçada aos princípios do positivismo francês e do historicismo alemão, a *cartographia*. Ainda que de aparência tão antiga quanto à própria produção cartográfica, o estabelecimento um vocábulo próprio para designar este tipo de *sciencia* deve-se ao geógrafo português Manuel Francisco Carvalhosa – o 2º Visconde de Santarém – que em 1839, em carta enviada ao historiador brasileiro Francisco Varnhagen, sublinhava: “invento esta palavra já que ahi se tem inventado tantas” (*apud* CORTESÃO, 1975, p. 268).

Os princípios fundamentais da *cartographia* do Visconde de Santarém vinculavam-se aos critérios de cientificidade de seu tempo, fazendo com que os estudos em cartografia não raras vezes se restringissem a sua dimensão material, positiva e imediata. Quase dois séculos após a sua criação, entretanto, os conceitos e fundamentos que norteiam a produção e os estudos cartográficos passariam por importantes e decisivas modificações, adequando-se as diferentes formas de percepção e representação dos espaços naturais e humanos ao longo dos tempos. Estamos diante, portanto, de um objeto em constante ressignificação, que se renova com as especificidades de cada período, com o desenvolvimento de novas teorias ou tecnologias.

Em uma perspectiva teórica, estes conceitos não podem ser pensados enquanto elementos estáticos, pois assimilam as especificidades semânticas que, em diferentes contextos e temporalidades, incidem sobre suas formas textuais, atribuindo sentidos e significados que são extremamente variáveis no tempo e no espaço. Prisioneiro de sua

própria etimologia, Reinhart Koselleck (2006, p. 101) assinala que “um conceito, seja ele qual for, abre determinados horizontes ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis”. Neste sentido, a variação semântica destes conceitos acompanha, ainda que não de forma absoluta, as oscilações inerentes a seus contextos históricos.

O vocábulo ‘mapa’, por exemplo, que utilizamos contemporaneamente para fazer referência às nossas representações cartográficas, é derivado da expressão latina *mappa* que, apesar de originalmente designar um pequeno pedaço de tecido, já era utilizado desde os tempos antigos com sentidos e significados muito semelhantes àqueles que conhecemos atualmente. Nestes contextos é possível observar a utilização corrente de expressões como *forma*, *figura*, *pinax*, *tabula* ou *orbis pictus* que, apesar de suas especificidades, eram comumente utilizadas para fazer referência aos textos e imagens que se vinculavam às formas de descrição e representação dos espaços terrestres.

No decorrer da Idade Média, com as sucessivas corrupções da língua latina, esses termos se multiplicariam, passando por significativas alterações. Em finais do século VIII, por exemplo, o monge Beato de Liébana fez uso da expressão *formula picturarum* para se referir ao grande mapa-múndi que acompanhava a edição pictórica de seu *Commentarium in Apocalypsin*⁵. Séculos mais tarde, Hugh de Saint-Victor⁶ e Ranulf Higden⁷ recorreriam ao termo *mappa mundi* para designar não o mapa em si, mas as descrições textuais que acompanhavam a iluminura. Em outros tantos contextos, expressões sinonímicas como *images mundi*, *pictura*, *descriptio* ou *orbis terrarum* foram igualmente utilizadas para fazer referência a representações extremamente semelhantes, senão com sentidos idênticos.

Contudo, convém destacar que, no Ocidente medieval, o conceito de *imago* – do qual evidentemente deriva o termo *imago mundi* – restringe-se às imagens compostas em suportes materiais como, por exemplo, um fólio de pergaminho. Chamamos atenção para esta especificidade, pois, nesses contextos, a *imago* distinguia-se, ainda que sem oposição direta, das chamadas imagens mentais, constituídas nos domínios da *imaginatio*. Ainda que distintas, elas são estritamente complementares e não podem ser separadas de forma absoluta, pois comprometeriam o entendimento das formas, dos sentidos e das simbologias das imagens medievais.

Entretanto, essas imagens não são únicas formas de concepção e representação do espaço no Ocidente medieval. Para além do latente simbolismo inerente à produção cartográfica medieval, é possível observar as reminiscências de uma longa tradição

latina de textos, glosas e itinerários que se vinculavam às necessidades reais de localização e locomoção. Amplamente utilizadas em viagens de peregrinação, em rotas comerciais ou em expedições militares, as descrições do espaço raramente apresentavam algum tipo de imagem ou mapa, pois eram elaboradas a partir de uma grande compilação de nomes e referências topográficas, muitas das quais apropriadas de textos e autores clássicos. Um dos exemplos mais expressivos desta tradição deve-se a uma mulher, Egéria, uma monja hispânica que, em finais do século IV, registrou as liturgias e os caminhos percorridos durante sua longa viagem de peregrinação à Terra Santa⁸.

Em um mesmo contexto, evidencia-se o estabelecimento de dois modos de representação distintos, um textual ou imagético, que apesar de suas especificidades “reforçam o esforço consciente de muitos autores para tornar o mundo material um espelho da história bíblica” (KLINE, 2005, p. 222). São estas múltiplas associações entre o texto, a simbólica, a memória e os sentidos evocados por seus traçados que conferem à produção cartográfica medieval uma ampla diversidade de formas, cores, símbolos e significados. Seria, portanto, completamente inverossímil pensar que estas descrições do mundo medieval evocam, para os homens de seu tempo, os mesmos sentidos, funções e significados que atribuímos, contemporaneamente, a nossas formas de concepção e representação do espaço.

Postas essas questões, resta-nos delinear a amplitude das influências exercidas pela tradição clássica sobre as representações do espaço na Idade Média para, mais adiante, compreendermos como estas formas serão progressivamente alteradas com o estabelecimento dos primeiros escritos em linguagem vernacular.

Do texto clássico à imago mundi medieval

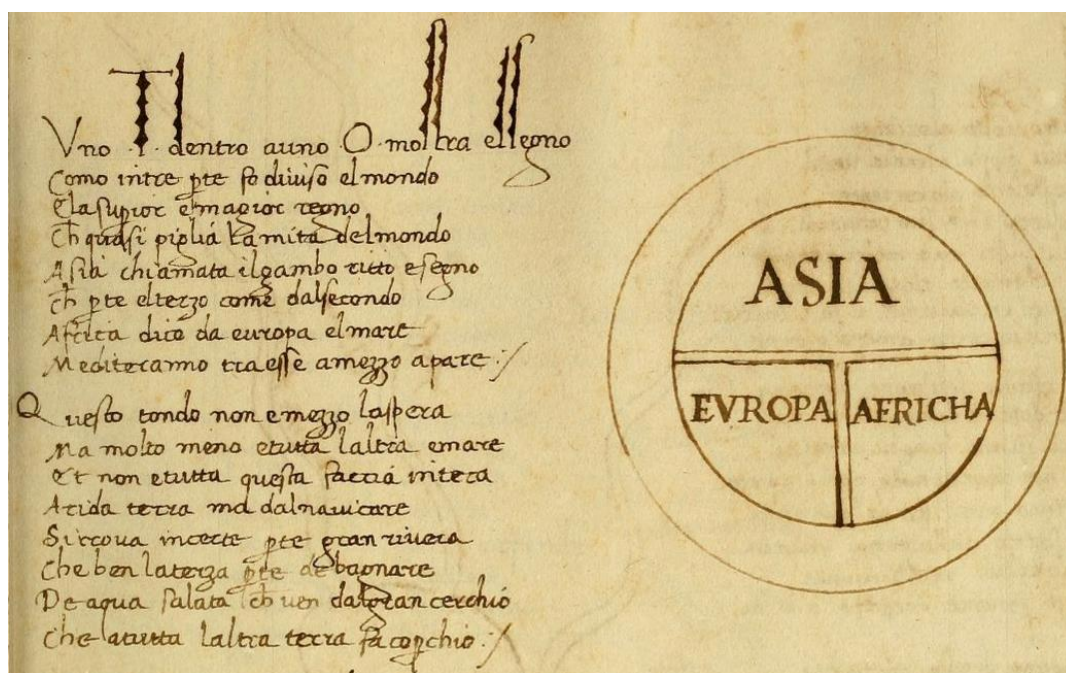
A influência da tradição clássica sobre as formas de concepção e representação do espaço no Ocidente medieval é extremamente profusa e diversificada. Suas raízes remetem-nos a poética de Homero, as *Histórias* de Heródoto, a crônica de Salústio ou aos relatos de viagem de Cosmas, textos que, por assimilação, transmissão e cópia, transitaram entre diferentes períodos e contextos, contribuindo para a formação e consolidação de uma nova imagem do mundo⁹.

Ademais de suas especificidades, estes textos e diagramas estruturam-se a partir de um modelo arquetípico, fundamentados pelas descrições de um ecúmeno circular, tripartido, plano no nível das terras habitáveis e esférico no nível da astronomia. Assim,

durante toda a Alta Idade Média, os autores dos textos e os iluminadores dos diagramas e cartas foram os herdeiros da Antiguidade tardia: herdeiros dos textos onde os conhecimentos sobre o espaço da *orbis terrarum* foram sistematizados graças à *Potestas Romana*, que transmitiram um enorme estoque de nomes geográficos e étnicos frequentemente reproduzidos sobre a forma de listas organizadas; foram herdeiros de diagramas que colocaram em cena os conceitos e as teorias sobre a estrutura do cosmos e da terra (DALCHÉ, 2013, p. 29)¹⁰.

As reminiscências da tradição clássica manter-se-iam vivas através dos séculos, encontrando referências diretas mesmo em contextos mais tardios, quando as línguas clássicas já se viam confrontadas pela consolidação das línguas vernaculares. Em princípios do século XV, por exemplo, os humanistas Leonardo e Gregório Dati retomariam os princípios fundadores da cosmografia antiga para, em italiano, descrever as formas e limites do mundo habitável¹¹ (imagem 1).

Imagem 1: Detalhamento da cópia manuscrita do tratado *La Sfera* de Leonardo e Gregório Dati, 1484.



Fonte: Boston, Public Library. Disponível em: <https://archive.org/details/lasfera00dati>, acesso 19/01/2016.

Essas permanências, entretanto, não se restringem à sua dimensão textual. Concebidos a partir de uma longa tradição de textos clássicos, os primeiros traçados cartográficos do mundo medieval se estruturavam a partir de um modelo fundador – comumente designado como modelo T/O. Do texto ao traçado cartográfico, estas representações mantiveram-se permanentemente abertas a visões particulares que enxergavam, para além de suas formas primordiais, as mais diversas possibilidades de representação gráfica das realidades espaço-temporais.

Por seu gosto enciclopédico, essas singulares expressões da cultura medieval não devem ser concebidas ou sistematizadas como simples instrumentos operativos, uma vez que, neste caso específico, “o espaço adquire fisionomia cartográfica essencialmente vinculada a uma estrutura alegórica, com referências apenas ocasionais à conformação terrestre, mesmo quando era perfeitamente conhecida” (TUCCI, 1984, p. 139). É possível, pois, pensarmos esta dicotomia espacial sob uma dupla perspectiva teórica: uma objetiva, imediata e sensitiva; outra subjetiva, intimamente dependente dos códigos mentais, das lógicas culturais e das práticas sociais de cada civilização em particular.

Desse modo, um simples círculo tripartido poderia incorporar notações de caráter geográfico, histórico, natural e religioso que descreviam a existência de povos, personagens, eventos e cidades que, muitas vezes, estavam dissociados no tempo e no espaço. Nesse sentido, seria extremamente redutor pensarmos que os processos de concepção e produção de um mapa-múndi medieval se limitavam a simples cópia de modelos arquetípicos, sem quaisquer interferências subjetivas de seus criadores.

Sob a tutela da institucional da Igreja, esses modelos passariam a receber novos e peculiares significados, servindo de espaço para a representação dos princípios fundamentais da teologia cristã. Nesse novo sistema de crenças e verdades, a tripartição da *orbis terrarum* associava-se simbolicamente à Santíssima Trindade, à cruz e ao sacrifício de Cristo, aos filhos de Noé, à dispersão dos apóstolos e Jerusalém, seguindo as profecias de Ezequiel¹², aproximava-se do centro dos mapas destronando antigas concepções pagãs¹³.

Estamos diante de um complexo processo de assimilação e adequação da tradição clássica pela teologia medieval, elementos que, em maior ou menor grau, contribuíram para o estabelecimento, no Ocidente medieval cristão, de uma nova imagem do mundo¹⁴. Imagem alicerçada por tradições distintas que convergem e interagem sobre o vasto universo das representações cartográficas medievais, fazendo com que textos clássicos, referências bíblicas e exortações patrísticas coexistam em um

plano aparentemente homogêneo. Mais do que simples cartogramas esquemáticos, essas imagens tornaram-se verdadeiras enciclopédias visuais, capazes de assimilar, sintetizar e reproduzir os conhecimentos de seu tempo¹⁵.

Situados entre o peso de antigas tradições e as especificidades de seus contextos circundantes, seria razoável pensarmos um mapa-múndi medieval como uma espécie de mosaico de peças disformes que, em conjunto, compõem uma grande e complexa imagem do mundo. Dentre essas peças, duas, em especial, nos despertam particular interesse. Vejamos, portanto, a partir de alguns exemplos pontuais, as proposições cosmográficas sedimentadas nas obras de Paulo Orósio e Isidoro de Sevilha, autores que, ao longo de toda a Idade Média, consolidar-se-iam como uma das mais importantes bases de fundamentação para as representações cartográficas medievais.

A tradição orosio-isidoriana: o estudo de dois casos específicos

Em princípios do século V, Paulo Orósio, presbítero hispânico da Bracara Augusta, ao escrever o primeiro dos sete livros de suas *Historiae Adversus Paganos*, evocava a *autorictas* dos escritores clássicos para sustentar os pilares fundamentais de sua visão de mundo:

Nossos antepassados fizeram uma tripla divisão do mundo, que era cercada pelo oceano na sua periferia. A estas três partes eles chamavam Europa, África e Ásia, cercadas nos três lados pelo Oceano, que se estendia por todo o Leste¹⁶.

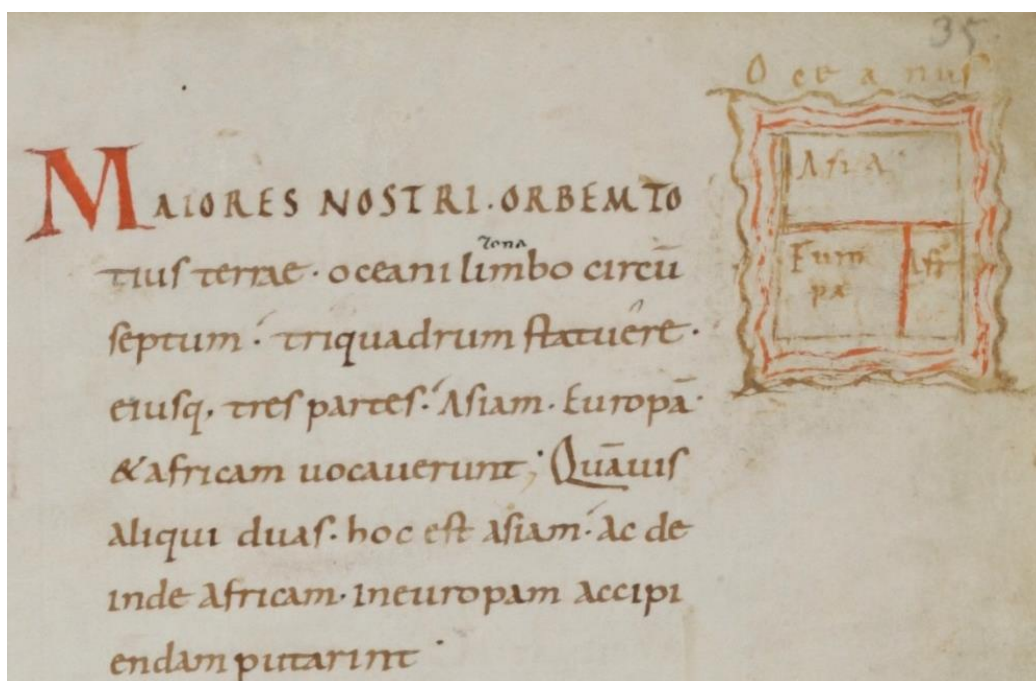
As reminiscências do pensamento clássico sobre os escritos orosianos são extremamente expressivas, tornando-se particularmente latentes pela referência direta aos *maiores nostri*. Estabelecidos em um ponto de clivagem entre a Antiguidade Tardia e o alvorecer da medievalidade ocidental, os postulados cosmográficos de Orósio não apresentam inovações significativas, pois se consolidam segundo os princípios de uma antiga tradição latina, limitando-se, portanto, ao relato descritivo das terras e províncias conhecidas pela própria experiência empírica ou pela autoridade quase incontestável do ouvir dizer.

Por seu caráter estritamente descritivo, a obra de Orósio enquadrar-se-ia naquilo que David Woodward (1987, p. 294) designou como “mapas-múndi não esquemáticos”, uma vez que não há indícios plenamente assertivos que nos levem a pensar que suas *Historiae* tenham sido concebidas com o intuito de incorporar quaisquer espécies de

imagens ou mapas. Não existe, e possivelmente nunca existiu, nenhum mapa de Orósio, mas sim, mapas pensados e traçados a partir de suas descrições textuais. O que nos resta, na melhor das hipóteses, é uma longa lacuna de quase três séculos que separa esse tratado apologético e os primeiros traçados cartográficos do mundo medieval¹⁷.

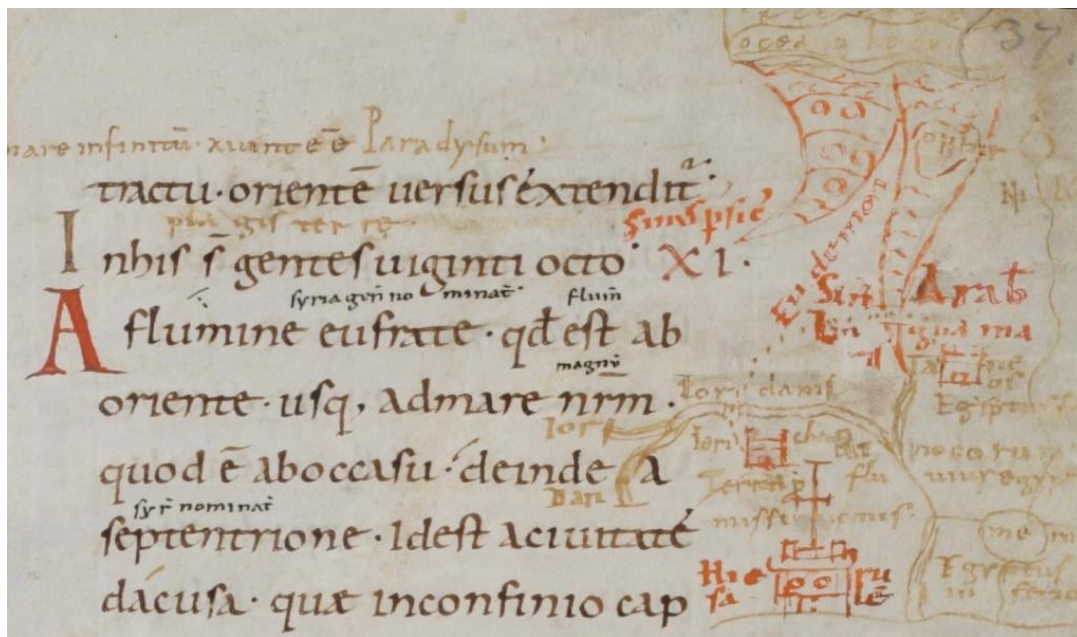
Entretanto, nesse contexto de ausências e incertezas, um códice nos desperta particular atenção. Produzido no último quartel do século IX, a cópia manuscrita das *Historiae Adversus Paganos* que atualmente se conserva na Stiftsbibliothek de Saint-Gall¹⁸, apresenta, para além do texto de Orósio, cerca de 7400 glosas e apontamentos marginais realizados, em meados do século XI, por Ekkehard IV¹⁹. Estas adições se estendem por todo o manuscrito e exercem uma função claramente pragmática, servindo de orientação e referência para os momentos de leitura e estudo. Dentre estas glosas incluem-se, ainda, três pequenos cartogramas esquemáticos que acompanham as descrições cosmográficas do primeiro livro das *Historiae* de Orósio (imagens 2, 3 e 4).

Imagem 2: Detalhamento do Codex Sangallensis 621, séc. IX.



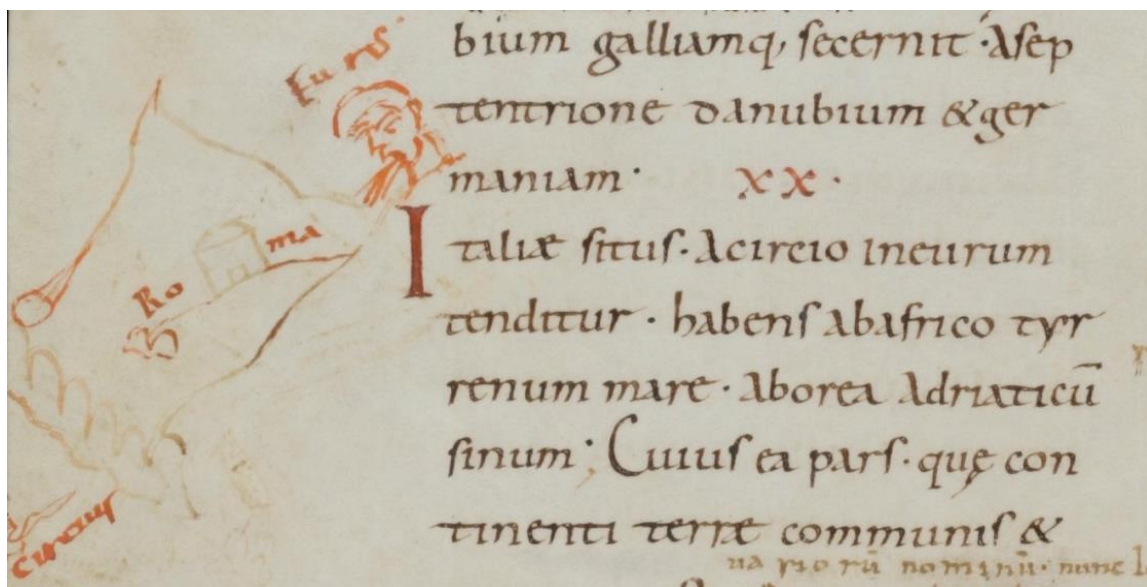
Fonte: Paulo Orósio, *Historiarum Adversus Paganos libri VII*. Saint Gallen, Stiftsbibliothek, Cod. Sang. 621, f. 35. Disponível em: <http://www.e-codices.unifr.ch/en/csg/%200621/35/0/%20Sequence-621>, acesso 18/01/2016.

Imagem 3: Detalhamento do Codex Sangallensis 621, séc. IX.



Fonte: Paulo Orósio, *Historiarum Adversus Paganos libri VII*. Saint Gallen, Stiftsbibliothek, Cod. Sang. 621, f. 37. Disponível em: <http://www.e-codices.unifr.ch/en/csg/%200621/37/0/%20Sequence-621>, acesso 18/01/2016.

Imagem 4: Detalhamento do Codex Sangallensis 621, séc. IX.



Fonte: Paulo Orósio, *Historiarum Adversus Paganos libri VII*. Saint Gallen, Stiftsbibliothek, Cod. Sang. 621, f. 42. Disponível em: <http://www.e-codices.unifr.ch/en/csg/%200621/42/0/%20Sequence-621>, acesso 18/01/2016.

Apesar da simplicidade de suas formas, esses pequenos cartogramas fazem referência a elementos essenciais para a compreensão da cosmografia cristã, tais como a tripartição da *orbis terrarum* e a importância atribuída às cidades de Jerusalém e Roma. Seguindo estritamente o texto, cada um desses situa-se imediatamente às margens das descrições que os fundamenta.

O *triquadrum* orosiano, por exemplo, é representado por Ekkehart no canto superior direito do fólio 35, juntamente com as descrições textuais de assinalam os limites e divisões entre os três continentes (*Adversus Paganos*, I, 2, 1)²⁰. No fólio 37, o enfoque textual recai sobre as descrições da Ásia Menor e Síria, espaço onde se situam alguns dos mais importantes marcos da narrativa bíblica. Diante do texto (*Adversus Paganos*, I, 2, 23)²¹, Ekkehart traça os contornos da *Terra Promissionis* conferindo especial destaque às representações de *Hierusalem* e do *Mare Rubrum*, locais de culto e devoção que encontram-se intimamente associados à vida e a paixão de Cristo. Por fim, no fólio 42 (*Adversus Paganos*, I, 2, 61)²², o monge de Saint-Gall opta por representar a cidade de Roma a partir da inclusão de uma pequena edificação situada no alto de uma colina, ladeada pelos ventos *Eurus* e *Circius* que, como em outras representações do período, assumem uma forma antropomórfica.

Para além dos aspectos iconográficos, é interessante destacarmos ainda a convergência, em um único manuscrito, de três temporalidades distintas que nos remetem, respectivamente, ao texto orosiano, à produção do códice no século IX e às adições de Ekkehart em princípios do século XI. Em cada um destes, é possível observar as sutilezas e especificidades das formas de apropriação, produção e transmissão do conhecimento ao longo dos tempos. No século V, por exemplo, Orósio, guiado pela autoridade daqueles que o antecederam, não via a necessidade de iluminar sua obra com representações que viessem a facilitar a compreensão do texto escrito. Séculos mais tarde, entretanto, Ekkehart expressava outro sentimento acerca da importância e do poder didático das imagens. Essas distinções, evidentemente, não são frutos de um acaso qualquer.

Orósio conviveu com as incertezas de um tempo de consternação e mudança, em que o Cristianismo se viu constantemente confrontado pela ameaça de povos e doutrinas pagãs. Tempo em que as imagens sagradas, pelo risco de idolatria, situavam-se no centro de um intenso conflito com profundas ressonâncias na estrutura institucional e dogmática da nascente Igreja. Ekkehart, por outro lado, insere-se em um contexto permeado por uma verdadeira *cultura de imagens* que, incorporando e sacralizando antigas tradições, tornava visível o invisível, dando forma e dimensão aos horizontes materiais e espirituais das comunidades cristãs²³.

Outro exemplo expressivo para compreendermos as relações estabelecidas entre as descrições textuais e os traçados cartográficos, pode ser verificado nas cópias remanescentes do *Commentarium in Apocalypsin* do Beato de Liébana. Os *Beatos*, como são comumente denominados pela historiografia, consolidam-se enquanto uma

tipologia específica de manuscritos ricamente iluminados produzidos na Península Ibérica e em algumas zonas de influência hispânica entre os séculos IX e XIII e conservam uma das mais singulares e inovadoras formas de interação entre textos, imagens e mapas²⁴.

Aguçando sentidos e sensibilidades díspares, a relação de interdependência estabelecida entre estes elementos esboça os limites de um discurso lógico, coerente e capaz de auxiliar na edificação espiritual de seus irmãos correligionários²⁵. Com o claro intuito de fornecer ao leitor um discurso simplificado e de fácil compreensão²⁶, o texto recorre constantemente ao apelo didático-visual das expressões iconográficas que, por sua vez, dão forma, cor e movimento a seus respectivos ecos verbais. Assim, oscilando com extrema naturalidade entre exposições morais, notas alegóricas e interpretações históricas, o Beato de Liébana evoca a autoridade dos Santos Padres e doutores da Igreja para consolidar e legitimar as predicções iniciais de sua obra:

As explicações expostas neste pequeno livro não se devem a mim, mas aos santos padres que firmam sua autoridade, isto é, Jerônimo, Agostinho, Ambrósio, Fulgêncio, Gregório, Ticônio, Irineu, Apringio e Isidoro; O que não é entendido quando lido em outros livros, será neste, pois está escrito em linguagem comum, e embora em alguns pontos se possa errar, está escrito com absoluta fé e devoção (*Beatos*, Prefácio, 1, 12-17)²⁷.

No âmbito das representações cartográficas, os mapas dos *Beatos* aproximam-se fundamentalmente dos postulados cosmográficos de Isidoro de Sevilha, elemento que pode ser evidenciado em todos os testemunhos remanescentes dessa tradição pela presença de uma “quarta parte do mundo, situada para além do Oceano interior e desconhecida por nós pelo ardor do Sol”²⁸. Ainda que sem vínculo imediato com o texto apocalíptico, estes traçados cartográficos foram originalmente pensados com o intuito de representar a dispersão apostólica – *sortes apostolorum* – pelo ecúmeno terrestre, complementando as descrições presentes no prólogo ao livro segundo:

Estes foram os discípulos de Cristo, predicadores da fé e doutores dos povos. Os doze apóstolos, ainda que todos sejam somente um, cada um deles recebeu um destino próprio para pregar pelo mundo. Pedro, Roma; Andreas, Acaia; Tomás, Índia; Tiago, Hispania; João, Ásia; Mateus, Macedônia; Felipe, Gália; Bartolomeu, Licônia; Simão Zelotes, Egito; Matias, Judeia; Tiago, irmão do Senhor, Jerusalém. A Paulo, não se assinala nenhuma zona própria, como ao restante dos apóstolos, porque é elegido maestro e predicador de todos os povos gentis²⁹ [...]; Foram poucos, mas elegidos. E de estes pequenos grãos, surgiu uma grande colheita. E para que se vejam mais facilmente os grãos semeados pelos campos do mundo, que os profetas trabalharam e colheram, demonstra a pintura que se segue (*Beatos*, Prólogo Livro II, 3, 48-52; 72-84)³⁰.

A relação estabelecida entre textos e imagens nesse contexto é impressionante. Ainda que nem todos os mapas remanescentes conservem as formas originalmente pensadas pelo Beato de Liébana, é possível observar, entre os descendentes da primeira edição pictórica dos *Beatos*, que a representação da diáspora apostólica se faz por meio da inclusão dos bustos dos doze apóstolos em seus respectivos locais de pregação evangélica. Em alguns casos, como no mapa-múndi do *Beato* de Osma, estas imagens são traçadas em estilo românico, assumindo, portanto, uma feição isocefálica. Nimbados, os apóstolos encontram-se assentados em pequenas bases retangulares ornamentadas por diferentes motivos decorativos e são acompanhados por duas breves legendas que assinalam, em latim, o nome e a região do apóstolo ali representado (imagem 5).

Imagem 5: Mapa-múndi do *Beato* de Osma, 1086.



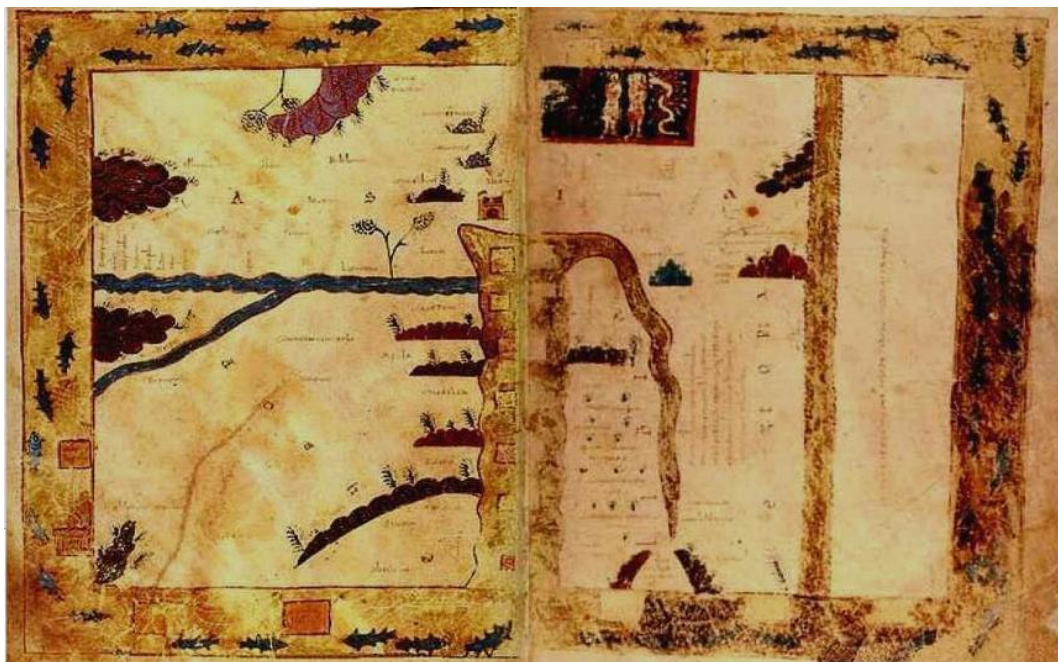
Fonte: Burgo de Osma, Arquivo de la Catedral, Cod. 1, ff. 34v-35. Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/04/Beato_de_Liebana_Burgo_de_Osma_1086.jpg, acesso 18/01/2016.

Essas não seriam, entretanto, as únicas formas de representação das *sortes apostolorum* no contexto da larga tradição cartográfica dos *Beatos*. Considerando os processos de transmissão, apropriação e modificação dos textos e imagens que

originalmente compunham a obra exegética do Beato de Liébana, é possível verificar o estabelecimento, em muitas das cópias remanescentes, de um nítido descompasso entre textos e imagens.

Essas alterações devem-se, em grande medida, às modificações empreendidas, na primeira metade do século X, por Magius, iluminador do mosteiro de San Salvador de Tábara e responsável pela produção de pelo menos duas cópias manuscritas do *Commentarium in Apocalipsin*³¹. Das mãos de Magius, terão nascidos dois protótipos cartográficos sensivelmente diferenciados, incorporando novas e peculiares formas de representação. Suprimidos dos mapas, os apóstolos – símbolos maiores desta tradição – acabariam deslocados para outras iluminuras ou seriam simplesmente substituídos por breves inscrições topográficas. O que se observa, portanto, é a clara predileção de Magius por um traçado sem grandes expressões iconográficas, que se encontra primordialmente atrelado à ampla utilização de epígrafes e legendas que viessem a remarcar as diferentes partes e propriedades do *orbis terrarum* (imagem 6).

Imagem 6: Mapa-múndi do Beato de Escalada, c. 940.



Fonte: New York, Pierpont Morgan Library, MS M.644 fol. 33v-34r. Disponível em: <http://ica.themorgan.org/manuscript/page/18/110807>, acesso 18/01/2016.

Envolto por uma realidade extremamente peculiar, Magius conviveu com as tênues fronteiras do universo moçárabe, entre as tentativas de sobrevivência da cultura cristã e as constantes imposições do califado de Córdoba. Nesse sentido, em razão da influência árabe e do caráter notadamente iconoclasta de sua cultura, seria pertinente

conjecturarmos que o protótipo cartográfico de Magius tenha sido concebido com o intuito de simplificar ou mesmo eliminar muitas das formas e representações originalmente expressas pelos mapas dos *Beatos*, seguindo, em certa medida, os padrões figurativos próprios da cartografia árabe. Ainda que de ordem estritamente iconográfica, essas modificações acabariam por incidir sobre o sentido e as intenções originalmente evocadas por estes mapas.

Pelas mãos de Ekkehart, do Beato ou de Magius, a tradição clássica e os escritos de Orósio e Isidoro assumiriam formas, sentidos e funcionalidades específicas que, em certa medida, somente poderiam ser compreendidas se considerássemos as especificidades de seus contextos de produção, uma vez que, diante da imagem, estaremos sempre diante do tempo (DIDI-HUBERMAN, 2000, p. 16).

As cartas-portulano entre as línguas clássicas e vernáculas

A incorporação dos primeiros escritos em linguagem vernacular pode ser timidamente verificada desde meados do século XI³². Entretanto, essas referências manter-se-iam estritamente breves e circunstanciais até a segunda metade do século XIV, momento em que a produção cartográfica medieval experimentava o início de um longo processo de ressignificação de seus sentidos e funcionalidades primordiais, incorporando novos códigos, símbolos e linguagens.

Até o final do século XV, contabilizam-se cerca de 900 mapas-múndi inseridos em códices ou em alguma espécie de manuscrito, dos quais 740 estão em latim, 85 em francês, 60 em italiano e 15 em grego (DESTOMBES, 1964). Em língua portuguesa, a menção mais antiga da qual se tem notícia encontra-se conservada em uma Carta Régia, datada de 22 de Outubro de 1443, na qual o Infante D. Pedro ordena que navios sejam enviados “a saber parte da terra que era além do cabo do bojador por que atee Entã nõ auja njngem na cristendade que dello soubesse parte nem sabiam se avia la poboraçã ou nõ nem djretamente nas cartas de marear nem mapamundo nõ estauam debuxadas” (apud CORTESÃO, 1969, p. 118).

De origem e datações incertas, essas *cartas de marear* distinguem-se significativamente dos *mapamondo* medievais, pois evocam sentidos, expressões e funcionalidades extremamente particulares. Para Monique de La Roncière (1984, p. 11), essas distinções fundamentam-se no empirismo e nas necessidades práticas daqueles que produziam e faziam uso operativo destas cartas, em um momento em que a produção cartográfica passava a repensar suas intenções e métodos. Designadas como

cartas pro navigando, *mappae maris* ou simplesmente *portulanos*³³ estas representações ganharam particular atenção e notoriedade em finais da Idade Média, impulsionadas pela ânsia expansionista dos nascentes Estados europeus.

Para muitos historiadores, a consolidação desses novos modelos cartográficos representa uma ruptura definitiva com legado medieval, estabelecendo um dos mais importantes pontos de virada em toda a história da cartografia (CORTESÃO, 1969, p. 215). Em semelhante medida, para Gerald Crone (1978, p. 28), somente a completa quebra com a tradição medieval seria capaz de impulsionar o desenvolvimento de uma nova tipologia de mapas que se adequasse às necessidades e exigências de um novo tempo, produzindo, assim, aquilo que Raymond Beazley definiu como “*the first true maps*” (1904, p. 159).

Sob tais perspectivas, as representações cartográficas anteriores seriam vistas um mero devaneio artístico, visto que “quando os cartógrafos não tinham nem o conhecimento geográfico nem a habilidade cartográfica para fazer mapas precisos, a fantasia e a arte tinham rédeas soltas” (REES, 1980, p. 63)³⁴. As incoerências e os reducionismos dessas afirmações são extremamente latentes, entretanto, continuam a ser replicados por uma parcela significativa dos historiadores da cartografia que, em defesa de uma visão estritamente cientificista e evolucionista, restringem-se a caracterizar a produção cartográfica medieval como um período de obscuridade dogmática e de estagnação do conhecimento.

Estas afirmações, entretanto, não se limitam a ânsia positivista da historiografia contemporânea. Em meados do século XV, por exemplo, o autor anônimo de um mapa de origem genovesa destaca em sua obra que “*Hec est uera cosmographorum cum marino accordata des[crip]cio quorundam frivolis naracionibus rejectis 1457*”. Entre a rejeição do antigo e a valorização do tempo presente, o autor esquece-se de considerar que sua obra conserva, ainda que inconscientemente, traços evidentes de uma mentalidade medieval, aspecto que se revela em diversas representações do mapa (imagem 7).

Imagem 7: Detalhamento de um planisfério genovês anônimo, 1457.



Fonte: New York, Hispanic Society of America, 1912, edição *fac-símile*. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g3200.ct002087/>, acesso 26/01/2016.

Ainda que muitos tentem a advogar o contrário, a influência do pensamento medieval sobre a constituição dos novos modelos cartográficos é extremamente ampla e expressiva. Ao analisarmos os testemunhos deste período encontraremos, com relativa facilidade, uma diversidade de representações e referências que nos remetem às práticas e ao imaginário de outros tempos. Disto são exemplos as representações do *Mare Rubrum* no Planisfério de Cantino³⁵, da cidade de Jerusalém no mapa de Domingos Teixeira³⁶ ou dos animais fantásticos em diferentes espaços do Atlas Miller de Lopo-Homem e Reinéis³⁷. Não nos vemos, portanto, diante de um processo de ruptura abrupta e absoluta, mas sim do desenvolvimento de novas formas que, nutrindo-se de textos, representações e tradições antigas, passavam a se adequar às necessidades e anseios de seu tempo.

Com relação aos aspectos textuais que recaem sobre estas novas formas de representação do espaço, é possível observar o estabelecimento de um lento processo de mudanças estruturais que brandem entre a utilização usual do latim e a progressiva incorporação de expressões vernaculares. Dentre os testemunhos mais antigos desta tradição, tal como a *Carta Pisana* (c. 1275-1300) ou os mapas de Pietro Vesconte (1311-1321), as descrições toponímicas, cosmográficas e os apontamentos marginais recorrem quase que exclusivamente ao emprego da língua latina. A *Carta Mediterranea*

de Pietro Vesconte, por exemplo, apresenta uma pequena legenda, em latim, que assinala a autoria, a procedência e a datação da obra: *Petrus vessconte d'Ianua fecit istam tabula venecia anno dmi M ccc xviii* (imagem 8).

Imagem 8: Detalhamento da Carta Mediterrânea de Pietro Vesconte, 1318.



Fonte: Veneza, Museo Correr, Cl. XLIVa n°. 0028. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5a/Cartographer_Pietro_Vesconte_\(1318\).jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5a/Cartographer_Pietro_Vesconte_(1318).jpg), acesso 26/01/2016.

Essas realidades, entretanto, não tardariam a mudar. A partir da segunda metade do século XIV, muitos cartógrafos, mesmo sem abandonar definitivamente a utilização do latim, passavam a incorporar as primeiras expressões vernaculares em seus mapas e cartas náuticas. Nesse contexto, o Atlas Catalão, de 1375, se notabiliza pela expressiva quantidade de textos, excertos, descrições e topônimos escritos em linguagem vernacular, ainda que grande parte destes sejam cópias ou simples traduções de textos antigos, escritos originalmente em grego, latim ou árabe.

Em outros casos, é possível verificar o estabelecimento de determinados padrões de utilização destas línguas que serviriam igualmente como formas simbólicas para destacar ou distinguir determinados espaços. No Planisfério de Cantino, por exemplo, o cartógrafo opta por assinalar as terras, reinos, portos e demais divisões da Terra em português, enquanto, para as notações cosmográficas, recorre somente à utilização de expressões latinas. Esse padrão repete-se por toda a carta. À esquerda, segmentando as representações do continente americano, um longo traço vertical assinala que “*Este he o marco dantre castella. e portugall*”. Logo abaixo, temos notícia de que “*toda esta terra*

he descoberta p[er] mandado del Rey de castella”. Em outros pontos do manuscrito, entretanto, deparamo-nos com diversas inscrições latinas que evidenciam os limites do *Tropicus capricorni*, *Tropicus câ[n]cer*, *Circulus articus*, *Pollus antarticus*, etc. (imagem 9).

Diante de tais constatações, acreditamos que as distinções linguísticas possam estar relacionadas a uma espécie de ‘jogo de escalas’, que oscila entre os particularismos próprios daqueles que pensaram, traçaram e fariam uso operativo destas imagens e a universalidade dos conhecimentos geográficos apresentados em uma linguagem de caráter universal.

Imagem 9: Detalhamento de algumas descrições toponímicas no Planisfério de Cantino, c. 1502.



Fonte: Modena, Biblioteca Estense Universitária. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Cantino_planisphere_%281502%29.jpg, acesso 26/01/2016.

Para além desses padrões linguísticos, existe um nítido contraste cromático entre as expressões textuais que, neste e em outros tantos casos, oscilam comumente entre a utilização de tons pretos, esverdeados ou avermelhados (imagem 10). Dado seu caráter prático e funcional, estes manuscritos são dotados de uma clara linguagem de ordem semiológica que viria a facilitar a compreensão das imagens e símbolos inseridos nas cartas. Desta maneira, “a intenção de facilitar a leitura da carta preside a disposição da nomenclatura litorânea; assim, [na carta] Pisana, os nomes dos portos são escritos em preto, salvo os mais importantes que são indicados em vermelho”³⁸ (RONCIÈRE, 1984, p. 15).

Imagem 10: Detalhamento da costa ocidental da África no Planisfério de Cantino, c. 1502.



Fonte: Modena, Biblioteca Estense Universitária. Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Cantino_planisphere_%281502%29.jpg, acesso 26/01/2016.

Contrastando com as realidades descritas no início desta seção, é possível evidenciarmos o estabelecimento de uma nova linguagem cartográfica que, quantitativamente, opta pela utilização em larga escala de termos e descrições vernaculares, mantendo somente breves indicações e referências em latim. Até o século XVI, não se evidenciam quaisquer padrões estritamente definidos para a utilização dessas linguagens. Por fim, tal assim como observado entre os testemunhos legados pela cartografia alto-medieval, as formas textuais e iconográficas desenvolvidas entre os séculos finais da Idade Média e o alvorecer da modernidade Ocidental mantiveram-se estritamente dependentes das intenções, dos discursos e das percepções próprias de seus contextos de produção e utilização.

Referências:

- ALEXANDER, Philip. "Jerusalem as the omphalos of the world: On the history of a geographical concept". In: *Judaism*, vol. 46, n° 2 (1997), pp. 147-158.
- ANDREWS, J. H. "Maps and language: a metaphor extended". In: *Cartographica*, vol. 27, n° 1, (1990), pp. 1-19.
- BEAZLEY, Raymond. "The first true maps". In: *Nature*, n° 71 (Dec. 1904), pp. 159-161.
- BESSE, Jean-Marc. "Mapping, constructing, inventing: on the notion of project and its epistemology". In: *Le goût du monde: exercices de paysage*, Actes Sud/ENSP, Arles, 2009, p. 149-188.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Editora Paulus, 2000.

- CORTESÃO, Armando. *Esparsos*, 3 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1975.
- _____. *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969-1971.
- CRONE, Gerald. *Maps and their makers: an introduction to the History of Cartography*. Hamden: Archon Books, 1978.
- DALCHÉ, Patrick Gautier. *La 'descriptio mappe mundi' de Hugues de Saint-Victor: texte inédit avec introduction et commentaire*. Paris: Études Augustiniennes, 1988.
- _____. "L'héritage antique de la cartographie médiévale". In: TALBERT, R.; UNGER, R. (ed.). *Cartography in Antiquity and the Middle Ages: fresh perspectives and new methods*. Leiden/Boston: Brill, 2008, pp. 29-66.
- _____. *L'espace géographique au Moyen Âge*. Firenze: Sismel, 2013.
- DESTOMBES, Marcel (ed.), *Mappemondes, A. D. 1200-1500*. Catalogue préparé par la Commission des Cartes Anciennes de l'Union Géographique Internationale. (Monumenta Cartographica Vetustioris Aevi, I; Imago Mundi, Suppl. IV.). Amsterdam: N. Israel, 1964.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps: histoire de l'art et anachronisme des images*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.
- DU CANGE, et al., *Glossarium mediæ et infimæ latinitatis*, ed. augm. Niort: L. Favre, 1883-1887.
- ECHEGARAY, Juan G.; CAMPO, Alberto del; FREEMAN, Leslie J. (ed.). *Beato de Liébana: obras completas y complementarias*, 2 vols. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- ETÉRIA. *Peregrinatio Aetheriae*. McCLURE, M.L.; FELTOE, Charles (ed. trad.). London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1919.
- GARNIER, François. *Le langage de l'image au Moyen Âge: signification et symbolique*, 2 vols. Paris: Le Léopard d'Or, 1982.
- HARLEY, J.B.; WOODWARD, David (ed.). *The History of Cartography: cartography in prehistoric, ancient, and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1987.
- _____. *The new nature of maps: essays in the History of Cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.
- HOOGLIET, Margriet. "Mappae mundi and Medieval Encyclopaedias: Image versus Text". In: BINKLEY, Peter (ed.). *Pre-Modern Encyclopaedic Texts*. Proceedings of the Second COMERS Congress. Leiden: Brill, 1997, pp. 63-74.
- ISIDORO. *Etymologiarum Sive Originum Libri XX*. OROZ-RETA, José; CASQUERO, Manuel Antonio (ed.). Madrid: B.A.C., 1993-1994.
- LE GOFF, Jacques ; SCHIMITT, Jean-Claude (coord.), *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, 2 vols. São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial do Estado, 2006.
- KLEIN, Peter. "La tradición pictórica de los Beatos". In: *Actas del Simposio para el Estudio de los Códices del "Comentario al Apocalipsis" de Beato de Liébana*, vol. 2. Madrid: Joyas Bibliográficas, 1980, pp. 83-106.
- KLINE, Naomi. *Maps of Medieval Thought: The Hereford Paradigm*. Suffolk: Boydell Press, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2006.
- ORÓSIO, Paulo. *Historiarum Adversus Paganos libri septem*. ARNAUD-LINDET, Marie-Pierre (ed.). Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- SÁENZ-LÓPEZ, Sandra. *Imagen y conocimiento del mundo en la Edad Media a través de la cartografía hispana*, 2 vols. Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 2007.

- SCHÖLLER, Bettina. “Transfer of knowledge: Mappae mundi between texts and images”. In: *Peregrinations: Journal of Medieval Art and Architecture*, vol. 4, n° 1, (2013), pp. 42-55.
- REES, Ronald. “Historical Links between Cartography and Art”. In: *Geographical Review*, vol. 70, n° 1 (Jan., 1980), pp. 60-78.
- REYNOLDS, L. D (ed.). *Texts and transmission: a survey of the latin classics*. Oxford: Clarendon Press, 1983.
- ROBINSON, Arthur; PETCHENIK, Barbara. *The nature of maps: essays toward understanding maps and mapping*. Chicago: University Press of Chicago, 1976.
- RONCIÈRE, Monique; JOURDIN, Michel Mollat. *Les portulans: cartes marines du XIIIe au XVIIe siècle*. Fribourg: Office du Livre, 1984.
- TUCCI, Ugo. “Atlas”. In: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi: Memória-História*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- VAGNON, Emmanuelle. “Cartes marines et réseaux à la fin du Moyen Âge”. In: COULON, D.; PICARD, C.; VALÉRIAN, D. (dir.). *Espaces et Réseaux en Méditerranée (VIe-XVIIe siècle)*, vol. I: La configuration des réseaux. Paris, 2007, pp. 293-308.
- WILLIAMS, John. “Isidore, Orosius and the Beatus Maps”. In: *Imago Mundi: The international journal for the History of cartography*, vol. 49, n° 1, (1997), pp. 7-32.

Notas:

¹ HARLEY, John Brian. *The new nature of maps: essays in the History of Cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001.

² *Nederlandse Spreekwoorden*, 1559. Berlim, Gemäldegalerie Staatliche Museen.

³ Tradução do autor. Original em latim: “*Charta vel mappa explicata, in qua orbis seu mundi descriptio continetur*”. DU CANGE, et al., *Glossarium mediæ et infimæ latinitatis*, FAVRE, Niort: L. (ed.), 1883-1887, tomo 5, col. 255b.

⁴ Tradução do autor. Original em inglês: “cartography look a little like a language, though the grammatical function of words on maps may differ from their function in verbal sentences. Otherwise the clearest equivalent to a word is a cartographic point-symbol, such a cross representing a church. Such symbols resemble the common nouns of verbal language”.

⁵ A este respeito das particularidades da primeira edição pictórica dos *Beatos*, cf. nomeadamente KLEIN, Peter. “La tradición pictórica de los *Beatos*”. In: *Actas del Simposio para el Estudio de los Códices del “Comentário al Apocalipsis” de Beato de Liébana*, vol. 2. Madrid: Joyas Bibliográficas, 1980, pp. 83-106.

⁶ Cf. a edição crítica da obra preparada por DALCHÉ, Patrick Gautier. *La ‘descriptio mappe mundi’ de Hugues de Saint-Victor: texte inédit avec introduction et commentaire*. Paris: Études Augustiniennes, 1988.

⁷ Mapa-múndi de Ranuf Higden, 1342. Londres, British Library, Royal MS. 14 C.IX, ff. 1v-2. Disponível em: http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Royal_MS_14_C_IX, acesso em 18/01/2016.

⁸ ETHERIA. *Peregrinatio Aetheriae*. McCLURE, M.L.; FELTOE, Charles (trad.). London: Society for Promoting Christian Knowledge, 1919.

⁹ Acerca dos processos de transmissão e assimilação dos textos clássicos, cf. REYNOLDS, L. D (ed.). *Texts and transmission: a survey of the latin classics*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

¹⁰ Original em francês: “*Durant le haut Moyen Âge, les auteurs de textes et les dessinateurs de diagrammes et de cartes furent donc des héritiers de l’Antiquité tardive: héritiers de textes où les connaissances sur l’espace de l’orbis terrarum avaient pu être systématisées grâce à la potestas Romana, et qui transmettaient un énorme stock de noms géographiques et ethniques souvent reproduits sous forme de listes organisées; héritiers de diagrammes qui mettaient en scène des concepts et des théories sur la structure du cosmos et de la terre*”.

¹¹ Transcrição do autor: “*Uno T dentro auno O monstra el segno / como inttre p[ar]te fu diviso el mondo / ela superior e magior regno / ch[e] quasi pigla la mita del mondo / Asia chiamatta il gambo ritto segno / ch[e] p[ar]te el terzo come dal sechondo / Africa disse da europa el mare / mediteraneo tra ese amezzo apare*”.

¹² “Foi esta a cidade de Jerusalém que eu situei em meio aos povos e em torno dela, as nações”. Bíblia de Jerusalém, Ezequiel, 5:5

¹³ A este respeito, cf. ALEXANDER, Philip. “Jerusalem as the omphalos of the world: On the history of a geographical concept”. In: *Judaism*, vol. 46, n° 2 (1997), pp. 147-158.

¹⁴ A este respeito, cf. DALCHÉ, Patrick Gautier. “L’héritage antique de la cartographie médiévale”. In: TALBERT, R.; UNGER, R. (ed.). *Cartography in Antiquity and the Middle Ages: fresh perspectives new methods*. Leiden/Boston: Brill, 2008, pp. 29-66.

¹⁵ A este respeito, cf. HOOGVLIET, Margriet. ‘*Mappae mundi* and Medieval Encyclopaedias: Image versus Text’. In: BINKLEY, Peter (ed.). *Pre-Modern Encyclopaedic Texts*. Proceedings of the Second COMERS Congress. Leiden: Brill, 1997, pp. 63-74.

¹⁶ Tradução do autor. Original em latim: “*Maiores nostri orbem totius terrae, oceani limbo circumsaeptum, triquadrum statuere eiusque tres partes Asiam Europam et Africam uocauerunt, quamuis aliqui duas hoc est Asiam ac deinde Africam in Europam accipiendam putarint*”.

¹⁷ Mapa-múndi de Albi, c. 730. Albi, Bibliotheque Municipale, Ms. 29, f. 57.

¹⁸ Saint Gallen, Stiftsbibliothek, Cod. Sang. 621.

¹⁹ Heidi Eisenhut organizou e publicou, sob o título de “*Die Glossen Ekkeharts IV. von St. Gallen im Codex Sangallensis 621*”, uma ampla e completa edição crítica acerca das glosas de Ekkerhart IV. O estudo encontra-se disponível on-line em: <http://orosius.monumenta.ch/>, acesso em 07/01/2016.

²⁰ Vide nota 15.

²¹ “[23] *A flumine Euphrate, quod est ab oriente, usque ad mare Nostrum, quod est ab occasu, deinde a septentrione id est a ciuitate Dagusa, quae in confinio Cappadociae et Armeniae sita est haud procul a loco ubi Euphrates nascitur, usque ad Aegyptum et extremum sinum Arabicum, [24] qui ad meridiem longo angustoque sulco saxis insulisque creberrimo a Rubro mari id est ab oceano occasum uersus extenditur, Syria generaliter nominatur, habens maximas prouincias Commagenam Phoeniciam et Palaestinam, absque Saracenis et Nabathaeis quorum gentes sunt XII*”.

²² “[61] *Italiae situs a circio in eurum tenditur, habens ab Africo Tyrrhenum mare, a borea Hadriaticum sinum; cuius ea pars, qua continenti terrae communis et contigua est, Alpium obicibus obstruitur. [62] quae a Gallico mari super Ligusticum sinum exsurgentes, primum Narbonensium fines, deinde Galliam Raetiamque secludunt, donec in sinu Liburnico defigantur*”.

²³ Segundo a célebre fórmula de Gregório Magno, “*ab re non facimus si per visibilia invisibilia demonstramus*”. Gregório Magno, *Epístola* 9.147.

²⁴ Com relação à tradição cartográfica dos *Beatos*, seus mapas, contextos e especificidades, cf. SÁENZ-LÓPEZ, Sandra. *Imagen y conocimiento del mundo en la Edad Media a través de la cartografía hispana*, 2 vols. *Tesis doctoral*, Universidad Complutense de Madrid, 2007.

²⁵ “*Ob aedificationem studii fratrum tibi dicaui, ut quo consorte perfruar religiones coheredem faciam et mei laboris*”. *Beatos*, Prefácio, 1, 22-24.

²⁶ “*Ut quae in aliis legens non intellexisti, in hoc, quamuis plebeio sermone in aliquibus deriuatum, tamen plena fide atque deuotione expositum, recognoscis*”. *Beatos*, Prefácio, 1, 15-17.

²⁷ Tradução do autor. Original em latim: “*Quae tamen non a me, sed a sanctis patribus quae explanata repperi, in hoc libello indita sunt, et firmata his auctoribus, id est, Iheronimo, Augustino, Ambrosio, Fulgentio, Gregorio, Ticonio, Irenaeo, Apringio et Isidoro: ut quae in aliis legens non intellexisti, in hoc, quamuis plebeio sermone in aliquibus deriuatum. Tamen plena fide atque deuotione expositum, recognoscis*”.

²⁸ Tradução do autor. Original em latim: “*Extra tres autem partes orbis quarta pars trans Oceanum interior est in meridie, quae solis ardore incognita nobis est; in cuius finibus Antipodes fabulose inhabitare produntur*”. *Etymologiae*, XIV, v, 17.

²⁹ Tradução do autor. Original em latim: “*Hii fuerunt Christi discipuli, praedicatores fidei et doctores gentium, qui, dum omnes unum sint, singuli tamen eorum propriis certisque locis in mundo ad praedicandum sortes proprias acceperunt: Petrus namque Roman accepit, Andreas Achaïam, Iacobus Spaniam, Thomas Indiam, Iohannes Asiam, Matheus Macedoniam, Philippus Gallias, Bartholomeus Lycaoniam, Simon Zelotes Aegyptum, Mathias Iudaeam, Iacobus frater Domini Hierusalem, Iudas frater Iacobi Mesopotamiam. Paulo autem cum ceteris apostolis nulla sors propria traditur, quia in omnibus gentibus magister et praedicator eligitur*”. *Beatos*, Prólogo Livro II, 3, 48-52.

³⁰ Tradução do autor. Original em latim: “*Rari fuerunt, sed electi. Et de his parvis granis multa seges surrexit. Hanc Ecclesiam credimus et tenemus, et qui supra evangelizaverit quam isti, non christianus, sed anathema in perpetuum erit, maranata, id est, perditio in aduentum Domini. Et quo facilius haec seminis grana per agrum huius mundi, quem prophetae laborauerunt et hi metent, subiectae formulae pictura demonstrat*”. *Beatos*, Prólogo Livro II, 3, 72-84.

³¹ *Beato de Escalada* (c. 940): New York, Pierpont Morgan Library, M.644; *Beato de Tábara* (970): Madrid, Arquivo Histórico Nacional, cod. 1097B.

³² Mapa-múndi anglo-saxão, c. 1050. Londres, British Library, Cotton MS Tiberius Bv f. 57r. Disponível em: <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/unvbrit/a/largeimage82938.html>, acesso 21/01/2016.

³³ Relativamente às nomenclaturas historicamente atribuídas a estes manuscritos, Emmanuelle Vagnon ressalta que *“les historiens français ont forgé l’expression «cartes-portulans», parce qu’elles rappellent les livres d’instructions nautiques, les « portulans » au sens propre, où les marins méditerranéens notaient leurs observations sur la forme des côtes et la position des ports. Mais cette appellation n’a rien de médiéval”*. VAGNON, Emmanuelle. “Cartes marines et réseaux à la fin du Moyen Âge”. In: COULON, D.; PICARD, C.; VALÉRIAN, D. (dir.). *Espaces et Réseaux en Méditerranée (VIe-XVIe siècle)*, vol. I : La configuration des réseaux. Paris, 2007, p. 295.

³⁴ Original em inglês: *“When cartographers had neither the geographical knowledge nor the cartographic skill to make accurate maps, fancy and artistry had free rein”*.

³⁵ Planisfério de Cantino, c. 1502. Modena, Biblioteca Estense Universitaria.

³⁶ Planisfério de Domingo Teixeira, 1573. Paris, Bibliothèque Nationale de France, Département Cartes et Plans, CPL GE SH ARCH-3.

³⁷ Atlas náutico do mundo, dito Atlas Miller, 1519. Paris, Bibliothèque Nationale de France, Département des Cartes et Plans, GE DD-683 (RES).

³⁸ Tradução do autor. Original em francês: *“L’intention de faciliter la lecture de la carte a présidé aussi à la disposition de la nomenclature littorale; ainsi, sur la ‘pisane’, les noms des ports sont écrits en noir, sauf les plus importants indiqués en rouge”*.

Artigo recebido em 20/12/2015. Aprovado em: 10/02/2015.

EM DEFESA DA MONARQUIA IMPERIAL: DANTE ALIGHIERI E SUA LINGUAGEM POLÍTICA CONTRA O PODER DO PAPADO MEDIEVAL

EN DEFENSA DE LA IMPERIAL MONARQUÍA: DANTE ALIGHIERI Y SU LENGUAJE POLÍTICO CONTRA EL PODER DEL PAPADO MEDIEVAL

Jorge Vinícius Monteiro VIANNA*

Resumo: O artigo visa, por meio da análise do Tratado *Monarquia*, destacar determinadas características estruturadoras do discurso político de Dante Alighieri. A partir da compreensão do contexto histórico do norte e da região central da Península Itálica do final do século XIII e início do século XIV, enfatizamos que a linguagem política de Dante estava, concomitantemente, em harmonia com a defesa do ideal de Monarquia Universal Imperial e em desacordo com as pretensões políticas do papado que visava subordinar o poder temporal ao poder espiritual.

Palavras-chave: Dante Alighieri; Linguagem Política; Império; Antipapismo.

Resumen: Este artículo pretende a partir del análisis del Tratado *Monarquía*, resaltar ciertas características de estructuración del pensamiento político de Dante Alighieri. A partir de la comprensión del contexto histórico del norte y centro de la península italiana de finales del siglo XIII a principios del siglo XIV, acentuamos que lo lenguaje político de Dante se encontro al mismo tiempo en armonía con la defensa del ideal de la Monarquía Universal Imperial y en desacuerdo con las pretensiones políticas del papado encaminadas a subordinar el poder temporal al poder espiritual.

Palabras clave: Dante Alighieri; Lenguaje Político; Imperio; Lucha contra el papismo.

Dante Alighieri: vida e contexto histórico

O poeta e filósofo Danti Alighieri (1265-1321) nasceu em Florença, cidade que, no século XIII, representava uma das mais populosas e ricas da Europa. Introdutoriamente, é mister salientar, conforme o historiador Kantorowicz, que as

visões de Dante poeta parecem interferir constantemente nos argumentos lógicos de Dante filósofo político, ainda que em outros aspectos esses dois modos de abordagem humana do domínio da mentalidade estivessem fadados a um apoio recíproco (KANTOROWICZ, 1998, p. 274).

Dante recebeu uma formação genuinamente escolástica nas ordens dominicanas e franciscanas. Mesmo que, nesse contexto, não existisse universidade em Florença, no

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: jviniiciusvianna@yahoo.com.br

ensino do convento franciscano de Santa Croce e no dominicano de Santa Maria Novella havia vários elementos da formação universitária, o que deu a Dante um pleno conhecimento nas áreas de filosofia e teologia (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 52-53). Por volta de 1280, Dante recebeu lições de retórica e dos clássicos latinos do notório escritor, poeta e político florentino Brunetto Latini. Possivelmente, Dante, em sua formação intelectual, tenha passado pelas Universidades de Pádua, Bolonha e Paris (FRANCO JÚNIOR, 2000, p.54).

O desenvolvimento populacional e econômico registrado nas cidades da região da Toscana, no final do século XI e no início do século XII, estão diretamente interligados a ampliação das liberdades republicanas na região central da Península Itálica. Assim, no início do século XII, comunidades urbanas dessa região reafirmaram a prática de escolha de seus próprios dirigentes, estruturando-se em comunas ou cidades-estados (FRANCO JÚNIOR, 2000, p.17).

O século XIII correspondeu um momento de fortalecimento do poder dos comerciantes em Florença. Seguindo as interpretações do historiador Hilário Franco Júnior, ao mesmo tempo em que aumentava a influência dos comerciantes nas decisões políticas de Florença, ocorria também um intenso contato entre os dois principais grupos sociais da cidade, isto é, a nobreza feudal e os comerciantes urbanos (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 21-22). Nesse sentido, Florença do século XIII estava dividida em duas facções políticas: os *Gibelinos*, identificados com o reconhecimento da legitimidade política do Sacro Império Romano, e os *Guelfos*, defensores da soberania papal. Pode-se afirmar que o conflito entre *Guelfos* e *Gibelinos* representava enfaticamente também um tradicional prélio familiar florentino entre os Buoldemonti e os Amidei e Uberti (LEWIS, 2002, p. 16-18).

O conflito entre essas duas facções esteve presente em diversas cidades-estados italianas. Na região da Toscana, em 1260, destacou-se o famoso conflito militar entre *Gibelinos* e *Guelfos*, a batalha de Montaperti (região próxima a Siena), com a vitória dos *Gibelinos*. Já em 1266, em Benevento, os *Guelfos*, sob a liderança de Carlos de Anjou, impuseram uma derrota aos seus adversários (PAIZANA, 2012, p. 03). Dante esteve inserido, desde o início de sua vida, nesse conflito político. Sua própria existência foi marcada pela participação efetiva nos conflitos bélicos entre as duas facções. Em 1289, nas fileiras da batalha de Campaldino, no vale de Casentino, Dante participou da vitória guelfa que buscava conter o avanço das forças gibelinas nas proximidades de Florença (LEWIS, 2002, p. 55).

Entretanto, a instalação da soberania guelfa em Florença, nas décadas finais do século XIII, não trouxe extrema estabilidade política à cidade, uma vez que os guelfos iriam se dividir em dois novos grupos: os guelfos brancos (majoritariamente formado por comerciantes) e os *guelfos negros* (majoritariamente formado por indivíduos de linhagem aristocrática) (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 31).

Em Florença, com as leis de 1293 (leis que eliminavam os privilégios da nobreza), a cisão entre os nobres e burgueses tornou-se evidente. Nesse sentido, os membros das famílias nobres foram excluídos dos cargos públicos e a participação política passou a ser condicionada à inscrição em uma corporação. A partir do funcionamento dessas leis, só poderia exercer um cargo político em Florença quem pertencesse a uma das vinte e uma *Arti* (corporações de comerciantes e artesões) (PAIZANA, 2012, p. 06). Segundo Franco Júnior, nesse contexto, mesmo que fosse de origem aristocrática, Dante aliou-se aos *Guelfos brancos* (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 31), bem como se filiou a Corporação dos Boticários para participar da vida política da cidade (PAIZANA, 2012, p. 06).

É nesse cenário que a carreira política de Dante intensificou-se, em 1295, quando exerceu um dos cargos de Piores que governavam a cidade, até o ano de 1300. No exercício de suas funções públicas, Dante atuou em prol da resistência às intervenções do Papa Bonifácio VIII na cidade de Florença, principalmente diante a atuação de Carlos de Valois, encaminhado à cidade pelo próprio Papa para agir como “Pacificador” dos conflitos entre as duas ramificações dos *Guelfos*. Nesse contexto, Dante foi enviado, em nome do governo de Florença, para Roma buscando convencer o Papa a impedir a ação do “Pacificador” em prol dos *guelfos negros* florentinos, viagem que, em termos diplomáticos, representou um insucesso absoluto. Assim, antes mesmo de retornar a Florença, Dante já havia sido condenado, em 1302, pelos seus adversários políticos sob a acusação de corrupção. Dessa forma, estava obrigado a pagar uma multa de cinco mil florins, a cumprir dois anos de prisão e de se conformar com a condição de não poder mais participar dos ofícios públicos. Sentindo-se totalmente injustiçado, Dante optou por não retornar a Florença, passando a viver no exílio (PAIZANA, 2012, p. 06).

Para melhor entendimento desse contexto político do final do século XIII e início do século XIV em Florença, é necessário destacar que esse cenário foi marcado por uma profunda política intervencionista do Papa Bonifácio VIII, ação que objetivava direcionar ao papado o controle político sobre diversas cidades-estados italianas. Essa

incisiva “intromissão” papal nos assuntos internos de Florença representou o que o historiador britânico Q. Skinner caracterizou como uma das “mais agressivas pretensões do papado a governar *in temporabilis*”, isto é, nos assuntos temporais. Como resultado dessa ideologia e política, o papado, em fins do século XIII, “conseguiu assumir controle direto e temporal sobre uma vasta parte do centro da Itália, assim como considerável influência sobre a maioria das principais cidades do *Regnum Italicum*”. (SKINNER, 1996, p. 36).

O Tratado a Monarquia diante uma leitura contextualista

Diante da tarefa de interpretar o discurso político externado por Dante Alighieri na obra *Monarquia*, esclarecemos como ferramenta analítica as indicações metodológicas dos historiadores Q. Skinner e J. Pocock, autores que, sob a perspectiva do contextualismo linguístico, destacaram-se devido à incisiva atuação na renovação do estudo da história das ideias políticas nas décadas de 1960 e 1970 na Universidade de Cambridge. Assim, visa-se, portanto, reforçar a necessária articulação entre texto e contexto, pois, nesse sentido, abre-se uma importante possibilidade de se entender o que um autor pretende ao formular ou responder determinada questão, ou até mesmo, porque contesta, repele, privilegia ou ignora certas perspectivas e visões sociopolíticas. (SKINNER, 1996, p. 12). Contudo, essa metodologia contextualista não está restrita a simples compreensão do significado de um discurso, visto que avança em busca do que Skinner caracterizou, em seu clássico artigo, publicado em 1969, como “*recovery of intentions*” (resgate das intenções) (SKINNER, 1969, p. 49). Norteados por autores como o filósofo austríaco L. Wittgenstein e principalmente pelo filósofo da linguagem J. L. Austin, Q. Skinner enfatiza a relevância de

arranjar instrumentos que nos permitam recuperar aquilo que o autor possa ter estado a fazer quando afirmou algo e, desse modo, que nos permitam compreender aquilo que o autor possa ter estado a *fazer quando* afirmou algo e, desse modo, que nos permitam compreender aquilo que o autor pode ter pretendido com o discurso em si próprio, sem procurar outros sentidos ou outras referências (SKINNER, 2005, p. 146).

Por intermédio dessas preocupações, inicialmente elaboradas por Austin, Skinner coloca em evidência a dimensão da força ilocutória do discurso. Para tanto, o historiador britânico esclarece que “falar com uma certa força ilocutória implica,

normalmente, desempenhar um certo tipo de *ato* e envolver-se num comportamento deliberado e voluntário”. Em síntese, “aquilo que liga a dimensão ilocutória da linguagem ao desempenho de atos ilocutórios são – como acontece com todos os atos voluntários – as intenções do autor” (SKINNER, 2005, p. 148). Nas palavras do próprio Skinner, a preocupação principal de suas prerrogativas metodológicas não se concentra no significado, “mas antes na concretização de atos ilocutórios” (SKINNER, 2005, p. 156).

Como destacou o historiador J. Greville Pocock – mesmo a partir de um olhar crítico à ênfase em relação ao resgate das intenções dos autores – o método elaborado por Q. Skinner representa um importante direcionamento dos estudiosos devido o importante tratamento do autor como habitante de um “universo de *langues* que confere sentido às *paroles* que ele emite [...]”. Portanto, “a história do pensamento político torna-se uma história da fala e do discurso, das interações entre a *langue* e *parole*”. (POCOCK, 2003, p. 28). Em suma, o historiador do discurso político precisa investir sua análise tanto na aprendizagem destas “linguagens” quanto nos “atos de enunciação” que serão emitidos nessas “linguagens”. Necessita, portanto, “mover-se de *langue* para *parole*, do aprender as linguagens para o determinar os atos de enunciação que foram efetuados ‘dentro’ delas” (POCOCK, 2003, p. 65).

A partir do supracitado embasamento metodológico, destaca-se que a *Monarquia* representa um Tratado político-filosófico escrito, provavelmente, entre 1309 a 1313. A produção da obra insere-se no momento histórico em que Henrique VII de Luxemburgo, Rei da Germânia (desde 1308) e do Sacro Império Romano-Germânico (em 1312), buscava recuperar definitivamente o *Regnum Italicum*, atitude que correspondia uma continuidade das pretensões iniciadas por Oto I, no século X, de anexar os governos italianos as suas possessões germânicas, visto que, nessa perspectiva, o *Regnum Italicum* era entendido como pertencente ao Império devido às “briosas” e históricas ações de Carlos Magno ao derrotar os Lombardos. Sob a liderança de Florença, “maior defensora das liberdades republicanas”, as cidades-estados italianas resistiram aos interesses intervencionistas imperiais (SKINNER, 1996, p. 26-28). Contudo, ao mesmo tempo em que os florentinos lutavam contra as ações bélicas e pretensões intervencionistas do Imperador Henrique, Dante, escrevendo no exílio, objetivou, por intermédio do Tratado a *Monarquia*, legitimar o poder temporal do Império sobre toda humanidade. Nesse sentido, a *Monarquia* de Dante representou uma maneira enfática do autor em “se opor às pretensões da Igreja ao domínio temporal” por

intermédio do apelo à legitimidade do Império como forma de reequilibrar a balança política demasiada favorável ao papado na Itália. Para Dante, essa era uma estratégia tentadora em um momento em que as tropas de Henrique de Luxemburgo marchavam nas regiões da Toscana (SKINNER, 1996, p. 38).

Informado sobre sua condenação antes de retornar a Florença – após seu insucesso diplomático em Roma – Alighieri optou pelo exílio, como destacamos anteriormente. Dessa forma, buscou, ainda, em vão, organizar com os *gibelinos* de Toscana uma resistência militar sobre Florença. Assim, sua pior condenação foi aquela que o afastou de sua cidade natal e o obrigou a vagar por cidades da Península Itálica em busca de mecenas que o apoiassem. (PAIZANA, 2012, p. 06-07). É diante desse contexto que, expulso de Florença, Dante reforçou e estruturou sua linguagem antipapista, o que o levou, na década de 1310, a defender com clareza e rigidez contundente o poder universal do sobrevivente Santo Império.

Dante Alighieri não foi voz solitária na defesa da legitimação do poder temporal do Império e da descaracterização do ideal e das projeções do papado em sustentar domínio político. Conforme Skinner, a linha de argumentação de Dante também era defendida pelo pensador político e historiador Dino Compagni (1255-1324) que, em suas *Crônicas*, também sustentava que um governo exercido pelo legítimo Imperador Romano-Germânico seria justo, principalmente como uma forma de “fazer a paz” nas cidades-estados italianas (SKINNER, 1996, p. 38). As argumentações políticas defendidas tanto por Dante quanto por Compagni configuraram uma solução “com base na tese de que a aceitação de um governante único e universal é absolutamente necessária se se pretende que [fossem] superadas as desordens do *Regnum Italicum*” (SKINNER, 1996, p. 39).

Em suma, para compreender a obra de Dante sem perder de vista o contexto histórico, é necessário novamente enfatizar que a *Monarquia* foi escrita no momento em que, exilado de Florença devido o Golpe de 1301 (intervenção política que contou com a ação direta do papa Bonifácio VIII), Dante Alighieri depositava toda a sua esperança em “encontrar um líder eficiente, sob cujo estandarte fosse possível congregar os exilados e expulsar da cidade o governo pró-papal”. Para Dante, Henrique VII era a esperança quase final de salvar o *Regnum Italicum* da longa e detestada dominação papal (SKINNER, 1996, p. 40). Espontaneamente, a ação de Alighieri representava também a sua esperança em retornar para a sua cidade natal, recuperando, possivelmente, o seu prestígio social e político de outrora.

A Monarquia Necessária e Legítima de Dante Alighieri

A *Monarquia* de Dante não correspondeu a uma simples apologia política do regime monárquico. O postulado principal encontra-se na defesa da Monarquia Universal como o único sistema capaz de sustentar a prosperidade das relações humanas. Desse modo, a partir da noção de que o poder temporal emana diretamente de Deus, Dante enfatiza que apenas a Monarquia temporal universal (o Império) era apropriada para garantir a felicidade da comunidade humana.

Nos dois primeiros livros do Tratado, Dante inicia sua análise levantando, respectivamente, as seguintes problemáticas: 1) A monarquia seria necessária para o bem-estar do mundo? 2) O povo romano atribuiu legitimamente a si próprio o ofício da Monarquia? Nesse sentido, o autor objetiva demonstrar não só a necessidade da Monarquia para a humanidade, mas também ratificar sua legitimidade histórica (ALIGHIERI, 2005, p. 14).

Para explicar a “necessidade da monarquia”, Dante recorre ao método aristotélico valorizador do fim (finalidade), ou melhor, da razão de existência. Assim, para o autor, era necessário iniciar todo o pensamento apontando qual era o fim universal da civilização humana. Para Dante, como a busca pela felicidade deveria representar o objetivo central da humanidade, o melhor instrumento para se alcançar essa felicidade seria a “Paz Universal”, condição base para que o homem adquirisse prudência e sabedoria. Diante de todos esses pressupostos, a Monarquia Temporal torna-se, para Dante, elemento indispensável para a boa existência do mundo (ALIGHIERI, 2005, p. 16-17). Segundo o autor florentino, poderia se comprovar esse raciocínio por meio do seguinte pensamento:

Se nós considerarmos o homem, eis o que verificaremos: já que todas as forças são ordenadas para a felicidade, é preciso que todas sejam dirigidas e regularizadas pela inteligência, caso contrário, o indivíduo jamais atingiria a felicidade. Em seguida consideraremos a família, cujo fim é o de colocar seus membros de modo a viverem bem. Verificamos que deve existir um indivíduo que a regulariza e dirige, é o pai da família ou aquele que está em seu lugar, segundo o ensinamento do Filósofo [Aristóteles]: ‘A família é regida pelo mais idoso’. (...). Em seguida, se considerarmos a cidade, cujo fim é de bem viver, ou mesmo, de viver melhor, impõe-se um governo único; (...). Se o contrário se produzir, não somente o fim da vida social está perdido, mas a própria cidade desaparece. Enfim, em um reino, cujo fim é assegurar com mais segurança e tranquilidade os benefícios da

cidade, um só deve reinar e governar (ALIGHIERI, 2005, p. 18-19).

O trecho supracitado é de extrema valia, pois evidencia a **unidade** como elemento matriz ordenador da humanidade. Na visão de Dante, era indispensável que apenas um “único” governante desse ordens e que um “único” dirigisse. Esse chefe organizador e ordenador do gênero humano deveria ser chamado de Monarca ou Imperador. Em suma, na interpretação do escritor florentino, analogicamente, como existia apenas um Deus (e como os homens deveriam imitar Deus, o máximo possível), a humanidade deveria estar submetida a um único Príncipe.

Contudo, até esse ponto, o pensamento de Dante não se distancia completamente das proposições políticas do Papa Bonifácio VIII expostas na histórica Bula *Unam Sanctam*, publicada em 18 de novembro de 1302. Isso porque, Bonifácio também era um defensor rigoroso da existência de um único Governo para a humanidade. Podemos evidenciar essa questão nos trechos da Bula *Unam Sanctam* expostos abaixo:

Una, santa, católica e apostólica: esta é a Igreja que devemos crer e professar já que é isso o que a ensina a fé. (...) Ela representa o único corpo místico, cuja cabeça é Cristo e Deus é a cabeça de Cristo. Nela existe ‘um só Senhor, uma só fé e um só batismo’ (Ef 4,5). (...) A esta única Igreja, nós a veneramos, como diz o Senhor pelo profeta: ‘Salva minha vida da espada, meu único ser, da pata do cão’ (Sl 21,21). Por isso, esta Igreja, una e única, tem um só corpo e uma só cabeça, e não duas como um monstro: é Cristo e Pedro, vigário de Cristo, e o sucessor de Pedro, conforme o que disse o Senhor ao próprio Pedro: ‘Apascenta as minhas ovelhas’ (Jo 21,17). As palavras do Evangelho nos ensinam: esta potência comporta duas espadas, todas as duas estão em poder da Igreja: a espada espiritual e a espada temporal. Mas esta última deve ser usada para a Igreja enquanto que a primeira deve ser usada pela Igreja. O espiritual deve ser manuseado pela mão do padre; o temporal, pela mão dos reis e cavaleiros, com o consenso e segundo a vontade do padre. Uma espada deve estar subordinada à outra espada; a autoridade temporal deve ser submissa à autoridade espiritual (PAPA BONIFÁCIO VIII, 1302).

Nesse ponto de análise, podemos nos questionar se Dante e o Papa Bonifácio VIII estavam referindo-se ao mesmo tipo de força política única e ordenadora? A resposta deve ser a mais clara possível: não. Isso porque, na teologia política do Papa Bonifácio os reis e reinos deveriam estar subordinados a única autoridade cristã, a Igreja Católica, visto que a base do Império Universal deveria estar relacionada à unidade do corpo da Igreja e da República cristã, isto é, a Igreja deveria ser entendida como parte

direta do corpo de Cristo, compreendido como o núcleo legitimador dos dois poderes: o temporal e o espiritual. Concomitantemente, Dante, pelo contrário, rechaçava a hierarquização que submetia o poder temporal aos desejos do poder espiritual. Como evidenciou Jean Touchard, na perspectiva dantesca, o gênero humano necessitava de meios diferenciados para chegar aos seus fins, estes que também eram essencialmente dessemelhantes. Em outras palavras, como, para Dante, o homem tinha um duplo fim (um de seu ser corruptível e outro de seu ser incorruptível), por conseguinte, a humanidade necessitava do Soberano Pontífice apenas para se dirigir à vida eterna com a ajuda da Revelação, enquanto o Imperador era o responsável pela condução da sociedade à felicidade temporal, seguindo, portanto, os ensinamentos da filosofia (TOUCHARD, 1983, p. 159-160).

Dante evidenciou a diferença de suas pressuposições em relação à perspectiva papal, quando, em suas argumentações para justificar e fundamentar a importância da unicidade do poder político, construiu uma metáfora norteada pelas teorias da astronomia e física de Aristóteles. Assim, segundo Dante,

ora, o céu inteiro, em todas as suas partes, partes motrizes e partes movidas, é regido por um movimento único, o movimento da primeira esfera, e por um único motor que é Deus, assim como a filosofia o mostra com a evidência à razão humana; se nosso silogismo é exato, o gênero humano goza do estado perfeito quando, em todas as suas partes motrizes ou movidas, é governado tanto por um Príncipe único como por motor único, e tanto por uma lei única como por um movimento único. Donde parece necessário, para o bom estado do mundo, a existência de uma Monarquia, isto é, de um Comando único que se chama Império. (ALIGHIERI, 2005, p. 21).

No trecho acima, Dante faz referência direta à noção de primeiro motor de Aristóteles. Para o filósofo grego, existia uma fundamental relação entre potência e ato. O “primeiro movimento” aristotélico representa o princípio de onde se origina e provém o movimento. O primeiro motor não é em si o movido, mas o que somente move, isso porque o movimento precisa ser movido por algo e este algo é a potência. Assim, como a potência não tem princípio de seu próprio movimento, em suma, o primeiro movimento (ato puro de ser) projeta-se a eternidade, sendo imutável e uno (Cf. ARISTÓTELES, 2005, p. 243-250). Nesse sentido, as argumentações de Dante que visavam fundamentar o poder único temporal, diferentemente da linguagem papista, não buscava legitimação nas escrituras sagradas cristãs ou na teologia, porém sim na argumentação da filosofia (física) aristotélica. Dante defendia, assim, que o poder

temporal deveria ser único, pois da mesma forma que os astros celestes eram “regidos por um movimento único”, os homens deveriam ser governados por um único monarca (espelho terrestre do motor único astrológico). Profundamente, Dante ao tomar emprestadas as teorias aristotélicas, enfatizava seu distanciamento da noção teológica de que a legitimidade do poder temporal (bem como a superioridade do poder espiritual sobre o temporal) advinha de uma herança deixada por Cristo para o apóstolo Pedro, visto, na perspectiva católica institucional, como o fundador da Igreja Católica Romana.

Em suma, inspirado por Aristóteles, o autor da *Monarquia* atribuiu aos homens um fim ético-moral que representava um “fim em si mesmo”, era “paraeclesiástico” e, dessa forma, autônomo em relação à Igreja, instituição detentora de seu próprio fim (KANTOROWICZ, 1998, p. 280). Destaca-se, portanto, “uma dualidade de corporações mutuamente independentes, uma, ‘humano-imperial’ e outra, ‘cristã-papal’, ambas universais, cada uma das quais perseguia seus próprios fins e tinha sua própria meta de perfeição humana” (KANTOROWICZ, 1998, p. 280). Assim, essa dualidade paradigmática dantesca estava em profunda divergência do sistema tomista no qual os fins seculares eram dependentes dos espirituais (KANTOROWICZ, 1998, p. 280).

Doravante, afastando-se da teologia política papista, como destacou o historiador Ernest Kantorowicz, o Monarca de Dante não representava um simples homem da espada, ou seja, um líder guerreiro-cristão “braço executivo do papado”; seu monarca deveria ser um “poder filosófico-intelectual”, pois, no ideal dantesco, era responsabilidade central do imperador, por intermédio da razão natural e da filosofia moral, conduzir a humanidade para a “beatitude secular”, da mesma forma que era tarefa papal, pela Providência, “guiar a alma cristã para a iluminação supranatural” (KANTOROWICZ, 1998, p. 280-281).

Nesse sentido, a abordagem de Dante no primeiro livro da *Monarquia* também era essencialmente ético-jurídica, e não prioritariamente teológica. Na perspectiva do autor florentino, a Monarquia imperial era a única capaz de garantir a existência de uma “plena justiça”, pois a justiça só atingia sua perfeição quando residia em um sujeito nobre e poderoso, visto que, para Dante, “a justiça que residia tão-somente no Monarca atinge sua plenitude neste mundo” (ALIGHIERI, 2005, p. 24). Alighieri chegou ao ponto de enfatizar que só a Monarquia Imperial conseguia sujeitar todos os regimes desonestos e subjulgadores dos homens (como a democracia, oligarquia e tiranias), visto que apenas aquele que vivia nessa Monarquia atingiria a maior concepção de liberdade. Evidencia-se, portanto, que as palavras de Dante aconselhavam seus leitores que apenas

a tutela imperial era capaz de garantir às cidades-estados italianas o usufruto de uma plena liberdade, devido ao princípio da paz e do equilíbrio político que o Império traria à humanidade (SKINNER, 1996, p. 39). Contudo, cabe destacar, a partir das concepções do historiador Q. Skinner, que nas cidades-estados do norte e do centro da Itália, defensoras de suas liberdades próprias, dificilmente a proposta de Dante representou uma solução extremamente tentadora, pois mesmo que se solucionasse o problema das intervenções papais nos negócios das cidades, era à custa da submissão de vassalagem ao Império (SKINNER, 1996, p. 40).

Justificada a necessidade e a importância de uma Monarquia Imperial para a humanidade, o segundo livro da *Monarquia* volta-se para a explicação de como o ofício da Monarquia Universal (Império) foi legitimamente conquistada pelos romanos. Para Dante, o Povo Romano “por direito” e não por usurpação adquiriu a Monarquia, ou seja, o Império sobre todos os mortais (ALIGHIERI, 2005, p. 33). A justificação encontrava-se em uma mescla de fatos (entendidos como históricos), nas ações dos sujeitos do passado e nas intenções e interferências divinas. Nesse sentido, a virtude e a descendência familiar do pai fundador do povo de Roma (Rei Enéias), os “milagres” ocorridos nas vitórias romanas nas Guerras Púnicas ou o próprio nascimento e a morte de Jesus Cristo formavam o quadro retórico e argumentativo construído pelo escritor florentino para atestar a autoridade e a legitimidade da Jurisdição Universal do Império Romano sobre a Humanidade (ALIGHIERI, 2005, p. 36-38; p. 39-40; p. 55-57).

A independência do Império perante a Igreja: Dante em defesa da autonomia do poder temporal

No último livro de seu Tratado, Dante busca defender seu argumento principal indicando que a autoridade do Império, não só não depende e não se origina da autoridade da Igreja, como dela é extremamente autônoma e independente. Em outras palavras, não havia uma subordinação, mas sim uma independência entre os poderes temporal e espiritual. Nas palavras do florentino, “enganam-se [aqueles que] concluem que o Imperador deve ficar subordinado ao Papa. [...] Não dizemos que o Imperador seja Papa, nem reciprocamente. Não se pode sustentar que pertençam à mesma espécie” (ALIGHIERI, 2005, p. 76-77). A partir dessa argumentação, Dante se insere em um debate existente desde o século XII no âmbito dos hierocratas. Dante acabou colocando-se contra as ideias defendidas pelo grupo dos monistas, aqueles que defendiam a noção de que o Imperador apenas desfrutava de um poder delegado pela Igreja, numa condição

restrita de “Vigário do Papa”. Para esses teólogos, todo o poder pertencia à cabeça espiritual da hierarquia eclesiástica, o que dava a Igreja o poder das duas espadas: a espiritual e a material. Dante preferiu situar-se nesse debate em prol dos canonistas dualistas, que por intermédio de homens como Huguccio de Pisa defendiam a tese da independência mútua do Papa e do Imperador, visto que, nessa linha de argumentação, ambos os poderes derivavam diretamente, isto é, sem intermédio, de Deus. Entretanto, para os dualistas, mesmo diante dessa condição, o Imperador dependia, no que tange às questões religiosas, do poder sacramental do Papa. Embora se colocando no debate ao lado dos dualistas, Dante levou a doutrina a limites ainda não imaginados. O autor florentino construiu um setor inteiro do mundo que era independente do poder espiritual da Igreja, um certo paraíso terrestre com suas funções autônomas e independentes em relação ao paraíso celestial (KANTOROWICZ, 1998, p. 276-277).

Dessa maneira, Dante ratificava que os cargos de Papa e de Imperador tinham funções extremamente diferentes, ao mesmo tempo em que tanto o poder temporal quanto o papal originavam-se diretamente do poder de Deus. Tal argumentação gerava uma conclusão definitiva de que a Igreja não poderia representar a intermediação entre Deus e o poder temporal do Império; em síntese, esse pensamento contrariava decisivamente as teses e os interesses políticos do papado. Nesse sentido, expressando todo seu antipapismo, Dante afirmava:

O Papado e o Império, sendo relações de preeminência, devem ser ordenados a uma relação de preeminência, da qual provêm; assim sendo, o Papa e o Imperador, como são relativos, devem ser ordenados a um ser do qual se ache, sem características particulares, a própria relação de preeminência. Esse ser é Deus, no qual se acham todas as relações [...] (ALIGHIERI, 2005, p. 77).

Além do mais, se a Igreja tivesse o poder de instituir o Príncipe, ou ela teria obtido esse poder de Deus, ou de si própria, ou de um Imperador, ou do consentimento universal dos homens, ou, pelo menos, do consentimento da elite do gênero humano. Não existe outro canal pelo qual esse poder tenha conseguido chegar à Igreja. Ora, a Igreja não possui o poder em questão [...] O Imperador ou o monarca do mundo depende imediatamente do Príncipe do Universo, que é Deus. (ALIGHIERI, 2005, p. 79-81).

A linguagem política antipapista de Dante justificava-se na noção básica de que quando a Igreja agia dedicada aos assuntos temporais, não só se dirigia a corrupção, como também constituía um mal que afetava todo o gênero humano. Para o escritor de Florença, a intromissão do Pontífice nas temáticas materiais e políticas teria levado a

Igreja ao destino da cobiça, do dinheiro e do luxo, fato que afastava essa instituição religiosa de sua verdadeira vocação espiritual (BERTARELLI, 2010, p. 15). Buscando deslegitimar a aproximação e a subordinação do poder temporal em relação ao espiritual, Dante não só criticava, mas também denuncia as pretensões políticas papistas e os interesses materiais da Igreja. Assim, Dante enaltecia que a Igreja deveria ter como exemplo paradigmático a vida de Cristo, ou seja, uma existência desapegada de interesses materiais e de cobiça por poder. Objetivando dar maior legitimidade para suas acusações, o poeta florentino recorreu às próprias palavras bíblicas referenciadas a Cristo em um diálogo com Pilatos: “Meu reino não é deste mundo; se meu reino fosse deste mundo meus oficiais combateriam a fim de que não fosse entregue aos judeus; agora meu reino não é daqui” (ALIGHIERI, 2005, p. 80).

Na empreitada argumentativa para contradizer o ideal papista de que a autoridade temporal do Monarca advinha da legitimidade do poder espiritual da Igreja, Dante, durante todo terceiro livro da *Monarquia*, precisou refutar tanto os pressupostos bíblicos quanto os históricos defendidos pela teologia política sustentadora da soberania papal. Dessa maneira, Dante acaba por repelir diversas interpretações bíblicas que visavam subordinar o poder temporal às decisões da Igreja. Como forma de exemplificação dessas refutações, destacamos as críticas do autor às interpretações que, por meio das passagens do livro de Mateus, afirmavam que o ato dos reis magos em presentear Cristo com incenso e ouro representou, portanto, que Cristo teria adquirido concomitantemente o poder espiritual e o poder temporal, poderes que acabaram por ser transferidos de Cristo para seu Vigário: Pedro. A resposta de Dante a essa interpretação política das Escrituras não nega Cristo como o detentor das “duas espadas”, porém norteia-se por significativos pressupostos humanizadores que esvaziavam qualquer possibilidade dos homens transmitirem poderes em nome de Deus ou Cristo. Para Dante, um Vigário não podia se igualar a seu Senhor e, portanto, Pedro não tinha os poderes de Cristo, visto que a criação de um Príncipe não dependia do próprio ou de outro Príncipe (ALIGHIERI, 2005, p. 68).

O mesmo argumento humanizador também foi utilizado por Dante quando se posicionou sobre o livro de Samuel e o importante momento histórico bíblico que marcou a transição do juizado para monarquia hebraica. Na perspectiva católica defensora da soberania política papal, Samuel, ao depor Saul, seguindo ordens divinas, agiu como Vigário de Deus. Nesse raciocínio, o Papa, Vigário de Deus tal como Samuel, também teria legitimamente o poder de dar, retirar ou transferir o poder

temporal, assim como fez Samuel em relação a Saul. Contudo, na visão de Alighieri, Samuel não era e nem agiu como Vigário de Deus, porém apenas como um homem enviado para cumprir as ordens divinas, ou seja, Samuel não carregava ou eternizou qualquer poder espiritual ou temporal que não estivesse restrito ao simples cumprimento pontual daquelas ordens de Deus (ALIGHIERI, 2005, p. 67-68). Em suma, o decisivo deslocamento e ênfase da figura de Saul para a de Samuel (sob o argumento humanizador) encontrado na narrativa dantesca, objetivava, realmente, realizar uma crítica incisiva e uma negação à perspectiva medieval cristã que reforçava a figura do Papa, no ato da Unção Imperial, como aquela que reproduzia a função de Samuel de legitimar e fundamentar o poder temporal.

Dante também precisou refutar os argumentos históricos que almejavam dar justificção da intervenção da Igreja nos assuntos temporais. O principal desses argumentos baseava-se na popular (mas ainda não falsa) Doação de Constantino, isto é, o antigo Imperador Romano teria cedido à Igreja a capital do Império, fato que legitimaria o poder político papal. Entretanto, Dante nega essa alegação destacando que o fundamento do Império estava exclusivamente no direito humano, assim como o fundamento da Igreja localizava-se nas Escrituras. Para Dante, se o Imperador doasse à Igreja esse poder estaria ultrapassando os limites de sua própria autoridade, pois, assim, destruiria o próprio Império. Portanto, como o Imperador não estava acima de sua jurisdição Imperial, o próprio não podia modificá-la (ALIGHIERI, 2005, p. 73-74).

Esse foco de Dante em humanizar a sua narrativa foi destacado por Kantorowicz. Segundo o historiador, o poeta florentino estabeleceu uma imagem de realeza “meramente humana”. Nela o homem, puro e simples, era cerne e padrão, era essencialmente homem em suas diversas relações, seja com Deus e o universo, seja com a lei e sua comunidade social, ou até mesmo com o meio natural, com a fé e a razão. (KANTOROWICZ, 1998, p. 273). Ainda segundo Kantorowicz,

[...] a imagem do Príncipe ou Monarca, de Dante – ainda que composta de inúmeras tesselas de mosaico emprestadas da teologia e da filosofia, de argumentos históricos, políticos e legais da tradição corrente –, reflete um conceito de realeza centrada no Homem e de uma *Dignitas* puramente humana que, sem Dante, estaria ausente e, com toda certeza, teria ficado ausente daquele século. (KANTOROWICZ, 1998, p. 274).

A última conclusão de Dante, esclarecida em seu Tratado, remetia-se à noção de que como não existia hierarquização, subordinação ou dependência entre os poderes

temporal e espiritual, conseqüentemente, as finalidades dos dois poderes eram essencialmente diferentes. Nas palavras do próprio poeta florentino,

[...] o homem tem necessidade de um duplo poder diretivo, em vista de seu duplo fim: O Soberano Pontífice que, à luz da revelação, conduz o gênero humano à vida eterna, e o Imperador que, à luz das doutrinas filosóficas, conduz o gênero humano à felicidade temporal (ALIGHIERI, 2005, p. 82).

Por fim, como nos informou Q. Skinner, essas premissas de Dante foram “notavelmente radicais” uma vez que proponha uma separação completa entre as esferas da filosofia e da teologia e, portanto, da natureza e da Graça. Dante distancia-se da noção de que haveria apenas um fim único para a sociedade, isto é, o da eterna beatitude, e, também, de que só existia uma única suserania para a sociedade cristã, ou seja, a Igreja. Dessa forma, Dante defende o *duo ultima*, em outras palavras, duas metas finais para o homem (SKINNER, 1996, p. 39).

Considerações Finais

Dante Alighieri ascendeu à vida pública florentina em um cenário histórico no qual as ações políticas do Papa Bonifácio VIII interferiam diretamente na autonomia republicana de diversas cidades-estados do norte e da região central da Península Itálica, principalmente, em Florença. Obrigado a viver no exílio, devido às intromissões do papado nos assuntos internos de Florença, Dante passou, a partir de 1309 – quando começou a escrita do Tratado a *Monarquia* –, a sustentar e legitimar o poder único do Sacro Império Romano não só sobre o *Regnum Italicum*, mas também universalmente sobre todo o gênero humano.

Norteados pelas teorias aristotélicas, Dante Alighieri enfatizou que a Soberania Imperial era necessária, pois esta representava o instrumento político capaz de garantir o principal fim social, ou seja, para que o gênero humano alcançasse a felicidade plena era necessária a tutela imperial garantidora da Paz Universal. Na perspectiva Dantesca, a garantia da felicidade e da paz universal estava condicionada a vivência de um governo único, um poder político organizador e ordenador. Porém, diferentemente da visão papista (ratificada na Bula *Unam Sanctam*, promulgada por Bonifácio VIII), para Dante, esse governo único não poderia ser exercido genuinamente pelo Papa ou por qualquer outro representante da Igreja, pois legitimamente esse poder pertencia ao Imperador.

Isso porque, Dante era contundente ao defender que o poder temporal emanava diretamente, sem intermediários, de Deus e não da Igreja.

Além disso, conforme Dante, os romanos eram legitimamente o único povo fundamentado pela história e pelas intervenções (desejos) imediatas de Deus para exercer a Jurisdição Universal do Império sobre a Humanidade. Na *Monarquia* constata-se uma tentativa de resgate do glorioso passado do *Regnum Italicum* a partir do referencial heroico e suntuoso do Império Romano. Enfim, vítima da “divisão papal”, Dante almejava na unidade temporal imperial a construção de uma nova realidade para as cidades-estados italianas, e, evidentemente, para si próprio.

Mesmo que conhecedor profundo dos textos bíblicos, Dante, em *Monarquia*, visou externar suas teses privilegiando a argumentação filosófica, histórica, moral e jurídica. Com uma narrativa “humanizadora”, como destacou o historiador Kantorowicz, Dante refutou e negou diversas interpretações bíblicas que buscavam, por meio das Escrituras, sustentar a superioridade do poder espiritual em relação ao poder temporal e subordinar os poderes políticos aos interesses da Igreja Católica e do papado.

Nesse sentido, o antipapismo dantesco era sustentado por uma visão dualista que encarava os homens como seres formados por duas partes essenciais, isto é, os seres humanos eram ao mesmo tempo corruptíveis (corpo) e incorruptíveis (alma). Portanto, a conclusão central era que, se o homem tem um duplo fim e se cada natureza desse fim estava ordenada a um fim último, a humanidade necessitava também de um “duplo poder diretivo”. Logo, o poder imperial deveria ordenar os seres humanos para a felicidade temporal, enquanto a Santa Igreja exclusivamente encaminharia os homens à plena felicidade espiritual. A partir desses pressupostos, a conclusão para Dante era única, límpida e evidente: “o Imperador ou o monarca do mundo depende imediatamente do Príncipe do Universo, que é Deus” (ALIGHIERI, 2005, p. 81). “Assim, é evidentemente que a autoridade temporal do monarca desce sobre ele da fonte universal da autoridade, sem nenhum intermediário” (ALIGHIERI, 2005, p. 83) e, portanto, o poder temporal não era, diante de nenhuma hipótese, dependente ou subordinado à Igreja ou a autoridade do Papa.

Referências

ALIGHIERI, Dante. *Da Monarquia / Vida Nova*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2005.

- ARISTÓTELES. *Física*. Traducción y notas: Guillermo R. de Echandía. Madrid: Editorial Gredos, 2005. [versão on line]. Disponível em: <<http://bz.otsoa.net/Libros%20de%20Divulgacion%20Cientifica/Historicos%20de%20Ciencia/Aristoteles%20-%20Fisica.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.
- BERTARELLI, Maria E. O Império Ideal: uma abordagem do pensamento político de Dante Alighieri. *Revista. Mestrado História*. Vassouras. v. 12, n. 1, p. 7-24, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/01O_Imperio_Ideal.pdf>. Acesso em: 09 out. 2015.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Dante Alighieri: o poeta do absoluto*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LEWIS, Richard Warrington Baldwin. *Dante*. Tradução José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- PAIZANI, Gabriel F. de A. “*La Stirpe non fa le singulare persone nobili, ma le singulare persone Che fanno nobile la stirpe*”: a questão da nobreza no *Convivio* de Dante Alighieri. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2012.
- PAPA BONIFÁCIO VIII (1294-1303). Bula *Unam Sanctam*. 18 de novembro de 1302.
- MONTFORT Associação Cultural. Texto em português disponível em: <<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=unamsanctam>>. Acesso em: 01 out. 2015.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. “Meaning and understanding in the history of ideas”. In: *History and Theory*, vol. 08, n. 01, pp. 3-53, 1969.
- _____. *Visões da Política: Sobre os métodos históricos*. Lisboa: Difel, 2005.
- TOUCHARD, Jean. *Historia de las ideas políticas*. 5 ed. Madrid: Tecnos, 1983.

Artigo recebido em 30/11/2015. Aprovado em 16/01/2016.

SOBRE MATADORES DE DRAGÕES: ALUSÕES POÉTICAS AO HEROI SIGURÐR FÁFNISBANI E AO ARCANJO MIGUEL NA POESIA ESCANDINAVA DO SÉCULO XI

ON DRAGON SLAYERS: POETIC ALLUSIONS ABOUT THE HERO SIGURÐR FÁFNISBANI AND MICHAEL THE ARCHANGEL IN SKALDIC POETRY (XIth CENTURY)

Renan Marques BIRRO*

Resumo: Este artigo versa sobre diferentes tradições de matadores de dragões na Escandinávia medieval, a saber, Sigurðr *Fáfnisbani* e São Miguel arcanjo. A partir das transformações religiosas do período, das adequações poéticas ao novo credo e conforme a audiência, os skáld teciam suas composições, no intuito de permanecer com os favores da aristocracia escandinava. É verossímil, portanto, que a influência cristã tenha contribuído para moldar algumas composições poéticas semilegendárias e mitológicas desde a etapa de criação. É verossímil, portanto, que a influência cristã era sentida na composição de poemas semilegendários e mitológicos em língua vernacular.

Palavras-chave: Sigurðr; Miguel; Poesia Escáldica; Escandinávia Medieval.

Abstract: This article explores two traditions on dragon slayers in Medieval Scandinavia, i.e., Sigurðr *Fáfnisbani* and saint Michael the Archangel. Considering the religious transformations at that time, the poetical changes with the introduction of a new faith, and the audience reception, the skáld “wove” their compositions to maintain their favorable positions among the Scandinavian aristocracy. Possibly the Christian influence was present since the composition of semi-legendary and mythological poems in vernacular language.

Keywords: Sigurðr; Michael; Skaldic Poetry; Medieval Scandinavia.

Arned Nedkvitne, ao comentar sobre o cristianismo laico norueguês, mencionou brevemente o caráter global e dominante da mensagem crística, onde o ente divino sulista seria capaz de controlar o mundo inteiro, incluindo a esfera nórdica, subjugando os deuses setentrionais (NEDKVTINE, 2011, pp.172-173). Apesar dessa característica e impacto, como seria possível explicar a perpetuação de referências a deuses e heróis pagãos na tradição oral e literária escandinava? Seria possível relacioná-las ao novo credo e seus personagens?

No bojo da questão, John McKinnell apresentou algumas considerações sobre as representações mitológicas pagãs na Escandinávia após o advento e consolidação do Cristianismo na região. No capítulo *Why Did Christians Continue to Find Pagan Myths Useful?*, ele demonstrou como os *kennings* e outras referências aos mitos nórdicos,

* Mestre em História - Doutorando - Programa de Pós-Graduação em História Social - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo - Brasil. Professor Assistente A de História Medieval da Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional; Professor Colaborador da Especialização em História Antiga e Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: rbirro@unifap.br.

comuns até o final do século X, quase desapareceram da poesia escáldica no decorrer do século XI, talvez numa preocupação genuína por parte dos poetas de demonstrar sua adesão ao novo paradigma religioso. Contudo, algumas evidências demonstram que o conhecimento mitológico não desapareceu por completo, apenas deixou de ser usado ou passou a ser empregado com cautela (2007, pp.33-48).

Com o decorrer do tempo, os clérigos de origem escandinava, ao estudar o latim, perceberam que era possível ser cristão e utilizar a literatura pré-cristã, como no caso de Ovídio entre os meridionais. Para a elite erudita, tratava-se de uma medida educacional a partir de bons exemplos poéticos e retóricos, além da apresentação de verdades alegóricas e morais, mesmo com personagens ou contextos pagãos (McKINNELL, 2007, pp.48-49). A maior prova seria a tendência dramática das aparições mitológicas (McKINNELL, 2007, pp.49-50).

Noutra perspectiva, mas que pode ser associada ao problema evocado, Matthew Townend comparou as diferentes tradições da *Batalha de Ashington* (1016)¹, ou seja, tanto no viés inglês quanto dinamarquês, Townend percebeu que, dependendo do momento, as opiniões ora divergiam, ora se aproximavam, conforme o momento de redação e da audiência (TOWNEND, 2011, pp.201-210).

O mesmo pode ser dito sobre a ascendência de Knútr². Nos poemas escandinavos ou sob sua influência direta, os autores reforçavam o laço entre Sveinn e Knútr, pai e filho, respectivamente. Porém, ao observar as fontes de origem ou sob influência inglesa, ocorreram tentativas de associar Knútr aos reis anglo-saxões anteriores, como Edgar e Æthelred, para reforçar uma vinculação com a dinastia anglo-saxã anterior em vez de uma relação direta com a Dinamarca (TOWNEND, 2011, pp.212-215).

Em suma, Townend afirmou que Knútr tentava promover diferentes versões conforme o público-alvo da composição (2011, p.210). Trata-se, nas palavras deste autor, de “uma cultura de corte emergiu, que usou uma linguagem distintiva e uma forma de instrução distintiva, que gozou e desenhou sobre um *corpus* de trabalhos poéticos distinto, e que projetou e explorou uma visão distinta do passado recente” (2011, p.215).

A partir dessas reflexões, percebe-se que o cristianismo exigiu certa adaptação por parte dos versejadores, mas não foi capaz de extirpar totalmente as tradições e memórias do período pré-cristão. As razões para tanto estão ligam-se às vicissitudes políticas e sociais: em última análise, alguns desses mitos “representavam um tipo de

herança cultural que poderia preservar a identidade cultural através de um período de stress social e político” (HEDEAGER, 2000, p.48).

Todavia, novos personagens, como Cristo e as hostes celestiais, passaram a compor o arsenal poético dos *skáld*. Alguns deles inclusive compartilhavam qualidades como sobrepujar bestas monstruosas, representadas pelo dragão Fáfnir, na tradição nórdica, ou Satã, no legado cristão. Com o avançar de algumas décadas, novas configurações poéticas com alusões a personagens ou situações cristãs tornaram-se mais frequentes e parte do “arsenal” compositivo desses tecelões de versos.

Embora a relação seja aparentemente simples e já tenha sido sinalizada por outrem recentemente (BYOCK, 1990, pp.619-628; DÜWEL, 2005, pp.143-146), a analogia não foi levada à exaustão. Meu objetivo, portanto, foi recobrar essa relação e a paulatina introdução do culto miguelino e como ele esteve relacionado com o semilegendário herói volsungo.

A tradição afirma que o rei Óláfr Haraldsson e futuro padroeiro da Noruega certa vez solicitou que o *skald* Þorfinnr munnr (†c.1030) compusesse uma estrofe sobre a cena apresentada numa tapeçaria pendurada numa parede. Este prontamente reconheceu a cena: tratava-se de Sigurðr, o herói volsungo, matando o dragão Fáfnir. Apenas duas estrofes sobreviveram, batizadas posteriormente pela erudição como *Lausavísur*. Eis uma possível tradução dos versos:

A vela-de-batalha [=espada] permanece na *boca* [=cova] do *peixe-da-terra* [=serpente]; o sangue corre em ambos os *navios-de-feridas* [=perfurações] sobre a terra, conforme cresce a ira do príncipe. A espada mexe no peito da serpente, e o *bravo-líder-de-batalha* [=Sigurðr] define sobre fazer a carne assada (HUNGERLAND, 1904, pp.30-31)³.

Esta é certamente uma das evidências mais antigas da transmissão dos feitos de Sigurðr por via poética, conquanto seja pouco evocada pela brevidade. Seja como for, ela remete ou a uma ocasião real, ou uma fantasiada durante a composição da prosa, onde um poeta que servia o rei missionário da Noruega apresentava um poema de conteúdo pagão na corte. Para o(s) autor(es) da saga, texto poético composto séculos depois do poema, tratava-se de um recurso legitimador, uma vez que aproveitava um verso ou estrofe preservado na memória para garantir a veracidade da narrativa proposta.

O excerto foi rememorado desde o início do século XX para tentar recobrar a origem insular do mito volsungo e sua longeva tradição antes da cristalização poética do

século XII, caracterizada pelos poemas *Grípisspá*, *Reginmál* e *Fáfnismál*. Cito especialmente o artigo *Sigurdsristingar* no *Nordisk Tidskrift för Vetenskap* de 1903, aos cuidados de H. Schück. O argumento do autor estaria assentado no fragmento poético acima, inserido na *Óláfs saga helga*, no qual o rei teria solicitado ao *skáld*. Deste modo, as representações suecas e norueguesas, datadas posteriormente das insulares, seriam cópias transportadas pela exportação de tapeçarias inglesas à Península escandinava (1903: 207).

Por outro lado, o excerto poético de Þorfinnr é pouco conclusivo se lembrado apenas pela menção ao herói volsungo; uma composição de outro poeta coevo ao primeiro, Illugi *Bryndælaskáld*, também é frequentemente recobrada no mesmo sentido. Porém, ao considerar a peça deste íntegra, nota-se uma breve e rápida referência:

Foi para o prazer do lobo que meu senhor colocou muitos a fugir;
aquele-que-diminui-o-laço-do-pescoço [=homem generoso = Sigurðr]
perfurou a *truta-negra-da-floresta* [=serpente = Fáfnir] com a espada.

Novamente o *extintor-da-sede-dos-lobos* [=guerreiro] embarcou numa expedição para o Leste; o generoso governante moveu o coração amargo da serpente sobre o fogo.

Frequentemente meu senhor destruiu a paz dos Normandos antes do alvorecer; não foi uma corrida rápida para o capaz governante até a residência da mulher.

Haraldr, **você subjugou as terras do sul com o escudo pelo mais estimado Miguel**; o *filho-de-Buðli* [=Atli] convidou ao lar seus irmãos adotivos, como ouvimos (HUNGERLAND, 1904, p.37. O grifo é meu)⁴.

Ainda que o estado dos versos seja fragmentário, Illugi parece ter associado o rei Haraldr, *o Severo*, famoso pela *Batalha de Stamford Bridge* (1066)⁵, a Sigurðr; a serpente seriam os inimigos do rei de além-mar. Ademais, o poeta inseriu uma breve referência das atividades de guerra do rei no Sul por Miguel. Mas este Miguel seria um reflexo da tradição miguelina ocidental ou oriental?

Como Haraldr serviu muitos anos na corte bizantina, é possível que ele tenha incorporado a devoção ao arcanjo Miguel. De fato, vários *skáld* contemporâneos ao rei norueguês fizeram alusões ao líder das hostes celestiais, o que pode indicar não apenas o gosto de Haraldr pelo *archistrategos*, mas também sua difusão na esfera escandinava (BLÖNDAL, 1978, pp.100-101).

Não há dúvidas do papel miguelino no Império Bizantino, como será apresentado a seguir. Tanto em Þorfinnr quanto em Illugi, as ideias vinculadas ao herói

volsungo no ato de derrotar a serpente aludem o conflito entre dois lados; No caso do último poeta, o rei Haraldr seria uma personificação das qualidades sigurðianas. Se o escudo for uma metáfora da proteção miguelina, o excerto poético que sobreviveu poderia aludir, de uma maneira intrincada e forjada numa tipologia que iria além do binômio Sigurðr/são Miguel Arcanjo proposto por Düwel (2005, pp.143-146), incluindo o rei norueguês (Haraldr/Sigurðr/são Miguel Arcanjo).

Se as referências pagãs foram evitadas ou usadas com cautela nesta fase de transição religiosa, como afirmou John McKinnell (2007, p. 33-48), o fragmento poético em análise poderia ser uma exceção, mas um importantíssimo indício de que a associação entre o herói semilegendário pagão e o arcanjo cristão assumiam funções próximas o suficiente para serem referenciados na mesma composição poética.

A vinculação entre as lendas, porém, não era ingênua. Os poetas escandinavos dessa fase de transição religiosa não dispunham de vida fácil; os missionários condenavam a relação direta e simples. A estratégia principal era evocar a imagem de um *Christus victor*, conquistador de Roma e destronador dos deuses nórdicos. Os homens deveriam abandonar as antigas deidades a favor de um novo, único e poderoso deus (PÖRLÁKSSON, 2005, pp.144-147).

É possível que, neste período, a memória de Sigurðr fosse usada poeticamente para indicar a vitória de um senhor sobre seu inimigo; esta forma de composição poderia ainda incorporar alusões de personagens bíblicos. A menção pouco posterior (c.1060) de Miguel proporcionada por Arnórr *jarlaskáld* (Arnórr, *o poeta dos jarlar*, c.1011-1073), um versejador islandês em época assentado nas Órcades, é digna de nota: “Miguel pesa o que parece ter sido feito errado, maduro com sabedoria, e tudo que é bom; então o *soberano-do-elmo-do-sol* [=Deus] direciona os homens para seu *assento-de-julgamento*” (*Fragmentos*, est. 1)⁶.

O depoimento em questão demonstra que Arnórr estava familiarizado com a *ψυχοστασία* (*psicostasia*), ou seja, a função miguelina de pesar a alma de bons e maus após a morte. Como bem notou Nedkvitne, a penetração deste santo na Escandinávia pode ser identificada desde o final do século X. Neste ínterim, são Miguel foi invocado junto com Deus e Cristo, ou no contexto do Juízo final e da vida eterna, ou ainda em celebrações e banquetes para fins protetivos (NEDKVITNE, 2011, pp.172-173).

As referências aos elementos pagãos em salões “cristãos” apontam certa vitalidade das antigas lendas, principalmente para o interlocutor em questão. Elas ainda deveriam ser usadas ocasionalmente para exprimir certos encapsulamentos poéticos ao

público aristocrático que visitava reis e nobres escandinavos em finais da *Era Viking*. Assim como no caso dos autores de sagas da “Era de ouro” (c.1180-1280), era preciso recobrar certas memórias poéticas de longa duração como comprovação de fidedignidade ao trato original da tradição.

Antes de prosseguir, é necessário retomar também o avanço da tradição miguelina multifacetada na Escandinávia para verificar a validade da hipótese que relaciona o herói semilegendário ao arcanjo celestial. Este é o contorno necessário para tentar encontrar uma conexão entre o depoimento de Illugi *Bryndællaskáld* e o avançar da tradição miguelina no Ocidente medieval.

São Miguel Arcanjo no contexto medieval e escandinavo

A homilia *In dedicatione Tempeli* (*Kirkjudagsmál*, c.1125-1150) é um interessante comentário do Evangelho por ocasião da missa em língua nórdica antiga e o mais antigo, preservado em quatro manuscritos (TURVILLE-PETRE, 1972, pp.79-80). Nesta relativamente inovadora composição (BEKKER-NIELSEN, 1969, pp.127-134), o autor islandês assim descreveu a função do portal e da porta das igrejas de tipo *stave* (traves)⁷:

O **portal** da Igreja significa a verdadeira fé, pela qual nós somos guiados à comunidade dos cristãos. A **porta** antes do **portal** significa o sábio, que duramente resiste aos heréticos em seus ensinamentos e os exclui da Cristandade de Deus, mas que permite aos fieis que entrem [...] A **entrada** antes do **portal** significa o controle da língua, como Davi disse: “*Ó Senhor, coloca uma sentinela ante minha boca, um vigia para porta dos meus lábios*” [Sl 141,3]; E ele [ainda] disse nestas palavras: “*Abra minha boca quando for mais apropriado falar do que estar em silêncio, mas feche-a quando for melhor o silêncio do que falar*”. A **porta** pode significar a sabedoria, que distingue as boas coisas das más, de forma que ela possa abrir nossos corações para as boas coisas, mas mantê-lo calado para as más fantasias (*Kirkjudagsmál*)⁸.

Como é possível notar, o texto implica em comparações simbólicas entre partes da Igreja – o templo físico – e cada cristão, e as partes do prédio podem representar as virtudes presentes num bom fiel. O pórtico e a porta, deste modo, são os sustentáculos da fé, da sabedoria e do controle das palavras. Trata-se de uma clara separação entre o que estão dentro do templo e o que estão fora, estes últimos considerados como heréticos, inapropriados e maléficos.

Mas qual a relação entre a arquitetura e as representações imagéticas de Sigurðr na Escandinávia Medieval? Basta lembrar que o herói foi entalhado em várias portas de

igrejas norueguesas dos séculos XII e XIII. A utilização do sermão, assim, pode oferecer um olhar sobre a relação entre o componente em questão e seu entorno (porta, portal, entrada antes do portal) por parte dos membros da Igreja e, ao menos, qual a intenção foi dirigida aos laicos.

Neste mesmo espaço, porém, no restante da Cristandade, o personagem normalmente apresentado é São Miguel arcanjo, razão pela qual será preciso uma pequena digressão para entender o papel deste ente divino guerreiro e a evolução de sua simbologia na Idade Média.

Como Andås demonstrou recentemente num estudo sobre a Catedral de Trondheim (Niðaróss), o conceito de *liminaridade* é fundamental para a compreensão deste texto, pois envolvia os fieis e segregava os excluídos, os danados e os salvos e o secular do sagrado, como no ritual nórdico chamado de *konungstekja*⁹, ou no batismo, ou ainda na purificação das mulheres após o parto. Outrossim, a *liminaridade* pode ser aplicada tanto aos escritos medievais quanto ao estudo da iconografia, graças a uma série de referências e indícios das portas e portais da referida catedral que separava o mundo pecador e profano do ambiente sagrado do templo (ANDÅS, 2007, pp.47-126).

O princípio fundamental da *liminaridade* tem suas raízes nas pesquisas etnológicas de Arnold Van Gennep na obra *Rites de passage* (1909). Este rito de transição ocorre em três etapas, a saber, a separação, a margem e a agregação. A primeira envolve a conduta simbólica de desligamento com um indivíduo ou um grupo, a partir de um ponto fixo da estrutura social ou de uma condição cultural relativamente estável (VAN GENNEP, 2008, pp.99-164).

Na segunda etapa, o *status* do sujeito ritual (“passageiro” ou “liminar”) torna-se ambíguo, um intervalo entre os atributos do passado e do vir a ser, ou, como na famosa expressão usada por anglófonos para a situação, *betwixt and between* (lit. “nem um nem outro”); Por fim, a terceira fase consome a passagem, e o objeto retorna a classificação secular ou mundana da vida social, seja ele um indivíduo ou grupo (VAN GENNEP, 2008, pp.165-229).

Portanto, a identificação da *liminaridade* por Van Gennep foi fundamental para tornar explícita a dimensão transformativa do social. Em suma, ele pavimentou os caminhos para os futuros estudos de todos os processos espaço-temporais de mudança individual ou social. A *liminaridade* tem sido aplicada nos estudos sociais a todas as fases de decisiva mudança cultural, na qual as ordenações prévias de pensamento e comportamento são objeto de revisão e crítica, e que novas formas de relação social e de pensamento são possíveis e desejáveis (ROSS, 2011, pp.x-xix).

O excerto elencado e a perspectiva de trabalho liminar são úteis para compreender o papel de São Miguel arcanjo nos portais ou nos locais próximos à porta das igrejas escandinavas, uma vez que ele despontou num texto que sucede a homilia no fragmento do manuscrito mais antigo (AM 237a fol. ou Ms. L), uma tradução em nórdico antigo da *Homilia 34 in Evangelia* de Gregório Magno, que aborda a função de Miguel e de todos os anjos (HALL, 2000, pp.674-676).

Graças à análise linguística, foi possível precisar que todos esses sermões são datados do início do séc. XII, ou seja, que o manuscrito AM 237a é uma cópia de um texto ainda mais antigo. O autor usou uma linguagem simples, em prosa e do dia a dia, tornando-a atrativa para a congregação. A *dictio latina* e a sintaxe característica das homilias em Nórdico Antigo tardias não estão presentes nestes indícios, ainda que alguns recursos retóricos (isocolon, antítese, quiasmo, anáfora, aliteração e palavras pares) tenham sido empregados em alto estilo (McDOUGALL, 1993, pp.290-292).

No texto gregoriano, amplamente copiado e traduzido na Escandinávia medieval (WOLF, 2001, pp.255-274), há uma descrição pormenorizada da função de cada espírito angelical, organizados em três tríades (1. Serafins, 2. Querubins, 3. Tronos, 4. Dominações, 5. Principados, 6. Potestades, 7. Virtudes, 8. Arcanjos, 9. Anjos). Este último, assim, é o nome do ofício, mas não da natureza. Ainda que todos sejam espirituais, nem todos estes seres podem ser aclamados como anjos: eles são apenas os portadores de mensagens de menor importância (é inclusive o significado da palavra). Para maiores matérias, como a anunciação de Cristo, envia-se um arcanjo (GREGORIUS MAGNUS. *Homilia 34 in Evangelia*, 7-8 (PL 76 1249D-1250A).

A seguir, Gregório destacou que

Miguel significa “quem é como Deus” [...] Quando se realiza algo maravilhoso, Miguel é enviado, para que pela obra e pelo nome mostre que ninguém pode fazer o que Deus faz. Por isso, aquele antigo inimigo, que aspirou, em sua soberba, ser semelhante a Deus [...] lutar e será contido pelo arcanjo Miguel, como disse João: foi travada uma batalha com o arcanjo Miguel [Ap 12:7]. Deste modo, aquele que se ergueu soberbo e tentou ser semelhante a Deus aprenderá, derrotado por Miguel, que nada deve exaltar-se soberbamente em similitude a Deus (GREGORIUS MAGNUS. *Homilia 34 in Evangelia*, 7-8; PL 76 1251A-1251B)¹⁰.

Outrossim, esta criatura celestial foi associada à *ψυχοστασία* (*psicostasia*), ou seja, ele era o encarregado divino que pesava a alma dos bons e dos maus após a morte. Conforme a balança, a alma era destinada ao refrigério dos justos ou ao castigo dos ímpios. Um verso na homilia *Em louvor de São Miguel*, presente no *Antigo Homiliário*

em Inglês Antigo (séc. XI), fomentou a tradição da “pesagem das almas”: *he sceal on domesdæge anra gehwelcum men his dæda edlean forgildan* (“ele [são Miguel] está destinado a garantir a cada homem a recompensa que ele merece no Dia do Julgamento”)(*Corpus Christi College Cambridge Ms. 41, fols.402-409*).

Como é possível notar, não se trata de um testemunho direto, conquanto seja possível recobrar a menção miguelina de Arnórr, atuante no Atlântico Norte e contemporâneo ao homiliário inglês. No caso do poeta das Órcades, Miguel também foi lembrado no exercício da *psicostasia*. Talvez este contexto mais amplo ligue não só Arnórr ao arcanjo, mas também o *skáld* Illugi.

Seja como for, a partir dos sécs. XII e XIII, a “pesagem das almas” tornou-se um elemento frequente nas representações do Juízo Final nos tímpanos e afrescos das igrejas românicas, assim como dos iluminadores de saltérios devocionais em toda Europa medieval (CARRAREDO, 2011, pp.441-460).

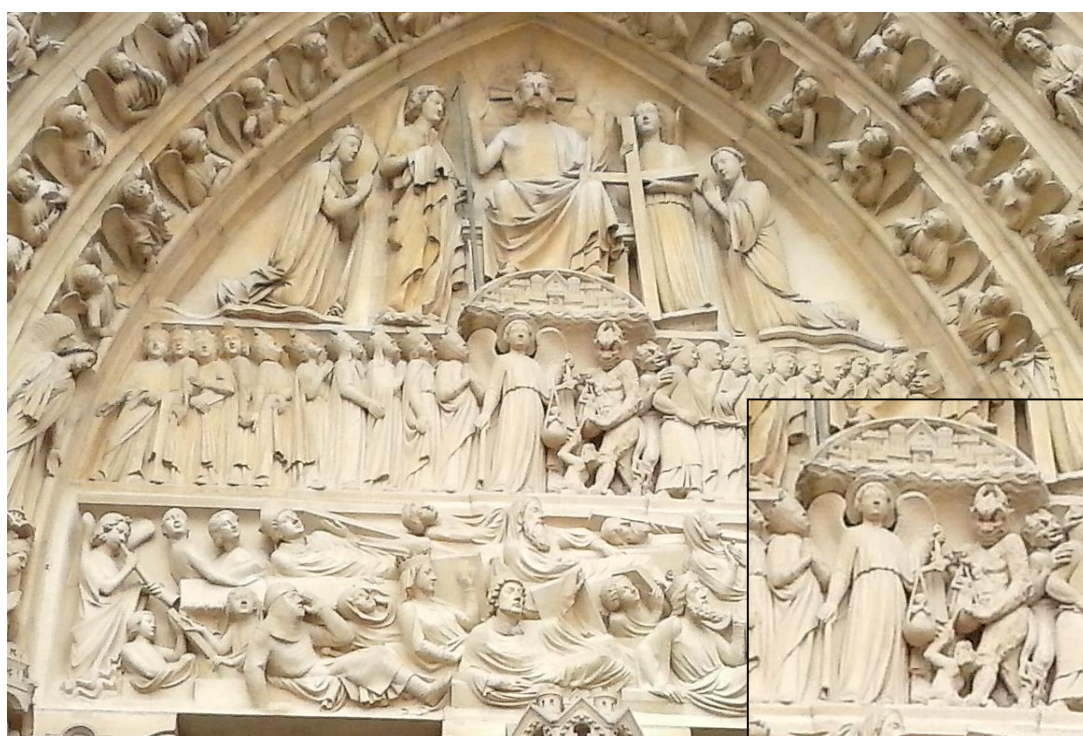


Imagem 1 - Portal central da Catedral de Notre-Dame de Paris. Abaixo do Cristo entronizado figura são Miguel arcanjo no exercício da *psicostasia*. Ao lado dele, os demônios “auxiliam” na pesagem das almas, separando os justos (à direita e usando coroas da glória) dos ímpios (à esquerda, agrilhoados, arrastados e empurrados por anjos caídos). No detalhe da cena central, um pequeno diabrete agachado aos pés do arcanjo tenta interferir na pesagem, puxando um prato para um dos lados, na provável tentativa de levar mais uma alma para o suplício infernal. **Fonte:** foto do autor (2014).

No Leste, sobretudo na Ásia Menor e na Trácia, Miguel foi disposto como um arcanjo com capacidades de curar graças ao movimento das águas (como no caso da fonte em Bethesda). No Ocidente, porém, a associação maior ocorreu graças aos

aspectos beligerantes deste ser divino. De protetor dos Hebreus no Livro de Daniel, Miguel tornou-se um guardião do povo de Cristo e líder da hoste celestial, o que justificava a prática do culto no topo de colinas e montanhas (JOHNSON, 2005, pp.31-46).

O local onde o culto miguelino atingiu a maior proeminência durante a Idade Média foi o Monte Gargano, no Sul da Itália, que teve início no início do século sexto. Os lombardos, durante o processo de conquista da região, adotaram este santo arcanjo como o protetor particular da monarquia, o que auxiliou a difusão do culto na Península Itálica durante os dois séculos seguintes. Quando Carlos Magno tomou a coroa de ferro dos longobardos, ele incorporou a devoção miguelina, que foi igualmente promovida por seus sucessores (CALLAHAN, 2003, pp.181-183).



Mapa 1 - A distribuição de portais preservados *in situ*, ou seja, no templo. São trinta peças além daquelas disponíveis em museus, uma quantidade expressiva de

trabalhos que auxiliam para além da História da Imagem, como a análise da monumentalidade e da topografia do poder. Conforme alguns levantamentos prévios, havia c.1000 igrejas desse tipo na Noruega entre os sécs. XII e XV. **Fonte:** Hohler (1999).

No âmbito carolíngio e otônida, são Miguel arcanjo recebeu uma nova roupagem, por assim dizer, principalmente nos séculos VIII e IX. Graças ao modelo bizantino do líder angelical, que enfatizava o papel de guardião militante e patrono do Império Romano (ou *imperium Christianum*), autores como Alcuíno e Floro de Lyon compuseram peças em homenagem ao santo protetor do reino. O primeiro, por exemplo, demonstra a influência insular ao apresentar Miguel como um mensageiro celestial que leva as almas aos céus¹¹.

Porém, o mesmo período contribuiu para difundir a imagem deste santo como matador de dragões, ou seja, sua tarefa no combate aos infieis. Aqui, portanto, seria o elemento nodal entre as tradições sigurðianas e miguelina – ainda seria possível mencionar outros matadores de dragões/serpentes do âmbito cristão e não-cristão, como são Jorge e Siward da Northúmbria, por exemplo.

Na *Batalha de Riade* (ou *Batalha de Merseburg*, 933)¹², Henrique, o *Passarinheiro* (876-936), exortou seus homens a acreditar na clemência divina e na ajuda de Deus:

Com estas bravas palavras, os soldados foram confortados; eles viram o imperador nas primeiras fileiras, ora no centro, ora no final, e um anjo sempre estava à frente dele – pois um enorme estandarte tinha sido gravado com seu nome e efígie. [Deste modo], eles incrementaram sua coragem e constância (WIDUKIND OF CORVEY, *Res gestae saxoniae*, I, 38).¹³.

Estes cristãos colocaram em debandada seus inimigos, descritos por Widukind de Corvey como invasores e pagãos. O santo em questão no estandarte era certamente são Miguel Arcanjo, o mesmo santo que seguia em frente ao próprio Otto, o *Grande*, na *Batalha de Lechfeld* (955)¹⁴: “Na quinta [legião], que era a maior, também chamada de [Legião] Régia, estava o próprio rei [...] a sua frente estava o Anjo cujo poder é vitória. Então, ele foi cercado por uma densa coluna [de soldados]” (WIDUKIND OF CORVEY, *Res gestae saxoniae*, III, 44)¹⁵. Neste episódio, os cristãos novamente venceram os pagãos num cenário conflituoso, de expansão imperial e de cristianização (BEREND, URBAŃCZYK & WISZEMSKI, 2013, pp.110-163).

Deste modo, a presença angelical não apenas evocava a presença e vontade de Deus na querela, mas também servia como forma de coadunar e incentivar os homens.

A ausência de epifanias não coloca em xeque a crença que estes guerreiros nutriam pela habilidade guerreira miguelina: na tradição cristã, o líder da hoste celestial também era responsável pelas batalhas travadas neste mundo, dispostas muitas vezes como um conflito entre Cristo e seu inimigo, o dragão bíblico do Apocalipse (ROJDESTVENSKY, 1922, pp.29-40).

Nota-se, assim, o contato íntimo entre o Arcanjo em questão, o Império e o imperador, além do emprego militar do líder celestial para estimular os homens em guerra. Com efeito, ao tomar o testemunho dos apologistas latinos, Miguel era o chefe de milícias, *archistrategos* e *imperator* por excelência; os lombardos, por sua vez, gravaram o líder do exército celestial como *victoria alata*, ou seja, seguindo a tradição iconográfica imperial (JOHNSON, 2005, pp.33-34).

Tamanho vínculo com a noção do império não passou despercebida durante o governo de Carlos Magno. Com o desenvolvimento das ideias imperiais no Ocidente, quase concomitantes com a conquista dos lombardos e saxões, a relação entre o imperador e Miguel tornaram-se mais próximas: as *laudes regiae* do último quarto do século VIII inseriam o imperador agrupado com o arcanjo guerreiro. A partir de então, a devoção miguelina tornou-se mais complexa, embora este arcanjo nunca tenha alcançado o foco central da devoção carolíngia na cultura ou na vida litúrgica (KECK, 1988, pp.201-203).

Com o crescimento do culto miguelino e da relação entre Miguel e o imperador, Otto II, Conrado II e Henrique II ergueram basílicas em homenagem ao santo anjo após vencerem batalhas contra os pagãos (BYOCK, 1990, pp.620-621). Em Hamburgo, considerado o centro da atividade missionária dos escandinavos em época, havia uma grande devoção ao santo e até mesmo um altar dedicado ao arcanjo (JOHNSON, 2005, p.40). Em certa medida, seria possível crer que cada conflito contra os pagãos renitentes promovia ainda mais a causa miguelina, seu *status* como líder de guerra e sua presença no choque das armas.

Tal afã foi certamente aproveitado pelos dinamarqueses contra os povos vizinhos pagãos. Os dinamarqueses também tomaram Miguel como um dos padroeiros do reino, e a devoção miguelina no Báltico era abundante. No combate contra os infieis de maneira geral, a tradição cristã do arcanjo guerreiro foi fundamental: o papel de *archistrategos* do arcanjo desenvolveu sua iconografia e Miguel aos poucos passou a brandir uma lança ou uma espada (GONZÁLEZ, 2011, pp.375-376).

Ambas as armas eram conhecidas e apreciadas na cultura germano-escandinava. A lança tinha um valor claro desde os lombardos, como é possível notar no ritual de investidura do rei ou em certas narrativas da transmissão do poder entre reis (FIORIO, 2011, pp.42-48). Por sua vez, as antigas histórias e poesias nórdicas demonstram como a sorte da batalha era decidida pela direção que a lança de Óðinn apontava, e os guerreiros ofereciam seus inimigos como um tributo ao deus ao atirar lanças sobre as cabeças, também conhecido como *geirs dróttin* (“o senhor da lança”)(PATTON, 2009, pp.220-225).

Assim como a lança, uma série de narrativas alude à transmissão da legitimidade por meio da espada. Tal instrumento de guerra era extremamente valorizado nas sociedades beligeras de origem germano-escandinavas, não apenas pelo seu uso durante as contendas, mas também pela relação entre o guerreiro e seu armamento. Muitas espadas recebiam nomes no ato de feitura, como a marca do ferreiro ou outras gravações a pedido do proprietário (OAKESHOTT, 1960, pp.99-100).

Ademais, a espada servia igualmente para selar o serviço de um homem para seu senhor, gesto conhecido como *heriot*¹⁶ na tradição germânica (WHITELOCK, 2011, p.100). Na prática, o objeto era apenas emprestado; porém, caso o guerreiro morresse em batalha pela causa de seu senhor, a espada era dada definitivamente ao usufrutuário, e poderia ser depositada em sua tumba ou transmitida aos seus descendentes (OAKESHOTT, 1960, pp.100-102). Entrementes, também seria possível evocar ao conhecimento tradicional das “invasões de tumbas” no contexto germânico, a saber, homens que buscavam os itens de heróis e reis para obter suas virtudes legitimadoras ou até mesmo mágicas (SCHMITT, 1999, p.27; LECOUTEUX, 2011, pp.52-57).

Quanto à atuação santoral nas *Cruzadas Setentrionais*, é possível observar a utilização dessas armas como símbolos da transmissão do poder, de legitimidade, do interesse do santo no combate aos infiéis e de sua presença no seio da batalha. Se num primeiro momento é possível observar de maneira evidente a atuação miguelina antes das *Cruzadas Nórdicas* de fato, além da expansão do culto de Miguel no Báltico.

Percebe-se, assim, que a temática do “combate contra o mal” foi fundamental para o extraordinário interesse em Miguel no Ocidente medieval. Da Catalunha ao Sacro Império, sem ignorar a atual Suíça, o Norte da Itália e a França, outros locais de devoção e peregrinação pulularam e rapidamente alcançaram notável prestígio. Miguel passou a ser associado à função de mensageiro, de guia das almas para o julgamento, de

pesador das almas dos bons e dos maus, de líder celestial na luta contra o dragão do Apocalipse e, por fim, do triunfo definitivo de Deus sobre Satanás.

Parece pouco provável, portanto, que a Escandinávia tenha sido alijada deste processo de difusão do culto miguelino, seja de maneira direta ou indireta. A analogia funcional dos heróis pagão e cristão, respectivamente, teria sido inclusive um importante fator para fomentar essas alusões, que foram ampliadas conforme o cristianismo pode lançar sua estrutura monástica e eclesiástica na região.

Para além do contato de indivíduos que circulavam em diferentes espaços, como no caso dos poetas e comerciantes, é preciso lembrar a atuação dos missionários que atuaram na Escandinávia, provindos principalmente das Ilhas Britânicas e dos limites setentrionais do continente europeu.

Esses monges e clérigos, certamente providos de antifonários, homiliários, litânias, missais, saltérios e outros textos para os ofícios divinos, evocavam frequentemente personagens cristãos a partir dessas referências, sem mencionar as menções diretas ao texto bíblico. Nesse escopo, o próprio Arcanjo deveria ser lembrado de maneira minimamente regular.

Assim, é crível que esses homens tenham ofertado um contato com a lenda de Miguel de modo mais direto e amplo do que a parcimônia dos indícios poéticos sugere. Esse mecanismo foi inclusive fundamental na difusão inicial do culto olafiano na Noruega, como no caso do *Livro vermelho de Derby* (ou *Darley*, ou ainda Ms. Corpus Christi College Cambridge 422; c.1061), produzido em Winchester, e que conta com três orações ao mártir, santo e rei Óláfr da Noruega, morto trinta anos antes na Noruega e essencial na cristianização do reino vizinho (BIRRO, 2013, pp.121-125).

Como tentei apontar, há consideráveis indícios de relações bastante antigas entre Sigurðr e Miguel. Conforme o cristianismo ganhou espaço, novas configurações exigiram adaptações e uma participação maior do arcanjo; porém, a memória do herói semilegendário pagão permaneceu à revelia da leitura religiosa ortodoxa.

No caso miguelino, outros papéis, como a pesagem da alma dos mortos, esteve sempre presente nas memórias. A evocação de ambos na mesma composição pode ainda ser um sinal do reconhecimento precoce entre os escandinavos da semelhança de função entre o personagem bíblico e o volsungo.

A meu ver, a evocação deste ou daquele personagem pelo *skáld* dependia da audiência. Sigurðr foi vinculado, ao menos nos primeiros excertos, ao senhor a quem o poeta servia num conflito aberto; seu ou seus adversários, por sua vez, assumiam a função da serpente. A oposição parece ter, assim, favorecido a absorção do conflito entre o dragão e o arcanjo no caso bíblico.

A relação de Haraldr, *o severo*, com o Oriente também merece especial atenção. É possível que ele tenha reforçado a veneração ao santo guerreiro de origem oriental, ainda que as referências ao culto miguelino possam ser traçadas também nas Ilhas Britânicas e na Europa Setentrional de maneira geral, por intermédio do Império. A presença de mais de uma fonte de origem apenas reforça a ideia que Miguel era conhecido e reconhecido entre os escandinavos.

Os *skáld*, deste modo, evocaram aqui e ali a figura miguelina ou contextos onde ele poderia ser tomado dentro da tradição escandinava. A existência de lendas e mitos que evocam heróis que enfrentaram dragões e serpentes certamente ajudou nesta inclusão, além da influência cada vez maior do cristianismo na região. Como a salvaguarda dos poemas em época é complexa – é notório que muitos se perderam com o passar do tempo – talvez esta seja uma das razões para a existência apenas de pequenos indícios.

Nota-se, deste modo, a circulação de homens, ideias e influências culturais a partir de mecanismos mais complexos do que as aparências supõem. Não se tratava ainda, como exposto, de um mecanismo de única via, como nos casos das memórias sobre Sigurðr, Miguel e Óláfr, ligados entre si no contexto escandinavo.

Esses processos memoriais, de representação, significação e ressignificação também circulavam amplamente, o que leva a crer numa origem fértil e diversificada, com influências diversas e nem sempre em sintonia fina com seus ambientes sócio-culturais de origem. Todavia, eles estavam conectados pelas práticas e pela construção de fundos culturais comungados por diferentes grupos a partir de interações traumáticas, intensas e com reflexos de longa duração.

Parece verossímil, enfim, que a influência cristã tenha ajudado a moldar a tradição volsunga, facilitada pelo uso de símbolos e locais onde ambos poderiam lembrar aos fieis as batalhas entre matadores de dragões. Neste espaço liminar, Sigurðr e Miguel recobravam a luta contra inimigos que assumiam, ao menos em parte, a ideia de um conflito contra o mal. Tal adaptação ganhou bastante força com o passar do tempo, como os portais das igrejas norueguesas, produzidos a partir do final do

século XII, aludem. Mas seus traços podem ser identificados antes, em circunstâncias bastante diversas da forja desses espaços liminares.

Referências:

- ANDÅS, Margrete Syrstad. Art and Ritual in the liminal zone *In*: ANDÅS, Margrete Syrstad; EKROLL, Oystein; HAUG, Andreas & PETERSEN, Nils Holger (eds.). *The Medieval Cathedral of Trondheim: architectural and ritual constructions in their European Context*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 47-126.
- BALLE, Søren. Knud (Cnut) the Great *In*: PULSIANO, Phillip & WOLF, Kirsten. *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*. Oxford: Routledge, 1993, p. 357-359.
- BEKKER-NIELSEN, Hans. The Old Norse Dedication Homily, *Festschrift für Konstantin Reichardt*, Bern, 1969, pp. 127-134.
- BEREND, Nora; URBAŃCZYK, Przemysław & WISZEMSKI, Przemysław. The formation of polities and Christianization *In*: _____. *Central Europe in the High Middle Ages: Bohemia, Hungary and Poland, c.900-c.1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 110-163.
- BIRRO, Renan M. *Rex perpetuus Norvegiae: A sacralidade régia na monarquia norueguesa e a santificação de Óláfr Haraldsson (c. 995-1030) à luz da literatura nórdica latina e vernacular (sécs. XI-XII)*. Dissertação. Niterói: PPGH/UFF, 2013.
- BLÖNDAL, Sigfús. Varangians during the period 1081-1204 *In*: _____. *The Varangians of Byzantium*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, pp. 122-165.
- BYOCK, Jesse. Sigurðr Fáfnisbani: An Eddic Hero Carved on Norwegian Stave Churches *In*: PÀROLI, Theresa (ed.). *Poetry in the Scandinavian Middle Ages*. The Seventh International Saga Conference. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 1990, pp. 618-627.
- BOWLUS, Charles R. The Way from the Lechfeld *In*: _____. *The Battle of Lechfeld and its Aftermath, August 955: the End of the Age of Migrations in the Latin West*. Aldershot: Ashgate, 2006, pp. 131-161.
- CALLAHAN, Daniel F. The cult of st. Michael the Archangel and the “Terrors of the year 1000” *In*: GOW, Andrew; LANDES, Richard & VAN METER, David C (eds.). *The apocalyptic year 1000: religious expectation and Social Change, 950-1050*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 181-204.
- CARRAREDO, Juan Manuel Castro. Apocalíptico en el nivel de la imagen *In*: _____. *Tipología y Caracterización del pensamiento apocalíptico en la Literatura Medieval Inglesa*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, p. 441-460.
- DeVRIES, Kelly. *The Norwegian Invasion of England in 1066*. London: Boydell & Brewer, 1997.
- DÜWEL, Klaus. On the Sigurd representations in Great Britain and Scandinavia *In*: JAZAYERY, Mohammad Ali & WINTER, Werner (Eds.). *Languages and Cultures - Studies in Honor of Edgar C. Polomé*. Berlin: De Gruyter, 1988, pp.133-156.
- GONZÁLEZ, José María Salvador. De messenger à archistratège des milices celestes. Genèse de l’image guerrière de l’archange Michel *In*: CARRETO, Carlos F. Clamote (Ed.). *Lors te metra em la voie... Mobilidade e Literatura na Idade Média, Mobilité et Littérature au Moyen Âge*. Lisboa: Universidade Aberta, 2011, pp. 371-378.
- GREGORIUS MAGNUS. *Homilia 34 in Evangelia*, PL 76 1249D-1250A.
- HALL, Thomas N. Old Norse-Icelandic Sermons *In*: KIENZLE, Beverly Mayne (dir.). *The Sermon. Tipologie des sources du Moyen Âge Occidental*. Fasc. 81-83. Turnhout: Brepols, 2000, p. 661-709.
- HEDEAGER, Lotte. Migration period Europe *In*: THEUWS, Frans; NELSON, Janet L. (Eds.). *Rituals of Power: From Late Antiquity to the Early Middle Ages*. Leiden: Brill, 2000, pp.16-57.

- HIRSCH, Paul & LOHMANN, H.-E. (Eds.). *Die Sachsengeschichte des Widukind von Korvei*. MGH *Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum* 60. Hanover: MGH, 1935.
- HOHLER, Erla Bergendahl. *Norwegian Stave Church Sculpture*. 2.Vols. Oslo: Scandinavian University Press, 1999.
- HUNGERLAND, Heinz. Zeugnisse zur Völsungen und Niflungensage aus der skaldendichtung (8.-16. jh), *Arkiv för nordisk filologi* 20, 1904, pp.1-43 e pp.105-141.
- JOHNSON, Richard. *Saint Michael the Archangel in Medieval English Legend*. Woodbridge: Boydell Press, 2005.
- KECK, David. *Angels and Angelology in the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- LECOUTEUX, Claude. *Witches, Werewolves and fairies: shapeshifters and Astral Doubles in the Middle Ages*. Vermont: Inner Traditions, 2011.
- LEYSER, K. Henry I and the Beginnings of the Saxon Empire, *The English Historical Review* 83 (326), 1968, pp. 1-32.
- McDOUGALL, David. Homilies (West Norse) In: PULSIANO, Phillip & WOLF, Kirsten (eds.). *Medieval Scandinavia: an encyclopedia*. Oxford: Routledge, 1993, p. 290-292.
- McKINNELL, John. Why Did Christians Continue to Find Pagan Myths Useful? In: HERMANN, Pernille et alii. *Reflections on Old Norse Myths*. Leiden: Brepols, 2007, pp.33-51.
- NEDKVITNE, Arned. *Lay Belief in Old Norse Society, c.1000-1350*. Trondheim: Tapir University Press, 2011.
- OAKESHOTT, R. Ewart. *The Archaeology of Weapon*. Cambridge: Lutterworth Press, 1960.
- Old English Homiliary In: *Corpus Christi College Cambridge Ms. 41*, fol. 402-409.
- PATTON, Kimberley Christine. *Religion of the gods: paradox and reflexivity*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- ROJDESTVENSKY, Olga. *Le Culte de Saint Michel et le Moyen Âge Latin*. Paris: Auguste Picard, 1922.
- ROSS, Deborah. Introduction In: TURNER, Edith & TURNER, Victor. *Image and Peregrination in christian culture*. 2.ed. New York: Columbia University Press, 2011, p. x-xix.
- SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SCHÜCK, H. Sigurdsristingar, *Nordisk Tidskrift for Vetenskap Konst og Industri*, 1903, pp.193-225.
- PORLÁKSSON, Helgi. Historical background: Iceland 870-1400 In: McTURK, Rory (ed.). *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. London: Blackwell, 2005, pp.133-151.
- TOWNEND, Matthew. Cnut's Poets: An Old Norse Literary Community in Eleventh-Century England In: TYLER, Elizabeth M. (Ed.). *Conceptualizing Multilingualism in England, c.800-c.1250*. Turnhout: Brepols, 2011, pp.197-215.
- TURVILLE-PETRE, Gabriel. *Nine Norse Studies*. Volume V. London: Viking Society for Northern Research/University College London, 1972.
- VAN GENNEP, Arnold. *Los ritos de paso*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- WHITELOCK, Dorothy. *Anglo-Saxon Wills*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- WOLF, Kirsten. Gregory's influence on Old Norse-Icelandic Religious Literature In: BREMMER JR, Rolf H.; DEKKER, Kees & JOHNSON, David F (Eds.). *Rome and the*

North: The Early Reception of Gregory the Great in Germanic Europe. Leuven: Peeters, 2001, pp. 255-274.

Notas

¹ A **Batalha de Ashington** (de **Assandun** ou **Essendune**, 18 de Outubro de 1016) foi um conflito entre ingleses e dinamarqueses, liderados pelo rei Æthelred e Knútr, respectivamente. Os escandinavos obtiveram a vitória e o desfecho do conflito possibilitou a reconquista dinamarquesa da Inglaterra.

² **Knutr inn ríki** (Knutr, o Grande, c. 985-1035) foi rei da *Britannia* (1016/1017-1035), Dinamarca, Noruega e talvez de algumas partes da Suécia. Ele seguiu para a terra dos anglo-saxões com seu pai, Sveinn *Tjúguskegg*, em 1013, o mesmo ano em que este se tornou o rei de toda ilha. Porém, Sveinn faleceu no ano seguinte e o conselho insular (*witan*) votou pelo retorno do rei Æthelred. Assim, Knutr e sua frota foram expulsos da *Britannia*. A situação do jovem nobre tornou-se ainda pior, quando seu irmão mais velho, Harald II (c. 980-1018), se negou a dividir o trono dinamarquês. A sorte de Knutr mudou, quando o *jarl* Þórkell se reconciliou com ele, além do *jarl* de Lade, Eiríkr Hákonarson. Com uma enorme frota, Knutr dirigiu-se à *Britannia* em 1015 e a conquistou com o apoio de alguns nobres anglo-saxões. Em pouco tempo, ele submeteu as terras da Europa Setentrional ao seu comando, o que justifica sua alcunha, pois formou um dos maiores impérios do Ocidente medieval (BALLE, 1993, pp.357-359).

³ “*Geisli stendr til grindu | gunnar jarðar munna, | ofan fell blóð á báðar | benskeidr, enn gramr reiðisk; | hristisk hjörr i brjósti | bringi groenna lyngva; | enn folkþorinn fylkir | ferr við steik at leika*”.

⁴ “[1] Vargs vas munr, þats margan | — menskerðir stakk sverði | myrkaurriða markar — | minn dróttinn rak flóttu. [2] Enn helt ulfa brynnir | — eiskaldi gramr beisku | mildr réð orms of eldi — | austrfór þaðan gǫrva. [3] Opt gekk á frið Frakka | — fljótreitt at bý snótar | vasa dǫglingi duglum — | dróttinn minn fyr óttu. [4] Brauzt und Míkjal mæztan | — mögum heim, sem frögum, | sonr Buðla bauð sínum — | sunnlönd, Haraldr, rǫndu”.

⁵ A **Batalha de Stamford Bridge** (1066) ocorreu numa vila de Stamford Bridge, em Yorkshire, no dia 25 de Setembro de 1066. Nesta ocasião o exército inglês liderado pelo rei Harold enfrentou uma força invasora norueguesa dirigida pelo rei norueguês Haraldr, o severo e pelo irmão do rei inglês, Tostig. O exército nórdico foi dizimado na batalha, e o rei Haraldr foi morto. Apesar da vitória, os ingleses não tiveram muito tempo para comemorar: o exército da Britania foi derrotado na **Batalha de Hastings** três semanas depois. A **Batalha de Stamford Bridge** tornou-se um dos marcos do fim da *Era Viking*, embora outras campanhas e incursões tenham ocorrido nas décadas e até mesmo nos séculos seguintes (DeVRIES, 1997).

⁶ “Míkjáll vegr þats misgört þykkir, manvitsfróðr, ok allt et góða; tyggi skiptir síðan seggjum *solar hjalms á ðæmistól*”.

⁷ As **igrejas de tipo stave** foram construções comuns na Europa Nórdica, com ênfase na Noruega e Islândia. Elas foram erguidas no modelo “poste e lintel” (uma trave ou base horizontal que sustenta duas colunas ou postes verticais, que por sua vez podem sustentar outra base horizontal) utilizando somente madeira. As primeiras foram construídas sem fundações de rocha, o que levou ao rápido apodrecimento da base. Com o passar do tempo, fundações de rocha foram utilizadas, aumentando o período de conservação desses prédios. Acredita-se que a Noruega dispôs de aproximadamente mil templos desse tipo, dos quais vinte oito sobreviveram (NILSÉN, Anna. Art and architecture *In: HELLE, Knut* (ed.). *The Cambridge History of Scandinavia*. Vol.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 526-530).

⁸ **Dyr** kirkju merkja trúu rétta, þá er oss leiðir inn til almennilegrar kristni. **Hurð** fyr **durum** merkir skynsama menn, þá er hraustlega standa í gegn **villum mönnum** og byrgja þá fyr utan kristni Guðs í kenningum sínum, en veita inngöngu trúöndum (*Kirkjudagsmál*. O grifo é meu).

⁹ A **konungstekja** era o ritual de aclamação de um novo monarca norueguês na Catedral de Niðaróss (Trondheim). Para uma explicação pormenorizada do ritual que envolvia os monarcas deste reino no período pagão, de transição e na fase cristã, ver: BIRRO, 2013, pp.51-104.

¹⁰ “Michael namque, quis ut Deus [...] Et quoties mirae virtutis aliquid agitur, Michael mitti perhibetur, ut ex ipso actu et nomine detur intelligi quia nullus potest facere quod facere praevallet Deus. Unde et ille antiquus hostis, qui Deo esse per superbiam similis concupivit [...] cum Michaele archangelo praeliaturus esse perhibetur, sicut per Ioannem dicitur: Factum est praelium cum Michaele archangelo (Apoc. XII, 7) , ut qui se ad Dei similitudinem superbus extulerat, per Michaelem peremptus discat, quia ad Dei similitudinem per superbiam nullus exurgat”.

¹¹ “Michael aethereus princeps, primusque magister, aeterni regni, summus in arce poli” (PL 101, 0740B), “Michael, summa in arce minister ades” (PL 101, 0770), “Hic precibus nostris Michael archangelus adsit,

Magnus in arce poli princeps” (PL 101, 0774C), entre as outras onze referências ao arcanjo na produção de Alcuíno. De Floro de Lyon, o *Hymnus ad Michaelem Archangelum* é certamente o maior testemunho: “Clarent angelici sublimia festa dici | Allatura pia dona beata animae. | Hunc etenim Michael, aulae caelestis alumnus, | Conspicuo nobis consecrat ore diem, | Dignatus Petri Paulique invisere sedem | Imperiumque fovens, inclita Roma, tuum” (PL 61 1087A-1087C).

¹² A **Batalha de Riade** (933) foi travada entre os homens do rei Henrique e os magiares em algum local não identificado do Norte da Turíngia, próximo ao rio Unstrut, no dia 15 de março de 933. A luta ocorreu após a decisão do Sínodo de Erfurt (932), que previa o fim do pagamento de tributo anual aos magiares. Tal taxaço ocorreu entre 924 e 931, como consequência da derrota de Henrique após a invasão magiar da Saxônia em 924. A negociação de termos levou a tregua de nove anos com tributos anuais requeridos pelos invasores. Após a derrota magiar, uma nova tentativa de invasão só ocorreu em 954 (LEYSER, 1968, pp.1-32).

¹³ “Hic optimis verbis erecti milites imperatoremque in primis, mediis et ultimis versantem videntes coranque eo angelum - hoc enim vocabulo effigieque signum maximum erat insignitum - acceperunt fiduciam magnamque constantiam”.

¹⁴ A **Batalha de Lechfeld** (10 de Agosto de 955), uma planície inundada ao lado do rio Lech, ao Sul de Augsburg, foi o evento que impediu a continuidade de incursões húngaras na Europa Ocidental, graças à vitória de Otto I (912-973), rei dos germânicos, sobre os líderes Bulcsú (†955), Lél (ou Lehel, †955) e Súr (†955). O conflito foi fomentado pela rebelião de Lioldolfo, duque da Suábia, e Conrado, Duque da Lorena. Durante a querela, os húngaros não conseguiram utiliza sua técnica favorita, conhecida como “bater e correr”. Assim, a vantagem esteve ao lado dos germânicos, melhor equipados para o choque das armas num intervalo maior de tempo e na manutenção das linhas, diferente de seus adversários, que utilizavam técnicas de guerrilha típica dos povos nômades (BOWLUS, 2006, pp.131-161).

¹⁵ “In quinta, quae erat maxima, quae et dicebatur regia ipse princeps [...] coramque eo angelus, penes quem victoria, denso agmine circumseptus”.

¹⁶ O **heriot** (*heregete*) é um termo em Inglês antigo que alude o costume germânico de um senhor presentear seu seguidor com armas após a morte. A menção mais antiga ocorreu no *Beowulf* (séc. VIII, v. 2652), embora práticas semelhantes fossem comuns entre os Lombardos e os Visigodos (WHITELOCK, 2011, p.100).

Artigo recebido em 10/01/2016. Aprovado em: 15/02/2016

A TRADIÇÃO CLÁSSICA E O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA VERNACULAR NA EARLY CHRISTIAN IRELAND: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATÉRIA TROIANA E A TOGAIL TROÍ¹

CLASSICAL TRADITION AND THE DEVELOPMENT OF VERNACULAR WRITING IN EARLY CHRISTIAN IRELAND: SOME NOTES ON THE TROJAN MATTER AND TOGAIL TROÍ

Dominique SANTOS*

Resumo: Narrativas acerca da mitologia grega ou romana, bem como aquelas de caráter épico, envolvendo batalhas e heróis, não se encerraram na Antiguidade. Ao contrário, foram, com frequência, elaboradas no mundo chamado pós-clássico. Dentre as variantes desta tradição textual está o ciclo literário conhecido como matéria troiana, amplamente divulgado em toda Europa. A partir de um dos principais textos que integram este ciclo, a *Togail Troí*, uma “tradução” da *De Excidio Troiae Historia* para a língua irlandesa contida no *Book of Leinster*, o objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre a relação entre a Tradição Clássica e o desenvolvimento das línguas vernáculas na *Early Christian Ireland*.

Palavras-chave: Tradição Clássica; Early Christian Ireland; Escrita Vernacular; Matéria Troiana; Togail Troí.

Abstract: Stories about Greek and Roman mythology, as well as those of epic character, involving battles and heroes, not stopped to be written in Antiquity. Instead, they were often developed in the so-called Post-Classical World. Among the variants of this textual tradition there is the literary cycle known as Trojan matter, widely spread throughout Europe. From one of the main texts of this cycle, the *Togail Troí*, a ‘translation’ of *De Excidio Troiae Historia* into the Irish language contained in the Book of Leinster, the aim of this article is to present some considerations about the relationship between the Classical Tradition and the development of vernacular writing in Early Christian Ireland.

Key-words: Classical Tradition; Early Christian Ireland; Vernacular Writing; Trojan Matter; Togail Troí.

*Professor de História Antiga da FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, Campus I, CEP: 89012-900, Blumenau, Santa Catarina - Brasil. Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais [www.furb.br/labeam]. E-mail: dvc Santos@furb.br

Os passos dos escritos em línguas vernáculas no mundo Pós-Clássico possuem uma longa História. Um dos primeiros lugares a produzir uma literatura em idioma próprio, diferente do Latim, do Grego e do Hebraico, foi a Irlanda. Isto provavelmente ocorreu por conta da forma de utilização, readaptação e ressignificação da Tradição Clássica em terras irlandesas. Assim, para tentarmos compreender um pouco melhor este processo, problematizamos a relação entre esta Tradição Clássica e o desenvolvimento da escrita vernacular na *Early Christian Ireland* e a produção de um texto intitulado *Togail Troí*, que é uma “tradução” da *De Excidio Troiae Historia* para a língua irlandesa, contido no *Book of Leinster* e escrito entre os anos de 1151 e 1198 na Irlanda. Ou seja, a recepção de uma obra produzida na Antiguidade Tardia em um período histórico posterior.

É muito importante levar isto em consideração, pois há diversas reflexões disponíveis na historiografia acerca dos chamados estudos de recepção, ou usos do passado (FUNARI; FUNARI, 2015; GARRAFFONI e FUNARI, 2012; SILVA, 2007; SILVA, 2010). Muitos destes trabalhos são dedicados à análise de como determinada temática clássica foi utilizada, readaptada ou ressignificada em algum contexto posterior, como a Inglaterra Vitoriana (BARBOSA, 2015; BARBOSA, 2015, p. 1-13), as lutas pela independência da República da Irlanda que ocorreram no início do século passado (DOOLEY, 2006; SANTOS, 2014, p. 220-241), o Cinema Hollywoodiano, cuja produção tem um amplo relacionamento com os Estudos Clássicos (CARLAN; FUNARI; FUNARI, 2015) etc., ou seja, já na contemporaneidade. No entanto, é preciso lembrar que a recepção deste tipo de temática já ocorria na própria Antiguidade.

É o caso, por exemplo, de uma conhecida cena da Odisseia, na qual Odisseu aparece diante das sereias, utilizada na decoração de utensílios domésticos gregos de períodos posteriores (ROBERTSON, 1992). Estas representações, principalmente de temáticas épicas, não se restringiram à Grécia, mas fizeram parte também da tradição literária romana e do mundo pós-clássico. A obra de Homero, em especial a Guerra de Tróia, ocupou papel de destaque nestas narrativas. Na Europa Medieval e Moderna existiram dezenas de versões sobre algum acontecimento direta ou indiretamente relacionado com Tróia. Segundo Alan Shepard e Stephen D. Powell, o público ao qual este tipo de relato era direcionado, em diversas ocasiões, imaginava-se como descendente dos nomes que faziam parte destas narrativas, Enéias, Brutus, Heitor e outros. A narrativa homérica, então, possuía papel legitimizador, pois este tipo de relato servia “para legitimar as identidades, a singularidade e a glória de vários indivíduos ou grupos” (SHEPARD; POWELL, 2004, p. 01). O conjunto das narrativas literárias que

apresentam algum tipo de vínculo com a épica grega atribuída a Homero pode ser denominado como ciclo troiano, ou matéria troiana, e é um dos mais antigos da história da Literatura.

De todas as narrativas que integram esta matéria troiana a que interessam diretamente aos propósitos deste artigo, como já mencionado no primeiro parágrafo, é a intitulada *Togaíl Troí*, adaptação para a língua irlandesa da *De Excidio Troiae Historia*, um texto elaborado na Antiguidade Tardia, “tradução” de um suposto relato acerca da destruição de Tróia atribuído a Dares Phrygius. Sobre esta obra irlandesa, Aida Breen afirma que ela “é a tradução vernacular mais antiga de uma obra reconhecidamente pseudoclássica da literatura” (BREEN, 2005, p. 89). *Togaíl Troí* e, por conseguinte, a matéria troiana, são fundamentais, então, para a história da língua e da literatura irlandesa, bem como para compreendermos o desenvolvimento da escrita vernácula no período denominado como *Early Christian Ireland* (CHARLES-EDWARD, 2000; FARRELL; SANTOS, 2011, p. 185-213).

A de excidio troiae historia - obra ‘pseudoclássica’ da literatura

A narrativa que ficou conhecida como *De Excidio Troiae Historia* é uma das várias representações que fazem parte do Ciclo troiano. Ela teria sido escrita por volta do século V-VI por um autor que afirma ser Cornelius Nepos, que teria traduzido para o latim os relatos de Dares Phrygius, um eventual participante da guerra de Tróia, e comunicado sua “tradução” a Sallustius Crispus.

Segundo Jonathan Cornil, que estudou várias das principais questões sobre a *De Excidio Troiae Historia*, no entanto, este Dares ao qual a obra faz referência, provavelmente, jamais existiu. O autor da obra também não é Cornelius e tampouco ela foi relacionada ao renomado historiador romano Sallustius. Cornil explica que alguém na Antiguidade Tardia, de forma bastante consciente e apropriada, utilizou os três nomes para promover sua obra (CORNIL, 2011-2012). Ele conseguiu localizar, por exemplo, que Dares (Δάρης) é um nome grego que aparece na narrativa homérica e virgiliana. Na *Ilíada* há um Dares que é sacerdote de Hefestos² e na *Eneida* um que é um guerreiro³. Assim, é possível que este nome específico tenha sido escolhido por conta de suas referências clássicas, afinal, aparece na obra daqueles que são considerados como os compositores máximos desta tradição de narrativas sobre Tróia. Da mesma forma, Cornil defende que quem quer que seja o autor de *De Excidio Troiae Historia*, ele também recorreu aos nomes Cornelius e Sallustius por acreditar que assim conferiria

autorictas, ou seja, credibilidade, ao seu próprio relato, mas ambos os escritores romanos não possuem relação nem com este autor anônimo da Antiguidade Tardia e nem com Dares Phrygius, suposta testemunha ocular da guerra de Tróia (CORNIL, 2011-2012).

Assim sendo, embora a obra comece com o Cornelius Nepos enviando saudações para Sallustius, Jonathan Cornil afirma que podemos ter certeza de que a linguagem adotada nela não pertence ao escritor ao qual a narrativa é atribuída. Analisando o texto da *De Excidio Troiae Historia*, ele mostrou que a linguagem utilizada apresenta várias nuances que permitem identificá-la como próxima de um latim “bárbaro”. O autor explica, por exemplo, que a obra foi escrita em prosa e não utilizando o recurso dos versos hexâmetros datílicos e suas variações, como era o costume para narrativas deste gênero, o que se deve, talvez, por conta do problema da adaptação (CORNIL, 2011-2012). De acordo com Cornil, a obra parece uma tentativa de imitar uma história de guerra, uma categoria de textos que, em latim, é denominada *commentarius*, como a conhecida obra de Júlio César sobre as guerras gálicas. Levando isto em consideração, ele interpreta ainda que a obra possa ser um *Progymnasmaton*, um exercício de retórica solicitado aos estudantes da época, quando deveriam não só aprender relatos existentes, mas também inventá-los, gerando novas composições (CORNIL, 2011-2012).

Ou seja, apesar de se proclamar como sendo a “tradução” feita para o latim por Cornelius Nepos do relato elaborado pelo guerreiro troiano Dares (Δάρης), o frígio, que teria ele próprio participado da Guerra de Tróia, e escreveu como testemunha ocular dos eventos, *De Excidio Troiae Historia* é, na verdade, segundo Cornil, uma obra da Antiguidade Tardia, provavelmente um *Progymnasmaton* do século V-VI, escrita em prosa, tentando imitar um *commentarius*. Os editores da *Encyclopædia Britannica* resumem a obra da seguinte maneira: ela começa contando a viagem dos argonautas e termina com a destruição de Tróia, divergindo em muitos pontos tanto de Homero quanto de Virgílio, pois reescreve, adapta e ressignifica estes escritores (*Encyclopædia Britannica*, 2016). Por este motivo a obra é considerada “Pseudoclássica”. Isto não impediu, no entanto, que ela se tornasse uma referência durante toda a Idade Média. Segundo Cornil, muitas pessoas “acreditaram na história de Dares como testemunha do sítio de Tróia” (CORNIL, 2011-2012, p. 03). Entre este público estavam os escribas irlandeses, que se dedicaram a “traduzir” a obra para o irlandês médio para que ela se tornasse parte integrante do *Book of Leinster*, importante composição hibernica.

Vários manuscritos contendo textos em irlandês foram produzidos ao longo da *Early Christian Ireland*. Segundo Muireann Ní Bhrolcháin, alguns perdidos, como o *Cín Dromma Snechta*, que provavelmente teria sido escrito no século VIII; outros disponíveis, como o *Cathach*, com 58 páginas narrando os salmos, o *Book of Armagh*, no qual está o mais antigo trecho de uma narrativa em prosa irlandesa, e o *Lebor na hUidre* (NÍ BHROLCHÁIN, 2009, p. 21-22). A *Togaíl Troí* está contida em um manuscrito conhecido mais amplamente como *Book of Leinster*.

Trata-se do MS H.2.18, 1339, armazenado na biblioteca do *Trinity College Dublin*. Por isso, também é possível encontrar referências a ele como T.C.D. MS 1339 (H. 2.18). Segundo Ní Bhrolcháin, *Book of Leinster*, e sua abreviação LL, é uma nomenclatura recente. É possível que no passado a obra fosse conhecida apenas como *Lebor na Nuachongbála*, por conta da cidade de Nuaachonbáil, no condado irlandês de Laois. O lugar pertenceu à dinastia dos Uí Chrimthainn e o principal escriba do manuscrito era desta família. Pode ser, inclusive, que o patrono da obra seja Diarmait Mac Murchada (NÍ BHROLCHÁIN, 2005; NÍ BHROLCHÁIN, 2009). A autora explica que, apesar de terminado no século XII, a escrita do texto durou um longo período e a data aproximada do término da composição é 1160 (NÍ BHROLCHÁIN, 2009, p. 272-274). William O'Sullivan, no entanto, outro estudioso da obra, especifica que ela foi escrita entre 1151 e 1198 (O'SULLIVAN, 2008, p. 546).

Fazendo uma tipologia do manuscrito, Ní Bhrolcháin conseguiu elaborar uma trajetória histórica detalhada dele. Segundo a autora, após uma série de disputas e transformações políticas e administrativas na Irlanda do período, o texto só voltou a ser localizado no século XIV. Em 1583, ele pertencia a Calbach Ó Mórdha, mas estava com Seán Ó Ceirín. O próximo a possuir a obra foi o filho de Calbach, Ruiaidhrí Ó Mórdha. Depois disso, o manuscrito foi emprestado para vários eruditos e, após tantos usos, foi fragmentado em diversas partes, que foram adquiridas por antiquários. De acordo com Ní Bhrolcháin, a família Ó Mórdha ficou com a parte principal do manuscrito e o levou para Ballyna, no condado de Kildare. Em 1700, um arqueólogo galês chamado Edward Lhuyd comprou a obra. Quando Lhuyd morreu, *Sir Thomas Saunders* adquiriu o manuscrito e seu filho o doou para o Trinity College em 1782, que o disponibilizou em 1786 em sua biblioteca. A autora finaliza explicando que, em 1841, O'Curry fez um *index* e reordenou as folhas do manuscrito, adotando a sequência H.2.18, quando, então,

o *Book of Leinster* passou a ser referido por este código (NÍ BHROLCHÁIN, 2009; NÍ BHROLCHÁIN, 2005).

Segundo William O’Sullivan, a autoria do manuscrito é reclamada por um escriba chamado Áed mac Crimthainn, que afirma ter compilado o texto a partir de vários livros. Apesar disso, outros escribas também trabalharam na obra, pois é possível reconhecer caligrafias diferentes: uma segunda que o autor define como “forte, arredondada, mas não fina”; uma grande caligrafia, que é chamada de “F”, provavelmente o Bispo de Finn; outra menos cuidadosa, denominada “T”, que provavelmente foi quem organizou o trabalho de Aed e configurou o livro como o conhecemos hoje; o escriba “U”; e dois escribas que tiveram uma participação menor, “M” e “S”, copiando apenas algumas páginas (O’SULLIVAN, 2008, p. 546). De acordo com Ní Bhrolcháin, o manuscrito foi produzido em *Vellum*, material muito caro, feito de pele de bezerro, e o preferido na Irlanda. A decoração incluía mosaicos, serpentes, letras com cabeças de animais e também cabeças humanas penduradas nas letras. Foram usadas basicamente quatro cores: vermelho, amarelo, verde e roxo. A *Togaíl Troí* aparece junto com a *Cath Maige Muccrama*, um conto em irlandês médio que é parte do chamado “Ciclo dos Reis”, e um texto de sabedoria intitulado *Audacht Morainn* (NÍ BHROLCHÁIN, 2009). Para O’Sullivan, o escriba responsável pela versão irlandesa da destruição de Tróia foi “T”, o mesmo que também copiou o texto do *Táin Bó Cuailnge*, épico mais conhecido da língua irlandesa (O’SULLIVAN, 2008, p. 546).

A togaíl troí e o desenvolvimento da escrita vernacular na early christian ireland

A *Togaíl Troí*, ou destruição de Tróia, certamente não é o primeiro indício da relação da tradição irlandesa com a cultura clássica, mas, como já apontado, é a “tradução” vernacular mais antiga de uma obra “pseudoclássica” da literatura. Assim, cabe perguntar: o que estas traduções podem nos informar sobre a erudição do período? As temáticas pagãs da tradição clássica não eram uma dificuldade para os *literati* da *Early Christian Ireland*? Que outros textos interessavam a estes escritores? Qual era a audiência de *Togaíl Troí*? Qual o papel desta narrativa específica no desenvolvimento da língua irlandesa e desta tradição vernacular?

A *Hibernia*, nome latino da Irlanda, jamais foi anexada como *prouincia* ao Império Romano. Esta constatação terá importantes desdobramentos na contemporaneidade, pois, a partir da primeira metade do século XX, sobretudo após 1916 e os anos imediatamente posteriores, esta foi uma questão frequentemente

relebranda. Movimentos como o *Celtic Revival* e a Liga Gaélica idealizavam um passado pagão cujas referências estavam nas narrativas irlandesas e as influências clássicas deixaram de receber, pelo menos neste período, a mesma atenção. Patrick Henry Pearse, por exemplo, um dos líderes irlandeses daquela geração, em diversas ocasiões apontava o herói Cú Chulain como um símbolo de resistência irlandesa (PEARSE, 1916: 23-24). Ou seja, devido ao conturbado contexto político do período, relacionado com as lutas pela independência do que viria a se chamar República da Irlanda e, por consequência, com o forte ardor nacionalista gerado por estes conflitos, o fato da Irlanda não ter sido parte do Império Romano foi invocado como um fator identitário, pois isto a tornava diferente da Inglaterra, cujo passado estava diretamente relacionado com o mundo romano (FARRELL & SANTOS, 2014). Assim, por muito tempo, a historiografia irlandesa insistiu nesta contraposição e apresentou a Irlanda como “um mundo sem os romanos” (RAFTERY, 1996, p. 636-653).

Somente em obras mais recentes vemos uma ênfase maior nas relações entre a *Hibernia* e as sociedades do Mediterrâneo. O historiador italiano Vittorio di Martino sistematizou uma série de referências que podem evidenciar as complexas relações existentes entre a *Hibernia* e o Império Romano. A Arqueologia, por exemplo, tem colaborado, em uma escala sem precedentes na história das escavações locais, para identificação de inúmeros objetos romanos encontrados em território irlandês: *fibulae*, *ollae*, *paterae* e outros (DI MARTINO, 2003). Outro autor que também tem argumentado no mesmo sentido é Philip Freeman. A partir de indícios variados, com o auxílio da Linguística, Filologia, Literatura, Arqueologia etc, ele defende a tese de que os contatos entre irlandeses e romanos ocorreram por muito tempo antes do século V. Além disso, podemos perceber isto a partir de relatos feitos por autores clássicos, como César, Tácito e Juvenal (FREEMAN, 2001). Análises epigráficas também sugerem a mesma coisa. Quando observamos as *Ogham Stones*, por exemplo, inscrições em pedra contendo as primeiras grafias da língua irlandesa, percebemos esta proximidade entre as culturas romana e irlandesa, afinal de contas, este tipo de monumento é uma resposta à Epigrafia Romana e, além disso, temos pelo menos seis inscrições no Sul da Irlanda que comemoram pessoas de origem romana, ou pelo menos que foram batizadas com nomes romanos (MACMANUS, 1991). Até mesmo as muralhas de Adriano e Antonino, construídas no Norte da *Britannia Romana*, que antes eram interpretadas apenas como pontos de isolamento, uma forma de proteger os romanos de seus vizinhos bárbaros, tem sido vistas a partir de outras perspectivas. Atualmente, acredita-se que não podemos ver estes monumentos apenas como fortificações defensivas (HINGLEY, 2012).

Por tudo isso, interpretações hodiernas tem insistido na idéia de que a História da Irlanda está imbricada com a cultura clássica, afinal, o próprio termo *Hibernia* é de origem latina. Há inúmeras evidências destas trocas culturais entre a *Hibernia* e a *Britannia* Romana. Mais do que um impedimento, o *Irish Sea* era um caminho, possibilitando intercâmbios e conexões culturais, sociais e econômicas (HARVEY, 1990, p. 13-14). Há historiadores, inclusive, que apontam não somente para esta influência da *Britannia* sobre a *Hibernia*, mas também o contrário (ROCHE, 1993, p. 7-9; THOMAS, 1973, p. 5-13). O diálogo entre os dois lados do *Irish Sea* permitiu uma profunda relação entre os idiomas falados na *Hibernia* e na *Britannia*, o que colaborou para o desenvolvimento da escrita em irlandês (SANTOS, 2015).

Isto significa que a Tradição Clássica não era um corpo estranho na *Early Christian Ireland*. Além das *Ogham Stones* supramencionadas, é importante lembrar que Patrício, que viveu no século V e tornou-se padroeiro dos irlandeses, não só era um bretão-romano, mas estudou e aprendeu até a idade de dezesseis anos o latim falado na *Britannia* de seu tempo. Ele, filho de um diácono de nome Calpurnius e neto de um presbítero chamado Potitus. Como tal, ele teve uma educação eclesiástica e conhecia muito bem as principais referências de sua época: Cipriano, Santo Agostinho, Atanásio, São Martin de Tours e João Cassiano.

Inicialmente, Patrício pertencia a uma Tradição Clássica. Porém, a partir de seus escritos, documentos produzidos em latim aos quais a historiografia irlandesa atribui caráter fundacional, ele passou a fazer parte do que os estudiosos da área denominaram de Tradição Hiberno-Latina, que faz referência justamente a uma espécie de síntese entre a cultura latina e a irlandesa (SANTOS, 2013). David Howlett mostrou que Patrício era um habilidoso escritor que construiu em sua *Confessio e Epistola ad Milites Corotici* um complexo sistema retórico *per cola et commata*. Ou seja, uma leitura atenta das cartas de Patrício poderá evidenciar que ele tinha pleno domínio da sintaxe e do vocabulário do idioma dos romanos e emprestava de diversos autores idéias que corroboravam com suas teses. A composição de Patrício é praticamente uma construção aritmética, na qual a quantidade de palavras, sílabas, frases, letras e sons é organizada de modo a apresentar uma proporção numérica. De acordo com o autor, o padroeiro dos irlandeses elaborou suas sentenças em modelos e formas rítmicas, apresentou estruturas quiásticas, além disso, utilizou também diversos paralelismos, aliteração, assonância e outros elementos da retórica latina (HOWLETT, 1994).

Muirchú Moccu Machténi, que escreveu dois séculos mais tarde e foi um dos principais hagiógrafos de Patrício, estava inserido na mesma tradição. Ele conhecia

textos como o *Audite Omnes*, o *Commonitorium*, as *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha, o apócrifo *Actus Petri cum Simone*, o *Passio apostolorum Petri et Pauli* e a *Historia apostolica* (SANTOS, 2013; SANTOS, 2014, p. 86-98). Howlett também estudou a obra de Muirchú e percebeu que ele não só seguiu os passos de Patrício, mas quis mostrar em suas composições que possuía este conhecimento da Tradição Hiberno-Latina, como se fosse uma espécie de assinatura de seus textos. O mesmo sistema que o primeiro desenvolveu nos documentos do século V pode ser observado no que Muirchú escreveu, no século VII. O autor chega a afirmar, inclusive, que Muirchú, por estar inserido na mesma tradição que Patrício, compreendeu o que este pretendia dizer melhor que seus intérpretes contemporâneos (HOWLETT, 1994: 120-121).

Mesmo com toda a problemática existente em torno do assim chamado *Patrician Problem* ou da querela *Historical Patrick x Fictional Patrick*, algo que a historiografia recente tem abordado (SANTOS, 2013; SANTOS, 2014), é possível recorrer à data tradicional de 432 como aquela em que Patrício foi levado para a Irlanda. No século V ele escreveria seus dois textos, *Confessio* e *Epistola*, e muito pouco tempo depois já teríamos as primeiras tentativas de uma produção irlandesa.

O poema mais antigo escrito totalmente em irlandês é o *Amra Choluim Cille*, ou “Lamento por Colm Cille”, composto por Eochaid Dallán Forgaill, segundo Ralph O’Connor, por causa da morte do santo em 597 (O’CONNOR, 2014). Ou seja, a produção em vernáculo na Irlanda começou por volta do ano 600 e continua até o tempo presente. Por este motivo, o mesmo O’Connor afirma que “nenhuma literatura vernacular na Europa tem uma duração semelhante” (O’CONNOR, 2014, p. 05).

O’Connor aponta ainda uma questão muito importante com relação a este texto escrito em irlandês, seu autor não pertencia à Igreja, era apenas um poeta amigo de Colm Cille. Isto é um indício de que, desde cedo, a tradição latina e a irlandesa eram combinadas no processo de produção textual; a língua irlandesa também era utilizada em contexto cristão; e os mosteiros, então, não eram frequentados apenas por cristãos (O’CONNOR, 2014, p. 15). Assim sendo, sabemos que existiam narrativas em língua irlandesa que uniam motivos cristãos e seculares. Um destes casos é a obra *Cáin Adomnáin*, ou “Lei de Adomnán”, um texto conhecido também como “Lei dos Inocentes”, produzido por volta do ano 700, e que garantia proteção para mulheres e crianças durante as batalhas (O’CONNOR, 2014, p. 15), algo comum no período, já que a Irlanda era fragmentada em mais de 150 reinos independentes denominados *Tuathas* e que frequentemente entravam em confronto aberto uns com os outros (SANTOS, 2013).

Por volta do século X existia uma vasta produção de obras escritas em língua irlandesa. O'Connor explica que neste período já havia até mesmo listas destas narrativas disponíveis nos mosteiros irlandeses. Uma delas, por exemplo, aponta 185 títulos divididos por categorias, o que implica já em uma organização complexa desta produção literária. As principais divisões, segundo ele, são as seguintes: roubo de gado, galanteio, batalhas, terror, viagens, mortes, festas, cercos, aventuras, fugas, saques, visões, hospedagens e migrações (O'CONNOR, 2014, p. 06). Apesar do crescimento do número de obras, o autor lembra que, neste período ainda não havia poesia épica. Assim, no que ele chama de *Early Irish Literature*, há uma predominância de textos legais, genealógicos, calendários e histórias, todos utilizando principalmente composição em verso (O'CONNOR, 2014, p. 13).

Para evidenciar as relações entre a cultura clássica e a irlandesa, James Carney recorreu ao *Táin Bó Cúailnge*, obra classificada dentro da categoria “roubo de gado”, escrita por volta de 1.100, e que apresenta paralelos próximos à *Ilíada* e, justamente por este motivo, é considerada como a “*Ilíada irlandesa*”. A partir da análise desta relação entre as duas obras, a poesia homérica, em grego, e o *Táin*, em vernáculo irlandês, o autor afirma que “Homero era conhecido na Irlanda daquele período, mesmo que de forma indireta” (CARNEY, 1983, p. 128-130; SANTOS; FARRELL, 2014, p. 220-241). Esta é também a opinião de Brent Miles. Comparando as mesmas obras, ele lista alguns exemplos que evidenciam uma proximidade entre a *Ilíada* e o *Táin*. Ambos os textos tem uma cuidadosa caracterização das personagens, um episódio dramático de abertura, a narração usando tempo verbal no passado, o sublevar-se do rio irlandês Cron, que pode ser comparado com o Scamandro, que lançou suas águas sobre Aquiles, a profecia de Teoclímeno, na *Ilíada*, e a de Fedelm, no *Táin*, a luminiscência em torno da cabeça de Aquiles e Diomedes, na *Ilíada*, e Cú Chulain, no épico irlandês e, o paralelo mais evidente, o rei do Uster Fergus Mac Róich arrastando o cadáver de Etarcomal em seu carro de guerra, tal qual Aquiles faz com Heitor. O autor acredita que o *Táin* pode ser lido como uma *imitatio* literária, com destaque especial para Homero e Virgílio (MILES, 2011, p. 148). Dorothy Dilts Swartz identifica nesta mesma narrativa épica irlandesa 33 técnicas da *Ars Rhetorica*, compartilhadas da *Eneida*, da obra de Sidonius Apollinaris, das de Trebellius Pollius, de Giraldus Cambrensis e do manual *Rhetorica ad Herennium*, do século XII (SWARTZ, 1987, P.96-125; SANTOS; FARRELL, 2014, P. 220-241). Patrícia Kelly, por sua vez, analisando a mesma obra, prefere enfatizar empréstimos bíblicos. Para ela, o episódio do Rio Cronn pode ser

comparado ao Cântico de Débora (Juízes, 5.21) e a relação de Medb e Fergus com a de Sansão e Dalila (Juízes, 16) (KELLY, 1992).

Pode até ser que os autores discordem em um ponto ou outro e que disputem sobre esta ou aquela passagem possibilitar comparações com a tradição bíblica ou clássica. No entanto, quando os textos da Tradição Hiberno-Latina são lidos de forma sistemática, é possível perceber que tanto os argumentos de Carney, Miles e Swartz quanto os Kelly são acertados e só representam contradição se algumas obras e suas passagens forem interpretadas isoladamente, pois, no conjunto, estas narrativas apontam para o intercâmbio entre temáticas gregas, latinas e hebraicas. Miles sintetiza esta questão apontando que havia “uma fascinação irlandesa com as *tres linguae sacrae*: hebraico, grego e latim” (MILES, 2011, p. 34), ponto que de fato é perceptível nas mais variadas fontes da *Early Christian Ireland*.

Possivelmente, esta relação com a tradição bíblica e a cultura clássica apontada por Kelly facilitou o surgimento de um contexto favorável às traduções de obras do grego e do latim para o irlandês. W.B. Stanford afirma que “os cristãos irlandeses não tinham medos ancestrais do panteão greco-romano (STANFORD, 1970, p. 17)”. Isto significa, segundo ele, que “em outras palavras, a tradição clássica não oferecia uma ameaça séria para a Igreja” (STANFORD, 1970, p. 18). Desta forma, não haveria problema em selecionar temáticas clássicas e adaptá-las à cultura nativa, pois “para uma nação tão acostumada com as narrativas heróicas e ficção imaginativa os mitos clássicos e épicos apresentariam um prazeroso novo mundo de possibilidades” (STANFORD, 1970, p. 18).

Talvez por conta deste contexto específico de relação com a tradição clássica a Irlanda tenha apresentado pioneirismo na adaptação destas obras para o vernáculo. Stanford afirma que em outros lugares estas narrativas sobre Tróia e outras obras clássicas, principalmente traduções, são produções posteriores. Segundo ele, a primeira versão da Eneida em Espanhol, por exemplo, data de 1428; o francês teve uma *Pharsalia* somente em 1380; no que diz respeito à Destruição de Tróia, temos o *Roman de Troie*, de Sainte Maure, uma adaptação em francês da matéria troiana, um pouco posterior à versão irlandesa do Book of Leinster (STANFORD, 1970, p. 13-91). Na Irlanda, no entanto, como temos visto, o uso do idioma latino quando a *Togáil Troí* foi produzida já possuía uma história de séculos.

Desta forma, parece inusitada a afirmação de Jonathan Cornil de que “Dares foi traduzido até mesmo para o irlandês” (CORNIL, 2011-2012, p.15). Caberia, dando outra ênfase à temática, perguntar: Por que Dares não seria traduzido para o irlandês?”

De Excidio Troiae Historia não só ganhou sua versão hispânica como a primeira tradução vernacular existente deste texto na Europa. Assim, devemos, claro, ter o cuidado de não pensar sobre a Irlanda de forma romântica como um repositório cultural, como faz Thomas Cahill em sua obra (CAHILL, 1999). Mas, por outro lado, não podemos ignorar que, assim como ocorreu em outros centros culturais, a tradição bíblica e a clássica também se desenvolveram nas Ilhas Britânicas, principalmente na Irlanda, onde os Pais da Igreja eram conhecidos, a retórica e a gramática eram estudadas, comentários de obras clássicas eram feitos e, sobretudo, traduzidos, já que a língua vernácula se desenvolveu desde o século VI.

A literatura em língua irlandesa foi se desenvolvendo e tornando-se cada vez mais complexa. Em várias situações, os escritores irlandeses adaptaram temáticas clássicas aos propósitos de suas obras. Vejamos como Ralph O'Connor, que elaborou um catálogo completo de algumas destas ressignificações dividindo-as por século de produção, sistematizou estas composições: Do século X, embora perdida, conhece-se uma *Togail Troí*, na qual textos posteriores se basearam, e uma *Scéla Alaxandair*, Saga que conta aventuras de Alexandre; há no século XI novas adaptações destes mesmos textos, uma primeira recensão da *Togail Troí* e outra da *Scéla Alaxandair*, esta, agora, ao lado da *Historia adversum paganos*, de Orósio; no fim do século XI e início do XII foram produzidas uma segunda recensão da *Togail Troí* e uma *Imtheachta Aeniasa*, aventuras de Enéias, adaptação em prosa de Virgílio; no século XII temos a *In Cath Catharda*, guerra civil baseada na *Bellum Civile* de Lucano, uma *Togail na Tebe*, Destruição de Tebas, baseada na *Thebaid* de Statius e um texto conhecido como *Luid Iasón ina luíng lóir*, uma narrativa em verso sobre a Guerra de Tróia. Outra narrativa importante deste período é a *Robo maith Aichil mac Péil*, um poema que conta os feitos juvenis de Aquiles; no fim do século XII e no XIII produziu-se uma terceira recensão da *Togail Troí*, uma obra chamada *Don Tres Troí*, acerca da terceira Tróia, a *Fingal Chlainne Tanntail*, um texto em prosa contando a história da família dos tantálidas e a casa dos atreus, a *Sgél in Minaduir*, texto em prosa sobre as personagens conhecidos da Ilha de Creta: Minos, Pasiphae, Deaëdalus, Icarus e o Minotauro, a *Riss in Mundtuirc*, obra baseada na *Thebaid* e nas *Metamorphoses* de Ovídio, e há também a *Merugud Uilixis*, texto em prosa recontando a história de Odisseus; no século XIV há sobretudo traduções de várias narrativas não-clássicas; no fim do século XV e no XVI há um texto chamado *Stair Ercuil ocus a Bás*, ou “A História de Hércules e sua Morte” e um outro texto anônimo de 22 versos recontando episódios da *Stair Ercuil* (O'CONNOR, 2014).

Junto com adaptações e traduções de textos clássicos, os escribas irlandeses também produziram, do século X ao século XVI, inúmeras composições próprias em vernacular. Datam deste período obras como *Lebor Gabála*, *Táin Bó Cúailnge* dentre outras. Máire Ní Mhaonaigh afirma que em cada período um idioma ou outro pode ter dominado, mas o bilingüismo, o “duo” formado pelo Latim e pelo Irlandês, foi uma importante ferramenta para a literatura irlandesa (NÍ MHAONAIGH, 2008). Segundo a autora, “ouvintes e leitores bilíngües eram claramente preparados para este tipo de texto” (NÍ MHAONAIGH, 2008, p. 40), sabemos que “uma vida de Santa Brígida, do século IX, por exemplo, tinha um quarto do conteúdo em Latim, já o autor da ‘Visão de Adamnán’, do século XI, empregou várias sentenças latinas em um texto predominantemente irlandês” (NÍ MHAONAIGH, 2008, p. 40). Ní Mhaonaigh aponta que os irlandeses “eram aptos não só a ler, mas também assimilar estes textos latinos” (NÍ MHAONAIGH, 2008, p. 40). Além disso, ela acredita que, de alguma forma, interessavam-se pela dimensão histórica dos clássicos, o que pode explicar o fato dos irlandeses “estarem entre os primeiros a criarem versões vernaculares destes textos influentes” (NÍ MHAONAIGH, 2008, p. 41).

A *Togail Trói* ocupa um papel muito importante nesta relação irlandesa com os textos clássicos. No entanto, segundo Helen Fulton, devemos pensar este texto não como uma “adaptação”, muito menos como uma “tradução”, como faz muitos dos autores que mencionamos até então. O termo mais apropriado para se referir a este processo, para ela, é “remediação”, interpretado em seu sentido moderno, como “transferência de um *medium* para outro. Seria como quando adaptamos um romance para um filme ou quando convertemos uma peça em um musical” (FULTON, 2014, p. 41). De acordo com Fulton, o que os irlandeses herdaram foi uma destas “remediações”, pois Dares, assim como outros pseudo-historiadores, não elaborou prosas homéricas, o que fez foi muito mais uma composição anti-homérica, invertendo vários sentidos do épico grego, tornando-o mais palatável ao contexto do período (FULTON, 2014, p. 41-42). Esta forma irlandesa de ler o texto, que coloca Troilus (e não Enéias), como personagem central da narrativa, é o que permitiu, por exemplo, paralelos não só em termos de personagens, como ocorre com os heróis das sagas irlandesas, principalmente Cú Chulainn, do Táin, mas também com estruturas narrativas e embelezamentos retóricos (FULTON, 2014, p. 42). Ou seja, a *Togail Troí* pode até ser uma proposta de tradução da *De Excidio Troiae Historia*, mas a obra atribuída a Dares é uma remediação da narrativa homérica. Assim, não podemos, então, ler o texto do *Book of Leinster*

apenas como uma tradução de um idioma para o outro, mas é preciso ficar atento a este processo.

De acordo com Richardo Pichel Gotérrez, trata-se de algo muito comum, pois a tradição homérica foi adaptada na Antiguidade e na Idade Média para atender aos requisitos de contextos muito distintos, sofrendo reformulações não só formais, mas também ideológicas. Uma destas variações seria esta vertente “anti-homérica”, que altera diversos trechos da narrativa troiana, inclusive o resultado final da guerra, apontando os troianos, e não os gregos, como vencedores da épica batalha. O autor credita à narrativa de Dares, mas também outra obra intitulada *Ephemeris Belli Troiani*, de um escritor chamado Dictis, como iniciadores de uma nova tradição, que tem como ponto de autoridade fundamental o argumento de que estes textos seriam narrativas verídicas dos acontecimentos (GOTÉRREZ, 2010, p. 334). Gotérrez acredita que estas obras “condicionaram quase por completo a recepção europeia medieval das lendas troianas e gozaram de um êxito sem precedentes na Europa” (GOTÉRREZ, 2010, p. 334).

Fulton acredita que “tudo isso aponta para um ativo programa de tradução e adaptação e não só o acesso aos textos clássicos, mas um conhecimento muito próximo destes como parte (...) de um sistema educacional de mão dupla entre os mosteiros irlandeses e continentais” (FULTON, 2014, p. 41-42) e também que “este tipo de evidência aponta para o vigor da língua vernácula como um veículo para o aprendizado e a literatura, tanto secular quanto religiosa, e também para um contato próximo entre o Latim e o Vernáculo” (FULTON, 2014, p. 41-42). Assim sendo, de acordo com Brent Miles, a recepção dos clássicos e a produção de literatura vernácula andaram juntas na Irlanda. Segundo ele, houve uma intensa renovação pós-viking e um movimento chamado *medieval Irish classicism*, composto de diversos eruditos, foi responsável por perpetuar o estudo das letras e garantir “a realidade do classicismo irlandês no período vernacular”. Para o autor, no entanto, “o classicismo irlandês existiu de forma colateral aos estudos clássicos irlandeses (...), a divisão dos dois em duas disciplinas separadas distorce o caráter de ambos” (MILES, 2011, p. 13-14). Muireann Ní Bhrolcháin afirma que “a partir do século onze os escribas começaram a traduzir longos textos latinos e, como resultado deste processo, aprenderam a compor também longos textos em irlandês” (NÍ BHROLCHÁIN, 2009, p. 18). A Togail Trói foi uma narrativa decisiva neste desenvolvimento da língua vernácula.

Considerações finais

Desde que os irlandeses tomaram emprestado dos romanos o hábito epigráfico e aprenderam a escrever mensagens em pedra temos evidência material dos usos do idioma latino na Irlanda, algo que se intensificou após a chegada de Patrício, que, como vimos, era um bretão com educação romana, e do cristianismo, com toda a tradição de escrita que lhe acompanhou. Isto permitiu com que um amplo conjunto de textos fosse produzido no período denominado como *Early Christian Ireland*. Estas narrativas nos fornecem informações mais do que suficientes para percebermos um esforço contínuo de estudo feito tanto em contexto cristão quanto secular, sobretudo nos monastérios, que caracterizava um sistema educacional complexo, interligado ao continente Europeu. Foi possível perceber que havia na Irlanda um ativo programa de erudição que permitia uma ampla circulação de idéias, quando leituras, estudos, declamações, traduções, adaptações, cópias e composições, eram realizadas.

Em um ambiente assim, as narrativas em língua hebraica, grega e romana passaram a fazer parte do cotidiano irlandês. Na Irlanda, a cultura clássica foi muito bem recebida e pôde se desenvolver lado a lado com a escrita vernacular, existente desde o século VI até o tempo presente. Como pudemos observar, a recepção das temáticas clássicas, que já ocorria na própria Antiguidade, teve importância fundamental no mundo pós-clássico. Na Irlanda, ela foi significativa para o desenvolvimento da língua vernacular.

A *De Excidio Troiae Historia*, um *commentarius*, provavelmente um *Progymnasmaton*, de um autor anônimo da Antiguidade Tardia, vinculado a nomes como Dares, Cornelius e Sallustius, Homero, Virgílio e outros, foi fundamental para a compreensão medieval da Guerra de Tróia, tornando-se uma das mais influentes obras “pseudoclássicas” da literatura europeia. A versão irlandesa desta narrativa integrante da matéria troiana, a *Togail Trói*, que foi copiada pelo mesmo escriba responsável por transcrever o Táin, maior épico irlandês, para o *Book of Leinster* é a “tradução” vernacular mais antiga de uma obra desta natureza e teve papel fundamental para a história da literatura irlandesa e, principalmente, no desenvolvimento dos escritos em línguas vernáculas na *Early Christian Ireland*.

Referências:

Fontes:

- ANÔNIMO; ÁED Mac Crimthainn; “T”. *TOGAIL TROÍ*. Tradução de: WINDISCH e STOKES. *Irish Texts with Übersetzungen und Wörterbuch in Irische Texte*. Leipzig, S. Hirzel, volume 2:1, page 3–62, 1884. Disponível em <<http://www.ucc.ie/celt/published/G103005/index.html>> Data de Acesso: 02/01/2016.
- DARES PHRYGIUS. *De Excidio Trojae Historia*. Tradução de: CORNIL, JONATHAN. *Philological Commentary and Translation*. Scriptie voorgedragen tot het bekomen van de grad van Master in de Tall- en Letterkunde (Latijn – Engels). Faculteit Letteren & Wijbegeerte. Universiteit Gent, 2011-2012.
- HOMERO. *Iliada*, Livro 5, versos 9 e 10. Acervo de fontes indexadas pela database digital *Tesaurus Linguae Graecae/TLG*.
- PEARSE, PADRAIC. *Collected works of PADRAIC H. PEARSE. Political Writings and Speeches (1916)*. The Phoenix Publishing Co. Trecho 23- 24.
- VIRGÍLIO. *Eneida*. Livro 5, versos 375-377. Tradução Poética de Manuel de Odorico Mendes. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/projetos/OdoricoMendes/>>. Data de Acesso em 02/01/2016.
- BREEN, Aidan. *Classical Influence*. In: DUFFY, Séan (Ed.). *Medieval Ireland – An Encyclopedia*. New York and London, 2005. p. 89.
- NÍ BHROLCHÁIN, Muireann. *Leinster, Book of*. In: DUFFY, Séan (Ed.). *Medieval Ireland – An Encyclopedia*. New York and London, 2005. p. 272-274.
- Encyclopædia Britannica. "*Dares Phrygius*". Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica Online. <<http://www.britannica.com/biography/Dares-Phrygius>>. Data de Acesso: 02/01/2016.

Obras utilizadas:

- BARBOSA, Renata Cerqueira. *O Império Romano e os Usos do Passado na Inglaterra Vitoriana*. In: ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana Livia B; ABRANTES, Elizabeth S.. (Org.). *História Antiga e Medieval. Sonhos, Mitos e Heróis: Memória e Identidade*. 1ed. São Luís: Ed. UEMA, 2015, v. 5, p. 1-13.
- BARBOSA, Renata Cerqueira. *Sexualidade e Gênero na Inglaterra Vitoriana: a leitura sobre Ovídio*. 1ª. ed. Londrina: Eduel - Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2015.
- CAHILL, Thomas. *Como os irlandeses salvaram a civilização*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A.; FUNARI, R.S.. *Cinema e o Mundo Antigo, Antiguidade através da sétima arte*. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. v. 1. 152p .
- CARNEY, JAMES. *Early Irish Literature: the state of research*. In: *ICCS* , 6. 1983, PP. 128-130.
- CHARLES-EDWARD, T.M.. *Early Christian Ireland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CORNIL, JONATHAN. *Dares Phrygius's De Excidio Trojae Historia: Philological Commentary and Translation*. Scriptie voorgedragen tot het bekomen van de grad van Master in de Tall- en Letterkunde (Latijn – Engels). Faculteit Letteren & Wijbegeerte. Universiteit Gent, 2011-2012.
- DI MARTINO, Vittorio. *Roman Ireland*, The Collins Press. London, 2003

DOOLEY, Ann. *Playing the hero- Reading the Irish Saga Táin Bó Cúailnge*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

FARRELL, Elaine; SANTOS, Dominique. Early Christian Ireland- Uma reflexão sobre o problema da periodização na escrita da História da Irlanda. In: BAPTISTA, L. V. (Org.); SANT'ANNA, Henrique Modanez de (Org.); SANTOS, D. V. C. (Org.). (Org.). *História antiga: estudos, revisões e diálogos*. Rio de Janeiro: Publit, 2011, p. 185-213.

FREEMAN, Philip. *Ireland and the Classical World*. University of Texas Press. Houston, 2001.

FULTON, Helen. History and historia: uses of the Troy story in medieval Ireland and Wales. In: O'CONNOR, Ralph. (ed.). *Classical Literature and Learning in Medieval Irish Narrative*. Studies in Celtic History XXXIV. D. S. Brewer, Cambridge, 2014. P. 41.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; FUNARI, R.S.. O presente do passado: o Egito no Brasil. *Hélide* (Rio de Janeiro), v. 1, p. 35-43, 2015.

GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A.. The uses of Roman Heritage in Brazil: Traditional reception and new critical approaches. *Heritage and Society*, v. 05, p. 53-76, 2012.

GOTÉRREZ, Richardo Pichel. La Circulación de la Materia de Troya en la baja Edad Media y su reflejo en las letras gallegas: aproximación al testimonio de la Historia Troiana (BMP 558). In: PÉREZ, Francisco Bautista; CORRADINE, Jimena Gamba (Eds.). *Estudios Sobre La Edad Media, El Renacimiento y La Temprana Modernidad*. Salamanca, Gráficas Cervantes, 2010. P. 331-345. Especificadamente da página 334.

HARVEY, Anthony. The Ogham Inscriptions and the Roman Alphabet: Two Traditions or One? *Archaeology Ireland*, Vol. 4, Nº1, 1990. p. 13-14.

HINGLEY, Richard. *Hadrian's Wall: A Life*. Oxford: Oxford University Press. 2012.

HOWLETT, David. *The book of Letters of Saint Patrick the Bishop*. Dublin: Four Courts Press, 1994.

KELLY, Patricia. The Táin as Literature. In: MALLORY, J.P. (Ed.) *Aspects of the Táin*. Belfast: December Publications, 1992, 159 p.

MACMANUS, Daniel. *A Guide to Ogam*. Maynooth, 1991.

MILES, Brent. *Heroic Saga and Classical Epic in Medieval Ireland*. Cambridge, DS Brewer, 2011. Cf. p. 148.

NÍ BHROLCHÁIN, Muireann. *An Introduction to Early Irish Literature*. Dublin: Four Courts Press, 2009.

NÍ MHAONAIGH, Máire. The literature of medieval Ireland, 800–1200: from the Vikings to the Normans. In: KELLEHER, Margaret; O'LEARY, Philip (Eds.). *The Cambridge History of Irish Literature - Volume 1*. Cambridge University Press, 2008.

O' SULLIVAN, William. Manuscripts and Paleography. In: Ó CRÓINÍN, Dáibhi (Editor). *A New History of Ireland I – Prehistoric and Early Ireland*. Oxford: Oxford University Press 2008. P. 546.

O'CONNOR, Ralph. Narrative Literature and Classical Tradition. In: _____ (ed.). *Classical Literature and Learning in Medieval Irish Narrative*. Studies in Celtic History XXXIV. D. S. Brewer, Cambridge, 2014.

RAFTERY, Barry. Ireland: a world without the Romans. In: GREEN, Miranda J. *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996. p 636-653.

ROBERTSON, Martin. *The Art of Vase-painting in Classical Athens*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1992.

ROCHE, John. The Influence of Ireland on Roman Britain...Cursus Unicus? *Archaeology Ireland*. Vol. 7, nº 1, 1993, p. 7-9.

SANTOS, Dominique; FARRELL, Elaine. Táin Bó Cúailnge - Um Épico Irlandês. In: Dominique Santos. (Org.). *Grandes Epopeias da Antiguidade e do Medievo*. 1ª ed. Blumenau: Edifurb, 2014, p. 220-241.

- SANTOS, Dominique. A Cultura Hiberno-Latina na Bretanha Romana e Pós-Romana: Evidências a Partir das Ogham Stones. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015.
- SANTOS, Dominique. *Patrício: A Construção da Imagem de um Santo/How the Historical Patrick Was Transformed into the St. Patrick of Religious Faith*. 1. ed. New York; Lampeter: The Edwin Mellen Press, 2013. 316p .
- SANTOS, Dominique. São Patrício e a festividade pagã no banquete da província de Tara: religião e sociedade na Early Christian Ireland a partir da obra de Muirchú Moccu Machteni. In: Maria Regina Candido. (Org.). *Banquetes, Rituais e Poder no Mediterrâneo Antigo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: D&G Editora, 2014, v. Único, p. 86-98.
- SHEPARD, Alan; POWELL, Stephen D.. Introduction In: _____. *Fantasies of Troy – Classical Tales and the Social Imaginary in Medieval and Early Modern Europe*. Toronto, CRRS Publications: 2004. P. 01.
- SILVA, Glaydson José da. O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: as extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antigüidade. *História* (São Paulo. Online), v. 26, p. 98-118, 2007.
- SILVA, Glaydson José da. Nazismo, fascismo y 'vichismo': la historia y la arqueología al servicio de los regímenes autoritaris de Europa. *Boletín del Gabinete de Arqueología*, v. 8, p. 135-142, 2010.
- STANFORD, W.B.. Towards a History of Classical Influences in Ireland. *Proceedings of The Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature*, Vol. 70 (1970). P. 13-91.
- SWARTZ, Dorothy Dilts. The Problem of Classical Influence in the Book of Leinster Táin Bó Cúaing: Significant Parallels with Twelfth-Century Neo-Classical Rhetoric. In: *Proceedings of the Harvard Celtic Colloquium*. Vol. 7, (1987), pp. 96-125.
- THOMAS, Charles. Irish Colonists in South-West Britain. *World Archaeology*. Vol. 5, nº 1, Colonization, 1973, p. 5-13.

Notas:

¹Publicação possível graças aos recursos financeiros previstos pelo Projeto de Pesquisa 668/2012, intitulado “Culturas, Fronteiras e Identidades: Repensando a Idade Média entre o Mediterrâneo e o Mar da Irlanda”, subsidiado pela PROPEX – FURB.

² Trata-se do Livro 5, versos 9 e 10, no qual lemos que “Ἐν δὲ τις ἐν Τρώεσσι Δάρης ἀφνειὸς ἀμύμων ἰπεὺς Ἡφαίστου”. Em Português: “Entre os troianos havia um homem rico e honrado chamado Dares, sacerdote de Hefestos”.

³ Trata-se do Livro 5, versos 375-377, nos quais lemos: “talis prima Dares caput altum in proelia tollit, ostenditque umeros latos alternaque iactat brachia protendens et uerberat ictibus auras. Em Português: “Tal o Campeão se ostende: espadaúdo, alta a cabeça, alterno os braços tesos esgrime, e açoita os ares com punhadas”. Tradução Poética Manuel de Odorico Mendes.

Artigo recebido em 12/12/2015. Aprovado em 20/02/2016.

CULTURA CLÁSSICA E LITERATURA VERNACULAR NO SÉCULO XV EM CASTELA E PORTUGAL

CLASSICAL CULTURE AND VERNACULAR LITERATURE IN THE XVTH CENTURY IN CASTILLE AND PORTUGAL

Ricardo Hiroyuki Shibata¹

Resumo: Neste artigo, procuramos pensar a questão da apropriação da cultura clássica na Península Ibérica, notadamente, nas cortes de Portugal (corte de Avis) e de Castela, no século XV, a partir de uma série de iniciativas de contornos humanistas. Em particular, trata-se de examinar as ações de alguns homens de letras do período, que, por meio de traduções, glosas e comentários, indicaram os caminhos para a constituição estratégica de uma literatura de caráter vernacular.

Palavras-chave: Humanismo; século XV; literatura vernacular; Corte de Avis

Abstract: In this article, we try to establish the ways of appropriation of classical culture in the Iberian Peninsula, especially, in Portugal (reign of Avis) and Castile courts, in the XVth century according to some works of humanist character. In particular, it means to examine the actions of some men of letters from that period, which, by translations and commentaries, pointed out the directions of a strategic constitution of a vernacular literature.

Keywords: Humanismo; XVth century; vernacular culture; Avis Court

Na Península Ibérica do século XV, as traduções para vernáculo de autores da literatura clássica foram uma das formas de literatura secular que mais gozaram de prestígio por parte do público laico. Do conjunto de reinos que formavam a antiga *Hispania*, dois deles em particular - Castela e Portugal - se lançaram logo de início a empreender o que se convencionou chamar de “humanismo vernacular”, ou seja, “a tradução e a adaptação de obras da Antiguidade clássica para instrução e entretenimento da nobreza e de leitores não profissionais” (LAWRANCE, 1989, p.222).

Peter Burke, em estudo esclarecedor, informa que a lógica dessa produção letrada, portanto de sentido nobiliárquico, e os mecanismos de sua difusão e circulação devem ser entendidos como um projeto de caráter coletivo e além-fronteiras. Assim, a despeito das divergências no campo militar entre castelhanos e portugueses, isso não impediu que colaborassem para a troca e a dinamização desses novos saberes (BURKE, 1989, p.5). Para Jeremy Lawrence, esse movimento testemunha de modo incontestado que o ideal do cavaleiro versado nas letras e no mundo da erudição clássica era não só um objetivo desejado, mas também uma necessidade ética – a do aperfeiçoamento de si e do

¹ Doutor em História/Teoria Literária pela Unicamp e Pós-Doutorando em História pela UFPR. Professor do Departamento de Letras da Universidade do Centro-Oeste do Paraná ((Delet/Unicentro). Email: rd.shibata@gmail.com.

reconhecimento de superioridade estamentária – e política – a do direito e do dever de intervir nos negócios do Estado (LAWRANCE, 1991, p.352-358).

O ideal cavaleiresco e letrado respondia à configuração de um espaço muito particular, em que, deslocado em relação ao ideal monástico e medieval, a nobreza procurava centrar-se. Levando em conta o âmbito histórico mais extenso, em “longa duração”, interessava, neste contexto específico, não mais a metafísica e as sutilezas da lógica e da dialética medievais, porém a conformação de uma literatura fundada na pragmática e na virtude da prudência. Essa virtude, figurada entre as virtudes cardeais e tributária do pensamento aristotélico, estabelecia que as ações virtuosas devessem ter por parâmetro outras ações virtuosas produzidas no passado, vale dizer, para ser prudente, deve-se conhecer os feitos passados e os varões virtuosos que os realizaram com sucesso. Além de ter sido disseminada nos textos de cariz histórico, essa matriz exemplar também foi disseminada pelos tratados de retórica, em especial, na parte dedicada aos *topoi* característicos do gênero deliberativo, cujo argumento central reza que, sobre casos semelhantes, devem recair as regras do método indutivo.

Para dizer com Don Iñigo López de Mendoza, o marquês de Santillana, numa carta a seu filho (c. 1446-52), à época estudante em Salamanca, sobre a nova tradução latina de Pietro Candido Decembrio da *Ilíada*, de Homero, buscava-se “exemplo e consolación” a partir da “exçellençia de la materia”, com “singular reposo a las vexaciones e trabajos que el mundo continuamente trahe, mayormente en estos nuestros reinos”, a fim de proporcionar a formação pragmática necessária à vida civil. Aqui, não se pode pensar nos efeitos de um mero prazer estético ou na pesquisa arqueológica acerca da alteridade do mundo clássico, porque, Santillana afirma, peremptoriamente, “si carecemos de las formas, seamos contentos de las materias” (SANTILLANA, 1852, p.481-482). Santillana solicitava ao filho que terminasse a tradução de Decembrio, pois, embora “el divino Marqués” fosse reconhecidamente grande patrono das letras e um dos autores humanistas de maior relevo da Península Ibérica, não sabia latim, tendo contato com os clássicos por meio de traduções ou pela literatura italiana. Assim é que lamentava não ser Catão, que, como diz Cícero no *De senectute*, dedicou-se a estudar grego em idade provecta: “la mayor parte ó quase toda de la dulçura ó graçiosidad quedan é retienen en si las palabras é vocablos: lo qual, como quiera que lo yo sepa, porque yo non lo aprehendí” (IDEM, IBIDEM, p.482).

Essa idéia utilitária que, de um lado, remedia os reveses da Fortuna e traz alívio dos negócios do Estado e, de outro, proporciona exemplos e aprimora as virtudes,

quadrava perfeitamente com o novo florescimento da cavalaria e a crença, contrariamente ao ideal do cavaleiro-clérigo medieval, dos quais a *militia* e a arte militar romanas eram fonte histórica direta e espelho para a cavalaria contemporânea.

Nesse sentido, quando se liam os feitos gloriosos dos soldados e generais romanos no campo de batalha, não se tinha dúvida de que por ali se originara o nascimento do verdadeiro espírito da cavalaria. O mesmo marquês, em sua “Question” a Alonso de Cartagena, bispo de Burgos, aceitava o pressuposto de que a cavalaria tinha sua origem histórica nas hostes romanas de Rômulo. Em tempos de convulsões sociais e grande rivalidade entre os grandes senhores do reino de Castela (época do reinado de D. Juan II e seu privado D. Álvaro de Luna), cujos enfrentamentos armados eram freqüentes, Santillana perguntava a Cartagena acerca da origem histórica do juramento de fidelidade que os cavaleiros deviam fazer a seu suserano, pois, de uma parte, os livros que possuía não lhe satisfaziam a curiosidade e, de outro (talvez mais importante), por causa de “este tiempo asy trabajoso, donde tantos escándalos, debates é bolliçosos son movidos, tanto que ya las soberbiosas flamas de la yra paresçe que llegan al cielo”. É a paixão descontrolada da ira – a de Aquiles é paradigmática, diz Santillana –, então, que move as dissensões e que causa todos os males, impedindo “toda virtudt”, “todo desseo de paz” e “todo amor de bien vivir”. Para ele, não eram as letras que embotavam o fio da espada, mas as deslealdades, a quebra do juramento de fidelidade e a falta de qualidade moral da nobreza que destroçava a cavalaria (SANTILLANA, 1852, p.481-482).

Alonso de Cartagena elogiava Santillana por cultivar “el desseo de saver dottrina estudiosa é guiadora de *re militari*”, isto é, por preencher seu tempo de ócio, não com a busca de riquezas ou com a satisfação dos prazeres corporais (“concupisçible passion”), mas com “cosas loables é dinas de animal raçõnable” (CASTILLO, 1959, fol. xxxviir-xliiv). E, concordando que a cavalaria deriva das hostes romanas, explicava que:

este nombre de cavallero, que en latin *miles* se llama, quien bien lo catáre, fallará que asy en los libros en el comun uso de nuestro hablar, le trahemos de grand tiempo acá equivocado; entediéndole de diversas maneras; ca á las veçes le entendemos por una é á las veçes por otra significacion, pero todas ellas le toman por ome deputado á actos de guerra, é defensor de la república, por aquella espeçie de defension que por via de armas se face: é esto es su propria é estrecha significacion.

Mas á semejança de ella, extendiéndole mas anchamente otros algunos que por otras vías los defienden, suelen las escripturas llamar cavalleros, como los saçerdotes que orando delante del trono divino, é los letrados alegando delante los tribunales humanos, trabajan por escapar á los que son en peligro (SANTILLANA, 1852, p.494).

Para Cartagena, se a prática da cavalaria assemelhava-se às regras do sacerdócio para os clérigos, era justamente porque o “sacramento” que permite ao religioso entrar para corpo da Igreja Católica está em analogia de proporção com o juramento realizado pelo cavaleiro a seu senhor, ou, mais especificamente, “el buen cavallero que su sacramento quiere guardar, deve tener en poco su vida, quando sintiere que á defension de la ley, ó serviço ú honor de su Rey, é provechoso é bien de su tierra compliere morir” (IDEM, IBIDEM, p.498).

Pero López de Ayala, por sua vez, em sua tradução das *Décadas* (1386) de Tito Lívio, realizada a partir da versão francesa de Pierre de Bressuire, também recomendava a leitura dos feitos heroicos dos romanos não como mostrava a história antiga, mas como exemplo vivo das regras de cavalaria. Juan I de Castela, que havia encomendado a tradução, deveria ter se impressionado com o manancial de exemplos de auto-sacrifício, consolidado no *pro patria moritur*, e de boa organização militar dos romanos em resposta à desordem das lides castelhanas, que desejosas de glória pessoal na batalha de Aljubarrota (1385), haviam sido batidas pelos exércitos do Mestre Avis (Apud LAWRENCE, 1989, p.355).

Ao lado dos ensinamentos acerca da arte e estratégia militares, em tempos de guerra, em que a virtude da fortaleza concorria de modo expressivo, as traduções de obras clássicas aproveitavam também àquilo que fazia parte da tarefa dos “defensores” em tempos de paz: a “sciencia” para aconselhar os príncipes, reis e senhores na governação da república. A concepção unívoca de que se conquista glória e honra para si e para sua linhagem apenas por meio dos feitos nos campos de batalha tendia a ampliar-se para a prestação de serviço e todos os possíveis matizes que derivavam das relações de suserania e a vassalagem.

Enrique de Villena, em seu comentário inacabado da *Eneida* (c.1427), disse que os leitores de alta estirpe deviam conhecer as práticas que vigoram nas cortes dos reis e reger-se conforme as demandas de seus senhores. O saber que as letras proporcionam, aqui, retoma o paradigma da figura histórica de Júlio César, que em meio às façanhas de conquista, lia os feitos guerreiros dos generais vitoriosos que no passado obtiveram sucesso e, a partir disso, escrevia, no mais puro sentido de emulação, as suas próprias experiências exitosas, significando o ideal de harmonia entre letras e armas. O Hércules, cuja figura se desvela na *Crônica Troyana*, provavelmente escrita por Pero López de Ayala era também aquele cuja inigualável destreza nas armas não deixara de dedicar-se à filosofia natural e à erudição das letras (SANTILLANA, 1999, p.336-338).

Esse impulso de buscar na literatura clássica matéria de aprimoramento moral (aquilo que diz respeito ao conhecimento de si mesmo) com implicações políticas, como se refere Santillana, no “Prólogo” de seus *Provérbios* (“Como puede regir a outro aquel que a sí mismo no rige?”), não era compatível com o interesse da filologia humanista de retratar os heróis históricos da Antiguidade como eles, de fato, eram descritos. No entanto, isto não vedou as enormes implicações de reviver os textos clássicos, segundo outros objetivos, esses mais compatíveis com os valores e as ações que a nobreza hispânica desempenhava no contexto de seus reinos e senhorios.

Esse mesmo esforço de apropriação das obras clássicas, seja por meio de traduções, seja por adaptações, perpassava também a corte portuguesa, cuja história dinástica e cultural mantinha relações muito próximas com as linhagens nobiliárquicas castelhanas. Além dos acordos diplomáticos e comerciais, em que pesavam o estabelecimento e a manutenção de laços consanguíneos entre ambos os Reinos, era frequente o trânsito de letrados, partidários do nascente humanismo vernáculo, de um lado e outro da fronteira, e, conseqüentemente, as trocas intelectuais mútuas com forte acento na constituição de um modelo de nobreza mais condizente com a formulação de uma “república das letras” (FUMAROLI, 1988).

Em Portugal, como se sabe, essas novas orientações culturais estão presentes na literatura de corte dos primeiros príncipes de Avis, mais especificamente, a partir da singular orientação acerca da educação e dos deveres dos príncipes, em que, complementarmente aos conselhos dos *specula principis* coetâneos, desvelavam o âmbito do poder e as várias instâncias de sua atuação. Vale ressaltar que essa cultura áulica do “Outono da Idade Média” é produzida por uma elite social específica, que, por sua localização proeminente, serve de modelo para os membros de seu entorno mais próximo, e, depois, para o conjunto dos magnates do Reino (MONTEIRO, 1988; CARVALHO, 1980). Mais ainda: com âmbito ético e político, em que concorre de modo articulado e substancial o *topos* das armas e das letras, com aproximações relevantes ao sentido cultural da corte castelhana.

O conjunto dessa literatura tinha a ver necessariamente com as estratégias de legitimação ideológica de uma dinastia recém instaurada, em que pesava o fato de o Mestre de Avis ter sido eleito em cortes e ter vencido em combate as tropas castelhanas de Juan I de Castela, em Aljubarrota. O enorme esforço teórico de legitimação se deu por letrados como Diogo Manganha e João das Regras com suas proposições teológico-jurídicas da doutrina da eleição, que fazia subsumir tudo o que poderia

denotar quer a falta de limpeza de sangue quer a bastaria do Mestre de Avis. Além do que o modo eletivo era argumento de especial relevância para a doutrina política do conciliarismo, presente, de modo particular, no âmbito da Cúria papal.

Complementar a este movimento de legitimação jurídica é preciso referir, então, estrategicamente o *Livro da Montaria* de D. João I, redigido entre 1415-1433. No “Prólogo”, o rei lusitano expõe de modo claro as relações entre a invenção das letras e seu papel na manutenção dos “saberes”. Esse *topos* da preservação da memória por meio da escrita, respaldado por outros autores desse período, denota a importância da cultura letrada nos alvares da dinastia de Avis. Em verdade, o tratado de D. João I insere-se no gênero da literatura cinegética, em que a caça, entendida como passatempo digno de reis e grandes senhores, possibilitava expressar a virtude da magnificência (demonstrar por meios exteriores o estrato superior de que se advém através do dispêndio de riquezas), harmonizar corpo e espírito, e fornecer distração dos afazeres públicos. Um decênio mais tarde, para Juan Alfonso de Baena, refletindo sobre a vida de corte, gastar tempo e dinheiro com caçadas para demonstrar “grand nobleza e franqueza” ou “grand fortaleza e buen esfuerço” é pouco digno de pessoas de alta linhagem, mas também é distração perigosa, pois “avn a las vezes acaesçe (...) que las tales animalias brutas e brauas, desque son feridas (...) bueluense contra los que1 las siguen e (...) matan a los que las asy afincan e syguen” (BAENA, 1860, p.36).

Embora considere, como D. João I, os proveitos terapêuticos e medicinais de tal atividade, tanto para o espírito quanto para o corpo:

Todos los rreyes e príncipes e grandes señores que los vsaron e vsan e fazem, an por ende muchos bienes e prouechos lo vno rresçibiendo en ello plazer e gasajados e agradando las voluntades, e lo outro cryando buena sangre e destryendo malos humores e lo outro faziendo exerçijio de los cuerpos e estendiendo los mienbros e los nieruos e biuiendo mas sanos por ello, e lo fynal, tienen los cuerpos mas sueltos e prestos e ligeros e aperçebydos para los tienpos de los grandes menesteres de las guerras e conquistas e batallas e lides e peleas (IDEM, IBIDEM).

No entanto, D. João I expressara claramente que escrevia seu tratado – uma compilação de vários ensinamentos acerca da cinegética recolhidos a partir do testemunho de “monteyros” experientes – com o objetivo de rivalizar com outros passatempos menos dignos da nobreza e dos membros de sua casa. Com base no princípio teológico de que a faculdade da razão presente no homem aproxima-o da divindade, afirma que as “letras”, por sua vez, preservam o conhecimento para as

gerações futuras, criando o acumulado de experiências notáveis da sabedoria, quer dizer:

depois que o homem assi foi criado foi razoavil e sabedor, e deshi vieron os homee[n]s de geraçom em geraçom, e começaram a provar as coisas, e os conhecimentos dessas, e virom que aquelles que algu[m]jas cousas sabem, tanto que morriam elles, os outros que depois delles vinham, perdiam os saberes, por ende por se perceberem de se os saberes nom perderem, catarom as figuras das letras, e nomearomnas, e fizeram em como per ellas nom perdessen os saberes, e entom começaram a escrever liuros. (DOM JOÃO, 1981, p.7)

Vale ressaltar que as letras devem preservar não qualquer tipo de saber, porém aquele que é conveniente à dignidade humana. Para D. João I, o “jogo de andar ao monte”, como atividade de ócio, preenche o requisito fundamental do aprimoramento moral. Superior à falcoaria e as cantigas, ele é “boõ” e “proueitoso”, conseguindo “recrear o entender”, cansado pelas ocupações dos negócios (“o entendimento sempre se a por preso estando em as grandes cousas e nunca folga, senom quando vee cousas ligeiras, e que seiam de passar com prazer”) (IDEM, IBIDEM, p.9).

É justamente esse mesmo lugar-comum da argumentação, a das armas e das letras, acrescido da matriz exemplar dos antigos romanos, que comparece na *Arte de ensinança de bem cavalgar toda a sela*, do rei D. Duarte. Antes de ser um tratado de equitação, assim como o *Livro da Montaria* não é simplesmente um livro técnico de caça ao porco montês, D. Duarte parte do princípio de que os reis e os grandes senhores, cada um em seu senhorio, devem ser exemplos e espelhos vivos das boas práticas (das “boas manhas”) e do cultivo da virtude, sobretudo aquelas que se conseguem pelos ideais da arte cavaleiresca, pela dedicação à leitura, pela aprendizagem do latim e do desejo de aperfeiçoamento contínuo pelos livros de matéria ética. Se tal não ocorre é por que os nobres cavaleiros devotavam seu tempo de ócio aos prazeres da carne, às caçadas (como já se disse, um passatempo perigoso), aos jogos de azar, e às demais atividades mundanas (o canto e a dança eram as mais desprezíveis) (DOM DUARTE, 1981, p.512).

Esse caráter exemplar é permeado pelo tom nostálgico – bem ao modo do tratado de D. João I – com o qual D. Duarte salienta a necessidade da nobreza de conformar-se a seu lugar superior na hierarquia temporal do Estado pela introjeção de certos valores, fazendo com que a “arte” assuma o caráter de todo um tratado de educação, que contempla a íntima conexão entre a cavalaria e as letras. Um tratado, diz o próprio D. Duarte, que deve ser lido não rapidamente, como os livros de história, mas

pausadamente, pesando cada passagem e cada argumento a fim de formar a alma do leitor.

Ao que parece, no reinado de D. Afonso V (1439-81), muita da arte da cavalaria, nos moldes em que a pensavam os primeiros Avis, já havia sido resgatada do esquecimento, porém as letras, a segunda parte da equação na formação educativa da nobreza, continuavam desprezadas por muitos grandes do Reino. Nesse sentido, havia ordenado a Gomes Eanes de Zurara que escrevesse as crônicas, em vernáculo, de Ceuta, da Guiné (de fato, um panegírico ao Infante D. Henrique), de D. Pedro Meneses e de D. Duarte de Meneses (CARVALHO, 1980); e que Mateus Pisano compusesse em latim a *Crônica de D. Pedro de Meneses* (BROCARD, 1997) e o *De Bello Septensi per Reverendum Mathaeum de Pisano, artium Magistrum Poetamque Laureatum* (CORREIA, 1915). Este, a tradução para o latim da *Crônica tomada de Ceuta*, em que, diferente do argumento religioso de Zurara, narra os preparativos da conquista desde 1411 até regresso de D. João I ao Algarve, em setembro de 1415 – aqui, o ideal de cavalaria surge como razão única da empresa, uma vez o objetivo era armar cavaleiros os filhos do Mestre de Avis.

O próprio D. Afonso V escrevera o *Tratado da Milícia conforme o costume de batalhar dos antigos portugueses* (hoje perdido), o *Discurso em que se mostra, que a constelação chamada Cão celeste constava de vinte e nove estrelas* (também considerado perdido) e, sobretudo, a carta endereçada a Gomes Eanes de Zurara, quando este estava em Alcácer Ceguer (SERRÃO, 1972, p.73-74). Nesta, exprimia as orientações educativas que considerava pertinentes para a formação de um nobre cavaleiro, e se lamentava que muitos se dedicavam (algumas vezes com extremos) apenas à arte da cavalaria e ao exercício das armas, contudo, poucos, às disciplinas do *studium*, referindo-se, mais especificamente, ao estudo e prática da arte oratória.

Discípulo de Frei Gil e dos humanistas Mateus Pisano e Estevão de Nápoles, D. Afonso V, segundo afirma o cronista Rui de Pna, “foy o Prymeiro Rey destes Reynos que ajuntou boôs livros, e fez livraria em seus paços” (PINA, 1990, cap. ccxiii). E talvez tenha sido o primeiro de Portugal a instituir bolsas de estudos, em sua grande maioria para os secundogênitos que lutaram ao seu lado contra D. Pedro, uma vez que os primogênitos haviam escolhido lutar nas hostes do duque de Coimbra; ou para os que se notabilizaram nos feitos militares nas conquistas do Norte da África; ou ainda para os que desempenhavam cargos públicos, cuja expressão ganhava terreno devido às

mudanças nas estruturas sociais e econômicas do Reino, dando origem à necessidade imperiosa de criar novos cargos de tipo técnico e burocrático (MORENO, 1970).

Muito das intenções de D. Afonso V comparacem na carta dedicatória que Zurara lhe endereçara quando da *Crônica da tomada de Ceuta*. Zurara reputava a D. Henrique, a “perfeiçom das virtude heroicas”, cuja “vida cõ todo o outro processo de seus factos” segue a máxima de Cícero, “nõ abasta ao home[n] fazer boa cousa. mas fazella bem”. Dizia, então, acerca de tal crônica que:

serya erro se de tam sancta e tã virtuosa vida nõ ficase exe[m]plo nõ soamente pera os principes que de pois de vossa Idade possoissem estes Regnos. mas ajnda pera todollos outros do mundo que de sua scriptura cobrassem conhecimento por cuja rezom os naturales aueriã causa de conhecer sua sepultura perpetuando sacrificios deunos pera acrece[n]tamento de sua glorya E os estrãgeiros trazeriã seu nome anteos olhos cõ grande louuor de sua memoria. (ZURARA, 1978, p.2)

Nesse esforço de constituir uma literatura áulica destinada ao príncipe com regras de bom governo, fundada em princípios ético-políticos, assume particular relevância o papel desempenhado por D. Pedro (1392-1449), duque de Coimbra. Infante de Portugal, esse secundogênito de D. João I, quer por sua habilidade política, cujo primor é ressaltado pela documentação de época, quer por seu interesse em textos da Antiguidade clássica e do Humanismo, será um dos pilares, talvez o principal, na formação de uma literatura normativa e de corte em Portugal do século XV (LAWRANCE, 1989).

Foi ele que compôs o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (c.1418-1433) nos moldes do *De Beneficiis*, de Sêneca; traduziu o *De Officiis*, de Cícero, o *De Re Militari*, de Vegécio, e o *De Regimine Principum*, de Egidio Romano. Foi por iniciativa de D. Pedro, quando regente, que Vasco Fernandes de Lucena compôs o *Tratado das Virtudes que ao Rei Pertencem*, dedicado ao futuro D. Afonso V. Ordenou a Frei João Verba (DIAS, 1956) que traduzisse o *De Senectute* e o *De Amicitia* (DOM DUARTE, 1982, p.87-89), de Cícero; e a Vasco Fernandes de Lucena, o *Panegírico*, de Plínio a Trajano, e o *De Ingenuis Moribus et Liberalibus Studiis* (1402-1403), do humanista italiano Pier Paolo Vergério para a formação política de D. Afonso V.

Em particular, o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae*, de cuja tradução para o português só resta o “Prólogo”, fora originariamente dedicado a Ubertino de Carrara, definindo os objetivos e os ideais do programa educativo dos humanistas. Trata-se de uma recolha de ensinamentos retirados de vários autores

clássicos (Cícero, Sêneca, Plutarco), em que estão presentes os principais *topoi* das disciplinas dos *studia humanitatis* articulados estrategicamente com a aquisição de glória e de fama. Ora, essa matriz cultural antiga era recuperada por meio da *Institutio Oratoria*, de Quintiliano, autor muito mais conhecido à época do Humanismo por suas observações acerca do papel dos escritores greco-romanos na formação do cidadão, moralmente irrepreensível, orador eloqüente, e apto a intervir nos negócios do Estado para o bem da comunidade política, conforme o ideal do *vir bonus dicendi peritus*, do que propriamente pelas técnicas da arte retórica.

Esse caráter de compilação e, portanto de conciliação entre doutrinas educativas dispersas, a que Vergério se dedicara, são adaptados, então, ao contexto cavaleiresco do século XV em que as disciplinas da eloqüência (gramática, retórica e dialética) constituíam a base sobre a qual se assentava a educação da juventude, sendo, depois, complementado pelo desenvolvimento harmônico do corpo (jogo de bola, equitação, música e canto). Ou seja, desenvolvia-se o preceito de que a mente sã deve residir num corpo sã e que os momentos de ócio não podem ser desperdiçados em atividades inadequadas. Não foi por acaso que a argumentação presente nesse tratado inaugural de Vergério, ilustrando todo um sistema pedagógico, será seguido de perto pelos autores que escreveram sobre a educação dos jovens da nobreza, levando em consideração os aspectos intelectual, moral, espiritual e físico (SOARES, 1994, p.101-102).

Assim, o estabelecimento de um Humanismo de cunho vernacular na Corte de Avis, em que pesa a tarefa de tradução de clássicos latinos, deve ter em conta os contatos com o mundo hispânico, sobretudo há que se referir as várias estadias em terras portuguesas do bispo D. Alfonso de Cartagena (1384-1456) (BURGOS, 1952) como embaixador do rei D. Juan II de Castela, sucessivamente em 1421-1423, 1424-1425 e setembro-dezembro de 1427, para estabelecer os tratados de paz e a ratificação da amizade entre os dois reinos. Cartagena, descendente de uma importante família de judeus conversos, foi, sem sombra de dúvida, um dos pilares em que se sustentava o Humanismo castelhano. Tradutor de Cícero e de Sêneca, Cartagena, que é lembrado com destaque por sua polêmica com Leonardo Bruni acerca das traduções das obras de Aristóteles, foi também mentor de diversos humanistas, cujos trabalhos vão repercutir nos reinados de Enrique IV e de Isabel a Católica.

Foi a pedido expresso e insistente de D. Duarte, rei de Portugal, que Cartagena traduziu para castelhano o *Memoriale Virtutum*, tratado de ordem especulativa, que segue de perto os argumentos fundamentais da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles

(CARTAGENA, 2004, p.191). D. Duarte haveria de aproveitar essa tradução quando de seu *Leal Conselheiro* no capítulo L (“Em geeral da prudencia, justiça, temperança, fortelleza, e as condições que pertencem a boo conselheiro”) (DOM DUARTE, 1982, p.345), quando destaca a presença de estreitos limites éticos ao poder régio. E é essa mesma matriz ética em que, para D. Duarte, deve-se basear a lealdade dos conselheiros e também a vida que devem levar.

Foi também a pedido de D. Duarte que Cartagena haveria de traduzir a *Retórica* de Cícero. Trata-se, em verdade, do primeiro livro do *De Inventione* – a “retórica velha” –, que constituía ao lado da *Rhetorica ad Herennium* – a “retórica nova” –, cuja autoria era, à época (e até muito tempo depois), atribuída a Cícero, a base de todo conhecimento acerca da retórica na Idade Média (FERNANDES, 1980, p.15). É preciso esclarecer que as obras retóricas de Cícero, assim como os discursos que se conheciam do famoso orador romano, não eram lidas e interpretadas somente como livros de técnicas de argumentação ou métodos de se encontrar *topoi* para defender ou rebater uma causa, porém como partes integrantes e complementares da filosofia moral. O tão conhecido “Tullio” da literatura medieval tinha fama de homem virtuoso, moralista severo e mestre dos altos valores éticos e, não, de grande professor de oratória.

Foi com essa intenção eminentemente moral que Cartagena realizou a tradução do *De Officiis*, de Cícero; tradução esta, que influenciou diretamente a decisão do Infante D. Pedro de empreender a sua própria tradução do mesmo tratado ciceroniano para o português, entre 1433 e 1438 – de fato, a primeira tradução integral de uma obra de autor clássico (DOM PEDRO, 1948, p.xii-xiv). No entanto, se Alfonso de Cartagena possuía sólidos conhecimentos de latim, da cultura clássica e da doutrina cristã, como se pode verificar, por exemplo, pela sua “Respuesta” à questão proposta pelo marquês de Santillana acerca da origem do juramento realizado pelos cavaleiros do exercito romano, D. Pedro possuía conhecimentos muito mais modestos.

A tradução de D. Pedro – ele mesmo confessa – não foi realizada sem dificuldades de ordem lingüística. Ele desconhecia o sentido de muitas passagens do tratado de Cícero, em particular, as referências mitológicas, as fábulas e as anedotas de conhecimento comum à época clássica e muitos termos chave do vocabulário técnico da literatura ético-política romana. Não menos, a prosa ciceroniana adicionava o esforço de se buscar uma sintaxe em português diferente de outras línguas hispânicas. Apenas no século XVI, em 1536, é que Fernão de Oliveira houve de estabelecer a primeira grande sistematização da língua portuguesa, quer dizer, uma gramática normativa da língua. E

em 1540, João de Barros, continuando o movimento da “ilustração das línguas vulgares”, reafirmará a dignidade e independência do português como língua apta ao império.

De fato, a estrutura sintática do latim ciceroniano se distanciava tanto do latim medieval quanto do português de Quatrocentos, e, depois, o problema do vocabulário, eram os dois grandes desafios que D. Pedro compartilhava com outros tradutores europeus do período (CARDOSO, 1989, p.503-514). Então, não foi por acaso que D. Pedro não hesitou em “alatinar” o vocabulário português de sua tradução. Para muitos críticos contemporâneos, D. Pedro realizou tradução “servil”, quando, por exemplo, verteu “oficiis” por “ofícios” e não por “deveres” como se costumava. Ora, Alfonso de Cartagena, um autor que sabia muito mais latim que D. Pedro, traduzia do mesmo modo. Vale lembrar que “oficiis” correspondia ao termo técnico do vocabulário hierárquico e nobiliárquico da sociedade do século XV em Portugal, referindo-se às práticas adequadas ao cavaleiro de estirpe nobre a partir de valores morais excelentes. D. Pedro, como Cartagena, não se dá ao trabalho de definir “ofício” em contornos muito precisos; isto indica que o termo era conhecido por aqueles leitores pouco habituados ou sem nenhum conhecimento de latim.

D. Pedro, na dedicatória, oferece o livro primeiramente ao rei D. Duarte, seu irmão (provavelmente fora ele que encomendara ou sugerira a tradução), e depois faz menção a um público leitor mais vasto (“ao[s] portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados”) a fim de possibilitar ao monarca português uma obra de “philosophia moral... pratica”, ou seja, do modo como “em cada virtude nos devemos aver e que maneira em cadahu[m]a obra devemos de teer pera guardar ou cobrar estado virtuoso”, pois “o que mui bem souber fallar dellas e louvar suas grandes perfeições, se nom souber como ha de chegar a ellas, aquello que louva lhe traz doesto”. Assim, em sentido preceptivo, a tradução de D. Pedro aproveita, porque “avantejadamente enssyna a cobrar o que os outros fazem amar e desejar” (DOM PEDRO, 1948, p.3).

É surpreende perceber que essa matriz claramente normativa e pragmática não esteja presente nas explicações da “Dedicatória” de Cartagena ao *De los Ofícios*, sua tradução dos *De Officiis*, oferecida a Juan Alfonso de Zamora. Ali, Cartagena detém-se longamente em explicar que o papel das virtudes reside em aperfeiçoar a luz divina inscrita nos corações humanos e intensificar o desejo do soberano bem. Pois, é somente através da razão e da capacidade humana de escolher entre diversos caminhos possíveis,

desviando-se das “*sçiencias superfulas*” e dos “*negócios mundanos*”, que se atinge a salvação eterna. Com a doutrina cristã, baseada na ética de Aristóteles, argumenta que a virtude é um *habitus* da reta razão, que serve de guia seguro entre os pecados: “quien desta lumbre es alumbrado non solamente deseará el soberano bien, el qual es Dios, mas aun sabrá conosçer e querrá seguir las vias que para Él lievan”. E ratificando que se trata de uma disposição da alma, acrescenta que “los caminos derechos, non le parecerá difiçile la carrera de la virtud, mas aquélla le deleitará e aquella será su plazer” (CARTAGENA, 1996, p.204).

Cartagena explica ainda que a iniciativa de traduzir essa obra de Cícero não foi somente pelo âmbito moral do conceito de “ofício”, isto é, o interesse pragmático que D. Pedro ressaltava, mas também pelas lições de eloquência e de passatempo digno de varões que buscam a virtude em tempo de ócio:

E pensé que, por quanto las obras antiguas son innumerables, algunas dellas contenientes *sçiençia* sin la dubçura de la eloquencia, las quales, aunque se trasladen en la lengua vulgar, non se podrían por el que non aprendió entender sin maestro; otras que contienen eloquencia sin conclusiones o con pocas conclusiones de *sçiençia*, las quales mager que deleiten en leyendo, leídas no dexan çierta doctrina en el coraçon, paresçióme que era bien tomar el medio e darvos alguna obra mezclada en que oviese articulos de *sçiençia* engastonados en el gastón de la eloquencia (IDEM, IBIDEM, p.207).

O sonho humanista de Petrarca em visitar os antigos clássicos, sobretudo, seu grande herói e modelo, Cícero, era, antes de tudo, estrategicamente a união da sabedoria moral com a eloquência. Para Cartagena, isto era absolutamente possível, desde que se levasse em consideração a proeminência da tradição cristã e da matriz ética de Aristóteles (PAGDEN, 1975). Para D. Pedro, assim como para o marquês de Santillana, bastava (pelo menos os leitores que não sabiam latim haviam de se contentar) o conteúdo que os clássicos veiculavam em seus textos. Porém, essa polêmica havia de se estender por mais tempo.

Para um humanista do quilate de António Nebrija, nos tempos dos Reis Católicos (Isabel de Castela e Fernando de Aragão), essas tentativas quatrocentistas de verter para *romance* os textos clássicos eram de todo desprezíveis por sua completa falta de qualidade lingüística. Os primeiros grandes autores castelhanos como Juan de Mena, Enrique de Villena e tantos outros contemporâneos que seguiram seus passos (como o marquês de Santillana e seu êmulo lusitano, D. Pedro, duque de Coimbra), mais interessados no conteúdo que na forma, careciam do conhecimento necessário para

estabelecer os verdadeiros valores antigos e, portanto, sem a precisão do instrumental filológico, acabaram por dar cabo não só do conteúdo, mas também da forma.

Ao descrever, no Livro IV (“de sintaxi [e] orden de las doze partes de la oración”), os vícios de linguagem que devem ser evitados a qualquer preço, Nebrija dizia acerca do “cacosyntheton” que:

es quando fazemos dura cõposicio[n] de palabras.como juã de mena. ala moderna bolbie[n]do me rueda. por que la buena orde[n] es bolvie[n]do me ala rueda moderna. enesto erro mucho don enriq[ue] de villena no solo en la interpretaciõ de v[ir]gilio: dõde mucho uso desta figura: mas aun en otros lugares donde no tuvo tal necesidad. como en algunas cartas me[n]sajeras diziendo una v[uest]ra recebi letra.por q[ue] aunq[ue] el griego [e] latin sufra tal co[n]posiciõ: el castellano no la puede sufrir: no mas q[ue] lo q[ue]dixo enel segu[n]do d[e]la Eneida.pues levãtate caro padre [e] sobre mios cavalga õbros. [e] llama se cacosyntheton q[ue] queire dezir mala cõp[os]icion (NEBRIXA, 1442, fols.giiiir-v).

Nos tempos do Imperador Carlos V, em meados do século XVI, Cristóbal Castillejo, contemporâneo do grande poeta português, Francisco de Sá de Miranda, criticava o sem sabor e a falta de dignidade cortesã dessas inovações italianas da época e seus imitadores castelhanos – referia-se obviamente a Garcilaso de la Vega com seus endecassílabos e octossílabos de cuidada elaboração intelectual (LAPESA, 1967, p.145). Castillejo, cujo humanismo fundava-se na manutenção das formas poéticas tradicionais, preferia o tom festivo e algo improvisado das composições cançonis de Mena, Santillana e Villena (Alfonso de Baena dizia que os poetas de sua recolha tinham “dulzura”); todos eles esforçados cultores das letras clássicas (CASTILLEJO, 1957, p.188-189).

Pois bem, o que fica claro, a partir dessas coordenadas culturais que viemos repondo aqui, é que o humanismo de caráter vernacular constituía-se em matriz literária de função erudita, que, por sua vez, ritualizava e sedimentava práticas sociais de grande peso institucional. Vale dizer, a produção dessas práticas literárias se conformava segundo certa lógica nobiliárquica, cujo escopo determinava uma comunidade de letrados, ligada estrategicamente por laços de amizade ou mesmo por relações de consanguinidade.

Nesse sentido, as traduções em *romance* faziam parte do intercâmbio constante de serviços e de dons (dádivas, graças, mercês) e era considerada prova pública da benevolência que existia entre escritores e leitores. Tratava-se, não menos, de uma forma paradigmática de práticas epocais doutrinariamente instituídas, em que a

atribuição de signos de distinção social em nada lembra a sociabilidade de nossos dias, fundada na notória ausência de formalização, ou, melhor dizendo, de rituais públicos, e na flexibilidade de gestão dessas práticas.

As práticas letradas que vimos desvelando aqui são parte de um movimento de larga amplitude – um “*exemple fondateur*”, como diz Marc Fumaroli –, em que a comunhão de espíritos através das letras (*necessitudo literarum*) entre varões de erudição e alta qualidade moral (*eruditi homines, doctissimi homines ubicumque*) é central, porque se realiza em favor dos esforços úteis ao bem comum (*pro communi utilitate labores*) e dos interesses superiores da amizade (*amicorum mutuus sermo*) (FUMAROLI, 1988, p.135). A rigor, sua enunciação se fundamenta num quadro de princípios capaz de legitimar uma ordem de domínio, de definir padrões de conduta e de regular satisfatoriamente a interação entre pessoas e grupos, ratificando um complexo de intercâmbios sociais, cujo conteúdo e extensão doutrinavam o modo de proceder das várias partes da comunidade.

Dessa forma, seria pouco produtivo conceber essas relações em termos de objetividade, distanciamento, neutralidade, ou, conforme certa doutrina jurídica burguesa e democrática, igualdade e racionalidade, mesmo porque todo o vocabulário em torno das tópicas da “graça” e do “serviço” sinalizava que a troca de bens materiais e de favores era, antes de tudo, decorrência imediata de um espaço de cooperação e de entre-ajuda, e, nunca, do cálculo maquiavélico ou da razão dos interesses particulares.

No entanto, assim rezava a justiça distributiva, isto deveria necessariamente preservar a diferença entre as pessoas, pois, cada um ocupava um lugar específico na hierarquia temporal; hierarquia esta, análoga à ordenação celeste instituída por Deus. Em seu ápice, encontrava-se a aristocracia, cuja representação atrelava-se estrategicamente à disposição de se entregar às causas do “bem comum” e ao serviço guerreiro – até mesmo sacrificando-se ao “morrer pela pátria” (KANTOROWICZ, 1984), ressaltando, aqui, os lances patéticos de tal empreendimento. Quer dizer, como a maior perfeição antropológica é diretamente proporcional à capacidade de partilhar e ajudar os outros, os que trabalharam a favor da estabilidade da república e do “bem comum” mereceriam, em justa retribuição, maior recompensa.

Daí que esse lugar estatutário superior denote a excelência moral e, de igual modo, o dever de disseminar os valores mais prestigiosos que compõem as normas sociais, como exemplo para os outros estamentos, e que mantém a legitimidade da ordem e dos espaços de poder. A centralidade desses preceitos esclarece as definições

centrais da cultura e da identidade nobiliárquica, e, por sua vez, os contornos mais específicos de seu *habitus*, vale dizer, aquele sistema de disposições incorporadas de índole consuetudinária, acomodadas ao contexto das práticas sociais para as quais se orienta.

Para finalizar, nos alvares do século XVI, a expectativa em relação à erudição não mais se relacionava com tradução de textos, conquanto ainda fosse uma prática por vezes corrente, porém, com o exame, comentário e imitação do estilo dos escritores da Antiguidade. O pressuposto era que, no interior da república das letras, seus membros e seu público leitor já possuíam sólidos conhecimentos linguísticos e históricos. Neste momento, para angariar respeitabilidade, honra e fama, não se tratava igualmente de possibilitar acesso a certos conteúdos antes desconhecidos ou mesmo vedados a um público não letrado, mas, propriamente, de um certo modo particular e autoral de escrever. Nesse sentido, Cícero continuou sendo o defensor dos valores cívicos e salvaguarda da república contra a tirania, mas também, agora, era o orador habilidoso do estilo periódico e acretivo; e Tito Lívio era o grande historiador romano da época imperial, entretanto, de modo complementar, aquele que conseguiu reavivar os personagens históricos, colocando diante dos olhos (*ante oculos*) dos leitores, seus discursos inflamados em praça pública (MATOS, 1990, p.56).ⁱ

Referências:

- BAENA, Juan Alfonso de. *El Cancionero*. Leipzig: Brockhaus, 1860.
- BROCARD, Maria Teresa. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenian/JNICT, 1997.
- BURGOS, Francisco Cantera. *Álvar García de Santa María y su familia de conversos*. Madrid, 1952.
- BURKE, Peter. The spread of Italian Humanis. In: GOODMAN, Anthony & MACKAY, Angus. *The Impact of Humanism on Western Europe*. London and New York: Longman, 1989, p.1-25.
- CARTAGENA, Alfonso de. De los Oficios. In: CARTAGENA, Afonso de. *Libros de Tulio: De senectute. De los Ofiçios*. Alcalá de Henares: Universidad Alcalá de Henares, 1996.
- _____. Memorial de Virtudes. In: CAMPOS SOUTO, Mar. *El Memorial de Virtudes: la traducción castellana del Memoriale Virtutum de Alfonso de Cartagena*. Burgos: Ayuntamiento de Burgos, 2004.
- CARDOSO, Simão. Livro dos Ofícios: breve comentário à tradução. *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Actas. Porto: Universidade do Porto/CNPCDP, 1989, v.IV, p.503-514.

- CARVALHO, José Adriano Freitas de. Princes, armes et lettres. In: *Aux Confins du Moyen Âge*. Art Portugais XIIe-XVe siècle. Gant: Europalia, 1980, p.77-82.
- CASTILLEJO, Cristóbal de. *Obras*. Prólogo, Edición y notas de J. Domínguez Bordona. v.II. Madrid: Espasa-Calpe, 1957.
- CASTILLO, Hernando de. *Cancionero General de muchos y diuersos autores (Valencia, 1511)*. Reprodução fac-similada pela Real Academia Española, Madrid, 1959.
- CORREIA, Roberto. *Livro da Guerra de Ceuta, escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1915.
- DIAS, A.J. Silva. Quem era Frei João Verba, colaborador literário de El-rei D. Duarte e do Infante D. Pedro, *Itinerarium*, 10-11 (1956), p.484-495.
- DOM DUARTE. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Lisboa: Estampa, 1982.
- _____. Enssynança de bem cavalgar toda sela. In: *Obras dos príncipes de Avis*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- DOM JOÃO I. Livro da Montaria. In: *Obras dos Príncipes de Avis*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- DOM PEDRO. *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro, duque de Coimbra*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1948.
- FERNANDES, M. Rosado. Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal, In: LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1980.
- FUMAROLI, Marc. La République des lettres. *Diogène*, n.143, juillet-setembre 1988, p.132-154.
- KANTOROWICZ, Ernst. *Mourir pour la patrie*. Paris: PUF, 1984.
- LAPESA, Rafael. *De la Edad Media a nuestros días*. Madrid: Gredos, 1967.
- LAWRANCE, Jeremy. Clásicos para la aristocracia. In: RICO, Francisco. *Historia y Crítica de la Literatura Española*. v.I: Edad Media, primer suplemento por Alan Deyermond. Barcelona: Crítica, 1991, p.330-368.
- _____. Humanism in the Iberian Peninsula. In: GOODMAN, Anthony & MACKAY, Angus. *The Impact of Humanism on Western Europe*. London and New York: Longman, 1989, p.220-258.
- MATOS, Albino de Almeida. *A Oração de Sapiência de Hilário Moreira*. Coimbra: INIC/CECH/Faculdade de Letras de Coimbra, 1990.
- MONTEIRO, João Gouveia. Orientações da cultura de corte na 1ª metade do séc. XV (A literatura dos príncipes de Avis). *Vértice* n.5, 2ª série, 1988, p.89-103.
- MORENO, Humberto Baquero. Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo. *Revista de Ciências do Homem*. Universidade Lourenço Marques, v.III, série A, junho 1970.
- NEBRIXA, Antonio de. *Grãmatica de la Le[n]gua Castellana*. Salamanca. Enel año de mil [e] ccccxcij, fol.giiir-v, Biblioteca Nacional de Madrdi, Reserva - R24976, 1442.
- PAGDEN, Anthony. The diffusion of Aristotle's moral philosophy in Spain, ca.1400-1600. *Traditio* XXX, 1975, p. 287-313.
- PINA, Rui de. *Crônica de D. Afonso V*. Lisboa: INCM, 1990.
- SANTILLANA, Marqués de. *Obras de Don Iñigo Lopez de Mendoza, Marqués de Santillana*. Edición de José Amador de los Rios. Madrid, 1852.
- _____. *Poesía Lírica*. Edición de Miguel Ángel Pérez Priego. Madrid: Cátedra, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: séculos XII-XVI*. Lisboa: Verbo, 1972.
- SOARES, Nair N. Castro. A “Virtuosa Benfeitoria”, primeiro tratado de educação de príncipes português. *Biblos* v. LXIX, 1994, p.87-1105.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da guiné por mandado do Infante D. Henrique*. Introdução e notas por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978.

ⁱ * Nota Explicativa: Foi mantida a grafia original das fontes, tanto para as que estão em castelhano como em português arcaico, por motivos de exatidão hermenêutica e para preservar o estilo original dos autores citados.

Artigo recebido em: 16/12/2015. Aprovado em 30/01/2016

A LIVRARIA DE D. DUARTE (1433-1438) E SEUS LIVROS EM *LINGUAGEM*

THE D. DUARTE LIBRARY (1433-1438) AND ITS BOOKS ON LINGUAGEM

Carolina Chaves FERRO*

Resumo: D. Duarte (1433-1438) reinou apenas cinco anos, mas deixou um importante legado: a ampliação da cultura letrada em Portugal. Esta foi uma das estratégias da Dinastia de Avis para legitimar sua corte e sua linhagem como aqueles que fariam o reino crescer em importância econômica, política e cultural. Neste sentido, a propagação das traduções foi um dos instrumentos utilizados para que as obras escritas alcançassem um número maior de pessoas, notadamente os nobres. Este artigo pretende apontar o início da língua vulgar em Portugal Medieval focando, principalmente, no rei D. Duarte, um dos grandes incentivadores da produção e guarda de livros no período, demonstrando a importância dessas obras para a consolidação de uma nova nobreza que ascendeu ao poder.

Palavras-chave: D. Duarte; Portugal Medieval; Livros; Biblioteca; Português.

Abstract: D. Duarte (1433-1438) reigned only five years, but he left an important legacy: the expansion of literacy in Portugal. That was one of the strategies of the Avis Dynasty to legitimize his court and his lineage as those that would make the kingdom grow in economic, political and cultural importance. In this sense, the spread of the translations was one of the instruments used for the books reached a larger number of people, especially the nobles. This article pretends to show the beginning of the vernacular in Medieval Portugal, focusing mainly on the king D. Duarte, one of the supporters of the production and custody of books in the period, demonstrating the importance of these Works for the consolidation of a new nobility who came to power.

Keywords: D. Duarte; Medieval Portugal; Books; Library; Portuguese.

O galego-português ou a língua vulgar portuguesa nasce junto com o reino. Durante quase toda Idade Média, o latim era a língua dos letrados e dos religiosos, mas cada região ou localidade tinha o seu idioma comum, da comunicação diária que era, na maioria das vezes, oral. O português escrito não nasce em grandes tratados técnicos, do direito ou em produções da Igreja. Ele aparece na poesia, gênero literário próximo da corte, do cotidiano, das reuniões onde se cantava os feitos dos grandes homens. Este artigo pretende mostrar, brevemente, como surgiram as primeiras produções em língua vulgar no Reino Português, culminando com o reinado e a livraria de D. Duarte,

* Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF – Niterói-RJ – Brasil. Professora no Centro Universitário Carioca – UNICARIOCA - e na AVM Faculdade Integrada / Universidade Cândido Mendes - UCM, editora assistente das publicações do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ - e Coordenadora de Pesquisa da Revista de História da Biblioteca Nacional - RHBN. E-mail: carolina.ferro@gmail.com

monarca que incentivou e ensinou a fazer traduções, disseminando o uso do português no reino como parte de um projeto de fortalecimento cultural e político da dinastia avizina e da nova corte que ascendeu ao poder.

Os primórdios da língua vulgar em Portugal

Os indícios mais antigos sobre produções escritas em língua vernácula em Portugal datam do século XII. Segundo Ana Maria Martins (2007), esse português era incipiente e escrito em formato de poesia. O marco inicial do século XII deve-se ao “nascimento” do reino com a chegada ao poder de seu primeiro monarca, D. Afonso I (ou D. Afonso Henriques). Inclusive, o tema central deste material era sua história, suas conquistas e feitos.

As épicas castelhanas foram a inspiração para redigir, em Coimbra, este primeiro conjunto de canções. A primeira dinastia constituída, a de Borgonha, tinha como prática cotidiana em sua corte, a existência de jograis cujas principais influências eram os reinos espanhol e francês. Pouco a pouco, esta prática cultural se propagou, tendo alcançado homens letrados, homens da alta nobreza e religiosos que passaram a escrever algumas dessas canções.

Ainda que as primeiras trovas em língua vulgar tenham aparecido antes de 1200, este ano é reconhecido pela maioria dos historiadores do livro como aquele no qual apareceu a primeira obra escrita em português. Feita por João Soares de Paiva (ou de Pávia), sua produção só pode ser identificada graças a três conjuntos de trovas que chegaram à contemporaneidade; o Cancioneiro da Ajuda, o Cancioneiro da Vaticana e o Cancioneiro da Biblioteca Nacional (de Portugal).

Contudo, o rei da Dinastia Borgonhesa que mais incentivou o desenvolvimento cultural do reino foi, sem dúvida, D. Dinis (1261-1325). Filho de D. Afonso III e da rainha D. Beatriz de Castela, era também neto de D. Afonso X de Castela, um dos monarcas mais cultos de seu tempo¹. D. Dinis segue o exemplo do avô e ele próprio produz, em galego-português, um conjunto grandioso de cantigas, das quais 138 chegaram até nós. Além disso, segundo José Augusto Pizarro (2005), foi a partir de seu reinado que os documentos oficiais do reino passaram a ser escritos em língua vulgar. Este fato, de extrema importância para a história cultural e administrativa do reino deu um impulso na produção de obras com características próprias portuguesas.

Além de produzir suas próprias obras, D. Dinis incentivou a escrita e a tradução em seu tempo. Proporcionou a confecção de um “Livro da Alveitaria” e de um “Tratado das Enfermidades das Aves de Caça”, por seu físico mestre Geraldo (ambos em português) e mandou traduzir a “Crônica do Mouro Rasis”, as “Sete Partidas” (conjunto de leis do rei D. Afonso X), dentre outros exemplares. O ápice do desenvolvimento cultural em seu reinado foi a criação da universidade portuguesa (entre 1288 e 1290), instituição que existe até hoje com o nome de Universidade de Coimbra.

O filho bastardo deste rei, D. Pedro de Barcelos, escreveu o quarto livro de linhagens que ficou conhecido como “Nobiliário do Conde D. Pedro de Barcelos”, além da “Crônica Geral de Espanha de 1344”. Também produziu um cancionero trovadoresco que, segundo Maria do Rosário Ferreira (2010) foi responsável pela “preservação do acervo poético de manifestação lírica cortês galego-portuguesa”. Sobre esta matéria ainda, é importante salientar que o exemplar que temos disponível da “Crônica de 1344” está em castelhano. Contudo, segundo afirmam Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés (1970), esta obra teria sido originalmente escrita em português.

Outras obras foram traduzidas para língua vulgar, no mesmo período, a pedido de nobres abastados, de membros da família real e outros senhores. Um dos gêneros mais apreciados, por exemplo, era a novela de cavalaria, especialmente as do círculo arturiano que pouco a pouco ganharam sua versão do inglês e do francês para o português.

Ainda dentro da família real Borgonhesa, um pouco mais tarde, o rei D. Fernando (1367-1383) pediria a Pêro Menino que fizesse um “Livro da Falcoaria²”, uma obra de caráter veterinário que aborda, principalmente, aspectos relacionados às doenças das aves de rapina e dos seus tratamentos médico e cirúrgico.

Como é possível observar, não houve grandes preocupações com a língua vulgar e com a cultura escrita nesta primeira fase da história portuguesa, ainda que seja de sua importância chamar atenção para este período devido ao aparecimento das primeiras versões escritas em português vulgar. Isto se deve à grande quantidade de nobres iletrados e a um ideal de nobreza baseado em primeiro lugar na guerra. A cultura letrada, neste período, estava mais restrita aos mosteiros. Basta observar a produção dos *scriptoria* de Santa Maria de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, além do tamanho de suas bibliotecas³.

Sendo assim, foi durante a primeira dinastia portuguesa que a língua vulgar começou a ser utilizada, inclusive nos documentos oficiais da governança. Contudo, como veremos, é com a ascensão da Dinastia de Avis que a língua vulgar passa a ocupar outro *status*.

A Dinastia de Avis e a língua portuguesa

Foi no reinado do primeiro monarca de Avis, D. João I, que a língua vulgar iniciou um novo paradigma. Tanto o rei como seus filhos incentivaram a produção de obras em português. Dentre os objetivos implícitos, estavam a propagação da história do reino e da legitimação da nova dinastia. Escrever em língua vulgar e não em latim significava que a obra teria um alcance muito maior, tanto entre os letrados como entre os iletrados, tendo em vista que as obras em português eram mais facilmente lidas em voz alta para que os ouvintes apreciassem seu conteúdo.

Um dos maiores exemplos de escrita em português para legitimar a dinastia é a produção de Fernão Lopes (1380-1460⁴) (MONTEIRO, [s/d]). Em 1418, Lopes foi nomeado guardador-mor da Torre do Tombo (local de guarda de toda a documentação administrativa do reino português), além de escrivão dos livros de D. Duarte (ainda infante) e do próprio D. João I. Em 1422 tornou-se escrivão da puridade do infante D. Fernando e, anos mais tarde, virou tabelião geral do reino. Mas, foi como cronista que Fernão Lopes ficou conhecido. Lopes foi responsável pela produção da “Crônica de D. João I” (primeira e segunda parte), a “Crônica de D. Pedro” (oitavo rei português), a “Crônica de D. Fernando”, a “Crônica de 1419”, dentre outras obras.

Não cabe aqui detalhar cada uma das complexas produções de Fernão Lopes. Contudo, é importante lembrar o seu caráter mais primordial, o de deixar registrado um passado glorioso e que serviria de exemplo aos próximos reinos e aos demais nobres. A nova produção – das histórias dos reis e seus reinados – representou uma ruptura com a tradição cronística peninsular, aquela que pensava os reinos espanhóis e o reino português como pertencentes a uma mesma história (como no caso da crônica de D. Pedro de Barcelos).

Segundo Antonio José Saraiva e Oscar Lopes (1985), Fernão Lopes pode ser considerado o primeiro cronista português, pois foi a partir dele que se construiu uma perspectiva portuguesa sobre o passado. Neste sentido, Lopes funda a história de

Portugal através da legitimação da nova Dinastia de Avis, e isto jamais seria possível se não fosse feito em língua vulgar.

Mas para além de Lopes, D. João I promoveu outras iniciativas que colocaram a língua vulgar em outro patamar. Uma delas foi a intensificação das traduções. O primeiro monarca de Avis mandou traduzir a bíblia e outras obras religiosas e teológicas⁵.

Numa passagem da biografia de D. João I, Maria Helena Coelho (2005, p. 339) sintetiza a preocupação com a formação cultural da corte avisina que se inicia com D. João I. No trecho, a autora salienta a importância da cultura letrada e das traduções para os propósitos dinásticos e para a propagação de um ideal de nobre que se pretendia no reino: "(...) buscou-se a acessibilidade de obras vertidas na língua materna, aquela que dava aos homens a plena compreensão do saber, tocando a razão e os sentidos, e só assim capaz de moldar os comportamentos".

A leitura na corte podia ser realizada tanto de forma individual, como coletiva. Mesmo os nobres não letrados passaram a ter acesso às traduções promovidas pelo monarca através da leitura em voz alta de hagiografias, de romances de cavalaria, de passagens bíblicas. Tanto textos religiosos como profanos eram aproveitados nestes momentos para utilizar o tempo do ócio e torná-lo produtivo, pois um bom livro sempre acrescentaria em virtudes àquele que o lê, como afirma D. Duarte no "Leal Conselheiro".

D. João I, como já salientado, teria iniciado o processo de tradução de obras. Sabe-se que ele mandou traduzir os "Atos dos apóstolos", os "Evangelhos" e as "Epístolas de São Paulo" - todos do novo testamento. Extremamente religioso e devoto ao culto mariano que era muito forte naquele período, mandou "trasladar" as "Horas de Nossa Senhora", lidas com frequência como forma de reafirmar sua fé e de propagar os ideais da Igreja para as damas que as ouviam. Também mandou traduzir alguns salmos certos para finados, com o objetivo de auxiliar no culto aos mortos.

A sabedoria demonstrada na arte da caça e na capacidade de fazer um livro para a sua nova nobreza também pode ser considerada uma forma de legitimação tanto da nova dinastia, como desses novos nobres que alcançaram o *status* de primeiro escalão. Esta pretensão é vista no "Livro da Montaria" escrito, provavelmente, entre 1415 e 1433, ou seja, no final da vida de D. João I. Este rei era um grande amante da caça, dedicando um tempo precioso a esta arte. Na obra, o autor fala sobre diversos temas ligados à caça feita por nobres, desde como selecionar o melhor porco, até o

cuidado com as vestimentas utilizadas, como montar o cavalo, como matar o animal e como selecionar e alimentar desde pequeno os cães que lhe auxiliariam na caçada, dentre outros assuntos. Não cabe aqui detalhar o conteúdo da obra, mas é importante ressaltar que a caça era uma prática que se exigia do nobre. Ela não era somente um exercício de entretenimento, mas sim um treinamento paramilitar de cavaleiros, especialmente em períodos de paz. Para que os membros da nobreza tivessem acesso completo e irrestrito à obra escrita pelo rei, ela, obviamente, teria que ser escrita em linguagem vulgar.

Com a morte de D. João I, seus filhos perpetuaram seus ideais de cultura. A “Ínclita geração”, era composta por príncipes letrados e cultos que compreendiam a importância da produção em língua vulgar e das traduções de obras consideradas singulares no período para o engrandecimento da corte e do reino.

Este foi o caso, principalmente, do infante D. Pedro (1392-1449). O segundo filho de D. João I foi produtor de obras muito importantes para o período, sendo a maior parte de seu conteúdo traduzido. Destacam-se as traduções do "Livro dos Ofícios", de Marco Túlio Cícero e "A Virtuosa Benfeitoria", baseada, em sua maioria, na obra "De Beneficiis", de Sêneca.

A primeira obra, *O livro dos ofícios*, encontrada na livraria de D. Duarte e exposta a autoria da tradução, possui grande importância para a história do livro em Portugal. Ela é considerada, segundo Joseph Piel (1948), a primeira obra traduzida na íntegra para o português. Trata-se de um tratado filosófico baseado no original latino *De Officiis*, de Marco Túlio Cícero, que disserta sobre quais seriam as obrigações do homem, sobretudo daqueles que governam. A obra teria sido um presente do infante D. Fernando para D. Pedro. Este, influenciado por seus irmãos e por acreditar na importância da mesma resolveu traduzi-la e oferecê-la a D. Duarte. Na tradução, o infante salienta que essa prática é primordial para o desenvolvimento da cultura letrada em Portugal, tendo em vista que nem todos os portugueses "virtuosos" saberiam ler em latim:

E esguardando eu como todo o bem quanto a mais presta tanto he melhor, e nom embargando que o latim na christandade he mais geeral que o portugues, em Portugal esta linguoagem he mais geeral que o latim, por aproveitar aos portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados⁶

A tradução respeita bastante o original que era dividido em três livros. A liberdade de D. Pedro ficou na criação de títulos para cada um dos capítulos e para as seções da obra, além de incluir a dedicatória a D. Duarte;

Segundo Saul Antonio Gomes (2010), o ato de traduzir para os príncipes avisinos não significou apenas transformar o que estava em latim para o português. Para o autor, este era um ato de sublime amor pelas letras além de um serviço à "república", para que mais leitores do reino tivessem acesso às obras latinas.

Foi o que ocorreu com mais erudição na obra composta por D. Pedro denominada "O livro da virtuosa benfeitoria". A obra foi baseada, em sua maioria no tratado de Sêneca - *De Beneficiis* -, mas também há partes da obra de Cícero - *De Officiis* - ensinamentos de moral cristã vindos da Bíblia e de outros religiosos que escreveram sobre a temática, além de autores como Aristóteles, Egidio Romano, João de Salisbury e João de Gales.

Sobre esta obra, é importante salientar que ela não foi composta apenas pelo infante. Ele teve ajuda do frei dominicano João de Verba que auxiliou D. Pedro a adaptar a moral de Sêneca aos preceitos cristãos. Segundo Luis Afonso Ferreira (2007), talvez tenha sido em nome desta adaptação para a moral cristã que o autor precisou acrescentar outros autores no texto original. Contudo, esta afirmação não se sustenta se observarmos a primeira tradução respeitosa do livro de Cícero, sem intervenções de autores cristãos, além de outras obras que o infante pediu para traduzirem.

Foi o caso, por exemplo, do livro "De Amicitia", de Cícero, cuja versão para o português foi feita pelo prior do Mosteiro de São Jorge a pedido do Infante D. Pedro para que encaminhasse ao rei D. Duarte. Isto está documentado em uma carta enviada pelo irmão do rei no dia 7 de janeiro de 1434 e que foi copiada no *Livro dos Conselhos*. É importante notar que esta obra não se encontra na listagem da livraria de D. Duarte, apesar de claramente ter pertencido a esse rei.

Muy alto e muyto excelente príncipe e muyto poderoso senhor. O portador da presente leva a vosa merçe o lyvro que mandastes tornar em esta lyngoagem do prior de sam Jorge o qual foy muyto detheudo em tornar por a minha partida de coymbra e por as festas que se seguyrom, a vosa merçe praza de o aver por perdoado.

Eu corry senhor este tratado e parece me que ha nele muytas razões bem ditadas d amizade mas non me parecem tais nem tantas que mais e melhores non vyse obrar a vosa senhoria e bem creio que se desto qujserdes fazer lyvro per aquelo que a vosa merçe pratica e praticou o podereis escrever de muytos e maravyllhosos notados (...)

Senhor este livro que vos envya o prior de Sam Jorge reprende tanto a louvamynha que se eu non entendesse que aquele nome significa louvor mentideyro ou louvor verdadeyro com tenção maliçiosa eu non fora ousado tal Carta escrever (...)⁷

Nota-se que o infante D. Pedro fez o papel de intermediário entre o prior de São Jorge e o rei D. Duarte. Antes de confirmar o envio da obra de Cícero para o rei, seu irmão leu o livro e confirmou que seu conteúdo era de louvor verdadeiro e não irônico, pois a amizade entre os irmãos era importante e significativa demais para que fosse perturbada por uma obra.

Além do frei João de Verba e o prior do Mosteiro de São Jorge, outros personagens trabalharam para D. Pedro. Outro exemplo é o de Vasco Fernandes de Lucena que realizou diversas traduções de textos latinos para o infante, como o caso da obra *De senectude*, de Cícero e a carta de Plínio.

Estas traduções realizadas pelo infante D. Pedro ou por ele solicitadas foram de grande influência na vida de D. Duarte. O próprio monarca também deu muita atenção à prática da tradução, dando destaque para ela em seu *Leal Conselheiro*, como veremos.

Sem contar com o rei D. Duarte, o infante D. Pedro foi, sem dúvida, o principal personagem da Ínclita Geração no que diz respeito à cultura e a propagação de obras em língua vulgar. Os demais infantes também eram pessoas cultas, mas não produziram obras, nem as traduziram pessoalmente. Os últimos exemplos relevantes referentes a esses personagens são os do infante santo, D. Fernando e da infanta D. Isabel, futura duquesa de Borgonha.

O caso singular de D. Fernando deve-se mais ao fato de o testamento dele ter chegado até a contemporaneidade do que pela importância desse personagem nas letras portuguesas. Dentre os cinquenta exemplares de sua biblioteca que ficou em Portugal no momento de sua viagem à África, encontramos alguns livros em língua vulgar:

(...) Item hu livro de pregaçoens de Fr. Vicente per lingoagem (...) Item os Soliloquios de Santo Agostinho, e suas meditaçoens, em lingoagem. Item outro livro q chamaõ Izaak em lingoagem (...) (...) Item hum livro da Vida de S. Jeronimo em lingoagem. Item outro livro da Vida dos Santos em lingoagem (...)⁸

Apesar dos poucos exemplares, a apresentação das obras em linguagem aponta duas tendências importantes. A primeira delas é que houve um aumento da solicitação de tradução de obras para “linguagem”, algo que é difícil identificar no período por

ausência de documentação com o pedido ou pelo fato da obra traduzida não ter chegado até nós. A segunda é que essas obras traduzidas provavelmente circulavam mais entre os meios letrados não latinizados (dos indivíduos que desconheciam ou sabiam muito pouco do latim).

Já o caso de D. Isabel é mais explícito em relação ao seu interesse pelas traduções. Para Jacques Paviot (1989), D. Isabel provavelmente influenciou a cultura da corte borgonhesa, tendo em vista que sua chegada culminou com o aumento no número de traduções. Isto aconteceu, principalmente, com as obras de devoção, que eram seu principal interesse. Foi o caso, por exemplo, da obra de São Bernardo, a *Epistola de gubernatione rei familiares*, presenteada a D. Duarte e traduzida por Jean Miélot, personagem que trabalhava na corte de D. Isabel. Paviot (1989) aponta, ainda, que é possível que a tradução para português da obra de Christine de Pisan - *Livre des trois vertus* ou *Trésor de la cité des dames* - que pertenceu à sua sobrinha, a rainha D. Isabel, também tenha sido realizada a pedido da duquesa.

Como exposto acima, fica clara a importância dada às traduções no início da Dinastia Avisina. Mas, mesmo com todo esforço propagado pelo rei e pelos infantes, é possível afirmar que ninguém se preocupou tanto com as traduções como o segundo rei, D. Duarte.

D. Duarte, a língua vulgar, seus livros e sua biblioteca.

D. Duarte deixou um importante legado para a cultura portuguesa. Sua biblioteca abrigava oitenta e seis títulos entre livros em latim e livros em linguagem, como eram chamados aqueles em língua vernácula, encontrados, em sua maioria, em português ou castelhano. Algumas dessas obras foram heranças de seu pai - D. João, o mestre de Avis – mas a maior parte delas foi adquirida pelo monarca através de compras, pedidos de traduções, presentes e algumas foram atribuídas ao próprio rei, tornando-o conhecido como o rei filósofo.

Uma das maneiras de legitimar o poder de sua dinastia foi escrever livros cujo objetivo era criar um novo *habitus* nobiliárquico (BOURDIEU, 1990). Esses verdadeiros *espelhos de príncipe* (BUESCU, 1997) serviam como exemplo (LAUAND, 1998) de comportamento para a nobreza, mas, principalmente, para o monarca que deveria exercer um *bom governo*. Eram uma espécie de manual de comportamento que o príncipe deveria seguir, desde como se comportar cotidianamente, até como ele

deveria governar o seu povo. Nos *espelhos de príncipe* era comum a indicação de leituras para os nobres, especialmente para o suserano. Mas para que essas leituras fossem realizadas, era necessário que o rei oferecesse o acesso a essas obras, quer fosse através de sua leitura em voz alta no Paço, quer fosse através da constituição de uma biblioteca com os exemplares indicados. Além disso, o reinado dos dois primeiros reis avisinios representou um momento de difusão daquelas cópias para universidades, bibliotecas, *scriptoria* e para coleções particulares, muitas vezes promovidas por nobres que passaram a se interessar muito mais pela cultura escrita.

Segundo Ana Isabel Buescu (2006) esta nova cultura, modificadora das bases da nova dinastia, dava especial importância aos livros. Os príncipes adquiriram exemplares, mandaram traduzir para língua vernácula e, como já exposto, tinham suas próprias obras⁹. Foi em meio a este panorama que surgiram algumas das mais importantes livrarias régias da Europa, nelas incluída a de D. Duarte, o segundo rei da nova dinastia.

O inventário da livraria de D. Duarte nos mostra as orientações culturais da nova dinastia que ascendeu ao poder. Aquele foi o momento em que a aristocracia portuguesa começou a se preocupar, para além das armas, com as letras. Verificando as obras presentes, é possível perceber uma mudança significativa no contexto letrado, de uma cultura basicamente clerical para uma cultura com base na corte. O papel dessa corte na produção de modelos culturais é essencial para compreender como houve uma mudança de paradigmas de uma erudição apenas centrada nos meios monásticos para uma formação um pouco mais laicizada.

A obra mais importante de D. Duarte é o *Leal Conselheiro*, um livro com vastos conteúdos, mas aqui cabe apresentar apenas o uso da língua vulgar.

Sobre a obra, para demonstrar que o livro não fora feito por outra pessoa que não o rei, ele escreve: *porque de minha mão foi tudo primeiro escrito, tirando as coisas de fora que foram trasladadas*¹⁰. Das coisas de fora, entendemos as traduções feitas no interior do texto, recurso amplamente utilizado no documento analisado. Em diversos capítulos, o rei cita os filósofos e religiosos mais lidos do período. O rei ordena a tradução de partes das obras daqueles pensadores e compila integralmente algumas delas que ele acredita serem importantes. Como aqueles homens já haviam escrito a respeito do tema que o rei gostaria de tratar, ele os copia e salienta que não precisaria dissertar sobre o assunto: “Fiz trasladar em alguns certos capítulos doutros livros por

me parecer que faziam declaração e ajuda no que escrevia. E no começo deles, se demonstra de onde cada um é tirado¹¹”.

É interessante observar a preocupação em citar a autoria dos textos originais transcritos pelo monarca em *O Leal Conselheiro*. D. Duarte não manda copiar para se tornar autor daquelas obras, ele diz de quem ele retirou os trechos citados, como uma nota. Existe um motivo importante pelo qual ele agia dessa forma. Nomeando cada escritor, ele é considerado um homem mais sábio, por ter citado os mais importantes pensadores lidos do período.

Ca sobrello mais screvo por que sinto e veio, na maneira de nosso viver quem per studo de livros, vem ensino de leterados, podesse dizer de lealdade, ca per defeito conhecimento de nosso poder, saber, querer, memoria, entender, vontade, segujndo, e possuujndo virtudes, e dos pecados, e outros falicimentos (...) ¹²

Além das traduções inseridas no *Leal Conselheiro*, o rei também instrui os letrados a fazer uma tradução¹³. Segundo ele: "Por que muytos que som leterados, nom sabem trelladar bem delatym em lynguagem penssey escrever estes avysamentos pera ellos necessarios"¹⁴. O monarca dedica um capítulo inteiro a dar sugestões de como transformar uma obra de outra língua para o português, a "nossa lynguagem"¹⁵. Dentre as dicas estão conhecer bem a sentença e não modificá-la reduzindo ou aumentando a mesma; não utilizar palavras "latinadas" nem de outra língua, ou seja, todos os vocábulos deveriam ser traduzidos o mais próximo possível do português; utilizar palavras correspondentes à língua traduzida, não as modificando por outras; não colocar palavras consideradas "desonestas" segundo o hábito português e respeitar a ordem das frases do original tal como fez D. Duarte ao traduzir a oração do justo juiz Jesus Cristo - do latim para o português, no mesmo capítulo XCXI¹⁶.

(...) do livro dos stabellicjmentos de sam johã casiano por exempro esta parte de huum capitollo ajuso scripto ao pee da letera que chamam os leterados acôtexto, oqual aalguuns nom muyto praz, por seer scripto, na maneira latinada. E queriam quem se tirasse assentença posta em mais geeral maneira defallar, Eoutros dizem que bem lhes parece, porem quando mandardes tornar alguã leitura de latim em nossa linguagem, amaneira que mais vos prouver, mandaae que tenha aquel quem dello tener carrego¹⁷.

Como é possível observar, a obra de João Cassiano não foi bem recebida por alguns letrados por não ter cumprido com as normas para tradução expostas no livro. A tradução havia sido feita de forma "latinada", ou seja, continha muitos vocábulos em latim, o que dificultou a leitura daqueles nobres que desconheciam a língua oficial da Igreja. Para que a tradução tivesse um alcance muito maior, era preciso que todas - ou quase todas - as palavras fossem de origem portuguesa.

Além de ensinar aos nobres a melhor forma de traduzir um texto segundo seu entendimento, D. Duarte demonstra sua erudição sobre a língua de seu reino dissertando sobre um vocábulo amplamente utilizado em português e que não se encontra em nenhum outro idioma. O rei afirma que o tema da "saudade" não existe em outros livros além do dele e, por esta razão, lembra aos seus leitores que não adianta procurarem essas informações em outros locais. Carolina Michaelis de Vasconcellos (1922) já havia salientado que a palavra apareceu pela primeira vez nas trovas portuguesas. Contudo, Massaud Moisés (1968) destaca que foi D. Duarte o primeiro a se debruçar na análise da mesma. Trata-se, portanto, de uma inovação do rei filósofo, do qual ele se orgulha: "Eporem me parece este nome dessuydade tam proprio que olatym nem outra linguagem que eu saibha nom he pera tal sentido semelhante"¹⁸. Além do incentivo às traduções, o rei foi capaz de desenvolver uma análise sobre um vocábulo típico da cultura portuguesa, demonstrando sua admiração e respeito pela língua falada por seu povo.

Há também, como já salientado, transcrições de textos que D. Duarte considerou de extrema importância que os nobres tivessem conhecimento. Um dos casos mais emblemáticos é o de São Thomas de Aquino, um dos principais filósofos cristãos da Idade Média:

(...) vos mandey screver huum capitollo do livro que fez sam thomas de equino sobre amaneira do confessar, que aestre proposito bem declara omal, que da converssaçom antre pessoas virtuosas se recrece, por se conhecerem, quãto mais de fara, nos que taaes nom som, sea ouuverem fora de boa maneira specialmente em lugar quem non seia de preça, ou se for muy contynuada¹⁹

Trata-se de mais uma obra que D. Duarte mandou parcialmente transcreever em seu tratado. Citar este filósofo significava deter um grande conhecimento sobre a produção religiosa do período, além do conhecimento indireto que Aquino proporcionava, como a leitura de Aristóteles. Outras obras citadas em sequência pelo rei

são apresentadas ao leitor de maneira aparentemente confusa para o leitor contemporâneo, mas com uma lógica e um objetivo muito próprios para o seu período. Para que seus leitores tivessem acesso a grandes autores, muitos deles ainda não traduzidos, D. Duarte optou por utilizá-los em sua obra. Sendo assim, quem tivesse acesso à mesma, teria contato indireto com outras produções.

(...) he muy compyrdamente trautado em o livro do regymento dos pryncipes que compos frey gil derroma E no memorial das virtudes, que das heticas daristotilles me ordenou oadayam de sanctiago Eno pumas das virtudes que fez meestre andre de paz, menystro dos frades meores em cezillia Eem vallerio maximo, E tullio de officijs Eno livro das collaçoes de san joham casiano, e seus stabellicymentos, os quaaes ajnda que traitem segundo axpaã religiom todo porem fillosofalmente he fundado sobre as virtudes e seus contrairos E assy em outros livros que eu tenho em latim, e delles em tal linguagem que bem sabees leer, e entender, porem sobejo me parece screver dellas grande leitura, mas por algua cousa dellas e de nossos fallicimentos sentirdes, vos screvo esta mynha consisjraçom com parte do que se contem nos dictos livros, nom levando todo per ordenança, mas mesturando parte do que me sobresto parece per consisjraçom damaneira denosso vyver com alguãs partes daquelles livros, e dalguuns outros dictos aprovados que ameu proposito me lembraram²⁰

Neste trecho podemos averiguar uma quantidade imensa de citações num curto espaço. Elas serviam, também, como demonstração de erudição. Destaque especial para a afirmação de D. Duarte ao dizer que existem outros livros não mencionados que "ele tem em latim e delles em tal linguagem que bem sabees leer". A sentença leva ao entendimento que existiam outras obras não utilizadas no *Leal Conselheiro*, que o monarca tinha acesso e que disponibilizaria para aqueles nobres que quisessem lê-las. Adepto das traduções, D. Duarte sabia que, através delas, era possível alcançar um número maior de pessoas.

Para os nobres terem acesso a algumas obras traduzidas a pedido de D. Duarte, além de outros exemplares importantes do período, era necessário ter um espaço de guarda dos mesmos. E ele existiu. D. Duarte possuiu uma biblioteca considerável para sua época. Ela ocupava um espaço destinado à leitura em seu palácio e estava aberta aos membros de sua corte.

D. Duarte foi o primeiro rei que deixou registrada uma lista de seus livros. Ainda que as obras lidas por este monarca sejam de número muito superior ao de sua biblioteca, a preocupação com a guarda e com a propagação da cultura letrada e a produção de obras em linguagem fez dele digno da alcunha de "rei filósofo".

A listagem de sua livraria encontra-se no “Livro dos Conselhos”, documento 54, com o nome de ““Estes são os livros que tinha el rey dom duarte” e datado de 1433-1438 (período de seu reinado). Há, também, uma cópia desse documento nas provas da história genealógica da casa real portuguesa, sob o nome "Collecção de algumas obras del Rey D. Duarte, e no fim o Catálogo das que escreveo", p. 529, do livro III.

No total são 87 volumes entre livros em latim e livros em linguagem, sendo que a linguagem podia ser o português, o castelhano ou o aragonês. Sobre as obras das quais temos certeza que estavam em português²¹, temos:

1. **Marco Polo em linguagem.** Em um único exemplar estão as versões em latim e em linguagem (provavelmente em português) das *Viagens* de Marco Polo. Para Ana Isabel Buescu (2007), é provável que a obra tenha sido um presente do infante D. Pedro ao retornar de suas viagens e oferecido pela República de Veneza. A autora cita Teófilo Braga como sua principal fonte a respeito deste assunto. A obra seria impressa posteriormente por Valentim Fernandes (importante tipógrafo dos primórdios da imprensa no reino), comprovando a permanência de sua importância e popularidade.

2. **Collações de João Cassiano, que escreveu João Rodrigues.** Obra de João Cassiano da qual o rei pediu que João Rodrigues transcrevesse e traduzisse. É importante ressaltar que o vocábulo “transcrever” podia significar apenas copiar o material (em sua língua original) ou traduzi-lo. Neste caso, sabemos que foi traduzido pela informação dada no *Leal Conselheiro*. Contudo, quando não há documentação passível de comparação, também não há como confirmar se uma determinada obra foi traduzida ou apenas copiada.

3. **Bíblia.** D. Duarte tinha mais de uma bíblia em sua livraria. Como ele utilizou diversos trechos desta obra em suas produções, é provável que ele tenha mandado traduzir o livro sagrado dos cristãos na íntegra.

4. **Titulos dos livros de Linguagem do claro rey dom duarte** - Não se trata propriamente de uma obra, mas sim de uma lista contendo os títulos dos livros que o rei D. Duarte mandou que se traduzissem para linguagem. Interessante notar que D. Duarte possuía uma lista das obras que ele havia mandado traduzir. Uma pena que este documento não tenha sobrevivido ao tempo.

5. **Crônica de Portugal** - Há duas hipóteses pertinentes. A primeira é que se trata da *Crônica Geral de Hespanha de 1344*, feita por D. Pedro, Conde de Barcelos (filho de D. Dinis). A hipótese se reforça por ter sido esta a primeira crônica feita por um português onde a história do reino aparece de forma não periférica. Daí o nome de Portugal, uma

referência mais ao seu autor do que ao seu conteúdo de forma genérica. Contudo, se a *Crônica de 1419*, feita por Fernão Lopes ficou pronta a tempo da constituição da livraria eduardina, é mais provável que seja este o livro citado em seu acervo.

6. Livro de montaria, que copilou o vitorioso Rey Dom João ao qual Deus dê eterna glória - A obra do rei D. João I não poderia ser esquecida na livraria de seu filho. Não somente pelo grau de parentesco, mas por tratar-se de matéria inédita e por ter sido utilizada por D. Duarte em suas obras, notadamente na *Ensinança de Bem Cavalgar toda a cela*.

7. O livro das trovas delRey Dom Dinis - D. Dinis, a exemplo de D. Afonso X teria produzido um livro de trovas, existente na biblioteca eduardina. Após a morte de D. Duarte, a obra ficou perdida por muito tempo e só foi reencontrada no reinado de D. João III, na biblioteca do Vaticano. Ela faz parte do conjunto de trovas medievais portuguesas.

8. Livro das Meditações de Santo Agostinho, que trasladou o moço da Câmara. - Aqui aparece apenas o *Livro das meditações* que foi traduzido por um moço da Câmara. D. Duarte promoveu uma escola em sua corte. Em sua obra *O Leal Conselheiro*, ele apontou a importância dos nobres aprenderem latim e ensinou a realizar uma tradução. O moço da Câmara, provavelmente, aproveitou os ensinamentos de D. Duarte e pôs em prática a tradução a seu pedido.

9. Cadernos das cidades e villas de Portugal - Também não é uma obra e sim um caderno de anotações com o cadastro das vilas e cidades portuguesas. Era importante que o rei conhecesse e soubesse informações sobre elas.

10. Livro da virtuosa bemfeitoria - Obra do infante D. Pedro, onde ele faz a tradução de diversos autores, mas, sobretudo, do *De Beneficiis*, de Sêneca.

11. Livro das Ordenações dos Reys - O primeiro livro das Ordenações conhecido hoje é o das Ordenações Afonsinas, promovidas pelo rei Afonso V, filho de D. Duarte. Portanto, esta obra pode ser ou as chancelarias de D. Duarte ou algum livro de ordenações incompleto ou mesmo desconhecido. O ainda infante D. Duarte designou o doutor em leis, Rui Fernandes, para organizar o livro das ordenações do reino, um projeto que viria de João das Regras. O trabalho só é finalizado em 1446, o que nos leva a crer que, ou esta não era a obra mencionada ou era apenas parte da mesma. Nesta época, o infante D. Pedro era regente do reino e ele mandou uma comissão formada por Lopo Vasques, Luis Martins e Fernão Rodrigues para revisar o texto. Mais tarde, estas

ordenações junto com o *Livro das leis e das posturas* influenciaram a formação das Ordenações Afonsinas.

12. **Marco Tulio, o qual tirou em linguagem o Infante D. Pedro** - O grande destaque desta obra é a autoria de sua tradução que é do infante D. Pedro. Trata-se da obra *De Officiis*, de Cícero.

13. **Capítulos, que ElRey D. Duarte fez quando em boa hora foi Rei** - É o conjunto de atas e artigos das cortes onde D. Duarte foi aclamado rei após a morte de seu pai, D. João I.

14. **O livro de Aníbal por português** - Obra que conta a história do personagem Aníbal Barca que foi marcado na sua infância pela derrota de seu pai, o general cartaginês Amílcar contra o Império Romano e que, por isso, resolveu se vingar quando adulto. Aníbal encabeça uma das campanhas militares mais impressionantes contra Roma e chega a conquistar parte da Península Ibérica. Trata-se de um livro com muitas estratégias militares, mas de autoria não reconhecida.

15. **Livro de Cavalgar, que ElRey Dom Duarte copilou** - A obra de D. Duarte, o *Livro da Enssynança de bem cavalgar toda a sela* não podia estar de fora de sua própria biblioteca.

16. **Regimento dos Principes** - Trata-se de uma obra citada desde a época de D. João I. D. Duarte aponta - no *Leal Conselheiro* - que ela foi escrita por Gil de Roma (Gilles de Roma). O original seria *Gouvernement des Princes*, e teria sido escrito para Filipe, o belo. Gil de Roma foi bispo de Bruges, sendo o primeiro monge agostiniano que se doutorou em Paris. Ele também faz questão de mencionar a riqueza do exemplar que continha ouro e coberturas vermelhas, provavelmente de veludo, como era costume na época (BRIGGES, 1999).

17. **Os Cadernos de Confissão, que escreveu João Calado** - Este item possui poucas informações para que possamos identificá-lo, tendo em vista o grande número de obras medievais relacionadas à confissão. O escritor da obra foi João Calado, mas não o autor. Teófilo Braga (2005) levanta a hipótese que esta obra seja ou a *Confessio Amantis* - de John Gower, o que seria uma hipótese plausível, tendo em vista que a mãe do rei, D. Filipa de Lencastre, era grande admiradora deste autor, apesar de mais para frente, na lista, existir o mesmo exemplar - ou as *Oras da Confissão* - obra composta pelo Infante D. Pedro e mencionada no *Leal Conselheiro*.

18. **O livro dos Evangelhos**. Este e os dois exemplares abaixo foram traduzidos a pedido de D. João I. Provavelmente, D. Duarte herdou essas obras de seu pai.

19. Actos dos Apostolos.

20. Genesy.

21. Livro dos Martires - Há uma obra bastante difundida no final da Idade Média que os autores que estudam a livraria de D. Duarte dão pouca importância. Trata-se da *Lenda dos Mártires do Marrocos*. Existiam dois exemplares da mesma no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. De autoria desconhecida, seu conteúdo disserta sobre os frades menores da ordem de São Francisco que morreram tentando converter o povo e o califa do Marrocos. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra iniciou um culto a esses mártires em 1220 e é neste local onde os corpos desses freis foram depositados e onde os religiosos se responsabilizaram pela canonização dos mesmos junto ao papa. Trata-se de um culto próprio do reino português.

22. Livro dos Padres Santos em papel de marca mayor, que foy de João Pereira. Livro idêntico às Collações, mas desta vez tendo pertencido a João Pereira.

É importante salientar que essa listagem acima é uma prospecção que pretendeu comparar as informações dadas na listagem com outros documentos como as obras do próprio D. Duarte e as listas das livrarias dos mosteiros, locais que o rei soube aproveitar para alcançar as obras que ele necessitava. Sendo assim, é possível que houvesse mais obras em linguagem do que as expostas. Sabe-se, como já apontado, que outros exemplares que pertenciam a D. Duarte, mas não constam na lista de sua biblioteca foram feitos em língua vulgar. O fato do nome de uma obra da lista estar em português também não é um indício concreto de que seu conteúdo está igualmente em língua vulgar.

Sobre as obras em linguagem, segundo Ana Isabel Buescu (2007) existem vários núcleos que podem ser destacados. O primeiro deles é a tradução de textos religiosos, sendo o principal deles a *Bíblia*, ainda que não saibamos se integralmente. Outras partes foram separadas da mesma e tinham a tradução integral como é o caso do *livro dos evangelhos*, dos *atos dos apóstolos* e do *Genesis*. Existiam ainda exemplares do *livro dos mártires*, do *livro dos padres santos em papel de marca maior que foi de João Pereira*, *As confissões* e um livro de meditações de Santo Agostinho.

O segundo núcleo diz respeito às crônicas e as obras de historiografia. O caso das obras de historiografia é bastante singular. D. Duarte criou o cargo de cronista-mor do reino e o deu a Fernão Lopes antes ocupante, apenas, do cargo de Guardador-mor da Torre do Tombo no período do reinado de D. João I. Com este ato, tornava-se oficial a

preocupação do monarca em deixar registrado um passado glorioso e que serviria de exemplo aos próximos reinos e aos demais nobres. Este tipo de produção, como já salientado, tinha uma forte intenção ideológica. Era preciso legitimar a nova dinastia e o *bom governo* que ela exercia. A lógica do *bom governo* e do rei como símbolo de justiça e de temperança podia, assim, ser compartilhada com todos os súditos.

A livraria de D. Duarte é um exemplo da erudição de seu dono, mas também contém elementos que nos remetem a cultura letrada de seu pai, D. João, e de um de seus irmãos (talvez o mais próximo), o infante D. Pedro. Como se procurou demonstrar, algumas das obras pertencentes àquela biblioteca estavam na família real desde o período de D. João comprovadas através de traduções e obras escritas pelo mestre de Avis que fizeram parte daquele inventário. Além disso, a preocupação de D. João em arquivar seus documentos, como o caso da contratação de Fernão Lopes como Guardamora da Torre do Tombo e o incentivo dado aos seus filhos para que fossem eruditos reafirmam a importância do primeiro monarca no projeto de desenvolver a cultura letrada da nova corte portuguesa. Neste sentido, como aponta Cristina de Amorim Machado e Marcia Martins ([s/d]) há um pioneirismo português (mesmo em relação a outras localidades da Europa), no que diz respeito às traduções demonstrando que nesse caso, D. Duarte tem um papel central.

Seus filhos seguiram bem o exemplo do pai. D. Duarte, rei apenas por cinco anos, deixou um importante legado às gerações futuras. Legado este que teve uma relevante contribuição de seu irmão, o infante D. Pedro. Este infante foi um dos homens mais cultos de seu tempo. Bastante viajado, trazia consigo obras importantes para o desenvolvimento do humanismo em Portugal. Após a morte do rei, D. Pedro auxiliou D. Afonso V, seu sobrinho, e o encaminha para o mundo das letras. Todavia, D. Duarte e seu legado o deixariam conhecido como sendo o príncipe que possibilitou o desenvolvimento das letras no reino português e sua biblioteca tornou-se um exemplo de desenvolvimento da cultura letrada de um monarca.

Conclusão

Como foi possível observar, a língua portuguesa escrita aparece com o nascimento do reino português. Foi com D. Afonso Henriques e para louvar seus feitos que a língua vulgar ganhou um novo patamar, o de identidade com o rei.

Todavia, ainda que tenham ocorrido esforços para propagar a língua vulgar ainda durante a primeira dinastia de Borgonha – produção de livros, criação da universidade portuguesa, aparecimento da documentação governativa em galego-português – apenas com a Dinastia de Avis o latim é relativizado e a linguagem passa a ser vista com importância tal que mudaria o *status* da nova nobreza que ascendeu ao poder.

Os esforços começam com D. João I, com a criação da Torre do Tombo, com a contratação de Fernão Lopes, com a educação esmerada de seus filhos e com o incentivo às traduções. Mas, mesmo com tudo isto, foi D. Duarte que conseguiu mudar o paradigma da língua portuguesa escrita.

D. Duarte escreve livros, sendo que num deles, ensina os nobres a melhor forma de realizar uma tradução. Além disso, faz um estudo da própria língua materna, quando estuda o vocábulo “saudade”, tão próprio de uma língua poética como o português. Vocábulo este que representa o reino de tal forma que seus poetas mais importantes da época e posteriores o usaram com frequência.

Sendo assim, na Dinastia de Avis, a escrita em língua vulgar significou muito mais do que a superação do latim. Significou a identidade do reino e a ligação dos vassallos ao seu rei e à nova dinastia. Significou uma mudança de *habitus* dos nobres, um objetivo para o novo reino que os monarcas queriam propagar. E conseguiram.

Conseguiram através das leituras de livros em português, de documentos, de incentivo a traduções e de obras de cunho historiográfico. No imaginário do povo português era muito mais fácil compreender sua nova condição independente, soberana e visualizar seu rei como governante do *bom governo* quando a língua escrita era a mesma que a falada.

Referências:

- ALMEIDA, Manuel Lopes de (Ed.). *Obras dos príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmãos, 1981.
- ANDRÉS, María Soledad de e CATALÁN, Diego. *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos D. Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAGA, Teófilo. *História da Literatura portuguesa - Renascença (Volume II)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005, 3ª edição.

- BRIGGES, Charles F. *Gilles of Rome's - De Regimine Principum: Reading and Writing Politics at Court and University, c.1275-c. 1525*. Cambridge: United Kingdom at the University Press, 1999.
- BUESCU, Ana Isabel. Um discurso sobre o Príncipe: a pedagogia especular em Portugal no século XVI, *Revista Penélope*, Lisboa, Revista de História e Ciências Sociais, n. 17, pp. 33-50, 1997.
- _____. Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas, *eHumanista*, volume 8, pp. 143-170, 2007.
- COELHO, Maria Helena. *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- D. DUARTE. *Leal Conselheiro*, 1843.
- FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. *Cadernos de Literatura Medieval – CLP – O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV*. Coord. Maria do Rosário Ferreira. Coimbra-PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- FERRO, Carolina Chaves. *As livrarias régias de D. Duarte e de D. Manuel I – Um estudo comparativo: construções de coleções e práticas de leitura em Portugal entre 1433 e 1521*, 2015, Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2015.
- GOMES, Saul Antonio. As políticas culturais de tradução na corte portuguesa no século XV, *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, n. 33, pp. 173-181, 2010.
- MARTINS, Ana Maria. O primeiro século do português escrito. In: *Na Nosa Lyngoage Galega*. A Emergência do Galego como Língua Escrita na Idade Média, ed. Ana Boullón Agrelo. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega & Instituto da Língua Galega., 2007, pp. 161-184.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1968.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes*. Texto e Contexto. Coimbra-PT: Editora Minerva, [s/d].
- PIEL, Joseph. *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro, duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o manuscrito de Madrid. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.
- PIZARRO, José Augusto. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- SARAIVA, Antonio José e LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto-PT: Editora da Universidade do Porto, 1985.
- SILVA, Manuela Santos. *D. Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaelis. *A Saudade Portuguesa*. Porto/Lisboa/Rio de Janeiro: Renascença Portuguesa/Seara Nova/Anuário do Brasil, 1922.

Notas:

¹ Para mais informações sobre a produção de D. Afonso X, ver: Lenora Pinto Mendes. "Trovas sagradas de um rei musical", In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, n. 102, março de 2014. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/trovas-sagradas-de-um-rei-musical>

² Para acesso à obra e mais informações sobre a mesma, ver: <http://www.apfalcoaria.org/a-falcoaria/patrim%C3%B3nio/patrim%C3%B3nio-em-portugal/item/178-livro-de-falcoaria-de-pero-menino>

³ Na segunda parte da minha tese, há os exemplares da biblioteca de ambos os mosteiros e um breve estudo sobre o ápice da produção de manuscritos nas duas instituições. É possível verificar que a produção nos séculos da dinastia Borgonhesa era muito maior que na época da dinastia de Avis. Para mais informações ver: Carolina Chaves Ferro. *As livrarias régias de D. Duarte e de D. Manuel I – Um*

estudo comparativo: construções de coleções e práticas de leitura em Portugal entre 1433 e 1521.
Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015.

⁴ Datas aproximadas.

⁵ Segundo Manuela Silva (2014) a influência da tradução da bíblia para língua vulgar pode ter vindo da rainha D. Filipa de Lencastre, pois esta era uma prática já comum na Inglaterra de seu tempo, como no caso da tradução de John Wycliff sob patrocínio do rei inglês.

⁶ D. Pedro. *Livro dos Ofícios*, In: __ Manuel Lopes de Almeida (Ed.). *Obras dos príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmãos, 1981, p. 769.

⁷ Livro dos Conselhos, Doc. 14, Carta do infante D. Pedro (7/1/1434).

⁸ ANTT, Testamentos dos Reis, Gaveta 16, n. 38, ant. 1437.

⁹ Para ver um estudo recente sobre as obras dos príncipes de Avis, consulte: Michele Tatiane Souza e Silva. *Práticas de leitura e ensinamentos morais na corte de Avis*, Franca-SP, Dissertação apresentada à UNESP, 2009.

¹⁰ D. Duarte. *Leal Conselheiro*, 1843, p. 2.

¹¹ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 5-6.

¹² *Leal Conselheiro*, 1843, p. 3.

¹³ Estes ensinamentos também se encontram no *Livro dos conselhos*.

¹⁴ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 317.

¹⁵ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 317.

¹⁶ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 318.

¹⁷ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 320.

¹⁸ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 82.

¹⁹ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 160-161.

²⁰ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 175-176.

²¹ A nomeação das obras da livraria de D. Duarte não segue a cópia idêntica de sua listagem. Optou-se aqui por explicar qual era o livro com o objetivo de tornar inteligível um documento medieval igualmente para o público não especializado.

Artigo recebido em 15/01/2016. Aprovado em 16/02/2016.

**A LITERATURA DEVOCIONAL EM LÍNGUA VERNÁCULA E A
REFORMA DOS CUIDADOS COM OS ENFERMOS NO
PORTUGAL TARDO-MEDIEVAL: A CARIDADE, A
ASSISTÊNCIA E A MISERICÓRDIA.**

***LITERATURE DEVOTIONAL IN THE VERNACULAR AND CARE
REFORM WITH SICK IN PORTUGAL LATE MEDIEVAL: CHARITY,
ASSISTANCE AND THE MERCY.***

André Costa Aciole da SILVA¹.

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar como a literatura devocional, em língua portuguesa, colaborou para a difusão de uma série de ideias associadas à caridade, assistência e misericórdia que orientaram as práticas régias e sociais de apoio aos enfermos. Dar-se-á destaque a duas instituições portuguesas criadas em fins da Idade Média: o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa e o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha como exemplo da reforma da assistência aos enfermos.

Palavras-Chave: Assistência, enfermos, hospitais, Idade Média, Portugal, literatura devocional.

Abstract: The purpose of this article is to demonstrate how the devotional literature in Portuguese, contributed to the spread of a number of ideas associated with love, care with the sick and mercy that guided the royal and social practices of support to the sick. We will highlight the two Portuguese institutions created in the late Middle Ages: the Hospital of All Saints in Lisbon and the Hospital of Our Lady of Populo, in Caldas da Rainha as example of reform of the care of the sick.

Keywords: Care, sick, hospitals, Middle Ages, Portugal, devotional literature.

Quando estamos trabalhando com a assistência no período tardo-medieval somos forçados a entrar em contato com uma gama de outras noções que se remetem ao apoio aos mais necessitados. Junto à noção de assistência encontramos a caridade, a misericórdia, a piedade, a fraternidade, a solidariedade entre outros. A assistência, desta forma, é uma multiplicidade de ações, é algo que se faz com o objetivo de dar apoio à quem necessita.

A assistência se apresentava das mais variadas maneiras também devido à multiplicidade de situações de fragilidade em que as pessoas careciam de serem assistidas. As formas materiais de assistência mais conhecidas e estudadas são as *gafarias*, *mercearias*, *albergarias* e os *hospitais*. Por serem a tradução de uma

solidariedade vertical² estão mais bem estudadas do que outras estruturas de apoio em razão de uma maior documentação a seu respeito. Resta claro que outras formas de apoio, não sistematizadas, que assistiam os que mais precisavam, foram aquelas que assumiram um contorno conhecido como solidariedade horizontal (MARQUES, 1989, p. 11-93). Lembremo-nos dos bodos, das distribuições de comida, por exemplo, em caso de enterramentos de pessoas mais abastadas, das esmolos, entre tantas outras atitudes de solidariedade (ABREU, 2010, pp. 347–351) e apoio surgidos de maneira espontânea (ALMEIDA, 1973, p. 44.). Como podemos observar a assistência é multifacetada. Em razão disso vamos nos ater as formas mais frequentes de assistência a que nos referimos acima.

Mas, antes de traçarmos o cenário da assistência no final da Idade Média Portuguesa que, aliás, foi foco de atenção da monarquia, tendo levado a cabo uma reestruturação da assistência aos enfermos, com a criação dos hospitais reais em Lisboa (Hospital de Todos os Santos) e nas Caldas da Rainha (Hospital de Nossa Senhora do Pópulo), cabe aqui uma reflexão, mesmo que abreviada, sobre quem são os destinatários destas obras. Afinal, quem assiste, assiste a alguém. Não há assistência sem os assistidos.

Está bastante difundida e fundamentada a tese de que as formas de assistência existentes no período medieval voltavam-se, quase exclusivamente, aos pobres. Mesmo nos hospitais criados a partir da ação régia o cuidado com os pobres não será esquecido. Importa destacar sempre que, foi para a cura dos *pobres enfermos*, que o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, fundado por D. Leonor (1458-1525) esposa de D. João II (1455-1495), existia e existe até hoje. São também os pobres aqueles que mais atenção deveriam receber no Hospital de Todos os Santos, em Lisboa³.

O olhar sobre os pobres e sobre a pobreza foi, no período medieval, orientado pela doutrina e pela teologia da Igreja Católica. A exegese bíblica e os vários notados religiosos chegaram até mesmo a colocar um acento positivo nas diversas formas de pobreza. Essa foi uma percepção largamente difundida na Alta Idade Média. Michel Mollat já nos lembrou acerca da visão e da funcionalidade dos pobres nos escritos religiosos da Alta Idade Média (MOLLAT, 1989, p. 13-18) e de uma perpetuação desta visão acerca dos mesmos. Para Portugal, em destaque para Coimbra, Maria Antônia Lopes tem apontado para a retomada deste discurso, ou seja, o de que os

pobres desempenhavam um papel importante na dinâmica social, ainda no final da Idade Moderna (LOPES, 2000, p. 23-38).

A Bíblia sempre foi a fonte onde se bebia para dar a entender o mundo e o papel social de cada um. Foi também dos textos bíblicos que se extraiu a concepção positiva do pobre e dos excluídos. O texto bíblico está repleto de passagens em que se evidenciam uma preferência divina pelos pobres e marginalizadose onde os fiéis são instigados a prática da assistência e da caridade⁴.

Também podemos notar, em outras passagens bíblicas, que a salvação poderá ser alcançada pelos ricos. Entretanto, apenas se a sua riqueza for colocada em favor dos pobres. Essa é uma importante assertiva para o compreendermos o papel das formas materiais de assistência na Baixa Idade Media. No nosso caso isso é ainda mais evidente, uma vez que, na origem da reforma da assistência aos enfermos, está a espiritualidade e devoção próprias desta relação entre ricos e pobres onde, para a salvação dos primeiros, é preciso a prática da misericórdia e da caridade para com os segundos.

Para entendermos origem e finalidade dos hospitais régios, formas mais acabadas da nova assistência aos enfermos, devemos ter em mente que a caridade para com os pobres enfermos e a salvação da alma de seus fundadores estavam intimamente relacionadas. No prefácio do *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo*, situado nas Caldas da Rainha, termo de Óbidos, fica evidente as razões de fundo devocional e próprias da espiritualidade tardo-medievais que motivaram a criação desta instituição.

Em nome da Santa Trindade, Padre e Filho e Espírito Santo, tres pessoas e um so Deus verdadeiro, principio e fim de todo bem, em seu louvor dirigido e ordenado.

Quanto as obras de misericordia feitas em os proximos com caridade, assim espirituais como corporais, sejam aceites a Jesus Cristo Nosso Senhor.

Quiz-no-lo por sua piedade manifestar e encomendar por São Mateus aos 19 capitulos para que mais e efectuosamente nos esforçassemos a cumpri-las. E portanto nos, a rainha D. Leonor, mulher d' el-Rei D. João, meu senhor, que santa gloria haja, o segundo que foi de Portugual, desejando dar execução as tais obras tanto por Nosso Senhor encomendadas e considerando nos como se poderiam perfeitamente a serviço de Deus em algum lugar inteiramente cumprir, determinamos e ordenamos, em louvor de Deus e Nossa Senhora a Virgem gloriosa Maria, sua madre, e, por usarmos de caridade com os

próximos, mandar fazer uma igreja da invocação de Nossa Senhora de Populo e um hospital dentro em a nossa vila das Caldas, em que queremos que se cumpram as ditas obras de misericórdia espirituais e corporais quanto possível for, pela alma d' el-Rei D. João, meu senhor, e minha e do príncipe D. Afonso, nosso filho, que a santa glória hajamos. Por bem do qual mandamos fazer este compromisso e instituição seguinte (...)⁵.

A ideia de que as formas materializadas de assistência e a caridade para com os mais necessitados contribuíam em favor dos doadores está aqui muito evidente. O segundo parágrafo mostra como esta associação direta era aceite, uma vez que se esperava que “(...) as obras de misericórdia feitas em os próximos com caridade, assim espirituais como corporais, sejam aceites a Jesus Cristo Nosso Senhor (...)”.

Esta passagem nos remete a um tema importante e que aqui deve ser esclarecido: as obras de misericórdia. Importa destacar que o texto final do Compromisso resulta da elaboração cuidadosa de um grupo de pessoas, que tem como expoente máximo o Cardeal de Portugal, D. Jorge da Costa. Quando da viagem em embaixada de Diogo Dias, homem de confiança da rainha, a Roma, D. Leonor o orientou quanto ao que deveria fazer nessa embaixada. Nos apontamentos dados pela rainha para tal evento, solicita ao dito Diogo Dias que:

(...)lhe direes da nosa parte que lhe pedimos muy afetosamente que por o noso não lhe seja trabalho querer ver de verbo a verbo o trelado do comprimiso que temos feito pera o espirital da nosa villa das caldas o qual per suas mãas foy começado e avido com trabalho seu muytas graças que tem E por que nenhuua cousa nossa não queríamos nunca se fose possível fazer sem seu conselho e autoridade (...)⁶.

O documento final do *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo* é um texto aceite pela Cúria papal e, portanto, dentro dos cânones da Igreja. Mas não só. É um texto que deixa transbordar esta nova forma de espiritualidade e devoção próprias do ambiente tardo-medieval e do início da Idade Moderna, caracterizada pela ação prática em favor dos mais necessitados, pela materialização da virtude misericórdia por uma série de formas, sendo que uma destas é resultado da própria ação da rainha. Estamos nos referindo às Misericórdias sendo a de Lisboa a mais importante.

Fundada pela própria D. Leonor, quando regente, no reinado de seu irmão D. Manuel (1495-1521), seu Compromisso (da Misericórdia de Lisboa) é anterior ao

Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo. A Misericórdia e o Hospital foram criações direcionadas pela mesma figura, no mesmo contexto e, desta forma, não é de se estranhar que existam tantos pontos de contato entre ambas.

Retomando o tema das obras de misericórdia, objetivo máximo da caridade tardo-medieval portuguesa, são elas, como pudemos ver no intróito do Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, explanadas no Evangelho de São Mateus. Isabel dos Guimarães Sá identificou, no capítulo 25 deste texto bíblico, e não no capítulo 19, como indicado no fragmento que lemos acima, a fonte que será a mais elaborada pelos homens do momento para doutrinar a prática das sete obras corporais (SÁ, 1998. p.42-46).

(...)Quando o Filho do homem voltar na sua glória e todos os anjos, com ele sentar-se-á no seu trono glorioso. Todas as nações se reunirão diante dele e ele separará uns dos outros, como o pastor que separa as ovelhas dos cabritos. Colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estão à direita: 'Vinde benditos de meu pai, tomai posse do Reino que vos está preparado desde a criação do mundo porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me deste de beber; era peregrino e me acolhestes, nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim.' Perguntar-lhe-ão os justos: 'Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos peregrinos e te acolhemos, nu e te vestimos? Quando foi que te vimos enfermo ou na prisão e te fomos visitar?' Responderá o Rei: 'Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que fizestes isso a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi mim mesmo que o fizeste.' Voltar-se-á em seguida para os da sua esquerda e lhes dirá: 'Retira-te de mim, malditos! Ide para o fogo eterno destinado ao demônio a aos seus anjos. Porque tive fome e não me deste de comer; tive sede e não me deste de beber; era peregrino e não me acolheste; nu e não me vestiste; enfermo e na prisão e não me visitaste.'(...)⁷

Além destas, foi acrescentada, na Idade Média, enterrar os mortos, que era, inclusive, uma das obrigações mais importantes das Misericórdias do período moderno. Apesar de o texto tratar do Juízo Final como tema central, pudemos observar que aqui se apresenta uma mensagem clara e receita da salvação: as obras de misericórdia!

Importa notar que a espiritualidade e a religiosidade inspiravam as ações e de modo especial, devemos destacar como os homens dessa época refletiam sobre estas obras de misericórdia. Uma das grandes dificuldades do pesquisador ao se aproximar das instituições hospitalares e de assistência no período tardio medieval, é que estas

estão sempre orientadas e organizadas tendo em consideração uma série de conceitos que muitas vezes são difíceis de definir. No estudo deste tema misericórdia, caridade, assistência, ternura, paixão, clemência, bondade e amor tendem a se misturar e acabam sendo entendidas como sinônimos. Ivo Carneiro de Sousa assenta que misericórdia é uma palavra que estabeleceu, pelo menos, a ligação com outras duas ideias cruciais nas Sagradas Escrituras: compaixão e fidelidade (SOUSA, 2002, p. 205).

A noção de compaixão estaria relacionada aos laços familiares de maternidade e paternidade, sendo traduzidas no perdão e no apoio e sofrimento mútuo em situações difíceis. Destaca-se aqui o sentido primeiro da palavra compaixão, *compassio* quer dizer aqui sofrer junto. De outra banda a fidelidade, por resultar de uma relação entre duas pessoas, procurou associar-se á piedade consciente, intencional e orientada.

Desta forma a ideia de misericórdia que se pretende inculcar é aquela que leva o indivíduo a ação prática. Ao ter compaixão dos mais necessitados, sofrendo junto destes, o fiel deveria se mostrar piedoso, orientando sua ação para o exercício das diferentes obras de misericórdia que vimos identificadas no texto do Evangelho de São Mateus.

Todavia nem sempre era possível assegurar que as pessoas, mesmo as mais cultas, pudessem fazer esse caminho de reflexão a partir das Sagradas Escrituras, associando a misericórdia à compaixão e a fidelidade. Ou ainda, fazer relações entre as alegorias da Misericórdia e da Justiça, por exemplo⁸. Por isso mesmo veremos ser produzidas algumas obras de cunho didático que pretendiam orientar como praticar a caridade. É o caso da pequena obra “*Explicações das obras de misericórdia*”⁹. Este pequeno textobrotado no século XV, em linguagem vernácula e bastante acessível, tem um fundo pedagógico, é uma das fontes que acreditamos dar conta de sistematizar como a temática das obras de misericórdia eram entendidas no momento. Dedicar-se em grande parte ao comentário e ao exercício das obras corporais e, por isso mesmo, nos interessa em particular, uma vez que uma destas era *cuidar dos enfermos*.

Como nos referimos anteriormente, as noções do momento acerca da misericórdia, estão vinculadas a ação concreta do cristão. Assim também a misericórdia é apresentada neste manuscrito alcobacense. O autor, provavelmente frei Luís de Melgaço, afirma que a misericórdia é a virtude da alma que permite a ação. O cristão deve então ser movido pela misericórdia no socorro dos irmãos, pois “(...) he decta

misericórdia de coração da qual diz Sam Lucas em o samaritano que se doia do chagado moveusse pera misericórdia¹⁰”.

A leitura desta pequena obra escrita em linguagem vernácula, portanto voltada para a instrução de todos os que a ela tivessem acesso, demonstra não apenas o espírito didático do autor e a “cultura de caridade” da época, mas aponta para um mapeamento muito preciso dos temas relacionados. Podemos perceber, com uma rápida leitura dos títulos dos capítulos da obra, o caminho a ser percorrido pelo cristão. Primeiro a definição da misericórdia como virtude motivacional, depois a exposição das obras de misericórdia corporais e espirituais. Apresentadas as obras de misericórdia, é feita uma exposição do que é a misericórdia divina e de sua grandeza. É aqui que chegamos ao ponto mais relevante da obra: é para alcançar a misericórdia divina que se devem fazer as obras de misericórdia para com os mais necessitados. Como?

[...] se pode guaanhar a mysericordia de Deus e dezemos que de quatro guisas **a primeira por maneira de merceeassy como se damos todos nososbeens a nossos irmaãos os pobres (grifo nosso)** e por esto disse Jhesu Christo no Avangelho de Sam Mateus bem aventurados [fl. 186v] som os misericordiosos ca a misericórdia averam e este foy o conselho que deu Daniel a Nobucadanador contra o qual foy dada sentença por Deus dizendo rimi teus pecados por esmollas e tuas maldades em misericórdia dos pobres [...] ¹¹.

Como ficou claro, os bens materiais que abundam para uns não existem por si só. É, para que possam servir de auxílio ao próximo, e assim se obtenha a misericórdia divina, que os bens dos ricos devem ser usados por eles. É este desprendimento em favor dos pobres que cria o caminho para os ricos terem acesso aos privilégios dos misericordiosos, já que esse desprendimento consciente os fazem *pobres de vontade*. Deste modo estes *pobres de vontade* alcançarão os privilégios dos misericordiosos¹².

A fórmula final, presente na obra, foi compreendida pelos contemporâneos e parece poder ser sintetizada da seguinte maneira: É por meio do trabalho e usando dos bens materiais através das obras de misericórdia corporais e espirituais, em favor dos mais necessitados, que se alcança a Misericórdia Divina e os privilégios associados aos misericordiosos.

Há ainda que se fazer menção a uma outra obra, publicada no início do século XVI, que se tornou bastante conhecida. E é fundamental neste estudo, pois a

identificação das obras de misericórdia, e os sentidos doutrinários, estavam assentados em uma produção literária, já publicadas em língua vernácula, que reforçava esta “cultura da caridade” em seu sentido religioso e prático, de modo que se tornavam acessíveis a mais pessoas. Afinal essa é a razão e o propósito de fazer a publicação das obras na linguagem ouvida e falada por todos os súditos dos reis de Portugal.

Antes de iniciar a explanação acerca desta obra importa esclarecer a razão do uso de fontes que, aparentemente, não tem relação com o tema proposto, ou seja, a reforma na assistência aos enfermos. Quando nos aproximamos da novidade que foi criada no século XV para assistir aos enfermos, fica evidente que a principal ação da monarquia portuguesa estava voltada para a reorganização ou fundação de hospitais que tinham por objetivo a cura dos enfermos.

Assim, estamos tratando de hospitais (sendo os primeiros, não os únicos, fundados em Lisboa e nas Caldas da Rainha) no sentido moderno do termo, ou seja, que foram criados para curar. Entretanto, na raiz destas instituições hospitalares, há uma série de ideias que não estão fora da esfera religiosa. Citamos acima a introdução do *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo* e indicamos a influência do cardeal de Portugal, D. Jorge da Costa.

Queremos também entender sobre quais bases doutrinárias se assentam a criação de hospitais, exemplo mais claro desta reforma da assistência, que se encontra, diga-se com ênfase, instaurado dentro da mesma espiritualidade portuguesa em finais da Idade Média e início da Idade Moderna ou, como querem alguns, de uma espiritualidade do Renascimento português. A forma mais clara, sob nossa perspectiva, em que se pode acessar essa espiritualidade é também por meio das obras de maior conhecimento no momento, dadas ao público em língua vernácula, por meio da imprensa.

A importância da impressão de obras em português na circulação de ideias e valores já foi mais do que comprovada. O que pretendemos é destacar a importância destas ideias para a disseminação das vantagens espirituais (sem desconsiderar o prestígio social) associadas à realização das obras de misericórdia, para aqueles que as praticaram por entenderem que havia algum proveito nelas. São quase sempre os indivíduos de categoria sociais mais destacadas que vão executar tais obras de misericórdia, pois entenderam que a eles se dirigiam esses discursos. Este era seu

entendimento e daí se orienta a ação (CHARTIER, 1991, p. 180). Não queremos dizer que os menos favorecidos não exerciam as obras de misericórdia, mas, no nosso caso de estudo, são para os menos favorecidos que devem ser realizadas tais obras.

Em outras palavras, estamos pretendendo mostrar como as obras devocionais, de modo especial as impressas em língua vernácula, tiveram papel importante neste processo de expansão das atitudes de assistência aos mais necessitados concretizadas pela monarquia (e absorvido pelos mais abastados), neste movimento de reordenamento da assistência aos enfermos e que formam ampliadas com a expansão das Misericórdias no reino e no ultramar.

Nesse sentido destaca-se a obra intitulada “*Sacramental*”, de Clemento Sánchez de Vercial, publicada em 1502¹³. Nesta faz-se uma boa demarcação do que deve ser entendido como misericórdia assim como das sete obras de misericórdia corporais. Além disso, é fato confirmado que a obra referida está entre os primeiros livros impressos em língua portuguesa na península Ibérica e que teve um imenso valor para a divulgação de uma série de ideias e noções de fundo religioso, uma vez que recebeu várias edições diferentes em período inferior a um século (HORCH, 1987, p. 37).

Segundo podemos observar, nessa produção, assim é definida a misericórdia:

Misericordia he doerse homem da coyta e miseria de seu prouximo e christão e obra de misericordia He oraçom de obra e a he a saber que duas maneyras som de oraçom hua vocal que he da boca assy como a oraçom que fazemos roguando a Deos pedido-lhe algua cousa. Outra he real que he de obra e esta he esmola e esta oraçom de obra som as obras de misericordia ou algua dellas e assi como as oras canonicas da ygreja som sete assy as obras de misericordia som sete segundo a diante se dira.¹⁴

Aqui se faz a exortação a ação dos homens em favor de sua próximo. Por tratar-se de obra devocional o objetivo é, ao apelar para a obrigação moral do cristão, definida por Cristo e pela Igreja, promover a mobilização social. Observa-se que o autor faz questão de afirmar que a misericórdia é tomada de atitude – “[...] *He oraçom de obra* [...]”. Sob a ótica do autor, os homens do século XVI não podem ser misericordiosos sem que sejam atuantes, daí o sentido de oração de obra. A oração não deve apenas ser

“*vocal*”, quer dizer, acontecer apenas através do contato íntimo com Deus, seja na Igreja ou no espaço privado, a misericórdia deve ser também “*real*”.

O sentido que o autor dá a essa “misericórdia real” é que nos possibilita entrar especificamente em seu entendimento acerca de tais obras, em especial ao tratar das obras de misericórdia corporais, pois é dentro desse debate que irá se promover a elevação dos Hospitais reais em Portugal.

Retomando o texto desta fonte literária, o “*Sacramental*”, será assim que se apresentam as obras de misericórdia. Observemos que primeiro serão listadas e descritas as obras de misericórdia espiritual, para só então passar a exposição das corporais¹⁵.

Vimos que o objetivo do autor era ser o mais claro possível. Seu didatismo tem o compromisso de não permitir que haja confusão ou mal-entendido com relação ao papel de cada um no cumprimento de tais obras, que são entendidas como obrigações para o bom cristão.

No que tange às obras corporais o autor é ainda mais didático. Desdobra-se na exposição e explicação de cada uma delas como no caso das primeiras, mas vai ainda mais longe ao identificar em que passagens das Sagradas Escrituras se encontram cada uma delas.

A partir de então discorre sobre cada uma das ditas obras corporais mais demoradamente. Apesar de fragmento um pouco extenso, optamos por transcrever sua apresentação acerca de tais obras corporais em razão de sua relação direta com o cuidado com os enfermos.

A primeira obra de misericórdia he visitar. Ca todo booo christião deve visitar a seu prouximo enfermo maiormente se he prove e **nom soamente visitar mas dar-lhe fisico e mezinha se suas riquezas abastam(grifo nosso)** a elle e se ysto nom poder fazer deve-o consolar e se aquecer de morrer em tere oca todos somos hua carne humana. O que ysto fezer nom ouvira no dia do juizo aquela palavra espantosa. Vistes-me enfermo e nom me visitastes.

A segunda obra de misericórdia he dar de comer ao famynto pollaquel devemos dar de comer e fartar ao prove pero nom lhe devemos dar manjares delicados e desleytos nem fazer convites de grande custa segundo que he dyto já antre os pecados veniaes. E assi como os ricos e de grande estado enfermam alguas vezes comendo manjares grossos e viles, assi os pobres enfermam comendo manjares deleitosos e o que farta ao prove farta a Jesu Christo que disse: Quando a huum dos meus proves fezeistes obra de misericordia a mim o fezeistes. E qualquer que em tempo de necessidade nom da de comer ao faminto matão e vay contra o mandamento que diz: Nom mataras.

A terceira he dar de beber. Por esta se entende que todo christião deve dar de beber ao prove que ha mester e nom devemos menos preçar ao prove nen dizer palavras ásperas assi, como alguns fazem, que nom soamente dar-lhe de comer que devem dar e fazer-lhe esmolas mas nom lhe da magoa e fazem lhe pesar e nojo que non lhe demandam por Deus e o que he escasso e avarento a pesar e nojo que non lhe demandam por Deus e recebe mal ao prove e envia-o desconsolado, assi como fez o rico a Sam Lazaro, non se acordando que lhe deu todallas riquezas e Deus que disse vistes-me que avia sede e destes-me a beber.

A quarta he remir e por esta esmola he obra de misericordia devemos e somos obrigados remir e sacar de cativeyro os que estam em poderio de infiees para que sejam fiees christãos carecimento a nosso christião nosso proprio sangue remimos tomando enxemplo em nosso Salvador Jesu Christo que nos remio por seu sangue precioso do cativeyro em que estamos neste mundo da pena perduravel que avemos de receber no i<nferno>.

A <quynta he> vestir. Devemos vestir ao prove que esta nuu e padece frio por mingoa de vestiduras e aquelles que tem muytas vestiduras e muitos pãos devense acordar do mandamento de Nosso Senhor que disse: Quem tiver duas sayas de a h̃ua ao que a non tem. No mundo nom hay tam justo nem tam escasso como he o que soo despense e gasta as cousas que a ca muitos pobres som em mester. E tam gram pecado he nom dar aos pobres as cousas que ham mester como tomar e roubar-lhe o seu ao que tem e o que he escasso detem o pam dos mesteyrosos que padecem fame e garda e encerra as vestiduras dos nuus e tantos beens rouba quantos poderia dar alem dos que ham mester fazendo bem e a Nosso Senhor Jesu Christo cada dia se querella e diz vistes-me nuu e nom me vestistes.

A sexta he dar pousada. Nos devemos receber em nossas pousadas aos proves que nom tem casas proprias em que possam morar e nom devemos consentir que os proves estem as portas de fora com os caães. E a segundo natureza da carne humana devemos aver caridade em os proves que som homeens assi como a nos ca quanto quer que o prove seja vil e feo feytura he de Deus e como quer que todos som obrigados de fazer esta obra de misericordia muyto mais os perlados e sacerdotes. Segundo Sam Paulo escreveo em suas epistolas e diz Sam Hieronimo que a casa do clerigo deve seer comum a todos por três rezoões. A i por que se elle nom da posada nem recebe os proves nom pode amoestar bem aos outros que o façam. A ii por que por esta obra de piedade Deus da galardom em este mundo e no outro. E onde diz o apostolo usa a obra da piedade ca he boo uso do corpo e a piedade he proveitosa a todallas cousas Ca por ella he prometida vida deste mundo e do outro. A iii porque Abraham e Loth recebiam aos proves merecerom receber os angeos de Deus.

A sétima he sepultar os mortos. E todo o fyl christião he obrigado de enterrar os proves mortos e se suas riquezas abastam ha-lhe fazer as enxequas e honras a elle convinhavees tomando enxemplo de Thobias que antre todallas outras obras de misericordia que de cada dia fazia era esta quando quer que achava alguns mortos de sua fe ou que eram seus prouxtimos enterrava-os. E qualquer que pode comprir todas estas obras de misericordia ou qualquer dellas o nom faz peca e lhe seram

demandadas no dia do juyzo muy espantavelmente segundo dyto he.[...]¹⁶.

“*Nom soamente visitar mas dar-lhe fisico e mezinha se suas riquezas abastam*”. Essa obrigação presente na descrição da primeira obra de misericórdia corporal está no cerne da ação monárquica voltada para a assistência à saúde. Mas, como veremos, as ações em favor da saúde do reino trarão uma novidade, que não se opõe ao que foi apresentado acima, mas pode ser entendido como um avanço, no sentido da construção de uma política estatal assistencial de atenção à saúde, que pretende estar ao alcance de todos. Como sabemos, os hospitais régios tinham sua atuação voltada não apenas para aqueles que “*suas riquezas abastam*”. Pelo contrário, sua atuação está centrada na “*cura dos pobres enfermos*”.

Por fim gostaríamos de aludir à um dado que está relacionado a gênese do Hospital que se fundou em Caldas da Rainha: as leituras da rainha e a corte dos monarcas assim como de D. Leonor, sua fundadora. A partir do códice 11352, atualmente sob a guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, Isabel Vilares Cepeda realizou um levantamento das obras deixadas em testamento pela rainha ao Mosteiro e abadessa da Madre de Deus, em Xabregas (CEPEDA, 1987, p. 51-81).

Trata-se do levantamento mais conciso acerca da biblioteca da rainha e que nos permite adentrar a esfera intelectual da monarca. D. Leonor deixou obras em latim e português relativas à literatura didática, história, poesia, romance, filosofia assim, como não poderiam deixar de ser, as temáticas de caráter moral, religioso e, inclusive, um título ligado à medicina. Entre as obras elencadas chama-nos a atenção a quantidade de obras de cunho didático, em especial os títulos de formação moral. Destacaremos aqui uma obra que recebeu tradução para língua portuguesa e primeira impressão por mecenato da mesma rainha. Trata-se do “*Le livre des trois vertus*”, de autoria de Christine de Pizan que, na versão portuguesa, recebeu o título de “*O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*” ou, simplesmente, encontra-se “*Espelho de Cristina*”.

A obra referida está construída de modo a transmitir uma série de conselhos morais às mulheres dos três estados: 1º realeza e grandes senhoras, 2º donzelas da corte e 3º burguesas e outras mulheres da corte. Nela encontramos orientações preciosas

acerca das atitudes que se esperam das mulheres destes três estados. Destacamos uma passagem que trata da caridade para com os pobres. Aqui a caridade é associada a um caminho que dever ser percorrido pela princesa, a fim de ter uma vida virtuosa:

[...]Per esta via de caridade encaminhara a booa princesa. E com esto fara mais, assi como se ela reportasse a si meesma a palavra de Basillio onde diz ao rico: se tu conheces que os beens temporaaes te veerom per Deos, e tu conheces que has deles mais que outros muitos milhores que ti, pensarás, por isto, que Deos te fez justo? [...]

E a booa princesa deve seer bem avisada que compra as obras da misericordia, guardando seu estado vertuosamente, havendo boons servidores acerca de si e, isso meesmo, boons conselheiros, pera a bem conselharem e darem a eixucaçom seus boons propositos. E os senhores sempre devem a haver servidores de sua condiçom.

E ela, toda booa, haverá servidores a si semelhantes, os quaaes mandara que saibam, per toda parte, onde haverá pobres vergonhosos ou giintis homeens doentes (grifo nosso); [...]

Nem haverá vergonha a booa pessoa de, per si meesma, vesitar os spritaaes e os pobres, acompanhada segundo seu estado. Falara aos pobres e doentes e os tocara e confortara docemente, fazendo-lhe grandes e frorecidas esmolos (grifo nosso) [...]. (PIZAN, 2011, p. 110-111).

As grandes senhoras devem praticar as obras de misericórdia, dar esmolos aos “*giintis homens doentes*” sem se envergonhar de “*vesitar os spritaaes e os pobres*”. São atitudes que a própria rainha assumirá ao criar o hospital que é foco deste trabalho.

Fazendo referência a estas obras literárias, citadas acima, pretendemos indicar o modo como se fazia a leitura da pobreza e da caridade. Nesses casos, se promovia o pobre – objeto da caridade – a uma posição mais elevada do que de seu doador. Assim sendo o miserável foi aquele que proporcionava aos que detinham maior riqueza, uma forma de exercer a caridade e expiar seus pecados. Os menos favorecidos acabaram se tornando indivíduos providos de um papel social fundamental nesta economia da salvação. A doação de esmolos, por exemplo, assegurava tanto uma forma de sobrevivência ao necessitado quanto possibilitava a salvação da alma daquele que lhe prestou ajuda.

Importa observar que, deste modo, a doação de esmolos estava ligada ao entendimento que o doador fazia sobre o seu futuro no Além. Se o pobre tinha o papel social de assegurar ao doador a prática de uma das três virtudes teologais, no caso a caridade, era por que se pensava que por meio das esmolos se poderiam obter vantagens sobrenaturais, em especial a diminuição do tempo no Purgatório.

A discussão acerca da função e origem do Purgatório, na Idade Média, se desenvolveu a partir da obra clássica de Le Goff (LE GOFF, 1995). Longe de esgotar o tema, a historiografia continua a produzir debates em torno das práticas sociais e individuais ligadas à essa geografia do Além. Laurinda Abreu demonstrou como, para Portugal na Idade Moderna, as Misericórdias de todo o país haviam se tornado *gestores do purgatório*, uma vez que, por legado testamentário, eram as Misericórdias as responsáveis por gerir a realização das missas perpétuas como objetivo de abreviar o tempo do testador no Purgatório (ABREU, 2000, p. 395-415). Apesar de, no caso estudado por Laurinda Abreu, não estar patente a relação entre esmolas aos necessitados e o Purgatório, serve para notarmos o efeito de longa duração da crença neste espaço e de que, essa crença, ainda orientava as práticas cotidianas.

Deste modo podemos compreender melhor que não é sem propósito a disposição, no Compromisso do Hospital da vila das Caldas da Rainha, das missas perpétuas em favor da rainha D. Leonor, D. João II e seu filho falecido D. Afonso. A leitura da fonte documental permite identificar um capítulo inteiro destinado a organizar a realização das missas perpétuas em favor dos seus fundadores¹⁷. A importância das missas perpétuas era tamanha para a fundadora do dito hospital, que fez incluir no referido Compromisso uma tábua em que se distribuía entre o vigário e os capelães esta obrigação¹⁸.

Um ordenamento complexo e exigente para uma instituição que, sabemos, exigia muito dos sacerdotes na assistência e cura dos pobres enfermos. Ainda assim em caso de descumprimento da realização das missas indicadas, era estabelecida uma penalidade com desconto em seus rendimentos aos que, por qualquer motivo, faltassem com suas obrigações.

Não só os pobres, mas a pobreza tinha suas virtudes e funcionalidade, visão mais tarde reformulada e restaurada pelas ordens mendicantes com outros matizes. Para os religiosos eremitas esta era a única forma de ascese espiritual. Em alguns casos, como aqueles que viveram na Espanha visigótica em mosteiros organizados sob a *Regula Isidori*, havia a obrigação de, na festa de Pentecostes, fazerem declaração solene de nada possuírem individualmente (DÍAZ Y DÍAZ, 1964, p. 223).

Há inclusive a defesa da pobreza, que está longe da pobreza material, e que se encontra ao alcance de todos: a pobreza moral. A defesa desta virtude resultou das interpretações de passagens dos Evangelhos em que havia, aparentemente, uma

condenação da riqueza material. Um exemplo claro está na forma como foi interpretada a sentença de Jesus Cristo, no mesmo capítulo 19 de Mateus, citado no prefácio do Compromisso.

A interpretação dada neste caso foi certamente voltada para o entendimento da pobreza, relatada na passagem, como a pobreza espiritual e moral associada ao temor a Deus. Mas ao mesmo tempo foi uma indicação certa de que os ricos deveriam utilizar de seus bens em favor dos pobres. A obra, já citada, de Christine de Pizan faz o comentário desta passagem, explicando às senhoras nobres do que se tratava, quando, as Sagradas Escrituras, apresentavam as dificuldades dos ricos serem salvos, e de como devem usar de seus bens materiais em favor dos pobres.

[...] E ao que Deos diz que “impossivel é que o rico se salve”, esto se diz pelo rico sem vertude, que das suas riquezas nom destrebuio em esmolas nem em obras piadosas, cuja bem aventurança é em seus haveres. [...]

E dos pobres, de que ele diz que som bem aventurados, entende-se dos pobres de spiritu. E pode seer isso meesmo huum mui rico e avondado mais nom prezara nada suas riquezas e, posto que as tenha, ele as despense a serviço de Deos, em boas obras; nem ensobervece por honra; nem engrandece por riquezas tal criatura, posto que avonde em riquezas e beens mundanaaes, é pobre de spiritu e possuira o reino dos ceos. [...]”. (PIZAN, 2002, p. 99-100)

Queremos com a referência feita aos textos e obras acima, descrever o ambiente em que se desenvolveram as ações dos monarcas, assim como dos homens nobres do reino em favor dos mais necessitados. Não pretendemos aqui estabelecer uma primazia do meio sobre os homens com uma espécie de determinismo social. Muito pelo contrário, nosso objetivo foi apenas o de fazer saber quais as influências, em especial de mote religioso, recebidas pelos homens deste tempo, que orientaram o erigir destas obras voltadas para a saúde do reino com destaque para o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo.

Portanto, ao tentar responder a primeira pergunta formulada no início deste tópico, pudemos observar que a assistência era, em primeiro lugar, uma noção bastante ampla que se fundamentava essencialmente nas Sagradas Escrituras, na literatura devocional, nos sermões e exegese bíblica. Em segundo lugar a assistência se constituiu como uma ação prática em favor dos que, dependendo das circunstâncias, se colocavam

em uma situação de dependência, fazendo surgir assim formas materializadas de assistência como os lazaretos, mercearias, albergarias e hospitais.

No que tange à segunda pergunta que formulamos, há que se identificar alguns aspectos para a melhor compreensão desta tão difundida crise na assistência. Existe uma vasta bibliografia que consolida a perspectiva desta crise, mas temos que considerar que se trata de um colapso em um determinado modelo de proteção: o medieval. E o que levou a isso foram, sem dúvida, as inúmeras transformações pelas quais Portugal, inserido no conjunto maior de transformações da Europa, passava.

A compreensão do processo de desfalecimento dos modelos assistenciais medievais, tem como ponto de partida dois acontecimentos que mudaram a Europa na Baixa Idade Média (a Peste Negra, no século XIV, e os efeitos nocivos do crescimento populacional, no século XV) e que conduziram ao surgimento de novas formas de se entender a assistência aos necessitados no alvor da Idade Moderna.

No que se refere à Peste Negra existe um ponto a ser indicado e que conduz para a nova forma de assistência à saúde, que vai caracterizar os hospitais que surgem dentro deste processo de reforma da assistência em Portugal. Segundo John Henderson e Katharine Park a Peste Negra não foi a responsável por mudar a ótica sobre os pobres, mas sim a ótica acerca da assistência à saúde (HENDERSON, J. e PARK, K., 1991, p. 169). No estudo em questão os autores apontam para um aumento nas doações aos hospitais, que se reestruturaram e promoveram certa especialização do espaço hospitalar, com o surgimento de espaços distintos para cada grupo de enfermos.

Desta forma, e como podemos observar para o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, é evidente a distinção de sua forma de organização em relação aos hospitais conhecidos em Portugal na Idade Média. Essa distinção é palpável, também pelas suas formas de escolha e distribuição de enfermos pelo espaço do hospital, ao mesmo tempo em que havia um ambiente destinado aos peregrinos onde se mantinha a hospitalidade, preservando assim as raízes medievais dos hospitais. Ao mesmo tempo observamos a particularização de cuidados e, no caso em questão, pela existência, no corpo de funcionários do hospital, de físico, boticário, cirurgião, enfermeiros e toda uma gama de ofícios cujas atividades se relacionam com a cura durante o tempo de tratamento.

O outro aspecto que gostaria de indicar diz respeito a uma consequência negativa do crescimento populacional do século XV: o aumento da pobreza. Importa ressaltar, em primeiro lugar, que neste ambiente demográfico, econômico e social, o

padrão de assistência exercido durante a Idade Média não era já suficientemente capaz de suportar as novas exigências surgidas com as transformações que se arranjavam¹⁹. Essas mudanças foram sentidas de maneira distinta em cada região da Europa, chegando a dar origem a outras ideias de como se deveria dar tratamento aos pobres que aumentavam. Se, por um lado, temos essa tendência de cuidado com os pobres enfermos houve também extremos chegando até mesmo a sugerir que os pobres fossem enclausurados²⁰.

Em alguns casos eram evidentes aqueles que falseavam sua condição, se dizendo pobres, para obter o apoio dos seus pares. O problema dos “falsos pobres” não era novidade, pelo menos, desde 1427, havia uma regulamentação que exigia licença de juízes e vereadores para se mendigar em Lisboa (MENDES, 1973, p. 582).

Entretanto, é certo que a crise das instituições de assistência na Baixa Idade Média não se deu por conta dos falsos pobres. Aliado aos aspectos apontados acima há, sem dúvida, que se identifica a má administração dos gestores como um dos motivos deste desfalecimento na assistência. Paulo Drumond Braga encontrou, em várias situações, mas especialmente nos tombos das casas de assistência, a recorrente justificativa para seu mau funcionamento expresso nos termos *maa guouernança, bens danificados, sonogados* ou *enlheados* (BRAGA, 1991, p. 178-185).

Incapacidade de atendimento às novas demandas geradas pelo aumento do número de pobres, um maior número de doentes, com surtos epidêmicos recorrentes, como é o caso da sífilis que brotou na segunda metade do século XV, crises cíclicas, o que fazia crescer a quantidade de famintos, as guerras de Reconquista ou entre reinos na Península Ibérica, que fazia crescer a cifra de viúvas e órfãos, patrimônios utilizados em benefício próprio dos administradores ou mesmo mal geridos. Foi, portanto, neste contexto geral e no acentuar destas transformações, que os governos perceberam a necessidade de intervir no campo da assistência.

Entendemos que a conjugação destes aspetos tornou possível a combinação da caridade, do poder político e da medicina, assim como do secular e do espiritual, num mesmo espaço – o hospital – surgidos, também como resposta a essa crise da assistência. Some-se a isso motivação religiosa do momento enraizada da Casa Real e nas elites locais, difundida em toda a população, e que Isabel Sá denominou de “cultura da caridade”, sem a qual não se pode compreender o ambiente motivacional fundamental de todo o processo de reordenamento da assistência e que tem como

expoentes máximos o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa e o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha.

Referências:

BIBLIA de Jerusalém. Paulus: São Paulo, 2002.

CARTINHA. Lisboa: João Pedro Bonhomini de Cremona. 1502. Disponível em: <<http://purl.pt/15028>>

ORTIZ DE VILLEGAS, Diego. *Cathecismo pequeno de doutrina e instrução que os xpãosam de cree e obrar pêra conseguir a benaventuranca eterna feito e copilado polloreuerendissimosenior dom Dioguo Ortiz bispo de çepta ...*. Lixboa: per Valent[m] Fernãdez alemã e Iohã Pedro Boõhomini de Cremona, 20 Julho 1504. Disponível em: <<http://purl.pt/14885>>

PIZAN, Christine. *O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*. Ed. Crítica de Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Caminho, 2002

PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias – O reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. *Sacramental*. Lysboa: per Ioha[m] Pedro de Cremona, 28 de Sete[m]bro 1502. Disponível em :<<http://purl.pt/15164/3/>>.

¹Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor de História Medieval do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Goiânia/Goiás – Brasil. E-mail: andrelarissaaliceeva@gmail.com

²Entendemos aqui formas de solidariedade vertical aquelas promovidas por indivíduos de categoria social mais destacada em favor de outros que se encontram abaixo de seu estatuto social. Por solidariedade horizontal, entendemos as instituições de apoio mútuo, cuja mais conhecida para o período medieval é, sem dúvida, a confraria. Para o período moderno outras formas de solidariedade horizontal vão surgir, como as irmandades e as misericórdias, mas todas com a mesma raiz: o mútuo apoio entre indivíduos que se identificam como iguais em algum aspecto de suas vidas.

³O cotejamento entre o *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo* e o *Regimento do Hospital de Todos os Santos* permite observar o cuidado que os monarcas portugueses envolvidos na fundação dos hospitais tiveram em definir como objetivo dos mesmos os cuidados aos pobres enfermos. Tais documentos encontram-se publicados em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias – O reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

⁴ Vejam-se por exemplo: “Nunca faltarão pobres na terra, e por isso dou-te esta ordem: abre tua mão ao teu irmão necessitado ou pobre que vive em tua terra” (Dt 15, 11); “Dá esmola dos teus bens, e não te desvies de nenhum pobre, pois, assim fazendo, Deus tampouco se desviará de ti” (Tb 4, 7); “Pobres vós tereis sempre convosco. A mim, porém, nem sempre me tereis” (Mt 26, 11); “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu; e enviou-me para anunciar a boa nova aos pobres, para sarar os contritos de coração” (Lc 4, 18); “Então ele ergueu os olhos para os seus discípulos e disse: Bem-aventurados vós que sois pobres, porque vosso é o Reino de Deus! (Lc 6, 20)”.

⁵ Veja o documento completo em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da

Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 132-151.

⁶ Veja também em: SOUSA, Ivo Carneiro de. O cardeal D. Jorge da Costa e a reforma da assistência em Portugal. In: *Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga: Actas*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, N. 2, vol. 1, p. 646-660.

⁷ Mateus 25: 31-46.

⁸ Para entender melhor como os homens deste período faziam a associação entre Misericórdia e Justiça veja-se o “Auto de Deus Padre e justiça e mia: obra nouamente feita em a qual se representa a Misericórdia e a Justiça perante Deos Padre...,” de Gil Vicente.

⁹ Veja obra inteiramente disponível em: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento. (policopiada)*. Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2. pp. 280-294.

¹⁰ “*Explicação das Obras de Misericórdia*” disponível em: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento. (policopiada)*. Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2. pp. 280-294..

¹¹ “*Explicação das Obras de Misericórdia*”... Idem.

¹² Segundo o autor da referida obra os privilégios dos misericordiosos são assim apresentados. [...] dezemos que quatro o primeiro he que esta virtude de natura e as cousas que som de natura som mais onradas e mais perlongadas que as outras e por esto nom se podem tamaginha perder e asy dizia Job des a minha meninice creceo commigo a misericordia o segundo he que os homeens misericordiosos nunca pecam a sabendas ca tal pecado como este nom vem salvo de dureza de coraçom a qual nom he em os homeens misericordiosos e por esto dizem que os homeens misericordiosos am coraçom de carne e os cruees am coraçom de pedra o terceiro privilegio he que os misericordiosos veem ligeiramente a peemdença caam a alma e a vontade piadosa e porem muito aginha fazem aquello que dise o proffeta tirade de vosos corações todo mal e pecado o quarto privilegio he os misericordiosos amalabes ou nunca se perdem [fl. 198v] ca nenhuum nunca se perde se non o que em a fim de sua vida nom faz peemdença e os misericordiosos sempre se arrependem muito [...]”. Idem.

¹³ Utilizamos aqui duas fontes onde se pode encontrar a obra de Vercial. A primeira encontra-se disponível para download, na página da Biblioteca Nacional de Portugal, diversas cópias de diferentes edições. Utilizamos aqui a edição de 1502, publicada por João Pedro Bonhomini de Cremona (ou simplesmente Pedro de Cremona), disponível em :<<http://purl.pt/15164>>.

Encontra-se também digitalizado uma “Cartinha” do mesmo editor, João Pedro Bonhomini de Cremona, publicada em 1501, onde podemos identificar as obras de misericórdia espirituais. Disponível em: <<http://purl.pt/15028>> assim como um “Cathecismo pequeno” do mesmo editor em: <<http://purl.pt/14885>>. Estas são obras interessantes para quem pretende estudar com mais pormenor a importância da impressão de obras em língua portuguesa na difusão das ideias religiosas. A outra fonte utilizada foram os excertos publicados em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

¹⁴ SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. Sacrame[n]tal/por Crimente Sanchez d^averçhial bacharel em leys... – Lysboa: per Ioha[m] Pedro de Cremona, 28 Sete[m]bro 1502. Disponível em :<<http://purl.pt/15164>> .

¹⁵ Assim se apresentam as obras espirituais: “As obras de misericordia som sete como quer que alguns põem xiiii mas reduzen-se a sete Ca som sete sprituaes e sete corporaes. As sete sprituaes som estas: ensynar, conselhar, castigar, consolar, sofrer, perdoar, rogar. A premeyra he ensynhar aos ynorantes ca devemos ensynhar aos sympres que nom sabem o que fazem e nom devemos seer escassos de ensynhar o que sabemos e os prelados e os que tem curas devem ensynhar a seu povoo e a seus subditos a ter creença de Jesu Christo e emforma-los em os mandamentos de Deus e em os sacramentos da Santa Madre Ygreja [...] A segunda he aconselhar a seu prouximo se o vee errar ou estar prestes para pecar que o parta e tyre de error para que se guarde de pecar e o conselho verdadeyro he escolher o bem e leyxar o mal [...] A terceira he castigar. E primeiramente cada hum deve castigar a sy mesmo ca a caridade ordenada asy mesmo deve começar e depois correger e castigar ao que pecar [...] A quarta he consolar. Todo chrispaão boo deve consolar a seu prouximo se vee que teem alguua tribulaçom ou proveza ou esta em algum grande prigo e nom deve escarnecer delle nem gozar-se da sua tribulaçom e affliçom ante deve trabalhar-se de o tyrar de tristeza [...] A v he perdoar todo boo christaão deve perdoar a seu prouximo todo rancor

odio e mal querença injuria offensa que lhe avia feyta [...] A vi he soffrer a seu prouximo que lhe fezer mal e lhe fezer injuria e deshonra nem deve logo tomar sanha com elle nem torvar-se e vengar-se [...] A vii He rogar. Cada hum deve rogar a Deus assi pollos vivos como pollos mortos e polla madre Sancta Ygreja que Deus a garde e deffenda e pollos reys e príncipes christaãos que Deus lhes de paz e perseverança em os seus mandamentos e que Deus conserve e garde a castidade aos virgeens e religiosos e continentes que prometerom castidade e aos casados de vontade as viuvas e orfaãos consolações aos proves riquezas com que possam em este mundo passar, aos atribulados e afflitos o bem que desejam e consolaçom aos periginos e caminhantes que Deos os torne a suas casas, aos que andam no mar lhes de porto de saude e Deus de a todos graça e aos boons que preseverem e estem firmes em a fe. E aos maos que nom pereçam nem se percam.” Vide a publicação disponível em: <<http://purl.pt/15164>>.

¹⁶SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. Sacrame[n]tal/por Crimente Sanchez d^averçhial bacharel em leys... – Lysboa: per Ioha[m] Pedro de Cremona, 28 Sete[m]bro 1502. Disponível em :<<http://purl.pt/15164>> .

¹⁷Veja o texto completo do Compromisso em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 132-151.

¹⁸“[...] A regra da tabua para se regerem as missas. Item o primeiro dia de Agosto o vigário dira missa e dois capelães mais antigos que nomeamos por primeiro e segundo e o terceiro ficara de fora para dizer qualquer missa de devoção que aí houver, e no segundo dia dirá outrosim o vigario missa e dois capelães, seja primeiro e terceiro, e o segundo ficara de fora. E no terceiro dia dira o dito vigario missa e os dois capelães, seja segundo e terceiro e o primeiro ficara[m] de fora; e no quarto e quinto dia dirão missa os tres capelães e o vigario ficara de fora, e no sexto dia tornara a roda ao dito vigario e dois capelães, seja primeiro e segundo, e o terceiro ficara de fora, e por esta maneira prosseguira ate 25 dias de Novembro que se acaba em dia de S. Clemente e dali em diante não tera o dito vigario mais de um dia em cada roda até ao fim do ano que se acabara no derradeiro dia de Julho. E no primeiro de Agosto começarão sempre esta roda [...].Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo in:PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 132-151.

¹⁹ Uma boa síntese da situação pela qual passava Portugal está na obra clássica: OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

²⁰ Apesar de não poderem ser observadas para o caso de Portugal no final do século XV e início do XVI, é curioso notar que surgem, até mesmo, discursos que pretendiam dar novo enquadramento à pobreza e á forma como lidar com ela. È o caso das ideias que defendiam o enclausuramento dos pobres como medida preventiva para os transtornos gerados nas cidades. Ao mesmo tempo foram aparecendo novas perspectivas que pretendiam diferir os pobres entre aqueles que, de fato, necessitavam da ajuda dos seus irmãos pobres que falseavam sua condição para se aproveitar da boa vontade de outros. Alguns autores chegaram a escrever tratados sobre os pobres e sobre como resolver a pobreza das cidades. Em Portugal essas ideias tiveram penetração apenas no final do século XVI. Sobre essa temática ver: ABREU, Laurinda. Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII). Évora, Ed. Colibri, 2005. ABREU, Laurinda. Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno, In: *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social*: Iglesia, Estado y Comunidad, (Siglos XV-XX), Bilbao:Universidad del País Vasco, 2007, pp. 95-119.

Artigo recebido em 19/01/2016. Aprovado em 22/02/2016.

A ESCRITA DE UM FEITO INGLÓRIO: O CERCO PORTUGUÊS A TÂNGER, EM 1437.

THE WRITING OF AN INGLORIOUS EVENT: THE PORTUGUESE BATTLE OF TANGIER, 1437.

Kátia Brasilino MICHELAN*

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar algumas construções, escritas em língua vernácula, acerca do ataque português, de 1437, à cidade de Tânger, localizada no norte da África. Em tal ataque, não se cumpriu o propósito esperado pelos portugueses e, como desfecho, o infante D. Fernando ficou cativo dos mouros. Assim, contar essa história exigiu diversos mecanismos narrativos por parte dos homens que intencionavam relatar os feitos gloriosos dos nobres portugueses. Para entender como esse episódio infeliz foi sendo pensado e narrado ao longo do século XV e início do XVI, serão analisados, aqui, dois grupos de documentos: os escritos anteriores e posteriores ao ataque.

Palavras-chave: Idade Média; Portugal; Tânger; Guerra; Mouros.

Abstract: The intent of this article is to analyze some portuguese writings about the battle of Tangier, 1437. In this event, the Portuguese purpose did not take place and the infant D. Fernando stand prisoner of the moors. In this way, tell the story of this event wasn't easy for the men that narrate the glorious deeds about the portuguese nobles. To understand how this event was thought, here, will be analyzed two groups of documents: the earlier and later written about the attack.

Keywords: Middle Ages; Portugal; Tangier; War; Moors.

Os poucos versos dedicados ao reinado de D. Duarte (1391-1438), na famosa epopeia portuguesa, *Os Lusíadas*, escrita por Luís Vaz de Camões (1524-1580), servem de exemplo de como a tentativa de conquistar a praça de Tânger (em 1437) e o consequente cativeiro do filho mais novo de D. João I (1357-1433), o infante D. Fernando (1402-1443), ganharam forma e se solidificaram na memória portuguesa. A construção do martírio do infante e a sua dita santidade claramente mostraram-se mais apelativas que o insucesso do cerco. Camões narrou, provavelmente a partir da leitura

* Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca. Franca, SP - Brasil. Bolsista CAPES. Atualmente, é pesquisadora recém-doutora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-RJ), junto ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, com funções de docência e pesquisa. katiamichelelan@yahoo.com.br

dos cronistas Rui de Pina (1440-1522) e João Álvares (14??-1484) (CALADO, 1962, p. 7-8), que o rei D. Duarte

[...] viu ser cativo o santo irmão Fernando (Que a tão altas empresas aspirava)
Que, por salvar o povo miserando
Cercado, ao Sarraceno se entregava
Só por amor da pátria está passando
A vida, de senhora feita escrava
Por não se dar por ele a forte Ceuta. (CAMÕES, Canto IV)

Se na época em que Camões escreveu, na segunda metade do século XVI, a ideia de que o sacrifício do infante foi decorrente de seu “amor à pátria” e necessário para a continuidade das glórias portuguesas, o mesmo não pode ser dito para os tempos contemporâneos ao ataque a Tânger. Os homens desse tempo não viram o segundo ataque ao Magreb, depois de conquistada a praça de Ceuta, em 1415, como uma continuidade natural da guerra expansionista, antes ponderaram e debateram por anos sobre a validade da guerra no norte da África e sobre os benefícios e os malefícios para o reino dos ataques além-mar.

A opinião dos principais do reino acerca da guerra no Magreb é dada a conhecer, porque o rei D. Duarte, a partir de 1432,¹ ainda como delegado de seu pai – o rei D. João I, que faleceu em 1433 –, começou a solicitar aos principais nobres do reino pareceres e conselhos acerca de um possível ataque ao Magreb, mesmo que sem definição se seria Tânger, Arzila ou alguma outra praça. Não é de se estranhar a encomenda de pareceres escritos, pois D. Duarte, como era próprio de seu tempo, acreditava no valor das regras escritas para lidar com a organização da vida ou com decisões importantes, como a tática e a estratégia militar. Saber como escrever uma epístola corretamente, obedecendo a ordem das matérias, era, igualmente, considerado um traço específico da erudição cortês do Quatrocentos. Os pareceres recebidos por D. Duarte, ao longo dos anos, podem ser caracterizados por três posturas diferentes. Em primeiro lugar, vale lembrar que alguns simplesmente optaram por ponderar os prós e os contras da guerra, mas sem se posicionar efetivamente de um lado, como foi o caso do infante D. João (1400-1442) – quarto filho legítimo de João I e administrador da Ordem Militar de Santiago, que examinou os benefícios e malefícios de uma expedição real ao Magreb fazendo uso da estrutura escolástica – tese, antítese e síntese (THOMAZ, 1994, p. 87). Em segundo lugar, surgiram os pareceres assumidamente contra a guerra em território magrebino,² como o de D. Afonso (1377-1461), conde de

Barcelos, os dos seus filhos, D. Afonso (1400-1460), conde de Ourém e D. Fernando (1403-1478), conde de Arraiolos, bem como o suposto parecer mais tardio do infante D. Pedro (1392-1449), possivelmente elaborado entre os anos de 1436 e 1437, mas cujo único registro legado encontra-se na *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina³. Por fim, os que eram a favor de uma nova expedição ao mundo árabe, como se vê da carta escrita por D. Henrique (1394-1460), por volta de 1436, e endereçada ao rei D. Duarte. De maneira geral, tais escritos estavam embasados em argumentos apresentados por autoridades religiosas ou da Antiguidade e essas “cartas conselho” podem ser consideradas uma peculiaridade do reino português, tanto pela quantidade produzida quanto pelo conteúdo, que mesclava a exortação ao rei com argumentos persuasivos (GOMES, 2004, p. 30).

A emergência desses pareceres pode ser explicada pelo advento da dinastia de Avis, no final do século XIV, quando a corte passou a desempenhar um papel de destaque na produção de modelos de conduta através da escrita (BUESCU, 2010, p. 53). Em outras palavras, começa a concorrer com o conjunto documental basicamente clerical, como tinha sido aquele produzido até o século XIV, uma produção escrita proveniente do meio laico e empenhada em definir modelos morais de conduta para os nobres; escritos representativos de um novo ideal para os leigos, em que à destreza no manuseio das armas vinha se juntar o domínio da escrita. Assim, a vida dos jovens da nobreza daquela época passa a ser composta por um itinerário educativo que priorizava duas áreas distintas: as armas e as letras. Em síntese, este percurso implicava na aquisição de competências como boa leitura e escrita, conhecimento da doutrina cristã e de partes da Bíblia, bem como a aprendizagem da gramática latina, que era uma via de acesso para autores da Antiguidade prestigiados pela cultura letrada da época, como Tito Lívio, Aristóteles, Cícero, Virgílio e Sêneca. Os referidos pareceres e suas bases argumentativas encontram-se inseridos nesse jogo contextual, em que as concepções clássicas e as religiosas ajudaram na elaboração dos modelos virtuosos. Convém advertir, entretanto, que, apesar de o uso das letras ter um papel de destaque entre os nobres do período e a escrita ser uma forma de ordenar o mundo, a necessidade de pedir conselhos, para além disso, indica que não havia uma ideia clara, muito menos um projeto estabelecido de continuidade expansionista através da guerra contra os mouros do Magreb, como o século XVI e a historiografia posterior entenderam. Ao contrário, o ponto principal de debate dos pareceres era acerca da validade da própria guerra com os mouros e dos proveitos oriundos dela. As argumentações dos pareceres, desse modo,

são exemplares das preocupações dos nobres portugueses da época no que diz respeito ao propósito da atividade guerreira como serviço a Deus, à honra obtida pela guerra, à legitimidade dos ganhos materiais, ao prazer e à fama oriundos da guerra.

Saber se um empreendimento agradaria a Deus, entre outras coisas, era uma preocupação recorrente tanto para clérigos quanto para leigos. Embora os conhecimentos acerca do manejo das armas estivessem no centro da cultura aristocrática do período e fizessem parte da educação de príncipes, infantes e jovens nobres, o uso das armas em guerras deveria estar de acordo com os preceitos da guerra justa, propostos, por exemplo, por Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. Assim, vários foram os que argumentaram que a guerra no Magreb, conquanto tivesse o infiel como inimigo, não seria serviço de Deus. O infante D. João, nesse sentido, amparado no ponto de vista do siso, considerou que não seria do agrado de Deus ações que causassem sofrimento aos homens do reino, uma vez que a expedição não poderia ser financiada sem a imposição de um subsídio especial de guerra ao povo (RUSSEL, 2004, p. 133); o que comprometeria as obras de misericórdia e causaria danos ao reino. Como era dever dos príncipes evitar danos aos seus súditos, essa possibilidade colocava em questão a justiça da guerra. D. Afonso, conde de Barcelos – cujo parecer é bastante significativo, pois é um exemplo da opinião de um membro da alta nobreza que gozava de prestígio no reino por ser filho natural *do velho rei* e que possuía grandes riquezas patrimoniais – ressaltou ainda, acerca do dever do rei de guardar por seus súditos, que uma guerra contra os mouros, considerando seus danos, não poderia ser serviço de Deus, pois o rei, que legitimamente poderia preparar uma armada, não devia começar obras que “[...] escandalizam as gentes”, de forma que, se o rei insistisse na guerra, em desagrado a Deus, poderia perdê-la e assim trazer “[...] dano e vergonha ao reino” (CONSELHO DO CONDE DE BARCELOS, 1960, p.77). Já para o infante D. João, mesmo que o rei e alguns membros do conselho guerreassem com os mouros simplesmente pelo serviço de Deus, outros iriam apenas em busca de honras e/ou de riquezas, o que tornaria a guerra injusta, pois “[...] quem mata um mouro com tal intenção não peca menos do que por matar um cristão” (VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO, 1960, p. 80). D. João defende que não podia haver certeza de que a própria guerra aos mouros fosse um serviço prestado a Deus, pois não tinha visto nem ouvido que “[...] Nosso Senhor nem algum de seus apóstolos nem doutores da Igreja mandassem que guerreassem infiéis”, mas, pelo contrário, as escrituras recomendavam que a conversão dos infiéis fosse realizada “[...] por pregação e milagres” (ibid., 1960, p. 80). Não faltou, no entanto,

quem enxergasse – inclusive fazendo uso do mesmo fundamento, o aprazimento a Deus – motivos para executar uma armada contra o Magreb. Mesmo um conselheiro pretensamente contrário à guerra, como D. Pedro, não duvidava que seria serviço de Deus “os mouros inimigos da fé serem guerreados”, contanto que não trouxessem “consigo danos e males muito maiores” (PINA, 1977, p. 532). Nesse sentido, o infante D. João, na antítese do seu argumento apresentado acima, lembra que a guerra era uma prática recorrente da nobreza a partir da hierarquia das três ordens estabelecidas por Deus: “[...] Nosso Senhor Deus ordenou três estados em este mundo, pelos quais quis ser servido, a saber, os oradores, os lavradores e os defensores, apartando a cada um seu mister” (VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO, 1960, p. 81). Assim como o lavrador sem lavar e o orador sem ordens ou benefícios não podem viver, a “[...] fama dos defensores sem direita guerra não pode muito durar” (Ibid., 1960, p. 81). A palavra *defensores* escolhida pelo infante D. João, sem dúvida, não foi aleatória, uma vez que uma das soluções, propostas por Santo Agostinho, em favor da guerra justa era que ela fosse ocasionada por defesa e não ataque (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 177).⁴ Já D. Henrique, num parecer extremamente favorável à execução de uma guerra em África – repleto de citações bíblicas e apoiado no modelo de um sermão ou de um *excitatorium* à guerra –, argumenta que garantir a salvação da alma era o maior e o mais importante fim da existência humana, de modo que não seria necessário empreender longos comentários acerca deste ponto. Igualmente não se podia duvidar que a guerra contra os mouros fosse serviço de Deus, pois “[...] a igreja determina e por grandes milagres e pelas crônicas é autorizada e todos os bons certamente creem nisso” (VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. HENRIQUE, 1960, p. 85). Os conselheiros, como se vê, não estavam em consenso sobre o agrado divino na realização da guerra, tanto que o infante D. João concluiu que os dois argumentos, contra e a favor, estavam tão equilibrados que só o rei D. Duarte poderia colocá-los em uma balança e decidir entre eles.

A honra era um dos princípios orientadores das condutas da sociedade do século XV em geral e da elite guerreira em particular, promovendo reconhecimento social (fama) e recompensa material (proveito) por parte do rei (a *fons honorum*). Contudo, mesmo do ponto de vista da honra, também é possível encontrar opiniões contrárias e favoráveis à guerra. Nesse sentido, para o infante D. João, pelo siso, era preciso considerar que, se Deus deu tanta honra ao rei e ao seu povo em sua própria terra, não se devia buscar fora das fronteiras “[...] caminhos escorregáveis”, onde se pudesse cair. O

infante retomou, então, o exemplo de Cristo que, levado ao pináculo de Jerusalém, foi desafiado a lançar-se para baixo, pois os anjos sustentariam sua queda. Contudo, como era sábio, Jesus recusou dizendo que não se deveria tentar a Deus (VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO, 1960, p. 81). Seguindo o exemplo de Cristo, o rei não deveria ir até Benamarim, pois seria arriscar sua honra e Deus poderia não mandar seus anjos; assim sendo, não seria prudente trocar a honra certa pela duvidosa. Apelando ao contra ponto da cavalaria – favorável à guerra, como não poderia deixar de ser –, o infante D. João apontou que “[...] quem grandes feitos não começa, grandes feitos não pode acabar” (ibid., 1960, p. 81); e os cavaleiros não poderiam ser considerados bons se a “[...] honra de cavalaria não alcançassem” (ibid., 1960, p. 81), pois a honra só era possível através de guerra ou de peleja e, quanto mais arriscada a guerra, mais honrada era a vitória – como o território de Magreb prometia. Na direção favorável à guerra, o infante D. Henrique ressaltou ainda que não haveria maior honra do que guerrear com os inimigos da fé, dado que o prazer decorrente dela era o maior de todos e a memória do feito duraria para sempre neste mundo e no outro. As honras que a guerra propiciava aos grandes senhores atingir, portanto, deveriam ser eternizadas em crônicas e em outros documentos escritos, diferentemente daquelas adquiridas nos tempos de paz em torneios, justas e caças (DIAS, 2007, p. 61). Sobre tais honras de guerra, o infante D. Henrique acrescenta que sua importância estava sobretudo na manutenção da boa memória das linhagens, pois, para ele, a honra de uma pessoa, do nome, da linhagem e da *nação* era transmitida como herança de geração em geração e, desse modo, esta fundamentava a vida do homem na terra e devia ser duradoura. Apela em prol desse argumento para o conselho de Cristo de que, “[...] se honrardes pai e mãe, viverás longamente sobre a terra” (VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. HENRIQUE, 1960, p. 85) e, para amenizar os perigos de guerra, ressalta que o serviço de Deus e a honra não viriam sem sacrifícios e perigos, como mostravam as escrituras. Ademais, no pensamento henriquino, os perigos não deveriam ser temidos, pois, se a causa fosse justa, o Senhor Jesus Cristo ajudaria na sua execução.

A fama, a glória e o prazer decorrentes do combate eram elementos de extremo prestígio na valorização da condição nobre do Quatrocentos; ideais esses largamente divulgados pelas novelas de cavalaria, trovas e crônicas cavaleirescas. A fama, *grosso modo*, era resultado da concretização dos valores da honra e do proveito e poderia ser atingida tanto individualmente quanto coletivamente. Já a glória era equivalente ao louvor, tendo por fim último premiar a alma com a recompensa da vida eterna, pelo que

estava garantido o Céu aos que morriam guerreando em guerras justas (SANTOS, 1998, p. 15). A fama por si só não era motivo para começar uma guerra, pois como destacou D. Fernando, conde Arraiolos, a “[...] vangloria é um pecado mortal” (CONSELHO DO CONDE DE ARRAIOLOS, 1960, p. 75). No entanto, uma guerra justa e a boa intenção dos cavaleiros, além da fama em caso de vitória, garantiria a glória superior a todas as outras, ou seja, a salvação das almas, mesmo que a empresa falhasse (VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO, 1960, p. 82). A morte em combate e a consequente recompensa dos céus é, a propósito, um *topos* bastante recorrente na escrita medieval, tendo o cronista Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), por exemplo, considerado que a guerra contra os infiéis era a maior forma de glória e que Deus todo poderoso sabia que, se algum cristão morresse em combate, morria pela verdade da Fé e salvação de Sua Lei, “pelo qual Ele mesmo dá o celestial galardão” (ZURARA, 1915, p. 157). Pode-se afirmar assim que a glória era mais valorizada do que a fama, pois proporcionava a ascensão ao céu, objetivo primordial de todo cristão, mas nem por isso a fama e a perpetuação da memória deixavam de ser importantes. O prazer decorrente da guerra também é apresentado como um dos argumentos justificadores da necessidade dos nobres de guerrearem. D. Henrique, por exemplo, para convencer o rei a realizar a guerra, relembrou os prazeres das guerras passadas e a postura de D. Duarte durante a tomada da cidade de Ceuta: “[...] e vos, meu bom senhor, testemunhe se tendes prazer dos que passaram, em que vos mais alegre que no daquele dia em que fostes na tomada de Ceuta” (VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. HENRIQUE, 1960, p. 85).

Na exposição dos pareceres mencionados nota-se a recorrente preocupação com as possíveis consequências para o reino português de uma investida contra o Magreb, ou seja, a guerra contra praças magrebina não aparece nesses conselhos como um objetivo certo e consensual entre a nobreza portuguesa. Além do mais, é preciso considerar que, apesar dos valores da cavalaria, do siso e do serviço de Deus perpassarem todos esses escritos, os nobres não negligenciaram a questão financeira dos ataques cavaleirescos para um reino já sobrecarregado e não consideravam Portugal um reino preparado para empreendimentos na África. Tal receio de certa forma denuncia que um projeto de conquista da costa africana, magrebina e guineense, não fazia parte dos objetivos dos principais homens do reino nos anos após a tomada de Ceuta, ainda que a guerra fosse uma das principais fontes de proveito daquele tempo. Os custos da guerra e da manutenção de outra praça no reino berbere se sobrepunham aos possíveis benefícios, segundo os pareceres mencionados, além de aparentar moralmente condenável. A

grande exceção é o parecer do infante D. Henrique, extremamente favorável à guerra. Talvez por isso, desde as crônicas de Zurara, ele venha sendo considerado o grande responsável pela saída portuguesa para os territórios africanos.

Um dos preceitos da guerra justa, proposto por São Tomás de Aquino, era que a guerra justa devia ser declarada por uma autoridade pública legítima, ou seja, pelo rei (AQUINO, 1989, p. 334). Não competia, desse modo, aos particulares preparar uma guerra, pois tinham superiores a quem recorrer para salvaguarda de seus direitos. Considerando esse preceito, o rei D. Duarte se viu na obrigação também de emitir um parecer escrito, provavelmente elaborado em 1437, nos meses anteriores ao ataque, abarcando as razões que o levaram a tomar uma decisão positiva em organizar uma armada contra Tânger. Tal postura pode ser considerada um indicativo da preocupação do rei em validar sua decisão e para transmiti-la para os súditos não presentes na corte, dado o peso que a palavra escrita em epístolas começava a ganhar no período para a aproximação entre o rei e seus senhores. Em comparação com os demais escritos aqui apresentados, pode-se dizer que os nobres deram pareceres, já D. Duarte apresentou uma justificativa para sua decisão, a partir de treze argumentos, que vão desde a piedade filial – no sentido de que a guerra em África teria sido o último desejo do rei D. João I –, até a almejada conversão de todos os infiéis da África ao Cristianismo. Em relação ao serviço de Deus e à honra decorrente do bom exercício das armas, pontos já bastante debatidos aqui, D. Duarte acrescentou alguns aspectos: a preocupação do rei em evitar que alguns nobres pedissem licença para buscar honra de guerra em outras terras; uma guerra no Magreb dar-lhe-ia um bom motivo para o reino português não participar das guerras entre cristãos, principalmente entre Inglaterra e França, cuja aliança já havia sido requerida; e, por fim, a necessidade de proporcionar experiência de guerra para os jovens nobres do reino. Como no parecer de D. Henrique, a tomada de Ceuta aparece como exemplo positivo na justificação de D. Duarte, pois, para ele, a guerra era tão justa que Deus daria Tânger aos portugueses do mesmo modo que anteriormente havia entregado Ceuta. Além disso, a conquista de Tânger e Arzila poderia aumentar a proteção sobre Ceuta e compensar, pelo saque, as inúmeras despesas que a praça acarretava (LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE, 1982, p. 135-138). Outro ponto notório da composição de D. Duarte é o último parágrafo do texto, supostamente tardio, acrescentado depois do desfecho infeliz da guerra no Tânger, no qual o rei confessa sua resignação com o veredito dos céus, pois o portugueses confiaram que, como agiam por serviço de Deus, suas forças, mesmo que

numericamente inferiores, seriam multiplicadas, mas, se não fosse da vontade de Deus, a D. Duarte só restaria aceitar com paciência e agradecer as vidas poupadas (ibid., 1982, p. 137-138).

Depois das decisões tomadas, da aprovação do soldo de guerra nas cortes de Évora, em abril de 1436, e do recebimento da bula de cruzada, *Rex Regnum*, emitida por Eugênio IV, em 8 de setembro de 1436, legitimando a investida portuguesa ao Magreb e garantindo a autoridade temporal do papado sobre os povos não cristãos, D. Duarte começou, segundo Rui de Pina, a organizar o ataque, frequentando navios estrangeiros e recrutando homens (PINA, 1977, p. 535-536). Uma atitude notória do rei foi a redação de regimentos para a guerra, uma vez que ele não participaria fisicamente do ataque a Tânger. D. Duarte afirmou que queria seguir o costume dos reis e senhores que costumavam fazer declarações de conselhos e incentivos aos capitães e aos combatentes, no entanto, declara que, “[...] porque as palavras mais ligeiramente passam”, preferia colocá-las em escrito (LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE, 1982, p. 123). Era comum os reis, antes das partidas ou batalhas, fazerem pronunciamentos para incentivar e encorajar os homens para a guerra, no entanto, D. Duarte foi singular, ao optar por fazer as declarações por escrito para substituir sua ausência. Tais regimentos cumpriram, portanto, a função de comando esperada do rei, ou seja, apesar de não liderar pessoalmente o ataque, o rei não negligenciou, nem tampouco se absteve de chefiar, planejar e decidir sobre a execução do cerco. O regimento foi de tamanha importância que o cronista Rui Pina, em vários momentos, afirma que o descumprimento dele acarretou na desventura portuguesa (PINA, 1977, p. 564). Ou seja, Rui Pina, encarregado de escrever a crônica oficial sobre D. Duarte, compõe uma imagem régia de acordo com os preceitos da guerra justa ao mesmo tempo em que isenta o rei da culpa do desfecho infeliz. Pina, ao contrário, lança sobre os ombros dos infantes D. Henrique as decisões que levaram à derrota, protegendo a figura régia. Construção histórica, portanto, diferente do cronista oficial anterior, Zurara, que ressalta a figura de D. Henrique e atenua as suas responsabilidades.

Nas instruções endereçadas aos principais comandantes da armada, os infantes D. Henrique e D. Fernando, o condestável, D. Fernando, conde de Arraiolos, e aos demais capitães, D. Duarte – retomando a experiência adquirida por ele na armada de Ceuta e embaixado, muito provavelmente, em manuais de guerra como o *De rei militares*, de Vegetius, e a *Segunda Partida*, de Afonso X – traça o perfil moral esperado para a guerra e as táticas e estratégias militares para sua execução. O rei

recomenda, de modo geral, cinco virtudes principais: primeiramente, lealdade aos capitães e ao rei; em segundo lugar, bom esforço para vencer o inimigo com vantagens numéricas; em terceiro lugar, obediência aos infantes D. Henrique e D. Fernando, ao condestável da armada e àqueles que D. Henrique e D. Fernando derem autoridade, ou seja, que fossem obedecidos os estados hierárquicos de cada um; em quarto lugar, que sempre se guardasse boa ordenança, como os ingleses que, mesmo quando estavam em menor número, por serem rigorosamente disciplinados, faziam “[...] a seus contrários muito temer” (LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE, 1982, p. 125). Por fim, ordena que houvesse sempre boa concordância entre os combatentes, perdoando-se uns aos outros (ibid., 1982, p. 123-129).

Especificamente a D. Henrique, o rei fez uma série maior de recomendações que deveriam ser cumpridas na íntegra pelo comandante, que tinha a obrigação de ser o exemplo mais destacado da expedição. O infante, como era próprio das posições de comando, entre outras coisas, deveria: administrar a justiça no exército, não permitindo que seu juízo fosse influenciado por aspectos pessoais; consultar sempre bons conselhos e fazer uso das vontades desses; agir com piedade e misericórdia, principalmente com as mulheres e com os mais moços; ler e estudar bons livros de guerra; manter casto o exército; deixar o acampamento sempre próximo ao mar, com um palanque que facilitasse a fuga para o mar e o abastecimento de alimentos e armas dos navios ao arraial. E, em contraponto, o infante não deveria: matar os inimigos somente por cobiça, quando esses não representam ameaças; meter-se em desordenadas despesas; confiar no inimigo; fazer tratos com os mouros e cometer mais do que três ataques (ibid., 1982, p. 121-134). O não cumprimento das posturas esperadas dos comandantes, bem como a ausência de virtudes consideradas fundamentais para a boa governança de si e dos outros, podia trazer graves consequências e requeria, por parte dos cronistas, artimanhas argumentativas para justificar essas condutas em suas narrativas. A despeito disso, o cronista Rui Pina, diante da responsabilidade de contar a história dos reis passados, glorificando o reino português e compondo exemplos de conduta para os reis futuros, como era próprio da função de cronista régio, explicita que o não cumprimento dos conselhos foi a principal causa da derrota portuguesa em Tânger. O cronista destaca que, tanto o comportamento do rei, que não ouviu as advertências dos mais nobres do reino, quanto o do infante D. Henrique, que não cumpriu o regimento e contribuiu para que os portugueses passassem de sitiados para sitiados, ocasionaram o resultado do ataque (PINA, 1977, p. 564).

Se, por um lado, no que diz respeito ao ataque de Tânger, há uma documentação relativamente volumosa, se comparada ao ataque a Ceuta, de pareceres, conselhos, cartas e justificações à armada, por outro, o número de crônicas que se dedicaram a narrar o evento e/ou seu desenrolar se restringe a duas: a *Crónica de D. Duarte*, do cronista-mor Rui de Pina,⁵ sob a encomenda de D. João II, e o *Tratado da Vida e dos feitos do muito virtuoso Senhor Infante D. Fernando*, composto por Frei João Álvares, testemunha ocular do cativo do infante, que depois de ser libertado, em 1448, iniciou a escrita da vida exemplar de D. Fernando sob a encomenda do infante D. Henrique e D. Afonso V, em 1451. Tais escritos contemporâneos ao cerco de Tânger não pesaram tanto as consequências da derrota, mas, pelo contrário, a retirada do cerco e a entrega de D. Fernando foram interpretadas como uma saída diplomática. D. Duarte, por exemplo, no já citado trecho de seu discurso para a corte após o ataque a Tânger, agradece a Deus pelas vidas que se salvaram e enaltece a bravura dos combatentes. Como ele, outros textos, dedicado aos avanços portugueses por outras partes, chegaram até mesmo a exaltar as glórias da resistência portuguesa ao poderio dos mouros, como é o caso do cronista Gomes Eanes de Zurara que, na *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, menciona o ataque a Tânger da seguinte maneira: “e depois reinando o rei D. Duarte de gloriosa memória, por seu mando foi sobre Tânger, onde se passaram muitas e muito notáveis coisas” (ZURARA, 1841, p. 3-4). Contudo, o desfecho trágico de D. Fernando, morto no cativo sem que a corte chegasse num consenso acerca de seu resgate ou executasse alguma tentativa de libertá-lo, é que fez com o que o ataque àquela praça fosse considerado um desastre para Portugal e não uma simples derrota. Talvez por isso os cronistas Rui de Pina e frei João Álvares – que escreveram sobre Tânger a partir do ponto de vista de quem sabia a conclusão da história, ou seja, o destino trágico de D. Fernando –, valorizaram em suas narrativas aspectos diferentes do evento.

Rui Pina, tendo uma concepção pedagógica da história, compôs a crônica de D. Duarte conferindo significativa ênfase à armada de Tânger, mas o faz, ao que tudo indica, em busca de deixar lições para a posteridade e evitar desventuras como essa. O cronista faz, assim, jus ao que registra como obrigação do “ofício de escrever”, que é guardar bons ensinamentos, especialmente dos reis e dos príncipes, pois seus exemplos são os mais perfeitos. Para cumprir tal missão, Rui de Pina deixa exemplificado, ao longo da narrativa, que o maior erro dos governantes e comandantes é não seguir os bons conselhos. Tal erro teria sido um dos motivos que levaram o melancólico D.

Duarte à morte, pois “[...] a lembrança desta culpa lhe deu tanta pena e tormento, que seu coração com rebates de dor, que continuamente recebia, se apostemou em tanto grau, de que acabou sua vida” (PINA, 1977, p. 574). Desse modo, Rui de Pina sugere aos reis e aos príncipes que guardem esse exemplo, para evitar a queda de outros reinos e senhorios (ibid., 1977, p. 537). Se D. Duarte pagou com a morte seu erro, para o cronista uma forma de redenção, D. Henrique pagou, segundo frei João Álvares, com o auto exílio em Ceuta: “e o infante D. Henrique se foi direto a Ceuta com firme propósito de não sair dali até que de todo encaminhasse o livramento do seu irmão [D. Fernando]” (ÁLVARES, 1960, p. 30). Rui de Pina também descreve que D. Henrique se manteve distante da corte: “depois do cerco de Tânger, [*D. Henrique*] esperou em Ceuta cinco meses, para ver a conclusão que no livramento do infante D. Fernando se tomava” (PINA, 1977, p. 566) e, em seguida, foi para o Algarve, nas cidades de Lagos e Sagres, “[...] onde depois esteve até o falecimento do rei seu irmão” (ibid., 1977, p. 566). O destaque dado ao afastamento de D. Henrique da companhia de seu rei, senhor e irmão, bem como de sua casa senhorial, nesse sentido, servem nas narrativas de Rui de Pina e do frei João Álvares para reparar os feitos henriquinos de desobediência ao rei e da conseqüente “desventura do Tânger”. O exílio deve ser visto como uma punição, no caso de D. Henrique, pois o natural para os homens medievais era viver nos territórios de origem, onde estavam os túmulos dos antepassados ou onde estavam os seus senhorios e os laços de parentesco decorrentes desses, ou melhor, onde a segurança social era baseada nos laços de sangue e de boa vizinhança.

D. Henrique, sem dúvida, é uma figura emblemática na narrativa de Rui de Pina, pois ao mesmo tempo em que é caracterizado por um magnânimo e virtuoso coração, que “[...] tinha lealdade e obediência por principais virtudes” (ibid., 1977, p. 571), suas atitudes de desobediência não deixam de ser ressaltadas pelo cronista. D. Henrique, segundo Pina, não cumpriu a instrução de D. Duarte em seguir sempre a vontade do conselho de guerra, por exemplo, antes do ataque. Tendo percebido que o número de combatentes era muito menor do que o esperado, ele teve por conselho não cometer tão duvidoso e perigoso ataque. Contudo, como era de opinião contrária, o infante respondeu aos conselheiros: “bem sei que, para tão grande feito, esta gente é pouca, mas parece que Deus ordena, assim como aqui aportamos, tomemos por seu serviço este trabalho, para mais acrescentamento em nossas honras e, ante ele, maior merecimento” (ibid., 1977, p. 540). Além disso, D. Henrique não cumpriu o regimento quanto à quantidade de dias que se deveria guerrear, a construção do arraial próximo ao mar e a

não assinatura de tratos com os mouros, aspectos lembrados por D. Duarte, através de seu porta-voz doutor João do Sem, nas cortes de Leiria, em 1438, ao ressaltar aos cortesãos que, “[...] como souberam, o infante não achara disposição” (ibid., 1977, p. 566) para o cumprimento do mandado do rei.

A obediência ao conselho, como também ao senhor e rei, é um dos aspectos na construção moral do nobre exemplar. D. Duarte, desse modo, se mostra arrependido por não ter seguido o conselho, como mencionado acima, e D. Henrique também tenta compensar seu erro. A obediência, portanto, se faz necessária para o bom andamento das questões políticas e não a cumprir pode trazer consequências trágicas, como tenta deixar Rui de Pina como lição. Uma das grandes angústias de D. Duarte, nesse sentido, era não cumprir a promessa feita a seu pai, D. João I, de manter o território conquistado por ele, pois perder-se-ia a “[...] maior honra que Portugal tinha guardada, se arrancasse de sua coroa o título do senhorio de Ceuta que El-rei D. João seu padre tão honradamente ganhara” (ibid., 1977, p. 569). O tema da manutenção e ampliação do território conquistado pelo antecessor é um *topos* da cronística medieval portuguesa. Não se deve esquecer que o reino português se construiu a partir de sucessivas guerras com os mouros, que permitiram o contorno do reino, no século XV. A título de exemplo, vale relembrar que a *Crónica de D. Afonso Henriques* (1109-1185), escrita por Duarte Galvão, em 1505, inicia-se com o conselho que o conde D. Henrique deu, no leito de morte, ao seu filho D. Afonso Henriques, fundador do reino português, para que o território fosse conservado: “[...] outrossim, filho, toda esta terra eu te deixo de Estorga até Leão. Não percas dela um palmo, pois eu a ganhei com grande coita e trabalho” (CRÓNICA DE PORTUGAL DE 1419, 1998, p. 8).

Como no caso da *Crónica da Tomada de Ceuta*, escrita por Zurara, em que a iniciativa de organizar uma armada para atacar praças magrebina parte do desejo de um jovem nobre ser armado cavaleiro através de um feito que proporcionasse honra e prestígio. Na crônica de Rui de Pina acerca de Tânger, é o filho mais novo de D. João I, o infante D. Fernando, que almeja a oportunidade de provar sua honra. Em outras palavras, como era próprio do século XV, uma das finalidades de Rui de Pina era registrar a honra e a glória decorrentes dos atos de cavalaria, assim, a incursão a Tânger é composta dentro desse ideal. Em Rui de Pina, o infante D. Fernando é apresentado pelo seu descontentamento em relação às terras e às rendas de seus irmãos mais velhos e, portanto, solicita ao rei permissão para buscar honra em guerras fora do reino e um novo ataque ao Magreb é proposto por D. Henrique, como a melhor forma de buscar

honra cavaleiresca e proveito. D. Fernando, embora não ocupe tanto espaço na narrativa de Pina, é descrito como um grande exemplo de fiel católico que se integrou aos infiéis para salvar os cristãos. Ou seja, na narrativa de Pina, D. Fernando reúne as qualidades ideais de cavaleirismo e religião, aspectos indissociáveis para os homens medievais. Tais aspectos ficam mais evidentes no capítulo da *Crónica de D. Afonso V*, também composta por Rui de Pina, no qual o cronista aborda a morte de infante D. Fernando e narra que ele “morreu santamente, e com esperança de ser Santo e bem aventurado” (PINA, 1977, p. 690-691). Para Rui de Pina, D. Fernando reúne a perfeição moral e espiritual proveniente da linhagem ilustre, como também padeceu piedosamente no cativeiro, por amor a Deus. Sendo assim caracterizado como homem excepcional, o que fez com que muitos de seu tempo acreditassem, segundo Pina, que D. Fernando realizou “evidentes milagres” (ibid., 1977, p. 691). A introdução da referência à santidade do infante, por parte de Pina, apenas na *Crónica de Afonso V* e não na *Crónica de D. Duarte*, leva a crer que, quando o cronista escreveu esta última, ainda não era recorrente no reino e nos escritos que utilizou para compô-la a ideia da santidade do infante.

A construção da sua santidade só começa a ganhar contornos nítidos quando frei João Álvares, a pedido de D. Henrique, depois da morte de D. Fernando, começa a escrever um tratado nos moldes de uma hagiografia. A partir do que o religioso diz ter visto e ouvido, apresenta primeiramente as virtudes do infante, as teologais – fé, esperança, caridade – e as cardeais – fortaleza, justiça e temperança –, juntamente com a vida exemplar antes e durante o cativeiro na prática de obras de misericórdia, cumprimento dos preceitos da Igreja e dos princípios do evangelho, como a manutenção da castidade, como era próprio desse tipo de composição escrita (REBELO, 2006, p. 199-227). Mencionar as demasiadas virtudes do infante fazia-se necessário, pois a santidade era verificada pela prática das virtudes e pelo afastamento dos vícios correspondentes. A descrição da vida do infante inicia-se, como era próprio das hagiografias, com a narrativa do nascimento do infante vinculado com a graça divina, através de um milagre, pois “[...] ao tempo do concebimento deste infante, sendo a Rainha muito enferma de febre e disposição fraca que, por regra de física, não foi achado remédio para que ela sem mortal perigo pudesse parir” (ÁLVARES, 1960, p. 6-7). Foram as súplicas do rei D. João que possibilitaram o nascimento milagroso do infante e a salvação da rainha. No entanto, “[...] desde seu nascimento, trouxe este infante grandes doenças e muito afincadas, que não o deixaram de perseguir até a idade de vinte e cinco anos” (ibid., 1960, p. 7). Traçando um paralelismo entre as privações do

infante e os sofrimentos de Cristo, como era próprio do textos hagiográficos medievais, frei João Álvares descreve a sujeição voluntária do infante ao sofrimento e às privações. Diferentemente de Rui de Pina, que descreveu que a entrega do infante D. Fernando aos mouros, no lugar de D. Henrique, foi uma decisão do conselho de guerra, frei João Álvares atribui ao infante a iniciativa de se oferecer como refém e dar sua vida “[...] por serviço de Deus e livramento de todos” (ibid., 1960, p. 51). A partir da entrega do infante ao poder dos mouros, o mesmo passa por uma série de privações e sofrimentos que destoavam do que, em geral, recebiam os cativos nobres pelos cristãos, que tinham preservadas as honras recomendadas a sua posição social mesmo quando aprisionados.⁶ Durante a transferência de cativo do infante, de Arzila, mais próxima ao mar para Fez, a exemplo do calvário de Cristo, o infante é injuriado, cuspidado, escarnido e apedrejado pelos mouros (ibid., 1960, p. 28). Já na masmorra em Fez, o infante e os seus companheiros foram roubados, humilhados, obrigados a trabalhos forçados e comiam apenas “dois pães cada dia [...] sem carnes nem pecado, vinho nunca o beberam” (ibid., 1960, p. 51). Nesse local, segundo o tratadista, o infante “[...] padeceu muito estreitamente, em grande aspereza e quantidade de piolhos e bichos e muito fedor” (ibid., 1960, p. 54). Apesar de todos esses sofrimentos e humilhações, o infante “[...] um só dia não deixou de rezar nas horas canônicas segundo seu devoto costume” e com “[...] muito jejum e muita oração passou seu tempo, obrando sempre de misericórdia com todos os cristãos que ali achou cativo” (ibid., 1960, p. 31). D. Fernando suportou o cativo com paciência, humildade e confiando nos desígnios divinos: “[...] se vontade de Deus for que façamos aqui fim, creio firmemente que ele nos faça herdeiros no paraíso” (ibid., 1960, p. 43). Além disso, perdoou, antes da morte, aqueles que o fizeram sofrer, tal como Cristo. Essas atitudes, nesta crônica assumidamente destinada a engrandecer o infante, fizeram até mesmo, Lazaraque, chefe dos mouros, louvar as virtudes do infante: “[...] eu sei que nunca mentiu [...] pois tantas vezes o mandei espreitar durante a noite, por saber o que fazia, sempre o achavam de joelhos, rezando [...] certamente grande pecado ganharam dele suas gentes, que o aqui deixaram morrer” (ibid., 1960, p. 90). Frei João Álvares, fazendo uso de um recurso comum dos cronistas medievais para não se comprometerem com os financiadores das crônicas, coloca na boca do inimigo as possíveis críticas ao comportamento de seus senhores, que deixaram o infante morrer sem pagar o resgate. Além disso, apesar de compor a resignação e aceitação do infante diante de todos os sofrimentos, o tratadista aponta que o infante escreveu inúmeras cartas aos seus irmãos, D. Duarte e D. Pedro,

pedindo para ser resgatado e, em uma dessas cartas, escreveu que não cobiçava “[...] ser honrado nem louvado [...] mas se Deus aprovasse, queria ser antes disso livre” (ibid., 1960, p. 51).

Em suma, a partir da morte em cativeiro de D. Fernando, portanto, os cronistas tenderam a culpabilizar o infante D. Henrique pelo desfecho, como Rui de Pina, que apresentou D. Duarte como um rei influenciável e D. Henrique como um comandante imprudente ou, então, tenderam a atenuar a atuação do infante D. Henrique no desastre, como Zurara e frei João Álvares e atribuíram as responsabilidades a D. Duarte. Além disso, tais cronistas podem ser considerados os precursores da ideia de que a morte do infante D. Fernando foi um sacrifício necessário para o bem comum, ou seja, a não devolução da cidade de Ceuta. Ideia essa encontrada em escritos posteriores, como os de Camões. Portanto, foi o desfecho da morte de D. Fernando ou o sacrifício em grande parte voluntário que *a posteriori* se sobressaiu nas histórias contadas sobre o ataque a Tânger. A memória escrita ressaltou esse ponto em detrimento de outros que igualmente ajudariam a compor a história, mas foi o desfecho, ao mesmo tempo trágico e heroico, de um só homem, que melhor serviu aos contadores de história como exemplo do que deveria ou não ser seguido pelos condutores da trajetória coletiva.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus contra os pagãos*. Parte II. Bragança Paulista: Editoria Universitária São Francisco, 2006.
- AQUINO, São Tomás de. *Suma de Teologia*, II, parte I-II. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1989.
- ÁLVARES, Frei João. Trautado da vida e feitos do muito vertuoso senhor infante D. Fernando. In: _____. *Obras*. Edição crítica de Adelino de Almeida Calado. Vol. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1960.
- BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal: Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- CALADO, Adelino de Almeida. *O Infante D. Fernando e a restituição de Ceuta*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1962.
- CAMÕES, Luís Vaz de, *os Lusíadas*. Canto IV, estrofes LII-LIII. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=16841. Acesso em: 10 dez. 2015.
- CONSELHO DO CONDE DE ARRAIOLOS. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc. 1, Lisboa: 1960.
- CONSELHO DO CONDE DE BARCELOS. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), doc 2, Lisboa: 1960.
- Crónica de Portugal de 1419*. Aveio: Universidade de Aveiro, 1998.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. *Henrique, O Infante*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais* (séculos XV e XVIII). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

- DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Estampa, 2007.
- GOMES, Rita Costa. *Letters and letter-writing in fifteenth century Portugal*. In: SCHULTE, Regina; VON TIPPELSKIRCH, Xenia. *Reading, Interpreting and Historicizing: Lettes as Historical Sources*. Badia Fiesolana : European University Institute, 2004.
- LIVRO DOS CONSELHOS DE EL-REI D. DUARTE* (Livro da Cartuxa) *Livro dos* Transcrição de João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- PINA, Rui de. *Crônicas*. ALMEIDA, Lopes de (ed.). Introdução de Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.
- REBELO, Antonio Manuel. O verdadeiro caráter de D. Fernando, o Infante Santo. *Humanistas*, no 58, 2006.
- RUSSELL, Peter. *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*. Lisboa: 1960.
- SANTOS, João Marinho dos. *Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1998.
- THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
- VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. HENRIQUE SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, doc 6, Lisboa: 1960.
- VOTO E CONSELHO DO INFANTE D. JOÃO SOBRE SE EL-REI DEVE OU NÃO FAZER GUERRA AOS MOUROS DE BENAMARIM*. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, doc. 4, Lisboa: 1960.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. PEREIRA, Francisco Maria Esteves (ed.). Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- _____. *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Segundo o manunscrito de Paris. 1ª ed. de Visconde da Carreira. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

Notas:

¹A historiografia não é unânime na datação dos primeiros pareceres solicitados por D. Duarte, oscilando entre 1432 e 1433 (COSTA, 2009, p. 161).

² Os parecer de D. Afonso, conde de Barcelos, D. Afonso, conde Ourém e D. Fernando, conde de Arraiolos, foram emitidos entre os anos de 1432 e 1433. Desses anos, o parecer do infante D. João foi o único que dos filhos legítimos de D. João I perdurou.

³É possível ter acesso a esse parecer através da compilação do cronista-mor, Rui de Pina, na *Crónica de D. Duarte*. A exemplo dessa missiva, muitas outras cartas foram reproduzidas e transmitidas pelas crônicas régias que, na maioria das vezes, conservavam a estrutura das epístolas, tanto diluídas na compilação do texto sem referência alguma, como no caso de Rui de Pina, que fez uso de tais pareceres de duas formas: dizendo que eram cartas e transcrevendo-os ou colocando a fala das personagens em primeira pessoa, como se as informações das cartas tivessem sido pronunciadas em um discurso oral (CURTO, 2009, p. 57-58).

⁴Santo Agostinho considerou, na *Cidade de Deus contra os pagãos*, que, para a obtenção da paz, muitas vezes as penosas guerras eram necessárias. Assim, se o objetivo da guerra, nisso inclui-se a defesa, fosse a paz terrena, ela tornava-se justa. (SANTO AGOSTINHO, 2006, p. 177).

⁵A *Crónica de D. Duarte* foi, provavelmente, iniciada por Fernão Lopes e/ou Gomes Eanes de Zurara e terminada por Rui de Pina.

⁶Entre cristãos, nas práticas recorrentes de capturas de guerra do final de Idade Média, não tinha ocorrido desfechos semelhantes ao sofrido por D. Fernando. João II, rei da França (1319-1350-1364), por exemplo, estivera preso pelos ingleses durante quatro anos (1356-1360), mas fora tratado com cordialidade e quase sempre com conforto (COSTA, 2009, p. 235).

Artigo recebido em 16/12/2015. Aprovado em 25/02/2016.

POSSÍVEIS FONTES DA ESTRATÉGIA DIDÁTICA DE BETTI KATZENSTEIN

POSSIBLE SOURCES OF BETTI KATZENSTEIN'S TEACHING STRATEGY

Claudia BORSATO*

Marcus Vinicius da CUNHA**

Resumo: Este trabalho tem por base uma pesquisa anterior que analisou uma série de artigos de Betti Katzenstein publicados entre 1947 e 1948 na coluna Clínica Psicológica, seção do Caderno Feminino do Jornal *Folha da Manhã* do Rio de Janeiro. A referida pesquisa revelou que alguns artigos eram elaborados na forma de diálogos entre duas personagens fictícias – Dona Anastácia, uma mulher de pouca instrução, e uma Psicóloga –, sendo esta uma maneira de a autora instruir seus leitores acerca de estratégias retóricas de persuasão. O presente trabalho focaliza as possíveis fontes de inspiração de Katzenstein, no que tange a essa estratégia didática. São analisadas as publicações da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* entre 1944 e 1948, em busca de matérias relativas a metodologias de ensino e também dois livros (*O teatro da espontaneidade*, de 1923 e *Psicodrama*, de 1946) de autoria de Jacob Levy Moreno, criador do Psicodrama.

Palavras-chave: História da Educação; História da Psicologia; Estratégias Didáticas; Persuasão; Retórica.

Abstract: This work is based on a previous research that analyzed a series of articles published by Betti Katzenstein between 1947 and 1948 in Rio de Janeiro's *Folha da Manhã* Newspaper - Psychological Clinic column, Women's Notebook section. That research revealed that some items were prepared in the form of dialogues between two fictional characters - Dona Anastacia, a woman of little education, and a psychologist, in such a way in which the author could instruct readers about rhetorical strategies of persuasion. This work also focuses on Katzenstein's possible sources of inspiration concerning teaching strategy. It analyzes the publications of the Brazilian Journal of Pedagogical Studies between 1944 and 1948 in search of matters relating to teaching methodologies as well as two books (*The Theatre of Spontaneity* from 1923 and *Psychodrama* from 1946) written by Jacob Levy Moreno, creator of Psychodrama.

Keywords: History of Education, History of Psychology, Teaching Strategies, Persuasion, Rhetoric.

Introdução

O presente trabalho expõe resultados decorrentes do projeto de pesquisa intitulado “Análise do discurso pedagógico de Betti Katzenstein”, cujo objetivo consistiu em examinar artigos da referida autora publicados entre 1947 e 1948 na coluna Clínica Psicológica, seção do Caderno Feminino do Jornal *Folha da Manhã* do Rio de Janeiro. Tais artigos compunham o rol de atividades de Katzenstein voltadas ao público

* Doutora em Educação pela USP. Pós-Doutorado pela USP. E-mail: clau2b@yahoo.com

** Docente – FFCLRP/USP. Doutor em Educação pela USP e Professor Livre Docente pela UNESP. E-mail: mvcunha2@hotmail.com

em geral, em complemento à sua atuação acadêmica como professora e pesquisadora, área em que se notabilizou por estudos sobre desenvolvimento infantil e relações entre pais e filhos. ¹

Parte da referida pesquisa consistiu em situar os temas dos artigos de Katzenstein no âmbito do ideário educacional renovador denominado Escola Nova, cujo desenvolvimento ocorreu no Brasil entre 1920 e o início da década de 1960. Tais temas focalizavam prioritariamente problemáticas psicológicas e psicopedagógicas infantis, com ênfase na atuação da família perante a escola. Alguns artigos foram investigados por intermédio da análise retórica, referencial teórico-metodológico adotado pelo Grupo de Pesquisa “Retórica e Argumentação na Pedagogia”, cuja fundamentação encontra-se nas obras de Chaïm Perelman (ver Cunha, 2010).

A pesquisa revelou que uma das metas de Katzenstein era transmitir aos profissionais da educação técnicas de diálogo persuasivo, ou seja, estratégias retóricas de argumentação. Essa constatação foi baseada no estudo de textos em que a autora colocava em cena duas personagens fictícias, Dona Anastácia – descrita como mulher “boazinha” e de “inteligência comum” que “adota sem maiores exames a opinião corrente” – e a Psicóloga, fazendo-as dialogar sobre assuntos relativos à vida infantil, tanto no âmbito familiar quanto na esfera escolar.

A estrutura dessas matérias dialogadas era sempre a mesma: após Dona Anastácia apresentar um problema que a afligia acerca da vida infantil, a Psicóloga iniciava uma série de indagações com o objetivo de modificar a opinião da interlocutora. O diálogo era concluído quando Dona Anastácia exibía um ponto de vista diferente do inicial, mostrando-se concordante com as sugestões da Psicóloga, cujo intuito persuasivo – nos termos da análise retórica – era então efetivado.

Nas conclusões da pesquisa, destacou-se o fato de que, para ensinar as referidas técnicas de persuasão a seus leitores, Katzenstein não empregava o recurso didático da exposição tradicional, a qual consiste em uma explanação relativa a bases teóricas e a exposição do objeto a ser assimilado pelos aprendizes. Em vez disso, a autora colocava os leitores diante das situações fictícias acima descritas, expressando assim uma proposta de ensino que se pode considerar inovadora, em comparação com o que era costumeiramente praticado nas salas de aula, tanto no Brasil quanto em outros países.

Betti Katzenstein havia chegado ao Brasil em 1936, oriunda da Alemanha, onde trabalhara na Universidade de Hamburgo nas áreas de Educação, Psicologia da Comunicação e Psicologia do Direito. Logo ingressou na Universidade de São Paulo, atuando no Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação e desenvolvendo

serviços de atendimento psicológico à comunidade. Quando começou a publicar na *Folha da Manhã*, Katzenstein já reunia larga experiência prática com famílias, crianças e adolescentes, o que pode ter determinado sua opção por escrever na forma de diálogo, na expectativa de instruir seus leitores sobre estratégias de persuasão, aspecto fundamental da atuação de profissionais que lidam com pais e mães.

O presente trabalho traz novos resultados da mesma pesquisa, agora focalizando as possíveis fontes de inspiração de Katzenstein no que tange à estratégia didática por ela utilizada nos aludidos textos dialogados. Para isso, foram levantadas duas hipóteses, tendo em vista as áreas de formação e atuação da autora – a Educação e a Psicologia. A primeira hipótese é que Katzenstein tenha buscado subsídio em propostas concernentes aos métodos de ensino a serem adotados pela escola renovada. A segunda é que a autora tenha buscado inspiração em estudos teóricos situados no campo da Psicologia.

Para discutir essas hipóteses, foram analisados dois conjuntos de fontes. No campo da Educação, artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) entre 1944 (ano de início da publicação do periódico) e 1948. Foi empreendida uma busca em todos os números desse periódico publicados no período, no intuito de localizar matérias relativas a metodologias de ensino, seja como tema central, seja como tema secundário. Nos textos selecionados, foram buscadas menções a abordagens próximas da adotada pela autora.

No campo da Psicologia, foram examinados livros sobre Psicodrama, corrente criada por Jacob Levy Moreno, pioneiro na elaboração da proposta de utilizar técnicas de dramatização como forma ideal para lidar com situações que envolvem a mudança de atitudes. A opção por livros, nesse caso, deveu-se ao fato de que, na ocasião em que Katzenstein publicou seus artigos, o Brasil ainda não possuía revistas especializadas na abordagem psicodramática. A primeira publicação sobre esse tema, a *Revista da Federação Brasileira de Psicodrama*, surgiu em 1977, sendo denominada *Revista Brasileira de Psicodrama* a partir de 1990.

No momento em que Betti Katzenstein elaborou seus textos dialogados, haviam sido editados somente dois livros relevantes de autoria de Moreno: *O teatro da espontaneidade*, de 1923 (Moreno, 1984), e *Psicodrama*, de 1946 (Moreno, 1974). Esse material recebeu o mesmo tratamento metodológico que as matérias da RBEP, em busca de proposições didáticas semelhantes às adotadas pela autora.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) é o periódico oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, órgão do Ministério da Educação fundado em 1938 com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Segundo relata Lourenço Filho (1964), o Ministro da Educação Gustavo Capanema organizou em 1936 o projeto de um órgão que fosse responsável por estudos, documentações e investigações na esfera educacional e que atuasse juntamente com o Departamento Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação, recebendo a denominação de Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1938, um Decreto-Lei alterou a denominação do novo órgão para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), definindo suas competências e sua estrutura.

O INEP começou a funcionar naquele mesmo ano, tendo Lourenço Filho como seu primeiro diretor. A primeira atividade do órgão foi reunir dados estatísticos, organizar e coletar materiais relativos à documentação. Tratou-se de fazer a “classificação de todo esse material estatístico, legislativo e bibliográfico”, o qual começou a “revelar as realidades da educação nacional, em seus aspectos capitais (...), como também no das ideias”; os resultados desses estudos mostraram “as consequências lógicas e naturais da ação política em matéria de educação” (Lourenço Filho, 1964, p. 14, 17).

Em 1944 foi criado o periódico de divulgação do INEP, a RBEP, com artigos de autores nacionais e estrangeiros e informações sobre as principais atividades da área educacional no Brasil e no exterior. Segundo Cunha (1998, p. 70), nos primeiros anos de existência da revista, “notava-se a presença de artigos que buscavam definir os fins da educação nacional perante a situação mundial ao término da II Guerra”, o que teve prosseguimento mesmo após aquele conflito bélico, com ênfase no papel das ciências pedagógicas e nas características ideais do professorado.

Rothen (2005, p. 190) informa que a RBEP funcionava para o INEP “como um instrumento para a divulgação da sua produção intelectual e para influenciar na formação das concepções brasileiras de educação”. O autor assinala que tal intuito pode ser identificado logo no primeiro número da revista, tanto na Apresentação feita pelo Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema, quanto no Editorial escrito pelo Diretor do órgão, Lourenço Filho.

Em seu texto, Capanema (1944, p. 3) considera que o papel da RBEP “será reunir e divulgar, pôr em equação e em discussão (...) os problemas pedagógicos especiais que se deparam na vida educacional de nosso País”. Lourenço Filho apresenta o objetivo de

cada sessão do periódico, assinalando que o mesmo contribuirá “para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria educacional” (Editorial, 1944, p. 5).

Na Apresentação redigida pelo Ministro, fica nítido que a RBEP não seria apenas mais uma revista no rol das publicações na área educacional, mas sim o “órgão oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério da Educação” (Capanema, 1944, p. 3). Lourenço Filho concorda com o Ministro e afirma que o periódico era o que faltava para o “fecundo movimento” de reconstrução do país, o qual “vem dando coordenação e expressão definida o Ministério da Educação, por seus trabalhos de reforma, suas realizações e estudos, suas pesquisas e publicações” (Editorial, 1944, p. 5).

Capanema (1944, p. 3) esclarece que “não seria mais admissível que as nossas preocupações limitassem à divulgação de ideias pedagógicas gerais”, sendo fundamental conhecer renovações e experiências de outros países, discussões de filosofia e de ciência da educação de autores estrangeiros e, ainda, as bases dos métodos ativos. O Ministro exemplifica, citando países como Inglaterra, França e Alemanha; teóricos como Dewey, Durkheim e Claparède; e métodos, como os de Montessori e Decroly.

A RBEP era um órgão comprometido com o Ministério da Educação, mas a responsabilidade por sua publicação foi atribuída ao INEP. Segundo Rothen (2005), esse esclarecimento passou a ser publicado no verso da capa da revista a partir do número 2, permanecendo até o número 142, editado em 1978. Ao analisar a Apresentação e o Editorial do número 1, Rothen (2005, p. 195) esclarece que “a Revista adotou, desde a sua criação, uma linha editorial que visava exprimir o ponto de vista nacional”, assumindo “a postura escolanovista” e abordando “temas práticos”. Ao longo do tempo, esses pressupostos foram sendo enfatizados ou distanciados, de acordo com as sucessivas direções do INEP.

Lourenço Filho, que dirigiu o Instituto até 1945, manteve a proposta explicitada no primeiro editorial do periódico, assumindo as ideias de renovação educacional e tratando de temas práticos. Murilo Braga, que dirigiu o Instituto de 1946 a 1952, reduziu as matérias que envolviam temas práticos, aumentando a quantidade de artigos relacionados à psicologia aplicada. No cargo entre 1952 e 1964, Anísio Teixeira retomou o objetivo de fazer do INEP um órgão prioritariamente voltado ao desenvolvimento de pesquisas educacionais (Rothen, 2005).

Rothen (2005, p. 198) analisa que Teixeira (1952) propôs em seu discurso de posse um método para a elaboração de propostas educacionais, tendo por base o “conhecimento científico”, a “análise científica das experiências” e a “valorização da

diversificação ao invés de terem o fundamento nas leis”. Teixeira (1952, p. 79) ressaltou que “a ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas”, mas “o itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constante reconstrução”. Esse direcionamento voltado à investigação científica permeou os artigos da RBEP durante os anos de 1950, resultando na criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e de seus Centros Regionais.

Cunha (2002) destaca que o CBPE foi instituído pelo Decreto Federal n. 38.460, de 28 de dezembro de 1955, sendo subordinado ao INEP e dirigido também por Anísio Teixeira; esse mesmo decreto também instituiu os Centros Regionais. Segundo Cunha (2002, p. 133), em 1956 foi criada a revista *Educação e Ciências Sociais*, órgão editorial do CBPE, e em 1957, a revista *Pesquisa e Planejamento*, do Centro Regional de São Paulo. Ambas as publicações traziam a produção e as atividades dos respectivos Centros, constituindo veículos de “divulgação das pesquisas desenvolvidas pelos centros, dos estudos e projetos por eles levados a cabo e das reflexões dos educadores que os dirigiam ou que a eles se agrupavam”.

Na gestão de Anísio Teixeira foram ampliados os canais de divulgação do ideário e das atividades do INEP. A RBEP e os periódicos dos Centros contribuíram para disseminar as novas concepções de educação, influenciando assim a formação dos educadores e as práticas pedagógicas em vigor.

Gandini (1995, p. 27) avalia que os oito primeiros anos da RBEP seguiram a orientação de Lourenço Filho na seleção dos trabalhos publicados, predominando “textos sobre psicologia e, principalmente, psicologia aplicada, características importantes do movimento escolanovista”. A autora destaca que na mesma época havia dificuldade de obtenção de artigos para publicação, o que levou os diretores a reproduzirem “artigos publicados em revistas estrangeiras, aulas, conferências e cursos realizados no Brasil”. Durante o período de 1944 a 1951, a RBEP enfatizou trabalhos que abordam a psicologia como temática. A partir de 1952, a revista voltou-se para a discussão de novos direcionamentos educacionais, sob variadas perspectivas científicas.

As seções que compõem a revista permaneceram praticamente inalteradas durante todo o período de 1944-1960: “Editorial”, “Ideias e Debates”, “Documentação” e “Vida Educacional”. Gandini (1995) considera que os principais textos do periódico foram publicados em “Ideias e Debates”, sendo artigos, conferências, discursos de autoridades brasileiras e transcrições de textos estrangeiros. A seção “Documentação” era composta de relatórios de pesquisas, exposições de motivos sobre leis, dados sobre a organização

e a administração do ensino, bem como dados estatísticos. Informações do país e do estrangeiro, pequenos artigos publicados em outras revistas e jornais e atos oficiais compunham a seção “Vida educacional”, que continha a subseção “Através de Revistas e Jornais”. A seção “Orientação pedagógica”, que trazia respostas a perguntas enviadas ao INEP por profissionais da educação, apareceu em poucos números da RBEP: em 1944, no volume 1, números 2 e 3; em 1945, no volume 3, número 7; e em 1947, no volume 11, número 31.

Gandini (1995, p. 36) observa que o tema de maior ocorrência entre 1944 e 1952 foi a Psicologia, com destaque para “suas possíveis aplicações à pedagogia e à organização do trabalho”. Em segundo lugar aparece a temática “educação em outros países”, com artigos que discutiam aspectos peculiares dos sistemas de ensino estrangeiros. Gandini (idem, p. 37) menciona a Estatística como o quinto tema mais encontrado nos artigos, revelando a “preocupação constante de apresentar dados estatísticos”, visando a obtenção de informações precisas sobre a situação do ensino brasileiro, com o intuito de classificar e organizar os alunos nas classes escolares, entre outras funções.

A autora indica que na seção “Documentação” as transcrições de relatórios de pesquisa, congressos e seminários apareciam com frequência. Gandini (1995, p. 38) chama a atenção para a presença de leis sobre educação de outros países, traduzidas e editadas no periódico, e também destaca um trabalho publicado nos cinco primeiros números que arrola a “Bibliografia Pedagógica Brasileira” entre 1842 e 1943, trazendo um “material bastante valioso para pesquisadores da educação brasileira”.

Vidal e Camargo (1992, p. 416) explicam que no interior da RBEP havia dois movimentos quase imperceptíveis, sendo um de cunho técnico e burocrático, e outro, de caráter teórico. O primeiro movimento diz respeito ao material coletado pelo Instituto por meio de suas investigações, divulgado sobretudo nas seções “Documentação” e “Através de Revistas e Jornais”, subseção de “Vida Educacional”. O segundo “reflete ideias de autores da Revista na observação dos fatos educacionais, exame dos princípios e análise de questões de aplicação”, o que se encontra na seção “Ideias e Debates”. Os autores pertencentes a esse movimento traziam também experiências de outros países, oferecendo princípios gerais da filosofia e da ciência da educação, mediante o estudo de pensadores como Durkheim, Dewey, Montessori, Decroly e Kerchensteiner.

Vidal e Camargo (1992, p. 416) mostram que esses conteúdos e a estrutura da RBEP colaboraram com a manutenção dos propósitos dos dirigentes e colaboradores do INEP, no que se refere aos rumos da educação brasileira. A revista seguiu os objetivos

traçados pelo Instituto, “no sentido de organizar a documentação relativa às técnicas pedagógicas e de manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro”. Portanto, os conteúdos das seções do periódico eram coerentes com os objetivos traçados pelo INEP.

A periodicidade de RBEP foi irregular: nos dois primeiros anos, a publicação foi mensal; em 1946 e 1947 foi bimestral; em 1948 passou a quadrimestral, permanecendo nesse formato até o começo da década de 50, quando começou a ser editada trimestralmente. Atualmente a revista apresenta periodicidade quadrimestral.

Metodologias de ensino na RBEP

Entre 1944 (ano de criação da RBEP) e 1948, foram editados 29 números da revista, distribuídos em 12 volumes, conforme se vê no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Números e volumes da RBEP distribuídos por ano

ANO	VOLUME	NÚMERO
1944	1	1
	1	2
	1	3
	2	4
	2	5
	2	6
1945	3	7
	3	8
	4	10
	4	11
	4	12
	5	13
	5	15
	6	16
	6	17
1946	7	19
	7	21
	8	22
	9	24

	9	25
1947	10	26
	10	27
	10	28
	11	29
	11	30
	11	31
1948	12	32
	12	33
	12	34

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Nesses 29 números foram publicadas 540 matérias, distribuídas nas três seções da revista, conforme se encontra disposto no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Número de matérias publicadas por seção da RBEP

SEÇÃO	NÚMERO DE MATÉRIAS
Ideias e Debates	154
Documentação	71
Vida Educacional	315

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Como se pode observar, a seção que publicou o maior número de matérias (315) foi “Vida Educacional”, a qual incluía, conforme já foi dito, a subseção “Através de Revistas e Jornais”. Em segundo lugar vem “Ideias e Debates” (154), e por último, “Documentação” (71).

Nesse total de 540 matérias, foi possível identificar 14 com temas relativos a metodologias de ensino. Conforme se pode ver no Quadro 3, abaixo, tais matérias foram publicadas nas seções “Ideias e Debates” e “Vida Educacional”, encontrando-se em todos os anos focalizados nesta investigação, com predominância em 1946, quando foram editadas cinco das quatorze matérias.

Quadro 3 – Matérias da RBEP com temas relativos a metodologias de ensino

AUTOR E TÍTULO DA MATÉRIA	VOLUME, NÚMERO,	SEÇÃO
----------------------------------	----------------------------	--------------

	ANO	
Childs, J. L. Democracia e método educacional	2, 5, 1944	Ideias e Debates
Duarte, B. Teatro, colaborador da educação	3, 7, 1945	Vida Educacional
Orlandí, J. As “missões culturais”	3, 8, 1945	Ideias e Debates
Wynn, M. Técnica para leitura rápida	3, 8, 1945	Vida Educacional
Driscoll, G. A conduta da criança na escola e como observá-la	6, 16, 1945	Ideias e Debates
Almeida Júnior, A. A educação higiênica no lar	7, 19, 1946	Ideias e Debates
Gouvêa, R. Os jogos dirigidos na educação integral	9, 24, 1946	Ideias e Debates
Macedo, I. G. Medidas de aproveitamento	9, 24, 1946	Ideias e Debates
Matos, L. N. A. O interrogatório didático	9, 24, 1946	Ideias e Debates
Carvalho, A. B. Dramatizações escolares	9, 25, 1946	Ideias e Debates
Santos, T. M. A educação e o método	10, 26, 1947	Vida Educacional
Alonso, C. P. A dramatização como processo psicológico de ajustamento da criança	10, 27, 1947	Vida Educacional
Carvalho, I. S. M.. Uma técnica didática: o plano de aula	11, 31, 1947	Vida Educacional
Bastide, R. Educação dos educadores	12, 33, 1948	Ideias e Debates

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Do total de matérias que continham referências a metodologias de ensino, foi possível identificar 5 textos cujos conteúdos traziam elementos de proximidade com a temática investigada neste trabalho. A seguir, um breve resumo de cada uma delas.

DUARTE, B. Teatro, colaborador da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 127 e 128, jan. 1945.

Esse artigo aborda o teatro como elemento pedagógico indispensável ao ensino de linguagem. Duarte (1945, p. 128) faz uma crítica ao restrito uso do teatro nas escolas, dizendo que o Brasil parece ser o “único país do mundo em que o Teatro fica à margem da Escola”. O autor baseia-se no livro *Didática da Escola Nova* de Alfredo Miguel Aguayo, o qual defende que “as dramatizações livres, as representações dramáticas, leitura em coro e canto unido à poesia” funcionam como estímulos às emoções nas crianças e, portanto, são essenciais ao ensino de linguagem.

MATOS, L. N. A. O interrogatório didático. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 5-32, set./out. 1946.

Nesse artigo, o autor discorre sobre o uso da técnica de interrogatório como procedimento didático em atividades de ensino, em geral. Matos (1946, p. 6) afirma que a referida técnica foi utilizada na antiguidade, compondo a maiêutica socrática, a qual “substituíva vantajosamente a exposição doutrinária do mestre” e estimulava a “atividade reflexiva dos alunos”. O interrogatório cumpre essa finalidade porque o mestre não expõe nem explica a doutrina; apenas apresenta problemas em forma de perguntas, provocando respostas que geram novas perguntas.

CARVALHO, A. B. de. Dramatizações escolares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25 p. 314-321, nov./dez. 1946.

Esse artigo discute o sentido pedagógico da dramatização, defendendo que dramatizar não significa representar papéis previamente definidos, com falas rigidamente decoradas; o correto é que o aluno escolha o assunto que deseja dramatizar, fazendo-o de maneira espontânea. Carvalho (1946, p. 315) discorre sobre a importância de conhecer a finalidade e os objetivos de determinada atividade, para que resultados satisfatórios sejam obtidos, pois “o resultado de um trabalho condiciona-se, em grande parte, ao plano que, em vista da finalidade, tenha sido traçado e executado”.

GOUVÊA, R. Os jogos dirigidos na educação integral. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 68-85, set./out. 1946.

Esse artigo considera que as dramatizações, quando utilizadas de maneira lúdica, podem ser vistas como uma forma de jogo. Para a autora, “a palavra jogo em nossa terminologia educacional” pode englobar “todas as atividades que dão satisfação ao

indivíduo e enriquecem a sua personalidade” (Gouvêa, 1946, p. 68). O jogo dirigido pode ser definido como atividade com caráter lúdico sob coordenação do professor. Portanto, os professores podem utilizar esse recurso para obter benefícios significativos aos seus alunos. A autora cita W. H. Kilpatrick, afirmando que quando a atividade é plenamente satisfatória, é possível manter sua continuidade.

ALONSO, C. P. A dramatização como processo psicológico de ajustamento da criança. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 27, p. 293-295, mar/abr. 1947. Tirar essa referências bibliográficas no interior do texto que atravancam a leitura e dispôlas em nota de rodapé ao final.

Esse texto apresenta a dramatização como instrumento valioso ao trabalho educativo, sendo considerado um dos processos que melhor permite a ação terapêutica do professor, por trazer à tona os distúrbios emocionais dos alunos. Alonso (1947, p. 294) leva em conta o uso da dramatização tanto no aspecto psicológico quanto no didático, mostrando que a construção do material a ser dramatizado deve provir dos alunos, enquanto o professor deve estar atento para não deixar escapar qualquer indício por eles fornecido. A autora chama a atenção para a distinção entre dramatização e decoração, informando que esta “pressupõe uma atitude imitativa, passiva e estática”, ao passo que a primeira é “eminentemente ativa, dinâmica”.

Jacob Levy Moreno e o Psicodrama

Jacob Levy Moreno nasceu em 6 de maio de 1889, na cidade de Bucareste, Romênia, e faleceu em 14 de maio de 1974, em Beacon, Estados Unidos. Durante infância e a juventude, até 1920, sua vida foi marcada pela religiosidade. Entre 1913 e 1914, realizou um trabalho de readaptação de prostitutas vienenses utilizando técnicas grupais; nesse mesmo período publicou o poema *Convite ao Encontro*; por volta de 1916, desenvolveu um trabalho de observação das interações psicológicas entre refugiados tirolezes.

Em 1917, Moreno formou-se em Medicina. Daquela época até 1920, colaborou, em parceria com Martin Buber, Max Scheller, Jakob Wasserman, Kafka e outros, com a revista *Daimon Magazine*, periódico existencialista e expressionista. Em 1920, publicou anonimamente *Das testament des vaters* (O testamento do pai), traduzido para o espanhol em 1923 como *Las Palabras del Padre*, já com sua identificação como autor. Naquela época, sua inclinação maior era para o teatro, sendo que em 1921 fundou o

Teatro Vienense da Espontaneidade, experiência fundamental para suas ideias de Psicoterapia de Grupo e Psicodrama.

A primeira sessão psicodramática oficial foi realizada em 1º de abril de 1921, na cidade de Viena, data assinalada por Moreno como o marco da fundação do Teatro da Espontaneidade e da criação do Psicodrama. Na referida sessão, Moreno propôs aos habitantes da cidade a escolha de um rei, já que ali não havia governo estável e nenhum líder. Ao público coube o papel de júri. Como resultado, ninguém foi considerado digno de ser rei, e a cidade permaneceu sem líder.

O período de dedicação ao teatro é descrito por Moreno como uma fase de transição entre a religiosidade e a ciência. Ele afirma que aproveitou a ideia de espontaneidade como natureza primordial para se rebelar contra o falseamento das instituições sociais – família e igreja – e contra a mecanização do ser humano.

Em 1923, publicou *O Teatro da Espontaneidade*, obra em que define o objetivo de romper com a “conserva cultural” do teatro, já que “discordava do uso de textos decorados e ensaiados”; defende que as “catarses aristotélica e de ab-reção” sejam “substituídas por uma forma de expressão” em que o ator, “naquele momento da ação”, torne-se o “próprio autor e criador de sua história, para transformá-la” (Gonçalves; Wolff; Almeida, 1988, p. 36).

Moreno enfrentou dificuldades com o teatro espontâneo porque, quando a reação era autêntica, o público e a crítica acusavam os artistas de terem ensaiado cuidadosamente; quando as dramatizações não eram convincentes, recebiam críticas de que eram inviáveis. Diante das reações negativas e a conseqüente redução do público, os atores abandonavam a direção de Moreno e partiam em busca do teatro convencional. Moreno, então, criou o “jornal vivo”, mais tarde denominado “jornal dramatizado”, usando a técnica “não como repetição ou recitação das notícias, mas sim como dramatização a partir da notícia” (Gonçalves; Wolff; Almeida, 1988, p. 15).

Além do jornal dramatizado, Moreno realizou teatro espontâneo com pacientes psiquiátricos; durante esse trabalho, em 1923, ocorreu o caso Bárbara-Jorge, caracterizando o início do Teatro Terapêutico. Bárbara era uma atriz famosa que sempre representava papéis românticos, doces e ingênuos. Ela se apaixonou por Jorge, poeta e autor teatral, e ambos se casaram. Certo tempo depois, Jorge procurou Moreno dizendo ser impossível viver com a esposa, pois em casa ela era agressiva e violenta. Moreno solicitou que Bárbara fizesse papéis mais vulgares, o que a deixou satisfeita com suas atuações. Certo dia, Jorge relatou a Moreno que a esposa estava muito diferente, calma

e doce. Assim o Teatro da Espontaneidade transformou-se em Teatro Terapêutico, e este em Psicodrama Terapêutico.

Em 1925 Moreno mudou-se para os EUA, e em 1927 fez a primeira apresentação do Psicodrama fora da Europa. Em 1931 introduziu o termo Psicoterapia de Grupo, marcando aquele ano o início da Psicoterapia de Grupo científica. Moreno editou a primeira revista dedicada a essa área, chamada *Impromptu*. Em 1934 publicou *Who shall survive?*, traduzido para o espanhol como *Fundamentos de la sociometria*. Em 1936, ele se mudou para Beacon, no estado de Nova York, onde construiu o primeiro teatro terapêutico.

Moreno desenvolveu trabalhos em uma escola em Hudson, atuando na reeducação de jovens, e a partir dali voltou sua atenção para a investigação e mensuração das relações interpessoais, sustentando o uso da Sociometria para a seleção de oficiais americanos durante a Segunda Guerra.

A Psicoterapia de Grupo, o Psicodrama e a Sociometria são considerados por Moreno como a terceira revolução psiquiátrica, sendo a primeira com Phillippe Pinel, que durante a Revolução Francesa libertou os alienados e os tratou com humanidade; a segunda revolução foi o surgimento da Psicanálise com Sigmund Freud. Devido a seu passado religioso, Moreno foi visto pela comunidade científica com desconfiança, considerado um pregador messiânico em uma busca de ingênua fraternidade. No entanto, ele sempre procurou dialogar com terapeutas de outras linhas teóricas, na tentativa de “esclarecer os fundamentos de sua proposta como pesquisador e psicoterapeuta” (Gonçalves; Wolff; Almeida, 1988, p. 17).

Em 1946, Moreno publicou *Psychodrama*, traduzido para o português em 1974. *Psicoterapia de grupo e psicodrama* foi publicado em 1959, com tradução no Brasil em 1999. Também em 1959 foi publicado *Fundamentos do psicodrama*, tendo sua primeira edição brasileira em 1983.

As concepções teóricas e as técnicas do Psicodrama

Do ponto de vista teórico, o Psicodrama consiste na utilização de técnicas psicodramáticas que buscam resgatar as relações “téticas”, ou seja, “a capacidade de se perceber de forma objetiva o que ocorre nas situações e o que se passa entre as pessoas” (Gonçalves; Wolff; Almeida, 1988, p. 49). O Psicodrama permite o surgimento de condições para a recuperação da criatividade e da espontaneidade, proporcionando o que Moreno denomina Encontro, ocasião em que existe reciprocidade total, quando os

indivíduos adquirem tal grau de identidade que podem escutar um ao outro, mesmo mediante o silêncio, sem que ocorra perda ou dano da identidade própria.

No Psicodrama, o mais importante é o momento da criação, pois o seu valor está no processo e não no produto final. O indivíduo cria no aqui e agora do espaço psicodramático, na vivência do drama, durante o processo. Para Fonseca Filho (1980, p. 7), “no cenário psicodramático, tudo é atual. O passado é presente. O futuro também o é”. Durante a trajetória da sua vida, o indivíduo desenvolve condutas pré-determinadas pela sociedade, e com isso assume papéis que modelam suas formas de agir. O papel pode ser definido como uma pessoa imaginária e, ao mesmo tempo, como uma parte assumida por um ator, ou seja, uma personagem. Além disso, o papel pode ser uma função aceita, incorporada na realidade social.

A vida dos seres humanos é constituída de máscaras, de estereótipos impostos pela sociedade. O psicodrama proposto por Moreno (1974) aborda esse fato afirmando que, para ocorrer a liberação destas estereotípias, a dramatização teria que ir além dos teatros, pois estes reproduzem o que ocorre na sociedade, sendo a repetição das conservas culturais. Moreno propôs que o teatro não fosse um local de reprodução, de repetições, de incentivos às conservas culturais, mas um espaço de liberação, de transformação, de improvisações, incentivando o desenvolvimento da criatividade e da espontaneidade. Ali, os atores poderiam criar seus próprios personagens e não desenvolver papéis criados por outra pessoa, o autor, situação em que, por mais originais que sejam, as representações não passam de simples repetições.

A primeira tentativa de Moreno para alcançar esse objetivo foi a transformação do teatro comum em teatro espontâneo. É o transformar de dentro para fora, consistindo em liberar os papéis através da dramatização espontânea. O maior contraste entre as duas formas de teatro reside na forma como ambas lidam com o momento. O teatro tradicional apresenta “seus produtos, perante uma audiência, como criações acabadas e definidas; o momento é ignorado”. O teatro espontâneo produz o “próprio momento” e cria a “forma e o conteúdo do drama na qualidade de partes integrais do mesmo” (Moreno, 1984, p. 51).

Moreno constata que há um conflito em algumas formas de teatro tradicional, também chamado de teatro não-espontâneo, entre o papel dramático e a pessoa privada do ator. Ao representar, um ator omite sua pessoa privada, porém tal omissão é sempre incompleta, pois atrás do papel do personagem estará presente a personalidade privada do ator. Moreno diz que “o grau em que um dado papel pode substituir ou preencher o espaço da pessoa privada do ator é cronicamente incompleto”; atrás “da máscara de

Hamlet espreita a personalidade privada do ator”. Esse conflito é chamado de “conflito primário papel-pessoa” (Moreno, 1974, p. 206).

Segundo Moreno, as obras teatrais geralmente reproduzidas o mais fielmente possível geram conflitos entre atores, pois a preparação, muitas vezes, é feita por meio de improvisações, o aquecimento totalmente livre e espontâneo, mas os papéis não são criados pelos próprios atores espontaneamente, são meras repetições, reproduções de outras obras dramáticas. Portanto, os atores vivem o conflito entre o momento espontâneo e o momento conservado, não-criativo. O teatro espontâneo busca pôr fim ao dilema entre o drama espontâneo (improvisado) e a rígida conserva dramática (papel a desempenhar). Moreno abandona essas demarcações, permitindo e incentivando a criação e a espontaneidade, promovendo o desenvolvimento de papéis *in status nascendi*, ou seja, criados na situação do momento, durante o processo.

Várias são as técnicas oferecidas pela metodologia psicodramática. A mais utilizada para o desenvolvimento de papéis é o *role-playing*, ou jogo de papéis. Trocar o papel do protagonista com o seu papel complementar, propiciando ao personagem “A” a oportunidade de vivenciar o papel de “B”, e vice-versa, é um dos mais eficientes procedimentos psicodramáticos. Segundo Moreno (1974, p. 181), o *role-playing* tem como finalidade “proporcionar ao ator uma visão dos pontos de vistas de outras pessoas, ao atuar no papel de outros, seja em cena, seja na vida real”.

No *role-playing* é possível chegar à percepção dos sentimentos do outro, ou seja, do seu papel complementar, proporcionando aos participantes a possibilidade de vivenciar situações problemáticas ocorridas no dia-a-dia e oferecendo condições de entendê-las, para assim buscar possíveis alternativas para superá-las, ou ainda, de se preparar para situações que possam surgir. É a possibilidade de vivenciar tudo de forma protegida, no espaço do “como se” psicodramático. O *role-playing* permite ao sujeito atuar em diversos papéis correlatos ao seu de forma dramatizada, ampliando a compreensão de seu próprio papel e viabilizando um desempenho mais espontâneo e criativo. Segundo Wechsler (1999, p. 114), no *role-playing* o indivíduo atua dramaticamente vários papéis, podendo assim “compreender a sua própria dinâmica individual e a estabelecida com os outros papéis, por exemplo, professor/aluno, professor/diretor, professor/pais de alunos”.

Além do *role-playing*, há várias outras técnicas psicodramáticas, que devem ser empregadas criteriosamente, buscando dar aos participantes a oportunidade de progredirem durante o ato psicodramático. Dentre outras, destacam-se as seguintes técnicas, conforme apresentadas por Moreno (1974):

- Solilóquio: é uma técnica em que o protagonista verbaliza, em voz alta, sentimentos e sensações que se apresentam durante o ato psicodramático.
- A Inversão de Papéis: corresponde à fase do reconhecimento do tu, do entendimento do outro. O sujeito identifica-se com o papel do outro e passa a “olhar o outro com os olhos dele”, para depois ocorrer a inversão concomitante dos papéis.
- A técnica do Duplo: está associada à fase de identidade do eu com o tu. Quando, em uma sessão, um participante apresenta um momento de dificuldade de compreensão ou de relacionamento com outras pessoas, o auxílio do Duplo pode facilitar a superação do conflito.
- A técnica do Espelho: está associada à fase do reconhecimento do Eu. Não há um espelho real, mas um Ego-Auxiliar que representa, no cenário, exatamente o que o protagonista é ou faz. O Ego-Auxiliar pode colaborar com o diretor psicodramático ou com o protagonista. No primeiro caso, pode ser enviado ao palco para representar um papel ou contrapapel, contribuindo com o desenvolvimento da ação psicodramática e, em alguns casos, atuando como provocador, de acordo com as instruções do diretor. No segundo caso, pode ser indicado pelo Protagonista para representar o papel de determinada pessoa que surge na cena a ser dramatizada.
- Interpolação de Resistências: é uma técnica em que o diretor de cena tenta contrariar as posições rígidas do protagonista, dando comandos ao ego-auxiliar para que modifique algumas informações oferecidas pelo protagonista. Assim, espera-se permitir que o protagonista tenha acesso a outros pontos de vista, seja mais flexível e, com isso, avance em suas percepções.

Considerações Finais

Na investigação das matérias publicadas pela RBEP, foram identificados 14 textos cujos temas dizem respeito a metodologias de ensino, no total de 540 publicados entre os anos de 1944 e 1948. Dentre os 14, cinco podem ser considerados próximos da metodologia que, a partir do exame das matérias de Betti Katzenstein, denominamos *exposição poética*. Quatro deles (Duarte, 1945; Carvalho, 1946; Gouvêa, 1946; Alonso, 1947) fazem referência à dramatização, ou desempenho de papéis, como recurso de grande valor no trabalho educativo. O quinto texto (Matos, 1946) discorre sobre uma técnica de ensino que consiste em apresentar problemas na forma de perguntas, ocasionando respostas que levam a novas perguntas.

Podemos observar, em primeiro lugar, que a RBEP publicou poucos textos (14 em 540) relativos a metodologias de ensino; em segundo lugar, podemos notar que também

são poucos (5) os textos que se aproximam da estratégia didática utilizada por Katzenstein. Dentre os que se aproximam, quatro o fazem por abordarem o desempenho de papéis como recurso didático, técnica que Katzenstein utiliza ao colocar em cena personagens fictícias, Dona Anastácia e a Psicóloga; o outro texto aproxima-se por mencionar a técnica do diálogo, a qual é empregada por essas duas personagens.

Se considerarmos que esses cinco textos contêm aspectos próximos do procedimento adotado por Katzenstein, podemos concluir que tais recursos didáticos eram pouco veiculados entre os educadores no período focalizado por esta pesquisa, a julgar pela fonte examinada – a RBEP. É pouco provável, portanto, que a autora tenha buscado inspiração no campo educacional para elaborar as suas matérias dialogadas, no que tange ao método de ensino que nelas se apresenta. Por outro lado, não se pode afirmar que o tema fosse completamente alheio aos educadores, o que permite manter viva a hipótese de que Katzenstein, ao elaborar seus textos, estivesse repercutindo certa preocupação comum em sua época.

Na investigação relativa ao campo da Psicologia, tomando por base especificamente o Psicodrama de Moreno, encontram-se alguns elementos teóricos e práticos que podem ter servido de inspiração para Katzenstein. O desempenho de papéis (*role-playing*), que constitui o cerne da proposta do autor, ocupa também o centro das matérias dialogadas da autora. Se excluirmos o que se refere à improvisação e ao conteúdo terapêutico, inerentes à proposta de Moreno, podemos dizer que Katzenstein concordaria com uma finalidade dessa técnica, que é proporcionar a vivência de situações do cotidiano, levando um dos participantes a assumir o ponto de vista do outro.

As outras técnicas criadas por Moreno no contexto do Psicodrama – como a Inversão de Papéis, o Duplo e a Interpolação de Resistências – também podem ser identificadas nas matérias dialogadas de Katzenstein, nas quais o papel da Psicóloga consistia em contrariar os posicionamentos de Dona Anastácia, levando-a a enxergar com outros olhos assuntos controvertidos, sempre situados na esfera das relações sociais.

Para concluir categoricamente que Moreno tenha servido de fonte inspiradora para Katzenstein, seria necessário penetrar mais intimamente na formação intelectual da autora, para sabermos, por exemplo, se o Psicodrama fez parte de suas leituras, ou se ela manteve contato com círculos de estudiosos dessa corrente teórica, tanto no Brasil quanto no exterior. Trata-se, portanto, de mais uma hipótese a ser mantida em aberto, carecendo de novas investigações.

Referências

- ALONSO, C. P. A dramatização como processo psicológico de ajustamento da criança. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 27, p. 293-295, mar/abr. 1947.
- BORSATO, C. R.; CUNHA, M. V. Dialética e retórica no discurso de Betti Katzenstein. *Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, jul./dez. 2011.
- CAPANEMA, G. Apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-4, jul. 1944.
- CARVALHO, A. B. Dramatizações escolares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25 p. 314-321, nov./dez. 1946.
- CUNHA, M. V. *O discurso educacional renovador no Brasil (1930-1960): um estudo sobre as relações entre escola e família*. 1998. 245 f. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, Araraquara 1998.
- _____. A educação no período Kubitschek: os centros de pesquisa do INEP. 2 ed. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 127-140, jan./dez. 2002.
- _____. História da Educação e Retórica: ethos e pathos como meios de prova. In: SILVA, M.; VALDEMARIN, V. T. (Orgs.). *Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer*. São Paulo: Cultura Acadêmica: 2010.
- DUARTE, B. Teatro, colaborador da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 127 e 128, jan. 1945.
- EDITORIAL. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-6, jul. 1944.
- FONSECA FILHO, J. S. *Psicodrama da loucura: correlações entre Buber e Moreno*. São Paulo: Ágora, 1980.
- GANDINI, R. *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)*. Campinas: Unicamp, 1995.
- GONÇALVES, C. S.; WOLFF, J. R.; ALMEIDA, W. C. *Lições de psicodrama: introdução ao pensamento de J. L. Moreno*. 3. ed. São Paulo: Ágora, 1988.
- GOUVÊA, R. Os jogos dirigidos na educação integral. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 68-85, set./out. 1946.
- LOURENÇO FILHO, M. B. Antecedentes e primeiros tempos do Inep. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set. 1964.
- MATOS, L. N. A. O interrogatório didático. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 5-32, set./out. 1946.
- MORENO, J. L. *O teatro da espontaneidade*. Tradução Maria Sílvia Mourão Neto. 2. ed. São Paulo: Summus, 1984.
- _____. *Psicodrama*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1974.
- ROTHEN, J. C. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr. 2005.
- TEIXEIRA, A. Discurso de posse do Prof. Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.
- VIDAL, D. G.; CAMARGO, M. J. G. A imprensa periódica e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos

Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 194, p. 81-92, jan./abr. 1992.

WECHSLER, M. P. F. *Psicodrama e construtivismo: uma leitura psicopedagógica*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

Notas

¹ Os resultados da pesquisa aqui sumariada, incluindo os dados sobre a vida e a atuação de Katzenstein aqui mencionados, encontram-se em Borsato e Cunha (2011).

Artigo recebido em: 14/02/2014. Aprovado em: 07/03/2014.

A ATIVIDADE DA PESCA E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA PESCA NO BRASIL NAS PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS DA SILVA SANTOS

THE FISHERY AND WORKERS ' RIGHTS OF FISHING IN BRAZIL IN THE PRACTICES POLICIES OF CARLOS DA SILVA SANTOS

Arilson dos Santos GOMES*

Resumo: Este trabalho visa analisar os temas referentes à atividade da pesca e aos direitos dos trabalhadores da pesca identificados na prática política de Carlos da Silva Santos. Neto de escravizados, o político desde a década de 1930 destacou-se como líder sindical. Orador de reconhecida qualidade, entre os anos de 1959 e 1974, por quatro vezes consecutivas elegeu-se deputado estadual pelo Estado do Rio Grande do Sul, perfazendo uma carreira sólida, inclusive ocupando por duas vezes o cargo de governador interino do Estado. A pesquisa efetuada por meio de fontes oficiais, cotejadas com impressos jornalísticos, permite uma dimensão dos temas propostos na agenda parlamentar defendida pelo tribuno, com destaque para o tema da atividade da pesca e dos direitos dos pescadores.

Palavras-chave: Carlos Santos; Análise discursiva; Pesca; Nova História Política; Direitos.

Abstract: This work aims to analyze what were the themes of the fishery and workers 'rights of fishing identified in the discursive trajectory of political Carlos da Silva Santos. Grandson of former slaves, since the 1930s stood out as union leader. Preacher of recognized quality, between the years 1959 and 1974 for four consecutive times was elected state deputy the state of Rio Grande do Sul, making a solid career, including occupying the position of acting governor of the state. The research conducted by official sources, collated with printed newspaper, allows a dimension of topics proposed by the parliamentary, highlighting the theme of fishing activity and the rights of fishermen.

Abstract: Carlos Santos; Discursive analysis; Fishing; New Political History; Rights.

Introdução

Carlos da Silva Santos nasceu em 1904, na cidade litorânea de Rio Grande, território de origem do Estado do Rio Grande do Sul.¹ Em sua infância, Santos conviveu com as necessidades de afirmação de uma família negra em um contexto pós-abolicionista, em que a comunidade carregava o estigma da escravidão.

A procedência familiar de Carlos Santos, no entanto, foi em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, espaço em que surgiu, segundo Loner (2013), a primeira geração da família Silva Santos, constituída por dois africanos - José e Rosa - os quais, quando livres, assumiram os nomes de José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó. Loner (2013) constatou esses indícios

* Doutor em História - PPGH-PUCRS. Brasil. Professor da Faculdade Porto Alegrense – FAPA. Professor de História do Magistério Público - Secretaria de Educação/RS. E-mail: arilsondsg@yahoo.com.br.

por meio de investigações e cotejamento de escassas fontes, auxiliadas pelos relatos familiares mais idosos. Contudo, a pesquisadora citou as dificuldades de definição da origem de José e Rosa, se eram africanos desembarcados na cidade ou alforriados nascidos no Brasil.

Manoel Conceição da Silva, filho do casal, nascido por volta de 1831, foi carpinteiro. Em 1860, morando na cidade de São Francisco de Paula, atual Pelotas, casou-se com Maria José dos Santos, filha de Manoel Antônio de Abreu e Balbina Maria da Conceição. Manoel Conceição da Silva, avô de Carlos Santos, foi abolicionista, proprietário do Jornal “A Voz do Escravo”, fundado em 16 de janeiro de 1881, sendo muito respeitado e considerado pela sociedade local, inclusive por suas posses.

Manoel Conceição, por volta de 1884, incentivou os trabalhadores ainda escravizados a procurarem as brechas legais do sistema para tratarem de suas alforrias, tal como recorrer ao fundo de emancipação do município, buscando a intermediação de clubes com a Igreja Católica e, assim, lutando pela abolição de indivíduos negros (LONER, 2013, p. 6-13).

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, a maioria deles sujeitos influentes no meio negro de Pelotas e no meio operário de Rio Grande, sendo as mulheres professoras de música e os homens líderes abolicionistas. José da Silva Santos, um dos filhos, mudou-se para Rio Grande, onde foi professor em sociedades operárias e líder em associações étnicas do município. Outro que mudou para Rio Grande foi Manoel Ramão Conceição dos Santos (1865-1905), pai de Carlos Santos.

Manoel Ramão tinha como ofício uma das profissões citadas pelo viajante Luccock - carpinteiro - e Saturnina Bibiana da Silva Santos, a mãe, era professora de música e organista da Igreja Matriz de São Pedro (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p.12), profissões comuns entre os Silva Santos. Outro ponto a destacar sobre as relações da família foi a aproximação com a igreja, tanto para professar a fé quanto para a negociação política. Seria essa relação uma estratégia de sobrevivência?

As informações quanto à profissão de seu pai e de sua mãe demonstram que Carlos Santos era oriundo de um núcleo familiar estruturado e protagonista na mediação política a favor das comunidades negras durante e após a escravidão, ocorrida em Pelotas no ano de 1884. Essa condição, próxima à igreja, somada às técnicas laborais e à participação associativa, em contraste com a maior parte da população negra - que após a liberdade permaneceu sem a assistência social-, fez a diferença para a manutenção material da família.

Profissionalmente, na função de caldeireiro,² Carlos Santos trabalhou em estaleiros navais e, em face de seus talentos oratórios, tornou-se líder sindical, além de integrar associações étnicas (LONER, 2013). Entre 1935 e 1937, assumiu como deputado classista,

representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.³ Durante sua permanência como classista, fundou sindicatos em diversas cidades do Rio Grande do Sul e participou de congressos trabalhistas no Rio de Janeiro.

Com o decreto do Estado Novo (1937), retornou a sua terra natal para trabalhar na função de delegado escolar na Escola Lemos Júnior, onde passou a cuidar do cotidiano administrativo da instituição escolar. Lá acompanhou os desfechos da II Guerra Mundial e a capitulação das ideias nazistas, bem como as negociações de Getúlio Vargas (1882-1954) com os países beligerantes. Na ocasião, o presidente do Brasil, decidiu-se pelas ideias liberais vinculadas aos Estados Unidos da América.⁴

Com o final do Estado Novo, Santos concorreu ao parlamento sul-rio-grandense pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947, ficando na suplência do deputado Tarso de Moraes Dutra (1914-1983), assumindo a vaga em três ocasiões.

Com dificuldades para estudar, já que estava trabalhando desde os 11 anos de idade, em 1951, aos 46 anos, formou-se em Direito pela Faculdade de Pelotas da Universidade do Rio Grande do Sul.⁵ Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas, principal líder do trabalhismo, retornou como presidente eleito, até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou.

Contudo, foi no trabalhismo que Carlos Santos encontrou campo às suas reivindicações, já que o programa político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contemplava aspectos alusivos à harmonização das classes. Como católico fervoroso (CLEMENTE; BARBOSA, 1994), pregava o equilíbrio das relações sociais e a importância da família. O político também participou de associações étnicas e da imprensa produzida por intelectuais negros entre as décadas de 1930 e 1950 (SANTOS, 2011; GOMES, 2014).

Carlos Santos foi deputado estadual em outras quatro ocasiões. Primeiro, junto aos quadros do PTB, por duas vezes, na 40ª e 41ª legislatura (1959-62 e 1963-66) e, após o Golpe Civil-Militar, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por duas vezes (1966-70 e 1971-74), na 42ª e 43ª legislaturas. Foi governador interino em 1967, em duas ocasiões. De 1975 até 1982, Santos exerceu o cargo de deputado federal, perfazendo 50 anos de carreira pública. Faleceu em Porto Alegre no ano de 1989.

Tabela 1: Quantitativa de votos obtidos por Carlos Santos no Estado do RS

Ano	Disputa	Votos obtidos	Partido
1959	Deputado Estadual	8.504	PTB
1962	Deputado Estadual	6.836	PTB
1966	Deputado Estadual	13.365	MDB
1970	Deputado Estadual	17.069	MDB

Fonte: do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa

Tendo em vista a análise dos projetos políticos identificados na trajetória discursiva do deputado entre os anos de 1959 e 1974, constatou-se que Carlos Santos manteve sua ação política direcionada para os setores da pesca e aos direitos dos pescadores.

Teoria e Método

A perspectiva teórico-metodológica deste artigo aponta para a renovação da história política (RÉMOND, 2003), visto que o estudo será desenvolvido a partir da análise de discurso do parlamentar e as tensões sociais do contexto. Para Orlandi (2001, p. 10), no momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação são identificados. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo a autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas e metodológicas para observá-la; é observar o funcionamento do discurso.

As fontes documentais, anais e correspondências utilizadas na elaboração desta proposta são oriundas dos acervos localizados no Memorial da Assembleia Legislativa do RS, no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, na Biblioteca Borges de Medeiros da Assembleia, na Biblioteca de Pelotas, na Biblioteca de Rio Grande e no acervo particular da família de Carlos Santos, além de uma entrevista realizada com Neiva Santos, filha do deputado.

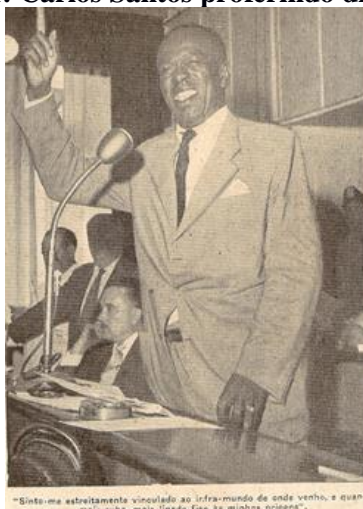
A pesquisa histórica é realizada com investigação quantitativa e qualitativa de dados, tendo como base intervenções realizadas na Assembleia, e, ainda, informações fornecidas pelas demais fontes.

Nos últimos anos, pesquisadores da história política têm se debruçado nos acervos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, versando sobre temáticas referentes às dinâmicas e às conjunturas político-sociais a partir dos discursos dos deputados gaúchos. Torres (2004), Elmir (2005) e Heinz (2005) abordaram questões relevantes da política sul-riograndense em meio às fontes investigadas na Assembleia. Suas problemáticas, formuladas por meio de temas como democracia, autoritarismo e abertura política durante a trajetória republicana do Estado, foram importantes para a elaboração desta proposta.

Das 318 intervenções realizadas por Carlos Santos, 73 ou 22,95% foram em torno das demandas da atividade econômica da pesca e das gentes do mar (73),⁶ perfazendo uma considerável mediação política em torno dessa causa. O efeito, pelo que se pode apreender, significou uma considerável contribuição para as políticas públicas atuais de ambos os grupos, e, conseqüentemente, para os avanços de um país mais justo.

Enfatiza-se que a ação e o discurso são as formas com que os seres humanos aparecem uns aos outros. Uma vida sem discurso e sem ação é, literalmente, morta para o mundo, deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. O agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (ARENDR, 2011, p. 220-221).

Foto 1: Carlos Santos proferindo discurso.



Fonte: Revista do Globo, 1962, p. 26. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

O deputado foi um tradutor das demandas políticas identificadas anteriormente (BERSTEIN, 2003).⁷ Mas, que motivos levaram Carlos da Silva Santos a agir e a defender, entre outros assuntos, os interesses da atividade da pesca, bem como o direito dos trabalhadores da pesca?

A história da atividade da pesca e dos pescadores

Os pescadores são os representantes mais profundos dos “povos do mar”, constituindo-se de fundamental importância o entendimento de sua construção identitária para a compreensão das lutas políticas destes povos.

A identidade dos pescadores foi pesquisada no Brasil sob os prismas históricos, antropológicos, sociológicos e psicológicos (DIEGUES, 1983; SILVA, 1988; MALDONADO, 1994; ADOMILLI, 2002; BARBOSA, 2004; ANDREOLI, 2010; LUCAS SILVA, 2012). Esta proposta contribui no que incide nos aspectos históricos, sociológicos e, por vezes, antropológicos da trajetória, representados nas interações desses pescadores com os

demais grupos que compõem a sociedade, identificando relações sociais a partir de seu meio, com tensões e conflitos, e em suas negociações com os poderes públicos constituídos.

Não obstante, entende-se que essas relações ocorrem e carregam, além das questões materiais e objetivas, aspectos subjetivos e simbólicos, compostos por referenciais próprios de um grupo que enfrenta os desafios da natureza, já que o mar, por sua grandeza, é algo desafiador aos sentidos e às ações humanas.⁸

Segundo Sônia Regina Barbosa (2003, p.125-126):

A identidade social de pescador, ou de trabalhar na pesca, alimenta-se muito mais acentuadamente de representações sobre a especificidade dessa atividade em contrapartida aos trabalhadores da terra. Já que o segredo do mar, suas traições e perigos, a profundidade de seu desconhecimento e dificuldade de apropriação de seus recursos, o ir ao mar, não é simplesmente dirigir-se a um local de trabalho é enfrentar o desconhecido (BARBOSA *Apud* DUARTE, 1999, p. 32) (Grifo Nosso).

Embora seja uma identidade específica de uma atividade do mar, inevitavelmente ela dialoga com a terra, em uma relação constante entre dois mundos. A afirmação identitária do pescador, influenciada pela insegurança da navegação em alto mar ou - como enfatizou Maldonado (1994) - é uma afirmação de identidade moldada pelas tensões de dois mundos, a terra e o mar, sendo este último o espaço produtivo que é o referencial ideológico e espacial dos pescadores, pois é considerado de posse comum (MALDONADO, 1994, p.33). Porém, as relações com a terra perfazem a unidade histórica entre a terra e o mar.⁹

Devido a essa situação, e visando a manter a estabilidade da tripulação no bote e da comunidade em terra, mesmo com os conflitos e as tensões provocadas pelos riscos das lides marítimas, os pescadores preferem manter seus laços familiares em sua prática, inclusive por se tratar, segundo suas concepções, de um “mecanismo de proteção e coordenação de tarefas minimizando os riscos de brigas e facilitando os pactos e informando afetivamente as tomadas de decisões” (MALDONADO, 1994, p.56), o que, em última instância, reforçava os laços de solidariedade dos pescadores.

Outra situação que merece destaque é a temporalidade desses sujeitos, articulado com os meios naturais. O tempo e espaço em que se expressam esses trabalhadores são construídos dos recursos e dos imperativos do meio natural, com que interagem, atualizam e reproduzem sua vida social. Regulado pela natureza, o tempo era medido pelas marés, tempo das chuvas ou estiagem (MALDONADO, 1994, P. 39; SILVA, 2001, P.209).

Em nossa pesquisa a identidade desses pescadores passa a ser pensada principalmente pelo viés político, por meio de sua asseveração a partir de seu ofício na cobrança de seus

direitos materiais junto às instituições. Ou seja, a identidade dos pescadores e dos “povos do mar” em face das suas relações políticas.¹⁰

Os direitos dos trabalhadores da pesca no Brasil

Salienta-se que os pescadores organizados reivindicaram melhorias em sua situação social. Em 1941, um grupo de jangadeiros realizou uma viagem histórica. Com a pequena jangada São Pedro, saíram de Fortaleza rumo ao Rio de Janeiro, na época, Capital Federal. Os jangadeiros Raimundo Lima, o Tatá, mestre Jerônimo, Manoel Preto e Manuel, o Jacaré, partiram no dia 14 de setembro daquele ano para a “cidade maravilhosa” (NEVES, 2007). Essa viagem foi realizada no intuito de questionarem as instituições autoritárias que, no Estado Novo, controlavam a atividade pesqueira no Brasil.

Os pescadores exigiam direitos para a categoria e autonomia para decidir sobre quem dirigiria a Colônia de Pesca da região. A jangada São Pedro viajou 61 dias até o Rio de Janeiro, havendo recepção realizada pelo chefe maior do Brasil, Getúlio Vargas. Na ocasião, o grupo conquistou do então presidente a promessa de incorporação de sua classe ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), bem como as suas participações na escolha de seu representante na Colônia de Pesca.

Dez anos mais tarde, em 1951, novamente o grupo saiu de Fortaleza para uma viagem mais longa, desta vez sem Manuel, o Jacaré, que falecera no ano seguinte à primeira viagem. A bordo da jangada Nossa Senhora da Assunção estavam o mestre Jerônimo (com 52 anos), o sexagenário Raimundo Lima, o Tatá (com 62 anos), e Manoel Preto (com 49 anos), os quais adentraram-se pelo oceano para reivindicar a concretização das demandas prometidas (REVISTA DO GLOBO, 1952. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

No contexto de abertura política com o fim do Estado Novo, levaram na bagagem, além dos apetrechos necessários à tão longa e arriscada travessia, memoriais contendo reivindicações da classe, que ainda não tinham sido institucionalizadas. Os pescadores seguiram pelo litoral brasileiro rumo ao Rio Grande do Sul. Mas, como disse o mestre Jerônimo a um jornalista da imprensa porto-alegrense, não vinham pedir nada de novo, apenas cobrar, nesse contexto de abertura política, o cumprimento das promessas feitas no berço, como eles afirmavam, do “trabalhismo” (REVISTA DO GLOBO, 1952, p. 37. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa).

Nessa aventura, levaram 127 dias para chegar a Porto Alegre e navegaram quatro mil quilômetros. Na capital gaúcha, foram recebidos com festa pela população, sendo a jangada

Nossa Senhora da Assunção, após a façanha, doada ao Museu Júlio de Castilhos para exposição.¹¹

Fotos 2 e 3 – Populares porto-alegrenses recebendo as jangadeiros cearenses



Fonte: Revista do Globo, n. 556, 15 de mar. de 1952, p. 34-37. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

Carlos Santos, ciente dessas reivindicações, tempos depois, fez pronunciamentos sobre as cobranças desses trabalhadores no plenário sul-rio-grandense, homenageando Mestre Jerônimo, que faleceu pobre e esquecido pelo governo brasileiro (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, nov. 1965, v. 119, p. 226).

Segundo Carlos Santos, da tribuna:

Os jornais de ontem abriram as colunas para o comovido destaque do desaparecimento de Mestre Jerônimo, o velho jangadeiro dos verdes mares de Iracema. É o desfecho cruel daquela homérica porfia que o rude pescador ao longo de sua legendária existência, contra as ondas indômitas e bravias que sempre se curvaram diante da grandeza incomensurável do fabuloso titã, mas que sobre ele, no entanto, exerciam incoercível fascínio [...] (grifo nosso).¹²

A forma mais usual de esses grupos solicitarem a mediação de Carlos Santos era por meio de correspondências (COSTA, 2013). O deputado respondia todas as cartas enviadas para o seu gabinete.

Produzindo ideologias (GRAMSCI, 1980) e representando essas questões sociais, o político teve participação na elaboração sistemática de projetos nos espaços de poder, por meio de uma agenda extensa que contemplou as reivindicações desses grupos sociais na Assembleia Legislativa.

Carlos Santos era rio-grandino, região de intensa atividade pesqueira. Essa *equação*, (arrisca-se a realçar o referido termo) é condição *sine qua non* para a interpretação dessa

narrativa histórica, denotando expressividade identitária ao político pesquisado, já que era cerceado por valores, crenças e códigos dos grupos defendidos (GOMES, 2013).

No próximo item, serão problematizados os discursos, bem como os projetos políticos defendidos pelo parlamentar na Assembleia Legislativa rio-grandense, durante os quatro mandatos consecutivos exercidos por Santos como deputado estadual.

Análise das práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)

A partir de 1919, foi a Marinha a responsável pelo estabelecimento das Colônias de Pescadores e outros mecanismos de intervenção do estado no setor (SILVA, 1988). Em 1920, foi criada, também pelo estado, a Confederação dos Pescadores do Brasil como sendo o órgão que congregava todas as federações estaduais de pescadores. Para Décio Souza Cotrim (2008, p.18), “as relações instituídas entre pescadores e estado desde essa fase se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. Nesse processo de conquista da confiança dos pescadores, o estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes e ofereceu serviços de saúde”. Como se observa com o tempo, os pescadores fizeram, por meio de reivindicações, valer as suas necessidades.

No Rio Grande do Sul, como representações oficiais dos pescadores, existem 16 colônias de pesca e cinco sindicatos dos pescadores. São elas:

Tabela 2 – Colônia dos Pescadores do RS

Zona	Município
Z1	Rio Grande
Z2	São João do Norte
Z3	Pelotas
Z4	Viamão (Itapuã)
Z5	Porto Alegre (Ilha da Pintada)
Z6	Venâncio Aires
Z7	Quinze de Novembro
Z8	São Lourenço do Sul
Z9	Uruguaiana
Z11	Tavares
Z12	Itaqui
Z13	Cachoeira do Sul
Z16	Santa Vitória do Palmar
Z17	Santa Maria
Z18	Ijuí
Z19	Roque Gonzáles
Z20	Estrela

Fonte: COTRIM, Décio Souza. Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS). Dissertação de Mestrado PGDR – UFRGS, 2008.

<
http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/teses/Agroecologia,_sustentabilidade_e_os_pescadores_artesanais.pdf> Acesso 01 out.2012.

Além dessas Zonas, atualmente, permanecem os Sindicatos dos Pescadores de Pelotas, Jaguarão, Torres, São Jerônimo e Tramandaí (COTRIM, 2008, p.19).

Carlos Santos defendeu sistematicamente as Zonas Z1 e Z2. A região de Rio Grande - Z1 configura-se a mais extensa e produtiva Zona de Pesca do Brasil. Caracterizando-se em um meio (eco) dinâmico específico, o trecho sul da Lagoa dos Patos, incluindo o canal de trocas com o oceano Atlântico, constitui uma preciosa área estuarina, responsável pelo extraordinário sistema ambiental lagunar marinho.

Foto 4: Imagem da Região Sul do Estado do RS, capturada por satélite.



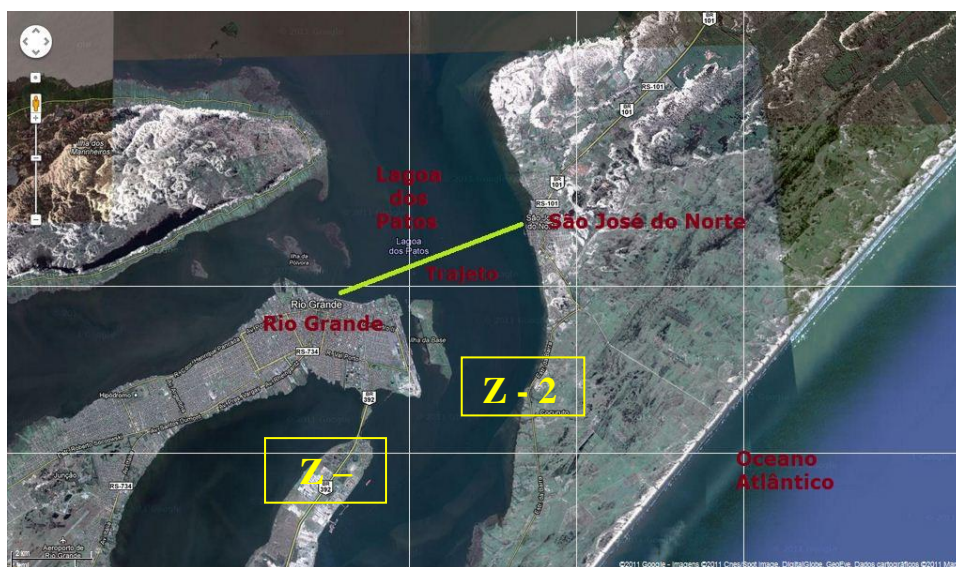
Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=MAPA+DE+RIO+GRANDE+DO+RS&hl=pt->

A corrente quente do Brasil, a corrente fria das Malvinas e a embocadura da Lagoa dos Patos possibilitam o desenvolvimento de rica população marinha. Não obstante, os problemas do desenvolvimento da indústria da pesca, na Zona Sul do estado, decorriam da “frota de captura tecnologicamente atrasada, esforço de pesca não dimensionado à capacidade de renovação das populações marinhas e importação de matéria prima” (VIEIRA, RANGEL, 1993, p.87).

Outra zona, São José do Norte, conhecida como maior produtora de cebolas do Brasil, tem uma origem da população açoriana, predominantemente de origem rural. No limite da Laguna dos Patos, existem pequenas vilas que se alimentam principalmente de camarão. Nessas vilas, os pescadores e os agricultores trocam de produção, sendo inexistente uma

agricultura produtiva em virtude das dunas. Atualmente, o município ainda depende da balsa como meio de transporte, carecendo de infraestrutura e vivendo da pesca e da cebola (FONTOURA, 1994). Para Carlos Santos, Rio Grande e São José do Norte, representadas pelas zonas de Pesca Z1 e Z2, eram cidades irmãs, já que eram limítrofes e dependiam da pesca para seu desenvolvimento econômico.

Foto 5: Capturada por satélite dos municípios de Rio Grande e de São José do Norte.



Fonte: <http://gruposcoiteiroburiti.blogspot.com.br/2011/11/rumos-do-sul-20-sao-jose-do-norte.html>. Acesso 12 out. 2012.

Em 1959, a mediação entre os interesses dos trabalhadores pesqueiros com os órgãos públicos, nas cidades de Rio Grande e São José do Norte, passou a ser realizada por Carlos Santos, que denunciou em plenário, no dia 06 de agosto:

No Rio Grande do Sul, 20% da produção de peixe é feita em barcos pesqueiros, por conta das grandes indústrias, 80% das safras resultam do trabalho individual ou das parcerias pelo sistema de parceria entre os donos dessas parcerias e os chamados “proeiros” que são os pescadores, com o pagamento pelo critério antieconômico e altamente prejudicial de vales e fornecimento de ranchos (...) (SANTOS. CORREIO DO POVO, 06 de Agosto de 1959, p.12) (Grifo Nosso).

Os povos do mar, em especial a esfera artesanal na qual, segundo Carlos Santos, estavam os maiores explorados do ramo, fora o setor trabalhista que o político mais defendeu, de maneira peremptória, durante o final dos anos de 1950 e 1960.

Ele lutava pela (re) definição do sistema que mantinha as populações locais praticamente na miséria, em prejuízo, enquanto lucravam as grandes indústrias. Vinicius Frizzo Paquotto e Lovois de Andrade (2004, p.2) afirmam que a natureza é o meio de trabalho dos pescadores artesanais que, para extrair dela as condições objetivas de sua reprodução social, desenvolveram os mais variados sistemas técnicos de captura das diferentes espécies de pescado. Dessa natureza, surgiu um sistema que pode-se analisar objetivamente, algo que, em última instância, serviria para qualificar a vida dos que dependem dessa atividade para sobreviver. Para Frizzo e Andrade (2004):

(...) um sistema, tem como componentes os diferentes tipos de pescadores, seus conhecimentos, os recursos naturais, os equipamentos e técnicas empregados na captura do pescado, as relações de trabalho etc.; sendo que necessitamos estar atentos para o fato de que a subjetividade dos atores que constituem este sistema tem um papel decisivo sobre a forma como este estará evoluindo, uma vez que conduz suas interpretações e decisões frente à realidade à qual estão expostos (...) (FRIZZO, ANDRADE, 2004, p.6).

Na realidade desses pescadores, Carlos Santos, em sua ação política, enfatizava a precariedade da vida desses trabalhadores da pesca do município de Rio Grande. Incluindo outras zonas pesqueiras, contra o descaso do governo quanto às situações das Colônias de Pesca, conforme a denúncia abaixo:

(...) Agora mesmo, a colônia Z-1 de Rio Grande nos transmite a desoladora notícia de que na sua Policlínica não existe assistência médica, farmacêutica e hospitalar (...). A colônia Z-4 de Itapuã recebe de vez em quando a visita de médico e enfermeiro, o que a rigor deveria ser obrigatoriamente ali mantido e remunerado pela União, através da Policlínica dos pescadores (...). De igual forma, a Colônia deveria transformar-se em motivo de real interesse para o pescador e sua família, através da criação de escolas profissionais e cursos de pesca (...) além de outras medidas indispensáveis a dignificação da pessoa e do trabalho do pescador (SANTOS, 06 de Agosto de 1959, p.12) (Grifo Nosso).

Carlos Santos (1959, p.12) afirmou, na época, que por direito o pescador está na faixa dos grupos profissionais atingidos pela proteção legal do trabalhador, embora não participasse das prerrogativas mínimas dessas camadas sociais. Santos informou, ao periódico *Correio do Povo*, que os municípios de Rio Grande e São José do Norte, locais das Colônias Z-1 e Z-2, tinham em torno de três mil pescadores, dos quais somente 5% estavam inscritos como associados das colônias no IAPM.¹³ Essa previdência pública foi fundada pelo Estado para a

manutenção dos trabalhadores do setor, prestando auxílios materiais e imateriais, a fim de desenvolver a garantia dos direitos da classe.

Para Carlos Santos, “deveria o Estado mediante convênio com o Ministério da Agricultura, tornar mais ampla e efetiva, no Rio Grande do Sul, a assistência ao pescador e sua família”. Segundo a proposta teórica desta pesquisa, Santos quis dizer que o Estado deveria institucionalizar, de fato, o auxílio. Santos ainda declarou, ao *Correio do Povo*, que deveria valer a já fundada, porém não institucionalizada, Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM e mantinha uma política assistencial à heroica família dos trabalhadores da pesca no Brasil, com bases fundamentadas em quatro pilares de difícil funcionamento, por falta de recursos objetivos destinados pelo Estado, quais sejam:

- 1º - Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura;
- 2º - Diretoria de Caça e Pesca com atribuição no Estado, mediante convênio;
- 3º - Policlínica dos pescadores do Ministério da Agricultura;
- 4º - Caixa de Crédito da Pesca, que é autarquia ligada ao mesmo ministério.

Certamente, ao denominar “heroica” as famílias dos trabalhadores da pesca, Carlos Santos estava ciente das reivindicações históricas dessa categoria e de que as fundações das leis, após as aventuras dos jangadeiros, pouco tinham transformado as vidas dos pescadores nacionais.

Não obstante, a realidade era outra. Mesmo com todas essas bases fundamentais de assistência, a institucionalização inexistia, situação que Carlos Santos ratificou em matéria publicada:

(...) o pescador do Rio Grande do Sul é um desajustado, um abandonado, um esquecido, em que pese à expressão eloquente da sua presença atuante no conjunto das grandes forças geradoras do progresso e do desenvolvimento econômico da nação. Objetivo de farta legislação, sua condição social, no entanto, é uma gritante, negação de tudo quanto, em matéria de assistência se reclama no bojo dos textos legais. (...) O pescador continua retratado, no fundo das suas vicissitudes, o realismo brutal de um trabalho escravo. (SANTOS, 06 de Agosto de 1959, p.12) (Grifo Nosso).

Carlos Santos, a exemplo do que fizeram os jangadeiros cearenses, guardadas as proporções de sua função política, cobrava a institucionalização da Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM. A partir dessa situação, compreende-se que o político, como membro do PTB, é o responsável pela tradução

das demandas desses trabalhadores com o estado, o que demonstra a luta dos pescadores como um movimento político-social que tencionava o poder público.

As ações dos jangadeiros pressionaram o Estado para a fundação das leis, assim como as ações de Carlos Santos. Entretanto, ele visou à institucionalização da Lei 3.832/41, para efetivamente regulamentar os direitos trabalhistas dos pescadores.

Em matéria publicada no jornal Diário de Notícias de Porto Alegre, os pescadores da Zona Sul do estado, em 1959, também cobravam melhores condições de abastecimento e providências necessárias para as melhorias das suas condições sociais. Os pescadores das Zonas: Z1 - Rio Grande, Z2 - São José do Norte e da Z3 - Pelotas, conversaram pessoalmente com Zacharias de Azevedo, delegado regional da Caixa de Crédito, exigindo comprometimento com as suas demandas.¹⁴

Desde a fundação das Delegacias de Pesca, tornaram-se comuns as reivindicações dos trabalhadores a respeito do comprometimento dos representantes enviados para coordenar as Colônias. Esse responsável, em última análise, era o próprio governo personificado na região. Esse coordenador, independentemente da sua região ou colônia, era constantemente atacado em reivindicações organizadas pelos pescadores, como se verificou nas reclamações dos jangadeiros que vieram do Ceará a Porto Alegre em 1951.¹⁵

A efetividade da Caixa de Crédito, junto aos pescadores, era fundamental para a manutenção das suas zonas. Essa situação também foi cobrada em discurso de Carlos Santos, realizado no dia 26 de outubro de 1959, conforme segue:

Hoje volto a tratar de assunto de vital importância para São José do Norte, problema de alta relevância social e econômica que constitui uma das mais sentidas aspirações daquela população, qual seja a instalação ali, de uma Agência de nosso principal estabelecimento de crédito (...) sua pecuária grandemente desenvolvida, sua produção pesqueira em escala cada vez maior, dão a São José do Norte foros de grande centro produtor (...) a ausência de qualquer agência de banco naquela comuna, obriga seus homens de comércio, seus criadores e seus agricultores à prática sempre nociva aos mais rudimentares princípios de economia, da retenção do dinheiro em espécie, não raro grandes quantias, em suas casas próprias (...) deixo aqui meu apelo aos altos quadros diretivos do Banco do Brasil para que concretize sem maior delonga a velha e justa aspiração de São José de Norte na instalação de uma agência bancária naquele município (Grifo Nosso).

A caixa de crédito seria fundamental para a preservação dos recursos financeiros dos pescadores. Porém, um espaço comercial seria necessário, pois conforme Santos:

(...) a construção ali de um Entrepósito de Pesca, obra há muito já planejada pelo governo federal com local escolhido, plantas aprovadas e verbas

indicadas, inclusive emendas no orçamento de 1960 apresentadas (...) é outro empreendimento do qual vem se ressentindo São José do Norte (...) Finalmente, Sr. Presidente, um posto agropecuário, velho sonho da prestimosa e operosa Associação Rural de São José do Norte é outra necessidade imperiosa daquele município, cujo alto índice de produção sobremodo aconselha a implementação ali de um sistema racional de adestramento técnico dos agricultores, dos criadores e dos pescadores, mercê de uma assistência efetiva que lhes aprimore conhecimentos e melhore os meios de produção, em função, é obvio do progresso daquela zona e maior desenvolvimento econômico de nosso Estado (Grifo Nosso).¹⁶

A falta de uma Caixa de Crédito na cidade fazia com que os pescadores guardassem, literalmente, dinheiro “debaixo do colchão”, além de prejudicar suas poupanças. Em outra ação discursiva emitida por Carlos Santos, este cobrou do governo um “entreposto” de pesca na região. Por fim, Carlos Santos pressionou por incentivos para os trabalhadores da pesca e a melhora técnica desses profissionais para a competição econômica e consequente desenvolvimento do setor.

Conforme tabela, pode-se observar que, consideravelmente, as atividades da pesca sobressaíram-se nas práticas políticas de Carlos Santos durante a sua trajetória como deputado estadual, entre 1959 e 1974.

Tabela 3 - De ordem de intervenções temáticas gerais (1959-1974)

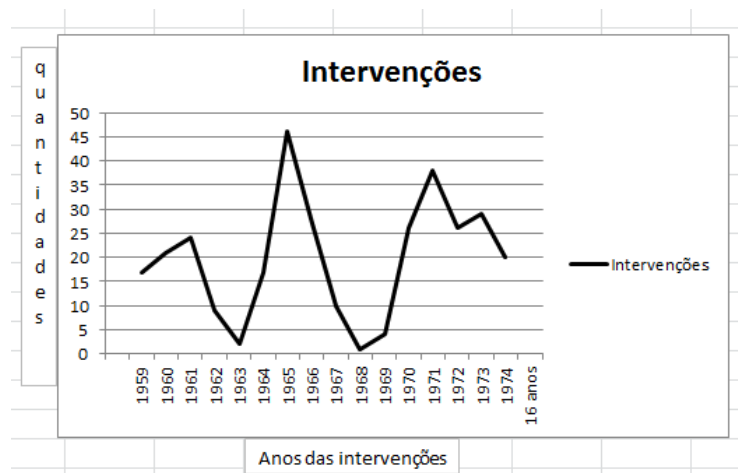
Ordem	Temática	Quantidade	Percentual
1º	Pesca	73	22,95
2º	Homenagens	65	20,75
3º	Região Sul	45	14,15
4º	Identidade negra	40	12,57
5º	Menor, Criança e Excepcional	17	5,34
5º	Católico Religioso	17	5,34
7º	Situação Política no RS e Brasil	15,5	4,87
8º	Trabalhadores Grupos e Sindicatos	14,5	4,55
9º	Educação	12	3,77
10º	Previdência do RS, IPE.	05	1,57
11º	Idoso	02	0,62
12º	Habitação	02	0,62
13º	Outros	10	3,14
	Total	318	99,92

Fonte: do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS (grifo nosso).

Cinco anos depois da eleição direta de Carlos Santos, a política nacional caracterizava-se pelo autoritarismo de um golpe civil-militar, no qual Carlos Santos novamente elegeu-se deputado federal ligado aos quadros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Abaixo, o gráfico aponta para as oscilações das intervenções do tribuno no Parlamento, notadamente tendo no ano de 1965 o seu pico, por ocasião de suas ações de valorização da pesca.

Gráfico 1: Oscilações das intervenções de Carlos Santos (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Em 1965, ano em que o parlamentar propôs a Campanha de Valorização do Pescado, instituída pela Assembleia Legislativa, ocorreu o ápice das práticas políticas de Carlos Santos no Legislativo, conforme observado no gráfico anterior. Contudo, suas ações eram estimuladas, principalmente, para sanar os problemas dos pescadores e para o desenvolvimento da atividade da pesca como um todo, desde a estrutura, porto, indústria, estudos técnicos, consumo, habitação dos pescadores e frigoríficos - o que era visto por ele como a possibilidade de melhora econômica do Brasil, do Rio Grande do Sul e, principalmente, do município de Rio Grande, sua terra natal, localizada no Extremo Sul do Estado. Segundo Santos:

(...) a imprensa, o magistério, as instituições militares, os sindicatos de classes, as donas de casa, o povo, enfim, todos estão convocados para a campanha [...] vamos contar com os pescadores da Colônia, para ensinar o povo a comer peixe.¹⁷

Para ele, a Campanha de Valorização do pescado deveria reunir ganhos para todos, por meio do equilíbrio constante entre o capital e o trabalho. Por isso, além dos pescadores, suas práticas estiveram vinculadas aos incentivos dos setores industriais de Rio Grande, identificado em seu relacionamento com Fernando Martins Bastos (1907-1987)¹⁸ a quem, inclusive, Carlos Santos prestou homenagem da tribuna.

No dia 27 de outubro de 1965, foi decretado por Castelo Branco o Ato Institucional nº 2, instituindo o bipartidarismo no país com a criação da ARENA e do MDB. Carlos Santos, agora vinculado aos quadros do MDB, continuou a representar as demandas da pesca e de Rio Grande, por meio de possíveis negociações dentro dessa situação política, que resultaram, entre outras coisas, na institucionalização da Festa do Mar de Rio Grande.

Inclusive, nessa época (1967), enquanto presidente da Assembleia Legislativa ocupou - por duas vezes - o cargo de governador do Rio Grande do Sul, por ocasião de viagens do então chefe do executivo Walter Peracchi Barcelos (1907-1986) ao Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro.

Porém, as intervenções de Carlos Santos se alteraram com o tempo, já que, segundo os seus discursos, os setores empresariais foram os mais beneficiados pelas políticas econômicas no contexto do regime militar, o que não ocorreu da mesma forma para o lado dos pescadores artesanais.

Em termos quantitativos, para compreender-se melhor a intensidade temática atinente ao desenvolvimento da pesca, apresenta-se a próxima tabela, em que se tem o destaque das representações do parlamentar.

Tabela 4 - De ordem discursiva sobre temas das gentes do mar (1959-1974)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Pescadores: artesanal/ profissional	16
2º	Estrutura da pesca: drenagem, estradas, segurança da pesca	12
3º	Porto: marítimo e comercial	09
4º	Indústria da pesca	08
5º	Estudos e escolas técnicas	07
6º	Valorização e comissão da pesca	07
7º	Festa do Mar de Rio Grande	04
8º	Consumo do peixe	04
9º	Vila dos pescadores	02
10º	Frigorífico, homenagens e sindicatos	04
Total		73

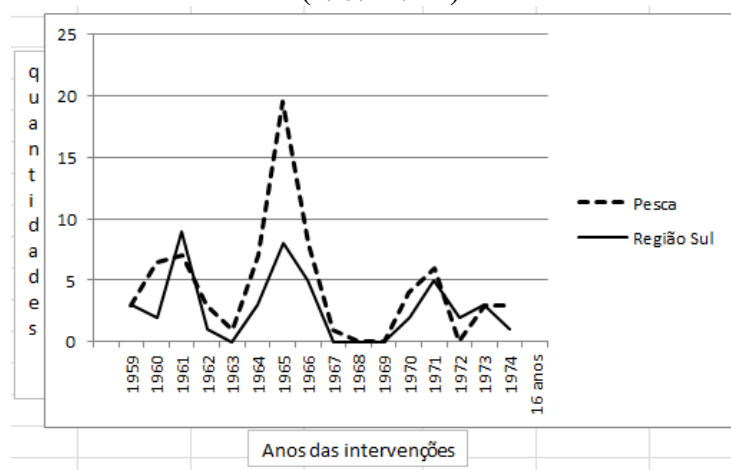
Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Sem dúvida, o parlamentar defendeu com mais força as demandas dos pescadores, porém, buscou equilibrá-las com o interesse pelo desenvolvimento da atividade da pesca como um todo. Para ele, essa prática propiciaria um desenvolvimento econômico dos pescadores, bem como do Estado.

Sua base político-trabalhista, consubstanciada por suas raízes culturais e sociais de um “papareia convicto” - alcunha de quem era nascido em Rio Grande, maior litoral do Rio Grande do Sul e local de intensa atividade pesqueira -, denota a influência dos valores das “gentes do mar” na atuação política de Carlos Santos.

Segundo o que será observado no gráfico a seguir, eram concomitantes as ações em que o político cobrou melhoras estruturais e sociais para a Região Sul do Estado (os discursos sobre a Região Sul envolveram as seguintes temáticas: manutenção e construção de estradas, desenvolvimento da agricultura da cebola e do arroz, combate à epidemia de tuberculose, construção de fontes de energia elétrica, de habitações etc.), possibilitando a seguinte consideração: para ele, a pesca somente seria desenvolvida se a região também se desenvolvesse como um todo.

Gráfico 2: Comparações sobre intervenções da pesca e da Região Sul (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Com o decorrer do tempo, houve redução das ações de Carlos Santos sobre a atividade da pesca, visto que, com os militares a indústria pesqueira passou a beneficiar empresários, pois foram concedidos incentivos fiscais, e, os pescadores ficaram praticamente na miséria. Principalmente com a criação do Decreto-Lei 221-67, instituindo a pesca como indústria de base do Brasil, foram beneficiados os empresários e tutelados os movimentos da pesca.

Outro fator motivador da diminuição das práticas políticas de Carlos Santos no tema foi a participação do representante da ARENA, Adolfo Puggina, na questão da pesca, sendo o principal integrante do partido nos órgãos executivos criados pelo Estado para o setor, como o GEDIP - Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca. Afirma-se que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era o partido legitimador do regime.

Contudo, Santos, pronunciou sobre o falecimento de Raimundo Correa Lima, o Tatá de maneira afetiva e memorialística, como fez no discurso de 1965, sobre a morte de Jerônimo, ambos componentes dos raids. Em sua fala, disse que “o bravo e lendário pescador cearense que cruzou o Oceano Atlântico, morreu pobre e desamparado, tal qual mestre Jerônimo”.¹⁹ Para o tribuno, esses pescadores chamaram a atenção da opinião pública para o drama dos pescadores e de suas famílias.

O parlamentar aproveitou a situação para citar a importância do Rio Grande do Sul como maior parque pesqueiro do país, “local em que a pesca artesanal é responsável por 60% da produção” e, no mesmo tempo discursivo, criticou a SUDEPE,²⁰ por investir na indústria da pesca, mas não no pescador artesanal. Foi sua primeira crítica direta ao órgão que supervisionava a pesca no Brasil.²¹ Teria o parlamentar, em virtude da emoção, reconhecido que os órgãos beneficiavam mais aos empresários do setor do que aos pescadores artesanais?

Conforme Carlos Santos, relacionando a morte dos pescadores Jerônimo e Tatá com o desenvolvimento da pesca, falou:

Agora, seis anos depois, apesar de toda a ruidosa promoção oficial desencadeada em torno da pesca e da indústria pesqueira, num bem montado esquema publicitário voltado de modo especial para a ordenação dos incentivos fiscais morre “Tatá”, aos oitenta e três anos de idade, o último dos Titãs do legendário ciclo das jangadas dos mares verdes dos mares de Iracema (...) ele morreu como seu companheiro Jerônimo, ainda esperando o cumprimento de promessas de autoridades de várias épocas que até hoje não mandaram equipamentos e nem tornaram motorizada a pesca nas colônias do Ceará (...) (Grifo Nosso).²²

Ainda conforme Carlos Santos: “são milhares e milhares de pescadores (...) que não gozam da cobertura de incentivos concedidos aos empresários (...)”. E concluiu, enfatizando que:

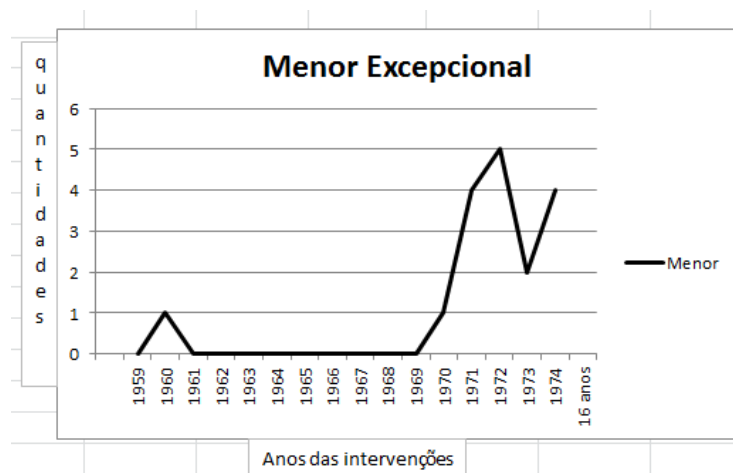
Tatá, o velho lobo marinho, impávido jangadeiro do Ceará morreu velho e pobre, morreu desamparado, como derradeiro (sic) e taciturna advertência de um líder incontestes dos pescadores do país em favor da assistência e melhoria das condições sociais de sua valorosa classe e do pleno atendimento das mais justas aspirações dos trabalhadores da pesca no Brasil. (Grifo Nosso).²³

Essa intervenção é delineadora dos vínculos políticos que Carlos Santos se sentia representante. Que considerava tanto Jerônimo como Tatá, “líderes dos pescadores e de sua classe”, autênticos “lobos do mar”. Era o reconhecimento do tribuno ao legítimo e atuante movimento social dos pescadores ou movimento social das “gentes do mar” e de seus líderes

históricos. Líderes esses que, mesmo lutando desde o período do Estado Novo pelos seus direitos, passados 30 anos, os pescadores continuavam em desamparo, mesmo com as variadas políticas instauradas, inclusive pelos militares no poder que mantiveram a situação cotidiana dos pescadores artesanais difíceis.

Em seu último mandato, nota-se que outra reivindicação se evidenciou nas práticas políticas de Carlos Santos: relativa à questão do menor excepcional.

Gráfico 3: Intervenções sobre o Menor Excepcional (1959-1974)

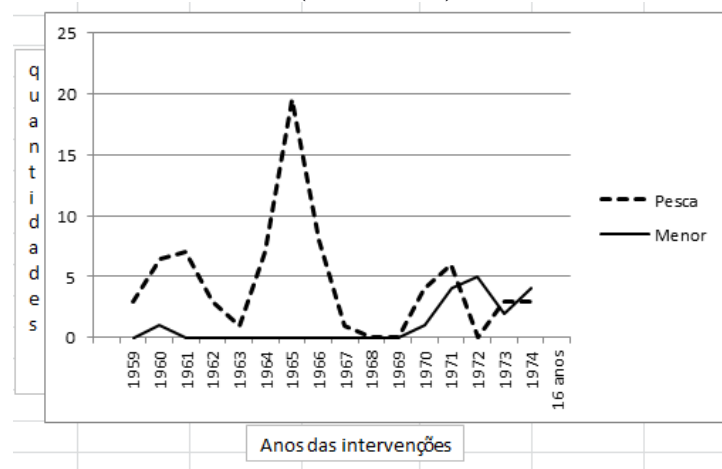


Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Conforme o gráfico acima, somente no ano de 1960 o deputado interveio a favor do menor carente. Contudo, após um silêncio compreendido entre 1961 e 1970, Carlos Santos passou a priorizar uma política de atenção ao menor com necessidades especiais, propondo a instituição, no dia 10 de outubro de 1973, com o Projeto de Lei nº 72/73, da Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional.

No próximo gráfico, pode-se observar, bem no final, a diminuição das práticas da pesca e o aumento das questões do menor deficiente.

Gráfico 4: Comparações sobre intervenções da pesca e do menor (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Em meados da década de 1970, Carlos Santos mudou de cenário, passando a defender as suas ideias na Câmara Federal, em Brasília.²⁴

Conclusão

As referências sociais e culturais em torno de Carlos Santos, - por haver nascido em uma cidade marítima e desde cedo ter trabalhado em estaleiros navais da região de Rio Grande-, seus estudos na Escola de Aprendizes da Marinha- local que jovens pobres frequentavam em busca de um futuro melhor, foram elementos constitutivos de sua identidade. Certamente, essa foi aprimorada ao escolher as representações políticas dos sindicatos dos estivadores, tudo isso antes de se tornar parlamentar, formaram os valores e as crenças do deputado.

As ações sobre a atividade econômica da pesca foram, sem sombra de dúvidas, as mais evidentes na trajetória do deputado estadual. Carlos Santos foi o principal representante dessa demanda no parlamento sul-rio-grandense, mas não o único. Essa questão foi trazida por outros deputados, como Wilmar Taborda Corrêa (MDB) e Adolfo Puggina (ARENA). Contudo, as pressões exercidas pelos jangadeiros Jacaré, Tatá e Mestre Jerônimo no Estado Novo e depois na abertura democrática, bem como as negociações agenciadas pelo pescador Nomerlaldo Teixeira dos Santos, este último ex-encarregado do Posto de Pesca de Rio Grande, que depois se tornou líder do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) na região, assim como as ações de tantos outros pescadores, filiados a partidos políticos ou não, constituíram-se em agentes decisivos na busca de seus direitos.

Cabe lembrar que foram os próprios pescadores os primeiros a questionar sua situação social, desde a cobrança de quem seriam os escolhidos pelo governo para dirigir as colônias de pesca. Esse item é importante salientar, já que as colônias foram fundadas pela Marinha de Guerra Brasileira, como forma de tutelar os pescadores. Todavia, esses não aceitavam de maneira subserviente os desmandos da Marinha e de seus representantes. Uma das formas de os pescadores reivindicarem era por meio dos parlamentares, sendo Carlos Santos um de seus representantes mais próximos, principalmente pelo seu vínculo histórico com as “gentes do mar”.

Referências

- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS*. Mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS - UFRGS, 2002.
- ANDREOLI, Vanessa Marion. Natureza, Tradição e Modernidade: a construção da identidade de um grupo de pescadores artesanais. *Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política – Tendências e desafios contemporâneos*. 15 a 17 de setembro de 200. UFPR. www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR. 2007.
- ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS. Porto Alegre, 1947-1974. Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa, Porto Alegre, RS.
- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- BARBOSA, SÔNIA REGINA DA CAL SEIXAS. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. *Ambiente & Sociedade* – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23539.pdf>>. Acesso em 09 de set. 2012.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CADERNOS BRASILEIROS, *80 Anos da abolição*. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968.
- CANTO, Rafael Antunes do. *O cotidiano das gentes do mar no atlântico dos séculos XV e XVI e suas relações a bordo das embarcações e em terra*. Porto Alegre, UFRGS, 2012. Monografia de história. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67213/000872614.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 mar. 2012.
- CEZAR, Willy. *Chico Bastos o pescador*. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2011.
- CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre, PUCRS, 1994.
- COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COSTA, José Luiz Pereira da. *Entrevista* [mar. 2013]. Entrevistador: Arilson dos Santos Gomes. Porto Alegre, 2013. Transcrição de informação oral.
- COTRIM, Décio Souza. *Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS)*. Dissertação de Mestrado PGDR – UFRGS, 2008.<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/teses/Agroecologia,_sustentabilidade_e_os_pescadores_artesanais.pdf> Acesso 01 out.2012.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 26 de setembro de 1959.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ed. Atlas, 1983.

ELMIR, Cláudio Pereira. *A democracia reconquistada (1983-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2005. (Os 170 anos do parlamento gaúcho, v. 4).

FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. *As relações raciais do espaço agrário em São José do Norte*. Mestrado em Sociologia, PPGS – UFRGS, 1994.

GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)*. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HEINZ, Flavio M. (Org). *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados, 1947-1982*. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do RS, 2005. (Os 170 anos do parlamento gaúcho, v. 3).

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre, PPG Sociologia UFRGS. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. *Antônio: de Oliveira a Baobad. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Anais... Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz%20Loner%20completo.pdf>>. Acesso 21 jun. 2008.

_____. *Gerações e conjunturas: a família Silva Santos*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6., 2013, Florianópolis. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoesconjunturas.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e Mares – Espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Editora Annablume, 1994.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. *O raid da jangada de São Pedro: pescadores, estado novo e luta por direitos*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007. 256 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo; MIGUEL, Lovois de Andrade. Pesca Artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária. *Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. SBSP, Aracaju, 2004.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso, 1929-1967.

SADER, Éder. *Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

SANTOS, Carlos da Silva. *A predestinação do direito*. Rio Grande: Tipografia Leão XIII, 1951.

_____. *Sucata*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

SANTOS, José Antônio dos. Raiou “*A Alvorada*”: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Rio de Janeiro, PPGH – UFF. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História*: trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

SILVA, da. Lucas Antônio. A pesca no litoral norte do Rio Grande do Sul como modo de vida e de ser. Um estudo sobre a colônia de pescadores da Barra do João Pedro. *V Mostra de Pesquisas de Pós-Graduação*. PUCRS, 2010.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Papirus: Campinas, 2001.

_____. *Os pescadores na história do Brasil*. Boa vista: Vozes, 1988.

TORRES, Luiz Henrique. *Carlos Santos*, trajetória biográfica. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. (Perfis parlamentares gaúchos).

VIEIRA, Eurípides Falcão; RANGEL, Susana Salum. *Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. Espacialidade/Temporalidade na organização econômica rio-grandense*. Porto Alegre: Sacra-Luzato, 1993.

Notas

¹ Em 1737, sob o comando do brigadeiro Silva Pais, por ser uma região em disputa, Portugal ocupou definitivamente Rio Grande, construindo uma fortaleza e uma colônia de povoamento. Em 1751, a povoação foi elevada à categoria de vila, com a instalação de uma Câmara e a definitiva institucionalização do domínio político português (TORRES, 2004; KUHN, 2011).

² O caldeireiro é o responsável por executar o traçado de peças em material de aço carbono, inox, cobre, alumínio, chapa de ferro etc.

³ Deputado classista foi uma categoria de deputado criado na Constituição brasileira de 1934 que procurou assegurar a representação dos trabalhadores no parlamento, consolidando a organização das categorias em sindicatos. Conforme o registrado no primeiro discurso de Carlos Santos como deputado classista na Assembleia em 26 de outubro de 1935, o político relacionava de maneira peculiar, a causa dos trabalhadores à situação dos negros após 1888, ano formal da libertação. Mas, para ele, a carta de alforria dos trabalhadores deveria ser na “letra e na prática” ao invés da saída do cativo para a execução do “código de trabalho”, possibilitando uma nova abolição ou como costumava dizer, “Uma segunda abolição” (SANTOS, 1937, p.36).

⁴ No campo da disputa política para enfrentar a “redemocratização”, mesmo fora do poder, Getúlio Vargas cria dois partidos, dirigidos a diferentes clientelas: o Partido Social Democrático - PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. O primeiro reunia ruralistas, banqueiros, industriais e altos administradores, e o segundo, que além de reunir representantes da burguesia urbana, se concentrava na organização da liderança trabalhista. Porém, Ferreira explica que, no Rio Grande do Sul, o PTB foi fundado exclusivamente por um grupo de sindicalistas, que, desde os anos de 1930, lutavam por leis sociais e reconhecimento político. O historiador assevera que a fundação do partido no estado, por José Vecchio, em 1945, foi o resultado das tradições que circulavam entre os próprios trabalhadores, antes e depois de 1930. O PTB, em última análise, era para ele a institucionalização do trabalhismo em um partido político. Ver SADER, Éder. *Um rumor de botas: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Pólis, 1982, p. 138. (Coleção Teoria e História, 11); FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 279-294.

⁵ Carlos Santos foi o orador do discurso de colação de grau de sua turma realizado no Teatro 7 de Abril da cidade de Pelotas, no dia 22 de dezembro daquele ano. Ver SANTOS, Carlos. *A predestinação do Direito*. Rio Grande: Tipografia Leão XIII, 1951. p. 1-22.

⁶ As “Gentes do mar”, em síntese são compostas por todos aqueles cuja sua existência “depende do mar, como construtores e fornecedores de gêneros aos navios, todos que praticam a arte da navegação na cidade e no campo, trabalham para a indústria marítima e as famílias que dependem do trabalho do marinheiro” (MOLLAT *apud* CANTO, 2012, p. 13).

⁷ Bernstein (2003, p. 60-61) ensina que a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano e o campo político, à esfera do discurso e das representações especulativas, e que não existe passarela natural entre as duas.

É nesse espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, para articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. A mediação política assume a tradução. Carlos Santos seria o tradutor político dos pensamentos das identidades dos pescadores artesanais e do grupo negro junto ao PTB, e desse, junto ao Estado.

⁸ Barbosa (2004) denomina essas acepções da identidade da pesca artesanal como “um olhar multirreferencial”.

⁹ Em terra, as relações comunitárias e a solidariedade após os fracassos da vida, perfazem, por sua vez, o universo que marca a tensão e o dinamismo entre “a terra e o mar”, relacionado ao cotidiano desses homens (Maldonado, 1994).

¹⁰ Para Canto, que analisou em relatos e diários de viagens de embarcados na Idade Média, o conceito de povos do mar, entre os séculos XV e XVI pode ser alargado nesse período, compondo-se de todos aqueles que sobrevivem das lides do mar (Canto, 2012).

¹¹ Livro Tombo 1505, inventário 03. Museu Júlio de Castilhos. “Descrição de conteúdo: A jangada Nossa Senhora da Assunção partiu da Praia do Meireles, em Fortaleza, Ceará, em outubro de 1951, e chegou à Praia de Belas, em Porto Alegre, RS, em fevereiro de 1952, percorrendo 5.000 km. A tripulação era formada pelo comandante Mestre Jerônimo André de Souza, Raimundo C. de Lima (Tatá), Manoel da Silva (Mané Preto), João Batista Pereira (Trinta e Um) e Manoel Frade. Nas etapas finais tomou parte o jornalista Vinícius Lima. Raide realizado pelo Sr. Stênio de Azevedo, redator do “Correio do Ceará”. A jangada e a indumentária dos jangadeiros foi entregue ao Museu Júlio de Castilhos por Ildo Meneguetti, prefeito de Porto Alegre, na qualidade de Presidente da Comissão Promotora de Homenagens aos Jangadeiros Nordestinos. Fevereiro de 1952.

¹² ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, nov. 1965, v. 119. p. 226.

¹³ As Caixas de Aposentadoria e Pensões, instituídas pela chamada Lei Elói Chaves, de janeiro de 1923, beneficiavam poucas categorias profissionais. Após a Revolução de 1930, o novo Ministério do Trabalho incorporou-as e passou a tomar providências para que essa garantia trabalhista fosse estendida a um número significativo de trabalhadores. Dessa forma, foi criado o IAPM, em junho de 1933, ao qual se seguiram o dos Comerciantes (IAPC), em maio de 1934, o dos Bancários (IAPB), em julho de 1934, o dos Industriários (IAPI), em dezembro de 1936, e os de outras categorias profissionais, nos anos seguintes. Em fevereiro de 1938, foi criado o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE). A presidência desses institutos era exercida por pessoas livremente nomeadas pelo presidente da República. Ver:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>>. Acesso em 17 de ago. de 2012.

¹⁴ Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 26 de setembro de 1959, p.03.

¹⁵ As reclamações dos jangadeiros visavam à institucionalização de suas demandas, já que, além das promessas do poder público, existiam as leis fundadas, a exemplo do IAPM que foi vista anteriormente. Conforme acusam as passagens enunciadas, os que queriam os pescadores? “O que queremos é que melhores condições de vida, tantas vezes prometidas, nos sejam dadas...”, “(...) Nosso *raid* ao Rio Grande do Sul será apenas para cobrar as promessas feitas (...) O pescador do NE vive como Deus é servido, sem amparo, sem assistência (...)”. E a reclamação mais comum era que: “os técnicos coordenadores das Delegacias da Pesca de fato entendessem do assunto da pesca” (NEVES, 2011).

¹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 26 de outubro, p. 347.

¹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, out. 1965, p. 73.

¹⁸ Em meados de 1960, a tendência, motivada pelos militares, era diversificar os negócios empresariais. Por isso, o empresário Fernando Martins Bastos de Rio Grande, decidiu investir em hotéis, indústria alimentícia, pecuária, fertilizantes e outros setores. O empresário, do ramo de combustíveis, negociou com o governo militar, conquistando prestígio e poder econômico. CEZAR, Willy. *Chico Bastos o pescador*. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2011.

¹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.399-400. A SUDEPE, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, foi criada pelo presidente João Goulart, nos termos de lei nº 10, de 11 de outubro do corrente ano. Foi recebida com entusiasmo por Carlos Santos, ainda filiado ao PTB. Segundo o político o órgão previa a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, sua promoção e execução. Segundo Carlos Santos o, “grande, patriótico e corajoso objetivo da SUDEPE”. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1962, p.125.

²⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.399-400.

²¹ Ibidem.

²² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.400

²³ Ibidem.

²⁴ Por duas legislaturas consecutivas, vinculado ao MDB, o orador se destacou defendendo, entre outras propostas, novamente a questão da pesca, encerrando o seu mandato e a sua carreira política de cinquenta anos em 1982.

Artigo recebido em: 20/02/2015. Aprovado em: 22/03/2015.

RAFAEL BARRETT: UM ANARQUISTA NO CORAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

RAFAEL BARRETT: UN ANARCHISTE DANS LE COEUR DE LA AMÉRIQUE DU SUD

Fábio Luiz de Arruda HERRIG^{1*}

RESUMO: Este texto tem três eixos principais, circunscritos à figura de Rafael Barrett: i) a pessoa, ou seja, quem foi ele; ii) a obra, referente ao que produziu em vida; iii) a postura política, cuja demanda específica, relaciona-se ao posicionamento dele perante a sociedade platina na primeira década do século XX. A análise que se pretende fazer não é, em absoluto, profunda, mas pretende apontar para um campo em aberto, visto que, na América Latina, foi um autor que, após sua morte foi, pouco a pouco, sendo obliterado do panorama intelectual.

Palavras-chave: Rafael Barrett; América do Sul; Anarquismo.

RÉSUMÉ : Cette article a trois axe principal, limité a la figure de Rafael Barrett : i) la persone, qui il était ; ii) l'oeuvre, referente à le qu'il produit dans sa vie ; iii) La posture politique, dont la demande spécifique, il se rapporte à son poste parante société platine dans la première décennie du XXe siècle. L'analyse est destiné pas du tuot profonde, mais tiens à souligner un champ ouvert, parce que en Amérique latine, il était un auteur qui, après sa mort a été, peu à peu, étant effacé le paysage intellectuel.

Mots Clés : Rafael Barrett ; Amérique du Sud ; Anarchisme.

As transformações desencadeadas pelas revoluções dos séculos XVIII e XIX possibilitaram um grande avanço da técnica de produção humana: de motores de combustão à eletricidade, da produção em série à publicidade. Juntamente com esses avanços, as mudanças das estruturas sociais parecem ter sido um ponto emblemático nos finais do século XIX e início do século XX. Para constatar isso, basta observar a produção de Marx, Weber e Durkheim, que se dedicaram a estudar os problemas de uma sociedade que parecia ter perdido suas referências, onde o capital passava a ser a palavra de ordem.

Entre os vários adeptos, especificamente a classe burguesa, surgiram opositores. Além dos próprios trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida e trabalho¹, vários intelectuais assumiram a luta em prol da igualdade: Marx, com o socialismo/comunismo; Proudhon e Bakunin, com o anarquismo. O fato é que várias pessoas se engajaram em posições político/ideológicas no sentido de melhorar as

¹ Doutorando em História - Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Bolsista CAPES/Demanda Social. Professor de Literatura e Artes no Centro Educacional Luiz Quareli. É integrante da Linha de Pesquisa Fronteira, Identidades e Representações. E-mail: karaiarruda@gmail.com

condições de vida da humanidade. É neste ponto que este trabalho se justifica, na medida em que pretende apresentar as posições e os trabalhos de um intelectual²espanhol que migrou para o coração da América do Sul no início do século XX e foi fervoroso defensor do anarquismo: Rafael Barrett.

Como Barrett não é um autor muito conhecido no Brasil³, este texto tem como meta fazer uma apresentação dele, de sua obra e de sua relação com o anarquismo no sentido de apresentá-lo e evidenciar sua importância para o século XX e para a história da América Latina, enquanto defensor da igualdade social. Segundo Scott MacDonaldFrame, da Universidade de Salford, Barrett: “fue venerado y temido por sus contemporáneos debido a su abierta crítica al poder institucional y al abuso de los derechos humanos a finales del siglo pasado” (FRAME, 1996, p. 103).

Rafael Barrett

Rafael Barrett, segundo as informações biográficas, nasceu em 1876, em Torrelavega, na Espanha, filho de mãe espanhola e pai britânico. Aos 26 anos de idade, devido um desentendimento com um advogado em Madri⁴, se mudou para Buenos Aires, decidido a começar uma nova vida. É essa nova fase de sua vida que interessa a este trabalho, visto que é a partir desta mudança que Barrett inicia a parte mais significativa de seus escritos. Segundo Sánchez-Cabezudo, o grosso de sua produção está circunscrito em sete anos, de 1904 a 1910, quando morreu em Arcachon, na França, em 17 de dezembro de 1910⁵.

Até 1902, período em que viveu na Espanha, sua produção foi bastante rarefeita, resumindo-se a três textos: “El postulado de Euclides”, “Sobre el espesor y la rigidez de la corteza terrestre” e “Yo y un tribunal de honor” dirigida ao diário *El País*, devido aos incidentes com o duque de Arión⁶.

Apesar de ter nascido na Espanha, a família de Barrett se estendia além dos limites do país ibérico, indo à Inglaterra, país de origem do pai, e à França. Desta forma, tinha fluente relação com estes idiomas. Teve uma boa formação na infância. Segundo Frame (1996, p. 105), o fato de ser pequeno, magro e doentio, lhe converteu em estudante exemplar. Passado o período da adolescência, ingressou na *Escuela de Ingeniería de Madrid*.

Este período foi muito importante para seu amadurecimento intelectual. Como na infância não teve muito contato com o mundo, devido sua frágil condição e a proteção da família, teve em sua formação universitária a possibilidade de conhecer um

mundo além de seu estrato social, o aristocrático. Entrou em contato com outras camadas da sociedade e com um grupo de intelectuais e artistas, que lhe estimulavam a escrita.

A morte de seu pai, em 1896, segundo Frame (1996, p.105), teve um efeito muito mais terapêutico do que traumático para o escritor, dadas as tensões entre ambos. Contudo, a morte de sua mãe, em 1900, foi-lhe dolorosa:

El comienzo del siglo transformó al joven idealista en un realista amargo. Su visión del mundo, estimulada por el foco de vida bohemia madrileña, y el sentimiento de culpa por haber abandonado a su madre después de la muerte de su padre años antes, cambiaron su vida de forma radical (FRAME, 1996, p. 106).

Três anos após a morte de sua mãe, Barrett se desentendeu com o duque de Arión e partiu rumo à América do Sul. Morando em Buenos Aires inicialmente, passou a contribuir com alguns periódicos, como *El Correo Español*, *El Tiempo*; e algumas revistas: *Idease Cara* y *Caretas*. Contudo, vale observar que, malgrado Barrett escrever para estes veículos, sua profissão ainda era a de engenheiro, de forma que logo que chegou a Buenos Aires, fundou *La Sociedad Matemática Argentina*, juntamente com um colega, Julio Rey Pastor.

Da mesma forma, quando foi para a Assunção, capital do Paraguai, em 1904, se dedicou à profissão de agrimensor, após participar da invasão dessa cidade em dezembro do mesmo ano⁷. Mas, pouco a pouco, Barrett passou a colocar o ofício de escritor em primeiro lugar. Após participar da Revolução liberal, de 1904, e estabelecer moradia em Assunção, conheceu Francisca Lopes Maiz, com quem se casou em 1906.

Segundo, Sánchez-Cabezudo:

A partir de 1906 sus escritos van adquiriendo un tono cada vez más crítico, más comprometido en la denuncia de las injusticias sociales, hasta identificarse explícitamente con el anarquismo en 1908. Da conferencias para los obreros y crea la revista *Germinal*, órgano de denuncia y de expresión para las organizaciones gremiales. Su lucha le lleva a ser encarcelado y desterrado, primero al Matto Grosso, luego a Montevideo donde conecta enseguida con la vanguardia intelectual: Rodó, Vaz Ferreira, Zum Felde, etc (2005)

Vale observar ainda, que na visão de Sánchez-Cabezudo, Barrett incorpora elementos do Romantismo: “Vivían, no obstante, con la conciencia ególatra de un nuevo individualismo romántico que les hacía sentirse estrellas protagónicas de su propio naufragio. Se contemplaban sufridos artífices de una renacida edad heroica” (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1998, p. 17).

A obra de Barrett

A princípio, a obra de Barrett pode ser dividida em três. Sem querer determinar uma hierarquia, é possível dizer que, primeiramente, se relaciona ao campo social, marcado por seu caráter engajado onde convoca à mudança. Parte de uma dimensão crítica, marcada nos jornais da época e convoca à prática, como pode ser muito bem observado em seus textos sobre a importância da greve, *La Huelga* (BARRETT, 2010a, p. 52-3; 329-330) ou a denúncia da exploração desumana dos trabalhadores ervateiros no Paraguai, *Lo que son los yerbales* (BARRETT, 2010a, p. 311-329), assim como uma vasta demanda de textos que compartilhem da mesma linha.

Em segundo, se destacam textos de caráter literário, que apesar de não deixarem de lado o âmbito social, dedicam uma atenção mais acentuada ao campo estético e, conseqüentemente, ético. Alguns textos que podem exemplificar isso são *La muñeca* (BARRETT, 2010a, p. 143-145), incluso em *Moralidades actuales*; ou sua longa série de *epifonemas*, trinta e cinco, para ser mais exato (BARRETT, 2010b, p. 379-444), não sendo esses exemplos os únicos.

Em terceiro e último lugar, é possível observar um corte filosófico em sua obra. Isso pode ser observado tanto no âmbito de uma dimensão existencial, na qual o autor dedica significativa atenção ao ser no mundo, assim como em suas prospecções sobre o futuro. Neste ponto, não será exposto um texto em específico, como exemplo, porque essa é uma esfera que perpassa toda a sua obra, de forma explícita, mas também de forma subliminar, como será demonstrado adiante.

O social

Vitimado pela tuberculose com apenas 34 anos, a obra de Barrett não foi vasta. Entretanto, parece ter sido significativa para evidenciar conflitos sociais da época. Sua obra passou a ser retomada a partir da década de 1960, principalmente por três autores: François Chartrain, em sua obra *L'Eglise et les parties dans la vie politique du Paraguay depuis l'indépendance*, de 1968; Luis Granjel, com *Maestro y amigos de la generación del 98*, de 1981; e Francisco Corral Sánchez-Cabezudo, com *Vida y pensamiento de Rafael Barrett*, de 1991. Sánchez-Cabezudo também foi responsável por organizar os textos de Barrett na forma de livro e publicá-los como obra completa, em 2010, pela Tantin ediciones.

No Brasil, o mais perto que foi possível chegar da obra de Barrett, foi um excerto que pode ser encontrado no início da obra *Selva trágica*, de Hernâni Donato, que visa representar a brutalidade do trabalho nos ervais do antigo sul de Mato Grosso, assim como nos ervais do Paraguai. E, também, em uma tese de doutorado em história, de 2006, escrita por José Carlos de Souza, sobre o governo do partido liberal no Paraguai (1904-1936), onde dedica cerca treze páginas à questão do partido liberal e a questão operária⁸ e na qual Barrett tem presença marcante.

Situando a posição intelectual de Barrett, Sánchez-Cabezudo, entende que ele faz parte da *juventud del 98*⁹, não associado, necessariamente à *Generación de 98*, mas à atmosfera inquieta que circundava os jovens do fim do século XIX em Madrid. As ideias do modernismo, enquanto “voluntad de expandir el concepto de realidad más allá del estrecho límite del ‘hecho positivo’ y de abrir la idea de naturaleza humana hacia lo fantástico, lo misterioso, lo enigmático, lo irracional..., por medio, principalmente, de la expresión artística”(1998, p. 21); e as ideias do regeneracionismo¹⁰, enquanto uma busca de solução para os males advindos de uma degeneração nacional profunda pela qual passava a Espanha em fins do século XIX.

A preocupação de Barrett com o povo, o seu interesse em denunciar as mazelas de uma população abandonada e submissa às condições impostas às suas vidas, tem sua raiz no regeneracionismo espanhol, pois é partir da ideia de uma nação doente que os regeneracionistas produziam suas críticas à sociedade espanhola.

Mesmo afastado de sua terra natal, Barrett continua marcado pelas inquietações que vivenciou na Espanha na década de 1890. Um exemplo dessa influência do regeneracionismo pode ser destacado quando escreve, a respeito do Paraguai:

Niños enfermos, que el vicio, hembra o alcohol, consuela un instante en la noche siniestra en que habéis naufragado, ¿quién se apiadará de vosotros? ¡Dios mío! ¡Tan desdichados que ni siquiera se espantan de su propia agonía!” (BARRETT, 2010a, p. 315).

Em sua escrita, é possível notar dois momentos: o primeiro, já na América, voltado para os problemas da Espanha: “España está presente donde haya un corazón sincero que la ame. No porque la distancia y los años nos aparten habitamos menos en ella do que cuando jugábamos de chicos a la sombra feliz de sus árboles” (BARRETT, 2010a, p. 596); e o segundo, marcado pelo interesse na América e no ser humano, como ficará evidente mais adiante. Superada a nostalgia da terra natal, tornou-se claro que o interesse de Barrett não tinha uma coloração nacionalista, fechado na Espanha, mas que

incorporava a índole do universal, do humanitário e do ecológico. Torna-se claro, portanto, que as inquietações modernistas e revolucionárias da Europa foram o adubo para a escrita de Barrett, isso o motivou a escrever sobre o povoparaquai: “(...) vemos reflejado el profundo amor que sentía hacia el pueblo paraguayano; ese amor, esa preocupación por la gente del pueblo, es una constante plenamente noventayochista” (VÁZQUEZ *apud* SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1998, p. 22); assim como sobre a humanidade em geral, com sua crítica ao progresso técnico e sua esperança no futuro.

O primeiro artigo de Barrett em Buenos Aires, *Miserias*, foi publicado em *El Correo Español*, em novembro de 1903 (BARRETT, 2010a, p. 590-591). Em abril de 1904, publicou, no mesmo periódico, *Los prudentes y la Liga Republicana*, contra a monarquia (BARRETT, 2010a, p. 606-608) e iniciou contribuições ao periódico *El Tiempo*, também de Buenos Aires, com o texto *Exposición de Arango*. Nesse mesmo ano, passou a colaborar com o semanário *Caras y Caretas*, onde a primeira análise versou sobre os mendigos de Buenos Aires, já de cunho social, e distribuídos em duas publicações: *Buenos Aires* e *Los mendigos de Buenos Aires*.

Ainda em 1904, enviado por *El Tiempo*, cobriu a Revolução de 1904, no Paraguai. Simpatizando-se com a causa liberal, decidiu pegar em armas e lutar ao lado dos revolucionários: “Tomé un fusil; estábamos en guerra, esperando el ataque de un instante a otro. No me arrepiento ciertamente de haber simpatizado con la causa liberal, pero me felicito más aún de no haberme visto obligado a disparar un solo tiro” (BARRETT, 2010b, p.649).

Já no Paraguai, o primeiro artigo de Barrett que se tornou conhecido foi *La Verdadera Política*, publicado em 26 de janeiro de 1905, após a vitória dos revolucionários em dezembro de 1904, em *El Diario*. Ainda nesse país, seus escritos começam a tomar um tom cada vez mais crítico, no que se relaciona às causas sociais, e no ano de 1906 é possível, identificar a gênese de seu anarquismo, momento em que se pode identificar a segunda fase de seus escritos (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1991, p. 213). Nesse período, passa a dar palestra para trabalhadores e cria a revista *Germinal* “órgano de denuncia y de expresión para las organizaciones gremiales” (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 2005)

Agitando e incomodando as autoridades paraguaias e os setores capitalistas da sociedade, foi preso e expulso do Paraguai¹¹. Passou um período no Brasil, na região do atual estado de Mato Grosso do Sul e logo mudou-se para Montevidéu, no Uruguai, onde passou a ter contato com vários intelectuais, como: Rodó, Vaz Ferreira, Zum Felde.

A obra de Barrett, cujo principal título foi *El dolor paraguayo*, foi muito conhecida e respeitada na época. Entre os intelectuais que comentaram sua obra em vida e postumamente, pode-se citar Augusto Roa Bastos, no prólogo à obra acima citada, de 1978; o uruguaio José Enrique Rodó, com quem conviveu; e uma das grandes figuras da literatura latino-americana, José Luis Borges, que considerou Barrett como um espírito livre e audaz (VACCARO *apud* SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1998, p. 20).

Lo que son los yerbales, primeiramente publicado em partes, em *El Diálogo*, entre os dias 15 e 27 de junho de 1908, onde o autor deliberava sobre o regime de trabalho nos ervais paraguaios, parece ser um marco em sua produção, na medida em que se evidencia uma acentuada crítica¹² às condições de vida no Estado paraguaio, como é possível notar:

Es preciso que sepa el mundo de una vez lo que pasa en los yerbales. Es preciso que cuando se quiera citar un ejemplo moderno de todo lo que puede concebir y ejecutar la codicia humana, no se hable solamente del Congo¹³, sino del Paraguay. El Paraguay se despuebla; se le castra y se le extermina en las 7 u 8.000 leguas entregadas a la Compañía Industrial Paraguaya, a la MatteLarangeira y a los arrendatarios y propietarios de los latifundios del Alto Paraná. La explotación de la yerba-mate descansa en la esclavitud, el tormento y el asesinato (BARRETT, 2010a, p. 312).

O trecho apresentado, que abre o texto sobre a relação entre a escravidão e o Estado paraguaio, demonstra, não apenas, o tom agressivo dos escritos, mas o caráter social e político de Barrett. Ao fim de seu artigo, o autor faz questão de tornar evidente seu objetivo de denúncia, assim como sua esperança em um futuro melhor:

“Yo acuso de expoliadores, atormentadores de esclavos, y homicidas a los administradores de la Industria Paraguaya e de las demás empresas yerbales. Yo maldigo su dinero manchado de sangre” (BARRETT, 2010a, p. 328).

A acidez de seu discurso aparece em vários momentos de seu texto, não é apenas uma denúncia, critica com voracidade as práticas desonrosas realizadas pelo Estado paraguaio no início do século XX, o descaso com que tratam a violência e a facilidade com que sem vendem os representantes do Estado, como é o caso da polícia e dos juízes: “¿A qué mencionar los grillos y el cepo? Son clásicos en el Paraguay, y no sé por qué no constituyen el emblema de la justicia, en vez de la inepta matrona de la espada de cartón y de la balanza falsa” e ainda:

Cundo en plena capital la policía tortura a los presos por ‘amor al arte’, ¿creéis posible que no se torture al esclavo en la selva, donde no hay otro testigo que la naturaleza idiota, y donde las autoridades nacionales ofician de verdugo, puestas como están al servicio de la codicia más vil y más desenfrenada?”(BARRET, 2010a, 323-4).

Malgrado haver sido dividido em três campos, é notório que o social perpassa todos os âmbitos da obra de Barrett, desde o periodismo, voltado à crítica social, quanto à literatura, que aborda temáticas sociais, quanto o campo filosófico, que se produz na medida em que almeja uma sociedade justa, refletindo acerca da existência e da ação humana. Assim, segue a apresentação sobre a literatura barrettiana.

O campo literário

Barrett entende a arte como excesso de energia, como se o processo de criação artística fosse uma energia que está para além do necessário e que não tendo por onde se libertar toma a arte como válvula de escape (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1991, p. 365). Essa demanda de excesso deve ter, para ele, um fundo prático, ético, que provoque, que questione e, conseqüentemente, revolucione. Nega a “arte pela arte” e a “torre de marfim”:

(...) desarrolla su posición en contra de los artistas e intelectuales que se aíslan y desentienden de la situación de su mundo para dedicarse a una labor de creación o de contemplación autosatisfactoria y autosuficiente que encuentra inicio y término en si misma (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1991, p. 368).

É nessa medida em que o social permeia a obra de Barrett para além da esfera crítica dos jornais. Três textos representam bem a postura de Barrett em relação à arte e à literatura, pois: “Los puntos de vista de Barrett acerca de la literatura se inscriben en su concepción general del arte” (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1991, p. 369): *De Estética*, *Exposición de Arango* e *La Verborrea*.

Contudo, é importante observar dois âmbitos da produção literária barrettiana: a primeira associada à dimensão teórica, diretamente ligada aos três textos citados acima; e a dimensão propriamente literária, no sentido da produção textual, da experiência estética, na qual dois exemplos podem ser citados: *La muñecae Los domingos de noche*.

No âmbito teórico, é interessante notar que parece haver, à primeira vista, uma divergência nos postulados: por um lado critica o realismo da arte, como se pode ver em sua ácida postura sobre a exposição de Arango: “(...) es un pintor lacónico, pero su laconismo no condensa nada. Cuando le preguntan a Romeo la estatura de Julieta, contesta: ‘Me llega al

corazón'. Arango hubiera contestado con laconismo igual: 'un metro sesenta'" (BARRETT, 2010b, p. 229). Nesta medida, o realismo não é considerado arte, pois Arango "ha olvidado en la paleta una cosa, el arte" (BARRETT, 2010b, p. 228).

Ainda nessa linha, Barrett acentua o caráter metafórico da linguagem¹⁴, defendendo que a configuração da arte literária se dá pelo entrelaçamento entre a linguagem e a estética, essencialmente em termos da recepção, e, assim, afirma:

El marcarcome y reedifica las costas. Igual nuestro río de emociones reacciona sobre las dos orillas de la idea y de la sensación. El genio emotivo de los pueblos ha destruido y rehecho cien veces las ideas religiosas filosóficas y sociales, y altera constantemente la lengua. Por tal motivo se crean sin cesar sinónimos; se eligen los unos, dándoles juventud y alma brillante, y adorna caprichosamente la gramática. Bajo una locución vulgar suele ocultarse una metáfora, una vibración elegante petrificada en el pequeño bloque que manejamos distraídos (BARRETT, 2010b, p. 487).

Por outro lado, defende que a arte, e assim a literatura, têm sentido apenas quando referem-se a uma demanda do social. Refletindo sobre o belo, afirma:

El niño sonrío por vez primera un día en que ha mamado bien y no le duele nada. Crecerá y luchará. Las condiciones de la lucha le acercarán a lo bello si son benignas; le mantendrán en la ignorancia y en la ineptitud se le son crueles. La anemia, el hambre y el miedo son incompatibles con la belleza. Igual cosa ocurre con la sociedades (BARRETT, 2010b, 476).

Assim, parece haver uma contradição: A literatura deve ou não ter uma relação direta com a realidade, e neste sentido, com a sociedade? Talvez esse seja o momento apenas de estabelecer o problema, visto que para um posicionamento, ainda é necessário um estudo mais aprofundado da obra barrettiana.

A segunda tipologia encontrada em Barrett, referente aos textos literários, demonstram que há um alinhamento com a dimensão social, pois que refletem as perplexidades e as contradições de uma sociedade capitalista, de caráter hierárquico, ou seja, reflète as complexidades de uma sociedade desigual. Isso fica muito bem exposto no texto *La muñeca*, que conta a história de uma pequena princesa, Yolanda, que diante da abastada festa natalina do castelo, decide pensar nos pobres e dar sua boneca a "una niña sin rentas" (BARRETT, 2010a, p. 143). Faz todos os preparativos: "creo oportuno que Zas Candil, nuestro fiel gentilhomme, vaya enseguida a las agencias telegráficas para que mañana se conozca mi piedad sobre el haz del mundo" (BARRETT, 2010a, p. 143).

No outro dia, definindo-se a quem seria dado o presente, se dirigiram ao destino, que se reduzi a “una pieza sórdida”. No interior do casebre, “una mujer cosía; un hombre fumaba; metida dentro de un lecho sucio, una niña pálida movía los dedos en la sombra” (BARRETT, 2010a, p. 143). Yolanda se apresenta e oferece seu presente:

Los ojos de Yolanda se acostumbran a la oscuridad y ven con asombro, sobre el lecho sucio, otras muñecas iguales a suya, cuatro, seis, unas sin cabeza, otras sin miembros, una completas pero desnudas, otras a medio vestir... el hilo, la aguja, la tela por cortar, los dedos que se movían (BARRETT, 2010a, p. 145).

Tendo, Yolanda, se dado conta deste cenário, o homem que fumava lhe explicou: “Su muñeca, señorita princesa, es de las que trabaja mi nena. (...) La fábrica entrega la pasta ya pintada y lista y aquí se rellana y se cose” (BARRETT, 2010a, p. 145). Mesmo assim, não rejeitam o presente: “deje, deje, la muñeca siempre no servirá. La volveremos llevar a la fábrica” (BARRETT, 2010a, p. 145). Assim, se encerra o pequeno conto que busca refletir sobre a dimensão da hierarquia e da desigualdade social fazendo eco a sua proposição poética, exposta acima.

O caráter social, entretanto, não está presente em todos os seus textos. Em *Los domingos de noche*, Barrett demonstra certo humor em sua escrita. O texto inicia despreziosamente em um encontro noturno, no qual os presentes convidam o senhor Martínez a contar-lhes alguma proeza amorosa, ao que responde: “Les contaré mi primera aventura” (BARRETT, 2010a, p. 359).

O senhor Martínez inicia sua história apresentando como se dividia suas finanças e suas atividades mês a mês, sendo que metade do valor dessas finanças era “consagrado al amor”. A partir daí começa a narrar uma aventura que se sucedeu:

Devoraba con delicia, por extraño que les parezca, folletines de Escrich, y novelones de Dumas y Sué y soñaba con raptos y escalamientos, desafíos a la luz de la luna y frases generosas. Una madrugada, en lugar de acostarme después de la sesión del ‘Levante’ donde nos reuníamos, me dio por vagar solo, a semejanza de Don Quijote, buscando doncellas que desencantar a lo largo de las calles solitarias (BARRETT, 2010a, p. 360).

Passado um tempo, cruza uma mulher por Martínez, a qual, de pronto, ele se põe a seguir e a tentar “desencantarla”. Não obtém resposta de imediato, mas insiste, até que a mulher se virou e lhe indagou: “quieres venir conmigo, ¿verdad?” (BARRETT, 2010a, p. 360), ao que Martínez respondeu de forma positiva e, assim sendo, passou a segui-la. Passaram por vários pontos da cidade e nesse trajeto o protagonista relatava sentir “miedo y

orgullo”, até que chegaram a uma grande porta, a qual foi aberta pela mulher misteriosa. Subiram uma escada. Chegaram a outra porta, cerca de quatro andares acima, a qual foi aberta. Antes de entrar, Martínez relatou que a mulher lhe perguntou se tinha fósforo, visto que o ambiente estava escuro. Respondeu que sim. “Entra y enciende” lhe ordenou a desconhecida:

Entré. Pero apenas lo hago cierra la puerta, da dos vueltas a la llave y me deja solo allí dentro. (...) Estupefacto, oigo que baja rápidamente las escaleras, que cierra también la puerta de la calle y que huye, sí, ¡huye como una condenada! (...) Aturdido, enciendo un fósforo. (...) Entre un catre viejo y una mesa desastillada, con los ojos abiertos de par en par u la mandíbula caída, enseñando el agujero negro de la boca, estaba tendido el cadáver de un hombre, encharcado de sangre. (...) fue tal mi horror que no grité. Me quedé como una estatua y el fósforo se me apagó entre los dedos (BARRETT, 2010a, p. 361).

Martínez conta aos ouvintes que deu um jeito de fugir do local por um claraboia, considerando, então, a rua como um paraíso. Os presentes, aparentemente aturdidos, lhe questionaram sobre a mulher e sobre o fato de haver feito ou não a denúncia do crime. Mas, Martínez, satisfeito com sua narrativa, respondeu: “!Dios me libre! Jamás me he metido en esas cosas; y desde aquella noche no he vuelto a leer una novela” (BARRETT, 2010a, p. 361).

É perceptível que Barrett goza de certo senso de humor, mas é necessário reconhecer que o grosso de sua produção está ainda envolto na questão social, mesmo no que tange à literatura.

campo filosófico

Quando se delimita o campo filosófico da obra de Barrett, poder-se-ia iniciar fazendo referência aos grandes precursores da filosofia, como Platão e Aristóteles. Entretanto, seria de certa forma imprudente se levar em consideração o apego à desnaturalização ou desessencialização provocada pela filosofia nietzschiana. O prudente em um trabalho como este é considerar que ele tem um caráter expositivo e que a obra de Barrett ainda necessita de muito estudo para se delimitar uma posição clara sobre a sua filosofia, mesmo que ela possa ser contraditória. Fato é que é possível perceber um caráter natural que pode remeter à filosofia grega, mas, concomitantemente, é possível perceber uma forte influência nietzschiana. Mas, como o foco deste texto visa expor o caráter anarquista de Barrett, o centro de sua filosofia, será abordado em termos de sua projeção para o futuro.

Para Sánchez-Cabezudo, Barrett apresenta uma visão negativa a respeito do progresso, em evidência no período em apresentação, e positiva a respeito do futuro. Apesar de parecer paradoxal, o que ele explica é que:

(...) la fe en el futuro es una idea más amplia y abarcante que la fe en el progreso. (...) De hecho, Barrett manifiesta una confianza plena en el futuro a la vez que expresa muy firmes críticas a la idea de progreso. Un progreso que considera ha sido elevado a la categoría de un auténtico Dios por la mentalidad moderna (1998, p. 28).

Sánchez-Cabezudo explica que para Barrett, o progresso é entendido, tão somente, como progresso técnico e não como progresso humano, de forma que se for associado às críticas tecidas acima ao Estado paraguaio e à condição dos trabalhadores nos ervais, compreende-se claramente o que ele quis dizer ao escrever no fim de seu artigo *Lo que son los yerbales paraguayos*: “Y yo les anuncio que no deshonrarán [a indústria ervateira] mucho tiempo más este desgraciado país” (BARRETT, 2010a, p. 328).

Malgrado a fé no futuro, Sánchez-Cabezudo alerta para o fato de que o futuro que Barrett constrói é um futuro utópico. O passado e o presente são entendidos como etapas bárbaras da condição humana, que caminham para um futuro que será bom, “Así gentes pasadas ignoraron que al hacer la guerra fundaban la paz, que al destruir cimentaban, y que con sangre fecundaban el mundo” (BARRETT, 2010a, p. 59). O ápice do caráter utópico dos escritos barrettianos está quando ele diz:

(...) lo que propongo es impracticable, y no lo propondría se no lo fuese. Estoy convencido de que es lo inaccesible lo que debe guiarnos. Son las estrellas, ya difuntas acaso, las que guían al hombre sobre el mar. Es el ideal, absurdo si queréis - ¡Qué importa! – lo único que puede guiarnos en la vida (BARRETT, 2010b, p. 141).

A postura assumida por Barrett, nos últimos anos de sua vida, o levou a se aproximar do anarquismo, identificando-se explicitamente com a corrente. Sobre isso, dois pontos são interessantes em seu pensamento: o abandono da lei; e a educação como guia. Para Barrett o anarquismo não deve ser visto como caos, mas como “ausencia de gobierno”, para ele basta o sentido etimológico (BARRETT, 2010a, p. 801), mas o completa em outro texto: “Anarquista es el que cree posible vivir sin el principio de autoridad” (BARRETT, 2010a, p. 178).

Neste sentido, a lei limita a liberdade e, conseqüentemente o futuro: “Es el obstáculo a todo progreso real. Es una noción que es preciso abolir” (BARRETT, 2010a, p. 801). As leis, para Barrett são filhas de uma minoria que se acerca do poder e

da violência em prol da satisfação de suas ambições e de suas crueldades (BARRETT, 2010a, p. 801/2). A abolição das leis é o único caminho para um futuro melhor, mesmo que esse futuro não seja conhecido: “¿Qué importa las formas futuras? La realidad las revelará. Estemos ciertos de que serán bellas y nobles, como las del árbol libre” (BARRETT, 2010a, p. 802).

O segundo elemento a ser consideração como meio para a implantação do anarquismo é a educação. Somente ela poderá guiar o caminho da sociedade para um futuro feliz, bom¹⁵: “¿Qué hacer? Educarnos y educar” (BARRETT, 2010a, p. 803). Assim, estabelecendo-se a abolição das leis, em conjunto com a educação, se chegará a uma sociedade melhor: “¿Que nuestro niños examinen la ley y la desprecien” (BARRETT, 2010a, p. 803). Para Barrett, “El anarquismo es una teoría filosófica” (BARRETT, 2010a, p. 177).

Antes de encerrar essa sessão, é necessário colocar em questão o que Barrett entende por filosofia, haja vista que foi proposta uma linha que perpassa o social, o literário e o filosófico. Sobre isso, Sánchez-Cabezudo diz que: “La actividad intelectual de Rafael Barrett anda siempre a medio camino entre la filosofía y la literatura; rasgo muy común, por otra parte, entre sus contemporáneos” (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1991, p. 231).

Mas, em relação ao campo que toca propriamente a filosofia, Barrett entende que: “La presencia radical de la duda, de la pregunta sobre la realidad hasta su esencia primaria, hasta las cuestiones últimas del ser y de la existencia, ha sido siempre el punto de partida de todo pensamiento filosófico” (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1991, p. 231).

De forma resumida, é possível perceber que há uma inquietude no espírito de Barrett que faz com que ele perceba a insubordinação da mudança para a dimensão da existência na medida em que estabelece, como apresentado acima, um futuro inalcançável e impraticável. A aporia desta condição se coloca na medida em que ele retoma a máxima de Heráclito, segundo a qual não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio. Assim, mesmo que o anarquismo, proposto por ele, se realize, não será permanente, tão pouco estável.

Barrett e o Anarquismo

Segundo Sánchez-Cabezudo, em 1908, Barrett se identifica explicitamente com o anarquismo. Assim, a proposta desta seção é observar como essa relação pode ser percebida em sua obra, tomando por base os autores já referenciados anteriormente.

Contudo, antes de adentrar a questão em si, é importante traçar algumas considerações sobre o que é o anarquismo e como ele estava estabelecido no período.

Em sua obra *Utopias anarquistas*, Flávio Luizetto, apresenta três vertentes do anarquismo: a individualista; a coletivista e a socialista, subdividida em mutualista e a comunista (1987, p. 11). Como o próprio autor diz: fora alguns assuntos (como a abolição do Estado, a valorização da individualidade e a importância da educação), “a pluralidade e a heterogeneidade de opiniões prevaleceu sobre a unanimidade” (1987, p. 13). Portanto, antes de discutir o enquadramento de Barrett no anarquismo, é necessário, antes, entender, ao menos, algumas especificidades do próprio anarquismo. Neste sentido, observar-se-á as três formas de anarquismo apresentadas acima, como seus respectivos desdobramentos.

A primeira corrente a ser apresentada é a *individualistas*. Segundo a visão desta corrente, a obediência irrestrita à liberdade individual seria o maior princípio, a causa primeira do próprio movimento¹⁶. Para a perspectiva individualista é inconsequente “(...) defender a abolição da dominação exercida por uma classe social sobre toda a sociedade e propor, em troca, o império da sociedade sobre o indivíduo. Sacrificar a liberdade pessoal em nome dos interesses do Estado ou da sociedade dá no mesmo” (LUIZETTO, 1987, p. 19). Os grandes representantes deste movimento foram Stirner, na Europa e Warren, nos Estados Unidos.

Já o *mutualismo*, foi proposto por Joseph Proudhon¹⁷, francês nascido em 1809. Ele pode ser considerado, segundo Luizetto, um pensador intermediário, pois, malgrado considerar a importância do individualismo, não o leva ao extremo, como no caso de Warren e Stirner, aproximando-se, em certa medida, das propostas de socialistas de Bakunin (coletivista) e de Kropotkin (comunista). Para Proudhon, a implantação do modelo anarquista mutualistas:

(...) seria possível frutificar o princípio federativo, que, por um lado, seria capaz de evitar a atuação de forças centralizadoras, e, por outro, de neutralizar os excessos do individualismo extremado, com o que se multiplicaria a formação de associações de produtores livres e independentes, alianças de longa, média ou curta duração, conforme o desejo, necessidade ou conveniência das partes (1987, p. 25).

Já a escola socialista do anarquismo, como já apresentado acima, se subdivide em duas propostas: a coletivista, encabeçada pelo discípulo e amigo de Proudhon, M. Bakunin¹⁸; e a socialista, liderada por Kropotkin. Para o primeiro, os pilares do anarquismo residiriam no federalismo, influência da proposta proudhoniana, e no coletivismo, fruto das teorias socialistas. Luizetto afirma que, a partir de Bakunin, a

preocupação acerca da relação entre indivíduo e sociedade vai ser relegada ao segundo plano, na medida em que as críticas passaram a ser voltadas ao Estado, “o maior inimigo dos indivíduos não é a sociedade [como afirmavam os individualistas], mas o Estado” (1987, p. 31). Desta forma, é possível considerar que a proposta bakunista é um desdobramento da proposta proudhoniana.

Já no que diz respeito ao anarquismo comunista, também conhecido como comunismo libertário, representado por Kropotkin e, posteriormente, por Malatesta, pode-se dizer que suas grandes características residem, em primeiro lugar, no fato de que ele é um desdobramento do anarquismo coletivista bakunista, assim como o coletivismo é um desdobramento do mutualismo proudhoniano. Em seguida, pode-se destacar a especificidade desta corrente em relação à coletivista, pois, na medida em que Bakunin se opunha a ideia de comunismo, já que, para ele o comunismo representava a negação da liberdade individual, ao passo que para Kropotkin “(...) comunismo e anarquismo eram considerados fenômenos sociais que se completavam mutuamente e que se faziam mutuamente possíveis e aceitáveis” (LUIZETTO, 1987, p. 34).

A grande questão que parece circundar a proposta anarquista, malgrado suas especificidades parecer ser a formação de uma sociedade ácrata. As formas para a realização variam, ora se aceita um tipo de propriedade, ora se nega; ora se aceita uma forma de organização do trabalho, ora se propõe outra. O fato é que o anarquismo, principalmente no que se refere à sua participação na Primeira Internacional, parece ter sido fundamental para se refletir acerca das formas de organização da sociedade e, até mesmo, sobre a função do Estado nesse processo.

Para Barrett, em seu texto *Lo que son los yerbales*, é possível notar a arbitrariedade do Estado para com a população paraguaia que trabalha nos ervais. Talvez seja este o ponto que lhe aproximou do anarquismo, a compreensão de que o Estado está preocupado apenas com questões que lhes garantem a centralidade do poder e a manutenção dos interesses políticos e econômicos próprios.

Em um primeiro momento, se observamos os posicionamentos de Barrett, poder-se-ia, de imediato, associá-lo ao anarquismo bakunista, bastando para isso, ler seu texto *El dolor paraguayo*, no qual argumenta: “Nada hay, pues, que esperar de un Estado que restablece la esclavitud, con ella lucra y vende la justicia al menudeo” (BARRETT, 2010a, p. 314). Levando em consideração que é Bakunin quem traz ao primeiro plano o problema do Estado como tirano. Mas, para Sánchez-Cabezudo isso não seria correto. Para ele, “Barrett se inclina sensiblemente hacia el componente liberal presente en el

pensamiento libertario” (SÁNCHEZ-CABEZUDO), ou seja, mais próximo da proposta de Kropotkin, ou seja, do comunismo libertário.

Mas o ponto que mais o identifica com o anarquismo, de fato, é sua oposição ao Estado, pois, para Luizetto, mesmo que o destaque principal dado ao Estado tenha se desencadeado propriamente com Bakunin, isso não quer dizer que não seja uma constante no pensamento anarquista em geral. Para Barrett, “El Estado roba con una mano y degüella con la otra” (BARRETT, 2010a, p.192).

Outro ponto interessante no pensamento barrettiano é sua visão do direito, que também evidencia sua aproximação com o anarquismo. Para ele o direito é visto de forma negativa, já que é uma formalização do uso do poder e a institucionalização da violência, no sentido de uma força coercitiva legítima e garantidora do *status quo*. Nessa linha de raciocínio é que Barrett indaga: “¿Qué es un derecho sino una concesión, un permiso de las bayonetas?” (BARRETT, 2010a, p. 183) e em outro momento afirma: “La justicia no está en la balanza, sino en la espada”. (BARRETT, 2010b, p. 434).

É nesse ponto onde coloca a problemática da relação entre violência, Estado e direito que, Barrett, classifica Tolstoi de anarquista, no sentido de que se identifica com sua posição. Assim, afirma:

En Tolstoi, el ascetismo estético se confunde con el ascetismo moral, el poeta con el profeta. Es el anarquista absoluto. La tierra para todos, mediante el amor; no resistir al mal; abolir la violencia; he aquí un sistema contrario a toda sociedad, a toda asociación, sindical o no, fines de políticos, porque toda ley, todo reglamento, toda forma permanente del derecho – derecho del burgués o derecho del proletario –, se funda en la violencia (BARRETT, 2010b, p 362).

Entretanto, mesmo com estes pontos que permitem identificar Barrett com o anarquismo, no coração da América Latina, Sánchez-Cabezudo alerta para o fato de que nem tudo em Barrett é anarquista. Para isso, apresenta quatro pontos que divergem da proposta anarquista, segundo ele:

a) El racionalismo, que para el anarquismo constituye un cimiento esencial que da sustento a esa especie de fervor hacia la razón e ‘la idea’; Barrett, en cambio, es un antirracionalista convencido y combativo; b) La bondad esencial de la naturaleza y de la propia condición humana, piedra fundamental en el edificio de la utopía anarquista y hacia la que Barrett se muestra profundamente escéptico; c) El materialismo positivista, que Barrett rechaza rotundamente desde su opción por una filosofía vitalista y espiritualista; d) La idea de progreso, artículo de fe para el pensamiento anarquista y hacia la que Barrett se manifiesta bastante crítico (SÁNCHEZ-CABEZUDO)

Com esta citação é possível perceber que o pensamento de Rafael Barrett apresenta certa singularidade. Como, por exemplo, o desvio que pode ser percebido em relação às três vertentes do anarquismo, apresentadas acima. Ademais, vale observar que este trabalho estabeleceu como meta a apresentação de Rafael Barrett, de forma que há uma imensa gama de possibilidades a serem investigadas, entre elas, o possível diálogo entre as proposições barrettianas e os posicionamentos do anarquismo no Brasil e em outros países da América Latina, de forma a poder estabelecer, ao menos, um mapa das relações e das variantes deste movimento, além da possibilidade de estabelecer um diálogo com as manifestações da Primeira Internacional, como afirma Miguel Ángel Fernández:

El pensamiento y la prédica de Barrett constituyen aportes fundamentales en la historia de los movimientos sociales libertadores de nuestros países en el siglo XX, pero su lugar en la literatura [assim como na história] hispanoamericana, a nuestro juicio, no ha sido suficientemente destacado (FERNÁNDEZ, 1996, p. 30).

Referências

Fonte

BARRETT, Rafael. *Obras Completas*. Edición dirigida por Francisco Corral. Santander, Cantabria (España): Tantin, 2010a.

BARRETT, Rafael. *Obras Completas II*. Edición dirigida por Francisco Corral. Santander, Cantabria (España): Tantin, 2010b.

Bibliografia

BODEI, Remo. *A história tem um sentido?*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

FERNÁNDEZ, Miguel Ángel. “Introducción”. In: BARRETT, Rafael. _____. *Germinal (antología)*. Edición: Miguel Ángel Fernández. Disponível em:

<http://www.librodot.com/uploads/DVD/barrett/geanba12.pdf>. Acesso 24 mar. 2015.

FRAME, Scott MacDonald. “Uno fino velo negro: La muerte y los escritos de Rafael Barrett”. *Castilha: Estudios de literatura*. n.º 21, 1996. p. 103-113.

LUIZETTO, F. *As utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINEZ, Diego Alexandre Carneiro; SANTOS, Gustavo Felix dos. “Anarquismo no século XIX: Proudhon e Bakunin”. Disponível em: http://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/10/Anarquismo_no_sec_XIX-Proudhon-e-Bakunin.pdf. Acesso em 24 mar. 2015.

MILANI, Martinho Camargo. *Estado Livre do Congo: Imperialismo, Roedura Geopolítica (1885-1908)*. 2011, Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel. “Historiadores e atores políticos: a historiografia paraguaia na era liberal (1904-1936)”. *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte, 2000. p. 1-9.

MUÑOS, Vladimiro. *Barrett*. Asunción, PY/ Montevidéu, UY: Germinal, 1994.

PEDRO, Felipe Corrêa. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

PRODHON, Joseph. *O que é a propriedade?*. Lisboa: Estampa, 1975.

SÁNCHEZ-CABEZUDO, Francisco Corral. *Vida y pensamiento de Rafael Barrett*. 1991. Tese (Doctorado en Filosofía). Departamento de Filosofía III: Hermenéutica y Filosofía de la Historia de la Universidad Complutense de Madrid.

_____. “Rafael Barrett: El hombre y su obra”. Disponível em: <http://www.inventati.org/ingobernables/textos/anarquistas/Instituto%20Cervantes%20%20Rafael%20Barrett,%20El%20Hombre%20Y%20Su%20Obra.htm>. Acesso em 24 mar. 2015.

_____. “El pensamiento de Rafael Barrett un ‘joven del 98’ en el Río de la Plata”. *Revista de Hispanismo filosófico*. N° 3, 1998. p. 17-31.

_____. “Rafael Barrett ante la condición humana”. (2005) Disponível em: <http://www.ensayistas.org/critica/generales/C-H/paraguay/barrett.htm>. Acesso em 05 jan. 2015.

SANTOS, Karan Willian dos. “Apontamentos sobre a construção do internacionalismo anarquista e sua disseminação e caráter no sul global: o caso brasileiro em perspectiva”. Instituto de Teoria e História do Anarquismo. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2014/12/02/kauan-dos-santos-apontamentos-sobre-internacionalismo-anarquista/>. Acesso: 24 mar. 2015.

SOUZA, José Carlos de. *O Estado e a Sociedade no Paraguai durante o governo do partido Liberal (1904-1935)*. 2006. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

TABANERA, José Manuel Gómez. “Joaquín Costa y los Idearios de la Llamada Generación del 98”. *Acta del XIII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Tomo II 1998^a.

THOMPSON. Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

* Agradeço ao fomento da CAPES/Demanda Social, que financia esta pesquisa no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, no nível de doutorado.

¹Neste ponto, é interessante considerar o conceito de classe utilizado por Thompson, em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, na qual ele defende a historicidade de termo, na medida em que “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (1987, p. 10); Vale, na mesma medida, considerar os movimentos organizados no final do século XIX, como a primeira Internacional, liderada por Karl Marx (1864-1876) e a segunda Internacional (1889-1914), guiada pelo marxismo.

² “Fue una época gloriosa de la prensa. El poder del periódico comenzó a ser decisivo: llegaba a un público suficientemente amplio y cualificado como para influir socialmente con el peso formidable, aunque intangible, de ‘la opinión’, un público, a la vez, lo suficientemente reducido (el mero hecho de la lectura descartaba ya a la mayor parte de la población) como para que en general siguieran siendo medios ‘elitistas’ donde publicaban las mejores firmas del momento. Toma cuerpo así la figura del ‘intelectual’, término que comienza a denominar quien, desde el análisis de la realidad social y la formulación de ideas, es capaz de actuar sobre esa misma realidad social mediante la creación de estados de opinión principalmente a través de la prensa” (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1998, p. 17).

³Malgrado não ser muito conhecido no Brasil, a importância de Barrett vem crescendo em algumas universidades na França e na Espanha: “Rafael Barrett, escritor de relatos, ensayista y filósofo prácticamente ignorado durante mucho tiempo, ha recuperado en los últimos años su merecido reconocimiento entre los estudios de la filosofía y la literatura de toda América y Europa. En las universidades de París, Salamanca y en la Complutense de Madrid, se han defendido varias tesis doctorales en las que se pone de manifiesto la importante contribución de Rafael Barrett a una amplia gama de disciplinas” (FRAME, 1996, p. 103).

⁴ “El joven Rafael Barrett hace su entrada en la vida pública a golpe de escándalo. El 24 de abril de 1902 apalea públicamente al duque de Arión, en plena sesión de gala del circo de Parish. Toda la prensa de la capital se hace eco de la noticia que constituyó un sonado escándalo entre la sociedad madrileña” (SANCHEZ-CABEZUDO, 2005).

⁵ No ano de 1902, foi noticiado nos jornais madrilenos que Barrett havia se suicidado, contudo, ao que tudo indica, isso parece ter sido obra de interesses escusos, haja vista seus problemas com o duque de Arión, no mesmo ano.

⁶ O jornal *El País*, de 26 de abril de 1902 noticiava: “Lamentable incidente. Anoche ocurrió en el Circo de Parish un lamentable incidente entre dos personas muy conocidas de la sociedad madrileña. Hallábase en un palco un duque, cuando se llegó a él un caballero recientemente descalificado por ciertas sospechas. El tribunal de honor que dictó la descalificación parece que había estado presidido por el aludido duque. Tras breves palabras, el caballero agredió al duque, causándole varias heridas en la cabeza y cara.” (*apud* SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1991, p. 28-29).

⁷ Revolução essa que tinha como objetivo derrubar o governo provisório do general Bernardino Caballero e instalar uma democracia liberal (MUÑOS, 1994, p. 26)

⁸ SOUZA, José Carlos de. *O Estado e a Sociedade no Paraguai durante o governo do partido Liberal (1904-1935)*. 2006. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista – UNESP. p. 254-267.

⁹ Por *Juventud del 98*, Sánchez-Cabezudo entende o “(...) amplio y variado espectro de los jóvenes con inquietudes artísticas e intelectuales que coinciden en el turbulento magma del final de siglo [XIX]. Si algún rasgo común caracterizó a aquellos jóvenes, fue la presencia de parecidas inquietudes como consecuencia de las transformaciones radicales que se produjeron en aquellos años de confusión. Conformaron así un agitado panorama humano, carente de estabilidad y de límites precisos, que se definió por debatirse a la búsqueda de orientación en el vórtice de la llamada ‘crisis de fin de siglo’” (SÁNCHEZ-CABEZUDO, 1998, p. 20).

¹⁰ Sobre o assunto ver: TABANERA, José Manuel Gómez. “Joaquín Costa y los Idearios de la Llamada Generación del 98”. *Acta del XIII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Tomo II 1998^a.

¹¹ “Rafael Barret [forma grafada pelo autor] foi expulso para o Brasil por Jara, o qual, em um embate frontal, ordenara que ele engolissem um panfleto que o criticava, com sal. Jaegli comenta esse fato dizendo que foi vergonhoso para Jara o que aconteceu, elogiando Barret como um bom escritor. Barret publicou, entre outros trabalhos, uma revista filosófica chamada *Germinal*, cujo conteúdo era alheio à política, mas, mesmo assim, não era bem visto pelos presidentes liberais” (SOUZA, 2006, p. 260).

¹² Sobre a escrita barrettiana, Sánchez-Cabezudo defende que: “En Barrett se conjugan, con rara y perfecta armonía, el vigor de la idea, la precisión del concepto, la belleza del estilo y la agudeza de una ironía demolidora” (1991, p.15).

¹³ O Congo africano foi alvo da ganância imperialista no fim do século XIX e início do século XX, ocupado e colonizado pela Bélgica, foi alvo de inúmeras atrocidades. Para maiores informações: MILANI, Martinho Camargo. *Estado Livre do Congo: Imperialismo, Roedura Geopolítica (1885-1908)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

¹⁴ É interessante observar que esta postulação de Barrett, mesmo não dialogando, permite uma associação entre a teoria poética ricoeuriana, quando este aborda o conceito de metáfora viva como elemento importante no processo de composição literária, na medida em que inova e desautomatiza o texto literário. Sobre o assunto ver: RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁵ Feliz e bom são considerados, aqui, a partir do posicionamento de Aristóteles. Sobre o assunto ver: ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paul-SP: Martin Claret, 2010.

¹⁶ Para o anarquismo individualista: “(...) não é o indivíduo que deve adaptar-se à sociedade, mas a sociedade que deve moldar-se ao indivíduo. (...) Com uma breve e simples sentença, consagrou-se, dessa maneira, uma doutrina: a do egoísmo” (LUIZETTO, 1987, p. 16).

¹⁷ Uma das grandes problemáticas da proposta de Proudhon é a propriedade. Contudo, esse não é o foco deste trabalho, de forma, sobre o assunto ver: LUIZETTO, F. *As utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 25-27. Assim, como a própria obra do autor: PRODHON, Joseph. *O que é a propriedade?*. Lisboa: Estampa, 1975.

¹⁸ É importante considerar que para Samis “(...) tanto o mutualismo quanto o coletivismo constituíam-se em formas históricas específicas de uma mesma tradição antiautoritária e federalista” (*apud* PEDRO, 2012, p. 122).

Artigo recebido em: 24/06/2015. Aprovado em: 31/10/2015.

**MAIORA TIBI
TRIUNFO DINÁSTICO DE FELIPE II NA ALEGORIA DA
BATALHA DE LEPANTO (C. 1573-1575), DE TICIANO VECELLIO**

***MAIORA TIBI
DYNASTIC TRIUMPH OF PHILIP II IN THE ALLEGORY OF THE
BATTLE OF LEPANTO (C. 1573-1575), BY TITIAN VECELLIO***

Rivadavia Padilha Vieira JÚNIOR*

Resumo: Este estudo propõe uma análise centrada na pintura *Felipe II, después de la victoria de Lepanto, ofrece al cielo al príncipe don Fernando* (Madri, Museu do Prado), de Ticiano Vecellio. Produzida em resposta à encomenda do rei espanhol Felipe II, teve por intenção celebrar dois momentos marcantes de seu reinado no ano de 1571: a vitória sobre a frota turca na batalha de Lepanto e o nascimento de seu herdeiro, o infante Dom Fernando. Com o objetivo de compreender os sentidos e funções do objeto imagético nesse contexto, a linguagem simbólica da pintura é interpretada em conexão com os acontecimentos contemporâneos à sua produção. Apesar de ser reconhecida como a “alegoria da batalha de Lepanto”, *de facto*, esta é representada em último plano, eclipsada por uma série de elementos carregados de simbolismo dinástico e religioso.

Palavras-chave: Felipe II de Espanha; Ticiano Vecellio; Batalha de Lepanto; Iconografia; História e Imagem.

Abstract: This study proposes an analysis focused on the painting *Felipe II, después de la victoria de Lepanto, ofrece al cielo al prince don Fernando* (Madrid, Museum of Prado), by Titian Vecellio. It was produced in response to the request of the Spanish King Philip II, with the intention to celebrate two key moments of his reign in the year 1571: the victory over the turkish fleet at the Battle of Lepanto and the birth of his heir, the *infante* Don Fernando. In order to understand the meanings and functions of imagery object in this context, the symbolic language of painting is interpreted in connection with contemporary events to its production. Despite being recognized as the "Allegory of the Battle of Lepanto", in fact, this is represented in the last level, eclipsed by a series of loaded elements of dynastic and religious symbolism.

Keywords: Philip II of Spain; Titian Vecellio; Battle of Lepanto; Iconography; History and Image.

* Mestre em História (2013) pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Nunes Bentes Monteiro, com a dissertação "Retratos do poder: A imagem pictórica de Felipe de Habsburgo por Ticiano Vecellio e Antonio Moro (1548-1558)". Bacharel (2009) e Licenciado (2013) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Educação Continuada do Colégio de Aplicação da UFRGS. Atua em pesquisas nas áreas de: História Moderna, História Político-Cultural, História da Arte, Patrimônio Histórico-Cultural.

Dentre a vasta produção pictórica realizada por Ticiano Vecellio (c. 1490-1576), as obras produzidas para os Habsburgo figuram entre aquelas as quais se têm dedicado o maior volume de estudos. Poucas são as obras que não foram contempladas com uma análise de viés político, sejam elas mitologias, religiosas ou retratos¹, devido ao fato de que durante o Renascimento deu-se o triunfo da pintura na decoração de palácios em ambientes específicos, como as galerias de retratos e séries dinásticas. É a partir desse contexto, onde a imagem foi adquirindo cada vez mais um sentido celebrativo e político, que analisamos o quadro a seguir:

Figura 1: Felipe II, después de la victoria de Lepanto, ofreciendo al cielo al infante Don Fernando.



Fonte: Madri. Museu do Prado. 1572-1575. Óleo sobre tela. 335 x 274 cm (com ampliação).²

O crescente interesse pelas formas de representação do poder político no Antigo Regime corresponde a uma tendência geral da historiografia que nas últimas décadas tem questionado o paradigma dos modos de coerção e controle político. Os dispositivos

simbólicos se destacam como fundamentais na compreensão da manutenção e ampliação do poder das monarquias. A imagem, atualmente, é considerada como documento histórico e compreendida como objeto de indiscutível valor (BURKE, 2001; ELKINS, 2003; HOWEELS, 2003), cabendo ao historiador estabelecer sua historicidade por meio da análise de sua natureza, atributos e condições de documento, procurando penetrar na compreensão do seu meio produtor e compreendê-la a partir do estudo e da análise da sociedade onde ela se inseria sua recepção e os efeitos por elas produzidos (FERNIE, 1995. p. 326-327).

Segundo Gruzinski (2003, p. 7), o historiador consegue ampliar seu campo de compreensão quando deixa de buscar somente nos documentos escritos as evidências de uma sociedade, aliando outras formas de expressão que constroem a memória e a história, como as imagens que adquirem um importante papel social. Esta tendência metodológica atual, como destaca Bezerra de Menezes (2003), ao fazer uso da imagem como fonte histórica, deve investigar mais o estudo da recepção da imagem, buscando o seu significado a partir do seu contexto social e estudando o ambiente cultural e político, além das circunstâncias concretas que permitiram a criação da imagem, nos quais seja possível procurar respostas, a serem confrontadas também com textos. Porém, a imagem tem determinada capacidade para transmitir conceitos e ideias, podendo fazer uso de códigos de comunicação extra-artísticos e metalinguísticos, transcendendo assim uma função mimética e incorporando uma dimensão simbólica. Dessa forma, é igualmente importante o contato com fontes que permitam o resgate das formas de recepção da imagem, bem como a percepção e a interpretação das obras de arte no centro de uma determinada cultura, ou seja, descobrir o olhar da época (BAXANDALL, 1991; 2006).

Foi devido a dois importantes acontecimentos políticos, no começo da década de 1570, que se justificou a encomenda do quadro realizado por Ticiano. A relação de mecenato entre Felipe II e Ticiano começou a se desenvolver no final de 1548, quando o pintor se dirigiu a Milão a convite do então príncipe Felipe de Habsburgo. Devido ao êxito de suas obras, Ticiano foi convidado para ir a Augsburgo, entre novembro de 1550 e agosto de 1551, durante uma dieta da Casa de Áustria, novamente a convite de Felipe (MANCINI, 1998. p. 237), entrando de forma permanente aos serviços do príncipe. Ticiano comprometeu-se a proporcionar-lhe mais dez quadros, em intervalos regulares, em troca de uma pensão vitalícia. Entre essas obras, as mais famosas são as chamadas *Poesias*, uma série de tema mitológico que inclui os quadros *Perseu e Andrômeda* [Figura 15] e *O rapto de Europa* [Figura 16] (FLETCHER, 2006, p. 46).

Em 7 de outubro de 1571, uma frota composta pelos membros da Santa Liga (Monarquia Católica, papado e Veneza) alcançou uma vitória de grande repercussão sobre a armada turca; evento que ficou conhecido como a vitória de Lepanto³. Aproximadamente dois meses depois dessa vitória, no dia 4 de dezembro, nasceu o primeiro filho fruto do quarto matrimônio de Felipe II⁴, o infante Dom Fernando.

A vitória de Lepanto motivou a celebração pelos aliados da Santa Liga na proliferação de diversas imagens produzidas em gravados, medalhas, moedas e pinturas. Em comum dessas imagens comemorativas a Lepanto, foi o emprego de uma linguagem alegórica que destacava a crença em uma intervenção divina para a conquista da vitória, de temática mitológica, como gravado de Martino Rota da *Batalla naval de Lepanto* de 1572, ou religiosa, como a *Alegoría Del triunfo de La Santa Liga*, gravado no mesmo ano por Andrea Marelli em Roma. Também na Monarquia Católica, elaboraram-se ambos os tipos de imagens, nas seis telas que Felipe II teria encomendado ao pintor Luca Cambiaso sobre Lepanto para El Escorial com cenas de vitória espanholas decisivas e que proclamavam o papel da guerra como um instrumento de poder⁵. Em Veneza, organizou um concurso, em que o pintor Paolo Veronese foi o vencedor, para a realização de uma grande tela destinada à Sala do Colégio, no Palácio Ducal⁶. Estampas e gravados constituíram a forma mais eficaz em difundir e fazer propaganda do acontecimento. Numerosas séries de gravuras foram impressas nos Países Baixos e na Península Itálica, como a de G. B Cavalleriis *La Batalla de Lepanto* (Madri, Biblioteca Nacional)⁷, Roma [1572]. Na qualidade de principal aliado da Santa Liga, era de se esperar que Felipe II superasse ao papado e Veneza nas celebrações e comemorações da vitória.

O avanço otomano sobre o Mediterrâneo e o leste europeu só encontrava capacidade de oposição com contundência frente à Casa de Áustria no século XVI. E, de todos os Estados mediterrâneos, era a Monarquia Católica a que apresentava a possibilidade de maior contenção aos ataques otomanos, mesmo que inferior na sua organização e recursos diante do império turco (ELLIOTT, 2002, p. 177). A mesma Monarquia Católica forjada na guerra contra o islamismo durante os séculos da Reconquista e único estado europeu que possuía um número considerável de população convertida de forma controversa ao cristianismo, os mouriscos. Além disso, a estabilidade de rotas vitais da Monarquia Católica, que uniam os territórios da Península Ibérica aos domínios italianos, via-se ameaçada pela aliança entre Constantinopla e os corsários do norte da África.

Em 1560, uma armada de 50 galeras italianas foi derrotada em Djerba (Tripoli) por uma armada turca. Nesse momento, Felipe II se convenceu de que era preciso constituir uma grande armada de galeras que pudesse resistir ao poder naval otomano. O acontecimento demonstrou com bastante clareza que o império otomano desfrutava, então, da supremacia naval do mar Mediterrâneo. Apesar do investimento na defesa marítima da costa de suas possessões no Mediterrâneo, a Monarquia Católica continuava a depender fortemente do auxílio de Estados aliados, como Gênova.

Diante dos problemas financeiros e do aumento dos distúrbios nos Países Baixos, que se acentuavam desde 1566, Felipe II mostrou-se prudente durante a segunda metade da década de 1560 ao evitar um conflito direto com o império otomano. Em 1567, os esforços foram destinados para a preparação da marcha do duque de Alba aos territórios ao norte (PARKER, 2006). Os êxitos protestantes apresentados no norte da Europa causavam profundo desconforto ao governo do rei espanhol, mas não seria possível baixar a guarda sobre o Mediterrâneo, desviando recursos para o norte, deixando os territórios italianos vulneráveis a uma investida turca.

O ano de 1568 ficaria marcado como *annus horribilis*, do ponto de vista pessoal e político, para o monarca espanhol, provavelmente o mais trágico de seu reinado. Em julho, morria seu único filho e herdeiro, o príncipe Dom Carlos, e em outubro do mesmo ano falecia a rainha Isabel Valois, em um parto prematuro de uma menina que também não sobreviveu⁸. O *annus horribilis* terminaria com mais uma adversidade: o levante dos mouriscos de Granada na noite de Natal de 1568, que durou até a rendição dos revoltosos em maio de 1570⁹.

Felipe II, com 41 anos, encontrava-se sem herdeiro masculino e sem esposa. Suas duas filhas, Isabel e Catalina Micaela, do casamento com Isabel de Valois, tinham apenas dois e um ano de idade, respectivamente, e tornava-se urgente um novo matrimônio para garantir sua descendência com um filho, apesar de não haver na Monarquia Católica uma proibição para a sucessão feminina ao trono. A escolhida para o quarto matrimônio de Felipe II foi sua sobrinha, Ana de Áustria¹⁰, que originalmente havia sido prometida para Dom Carlos.

No Oriente, o sultão vislumbrava a ilha de Chipre, domínio veneziano e um inconveniente posto avançado cristão no caminho vital de rotas marítimas otomanas entre Constantinopla e Alexandria. Sua conquista poderia ser essencial para o avanço otomano ao sul do Mediterrâneo (ELLIOTT, 2002, p. 186). A república de Veneza conseguia se manter neutra aos ataques otomanos contra suas ricas possessões marítimas graças a uma habilidosa diplomacia e uma aliança com oficiais franceses

junto ao sultão. Contudo, a instabilidade política e guerras civis no reino francês e a consequente diminuição da influência em Constantinopla acabou expondo a posição dos venezianos. Em 1569, o arsenal da Sereníssima explodiu, e as notícias que chegavam a Constantinopla indicavam que a maior parte da frota de Veneza estava destruída.

Parecia o momento ideal para o sultão pôr em ação uma nova investida sobre o Mediterrâneo e a ilha de Chipre. Além disso, a atenção e recursos espanhóis estavam forçados ao limite pelos conflitos nos Países Baixos e a revolta em Granada (*Idem*). A paz entre turcos e venezianos acabou em fevereiro de 1570, quando um emissário do sultão desembarcou na República exigindo a imediata entrega do domínio da ilha de Chipre. A opinião entre os senadores venezianos estava dividida e a rendição da ilha significaria o sacrifício de sua mais rica colônia, podendo levar a perda de outras. O ultimato foi rechaçado (MIRA CABALLOS, 2005, p. 169; RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 63).

Veneza precisava convencer Felipe II da importância de uma aliança contra os turcos e que os espanhóis superassem a falta de confiança com a Sereníssima. Leonardo Donà, embaixador veneziano, foi enviado à Península Ibérica para negociar com o rei espanhol um tratado de aliança militar. A hostilidade turca também foi a oportunidade que o papa Pio V estava aguardando para tecer a criação de uma Santa Liga para uma nova cruzada contra o islã. Dom Luis de Torres, funcionário espanhol a serviço do papa, foi enviado à Península Ibérica para pedir aos reis da Monarquia Católica e Portugal enviarem representantes a um congresso que seria celebrado em Roma para a realização de um acordo entre os príncipes católicos na organização de uma cruzada. Em abril de 1570, chegavam ao porto de Barcelona Donà e Torres, que haviam se encontrado em Gênova poucos dias antes de embarcarem. Durante a viagem, teriam conversado sobre a melhor forma de convencer Felipe II da importância da aliança (RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 61).

Os acontecimentos no sul da Península Ibérica contribuíram com inevitáveis consequências sobre possíveis rumos futuros de um conflito no Mediterrâneo e deram crédito aos olhos de Felipe II às insistentes advertências de Roma para a necessidade da criação de uma Santa Liga. O ingresso da Monarquia Católica na aliança com o papado e Veneza deveu-se às mudanças na postura interna e externa espanhola. O aparente êxito em 1570 da missão do duque de Alba em sufocar a revolta nos Países Baixos e o fim do conflito mourisco em Granada destacaram a grave ameaça que a fé cristã católica enfrentava diante da heresia e do islamismo. Além disso, o prestígio militar espanhol, que teve seu orgulho ferido devido à demora em acabar com a revolta em Granada,

recebeu novo golpe em janeiro de 1570, quando o rei corsário de Argel, Euldj Alí, aproveitando-se das dificuldades internas na Monarquia Católica, tomou de assalto Túnis, o estado títere de Felipe II. O papa aproveitou o momento para explorar e estimular o ânimo para a ideia de uma cruzada.

Segundo Rivero Rodríguez (*Idem*, p. 96), as negociações para a formação da Santa Liga estiveram marcadas por uma dupla contradição: a relutância espanhola em fazer parte de um projeto que somente satisfazia aos interesses do papado e Veneza; e a necessidade de participar da política pontifícia, para não se afastar dos benefícios que dependiam de Roma. Para Felipe II, era prioritário que a direção militar no projeto da Santa Liga tivesse um protagonismo espanhol, incluindo também objetivos de interesse estratégico mais amplo. A Santa Liga não deveria atuar apenas nos mares Adriático, Jônico e Egeu, fixando seus objetivos na recuperação da ilha de Chipre ou a conquista de Constantinopla e Jerusalém, mas também deveria incluir uma campanha no norte da África, contra Argel (*Idem*, p. 119).

Em julho de 1570, desembarcaram na ilha de Chipre os homens do exército otomano, ocupando rapidamente a maior parte do território, com exceção da fortaleza de Famagusta, que caiu em mãos turcas em 1º de agosto de 1571. A negociação para a conclusão da Santa Liga se arrastava entre a Monarquia Católica, papado e Veneza, devido a maliciosas suspeitas mútuas. Finalmente, em 20 de maio de 1571, a Santa Liga estava formada. Felipe II deveria contribuir com metade dos recursos, tropas e barcos, e Dom Juan de Áustria¹¹ foi designado o comandante-chefe da frota.

Reunida em Messina, na Sicília, a frota cristã era composta por cerca de 200 navios. Ali foi celebrada uma missa especial diante de boa parte da tripulação. Agitação, comoção, vibração e medo se mesclavam. Em carta escrita por Dom Juan de Áustria a Felipe II, em 16 de setembro de 1571 – dia da partida da armada para Corfu, ilha veneziana no mar Jônico –, dizia: “La gana que en esta armada hay de pelear es mucha y la confianza en los de vencer no menos. Hágalo Dios como El más se sirva...” (*Apud* VARGAS-HIDALGO, 2003, p. 767). Em 28 de setembro de 1571, Felipe II enviou uma carta a Sancho Padilla, embaixador espanhol em Gênova, pedindo que a grande armada de Dom Juan esperasse na Sicília uma estação mais apropriada para a partida (*Idem*, p. 768). Caso a ordem da carta tivesse chegado a tempo, ela mudaria rumos da história da batalha de Lepanto.

Em Corfu, a armada da Santa Liga soube que a frota otomana, sob o comando de Alí Paxá¹², encontrava-se ancorada fora de Lepanto, dentro do golfo de Corinto. O Conselho de Guerra da Santa Liga não entrava num acordo sobre a forma de abordagem

e existiam fortes riscos caso a armada cristã fosse buscar a frota turca para uma batalha. Finalmente foi decidido, de acordo com as ordens de Dom Juan, que a Santa Liga deveria iniciar o ataque (RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 161). Ao amanhecer do dia 7 de outubro de 1571, as duas frotas se avistaram na entrada do golfo de Patras. A esquadra turca era formada por aproximadamente 260 embarcações (RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 173; MIRA CABALLOS, 2005, p. 171). Os barcos de ambas as frotas se posicionaram frente a frente e o ataque foi deflagrado pelas galeras de Veneza (RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 174).

Durante a batalha, a capitania de Dom Juan se dirigiu diante a de Alí Paxá, até ser feita a abordagem. Após derrotarem Alí Paxá, a cabeça do almirante turco foi arrancada e cravada em uma lança na proa da embarcação e foi içada uma bandeira com a cruz no lugar do crescente (MIRA CABALLOS, 2005, p. 171-172). Após a morte de Alí Paxá, as esquadras turcas do centro e direita foram derrotadas; à esquerda, Uluk Alí conseguiu evadir e escapar com algumas embarcações¹³. Por volta das 4 horas da tarde de 7 de outubro, a batalha estava encerrada. Da armada turca, 130 embarcações caíram nas mãos dos cristãos, 85 foram afundadas e aproximadamente 30 mil homens morreram. Entre a Santa Liga, as perdas foram por volta de 20 embarcações e 8 mil homens, e cerca de 14 mil feridos, entre eles Miguel de Cervantes (RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 188-189).

A vitória de Lepanto demonstrou que o poder bélico otomano tinha suas limitações e fez a cristandade recobrar a confiança de que possuía recursos técnicos suficientes para manter a ameaça turca na fronteira. Lepanto foi celebrado como um grande triunfo em missas de ação de graça e com a profusa produção de imagens, medalhas e recordações que, provavelmente, desempenharam uma função muito mais eficaz do que a própria batalha. As consequências militares e políticas de Lepanto se apresentaram pouco relevantes. Como afirmava com sincera desilusão o nobre austríaco Hans Khevenhüller (*Apud* ELLIOTT, 2002, p. 191), os cristãos não conquistaram com Lepanto nem um só palmo de terra. Apesar da perda irreparável de sua qualificada força humana em Lepanto, o império otomano manteve sua solidez e recursos. Não houve paz nem trégua nas costas dos territórios espanhóis e italianos, onde corsários berberíscos e frotas turcas continuaram atacando e saqueando navios, portos e cidades.

A primeira capital que recebeu a notícia da vitória de Lepanto, levada em uma galera com despojos e bandeiras turcas (FENLON, 1991, p. 379), foi Veneza, doze dias após a batalha. Imediatamente, o feito foi celebrado na Praça de São Marcos¹⁴. Na Península Ibérica, a notícia chegou a Barcelona por volta do dia 27 de outubro, dando

início a uma rápida difusão pela circulação de poemas e louvores, manuscritos e impressos rapidamente. Festas, fogos de artifícios, procissões, missas, *te deums* e outras celebrações foram realizadas à medida que a notícia se espalhava. Felipe II teria recebido a informação entre o dia 29 e 31 de outubro, no Palácio Monastério Real de El Escorial (RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 260). O rei espanhol aguardava ansioso por relatos mais detalhados sobre o acontecimento, para tratar de forma adequada sobre como deveria ser realizada a recepção da vitória.

No dia 4 de dezembro de 1571, nascia o primeiro filho do matrimônio de Felipe II com Ana de Áustria. O nascimento do príncipe Fernando assegurava a sucessão do rei espanhol garantindo a continuidade dinástica. Rapidamente, vincularam-se os dois acontecimentos marcantes do mesmo ano à vontade divina. Foi dentro desse marco que Felipe II idealizou e propôs a pintor cadorino Ticiano Vecellio a realização da obra comemorativa conhecida atualmente como *Felipe II, después de la victoria de Lepanto*.

A iniciativa da composição do quadro *Felipe II, después de la victoria de Lepanto* partiu diretamente da corte espanhola. Segundo Falomir, a decisão teria sido do próprio monarca e iria implícita a sua concepção da obra como um ex-voto (FALOMIR, 2005, p. 155). Em meados do século XVII, Jusepe Martínez fez referência ao quadro como uma ideia concebida pelo pintor Alonso Sánchez Coello, que teria enviado a Ticiano um retrato em tela do rei e um esboço da composição:

Mandóle de nuevo al Tiziano que le hiciera un cuadro de la misma grandeza de aquel que había hecho para el invictísimo Carlos V, suo amado padre, á caballo, y armado de todas armas, y en él pintase lo que por un diseño le remitiría. Mandó S.M. llamar a Alonso Sánchez, comunicándole su intento, y como había de hacer el diseño para enviarlo a Tiziano; y aunque se excusó todo lo posible nuestro Alonso Sánchez (con su acostumbrada modestia), hubo de obedecer, haciendo lo que S. M. le mandó de esta manera: S. M. retratado en pié, ofreciendo al cielo a su hijo primogénito, alzando los brazos: en la parte de arriba hay un ángel volando, que le presenta palma y corona, y abajo se descubre un país con unos moros postrados en tierra. Hecho esto, le mandó S.M. le retratara en acto de mirar arriba, algo retirado: hízolo así nuestro Alonso Sánchez, en un lienzo de poco más de tres palmos; mas la cabeza de la grandeza natural. Salió con excelencia y á gusto, no solo de S.M., sino de todo entendido: remitióse a Venecia, y visto del Tiziano la cabeza y dibujo, escribió a S.M. que pues tenía pintor tan excelente, no tenía necesidad de pinturas ajenas; respondióle que así creía; pero que se daría por bien servido lo hiciese de su mano, como lo hizo así (*Apud* GALLEGO, 1988, p. 204-206).

Colabora para esse relato um “dibujo de un triumph del Sr. Rey D. Phelipe el II” que aparece no inventário do filho de Sánchez Coello após a morte do pintor em 1623 (BORJA DE SAN ROMAN, 1928, p. 62). Porém, Checa Cremades (2003, p. 22)

acredita que a influência do programa iconográfico idealizado por Sánchez Coello é, de certa forma, exagerada por parte de Martínez, mas o envio dessas provavelmente devem ter incomodado o velho pintor cadorino que, ao que parece, mandou uma resposta, se acreditarmos no relato citado, carregada de ironia.

A pintura da obra teve início, provavelmente, em 1572, pois em 9 de março de 1573 já estaria relativamente avançada sua produção para que Agatone, agente de Guiobaldo Della Rovere em Veneza, encomendasse uma réplica (GRONAU *Apud* FALOMIR, 2005, p. 153. Nota 13). A ordem de pagamento foi dada em setembro de 1575 (PANOSFKY, 2003, p. 84). Denominada em uma carta de Ticiano a Antonio Pérez como “la batalla”, o secretário real de Felipe II também teria em sua coleção pessoal uma cópia da obra.

“La batalla” foi uma das três telas de Ticiano enviadas a Felipe II em 1575 por Diego de Guzmán de Silva, embaixador espanhol em Veneza. Guzmán faz referência à tela como “la gran Victoria que se hubo contra la armada del Turco” (*Idem*, p. 422). As circunstâncias em que ocorreram a encomenda de *Felipe II, después de la victoria de Lepanto* proporcionaram a chegada à corte espanhola de obras de similares características procedentes da Sereníssima. No meio pictórico veneziano, o pedido de uma obra de tais características foi interpretado como indício de uma mudança no gosto da monarquia hispânica, mais aberta à inclusão de elementos alegóricos na celebração de seus titulares, estilo que até então havia se mostrado reticente. Acreditando no novo interesse de Felipe II por alegorias, Ticiano enviou *La Religión socorrida por España* (Madri, Museu do Prado) [Figura 2], além do *San Jerónimo* (El Escorial). Ao mesmo tempo, o pintor Michele Parrasio enviava sua obra *Alegoria del nacimiento del Infante Don Fernando*¹⁵ (Madri, Museu do Prado) [Figura 3].

Figura 2 - Ticiano. La religión socorrida por España.



Fonte: Madri, Museu do Prado. 1572-1575. Óleo sobre tela. 168 cm x 168 cm.¹⁶

Figura 3 - Michele Parrasio. Alegoria del nacimiento del Infante Don Fernando.

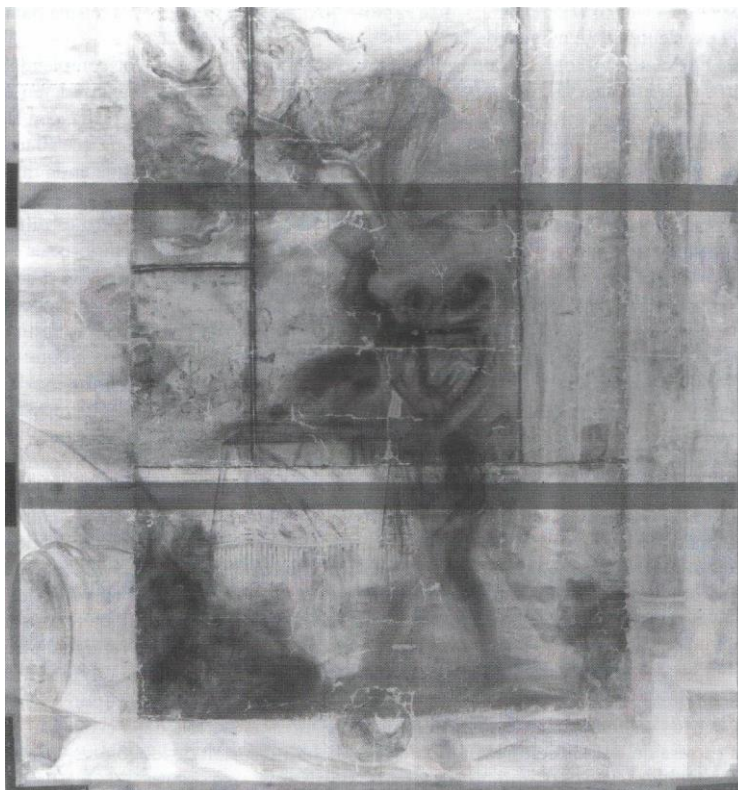


Fonte: Madri, Museu do Prado. c. 1575. Óleo sobre tela. 182 cm x 223 cm.¹⁷

Tal como se conserva atualmente, a pintura está alterada por uma restauração e uma ampliação realizadas em 1625. Uma ordem de pagamento emitida em 24 de dezembro de 1625 ao pintor Vicente Carducho solicitava o restauro e ampliação da obra (MORENO VILLA, 1933, p. 113 e ss) para coincidir com o tamanho de outra pintura de Ticiano, *Carlos V a cavalo em Mühlberg* [1548] (Madri, Museu do Prado) e adaptar seu tamanho ao Salão Novo, futuro Salão dos Espelhos do Real Alcázar de Madri, para onde foi destinada por Felipe IV (CHECA CREMADES, 2003, p. 22). Na parte inferior da tela, foi incluída uma faixa de 30 cm abaixo do pé esquerdo de Felipe II; na superior, uma faixa de aproximadamente 20 cm acima do pé da figura no alto da composição; e outras duas com cerca de 50 cm em cada lado.

Um exame radiográfico da obra [Figura 5] torna, em princípio, sua análise ainda mais complexa. A parte central da pintura, na qual não há dúvidas de que foi realizada no ateliê de Ticiano, é composta por três telas cosidas: a maior, à direita, com as figuras de Felipe II, o bebê Dom Fernando e a maior parte da figura no alto da tela; outras duas faixas mais estreitas que compreendem a parte superior esquerda e direita do centro da composição; e outra faixa mais larga na parte inferior, onde estão a figura do turco ao chão, a parte inferior da mesa, as pernas do rei e o cachorro.

Figura 4 - Ticiano. Detalhe da radiografia. Felipe II, después de la victoria de Lepanto.¹⁸



De acordo com Checa Cremades (2003, p. 24), as faixas da parte superior esquerda e direita seriam da ampliação de Carducho. Levantando a hipótese a partir de uma cópia existente na Galleria Colonna de Roma, mencionada no século XVII, em que consistia apenas a parte central da obra, podendo ser a mencionada cópia de Agonte e considerada perdida por Wethey (1971, p. 132-133).

Devido à delimitação de nossa problemática, a produção artística do quadro comemorativo em conexão com os acontecimentos políticos da vitória de Lepanto e o nascimento do infante Dom Fernando, nosso foco interpretativo será sobre os elementos que fariam parte da composição “original” da pintura, ou seja, sem nos atermos àqueles que compõem a ampliação realizada na obra [Figura 5].

A cena apresentada na obra de *Felipe II, después de la victoria de Lepanto* transcorre em um ambiente semelhante a uma varanda diante do mar ao fundo, com o chão ladrilhado de motivos geométricos, que ajudam a compor a sensação de profundidade em perspectiva à pintura. À direita, a cena é limitada por uma colunata e no plano ao fundo por uma balaustrada.

Em primeiro plano, no canto inferior esquerdo, destaca-se a presença de um homem prostrado e descalço, com o torso nu e o rosto baixo, virado para a direita. No

canto inferior direito, vemos a figura de um cão apoiando suas patas dianteiras sobre a base de uma das colunas e com a cabeça voltada para trás à esquerda.

Figura 5 - Ticiano. Felipe II, después de la victoria de Lepanto, ofreciendo al cielo al infante Don Fernando.



Fonte: Madri. Museu do Prado. 1572-1575. Óleo sobre tela. 309 x 204 cm (sem ampliação).¹⁹.

Ao centro, o foco principal da composição é protagonizado pela representação de dois momentos. O primeiro com a figura de Felipe II de corpo inteiro, vestindo botas de cano alto até os joelhos, calças vermelhas e armadura de meio corpo em tom escuro, levando na altura dos quadris uma espada na bainha com seu punho dourado, e, em volta de seu pescoço, o colar dourado da ordem do Tosão de Ouro. Em posição central na composição, observamos também a figura de um bebê sustentada pelas mãos de Felipe II acima de uma mesa quadrada e base de sustentação oval coberta por um tecido vermelho de textura aveludada, como percebemos pelos diferentes tons de sombras e

relevos, e bordado com detalhes florais e geométricos, além de franjas em tons dourados. Ainda na parte central do quadro, em último plano, observamos ao fundo uma cena com embarcações marítimas envoltas em densa fumaça. As linhas mestras da composição confluem ao seu centro na figura do herdeiro, situado na mesma altura que a magnífica imagem da batalha.

Na parte superior da tela, uma figura em atrevido escorço, como descendo dos céus de cabeça para baixo, túnica clara, cabelos compridos esvoaçantes e asas leva na mão esquerda uma coroa de laurel e, na direita, uma palma com a seguinte inscrição: *MAIORA TIBI*.

Apesar de Ticiano provavelmente ter se dedicado às recomendações ao esboço enviado de Madri, como destaca Falomir (2005, p. 158), não existia dentro da tradição pictórica hispânica precedentes semelhantes ao de *Felipe II, después de la victoria de Lepanto*. Tradicionalmente se sugeriu que as influências pictóricas para a obra podem ter vindo da arte efêmera, especificamente aquelas produzidas com o motivo da entrada triunfal de Ana de Áustria em Madri, em 1570, na ocasião de seu matrimônio com Felipe II²⁰, cujo programa iconográfico foi concebido com a participação de Alonso Sánchez Coello e Juan López de Hoyos, *Real aparato y suntuoso recibimiento de Madrid a Ana de Austria* [1572], publicado em Madri.

Uma nova abordagem interpretativa de alguns elementos pictóricos da obra de Ticiano foi apresentada por Mulcahy (2006, p. 10). Dentro do contexto das festas públicas que foram celebradas conjuntamente aos dois acontecimentos comemorados no quadro, Mulcahy analisa detalhes da pintura fazendo uso de uma fonte contemporânea, o relato *Relación de las Sumptuosas y rica fiestas, que la insigne ciudad de Sevilla hizo, por el felice nacimiento del príncipe nuestro señor. Y por el vencimiento de la batalla naval, que el sereníssimo de Austria ovo, contra la armada del Turco* (Biblioteca Nacional de Madri, R/22848, Micro 3439), referente às celebrações realizadas em Sevilha e publicado em 1572. A partir desse documento, Mulcahy destaca a capacidade inventiva e a sofisticação da cultura andaluza.

A notícia do nascimento do infante Dom Fernando chegou à cidade de Sevilha em 8 de dezembro. No mesmo dia, foi celebrado um *Te Deum* solene na catedral, seguido da queima de fogos de artifício. Em 5 de janeiro de 1572, véspera do Dia dos Reis, novas festividades suntuosas, combinando a vitória de Lepanto e o novo herdeiro, celebravam a estabilidade e continuidade da monarquia como fonte de paz e prosperidade foram celebradas (MULCAHY, 2006, p. 10).

Na *Relación de Sumptuosas y rica fiestas*, encontramos a descrição da festividade que incluía diante de um carro alegórico, adornado com despojos de guerras e “muchas cabeças de turcos y moros”, a representação de quatro virtudes: Fortaleza, Justiça, Temperança e Prudência, ricamente enfeitadas. No centro do carro, elevado em uma coluna dourada, com sua mão direita no alto em sinal de triunfo, figurava uma representação do infante Dom Fernando, coroado por três figuras: a Gloria (uma coroa de laurel), a Vitória (uma palma) e a Ciência (um livro) (*Idem*, p.10-12).

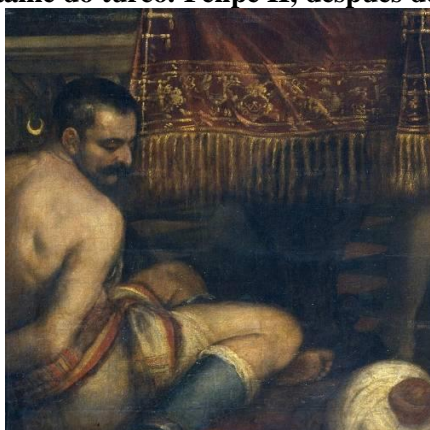
Como sugere Mulcahy (*Idem*, p. 12.), no quadro de Ticiano, o pintor combinou a Gloria e a Vitória em uma só figura, utilizando também a coluna como um importante elemento em sua composição. Na parte detrás do carro triunfal, seguiam muitos prisioneiros turcos encabeçados por dois generais vencidos. Na pintura de Ticiano, o prisioneiro turco [Imagem 6] aparece retratado não como um tirano vencido, senão como uma nobre e melancólica figura, segundo Mulcahy, que relaciona o ânimo representado pelo pintor guardando relação com o verso de um letreiro que carregava um dos generais turcos:

Preso em la grande Victoria
Donde a Lepanto el mar Baña
Tropheo del de Austria y gloria
Soy en los fines de España
Y aunque es terrible la pena
Desde mi grave dolor
En más áspera cadena
Me tiene preso el amor.

(*Relación de las Sumptuosas y rica fiestas* f. 41 *apud*
MULCAHY, 2006, p. 12)

José Moreno Villa, em seu estudo sobre a pintura de Ticiano (MORENO VILLA, 1933, p. 133-116), afirma que a figura do turco teria sido incluída após a ampliação de Carducho, uma ideia que foi aceita inclusive por Panofsky (2003, p. 84). Porém, como Wethey (1971, p. 132-133) ressalta, a personagem do turco já devia estar presente no original enviado por Ticiano, pois encontra-se descrita pelo próprio Carducho em inventário datado entre 1614-1617, quando o quadro deu entrada no Palácio de El Pardo, onde estava exposto no Salão Novo, nos tempos de Felipe III:

Figura 6 - Ticiano. Detalhe do turco. Felipe II, después de la victoria de Lepanto.



Y en un quadro grande el del Rey Felipe Segundo en pie, ofreciendo al Príncipe Don Fernando, que le nacio en 1571 que fue el de la grande victoria Naval, que se tuvo del gran Selin segundo, y Ochiali en Lepanto: a cuyo fin se pinto este Geroglifico, por aver sido estimado aquel año, en que tuvo España sucesor, no lo teniendo, y por tan gloriosa vitoria de tan poderoso enemigo; y así estan aquellos turcos aherrojados a los pies, y aquel Angel que baxa del cielo com una palma, y dize el mote, *Maiora Tibi*: y en lexos la misma batalla excelentemente manchada... (*apud* CARDUCHO [1633] In: CALVO SERRALLER, 1979, p. 434-435)

A presença de um cativo turco já havia sido representada em outra obra de Ticiano, o retábulo díptico *Pala Pesaro* (Veneza, Santa Maria Gloriosa dei Frari) [Figura 7], óleo sobre tela de 1519-1526. Na pintura encomendada por Jacopo Pesado, Bispo de Paphos (Chipre), destinado ao altar da Basílica de Santa Maria Gloriosa dei Frari, como agradecimento pela vitória da Batalha de Santa Maura (1502), travada, assim como em Lepanto, contra o inimigo turco. A personagem do inimigo turco com turbante

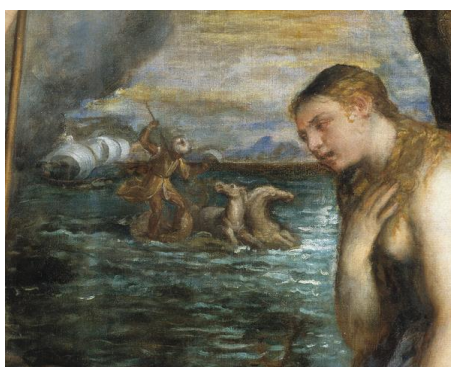
Figura 7 - Ticiano. Pala Pesaro. (Detalhe do turco).



Fonte: Santa Maria Gloriosa dei Frari, Veneza. c. 1519-1526. Óleo sobre tela, 478 cm x 268 cm.²¹

também é apresentada em outra alegoria de temática religiosa enviada por Ticiano para Felipe II junto com o quadro da batalha de Lepanto. Trata-se da obra *La religión socorrida por España* [Figura 2], onde podemos observar a figura de uma mulher desnuda cercada por serpentes, símbolo das heresias, enquanto uma segunda figura feminina, portando escudo com o brasão de armas de Felipe II, vem diante de um exército. Ao centro da pintura, no plano ao fundo, uma figura de turbante sobre uma composição de cavalos no mar faz referência ao poder naval do inimigo turco [Figura 8] (MULCAHY, 2006, p. 7).

Figura 8 - Ticiano. Detalhe da figura de turbante sobre uma composição de cavalos ao mar de *La religión socorrida por España*.



Apesar de ter sido denominada como “la batalla” pelo próprio Ticiano, e constantemente referenciada em outros documentos pelo tema de Lepanto, o foco principal da obra não está na representação do enfrentamento naval entre a frota turca e a da Santa Liga, localizada em último plano no centro da pintura [Figura 9]. É na figura do infante Dom Fernando que está centrada a pintura, e, conseqüentemente, na garantia que o nascimento da criança assegurava para a linha sucessória da Casa de Áustria no trono espanhol.

Figura 9 - Ticiano. Detalhe da batalha. Felipe II, después de la victoria de Lepanto.



A vitória de Lepanto e o nascimento de Dom Fernando no mesmo ano foram considerados dons divinos no círculo próximo a Felipe II, como faz referência uma carta

enviada em 21 de dezembro de 1571 por Luis de Requensens, governador de Milão, a Sancho Padilla:

... la gran merced que Dios nos a hecho a todos los vasallos de S.M. en darnos príncipe de que tanta necesidad tenían todos sus reinos. Bendito sea Dios por ello, que buenas dos nuevas han sido en breve tiempo, la del nacimiento y de la victoria pasada (*Apud FALOMIR, 2005, p. 153*).

A postura de Felipe II, elevando seu herdeiro, foi destacada por Panosky (2003, p. 85). A fórmula já era conhecida, ao menos por três séculos, em ilustrações frequentes do *ad te levavi* em diversos livros litúrgicos, missais e saltérios [Figura 10 e 11]. Neles, o versículo inicial do salmo 24, *ad te domine, levavi animam meam* (“a ti, Senhor, elevo minha alma”), encontra-se frequentemente ilustrado pela figura de um sacerdote diante de um altar elevando uma criança pequena e desnuda, simbolizando sua alma, em direção aos céus e a imagem de Deus. A ideia de “elear” um príncipe recém-nascido, segundo Panofsky (*Idem*), seria pouco frequente, o que supõe que pode ter sido uma sugestão consciente do programa pictórico elaborado por Madri e enviado a Ticiano.

Figura 10 - Desconhecido. Iluminura em manuscrito holandês (Detalhe). c. 1300-1320. Pigmento à base de água e ouro em pergaminho.²²



Figura 11 - Luçon Mestre. Pontifical-missal d'Étienne Loypeau, évêque de Luçon à destination de Jean de Berry Ad Te Levavi (Detalhe).



Fonte: Biblioteca Nacional da França, Paris. Iluminura em pergaminho. c. 1405.²³

O rosto do rei espanhol aparece praticamente de perfil, tipologia pouco usual nos retratos do monarca e nos de Ticiano, mas utilizado frequentemente na retratística, principalmente pelo seu “sentido clássico”, ao fazer referência ao perfil de imperadores em moedas da Antiguidade.

A atmosfera litúrgica da pintura nos permite compreender por que se descreve a figura alada que desce dos céus em um prodigioso escorço, carregando nas mãos um laurel e uma palma – símbolos habituais da vitória e da fé cristã – como um “anjo”, em vez de uma alegoria da “Vitória” [Figura 12]. A inscrição que a figura entrega na mão de Dom Fernando diz *MAIORA TIBI*, “maiores triunfos te esperam”, aludindo à continuidade dinástica de Felipe II e projetando ao seu herdeiro alcançar mais conquistas. O rei não proclama a vitória para ele, senão para a sua dinastia. E, obviamente, a vitória é um presente dos céus. Panofsky (2007, p. 195, Nota 8) destaca que a inscrição não é um *motto* ou um *titulus*, mas um elemento que integra a própria pintura, desempenhando um significado semelhante à *AVE MARIA* do Anjo Gabriel nas representações da Anunciação. Na tela, também podemos observar outra inscrição, a assinatura *TITIANUS VECELLIUS EQVES. CAES. FECIT*, em um pergaminho colado sobre uma das colunas do cenário.

Figura 12 - Ticiano. Detalhe da inscrição. Felipe II, después de la victoria de Lepanto



É bem provável que a inclusão do “anjo” tenha sido imposta por Madri, mas seu vertiginoso (mesmo que de pouca qualidade técnica) escorço foi de responsabilidade de Ticiano [Figura 13]. Pallucchini (1969, p. 194) apontou um tom “tintoretiano” ao escorço [Figura 14], que seria pouco usual nas pinturas do cadorino. Esse detalhe fez

com que Falomir (2005, p. 157) levantasse a hipótese de que até que ponto *Felipe II, después de la victoria de Lepanto*, não teria sido uma resposta de Ticiano ao seu principal rival veneziano, Jacopo Tintoretto, que havia recebido do Conselho dos Dez a encomenda de pintar para a Sala da Livraria um quadro comemorativo de Lepanto, entregue em 1573, mas que se perdeu num incêndio do Palácio Ducal em 1577.

Figura 13 - Ticiano. Detalhe do escorço. Felipe II, después de la victoria de Lepanto.



Figura 14 - Jacobo Tintoretto. Milagre de São Marcos libertando o escravo.



Fonte: Gallerie dell'Accademia, Veneza. c. 1548. Óleo sobre tela, 416 cm x 544 cm.²⁴

Entretanto, o escorço, às vezes mais ousado e em outras menos, de forma alguma era uma novidade ou um recurso pouco recorrente nas pinturas de Ticiano, como podemos observar em obras como: *Caim e Abel* [Figura 15]; *Perseu e Andrômeda* [Figura 16]; *O rapto de Europa* [Figura 17]; *Tício* [Figura 18]; entre outras.

Figura 15 - Ticiano. Caim e Abel.



Fonte: Santa Maria della Salute, Veneza. 1542-1544. Óleo sobre tela. 298 cm x 282 cm.²⁵

Figura 16 - Ticiano. Perseu e Andrômeda.



Fonte: Wallace Collection, Londres. 1554-1556. Óleo sobre tela. 185 cm x 199 cm.²⁶

Figura 17 - Ticiano. O rapto de Europa.



Fonte: Isabella Stewart Gardner Museum, Boston. 1559-1562. Óleo sobre tela. 185 cm x 205 cm.²⁷

Figura 18 - Ticiano. Ticio.



Fonte: Museu Nacional do Prado, Madri. c. 1565. Óleo sobre tela. 253 cm x 217 cm.²⁸

O “estilo espanhol” da composição da alegoria fica mais evidente quando comparamos com as tradicionais pinturas votivas realizadas por Veneza. Nas obras realizadas para a Sereníssima, o Dux aparece invariavelmente ajoelhado diante da Virgem e do Menino Jesus, acompanhado por santos e figuras alegóricas, como na obra de Paolo Veronese (c. 1577-1578) [Figura 19], na qual o Dux Sebastião Venier é representado entre São Marcos e Santa Justina, acompanhados das alegorias da Fé e de Veneza, agradecendo ao Senhor pela vitória de Lepanto (Veneza, Sala do Colégio do Palácio Ducal).

Figura 19 - Paolo Veronese. Retrato votivo do Dux Sebastiano Vernier



Fonte: Palácio Ducal, Veneza. c. 1582-1583. Óleo sobre tela, 285cm x 565 cm.²⁹

Como destaca Falomir (2005, pp. 156), é possível pensar que as diferenças compositivas entre as telas de Veronese e Ticiano traduzem distintas percepções de poder. Felipe II, como monarca, se erige único agente da providência divina, com a que estabelece uma relação vedada a terceiros, da qual faz parte somente sua dinastia na figura do herdeiro, em uma atitude agradecida, mas de modo algum passiva. Enquanto o

Dux possui um protagonismo lógico, mas como “príncipe eleito” de uma república, o tem enquanto encarnação do Estado, o que explica a aparição de figuras alegóricas de Veneza e dos santos protetores da Sereníssima.

As críticas contemporâneas às qualidades técnica e estética do quadro não eram compartilhadas nos séculos XVI e XVII. Cassiano dal Pozzo, erudito mecenas italiano, chegou a qualificar o quadro de Ticiano como “stupendissimo e grande e straordinario”, em 1626 (*Idem*, p. 158). Testemunho de sua popularidade são as réplicas e variações conservadas e documentadas. Uma das cópias teria sido encomendada para o duque Guiobaldo II de Urbino, pelo seu agente em Veneza, após ver o quadro no ateliê de Ticiano em maio de 1573, e outra pelo secretário espanhol de Felipe II, Antonio Pérez.

A localização do quadro após ser recebido na corte espanhola ainda permanece difícil de definir. É preciso ter consciência de que o significado de uma pintura não está dado simplesmente por sua representação, podendo alterar-se ou reforçar-se segundo as condições de sua exibição.

Em 1575, quando recebeu o quadro, as prioridades de Felipe II haviam mudado. Após 1573, Veneza cedeu a ilha de Chipre aos turcos em troca da paz. O foco de atenção espanhol se afastava do Mediterrâneo, centrando-se no norte da Europa. A ameaça que representava o Islã e o império otomano começava a ocupar um segundo plano diante dos desafios da heresia protestante nos Países Baixos, Inglaterra e França.

Ticiano, por quem Felipe II tinha sincera admiração, faleceu em 24 agosto de 1576 em Veneza. Dois anos depois, a tragédia da perda de seu sucessor voltava a abater Felipe II. Em 18 de outubro de 1578, morria Dom Fernando, com apenas 6 anos. A pintura talvez tenha se convertido em uma dolorosa recordação de esperanças que foram perdidas. A tranquilidade de uma descendência masculina não foi concedida a Felipe II senão no final de seu reinado, quando nasceu o príncipe Dom Felipe (1578), que conseguiu superar as doenças infantis e pode ser considerado um herdeiro seguro, tornando-se o futuro Felipe III.

A única referência à localização do quadro está no inventário *post mortem* de Felipe II, produzido em 1600, que situa na “Quinta pieza de la Casa del Tesoro” os dois mais preciosos e emblemáticos quadros do ramo espanhol da Casa de Áustria: *Felipe II, después de la victoria de Lepanto* e *Carlos V a cavalo em Mühlberg*, ambos de Ticiano (*Idem*, p. 164). Gerard-Powell (1998, p. 339), surpreso com a localização modesta para os quadros, um edifício junto ao Alcázar de Madri, que servia de moradia aos artistas da corte, levantou a hipótese de que as pinturas estariam ali de forma provisória após a corte ser transferida para Valladolid, entre 1601 e 1606. Contudo, Falomir (2005, p.

164) descarta a hipótese ao afirmar que isso não explicaria por que essas e não outras pinturas foram depositadas ali, além do fato de a distribuição de obras na Casa do Tesouro não ser tão aleatória como poderia se esperar de uma mudança momentânea. Outras obras que celebravam a continuidade dinástica, os domínios territoriais e os sucessos dos reinados encontravam-se reunidas, mesmo que outras pinturas carecessem de relação com estas também (*Idem*, 164-165).

Considerações finais

Apesar de a pintura ser reconhecida nos textos modernos muitas vezes como *Alegoría de la batalla de Lepanto*, não se trata de uma pintura que destaque o acontecimento bélico. A batalha, *de facto*, é representada em último plano, eclipsada por uma série de elementos carregados de simbolismo dinástico e religioso em sua composição. O caráter votivo do quadro explica tanto o todo quanto as partes. A atitude de oferta do monarca, associada às imagens medievais e litúrgicas de *Ad te levavi*, a mesa coberta com veludo como se fosse um altar e inclusive o turco acorrentado com os despojos da guerra, constituem o cenário de uma graça e oferenda divina.

Felipe II, después de la victoria de Lepanto é um raro exemplo de quadro do gênero alegórico do monarca espanhol. Nesse caso, alegoria é uma expressão pictórica que convida o observador a buscar compreender um significado geral e abstrato a partir de uma figuração de um fato ou situação. No gênero alegórico, cada elemento pode personificar um sentido simbólico em seus detalhes. Essa tipologia não era muito apreciada ou difundida na Monarquia Católica da época, como podemos observar no exemplo de outro quadro realizado por Ticiano, *Carlos V a cavalo em Mühlberg* (Madri, Museu do Prado). O gosto estético dos Habsburgo espanhóis tradicionalmente preferia retratos com uma maior discricção na hora de celebrar acontecimentos bélicos.

A ausência do esboço enviado pela corte espanhola, citado por Martínez, resulta difícil discernir quanto de Sánchez Coello e quanto de Ticiano há na pintura. É evidente que Ticiano deve ter aproveitado o retrato da cabeça de Felipe II, a quem não via desde 1551 e que apresenta uma fisionomia de acordo com seus 44 anos, como podemos observar em outros retratos do mesmo período. De qualquer forma, Ticiano conseguiu compor de forma muito eficaz dois acontecimentos que, em realidade, nada tinham a ver entre si, mas que são trabalhados de uma forma que cumpre sua função retórica em um momento triunfal da Monarquia Católica de Felipe II.

A compreensão de uma pintura como *Felipe II, después de la victoria de Lepanto* está mediada por diversas circunstâncias que reforçam, diluem ou modificam seu sentido inicial. Sua excepcionalidade pressupõe maior cuidado ao analisarmos sua composição e atribuímos significados. Felipe II parece ter se envolvido de forma muito próxima na concepção da encomenda que fez a Ticiano, delimitações que podem ter influenciado também na criatividade do artista. Outro ponto importante se refere à eficácia da imagem. Parece claro que no programa pictórico não foi muito eficaz na clareza com relação à alegoria apresentada, inclusive entre letrados como Carducho houve ambiguidade na interpretação da figura alada no quadro, entendida como um “anjo”.

Diferentemente de sua tia, Maria da Hungria, em sintonia com seu pai, Carlos V, antes de 1571, Felipe não se serviu de Ticiano como apologista da Casa de Áustria, e, inclusive, desestimulou propostas suas em tal sentido, como a estudada em 22 de abril de 1560 relativa a uma série de pinturas celebrando as vitórias de Carlos V (CLOULAS, 1967, p. 244; FALOMIR, 2003, p. 246). Contudo, após Lepanto, Felipe achou oportuno recorrer ao pintor para comemorar o triunfo. Isso se deveu à magnitude da vitória, principalmente em sua eficácia simbólica como forma de propaganda e legitimação de suas ações na defesa de seus súditos e da fé. Além de outros fatores, como a necessidade de emular Veneza e o papado, mais célebres em projetar visualmente sua participação.

O resultado final da pintura, tal como hoje podemos contemplá-la no Museu do Prado, é o resultado de uma complexa história, desde a idealização do programa pictórico ao envio do quadro, a incógnita sobre sua localização na época, e o processo de restauro e ampliação. Nesse caso, os meios técnicos a serviço da história da arte puderam auxiliar, com a escassa documentação disponível, o esclarecimento de algumas questões.

Referências

- BAXANDALL, Michel. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. O ofício do historiador. Vol. 23, n. 45, ANPUH, 2003. p. 11-36.
- BORJA DE SAN ROMAN, Francisco de. *Alonso Sánchez Coello, ilustraciones a su biografía*. Lisboa: Amigos do Museu de Arte Antiga, 1928.
- BURKE, Peter. *Visto y no visto: El uso de la imagen como documento histórico*. Barcelona: Crítica, 2001.
- CARDUCHO, Vicente. *Diálogos de la pintura. Su defensa, origen, esencia, definicion, modos y diferencias [1633]*. CALVO SERRALLER, F. (Ed.). Madrid: Turner, 1979.

- CHECA CREMADES, Fernando. Prólogo. In: PANOFISKY, Erwin. *Tiziano*. Problemas de iconografía. Madrid: Akal, 2003.
- CLOULAS, Annie. Documents concernant Titien conserves aux Archives de Simancas. *Mélanges de La Casa de Velázquez*, III, 1967.
- ELKINS, James. *Visual culture: a sceptical introduction*. Londres: Routledge, 2003.
- ELLIOTT, John. *La Europa dividida (1559-1598)*. Barcelona: Crítica, 2002.
- FALOMIR, Miguel. Tiziano. Alegoría, política, religión. In: VVAA. *Tiziano y el legado veneciano*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2005.
- FALOMIR, Miguel. (Ed.). *Tiziano*. Madrid: Museo Nacional del Prado, 2003.
- FERNIE, Eric. *Art History and Its Methods*. Londres: Phaidon Press, 1995.
- FLETCHER, Jennifer. La vrai ressemble. Les portraits de Titien. In: POMMIER, E.; CASTELNUOVO, E.; PAOLUCCI, A. (Org.). *Titien*. Le pouvoir en face. Paris: Skira, 2006.
- GERARD-POWELL, Véronique. La decoración del Alcázar de Madrid y el ceremonial en tiempos de Felipe II. In: VVAA. *Felipe II y el arte de su tiempo*. Madrid: Argenteria, 1998.
- GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (sécs. XVI-XVIII)*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.
- HOWELLS, Richard. *Visual culture*. Cambridge: Polity, 2003.
- MANCINI, Matteo. El mundo de la corte entre Felipe II y Tiziano: cartas y pinturas. In: CHECA CREMADES, Fernando (Dir.). *Felipe II, un monarca y su época*. Madrid: Museo Nacional del Prado, 1998.
- MARTÍNEZ, Jusepe. *Discursos practicables del nobilísimo arte de la pintura [1675]*. GALLEGO, Julián. (Ed.). Madrid: Akal, 1988.
- MIRA CABALLOS, Esteban. *Las armadas imperiales*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.
- MORENO VILLA, José. Cómo son y cómo eran unos Tizianos del Prado. *Archivo Español de arte y arqueología*. Madrid, IX, 1933.
- PALLUCCHINI, Rodolfo. *Tiziano e il manierismo europeo*. Vol. I. Firenze: Leo S. Olschki Editore. 1969.
- PANOFISKY, Erwin. *Tiziano*. Problemas de iconografía. Madrid: Akal, 2003.
- PANOFISKY, E. Iconografía e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença. In: _____. *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el camino español 1567-1659*. Madrid: Alianza, 2006.
- RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel. *La batalla de Lepanto*. Madrid: Sílex, 2008.
- VARGAS-HIDALGO, Rafael. *Guerra Y Diplomacia en el Mediterraneo: Correspondencia inédita de Felipe II con Andrea Doria y Juan Andrea Doria*. Madrid: Polifemo, 2003.
- WETHEY, Harold Edwin. *The paintings of Titian*. The portraits. Vol. II. London: Phaidon, 1971.

Notas

¹ Para maiores detalhes sobre a retratística de Ticiano sobre Felipe II, ver: PADILHA VIEIRA JÚNIOR, R. *Retratos do poder: A imagem pictórica de Felipe de Habsburgo por Ticiano Vecellio e Antonio Moro (1548-1558)*. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1693.pdf>>. Acesso em: 13 de jan. de 2015.

² Disponível em: <http://www.museodelprado.es/imagen/alta_resolucion/P00431.jpg> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

³ Tradicionalmente, a historiografia espanhola e europeia considerou Lepanto durante muito tempo como um marco que constituiu a construção de uma memória em defesa da civilização cristã diante da ameaça do islamismo. O choque entre a cristandade e o islã se achava no núcleo das interpretações, resistindo com êxito a toda sorte e transformações historiográficas. Ver: RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel. *La batalla de Lepanto*. Madrid: Sílex, 2008. p. 10 e ss.

⁴ Felipe II (1527-1598), filho primogênito do imperador Carlos V e Isabel de Portugal, casou-se pela primeira vez em 1543, com a princesa Maria de Portugal (1543-1545). Desse matrimônio, nasceu o príncipe Dom Carlos (1545-1568), em quem foi depositada a esperança sucessória e morto em 1568. O segundo casamento de Felipe foi com a rainha inglesa Mary Tudor (1554-1558), sem descendentes. O terceiro matrimônio, com Isabel de Valois (1560-1568), teve como fruto as infantas Isabel Clara Eugênia (1566-1633) e Catarina Micaela (1567-1597). A necessidade de um herdeiro *varón* parece ter justificado seu quarto e último matrimônio com Ana de Áustria (1570-1580), em 1570.

⁵ Ver: CHECA CREMADES, Fernando. *Felipe II, mecenas de las arte*. Madrid: Nerea, 1992. p. 172-173; _____. *Tiziano y la monarquía hispánica: usos y funciones de la pintura veneciana en España (siglos XVI y XVII)*. Madrid: Nerea, 1994, p. 56. Para um relato sobre a sala, ver: BROWN, Jonathan. *La sala de batallas de El Escorial*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1998.

⁶ Ver: GOMBRICH, Ernst. Celebrations in Venice of the Holy League and the Victory of Lepanto. *Studies in Renaissance - Baroque art presented to Anthony Blunt in his 60th birthday*. London/New York: Phaidon, 1967. p. 62-68; FENLON, Iain. Lepanto: Le arti della celebrazione nella Venezia del Rinascimento. In: BRANCA, Vittore; OSSOLA, Carlo. (Eds.). *Crisi e Rinnovamento nell'autunno Del Rinascimento a Venezia*. Firenze: Prometeo Libri, 1991. p. 373-406.

⁷ Disponível em: <http://bib.cervantesvirtual.com/bib_autor/Cervantes/graf/fotos/30_s.jpg> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

⁸ A sucessão de mortes na família de Felipe II não passou em vão, gerando rumores e especulações. As mais extravagantes histórias circulavam em Madri e pela Europa. O mistério em volta da morte do príncipe deu origem a diversas intrigas que vieram a constituir a *leyenda negra*, inclusive culpando a morte de Dom Carlos e de Isabel ao próprio Felipe II. Sobre a *leyenda negra* espanhola, ver: GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. *La Leyenda Negra*. Historia y opinión. Madrid: Alianza, 1992; PÉREZ, Joseph. *La leyenda negra*. Madrid: Gadir, 2009.

⁹ A revolta foi o resultado de um longo processo de problemas raciais e religiosos na Andaluzia. O conflito adquiriu contornos mais amplos dentro do contexto de luta da Monarquia Católica contra o Islã, a revolta era relacionada como prova dos perigos que ameaçavam o cristianismo se não completassem a cruzada contra o islamismo. Em abril de 1569, Felipe II decidiu colocar a campanha sob o comando geral de Dom Juan de Áustria. Em 20 de maio de 1570, o líder da revolta assinou um tratado de paz. Sobre a revolta, ver: CARO BAROJA, Julio. *Los moriscos del Reino de Granada*. Madrid: Itsmo, 2000.

¹⁰ A última esposa de Felipe II lhe deu quatro filhos: Fernando (1571-1578), Carlos (1573-1575), Diego (1575-1582) e Felipe, que o sucedeu (1578-1621), e uma filha, Maria (1580-1584). Em outubro de 1580, durante uma epidemia, Felipe e Ana ficaram enfermos, o rei conseguiu se recuperar, mas a rainha, com a saúde ainda frágil pelo parto de sua filha, não resistiu.

¹¹ Dom Juan de Áustria nasceu em 1547, fruto de um caso amoroso que o imperador Carlos V teve com Barbara Blomberg. Criado em segredo na Península Ibérica sob as ordens de seu pai, a descendência imperial só foi apresentada em 1554, quando Joana de Áustria, irmã de Felipe II, era regente dos reinos ibéricos. Em 1559, Dom Juan foi apresentado oficialmente ao rei espanhol, sendo bem recebido no círculo da corte. Anos depois, em maio de 1568, Felipe nomeou Dom Juan, aos 21 anos de idade, capitão-geral da frota do Mediterrâneo. Sobre Dom Juan, ver: PETRIE, Charles. *Don John of Austria*. London/New York: Eyre & Spottiswoode, 1967.

¹² Paxá era um elevado título dignitário dentro do sistema político-militar do império otomano.

¹³ Para maiores detalhes sobre a batalha, ver: RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 165-186.

¹⁴ Para mais detalhes sobre a difusão e recepção da vitória de Lepanto, ver: RIVERO RODRÍGUEZ, 2008, p. 249 e ss.

¹⁵ Realizada em forma de alegoria astrológica por Parrasio, é explicada pelo pintor em uma carta enviada a corte da Monarquia Católica. Parrasio, que confiava ganhar o favor de Felipe II com sua erudita celebração do nascimento de um herdeiro, não surpreendeu o gosto do monarca. CHECA CREMADES, Fernando. *Tiziano y la monarquía hispánica: usos y funciones de la pintura veneciana en España (siglos XVI y XVII)*. Madrid: Nerea, 1994. p. 56.

¹⁶ Disponível em: <http://www.museodelprado.es/imagen/alta_resolucion/P00430.jpg> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

¹⁷ Disponível em: <http://www.museodelprado.es/imagen/alta_resolucion/P00479.jpg> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

¹⁸ Digitalizado de PANOFSKY, 2003. p. 23.

¹⁹ Digitalizado de FALOMIR, Miguel. (Ed.). *Tiziano*. Madrid: Museo Nacional del Prado, 2003. p. 289.

²⁰ Sobre a entrada ver: CHAVES MONTOYA, María Teresa. La entrada de Ana de Austria en Madrid (1570) según la relación de López de Hoyos. Fuentes iconográficas. *Boletín del Museu e Instituto Camón Aznar*, XXXVI, 1989. p. 91-105.

²¹ Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5a/Tizian_039.jpg> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²² Disponível em: <<http://collections.vam.ac.uk/item/O122517/manuscript-unknown>> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²³ Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e9/Pontifical-missel_%C3%A0_1%27usage_de_Lu%C3%A7on_-_BNF_Lat8886_f94_Ad_Te_Levavi.jpeg> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²⁴ Disponível em: <<http://lostonsite.files.wordpress.com/2009/12/venecia-la-academia-tintoretto-san-marcos-liberando-un-esclavo-1566.jpg>> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²⁵ Disponível em: <<http://www.wga.hu/art/t/tiziano/01b/4cain.jpg>> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²⁶ Disponível em: <[http://wallacelive.wallacecollection.org/eMuseumPlus?service=direct/1/ResultDetailView/result.t1.collection_detail.\\$TspImage.link&sp=10&sp=Scollection&sp=SfieldValue&sp=0&sp=0&sp=2&sp=SdetailView&sp=4&sp=Sdetail&sp=0&sp=F](http://wallacelive.wallacecollection.org/eMuseumPlus?service=direct/1/ResultDetailView/result.t1.collection_detail.$TspImage.link&sp=10&sp=Scollection&sp=SfieldValue&sp=0&sp=0&sp=2&sp=SdetailView&sp=4&sp=Sdetail&sp=0&sp=F)> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²⁷ Disponível em: <<http://asset1.gardnermuseum.org/FILE/1508.jpg?w=800&h=750>> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²⁸ Disponível em: <https://www.museodelprado.es/imagen/alta_resolucion/P00427.jpg> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

²⁹ Disponível em: <<http://uploads4.wikipaintings.org/images/paolo-veronese/votive-portrait-of-doge-sebastiano-venier-1582.jpg>> Acesso em: 13 de jan. de 2015.

Artigo recebido em: 20/02/2015. Aprovado em: 14/04/2015.

O MILAGRE POLÍTICO NOS TEMPOS DO DESPERTAR DO GIGANTE: A “DITABRANDA” LUSO-BRASILEIRA EM QUESTÃO

THE POLITICAL MIRACLE IN TIMES OF GIANT AWAKENING: THE LUSO-BRAZILIAN "DITABRANDA" IN QUESTION

Fábio de Godoy Del Picchia ZANONI*

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em argumentar como a brandura impingida à ditadura de 1964 é herdeira de uma racionalidade montada desde os primórdios da década de 1930, tanto no Brasil quanto em Portugal. A partir do arsenal teórico foucaultiano, anseia-se por trazer à baila o modo pelo qual a ditadura de Getúlio Vargas e António Salazar, muito mais do que simplesmente eclipsar as práticas violentas levadas a cabo pelos respectivos Estados, construíram ditos e escritos que tinham precisamente o condão de conciliar métodos ditatoriais e pacificação do corpo social.

Palavras-chave: Ditadura; Violência; Getúlio Vargas; António Salazar; Foucault .

Abstract: The purpose of this article is to argue how the gentleness impinged on the 1964 dictatorship is inheritor of a rationality assembled since the beginning of the 1930s, both in Brazil and in Portugal. From this theoretical arsenal, one yearns by bringing up the way the dictatorship of Getúlio Vargas and Antonio Salazar, much more than simply eclipse the violent practices carried out by the respective States, built sayings and writings that had precisely the power to reconcile dictatorial methods and pacification of the social body.

Keywords: Dictatorship; Violence; Getúlio Vargas; António Salazar; Foucault.

Introdução

“Tudo somado, o que resta afinal da ditadura?” (ARANTES, 2010, p.205), perguntava Paulo Arantes, no livro *O que resta da ditadura?* E, prontamente, declarava a ditirambos, acertando seus passos com os do psicanalista Tales Ab'saber: “tudo menos a ditadura”. Longe de ser mero torneio retórico, a sobredita resposta resulta da destreza dos pesquisadores em driblar o difundido hábito de comprimir os mecanismos de regulação social, mobilizados nas diferentes épocas, no estreito calendário dos regimes de governo, evitando, dessa feita, as formas de endereçamento ao passado que tentam instituir marcos políticos bem definidos e universalmente válidos para o tecido social, quando nunca se deixou de prolongarem, em verdade, prováveis continuidades no exercício dos mecanismos de regulação da conduta entre regimes de governo situados no mais das vezes como antípodas.

Uma vez reconhecida a argúcia e a pertinência da configuração do debate no qual o presente artigo pretende tomar assento, faz-se mister tematizar os senões que

* Doutorado em história da educação na Universidade de Lisboa. E-mail: zanonifabio83@gmail.com

explicam o ligeiro afastamento das páginas que se seguem em relação ao livro organizado por Vladimir Safatle e Edson Teles. Pelo compasso da bossa genealógica que animará o presente itinerário de investigação, não é suficiente a alegada brandura da ditadura inaugurada por Castello Branco vir à roda a título de mistificação cujo propósito maior teria radicado no escondimento da exorbitância dos encarceramentos já em funcionamento no decolar do ano de 1964, pois a força da argumentação que serve de suporte a tal tese não se desfaz pela transformação desta em uma espécie de trapalhada cognitiva obrada pelo conluio da má-fé de generais que nunca se abeiravam dos fenômenos com olhos de ver.

Ora, a hipótese que ora se apresenta é a de a “ditabranda”, expressão espanhola cunhada popularmente para designar a passagem do governo de Primo de Rivera para o de Dámaso Berenguer e retomada pelo editorial da folha de São Paulo em 17 de fevereiro de 2009, não poder ser problematizada a contento pelos conceitos amiudadas vezes balizadores das análises críticas tradicionais, na medida em que a produção da insensibilização diante de certas práticas violentas não foi apenas fruto do desconhecimento dos sujeitos ante à barbárie em voga nos idos da ditadura, mas também, e sobretudo, do desaguar de um longo processo histórico de constituição e difusão de uma racionalidade de governo específica cujas peças discursivas remontam à ascensão de Getúlio Vargas à presidência em 1930, bem como às demais ditaduras latino-americanas (PINTO; MARTINHO, 2013). Dito de outro modo, ainda que não haja resquício de dúvida acerca do varrimento para debaixo do tapete do tecido social de miríades de acontecimentos contrários aos ideais de socialização propugnados pelo regime militar, nada há de imediatamente evidente no fato de os generais terem sentido a necessidade de acobertamento do uso sistemático da violência, como se a violência estatal, para funcionar, só se fizesse em surdina. Portanto, o que me interessará auscultar é o curioso fato de as ditaduras brasileiras, desde Getúlio Vargas, terem tido a preocupação de rechaçar a violência como método central de governo das populações, espelhando, em larga medida, os anseios de Salazar.

Por essas razões, Brasil e Portugal afiguram-se eloquentes testemunhos de como ditaduras foram capazes de forjar formas de controle social que não obedeciam à lógica da defesa aberta da violência estatal, tão manifesta em outros países da Europa e da América Latina. Daí a razão de José Gil dizer que:

Contrariando os discursos mussolinianos, Salazar [...] nunca exclui brutalmente a oposição, procurando sempre, pelo contrário, integrá-la na situação (GIL, 1995, p.12).

Mais adiante, prossegue:

Aquilo que impressiona, em Salazar, é o fato de ele não possuir qualquer atração pela morte – o que, aliás, está de acordo com sua declarada recusa de violência como forma de repressão política (GIL, 1995, p.30).

Não obstante as considerações de Boaventura Souza Santos a respeito dos perigos de certa psicologia dos povos levada a cabo por José Gil (JERÔNIMO; NEVES, 2012), interessa-nos permanecer na esteira do seu diagnóstico, na medida em que ele nos ajuda a jogar alguma luz sobre a baldeação do presente artigo para o além-mar ter resultado do fato de Brasil e Portugal, na década de 1930, terem sido os primeiros a dedicarem-se com enorme paixão a montagem de um Estado simultaneamente preocupado com a expansão de suas diretrizes de governo e avesso à violência como viga mestra das políticas ali elaboradas.

O berçário da “ditabranda”

Por estarmos tão aglutinados ao presente, dificilmente imaginamos Portugal a funcionar como modelo de orientação das escolhas políticas do governo brasileiro. De maneira muito esquemática, faço notar, então, que o Brasil de Vargas esteve à cata de coordenadas de governo da nação. Certamente, Portugal assomava-se no horizonte das autoridades brasileiras como importante fornecedor de balizas de orientação dos rumos do Brasil, especialmente no que diz respeito à recusa do governo salazarista de patrocinar a violência aberta como justificativa de governo, visto que a incitação a atos de violência deveria deixar de ocupar o primeiro plano em um país pós-revolucionário (SERRANO, 2009). Daí a oferta da cordialidade como princípio de socialização dominante em Portugal – algo que tocava profundamente as autoridades brasileiras. No Liceu Literário Português, sediado ao Rio de Janeiro, Capanema, Ministro da Educação de Vargas, militava pela edificação de uma brasilidade que fosse a “continuação da vida portuguesa” (Arquivo Gustavo Capanema, 1940). Com isto, Capanema não aludia à “unidade da língua”, mas ao parentesco entre “alma lusitana” e brasileira:

Portugal, pelo seu sentimento, pelo seu idealismo, pela nobreza de suas atitudes e pela alteridade de seus costumes, vivia dentro do Brasil.

A 30 de dezembro de 1930, Salazar já maldizia a violência no discurso endereçado ao exército. Muito embora reconhecesse o valor positivo de impulsos violentos advindos de setores sociais com boas intenções e suscitados pelo ímpeto de combate aos males calamitosos a assolar a nação, Salazar considerava-os contra-indicados ao caso português:

Há quem julgue, aliás com boas intenções e absolutamente identificado com o pensamento renovador da Ditadura, que o método por esta empregado não tem sido o que as circunstâncias impunham, e que deveria fazer-se mais largo apêlo e maior uso da violência [...]. Compreendo, repito, que a idéia de violência surja ao primeiro impulso, em espíritos fortemente impressionados com a grandeza dos males, das resistências e dos perigos [...]. Mas sempre me pareceu que o processo revolucionário da violência estaria contra-indicado entre nós (Arquivo António Salazar, 1930).

A 28 de janeiro de 1933, Salazar aprofundava sua discordância teórica e política relativamente ao emprego sistemático da violência no discurso intitulado *A Escola, a Vida e a Nação*, proferido no Teatro de São Carlos, clamando a atenção para a incompatibilidade entre Estado Novo e violência, acontecimento visível nos anos subsequentes à revolução e sem precedentes na marcha da história portuguesa:

Quando se pensava que a Ditadura tudo esmagaria numa aventura de violência militar, vê-se o Governo quási exclusivo do professorado superior, a força a servir a justiça, a improvisação a ceder definitivamente o passo à preparação científica. Em período algum de nossa história moderna, como no que vivemos, se deu maior lugar à inteligência preparada para a acção (Arquivo António Salazar, 1933).

À luz salazarista, desnecessário o acréscimo de violência. Após o elogio da eficiência do Estado Novo português, Salazar lançava a pergunta-chave: “Que falta” ao Estado Novo? Ao que prontamente respondia:

Que se alarguem e se intensifiquem a sua acção e influência em todos os domínios da vida social, e que possa formar-se, sob a sua inspiração, um novo espírito e uma mentalidade nova. Só por meio desta se assegurará a continuidade da obra que se realizar, e sem essa segurança é quási inútil o que se faz (Arquivo António Salazar, 1928).

A eficácia do prolongamento das obras do Estado Novo ultrapassaria a política de curto prazo da destruição dos predecessores expulsos do poder formal, finda a retumbante vitória da revolução. A irrefutabilidade dos novos programas de socialização que levaria o regime a perpetuar-se só seria alcançada se as autoridades

tivessem a norte que o verdadeiro empecilho do Estado Novo não se reduziria à destruição dos inimigos e dos opositores, na medida em que os feitos do governo só transporiam os primeiros anos da revolução pela criação de um “novo espírito”, o qual se tratava de “esclarecer e corrigir”: o único fio à meada portuguesa. Era chegado o momento de “completar a obra da revolução” (Arquivo Gustavo Capanema, 1938), tanto em Portugal quanto no Brasil, sobretudo preparando os espíritos para a encarnação dos princípios desenhados no decurso da revolução. A mesma diligência na declinação dos serviços ofertados pelos dispositivos abertamente violentos impressionava a feitura dos discursos de Vargas e das autoridades afinadas com suas diretrizes políticas. Estas e aquele sublinhavam, reiteradamente, o parentesco entre violência e governo despótico. Ao invés dos abusos da violência desenfreada, o chefe do Estado brasileiro propugnava pela composição de relações sinérgicas entre “governantes e governados” (VARGAS, 1931), patrões e sindicalistas, até mesmo entre “mestres e discípulos” (FILHO, 1956); sinergia cujo sucesso dependia da descoberta da “linha de menor resistência para o restabelecimento da confiança recíproca” (VARGAS, 1932). É evidente que não se tratava da abolição das hierarquias, mas da “cooperação entre instâncias assimétricas de poder” (idem).

A autoridade do cidadão sobre si não poderia sobrepujar os comandos das autoridades socialmente reconhecidas pelo incentivo ao “auto-didatismo” (Arquivo Gustavo Capanema, 1936). A fixação da legitimidade das autoridades objetivava o rechaço de todo e qualquer encavalamento entre autoridades, desde o zunido das balas até o vuozum do solilóquio dos pretensiosos autodidatas, sumamente, o embargo do que os radialistas chamavam engarrafamento hertziano (SERRANO; FILHO, 1931), isto é, o cruzamento de emissões conflitantes interferindo entre si a produzir ruídos na límpida mensagem veiculada pelas autoridades competentes. Em síntese, somente a clara definição do lugar de cada autoridade no tabuleiro social neutralizaria a algaravia na emissão dos princípios de conduta elaborados pelo Estado.

Sob o comando de Vargas, o Estado punha em funcionamento uma cópia leiga da direção espiritual corrente na Igreja Católica, buscando pastorear, assim, os cidadãos em direção à criação de um “novo espírito” (VARGAS, 1931), marcado pela disposição à harmonia social. Por isso, o fundamental das políticas governamentais passava pela necessidade de “assear o terreno”, quer dizer, alisá-lo e passá-lo a ferro via implementação de linhas administrativas asseguradoras da “ausência de ligações partidárias” (VARGAS, 1932), sem dúvida, o signo maior do encavalamento de autoridades dos tempos que corriam: o sumiço de todo e qualquer rastro ou sinal de

paixões, rachaduras, fissuras, atritos, faíscas, “rumos exclusivistas” (VARGAS, 1933), invariavelmente executados na clave de despoletadores de atitudes violentas. A efetivação das expectativas de crescimento da densidade populacional em torno das novas habitações do espírito resolver-se-ia com tanto mais préstimo e eficiência quanto mais os tímpanos dos cidadãos, cansados de tanta guerra, fossem remexidos unicamente por rajadas uníssonas de confiança mútua, disparadas pelas políticas governamentais comprometidas com o fim da eclosão de perspectivas facciosas. Urgia, pois, substituir os tensionamentos inerentes às situações de conflito pelos planos de unificação social de toda ordem, quer pela erradicação dos partidos, quer pelo incentivo de agrupamentos apartidários, à moda dos jovens, raro grupo social em desconexão com os “interesses subalternos” (Arquivo Gustavo Capanema, 1939), ou, à moda dos funcionários, outra personagem social que se mantinha “ao abrigo das influências políticas” (idem), sobretudo devido à profissionalização que lhe era característica. Com frequência, a ode ao jovem e ao funcionário também se enxeria nos debates posteriores à Era Vargas. Um dos poucos censores da ditadura brasileira de 1964 a dar corpo teórico à censura, Coriolano de Loiola Cabral Fagundes, exaltava as virtudes apolíticas dos prestadores de serviço e dos jovens que se reencontravam em si. Se o censor via-se na condição de legítimo defensor da pátria contra a “ferocidade” dos cidadãos (FAGUNDES, 1974, p.141), particularmente os que rasgavam à dentada as finas linhas do tecido social, era por ter levado uma existência apolítica desde a juventude, e não ter sido nunca “nem pela direita, nem pela esquerda” (idem), e sempre pelo Brasil. Em consequência disso, fica relativamente fácil perceber como as virtudes da cordialidade luso-brasileira corporizavam rosto.

Emparceirado ao jovem e ao funcionário, a figura do soldado empinava entre os candidatos à representante da cordialidade, a despeito de a violência nunca ter sido reabilitada como virtude cívica no período pós-revolucionário. O soldado representava o cidadão modelado ao princípio de irrestrita obediência à hierarquia e era, por isso, o antídoto contra o engarrafamento hertziano. Em vista da reorganização da armada portuguesa, chegava a Portugal a 29 de julho de 1933 um navio de guerra adquirido na Inglaterra batizado com o mesmo nome do barco afundado na revolução da Madeira, Vouga. Salazar aproveitaria, então, a ocasião para encetar novo discurso. O que chama a atenção nele é o fato de Salazar não ter feito fogo sobre a aquisição do contratorpedo, e sim sobre o patriotismo inquebrantável dos marinheiros:

Eis porque entre homens que esquecem e negam a Pátria – estranho caso – não se encontram marinheiros, porque navegando ao perto ou ao longe andam com ela, defendem-na, não a abandonam nenhum momento. Que seja assim agora e sempre (Arquivo António Salazar, 1933).

A exaltação do marinheiro não decorria do ímpeto ao ataque. Basta notar a posição defensiva dele nessa pequena historieta. Seu valor aferia-se da força com que se prendia ao barco da nação nos momentos de maior tremor e temor. A celebração do exército português não remetia à audiência aos poderes da espada, lançava-a à disciplina monástica que mantinha os marinheiros atarraxados à pequena embaixada aquática portuguesa. Símbolo milenar da liberdade sem margens, a vastidão do mar convertia-se, também no verbo de Vargas, na melhor ocasião para pôr à prova a energia da disciplina desses patriotas ilhados, os quais se deviam louvar em virtude da “disciplina” (VARGAS, 1934), da dedicação ao trabalho e do primor do preparo técnico. Na ausência de um território fixo rico em benesses naturais, o mar impunha, de maneira incontornável aos marinheiros, trabalhos indispensáveis à sobrevivência. Isto é, o “oceano impõe deveres” (VARGAS, 1932), e, desta feita, engendra naturalmente a “classe modelar” (VARGAS, 1934) da nação. Arrematando: a “escola do mar” (idem) era a grande mestra da disciplina. No extremo oposto da costa brasileira, Vargas redescobria as mesmas virtudes dos heróis do mar, com a diferença de o sertanejo, cabra valente que nunca arredava pé de seu “torrão ressequido” (VARGAS, 1933), não se ter mais de bater contra o perigo de ser tragado pelas profundezas do oceano, apenas de lutar contra o risco de ser expelido pela seca em direção às favelas da cidade.

Sempre e sempre, uma gota a mais, e o barco imergiria; uma gota a menos, e a terra seca emergiria. Ainda assim, os heróis nacionais, fardados ou maltrapilhos, afiguravam-se dispostos a morrer pela pátria: de sede ou afogados. Jovens, funcionários, sertanejos e marinhos, todos menos preocupados com “invocar direitos” e mais atentos a “cumprir deveres” (VARGAS, 1937), manter-se-iam ao largo das lutas e cisões políticas:

Evidenciando-lhes o espírito de lealdade e civismo, serviu para demonstrar, ao mesmo tempo, a conveniência de se conservarem afastados e à margem das lutas políticas, para melhor se consagrarem ao tirocínio das atividades profissionais, ao culto da disciplina e da obediência aos poderes constituídos (VARGAS, 1936).

Do mar ao sertão, a ode repetia-se, culminando na dissociação entre força, de um lado, e violência física, de outro lado, como se esta só pudesse crescer à medida que encolhesse o recurso àquela:

Por sobre [...] as mil manifestações da vida em sociedade, sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força, que deve ser o estado tam forte que não precise de ser violento (Arquivo António Salazar, 1930).

Ainda que o bafo quente emanado do chão em sangue banhado da revolução de 1930 sequer tivesse evanescido de nucas e corações, o conforto de uma certeza impunha-se lapidar: se o governo era provisório, a revolução era “definitiva” (VARGAS, 1931). O qualificativo provisório atribuído ao governo revolucionário pelo próprio Vargas concernia aos aspectos formais da máquina estatal, tão somente. Já as mudanças introduzidas nas técnicas de governo da população durante a suspensão da legalidade do Estado democrático de direito teriam de assumir a forma de uma construção duradoura. Até porque o velho recurso à violência definitivamente desfuncionaria a partir do momento em que o “gigante despertou” (idem) e uma parcela da população brasileira estava disponível para a mobilização. Afinal de contas, como governar à bala do Chuí ao Oiapoque? Nunca se desenraizou o ímpeto revolucionário com a ameaça do cheiro da pólvora. Restava uma saída: a educação. O que, a não ser a educação poderia, “sem a perda de uma gôta de sangue” (FILHO, 1956, p.91), levar adiante “essas transformações incalculáveis” (idem)? Quer dizer, ao mesmo tempo em que Vargas e Salazar contornavam o rosto da base da pirâmide social, traçavam também o perfil do topo e os meios de consecução do tipo de interação entre as extremidades do campo social.

A defesa do pacifismo estatal não redundava no encolhimento do raio de acção do Estado em favor de um Estado minimalista. A revolução que dera origem ao Estado Novo português afirmava-se “pacífica, mas integral” (Arquivo António Salazar, 1932). Pois bem, se a força física ia abandonando a posição de destaque no controle da população, qual terá sido o ponto arqui-médico alternativo de alavancamento e sustentação do novo espírito que se buscava erigir? Para Salazar, a força do Estado Novo radicava na substituição da força física pela da disciplina de uma sociedade organizada a partir de figuras sólidas de autoridade, condição sem a qual não se alcançaria “normalizar a vida do país” (VARGAS, 1931) – para insistir em expressão cara a Vargas –, finda a revolução, pois que os países pós-revolucionários seriam como um “corpo sem cabeça” (idem) se lhes faltassem bons condutores de homens e não houvesse “rápida formação da chamada elites dirigentes” brasileiras (Arquivo Gustavo Capanema, 1939). Mas também portuguesa:

Desde que perdeu a fé no liberalismo e este se automatizou no rotativismo dos partidos, no caciquismo e na cynica ficção parlamentar, tudo a parasitar na ignorância e na miseria publicas [...] Portugal fluctúa sem doutrina, sem um programma nas camadas superiores de governo e de “elite”, sem um gosto decidido por tal ou tal estylo de vida nas classes medias, que deveriam compor o côro de apoio ao primeiro plano conducotor (FIGUEIREDO, 1936, p.7).

No caso português, a boa-nova jazia no adiantamento do país na operação de troca de guarda dos poderes, pois Portugal estava prestes a substituir a autoridade da força pela força da autoridade, criando o que, em terras lusitanas, se chamaria “autoridade sem autoritarismo” (Arquivo António Salazar, 1948):

A administração se vai pondo em condições de servir realmente o país, que o cepticismo vai sendo substituído pela confiança, que nova mentalidade se vai formando no sentido de compreender a autoridade.

Portanto, a construção de uma relação sinérgica entre legisladores e legislados só seria completada se acompanhada pelo estabelecimento de consensos no topo – entre os condutores de homens. Isto é, tratava-se de ocasionar o entendimento global entre as autoridades, incluindo aí:

Os professores, os párcos, os diretores de estabelecimento de ensino, os diretores de associações e sociedades, os presidentes de sindicatos, os proprietários de fábricas, usinas, engenhos, fazendas e granjas, os diretores de asilos e penitenciárias, comandantes de navios e de guarnições, e todas as pessoas que se interessam pelo problema da educação urbana e rural (Arquivo Gustavo Capanema, 1937).

Do mesmo modo, as autoridades brasileiras não deveriam continuar a galopar à garupa da imagem de Alexandre, Júlio César ou Napoleão, modos de ser de governantes que faziam lembrar as ações e medidas pertencentes ao *modus operandi* do “Estado antigo” (idem). Doravante, as maiores virtudes das autoridades modernas estavam identificadas às “aptidões do gerente” (idem). Para embasar a inflexão dos modos de governo da população, Lourenço Filho citava o próprio Napoleão, para quem o poder da espada já principiava a mostrar suas limitações em 1808:

Impotência da força para fundar qualquer coisa. Só há duas potências no mundo: a espada e o espírito. Com o andar do tempo, é sempre o espírito quem desbarata a espada (FILHO, 1956, p.18).

Que não se imagine as autoridades representantes da disciplina serem avessas às delícias da liberdade. O Estado Novo português apenas lacrava as portas ao abuso da liberdade. Grave problema em terras brasileiras. Por isso, Vargas vinha trabalhando com afinco as mentalidades no sentido de fazê-las distinguir, com clareza, a virtude da tolerância, de um lado, da condescendência dos hábitos “que conspurcam o nome e o conceito de Republica” (VARGAS, 1932), de outro lado. E distinguir não era o mesmo que reprimir. Ensinar aos cidadãos republicanos a baterem em retirada diante das “seduções do puro doutrinário”, das influências das ideias de empréstimo e das novidades perigosas não implicava a troca dos revoltosos pelos inertes, cidadãos comodamente apáticos. De volta a Salazar:

Porque as ditaduras bastas vezes nascem do conflito entre autoridade e os abusos da liberdade, e vulgarmente lançam mão de medidas repressivas da liberdade [...], confundem muitos ditadura e opressão. Não é isto da essência da ditadura, e compreendida a liberdade [...] como a garantia plena do direito de cada um, a ditadura pode até, sem sofisma, suplantado sob esse aspecto muitos regimes denominados liberais (Arquivo António Salazar, 1930).

Contra a abolição da liberdade, diversas autoridades empenhavam-se em demonstrar que a luta por uma ideia faz-se no campo das ideias, pois a supressão sistemática da liberdade voltar-se-ia, cedo ou tarde, contra aquele que a exerce: a violência física nada seria além de um tiro fadado à culatra. Proveitoso, então, educá-los, os cidadãos, no manejo delas, as liberdades. Com a supressão sistemática da liberdade não se suprimiriam também os meios “de ensinar a usar dela?” (idem). Uma coisa era “impedir que as liberdades individuais fossem veículos de ideias atentatórias a ordem constituída” (Arquivo Gustavo Capanema, 1938), outra muito diferente, extingui-las por completo. Definir um ponto de equilíbrio entre a liberdade ilimitada e a disciplina, sem o uso da força física, eis a charada para a qual o Estado Novo Português e o brasileiro não descansaram de dar incontáveis respostas. Daí que Salazar não se referia à força física, prima da anarquia, ao falar de força, mas à força da autoridade:

A minha reflexão e experiência, conjugando-se com as aspirações nacionais que determinaram e sustentam a Ditadura, impõe-me a ideia firme de que a força é absolutamente indispensável na reconstrução de Portugal, mas que tem de ser usada com a serenidade e prudência capazes de assegurar a continuação da obra [...] Nós estamos condenados a escolher entre a anarquia e a disciplina imposta por um Governo de autoridade (Arquivo António Salazar, 1932).

Os opressores da liberdade e os libertinos desempenhavam a mesma função de inimigos da liberdade, pois o entrave da liberdade não estaria apenas ao lado dos que a oprimem, mas também dos que a deturpam pelo “mau uso” (DIDONET, 1962, p.7). Logo, a força do nó que sobreporia uma unidade indecomponível liberdade e disciplina, ela imposta pelas diferentes figuras de autoridade, supunha a implosão da antinomia poder *versus* liberdade. O objetivo do governo consistia, justamente, em fazer com que ambas fossem uma só e a mesma coisa, como se o uso da liberdade pelos próprios sujeitos passasse a implicar, inevitavelmente, a ativação dos poderes das autoridades, isto é, maneiras de fazer e de pensar previamente tão formuladas quanto autorizadas por instâncias de poder socialmente reconhecidas, as quais deveriam ser interiorizadas pelos sujeitos que delas se valessem para o autogoverno. A tal ponto poder e liberdade deixavam de antagonizar entre si que os termos raramente despontavam fora de vizinhanças congeminadas. Vargas já não hesitava na aproximação. Ordem e democracia “significam disciplina e liberdade”, quer dizer, “obediência consciente” (VARGAS, 1936). À época, pululavam imagens biológicas e familiares que, reunidas em um só argumento, vinham sustentar tal amálgama. Os filhos só vão “ganhando a confiança dos pais” (Arquivo Gustavo Capanema, 1937), isto é, só “vão obtendo liberdade” e ficando “entregues à própria responsabilidade” a partir do momento em que são capazes de agir conforme à amabilidade das expectativas paternas. Enfim, o libertino estaria para as drogas como o cidadão autônomo para o organismo que repele o que lhe é nocivo sem intervenções exteriores, já que “as doenças melhor se curam por uma reação do organismo do que pela ingestão de drogas” (idem). Anos depois, Humberto Didonet, figura de destaque nos debates ocorridos nos mais variados campos sociais, incluindo o cinema, indicava como quanto mais convocado o povo ao polo da participação na solução dos problemas, menos se sentiria oprimido pela arbitrariedade das decisões de feição tirânica:

E realmente estamos diante desta opção: ou o povo participa na solução de problemas ou eles serão resolvidos indiscriminariamente por Governos totalitários. Trata-se pois de promover o homem, de estimular o povo à ação (DIDONET, 1963, p.3).

Segundo a proposta desse entusiasta da sétima arte, se “um povo é e age de acordo com o que pensa” (idem), seria mister a mobilização de autoridades no sentido da construção de um adequado pensamento social, pois, então, a ação popular, imersa nos termos disponibilizados pelos guias da nação, encontrariam livremente a “solução adequada dos problemas sociais” (DIDONET, 1962, p.2). Antes do alarido em torno do

alegado milagre econômico dos ditadores instalados no Brasil a partir do golpe de 1964, Vargas e outras autoridades já tramavam prodígio ainda mais vital: o milagre político. Milagre esse que não transpassava a concretização do “milagre de que muitos desesperavam”, a saber, a “união”, pelos mais diversos meios de educação, “de todos os brasileiros” (Arquivo Gustavo Capanema, 1940). Assim sendo, pressuporíamos, talvez, o fim das diferenças. A particularidade da unificação ali em voga residia, porém, no fato de ela não abdicar da produção da diferença, contanto que fossem submetidas às medidas de coordenação, algo que o Ministério da Educação vinha levando a efeito de maneira inequívoca, sobretudo pelo acompanhamento “pari-passu” (idem) das realizações em andamento, já que a proliferação de novas realidades educativas não se apartava da “severa fiscalização e moralização do ensino” (idem), empreendidas em nome de uma sintonia social cada vez mais afinada.

Recapitulando, pois, a fim de pormenorizar: se as agulhadas que agitavam o pensamento e a ação de Vargas e Salazar advinham das dúvidas e incertezas a respeito do melhor substituto da violência aberta no governo da população após o período revolucionário, o que poderia haver de melhor que uma modalidade de poder que transformasse a submissão forçada em servidão consentida, até mesmo desejada, posto fruto de processos educativos alheios à violência física direta? Afinal, como compreender a legitimidade da ordem e as razões de sua estabilidade “sem a percepção mesma das suas vantagens” (FILHO, 1956, p.103)? Do império brasileiro à Vargas, crescia a necessidade de combate a indigência mental e moral responsável pela falta de destreza intelectual da pessoa comum para dar-se conta da “legitimidade da ordem que a comprime na sua miséria” (idem, p.102), o que apenas seria logrado pelas instituições por meio de contatos diários, único meio de convencer as massas da necessidade das reformas operadas e entrelaçar os indivíduos com as instituições. Em 1941, o padre Saboia de Medeiros, familiarizado com as astúcias do governo da alma, alertava: a formação do espírito “não se infunde do exterior, que só pode agir pela educação” (Arquivo Gustavo Capanema, 1941). Também o exército possuía “uma experiência muito grande do que vale um homem alfabetizado em confronto com um analfabeto” (arquivo Gustavo Capanema, 1938):

O soldado que se educa é um homem que desenvolve rapidamente a acuidade mental, que passa a compreender e executar com precisão as ordens recebidas, que se transforma de autômato em disciplinado consciente (idem).

Tal obediência consciente e voluntária a um conjunto de regras disciplinadoras, quando trasladadas para o conjunto coordenado da população, tinha nome: “revolução orgânica” (VARGAS, 1931). Na sintonia de Vargas, poderíamos dizer, então, que a violência das autoridades empenhadas na contenção dos opositores malograria, ainda que a imaginássemos extremamente eficiente e bem-sucedida no processo de estraçalhamento da ossada opositora, na medida em que uma revolução orgânica não seria erigida sob a base da “substituição dos homens” (idem), e sim pela “renovação dos métodos” (idem), como se as diversas máquinas repressivas de moer cidadãos indisciplinados só pudessem funcionar nos primórdios do regime e com o objetivo pontual de limpar o terreno das “hervas daninhas” (VARGAS, 1932), sendo então acompanhadas pela instalação de usinas permanentes de produção de novos modos de ser, que transportassem em seu interior determinado “sistema de hábitos” (arquivo Gustavo Capanema, 1938), o qual induzisse, pelo treino da inteligência à colocação dos problemas nos seus termos exatos e, conseqüentemente, à procura das soluções adequadas, respostas que se iriam tornando quase instintivas, traduzindo-se na adoção simultaneamente individual e coletiva de certos modos de autogoverno em cada campo de ação. Nesse sentido, a excelência dos institutos brasileiros radicava na precisão em dar-se um diretor, digno e capaz, ao Instituto, e não, vejam bem, “dar o Instituto ao diretor” (idem).

Com a entrada em cena do hábito, o casamento entre liberdade e disciplina, invariavelmente abençoado por uma figura de autoridade, ganhava todo seu esplendor. À ótica das autoridades de então, quanto maior a oferta de formas específicas de liberdade, tanto maior a formação de hábitos. Na primeira metade do século XX, enquanto filósofos alemães tentavam mostrar de que modo o homem é o ser mais rico em angústias por ser o mais livre entre os seres da natureza, as autoridades do Brasil e de Portugal esforçavam-se por demonstrar que o homem, por ser o mais livre entre os seres da natureza, “é o mais rico em hábitos” (JUNIOR, 1949, p.63). De todo modo, um ponto em comum unia a antropologia de Onofre de Arruda Penteado Junior a de Martin Heidegger: o homem, com sua liberdade, conta com certa maleabilidade na escolha de seus caminhos que os bichos, sobrecarregados por seus instintos, não dispõem. Tanto melhor, aliviar-se-ia Onofre. As autoridades não deveriam lamentar o fato de o homem ser desprovido de programas existenciais pré-determinados, à moda da bicharada. Afinal de contas, se não despontasse a maleabilidade da liberdade, a menor alteração no clima das instituições exigiria que elas voltassem a produzir safras de homens inteiramente novas, pois que eles restariam indelevelmente danificados, dada sua

incapacidade de aclimatar-se a novas exigências do meio. A falta de liberdade desembocaria, como consequência, na subtração do poder de adaptabilidade do homem, sem o qual as instituições feneceriam, visto que o sucesso das instituições dependia da flexibilidade indefinida das suas formas e da “ilimitada adaptabilidade do espírito de suas leis aos vários estados sucessivos do desenvolvimento” (FILHO, 1956, p.103). E uma vez mais: qual instituição estaria melhor talhada para o fomento da transformação da liberdade em forma de hábito, conforme às expectativas das instituições, garantindo, assim, a adaptabilidade do indivíduo? A escolar, claro está, porque o “ensino não passa de uma formação de hábitos” (JUNIOR, 1949, p.63):

A intenção de educar pressupõe a possibilidade de modificar o comportamento do educando, e a ideia correlativa de que nele existe plasticidade (FILHO, 1929, p.60).

Mais e mais, a plasticidade da liberdade vinha sendo exaltada como meio apropriado de proporcionar uma experiência aos cidadãos que estivesse em consonância com os objetivos da instituição (idem, p.61):

Dessa forma, a contribuição da psicologia às técnicas educativas reafirmava a sua importância. Quaisquer que sejam as concepções filosóficas e sociais da educação, ou qualquer que seja a visão dos fins possíveis ou julgados possíveis na formação humana, um denominador comum existe: é o de que podemos alterar, fazer variar, ou modificar o comportamento e a experiência do educando, no sentido de objetivos que tenhamos como úteis, justos ou necessários (idem).

Quanto mais se tornasse desejoso o cidadão de formas de liberdade bem determinadas e mais afastado da necessidade, tanto mais estaria “disponível para contrair hábitos que dessem corpo aos objetivos das instituições. Uma vez transformada em hábito, a liberdade poderia funcionar como ponto de apoio da implementação de sistemas de conduta economicamente rentáveis e politicamente eficientes. Economicamente rentáveis na medida em que a internalização do hábito, obtida por meio do estímulo à repetição do livre manejo de meios em direção à consecução de certos fins, dispensaria a presença – o que não é o mesmo que o desaparecimento – das autoridades. Politicamente eficientes porque, com o aumento da ocorrência do hábito e da capacidade de retenção, bem como a ativação automática de modos de agir, menor seria o esforço dos sujeitos para a realização de tal ou qual objetivo político, e, conseqüentemente, menor o atrito entre o dever-ser inicialmente imposto ao sujeito e as expectativas das autoridades. A liberdade da ponderação que servia de base aos atos

voluntários tinha de ser substituída por automatismos, os quais nada tinham que ver com a imposição de comandos de autoridades exteriores. Quando as autoridades falavam em liberdade, falavam, pois, da construção de uma cadeia implicativa entre liberdade, hábito e dever: em Portugal e no Brasil, desde o início do século XX, a liberdade vem funcionando, pois, como a grande escola do hábito. Torna-se claro, então, porque, segundo Rui Barbosa, havia perigos e males na liberdade; a sua compensação era, no entanto, “infinitamente superior” (FILHO, 1956, p.95). A 22 de maio de 1941, no encerramento do I Congresso Brasileiro de Direito Social, o professor Cesarino Junior, ecoando os dizeres de Vargas, escudava que a formação de sistemas de hábitos deveria ser constituída por um conjunto de “atos apoiados numa orientação científica” (Arquivo Gustavo Capanema, 1941) que visasse ao bem-estar físico, intelectual e moral do homem, orientação que se daria “dentro do grupo a que pertence” (idem) e tendo por finalidade “a elevação do indivíduo e do grupo, no conjunto da sociedade civil” (idem). Novamente, tarefa da educação:

Educar equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, somente, instruir mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres (VARGAS, 1934).

Exemplar em relação ao ajuste, assistido pelo hábito, entre liberdade individual e regras institucionais foi a expectativa em relação ao desfecho das primeiras eleições após a vitoriosa da revolução de 1930. Em diversas ocasiões, Vargas manifestou-se favorável à volta do país à legalidade (VARGAS, 1932), mas nunca deixou de vincar que o governo somente se integraria a um novo regime quando ele fosse o “reflexo da Nação organizada” (idem). Até porque o Brasil, por ser um país de analfabetos, e o analfabeto, “uma criança” (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), “quase como um cego” (idem), não poderia adiantar os bois ao carro. Apenas depois de cimentadas as novas instituições e consolidadas as liberdades automatizadas pelo hábito, o recurso à suspensão da normalidade jurídica tornar-se-ia vão. Aí então, mesmo que homens do passado ensaiassem uma volta ao poder, as instituições de então, outrora terreno dos conflitos mais acirrados, nunca poderiam ressuscitar. Os preparativos da transição da ditadura para o regime democrático avivavam às claras o quanto o governo confiava na força das coordenadas de conduta fornecidas pelas instituições para fins de orientação

prática de que se valeriam os cidadãos em ambiente democrático. À medida que a confiança ia ganhando terreno, crescia o número de categorias sociais com as quais as autoridades contavam para levar a efeito seus objetivos. Uma vez educadas por processos de inclusão, assentados nessa concordância entre liberdade individual e programas institucionais, tornava-se possível, e até mesmo desejável, a mobilização de indivíduos até ali enxotados para fora do jogo democrático. Inclusive porque havia o perigo de os ossos dos martirizados e dos enterrados tornarem-se sementes de condutas insubmissas. Nesse sentido, o voto feminino – peça importante das reformas varguistas – não foi menos exemplar. A eleitorização da mulher, que passava a poder votar após o código eleitoral de 1932, mas que ainda excluía os analfabetos, visou mobilizar novas energias sociais.

Fenelon passa a ser citado: os homens fazem as leis, “mas as mulheres fazem os costumes” (DIDONET, 1962, p.6). A força feminina não se reduzia ao voto, incluía também o labor, que vinha sendo estimulado pela “educação caseira” (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), pois a necessidade de ganhar a vida deveria resolver-se “dentro do Lar” (idem), quer dizer, nunca fora do “SAGRADO TEMPLO DA MULHER” (idem). Tampouco faltaram políticas de inclusão do proletariado, cujo objetivo maior consistia em “transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado” (VARGAS, 1932). Matriz dos grandes impulsos de inovação social, as iniciativas individuais não eram ignoradas. Ao muito contrário. Poderiam e deveriam inscrever-se nos sucessivos programas de direcionamento do país, contanto que o Estado pudesse ajuizar da sua eficiência e finalidade, sobretudo para discipliná-las e dirigi-las, a fim de transformá-las em fatores dinâmicos da vida social, fazendo com que as reivindicações, “por vezes extremadas” (VARGAS, 1933), fossem ou “contidas ou canalizadas para a corrente normal das ideias fundamentais” (idem). Vemos, pois, como a pacificação social foi o nome que se deu ao processo de substituição da violência pela harmonização das diferenças, sendo por conta da ativação dessa particular forma de alquimia que o regime de Vargas e Salazar, sem o auxílio permanente das metralhadoras, pôde adquirir “flexibilidade bastante para sobrepor-se aos assaltos do extremismo subversivo” (idem):

A democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se (VARGAS, 1936).

Em última instância, o problema da instalação de novos modos de governo e de novas instituições tinha que ver com o tratamento dispensado à diferença. O que fazer da diferença se já não se podia recorrer diuturnamente à violência aberta e direta? Em vez do esmagamento da alteridade sequiosa de outros horizontes, não contemplados pela revolução, essas novas autoridades, entre as quais o educador alçava relevo, operaria a negativização da hipótese de um novo levante de cunho revolucionário, que daria cabo da insurreição de novas mundividências. Assim, se, em 1930, debitava-se a escassez de inclinação aos furores da batalha na conta da covardia ou da frouxidão do patriotismo, em 1932, a ânsia de novos mundos prometida pela deflagração de revoluções via-se rebaixada à condição de conduta disfarçada de uma vontade envergonhada de dissolução social:

Perigosa puérilidade, embora inspirada em sinceros sentimentos, a pretensão de fazer novo programa da revolução, equivalente a fazer revolução dentro da revolução. Tal concepção somente se compreende em elementos interessados na dissolução social (VARGAS, 1932).

Uma permanente revolução no Estado e nas estruturas que o acompanham distava cada vez menos do estado revolucionário dos próprios cidadãos. Em 1940, pouco tempo depois de esfriada a atmosfera revolucionária, o herói nacional, delineado na ocasião do encontro entre autoridades do esporte e da educação, vestia-se em harmonia com as características do clima temperado que deveria pautar o ambiente político por vir:

Sim, heróico porque empreendeu sosinho esta grande obra – não é só no combate de homens contra homens que se prova o heroísmo. Herói mais alto é quem, a despeito de embaraços e tropeços, segue sereno a estrada do dever [...] o das concretizações dos seus ideias (Arquivo Gustavo Capanema, 1940).

Cada vez mais, a abertura e o acolhimento de novos horizontes davam lugar ao imperativo de concretização dos planos previamente traçados. O problema do governo não era mais o de incutir novos sonhos no horizonte dos cidadãos, mas fazê-los aderir, de corpo e alma, ao sonho único da revolução. Cada vez menos se evocavam os bravos indômitos dos idos da revolução, sempre e sempre dispostos a sangrar pela pátria (BRESCIANI, 1996). Com mais e mais frequência, políticos, como Oliveira Vianna, um decalque tupiniquim às avessas do herói da *Ilíada*, uma espécie de Aquiles que abdicou voluntariamente das glórias da guerra contra Troia em obediência às leis da cidade. Assim, Oliveira Vianna, tendo tudo nas mãos, podendo ser tudo, foi, entretanto,

“o mais modesto dos heróis” e “o mais obediente dos cidadãos” (idem). Desde a vitória de 1930, “revolução não é revolta” (idem). Em consequência, incorria em grave erro quem insistia em “confundir revolução com o episódio que a deflagra” (Vargas, 1934). Se Vargas chegara ao governo de forma excepcional, de uma maneira “diferente e dramática” (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), cumpria desdramatizar a explosão revolucionária inicial, na medida em que o sucesso do futuro da revolução dependia de ela ser continuada sem os obstáculos da resistência e da revolta. De maneira indelével, os verdadeiros desígnios da nação estavam fixados pela revolução vitoriosa de outubro (VESENTINI, 1997). Isso significava: doravante, apenas o temor de errar os alvos pré-determinados. Isto é, a má conduta política concernia apenas à aplicação do alfabeto político, nunca ao próprio alfabeto. Haveria cabimento, então, para passadas que não seguissem lenta e obedientemente os caminhos já indicados? Ouvia-se que, “para assegurar esses objetivos” (VARGAS, 1936), os delineados pela revolução, não mais se impunham mudanças radicais:

Num país como o nosso, com a sua população disseminada sobre vasta área territorial, mal servido de vias de comunicação e com imperfeita unidade administrativa, esta operação, por sua natureza delicada, certamente, será morosa, perdurando por vários meses (VARGAS, 1931).

Longe de ser uma realidade autossuficiente, a perfeição dos programas de governo varguistas dependia da contínua flexibilização das diretrizes previamente estipuladas. Membros do governo chegavam mesmo a afirmar que certos comportamentos imprevistos nos programas do Estado deveriam não apenas ser tolerados por parte do governo, mas acolhidos, como se certa margem de surpresa fosse essencial na atualização permanente dos rumos definidos:

A adoção de um plano amplo não significaria, em absoluto, a obrigação de executá-lo por inteiro, desde o princípio. É freqüente instituírem-se serviços com a previsão, em lei, de seu sucessivo desenvolvimento, bem como de futuros acréscimos, que se tornam necessários para melhor preenchimento de sua finalidade. Em toda a obra de vulto deveria haver certa margem de descortino, a fim de facilitar e orientar a sua evolução ulterior (Arquivo Gustavo Capanema, 1946).

No limite, a integração de ações insuspeitas, possibilitada pela flexibilização das metas traçadas pelo governo de Vargas, deveria contemplar até mesmo a transformação do modo de ser da alteridade indócil, atraindo-a para as raias das “justas aspirações”

(Vargas, 1938), o que se traduzia no modo como vinham sendo tratados os inimigos da pátria:

Posso afirmar-vos que, até agora, todos os detidos são tratados com benignidade, atitude essa contrastante com os processos de violência que eles apregoam e, sistematicamente, praticam. Esse procedimento magnânimo não traduz fraqueza. Pelo contrário, é próprio dos fortes, que nunca se amesquinham na luta e sabem manter, com igual inteireza (VARGAS, 1936).

Não se tratava de instigar o pacifismo, como vimos. As palavras de Vargas não visavam concitar os sujeitos a permanecerem “em guarda”, “na posição de quem, apenas, se defende” (idem). Ausência de violência não era, ali, passividade. No entanto, as iniciativas de contenção dos movimentos subversivos que não se dobravam aos mecanismos de inclusão da ordem varguista vinham sendo obradas por intermédio de medidas que dispensavam o uso da violência física direta, tal como o isolamento, a segregação, medidas que brilhavam pela eficiência na eliminação dos focos contaminadores, dos elementos de dissolução da ordem em geral, sem o apelo ao aniquilamento da integridade física. Aparteando: não avançamos na compreensão do que estava ali em jogo se confundirmos unidade e pavimentação, pois as técnicas de harmonização da diferença constituíam o salto do gato dos regimes em causa, exatamente o que Balzac teria surpreendido em Nova Iorque, ao apelidar a cidade de “Babel sem confusão” (SERRANO; FILHO, 1931, p.121). Na verdade, a erradicação da diferença vinha sendo implementada pelo comunismo, o maior adversário político da época, precisamente uma forma de organização social que recorria ao “nivelamento brutal e contraproducente de classes” (Arquivo Gustavo Capanema, 1937). À contramão do soviétismo, o governo brasileiro propugnava pela adoção imediata das mais variadas “fórmulas de harmonia” (idem), sem descontar a harmonia entre a riqueza e a pobreza, a ponto de a principal tarefa do Estado moderno poder ser identificada ao dever de “preparar a distribuição dos homens” (idem), de preferência pelos diferentes tipos de educação. Segundo Lourenço Filho, eis o sonho de Rui Barbosa: o ensino compreenderia, desde o grau secundário, e apesar da “função de homogeneizar”, “diferenciar e especializar” (FILHO, 1956, p.30). Logo, tudo, menos rebanho. Antes, o *puzzle*. Quer dizer, a “nítida visão de conjunto”, aliada à “disposição das peças que o devem compor” (idem). Se cada atividade social tinha seu campo bem delimitado, todos deviam estar “convergindo para uma mesma finalidade” (idem). Ou, ainda melhor, o corpo. Sobrepondo a imagem biológica do corpo orgânico à do corpo social chegava-se à conclusão de que, se havia “um órgão para cada trabalho fisiológico e um trabalho

fisiológico particular para cada órgão especializado” (idem), também não poderia deixar de haver “para cada função social o seu homem e uma função para cada homem (idem)”:

No corpo humano, no corpo social, no corpo da nação, a condição primordial para um funcionamento perfeito está em que cada órgão execute naturalmente a sua função (idem).

Assim, a abertura das “vias de comunicação” (VARGAS, 1934), visava tirar-lhes [leia-se: dos cidadãos] a “fisionomia gregária” (idem). No lugar da imposição à partida da monotonia do mesmo, a montagem de regimes de diferenciação altamente especializados e “sem aparência de grandiosidade” (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), cujo resultado final fosse a produção sistemática e silenciosa da adaptação dos indivíduos a lugares específicos da maquinaria social, medida que encontrava apoio na rede teórica costurada pelas autoridades da época, como Venâncio Filho, para quem a educação era definida como ajustamento do indivíduo a seu meio, tendo em mira a ação mais útil para si e para a comunidade em que ele vive.

Sem uma longa e paciente preparação educativa, que se infiltre na intimidade das almas, não pode existir uma massa social conciente das suas funções e das suas finalidades, capaz de dirigir-se com eficiência (Idem).

Repetidamente frisado pelas autoridades ligadas ao Estado, o conceito de coordenação dava corda à ciranda, às voltas com racionalidades idênticas, que cancelavam a aparente autonomia das esferas sociais, sem que isso as levasse a seguir, cegamente, planificações centralizadas e emanadas de algum Big-Ben estatal. Muito mais do que o dirigismo direto, a coordenação embalava o sono das autoridades de então:

A enormidade das distâncias, as diferenciações da nossa estrutura geográfica, a nossa posição continental, a diversidade de climas, a abundância das fontes de riqueza inexplorada, as deficiências inevitáveis da organização econômica e social constituem fatores de difícil coordenação, quando se nos impõe dirigir e assegurar o ritmo ascendente do nosso progresso (VARGAS, 1935).

A conquista da estabilidade da ordem social contava também com mecanismos culturais dedicados ao cultivo dos espíritos, isto é, aproveitamento, desenvolvimento e criação. Muito embora as políticas públicas alemãs nortearassem constantemente modelo ao governo de Vargas, o Brasil não acompanharia o tratamento germânico dispensado aos inimigos da pátria. Se o objetivo da cultura era, sobretudo, produção, “que espécie

de cultura é essa que, em vez de produzir, se preocupa em destruir?” (Arquivo Gustavo Capanema, 1946). Exceto em períodos revolucionários, não seria o recurso sistemático à violência uma confissão de impotência? Antes de ser questão psicológica, o fascismo era visto como tentativa desesperada de conservação de uma organização social em vias de sucumbir. O exterminismo antisemita não era “fruto de cérebros doentios” (idem), mas sim um descomunal “esforço final de sobrevivência de uma organização agonizante” (idem). Portanto, o modelo alemão tinha vez e voz, mas também seus muitos senões. Mesmo depois do levante comunista de 1935, Vargas insistiria que o melhor era “prevenir maiores e mais profundos males, cuidando de organizar e disciplinar” (VARGAS, 1936), na esperança de transformar cada brasileiro em fator conciente e entusiasta de seu regime, pois o programa da revolução de 1930, muito mais do que promover a destruição, fincara as bases de processos de renovação:

Nesta fórmula – renovar – está toda a ideologia que Getúlio Vargas trazia consigo, ao conduzir a revolução vitoriosa. A revolução não veio para derrubar homens, não veio para fazer coisas contrárias, mas para fazer coisas novas, para criar no Brasil uma vida nova (Arquivo Gustavo Capanema, 1939).

No início do artigo, perguntava-se: qual é essa racionalidade que, muito mais do que soterrar acontecimentos violentos, tenta pacificar as dinâmicas sociais? Ora, tentei mostrar como, na ânsia de rebater o absurdo da afirmação de uma ditadura branda, perdemos de vista que, ainda que se subscreva que o Brasil não tenha produzido o mesmo número de mortos que a ditadura chilena de Pinochet, a afasia da potência contestatória dos sujeitos desde a década de 1930 (FICO, 2013), afasia esta que resulta da criação de um novo espírito, isto é, de uma nova ética formadora da relação dos sujeitos consigo, é de uma violência atroz. Por isso, para podermos pensar mais e melhor a respeito das heranças da ditadura que continuam a operar na contemporaneidade, cumpre radicalizar o estranhamento, não apenas diante da brutalidade das violências físicas, mas também em relação às liberdades ofertadas, já que, se “não é o homem que detém a liberdade” (LEVINAS, 2008, p.18), se “é a liberdade que detém o homem”, continuaremos no escuro a respeito das intenções e das estratégias das formas de relação do sujeito consigo forjadas no idos das duas ditaduras brasileiras se não mergulharmos a fundo na ampliação da compreensão dessas liberdades por meio das quais estamos, ainda que nunca de maneira indelével, detidos.

Referências

- ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edons; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- Arquivo Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, 1936.
- _____, Rio de Janeiro, 1937.
- _____, Rio de Janeiro, 1938.
- _____, Rio de Janeiro, 1939.
- _____, Rio de Janeiro, 1940.
- _____, Rio de Janeiro, 1941.
- _____, Rio de Janeiro 1946.
- Arquivo António Salazar, Lisboa, 1928.
- _____, Lisboa, 1930.
- _____, Lisboa, 1933.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Razão e paixão na política. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). *História & Utopias*. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, p. 13-23, 1996.
- DIDONET, Humberto. *Antologia social: uma colaboração para a reforma cristã das estruturas*. Rio Grande do Sul: SESI, 1962.
- _____. *Associativismo*. São Paulo: SESI, 1963.
- FAGUNDES, Coriolano de Loiola Cabral. *Censura e liberdade de expressão*. São Paulo: Taika, 1974.
- FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Revista Topoi*, vol.14, n.27, p.239-261, 2013.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *O dever dos intelectuais*. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1936.
- GIL, José. *Salazar e a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água editores, 1995.
- JERÔNIMO, H.M.; NEVES, José. Entrevista com Boaventura Sousa Santos: “o intelectual de retaguarda”. *Análise Social*, 204, xlvii (3.º), pp. 685-711, 2012.
- JUNIOR, Onofre de Arruda Penteadado. *Compendio de Psicologia: problemas de psicologia educacional*. São Paulo, 1949.
- LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.
- _____. *Introdução ao estudo da escola nova: Bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea*. São Paulo: edições melhoramentos, 1929.
- PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomes. *O Passado que não Passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.
- SERRANO, Jonathas; FILHO, Venâncio. *Cinema e Educação*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.
- SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de papel: a política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. Tese (Doutorado em História) – UFMG. Belo Horizonte, 2009.
- VARGAS, Getúlio. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1931/03.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1932/01.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1933/09.1.pdf/download>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1934/01.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1935/12.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1936/01.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/07.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Artigo recebido em: 09/04/2015. Aprovado em: 26/11/2015.

PERFILAMENTO HISTÓRICO DA ORDEM ECONÔMICA DO BRASIL (1889/-) RETRATADA NAS CARTAS CONSTITUCIONAIS

HISTORICAL PROFILING OF THE BRAZILIAN ECONOMICAL ORDER (1889/-) RECORDED IN THE CONSTITUTIONAL CHARTERS

Thiago Lopes MATSUSHITA*

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar os períodos que englobam as respectivas Constituições da República brasileira, com o enfoque na ordem econômica, trazendo para o debate a escolha de cada uma delas em face das opções de organização estatal no que diz respeito ao nível de intervencionismo inerente à regência jurídica da economia, desde o Estado Liberal até o Estado Totalitário, prevalecendo contemporaneamente a estrutura imposta pela Carta de 1988 de um Estado de Intervenção Necessária.

Palavras-chave: Estado de Intervenção Necessária; Ordem Econômica; Constituição Federal de 1988.

Abstract: This article aims to analyze the periods that encapsulate their respective Brazilian Republic Constitutions, focusing on the economical order, bringing to the discussion their choice in view of the options of state organization as far as the level of inherent interventionism to the judicial conduct of economy is concerned, from the Liberal State to the Totalitarian State, prevailing temporarily to the structure imposed by the 1988 Bill of a State of Necessary Intervention.

Keywords: State of Necessary Intervention; Economical Order; Federal Constitution of 1988.

Introdução

O direito econômico pode ser definido, como aqui propomos, como a ciência do direito responsável por estudar a regência jurídica da economia, ou seja, a ordem econômica propriamente dita. Todo Estado soberano, com sua Constituição e demais normas integrantes de seu ordenamento jurídico, conta com uma forma de regência jurídica de sua economia, mesmo em casos que, se assim pode-se dizer, houver uma política de completa não intervenção do Estado, pois, ainda assim, a não-intervenção é uma opção normativa, constitucional e político-econômica e, portanto, uma forma de se ordenar a economia através da absolutização do princípio da livre concorrência e do direito de propriedade.

Partindo desse pressuposto, pretendemos discorrer sobre a mutação constitucional da ordem econômica durante o período brasileiro republicano, evocando, para tanto, precedentes históricos que vieram a consolidar tal ordem, a fim de balizá-la temporalmente, sintetizando-se, afinal, naquela imposta pela Constituição de 1988.

* Doutor em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Graduação, Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da PUC-SP. Vice-coordenador da Graduação em Direito da PUC-SP. E-mail: thiagomatsushita@uol.com.br

O período 1889-1930

A República brasileira tem início em 15 de novembro de 1889, liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que se tornou chefe do governo provisório, sendo que, posteriormente, já sob a égide da Constituição de 1891, assumiu o cargo o presidente Floriano Peixoto. A promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, que foi a segunda Constituição do Brasil e a responsável por marcar a transição da monarquia para a república, já fora instituída sob o manto da abolição da escravatura, em 1888. O período que compreende 1889 até 1930 é conhecido como República Velha, período este no qual desempenharam importante papel econômico, e conseqüentemente forte domínio político, as elites agrárias mineiras, cariocas e paulistas, mormente pelo grande desenvolvimento da agricultura, do comércio e da exportação de café. É como salienta Mircea Buescu (1990, p. 41-42), sobre o início da República Velha:

[...] vê-se uma economia subdesenvolvida, com base agrícola e cujo setor dinâmico é constituído pela exportação de produtos primários, primordialmente o café. A estrutura do produto real mostrava uma forte preponderância da agricultura e comparação com a indústria: ainda em 1903 o universo dos dois setores tinha a composição aproximada de 80:20 [...]. A exportação que devia contribuir com cerca de 20-25% na renda global, estava concentrada, por cerca de 95% do valor, em oito produtos primários, sendo que o café representava sozinho mais de 60% [...].

A população brasileira, na sua maioria, assistiu, não foi parte da transição da monarquia para a chamada Primeira República no Brasil, tendo sido esta uma nova composição das classes dominantes que não desejavam mais se manter ligadas a uma estrutura estatal burocratizada e emperrada no que diz respeito a suprir seus anseios e necessidades de desenvolvimento econômico-financeiro. Neste sentido, acompanhamos a ainda atual lição de João Cruz Costa (1974, p. 46):

O novo regime foi, assim, mais uma transformação de cúpula; foi o resultado de uma composição da burguesia com uma parte da plutocracia rural – foi, em suma, a ascensão de um governo burguês oligárquico. “Nesta transição consistirá a história do poder político nos primeiros trinta ou quarenta anos de República. A declaração do novo regime político, por certo não tivera o condão de transformar a ordem política do País, nas suas bases sociológicas, e, nem sequer, nas suas bases jurídicas, já que grande parte da legislação e das instituições governamentais que o País criara durante o Império, especialmente durante o segundo Império, continua na República. [...] A alteração sensível é no sentido de romper o véu do patriarcalismo monárquico que escondia e, de certo modo atenuava, o poder dessas

oligarquias regionais nascidas dos clãs rurais. A República tem o condão de reconhecer mais abertamente o poder destes [...].

Assim, é nesta trilha que foi constituída a Carta de 1891, com o intuito de favorecimento mormente às oligarquias agrárias e cafeeiras brasileiras. Nestes termos, seguimos os dizeres de Boris Fausto (1995, p. 249):

Os partidários da República liberal apressaram-se em garantir a convocação de uma Assembléia Constituinte, temerosos do prolongamento de uma semiditadura sob o comando pessoal de Deodoro. O novo regime fora recebido com desconfianças na Europa. Como dizia Rui Barbosa – ministro da Fazenda do governo provisório –, era necessário dar uma forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da República e a obtenção de créditos no exterior. [...]

A primeira Constituição da República inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República federativa liberal.

Desta forma, como sustenta Lauro Ishikawa (2013, p. 153-154),

O texto constitucional de 1891, por sua vez, responsável pela instauração da República, continuou pautado nos princípios do liberalismo clássico individualista e do positivismo, resultante do movimento político e militar responsável pela derrubada do Império em 1889, inspirada na organização política estadunidense, desta vez, dispendo sobre o direito de propriedade numa Seção intitulada Declaração de Direitos:

Art.72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 17. O direito de propriedade mantem-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indemnização prévia. [...]

§ 24. É garantido o livre exercicio de qualquer profissão moral, intellectual e industrial.

§ 25. Os inventos industriaes pertencerão aos seus autores, aos quaes ficará garantido por lei um privilegio temporario ou será concedido pelo Congresso um premio razoavel, quando haja conveniencia de vulgarizar o invento. [...]

§ 26. Aos autores de obras litterarias e artisticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las pela imprensa ou por qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos autores gosarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

§ 27. A lei assegurará a propriedade das marcas de fabrica.

Além do que, vale referirmo-nos ao artigo 65, 2º, da Constituição que prescrevia ser facultado aos Estados “em geral, todo e qualquer poder ou direito, que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição”. Tal artigo, consoante Fausto, autorizava, mesmo que implicitamente, os Estados a “exercer

atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias: as forças públicas estaduais” (FAUSTO, 1995, p. 249). E continua o autor:

Tais atribuições eram do interesse dos grandes Estados e, sobretudo, de São Paulo. [...] a possibilidade de contrair empréstimos no exterior seria vital para que o governo paulista pudesse por em prática planos de valorização do café. Uma atribuição importante para os Estados exportadores – e portanto para São Paulo – foi a de decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias. Desse modo, eles garantiam uma importante fonte de renda que possibilitava o exercício da autonomia. (FAUSTO, 1995, p. 249)

A valorização do café, mormente controlada pelas políticas estatais e da União de exportação, começou, a partir de 1893, a sofrer crises e declínios. Para explicar tal fenômeno, valem as palavras de Celso Furtado (2007, p. 253-254):

A partir da crise de 1893, que foi particularmente prolongada nos EUA, começaram a declinar os preços no mercado mundial. O valor médio da saca exportada em 1896 foi 2,91 libras, contra 4,09 naquele ano. Em 1897 ocorreu nova depressão no mercado mundial, declinando os preços nos dois anos seguintes até alcançar 1,48 libra em 1899. Se os efeitos da crise de 1893 puderam ser absorvidos por meio de depreciação externa da moeda, a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897, tornou impraticável insistir em novas depreciações. [...] No convênio, celebrado em Taubaté em fevereiro de 1906, definem-se as bases do que se chamaria política de "valorização" do produto. Em essência, essa política consistia no seguinte: a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Assim, estando sob uma Constituição fortemente influenciada pelo pensamento liberal, o Convênio de Taubaté estabeleceu cláusulas de grande intervenção estatal na economia. Tal Convênio fora firmado entre os Estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O seu artigo 1º, por exemplo, tinha a seguinte redação:

Durante o prazo que for conveniente, os estados contratantes obrigam-se a manter, nos mercados nacionais, o preço mínimo de 55 a 65 frs. em ouro, em moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo 7 americano, no primeiro ano; este preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de 70 frs., conforme as conveniências do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação, americana, os preços indicados serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos.

A doutrina liberal, portanto, conforme incorporada no país naquela época, não deve ser tomada no viés de total e completa intervenção estatal, mas sim no de manutenção, nem que seja pelo próprio Estado, do *status quo* de poderio econômico da parcela da sociedade mais favorecida com a empreitada cafeeira. Liberal, portanto, até o ponto em que não prejudicasse as oligarquias predominantes no poder. Isso porque, além da intervenção dos governos estaduais na política do café, o governo federal criou a Caixa de Conversão, “com a finalidade de manter a estabilidade cambial necessária à execução da política de valorização do café” (FURTADO, 2000, p. 142).

Além disso, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro se encontra enfrentando uma crise na produção de seu principal produto de exportação, ainda a oligarquia dominante passa a ter de começar a lidar com a fragmentação da propriedade rural fundiária em vista do crescimento de pequenos proprietários e comerciantes. Neste sentido, cabem as palavras de Caio Prado Júnior (2006, p. 251-253):

[...] são as crises sucessivas do café que trarão em São Paulo a maior contribuição para o processo de desintegração do grande domínio agrário e sua substituição pela pequena propriedade. O retalhamento das fazendas e sua venda em lotes de custo acessível aos trabalhadores rurais representará muitas vezes a única solução para as dificuldades financeiras dos seus proprietários. [...]

Aí, contudo, salvo em áreas no conjunto relativamente reduzidas, não se verificou a concorrência avassaladora da grande lavoura comercial, ou então ela não perdurou. Tornou-se possível assim o estabelecimento e desenvolvimento, em diferentes pontos, de uma estrutura agrária na base da pequena propriedade, resultante seja da simples ocupação da terra por povoadores modestos [...] seja da partilha por sucessão hereditária de propriedades sem condições de exploração comercial de conjunto, e que por isso se foram desmembrando. Observa-se isso em algumas partes de Minas Gerais, nas velhas regiões canavieiras da Bahia, em grandes setores do Nordeste, e igualmente nos Estados no Norte, Maranhão em particular.

As políticas de valorização do café continuaram durante toda a Primeira República, tendo sido os anos vinte (mais especificamente entre 1923 e 1928) fase positiva da economia de agroexportação brasileira. O processo de industrialização, principalmente paulista, e o ciclo imigratório tiveram grande desenvolvimento, com o apoio do governo federal e dos governos estaduais. Washington Luís, ascendido à presidência em 1926, criou, mediante o Decreto 17618/27, a Caixa de Estabilização, restabelecendo o padrão-ouro a fim de assegurar estabilização dos preços para o exportador e a atração de investimentos estrangeiros.

Mesmo mediante políticas de valorização do café, a Grande Depressão, iniciada em 1929, afetou, como não podia deixar de ser, a economia nacional. Como salienta Celso Furtado, este período foi quando

[...] os preços pagos ao produtor de café foram reduzidos à metade, permitindo-se, entretanto, que crescesse a quantidade produzida. A redução da renda monetária, no Brasil, entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, se situa entre 25 por cento e trinta por cento, sendo, portanto, relativamente pequena se se compara com a de outros países. Nos EUA, por exemplo, essa redução excedeu a cinquenta por cento [...]. A diferença está em que nos EUA a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse de destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes.

Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se um verdadeiro programa de fomento da renda nacional. (FURTADO, 2007, p. 271-272)

Assim, pode-se dizer que este período foi marcado economicamente pela intervenção mínima do Estado na economia, se preocupando este somente em garantir a estabilidade financeira e certos ajustes nas políticas de importação e exportação, contribuindo, portanto, para a manutenção das oligarquias no poder, sem proceder com qualquer política que pudesse privilegiar as classes menos favorecidas, no sentido de transferência de renda ou até de incentivo ao trabalhador ou ao pequeno e médio produtor. Portanto, conforme já salientamos em outro momento:

Corroborando o ideário de liberdade estatuído na Revolução Francesa, manteve-se a idéia da órbita econômica de Estado Liberal e ficou garantido o livre trabalho, que deverá ser atendido de forma a compatibilizar os interesses da livre iniciativa com o Estado, em detrimento do trabalhador. (MATSUSHITA, 2007, p. 39)

Assim, como consequência, segue a lição de Milton Braga Furtado (2000, p. 155):

A crise de superprodução do café, em 1929, seguida da *Grande Depressão*, agravou a situação política nacional, a ponto de precipitar a revolução de outubro de 1930. Ascendeu, então, ao poder um grupo de militares e profissionais civis, chefiados por Getúlio Vargas. Por imposição da própria conjuntura, o Estado passou a intervir mais na economia nacional, e esta, por efeito da própria crise, voltou sua face mais para o mercado interno. (Grifo do autor)

O período 1930 - 1945

A Revolução de 1930, em princípio, surgiu por uma desavença no acordo antes estabelecido mormente entre os governos de São Paulo e Minas Gerais, acordo este conhecido como política do café-com-leite, que prezava pela alternância no poder entre as oligarquias. Era a vez de Minas Gerais indicar o próximo candidato às eleições à presidência, porém os paulistas indicaram Júlio Prestes como candidato que, apoiado pelas elites paulistas, foi afinal eleito Presidente da República.

Os políticos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, apoiando-se na insatisfação popular com o governo de Washington Luís em face da crise instalada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929, e ainda com o assassinato do candidato à vice-presidente de Getúlio Vargas, o paraibano João Pessoa, ambos candidatos contrários à posse do paulista recém-eleito, se juntaram à militares do Exército e da Marinha e depuseram o presidente, instalando, em seguida, uma junta militar que transferiu o poder para Getúlio Vargas.

Vargas, assim, governou o país até 1934 através do Decreto 19.398 de novembro de 1930, que prescrevia que Governo Provisório exerceria, “discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país” (art. 1º). Estabeleceu, ainda, que “todas as nomeações e demissões de funcionários ou de quaisquer cargos públicos, quer sejam efetivos, interinos ou em comissão, competem exclusivamente ao Chefe do Governo Provisório” (art. 1º, par. único), e determinou a “dissolução do Congresso Nacional das atuais Assembleias Legislativas dos Estados (quaisquer que sejam as suas denominações), Câmaras ou assembleias municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativas, existentes nos Estados, nos municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre” (art. 2º).

Neste contexto que emergiu o chamado Club 3 de Outubro, organização cujos integrantes defendiam o prolongamento do Governo Provisório e o conseqüente adiamento da Assembleia Constituinte. Diversos tenentes que dessa organização faziam parte foram nomeados interventores federais nos Estados.

Em fevereiro de 1932, o Clube divulgou o esboço de seu Programa, que criticava o federalismo oligárquico da República Velha e fazia a defesa de um governo central forte; da intervenção estatal na economia; da convivência da representação política de base territorial com a representação corporativa, eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; da eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; da

nacionalização de várias atividades econômicas, como transportes, exploração dos recursos hídricos e minerais, administração dos portos etc.; da instituição da previdência social e da legislação trabalhista.

A intervenção do governo federal nesta época, como se pode verificar, foi muito superior à daquela política que vigorava desde 1891. Assim, como decorrência, consoante lição de Manuel Correia de Andrade (1980, p. 59):

O evoluir da crise econômica com graves reflexos no país, a repercussão dos movimentos de reivindicações operárias e a agressividade dos tenentes reunidos no Clube 3 de Outubro contribuíram para amedrontar a burguesia rural dos estados mais ricos: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por isso, alguns meses após a vitória da revolução, já os “liberais” descontentes, frustrados, estavam a pedir o fim da ditadura e a realização de eleições para a Assembléia Constituinte. O fato tomava mais ênfase nos estados que possuíam partidos políticos organizados como o Rio Grande do Sul – partidos Republicano e Libertador – e São Paulo – partidos Republicano e Democrático – onde os tenentes não conseguiram ficar de posse do poder. Daí surgir nos dois estados a política da Frente Única em favor da Constituição.

Getúlio, que era um verdadeiro estadista, evitava comprometer-se, ora cotejando os políticos, ora as massas trabalhadoras e ainda os militares, tentando consolidar o seu poder e anular os concorrentes.

Esse descontentamento dos liberais, atrelado à ameaça às próprias oligarquias rurais, foi um dos fatores para, juntamente com militares dissidentes do Governo Provisório, realizarem a denominada Revolução Constitucionalista de 1932 que foi primordial para a instituição da tão adiada Assembleia Constituinte em 1933, resultando na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. André Ramos Tavares (2011, p. 106) salienta três pontos essenciais para a promulgação da Carta de 1934:

O Estado que se formava interventor foi impulsionado basicamente por três fatores: 1.º) a depressão mundial que atingiu a economia cafeeira no Brasil; 2.º) o parâmetro mundial de intervenção, com o fascismo, o nazismo e o comunismo; 3.º) uma demanda social por intervenção, pelo fim do modelo clássico liberal [...].

Dita Constituição já apresenta um corpo normativo bem diferente das anteriores. Sendo a segunda Carta da República, foi claramente inspirada nas Constituições do México, de 1917, e a de Weimar, de 1919. Sobre esses diplomas legais, conforme já salientamos em outro momento,

Tais documentos foram frutos de um movimento de ordem mundial que visava consagrar em nível constitucional os direitos fundamentais de segunda geração, ou seja, os direitos sociais. Tal movimento é denominado

Constitucionalismo Social. Com essas consagrações, o homem social passou a viver ao lado do homem político. A partir daqui, consagraram-se, nas constituições, não só as liberdades, mas também os direitos sociais, que visavam criar uma igualdade real. (MATSUSHITA, 2007, p. 41)

Assim, neste sentido também foi promulgada a Constituição brasileira de 1934. Foi definido o Título IV – Da Ordem Econômica e Social -, sendo a primeira Constituição a proclamar em seu rol os direitos sociais, estabelecendo no artigo 115 que “a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da Justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica”. Constava, ainda, no texto constitucional:

Art. 115. Parágrafo único - Os Poderes Públicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas várias regiões do País.

Art. 116 - Por motivo de interesse público e autorizada em lei especial, a União poderá monopolizar determinada indústria ou atividade econômica, asseguradas as indenizações devidas, conforme o art. 112, nº17, e ressalvados os serviços municipalizados ou de competência dos Poderes locais.

Art. 117 - A lei promoverá o fomento da economia popular, o desenvolvimento do crédito e a nacionalização progressiva dos bancos de depósito. Igualmente providenciará sobre a nacionalização das empresas de seguros em todas as suas modalidades, devendo constituir-se em sociedades brasileiras as estrangeiras que atualmente operam no País.

Parágrafo único - É proibida a usura, que será punida na forma da Lei.

Dentre outras normativas de cunho social, a Carta de 1934 ainda proclamou o reconhecimento dos sindicatos e as associações profissionais conforme a lei (art. 120), a proteção social do trabalhador atrelada aos interesses econômicos do país (art. 121), salário mínimo a fim de atender as necessidades normais do trabalhador (art. 121, § 1º, alínea “b”), e o trabalho na base de oito horas diárias (art. 121, § 1º, alínea “c”).

Assim, seguimos a lição de Américo Luís Martins da Silva (2003, p. 24):

Apesar de as Constituições brasileiras seguirem tradicionalmente as diretrizes jurídicas e políticas do *Estado individualista-liberal*, na disciplina da ordem econômica, é inegável que o *intervencionismo estatal* progrediu acentuadamente a partir da Constituição de 1934. Esta Constituição brasileira foi a primeira a consignar princípios e normas sobre a ordem econômica, evidentemente inspirada na Constituição alemã de 1919, elaborada durante a República de Weimar, que, por sua vez, teve, na cultura ocidental, influência decisiva e veio simbolizar o figurino do moderno *constitucionalismo democrático*, criando, ineditamente, um título referente à “Ordem Econômica e Social”. (Grifo do autor)

Neste período, iniciou-se amplo processo de industrialização no país. Como nos leciona Celso Furtado (2007, p. 278-279),

É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado; criando os fundos necessários, dentro da própria Indústria para sua expansão subsequente. Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão.

Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamente atingidos pela crise industrial.

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias a instalação no país de uma indústria de bens de capital.

Dito processo de industrialização foi auxiliado por uma política explícita de intervenção estatal na economia, e isto, consoante Van Der Laan, Cunha e Fonseca,

[...] à medida que o repúdio do Estado Novo ao liberalismo político associava-se a sua determinação de também se afastar do liberalismo econômico. Isso imprime sentido de direcionismo econômico às medidas cambiais em tela. Os empresários particulares eram, assim, estimulados a prosseguir com os seus próprios esforços, enquanto o Governo Federal ampliava a sua autoridade para dirigir a economia por dois modos principais: a "manipulação de incentivos", por impostos, controles de câmbio, cotas de importação, controles de crédito e exigências salariais; e a intervenção direta, através de investimentos públicos, em setores como ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas, como o petróleo e o aço [...].

Em 1934, sob destacada influência do Partido Comunista do Brasil – PCB, organizou-se a Aliança Nacional Libertadora – ANL, formada a partir de grupos militares e intelectuais inconformados com as aproximações fascistas e o caráter conservador e centralizador do governo getulista. Através do suporte às revoltas populares nacionais, se baseava no viés de suspender o pagamento da dívida externa, promover a reforma agrária, proteção aos pequenos e médios proprietários, nacionalização das empresas estrangeiras e promulgação de uma nova Constituição.

Tal Aliança teve participação preponderante na denominada Intentona Comunista, cujo principal líder era Luís Carlos Prestes, e que se define como uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas realizada em novembro de 1935 pelo PCB. A Intentona, assim,

[...] serviu de pretexto para a promulgação da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, de 4.4.1935) e a criação do Tribunal de Segurança Nacional, através da Lei nº 244, de 11.9.1936, bem como a emissão de outras normas jurídicas de repressão às liberdades públicas. Com a anuência do Poder Legislativo, a Constituição Federal de 1934 foi emendada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 18.12.1935, visando equiparar as comoções intestinas graves ao estado de guerra. Em seguida, os sindicatos foram fechados, as imunidades suspensas e presos inúmeros parlamentares, bem como as lideranças políticas foram lançadas na clandestinidade ou nos cárceres. Até que, em 10.11.1937, sob o argumento de atender “às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem” [...], Getúlio Vargas acabou impondo um golpe de Estado, rasgando a Constituição de 1934 e outorgando uma nova Constituição no mesmo dia, com vigência na mesma data. (SILVA, 2003, p. 31)

A Constituição de 1937, apelidada de “Constituição polaca” comparando-a à Constituição ditatorial polonesa, de 1935, foi outorgada por Vargas estabelecendo efetivamente um Estado ditatorial, denominado de Estado Novo, permitindo o Presidente governar o país mediante decretos-lei, o que se verificou substancialmente na prática.

[...] o fato é que os dois únicos artigos que nela tiveram eficácia foram o *artigo 180*, onde está dito que “*enquanto não se reunir o Parlamento Nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-lei sobre todas as matérias da competência legislativa da União*”, e o *artigo 186* (“*é declarado em todo o país o estado de emergência*”). (FONSECA, 2005, p. 116, grifo do autor)

As fontes efetivas das normas regentes da ordem econômica pátria foram, por fim, os decretos-lei e demais normas infraconstitucionais. O artigo 122, inciso 14, da Carta, prescrevia que o conteúdo e limites do direito de propriedade “serão os definidos nas leis que lhe regularem o exercício”, submetendo, portanto, a regulação deste direito às regulações infraconstitucionais. Neste período de vigência da Carta constitucional de 1937, o que se percebe, conforme já salientamos anteriormente,

[...] é a sensação da “Mão Forte do Estado”, agindo para interferir nas externalidades provocadas pelo mercado e prover os meios econômicos para sustentar a economia do país. Mesmo assim, consagra os direitos dos trabalhadores, assegurando que do trabalho honesto é garantido a todos o direito de subsistência. (MATSUSHITA, 2007, p. 58)

Assim, neste quadro, partilhamos das palavras de Paulo Bonavides e Paes de Andrade (1991, p. 333):

A Constituição de 1937, enfim, está na base do surgimento de uma burocracia estatal com pretensões legislativas, de um Poder Executivo centralizado e extremamente forte, de um Legislativo pulverizado e convertido em Conselho Administrativo. Ela é o reflexo de uma corrente autoritária de pensamento que subjugou nossas melhores esperanças democráticas. [...] A Constituição de 37 não respeitou nem mesmo seu próprio texto, concentrando direitos numa única pessoa (o Presidente). Ela foi o biombo de uma ditadura que sequer tinha preocupações com os disfarces.

Como demonstração do intervencionismo estatal, foram criados o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938, objetivando, entre outras funções, orientar e fiscalizar o monopólio do petróleo, além do Plano Especial de Obras Públicas e Reparcelamento da Defesa Nacional, de 1939, que “visava a criação de indústrias de base, germinadoras de atividades econômicas, à execução de obras públicas essenciais à implantação da infraestrutura econômica e, também, à defesa nacional, em face do aumento da tensão internacional” (FURTADO, 2000, p. 161).

Os direitos dos trabalhadores, porém, continuaram protegidos, tanto na Constituição, por exemplo, na redação de seu artigo 136: “O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa”. Como também infra constitucionalmente, conforme lição de Milton Braga Furtado (2000, p. 160):

[...] foram criados o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) e o dos Servidores do Estado (Ipase), ambos em 1938. A maior conquista social dos trabalhadores na década de trinta foi, no entanto, a instituição do *salário mínimo*. [...] mas foi somente em 1º de maio de 1940 é que foi fixado pela primeira vez o seu valor – 220 mil-réis.

O Estado Novo, assim, no seu aspecto socioeconômico, pode ser sintetizado da seguinte maneira, consoante as palavras de Boris Fausto (1995, p. 367):

[...] representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho

para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado.

A ordem constitucional ora em análise passou pelo período da Segunda Guerra Mundial, período este de grande conturbação global trazendo importantes consequências econômicas para o país. A dificuldade na importação de produtos, principalmente norte-americanos, levou o país a um ciclo de substituição de importações. Foi nessa época que se criou, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Nacional de Álcalis, empresa de produtos químicos. Assim, conforme Jacob Gorender (2004, p. 92),

De 1939 a 1945, a produção industrial brasileira cresceu 50%. Enquanto a agricultura se mantinha estacionária, a indústria beneficiava-se da carência de bens importados, ocupando setores da produção de numerosos bens de consumo, mas também de certos bens de capital e bens intermediários.

A indústria nacional, nesse período, portanto, se favoreceu muito graças à política desenvolvimentista varguista e ao espaço conquistado durante a Segunda Guerra, progredindo “o amadurecimento do sistema capitalista no Brasil” (GORENDER, 2004, p. 95). Ademais, politicamente se manteve um programa extremamente repressivo, sufocando o movimento operário – *e. g.*, proibição da greve.

Por outro lado, a participação do país na Segunda Guerra trouxe novos ares à esquerda política brasileira, pois despontava o antagonismo existente entre o envio de tropas à Itália para lutar contra regimes totalitários, enquanto que no Brasil se via pouco da democracia defendida pela política externa. Os problemas do regime varguista, desta forma, apareceram mais graças às relações internacionais brasileiras durante a Guerra do que a problemas efetivamente internos, controlados estes de forma bastante rígida pela ditadura no governo.

Com isso, os partidos contrários à Vargas encontraram caminho para pressionar o Estado à realização de novas eleições e de uma Assembleia Constituinte. Nesta esteira, a queda das ditaduras pelo mundo impulsionou os opositores à Getúlio, com o apoio dos Estados Unidos, a apressar sua queda, o que ocorreu através da entrega do poder transitório, em 1945, até a realização de novas eleições, nas mãos do então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

O período 1946 – 1963

Em dezembro de 1945, obteve a vitória nas eleições o militar Eurico Gaspar Dutra, cujo apoio de Getúlio Vargas foi explicitado em novembro, mediante declaração pública. Vargas, por sua vez, também venceu as eleições enquanto candidato à senador pelo PSD do Rio Grande do Sul.

Assim, tomando posse Dutra em 1946, começaram os trabalhos da Assembleia Constituinte, tendo sido promulgada a Constituição de 1946 em 18 de setembro daquele ano. Ademais, partilhamos das palavras de Walber de Moura Agra (2012, p. 67):

A gênese social desta Constituição pode ser creditada à derrocada das potências do Eixo em 1945 e à redemocratização do País após a Segunda Guerra Mundial, com a conseqüente queda de Getúlio Vargas. Apodrecendo o modelo autoritário, restariam sem utilidade as suas estruturas normativas. O caminho estava aberto para uma nova Constituição. Das Cartas Magnas até então elaboradas, foi a mais democrática e a que proporcionou aos Estados e Municípios maior intensidade de autonomia. Houve um retorno aos parâmetros estabelecidos pela Constituição de 1934, seguindo os moldes de um texto de feitura social, com a intervenção do Estado na economia para assegurar direitos básicos para a população. Na sua confecção participaram todos os espectros ideológicos, desde os partidos representantes das classes dominantes, como a UDN e o PSD; até os partidos que representavam as classes populares, a exemplo do PCB e do PTB.

Em relação à intervenção do Estado no domínio econômico, como nos refere Martins da Silva (2003, p. 35), “vale lembrar que a Carta de 1946 foi a primeira Constituição brasileira que apresentava expressamente em seu texto disposição elevando a princípio constitucional econômico a repressão ao abuso do poder econômico”. Essa Constituição, afinal, “faz o anúncio das bases intervencionistas e sociais dentro da ordem econômica, promovendo o diálogo entre economia e justiça social” (MATSUSHITA, 2007, p. 62). Assim, é como já nos referimos:

É na Constituição de 1946, estampado no Título V – Da Ordem Econômica e Social, que se delineiam os primeiros traços daquele que é o glorioso artigo 170 da Constituição Federal vigente, pois aquele artigo 145 ressalta que a ordem econômica é regida pelos princípios da justiça social e, ainda, diz que deve ser conciliada a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano, aqui elencados:

Art. 145 - A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo único - A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.

Art. 146 - A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição. (MATSUSHITA, 2007, p. 63)

Além disso, no artigo 147 dispunha a Carta de 1946 que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social” e que a lei poderia “promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Em seu artigo 148 dispunha, ainda, que “a lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico”. Cabem também os dizeres de Edvaldo Brito (1993, p. 66-67):

Sabe-se que o Estado intervencionista dirige a economia por uma dessas três atividades: a de coação, a de estímulo ou persuasão, a de prestação [...]. O Estado, modelado pelo estatuto político de 1946, tinha *atividade de coação*, na medida em que era possível desapropriar, também, por interesse social, bens para promover a justa distribuição da propriedade, dando-se igual oportunidade para todos (art. 147, combinado com o § 16 do art. 141); na medida em que reprimia o abuso do poder econômico; em que disciplinava o regime de instituições financeiras; em que, expressamente, determinava a punição da usura qualquer que fosse a sua modalidade. Tinha *atividade de estímulo* porque incentivava a elaboração e execução de planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas para a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural responsável pelos graves problemas da vida urbana, de natureza educacional, de saúde pública, de transporte coletivo e de habitação, para citar os mais destacados; porque instituía o usucapião rural; porque estabelecia os preceitos para as condições de desempenho dos trabalhadores também em matéria de previdência social. Tinha, por exceção, a *atividade de prestação*, exatamente porque a regra geral era a da iniciativa privada, princípio básico da organização da economia.

Tal Constituição buscava, como podemos verificar, um equilíbrio entre o Estado Social e o Estado Liberal, entre o intervencionismo e o liberalismo, ambos já vivenciados pelo país em momentos diversos. Por isso, Octavio Ianni (2004, p. 108) proporá que este período foi frutífero no sentido de reviver um debate, para o autor, fundamental inclusive para os dias atuais. Assim, em seus termos:

Creio que um dilema fundamental da sociedade, não só das classes dominantes, mas da sociedade como um todo, é o do modelo fundamental do desenvolvimento da economia brasileira – a escolha entre uma proposta de um capitalismo nacional voltado principalmente para as forças econômicas, sociais e políticas que constituem a sociedade nacional e um capitalismo que lança mão dessas bases, mas beneficia-se, em ampla medida, do intercâmbio com as multinacionais e faz, em certa escala, um jogo com elas.

A Constituição de 1946, pelo seu amplo caráter democrático e socializante, permitiu que se realizasse a construção do país baseada num modelo plural, que tanto realizasse jogo com as forças internacionais quanto privilegiasse os setores nacionais econômicos. Para exemplificar, podemos nos remeter ao Plano Salte, que teve início em 1949 e era um programa englobando o setor econômico e o social com a finalidade de desenvolver no país as áreas da saúde, da alimentação, dos transportes e da energia. Mobilizando recursos para o progresso nacional, auxiliou na construção da Petrobrás, em 1953, e da Eletrobrás, em 1961, além da

[...] hidrelétrica de Paulo Afonso, a cargo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), fundada em 1946; o início da construção da refinaria de petróleo Presidente Bernardes, em Cubatão (SP), inaugurada em 1955, e a ampliação da refinaria de petróleo Landulfo Alves, em Mataripe (BA), que iniciou suas operações em 1950, marcando o início de uma fase de iria permitir ao País sua auto-suficiência de refino de petróleo. (FURTADO, 2000, p. 173)

Por outro lado, em 1948, surgiu a Comissão Técnica Brasil-Estados Unidos, conhecida por Missão Abbink, pois composta, além de técnicos brasileiros, de um grupo de técnicos americanos organizados por John Abbink em que, como salienta Milton Braga Furtado (2000, p. 173-174),

As ideias liberais prevaleceram, e a comissão defendeu firmemente a iniciativa privada contra o intervencionismo estatal na economia nacional. As propostas finais deram ênfase à política monetária, visando à contenção da inflação e ao ajuste da balança de pagamentos; havia, ainda, recomendações no sentido de ser realizada a reforma fiscal e aplicado maior investimento na recuperação do setor ferroviário.

Entendemos, assim, que essa diversidade de programas políticos manifestamente paradoxais foi uma consequência imediata da propositura da Carta de 1946 que, marcando o fim de um período ditatorial e intervencionista, sem esquecer do período do liberalismo da 1ª República, consolidou-se enquanto diploma permissivo de múltiplas perspectivas político-econômicas, suscitando o dilema acima referido por Octavio Ianni.

O período 1964 – 1987

Jânio Quadros, presidente do país desde janeiro de 1961, renunciou em 25 de agosto do mesmo ano, por motivos que até hoje permanecem obscuros. Submetido que estava fortemente às políticas impostas pelo FMI mormente desde o presidente anterior, Juscelino Kubitschek, o Brasil alcançou altos índices de dívida externa e de déficit orçamentário, optando Quadros por “um pacote ortodoxo de estabilização, envolvendo forte desvalorização cambial, contenção dos gastos públicos e da expansão monetária” (FAUSTO, 1995, p. 440), medidas estas que foram bem recebidas pelos credores do país e pelo FMI.

Com a sua renúncia, assumiu o governo o vice-presidente João Goulart, que teve que enfrentar pressões de todos os lados.

Em outubro de 1963, ocorreu uma grande paralisação operária em São Paulo, chamada de “greve dos 700 mil”, que chegou a conquistar 80% de aumento do salário, porém, este aumento foi logo consumido pelo aumento da inflação, o que trouxe descontentamento a todos, inclusive aos partidários de um golpe.

Em seguida, enfrentou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo por associações ligadas à parcela conservadora da igreja católica, contando com cerca de 500 mil pessoas.

Além disso, a Associação dos Marinheiros vinha lutando por direitos de melhores condições e aumento dos vencimentos. Os dirigentes da Associação, no dia 24 de março, foram ordenados presos pelo ministro Silvío Mota, acusados de desrespeitar a hierarquia. O ministro, após tentar apaziguar a situação, demitiu-se, dando lugar a um novo ministro que retirou a punição dos dirigentes, o que acabou piorando a situação, pois “o Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como um incentivo à quebra da hierarquia militar” (FAUSTO, 1995, p. 460).

Assim, em 31 de março, diante dessa instabilidade política, as tropas do exército se deslocaram para o Rio de Janeiro e, em 1º de abril, foi declarado vago o cargo de presidente da República. Conforme as palavras de Celso Castro:

A falta de reação do governo e dos grupos que lhe davam apoio foi notável. Não se conseguiu articular os militares legalistas. Também fracassou uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em apoio ao governo. João Goulart, em busca de segurança, viajou no dia 1º de abril do Rio, para Brasília, e em seguida para Porto Alegre, onde Leonel Brizola tentava organizar a resistência com apoio de oficiais legalistas, a exemplo do que ocorrera em 1961. Apesar da insistência de Brizola, Jango

desistiu de um confronto militar com os golpistas e seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só retornaria ao Brasil para ser sepultado, em 1976. Antes mesmo de Jango deixar o país, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, já havia declarado vaga a presidência da República. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência, conforme previsto na Constituição de 1946, e como já ocorrera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. O poder real, no entanto, encontrava-se em mãos militares. No dia 2 de abril, foi organizado o autodenominado "Comando Supremo da Revolução", composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército e homem-forte do triunvirato. Essa junta permaneceria no poder por duas semanas. (CASTRO. 2014, p. 1)

Já em 9 de abril de 1964, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica baixaram o Ato Institucional nº 1 – AI 1, o primeiro dos 17 Atos que seriam editados até 1969. Neste Ato, os militares, para evitar que fosse chamada de Golpe a deposição de João Goulart, anunciam que

O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.

Estabelece ainda, por exemplo, no seu artigo 10, que

No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluía a apreciação judicial desses atos.

Tal Ato, como se pode perceber, deu início à perseguição de políticos especialmente de esquerda, caçando o mandato de governadores e inclusive afastando inúmeros funcionários das forças armadas. Sob o governo de Castelo Branco, presidente eleito em 15 de abril de 1964, foram baixados o AI 2 e 3, que garantiram ainda maiores poderes ao Presidente e ao Poder Executivo, além de decretar, o AI 2 em seu artigo 18, que “ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”.

Castelo Branco, mediante o Ato Complementar Nº 23, de 20 de outubro de 1966, decretou recesso do congresso nacional e autorizou o presidente da República a legislar:

Art. 1º Fica decretado o recesso do Congresso Nacional a partir desta data até o dia 22 de novembro de 1966.

Art. 2º Enquanto durar o recesso do Congresso Nacional o Presidente da República fica autorizado a baixar decretos-leis em tôdas as matérias previstas na Constituição.

Ainda, com o argumento de que “somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária”, instituiu o AI 4, convocando extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 a fim de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. Assim, o texto aprovado da Constituição de 1967, no que diz respeito à disciplina da ordem econômica, é como salienta Celso Ribeiro Bastos (2000, p. 97-98):

A Carta de 1967 dava ao Estado um papel supletivo na economia. É dizer, se aceitava como regra a economia pertencer ao segmento da sociedade, do cidadão, mas se legitimava uma participação intensa do Estado na economia. Essa participação pode ser percebida na lei antitruste e pela protagonização do Direito Econômico pelo Estado. Bastava que estivesse presente a insuficiência do setor privado para que o Estado tomasse a frente.

O Título III, Da Ordem Econômica e Social, é no qual se localizam as determinações da ordem econômica. O artigo 157 estabelece que a ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos princípios da liberdade de iniciativa, valorização do trabalho como condição da dignidade humana, função social da propriedade, harmonia e solidariedade entre os fatores de produção, desenvolvimento econômico e repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. Estabelece ainda, neste artigo que, para os fins nele determinados, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural. Estabelece, ainda, no § 7º deste artigo, que “não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei”. Dispõe também, no parágrafo § 8º, como facultativa, a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei da União, quando indispensável por motivos de segurança nacional, ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.

Cabe referirmo-nos, também, ao seu artigo 163, que ditava que “às empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas”, e, no seu § 1º, que “somente para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica”.

Neste mesmo Título, encontramos normativas relativas aos direitos dos trabalhadores. Em seu artigo 158, por exemplo, assegura à estes “salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família”; “proibição de diferença de salários e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil”; “férias anuais remuneradas”; entre outros direitos. Não traz, neste aspecto, nenhuma inovação, tendo em vista que tais conquistas já haviam se firmado no governo Getulista.

A participação do Estado, ademais, foi intensificada pela Constituição de 1967. Como já ponderamos anteriormente,

Nesta Constituição de 1967, o governo ditatorial, por força de preservar a segurança nacional, poderia invocar a intervenção no domínio econômico ou monopólio de determinada indústria ou atividade, bem como poderia determinar a contribuição destinada ao custeio dessa intervenção, consoante o artigo 157, § 8º [...]. (MATSUSHITA, 2007, p. 67)

Em 13 de dezembro de 1968, o presidente da República expediu o Ato Institucional nº 5. Tal Ato estabelece, ademais, dentre outras medidas, que o Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar (art. 2º); poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição (art. 3º); poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (art. 4º); poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo (art. 7º); e determina como suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (art. 10).

Como se vê, são medidas de forte cunho repressor, “representando um novo golpe nas instituições políticas e na precária ordem constitucional vigente” (SILVA, 2003, p. 41).

Quase um ano após, em 17 de outubro de 1969, o regime militar brasileiro outorgou a Emenda Constitucional nº 1, dando nova redação a grande parte dos dispositivos da Constituição de 1967, porém trazendo poucas inovações na ordem econômica então vigente.

Durante o período da ditadura militar de 1964 a 1988, elaborou-se o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, o Primeiro sob o governo Médici (1969-1974), estabelecendo como principal polo gerador do desenvolvimento nacional a região dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, partindo do princípio de que “essa região seria capaz de assegurar a expansão das indústrias, com o aporte científico e tecnológico nacional decorrente de um sistema educacional avançado” (FURTADO, 2000, p. 199). Já o Segundo PND foi durante o governo Geisel (1974-1979), logo após a crise mundial do petróleo de 1973, e, consoante Milton Braga Furtado (2000, p. 205), “previu a retomada do processo de substituição de importações, principalmente nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos”. O Terceiro PND, por sua vez, após uma segunda crise do petróleo, agora em 1979, durante o governo Figueiredo (1979-1985), deu ênfase aos setores energético, agrícola e exportador.

A Constituição de 1988

Em 27 de novembro de 1985, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 26, mediante a qual se propugnava a realização de uma “Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional” (art. 1º). Como ressalta João Bosco Leopoldino da Fonseca (2005, p. 123-124),

O rompimento com o período político anterior propiciou a formação de uma *ideologia* marcada pela contraposição aos fundamentos informadores do constitucionalismo anterior, nos campos econômico e social. Pode-se afirmar que houve acentuada ênfase no *aspecto social*, quer sob o aspecto de se dar uma configuração de alto relevo ao *cidadão*, o que levou o deputado Ulisses Guimarães a apelidar o novo texto de *Constituição cidadã*, quer sob o prisma do novo *papel* a ser desempenhado pelo Estado.

A matriz constitucional da nova ordem econômica inaugurada com a Constituição Federal de 1988 é o seu artigo 170, que reza:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Como se verifica do *caput* do artigo 170, a finalidade é assegurar a todos existência digna, consoante os ditames da justiça social. Sobre tal determinação, já salientamos em outro momento:

A justiça social aqui compreendida não é aquela do *welfare state*, mas, sim, aquela concebida a asseguradora do mínimo vital, constitucionalmente considerada em seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Essa justiça social é aquela que deve ser garantida ou perseguida pelos agentes econômicos e, no nosso Estado de intervenção necessária, o governante deve ter como norte esse preceito constitucional. Toda essa percepção gira ao entorno do conteúdo de Direito Econômico, que nada mais é do que a regência jurídica da economia, que tem como sua finalidade dar os instrumentos e meios para que a população que está abaixo da linha da pobreza seja elevada como economicamente ativa. O movimento que deve ser perseguido pelo Direito Econômico são os meios de inclusão e re-inclusão social e econômica dessa população que não tem o mínimo vital. (MATSUSHITA, 2007, p. 120, grifo do autor)

Vivemos hodiernamente sob a proteção de uma Constituição que prediz o Estado de Intervenção Necessária, distante daquele Estado liberal da Primeira República e do Estado Intervencionista totalitário dos regimes ditatoriais brasileiros, mas não tão distante a ponto de renegar a importância do liberalismo e do intervencionismo, de ambos, para a concretização dos objetivos da República. Em cadeia de adensamento estabelece-se, pela conjuntura constitucional nacional, a perspectiva jus-humanista normativa de atendimento às demandas dos direitos humanos por ela garantidos, implícita e explicitamente.

Para tanto, porém, faz-se urgente uma hermenêutica constitucional adequada às demandas de liberdade, igualdade e fraternidade, mas já não mais na esteira do individualismo iluminista, pois sim numa construção coincidente com a realidade brasileira e mundial no respeito à observância das três dimensões de direitos humanos pela via de uma ordem econômica que efetivamente se preze a garantir a todos uma existência digna. Sobre dita finalidade, já salientou Lafayette Josué Petter (2013, p. 61):

A dignidade da pessoa humana preexiste ao Direito. Quando a Constituição Federal identifica a dignidade da pessoa humana como *fundamento* da República, que se estrutura como um Estado Democrático de Direito, fácil notar que sua importância transcende aos próprios princípios constitucionais, pois a dignidade, sendo o fundamento mais solidamente alicerçado em

nossas estruturas, imanta, por assim dizer, todos os aspectos culturais da vida em sociedade e, de um modo muito especial, o Direito. Daí por que, superando a dicotômica e cada vez mais permeada relação jurídico-privada, sua incidência faz-se sentir naquilo que mais respeita também ao particular, a atividade econômica e a relação entre os próprios agentes econômicos entre si, não somente deles em relação ao Estado.

Neste sentido, vale também nos referirmos ao artigo 219 da Carta de 1988, que prescreve ser o mercado integrante do “patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal”.

O Estado é de Intervenção Necessária, portanto, no sentido de que só intervêm quando necessário, presumindo-se também que a finalidade de garantir a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, não é somente uma prescrição a ser imposta ao Estado, mas também a todos os particulares, devendo inclusive as relações econômicas privadas estarem contempladas pela observância aos direitos humanos, em todas as suas dimensões. Essa é a análise de Eros Roberto Grau (2006, p. 95):

Isso porque a conformação das relações contratuais importa a conformação do exercício da própria atividade econômica. Daí a sua transformação – dos contratos que se praticam na economia de mercado administrado, ordenado ou organizado – em instrumentos dinâmicos voltados ao alcance não apenas dos fins almejados pelas partes mas também, na medida em que conformados pelo Estado, dos fins últimos da ordem econômica.

Assim, sob os auspícios da Carta de 1988 deve-se estabelecer políticas de reconhecimento dos princípios decorrentes de sua ordem econômica no sentido da emancipação política, social, cultural e econômica de todos, sem exceção, na medida imposta pelo princípio da proporcionalidade.

Conclusão

Se perpassamos através das Constituições e de seus respectivos períodos econômicos, denotamos que o Estado brasileiro assumiu posturas tanto liberais, como interventoras, a depender do ambiente político institucional situado. O que é recente no Brasil, inegavelmente, é o constitucionalismo democrático, consoante estabelece o diploma de 1988. Apesar do período entre ditaduras cunhado pela Carta de 1946, mesmo assim podemos afirmar que a experiência de uma democracia com a perspectiva de proteção dos direitos humanos em todas as dimensões é ainda recente. Portanto, temos muito que caminhar para atender as demandas da ordem econômica pátria, que alia o econômico e a justiça social com fins na dignidade da

pessoa humana, cerne e fundamento do nosso Estado Democrático de Direito, um Estado de Intervenção Necessária.

Referências

- AGRA, Walber de M. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *1930: a atualidade da revolução*. São Paulo: Moderna, 1980.
- BASTOS, Celso R. *Direito Econômico Brasileiro*. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRITO, Edvaldo. A Constituição de 1946. In: D'AVILA, Luiz Felipe. (Org.) *As Constituições brasileiras. Análise histórica e propostas de mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BUESCU, Mircea. A economia do Brasil republicano: a transformação. In: LAPA, José Roberto do A. (Org.) *História política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República*. Campinas: Papirus, 1990.
- CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. *FGV CPDOC*. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>. Acesso em: 3 jun. 2014.
- COSTA, João C. *Pequena história da República*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- CRUZ, A. N. e. Clube 3 de Outubro. *FGV CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Clube3Outubro>>. Acesso em: 3 jun. 2014.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FONSECA, João B. L. da. *Direito Econômico*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Milton B. *Síntese da economia brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GORENDER, Jacob. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e suas consequências. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- IANNI, Octávio. A “redemocratização” de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- ISHIKAWA, L. A Propriedade Privada e as Constituições Brasileiras de 1824 e de 1891. *Pensamento Jurídico: Revista do Curso de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito*, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 147-159, jan./jun. 2013.
- LAAN, Cesar R. V. D.; CUNHA, André M.; FONSECA, Pedro Cezar D. Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930. *Revista de Economia*

Política. v. 32, n. 4, São Paulo, Oct./Dec. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572012000400004&script=sci_arttext>.

Acesso em: 3 jun. 2014.

MATSUSHITA, Thiago L. *Análise reflexiva da norma matriz da ordem econômica*. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PETTER, Lafayete Josué. *Direito econômico*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Histórica econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Américo Luís M. da. *A ordem constitucional econômica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

TAVARES, André R. *Direito constitucional econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011.

Artigo recebido em 10/09/2015. Aprovado em 15/11/2015.

SÁNCHEZ, Ana González. *Alfonso X el mago*. Madri: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2015, 206 p.

Simone Ferreira Gomes de ALMEIDA*

São muitas as obras que tiveram como foco o trabalho realizado no *scriptorium* do rei, considerado sábio, Afonso X. Ana González Sánchez no livro, *Alfonso X el Mago*, desdobra a temática mágica para tratar do legado escrito vinculado a figura do rei de Castela (1252), conhecido pelo incentivo as traduções e compilações em Toledo. A autora prioriza aqueles escritos originários da corte castelhana que partiam de uma tradição hermética, mágica ou mística, e dentre eles, enfatiza aqueles que trataram da astrologia ou astronomia.

Sánchez explica os três ramos que nortearam o trabalho de tradução e compilação realizado em Toledo. O primeiro deles, a literatura hermética, consistia essencialmente em uma série de obras que continham sentenças e procedimentos mágicos atribuídos a Hermes Trimegisto – deus grego cujo nome significa três vezes grande ou o que possui o dom da tripla sabedoria – o que incluía o estudo da alquimia, da magia, da astrologia e outros temas relacionados. Os livros atribuídos a Hermes se encontram no chamado *Corpus Hermeticum* que é uma serie de tratados redatados em grego, exceto o *Asclepio* que está em latim, procedentes de traduções gregas de antigos textos egípcios. A doutrina do *Corpus Hermeticum* proclama que o homem não só foi criado a imagem de Deus, como também estava dotado de sua onipotência, ou seja, possuía as potências divinas, mas ao se corromper não manifestaria sempre sua origem divina. Por isso, Hermes narra em seus tratados como adquiriu seus conhecimentos através de uma visão mística durante um sonho em que contemplou o movimento das esferas; nesta visão *Poimandres* (a inteligência universal) lhe revelou todos os mistérios e dessa forma Hermes se converteu em um iniciado. Devido a esse caráter revelatório seus textos tratam de temas grandiosos como a natureza do divino, o surgimento do cosmos, a saída do homem do paraíso, bem como as noções de verdade, bem e beleza.

As referências a Hermes nas fontes islâmicas, numerosas e propagadoras da visão muçulmana desta figura mítica como fundador da filosofia e das ciências, facilitaram o acesso da tradição hermética para a escola afonsina. Nessas fontes a alquimia foi especialmente contemplada possibilitando que nos escritos herméticos de Toledo fosse já apresentada com um sistema próprio estruturado. Ou seja, a alquimia já

* Doutora em História e Cultura Social pelo Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus Franca, participante do grupo de pesquisa. Escritos sobre os novos mundos, com pesquisa em história medieval da Península Ibérica, séculos XIII a XV. E-mail: simonefgalmeida@hotmail.com

era considerada uma arte pautada nas teorias de Hermes sobre a relação macrocosmos-microcosmos – na ideia de que tudo que havia no mundo (micro) podia ser contado e ter o seu duplo em um domínio perfeitamente fechado, por isso, a natureza, em um jogo de signos e semelhanças, encerrava em si mesma a figura duplicada do cosmos (macro) - e sobre os quatro elementos – terra, água, ar, fogo que regiam as qualidades e os temperamentos das pessoas e coisas associados a cada um deles.

Neste panorama a autora lança luz para o catalão Raimundo Lúlio, que embora não tenha colaborado diretamente para a escola afonsina, escreveu a obra *Ars Magna* (LLULL, 1295-1296), escrito que trouxe a tona justamente os ensinamentos de Hermes sobre a alquimia e a cabala. Nesta obra Lúlio desenvolveu uma interpretação das dez *sefirot* da cabala; ou seja, da organização do mundo pensada a partir de círculos que existem ao redor de um centro criador, transmitindo a seguinte ordem: Coroa suprema de Deus, sabedoria ou ideia de deus, inteligência ou princípio de organização do mundo, amor ou misericórdia, poder ou juízo, compaixão ou beleza, duração (eterna), majestade, fundamento (das forças ativas em deus), realeza ou presença divina.

Embora a lista de *sefirot* possa variar, ela corresponde sempre a uma série de dez: dez mandamentos, dez palavras com as quais deus criou o mundo e assim por diante. A partir desta definição, Lúlio corroborou a tese das *sefirot* e dos números vistos como essência do mundo, pois para ele os números constituiriam todas as coisas e dariam significado a determinadas formas geométricas, o já mencionado círculo, por exemplo, teria o valor numérico dez porque representaria o princípio absoluto junto com seus nove atributos (bondade, eternidade, poder, sabedoria, vontade, virtude, verdade e glória). Lúlio faz também um estudo do alfabeto latino, das letras B a K, explicando que todas seriam procedentes de uma primeira letra inefável e que se dispõe em uma síntese de três círculos concêntricos, do maior para o menor, nos âmbitos do supraceleste, do celeste e do terrestre.

A vertente da tradição mística também possibilitou que alguns saberes exclusivamente de outros povos chegassem a corte do rei sábio, são emblemáticas, por exemplo, as traduções de textos sobre a Cabala, nos quais era fundamental o simbolismo místico do alfabeto, dos vocais e dos nomes divinos. O misticismo é definido pela autora como a busca pela união com o divino, por isso, ela se aprofunda nos escritos hebraicos que ensinaram os infinitos sentidos da palavra divina, a *Torah*, em que cada palavra e cada letra forneciam múltiplas interpretações, como dizia o provérbio judeu, o escrito que tinha “setenta caras” (SÁNCHEZ, 2015, p.64). Sánchez também destaca o fato de que Abraham ben Alexander, estudioso da Cabala que vivia

em Colonia, elegeu a corte do rei sábio para viver devido a boa recepção aos judeus e ao interesse do rei sábio por seus escritos. Além de Abraham ben Alexander vários estudiosos da Cabala desenvolveram seus trabalhos na corte castelhana, como Isaac ben Latif, Josef Chiquitilla, Ginnat Egoz, Abraham Abulafia, Moisés de León, Jacob ha-Kohen de Soria e seus filhos Jabob e Isaac ha-Kohen. Todos estes colaboradores do *scriptorium* afonsino não hesitaram em continuar a desvendar os segredos da *Torah* e da Cabala em ambiente cristão, por estarem convencidos de que viviam na corte que “melhor tratava os judeus” (SÁNCHEZ, 2015, p. 33).

O último e principal ramo que auxilia a autora a pensar Toledo como um centro de tradução e um centro “esotérico” (SÁNCHEZ, 2015, p. 25) é a tradição mágica. Sánchez alerta de antemão a complexidade para definir o que foi a magia no século XIII, pois “se em algo estão de acordo a maioria dos pesquisadores é o fato de que não é possível estabelecer uma única definição de magia nem determinar uma série de características e elementos que resultem imprescindíveis para sua identificação” (SÁNCHEZ, 2015, p. 95).

Entretanto, a autora lista dois princípios, seguindo a linha de pensamento de James Frazer, que seriam a base para o entendimento da magia, o primeiro princípio afirma que o semelhante produz o semelhante e que os efeitos são semelhantes à causa (lei da semelhança); o segundo disserta sobre as coisas que alguma vez estiveram em contato com outras e seguem atuando reciprocamente a distância, ainda quando se tenha cortado o contato físico (lei de contato ou contágio). Isso significa que segundo o primeiro princípio o mago encontra o efeito esperado através de imitações e releituras, e que pelo segundo princípio ele se utiliza do poder de influência de determinados objetos. A autora também recorre algumas vezes às definições feitas pela real Academia espanhola de termos importantes para a tradição mágica, como: magia, natural, religião, ciência; sem, contudo, fazer uma análise etimológica mais detalhada das palavras.

Na busca para estabelecer um ponto de origem para os escritos mágicos traduzidos em Toledo no século XIII ou o porquê de Toledo ter se tornado um “centro de estudos esotéricos”, é apresentado um percurso linear que começa no Egito e segue pela Mesopotâmia, Grécia, Roma, Oriente e Península Ibérica, no qual são enfatizadas as práticas mágicas que teriam sido preponderantes para o interesse e disseminação dos escritos da Escola de Tradutores de Toledo posteriormente. Este trajeto de recuperação proposto na obra é por vezes superficial e não relacionável, tendo em conta que parte-se do princípio que é possível retomar os ensinamentos de cada povo e o que teria sido recebido por fim pelos ibéricos. Nesse sentido, a ideia é mostrar um conhecimento

herdado pelos tradutores de Toledo, e para reforçar tal hipótese um grande hiato temporal é estabelecido permitindo referências desde o Livro dos Mortos do antigo Egito até a escola cabalística de Safed no século XVI. A autora chega a fazer uma ressalva sobre este trajeto de influências, apontando, por exemplo, que as práticas religiosas e mágicas egípcias são consideradas a base de todas as tradições posteriores que se desenvolveram no entorno geográfico de influência ocidental, de forma que não haveria uma especificidade no seu legado para os escribas ibéricos propriamente.

A preocupação em mapear as etapas de propagação de determinados escritos parece confundir-se com uma busca pelas origens, porque parece bem naturalizada a ideia de uma propagação linear do conhecimento mágico entre o Egito e os reinos ibéricos do século XIII. Se problematizarmos a essência das coisas, porém, e considerarmos que uma suposta essência é deliberadamente construída na história a partir de situações específicas¹; seria mais enriquecedor para o texto indagar como se constrói um discurso em que os compiladores se afirmam herdeiros de um conhecimento e quais implicações esta construção poderia trazer, em vez de reconstruir um sistema de transmissão linear do conhecimento, ou tradição, apresentado como se estivesse dado a priori. Nesse sentido, se pensarmos que o que dá forma a todas as coisas emergentes não precisa ser uma suposta identidade baseada na origem, mas a discórdia existente entre elas (FOUCAULT, 1998, p.15-37) percebemos que a opção da autora é evidentemente privilegiar as identidades em vez das especificidades históricas.

De mais a mais o caráter generalista é notório na pesquisa, que atribui muitas vezes valores contemporâneos para o século XIII ibérico, é, por exemplo, recorrente o uso de termos como modernidade, ideologia, intelectual, processo de cientificação e classes sociais. A opção da autora, desta forma, é fazer uso de conceitos para analisar o passado, mas ao privilegiar as noções do nosso tempo Sánchez faz alguns esclarecimentos; sobre os povos do neolítico, por exemplo, ela ressalva que eles não tinham uma clara noção do que nós chamamos de religião porque a consideravam parte integrante de um saber total que não discriminava o que poderia chamar-se de “complexo religião – magia – tecnologia” (SÁNCHEZ, 2015, p. 86).

Do mesmo modo, a obra astromágica afonsina é considerada “transmissora de uma cultura que surpreende na atualidade por sua modernidade ao transcender barreiras de todo o tipo e dar lugar ao que podemos considerar quase como um sincretismo ideológico e científico” (SÁNCHEZ, 2015, p 184). A escolha em definir os escritos de Toledo como modernos e participantes de um sincretismo ideológico e científico mostra a afinidade com uma determinada maneira de analisar em que se privilegia o caráter

individual ou especial de um representante que poderia transgredir as normas de seu tempo; análise que configura quase que a totalidade da historiografia sobre o rei sábio. Não se pode negar a relevância do reinado de Afonso X para o desenvolvimento de artes e ciências através das traduções e disseminação de escritos, contudo, esta constatação não deveria excluir a consideração de que o rei sábio seguiu preceitos próprios de seu tempo buscando mais uma postura conciliatória do que dissidente.

Uma explicação possível a este apelo do tempo presente é a de que, o livro, publicado em 2015, é uma releitura da tese de doutorado da autora, intitulada *Tradicción y fortuna de los libros de astromagia del scriptorium alfonsí* (SÁNCHEZ, 2011) defendida na Universidade Autônoma de Madri. Nesta nova versão, além de ampliar o objeto – a autora analisa, minuciosamente, uma rica documentação proveniente do *scriptorium* afonsino – ela propõe maior acessibilidade a pessoas interessadas no tema, fugindo de certas restrições das publicações “puramente acadêmicas.”

A bem da verdade, nota-se na obra uma abrangência que foge do que seria permitido a uma tese de doutorado, seja nos capítulos curtos sobre as tradições antigas seja nos temas convidativos como cunhar Afonso X de mago. Sobre este último ponto, a leitura nos indica que apenas poderíamos considerar que o rei foi mago pelo indício de que ao ordenar a tradução do *Picatrix* – texto que coaduna práticas mágicas de povos orientais – para seu próprio uso, este deveria necessariamente ter empregado o conhecimento mágico para fins pessoais. A autora destaca, em contrapartida, que vários reis possuíam coleções de livros de magia e ocultismo consideráveis, recorrendo habitualmente as artes mágicas, inviabilizando a teoria de que porque um rei foi leitor dessas obras, tenha se intitulado ou considerados por outrem como mago propriamente.

Por outro lado, não se percebe uma total renúncia ao rigor acadêmico na obra, de forma que a publicação ao esmiuçar o papel da corte do monarca castelhano na configuração dos saberes do século XIII alcança vários méritos. O levantamento dos escritos traduzidos em Toledo, sob a égide do rei sábio, certamente é o maior deles, Sánchez detalha versões, na norma culta e vulgar, traçando, por vezes, o caminho percorrido por esses textos até chegarem em mãos dos colaboradores judeus e árabes de Afonso X. No final do livro a estudiosa disponibiliza em anexo informações mais detalhadas sobre a transmissão dos textos astromágicos afonsinos em que elenca as principais versões manuscritas e as bibliotecas onde se encontram.

Ao fim e ao cabo, a tese fundamental da autora é a inclinação do rei sábio para os ensinamentos de conteúdo mais práticos no lugar dos filosóficos e especulativos, o

que o conduziria irremediavelmente para o mundo da magia. Isto porque, eram os ensinamentos mágicos que apresentavam soluções para vários problemas que se colocavam cotidianamente: as tábuas astronômicas e seu auxílio para identificar as melhores e as piores configurações astrais, as descrições de como fazer talismãs para captar e guiar o influxo do espírito de um astro até um objeto, dentre outros métodos que traziam efeitos práticos de variada natureza.

Segundo a autora, portanto, as especulações e a base puramente filosófica existiam na medida em que era necessário expor a cadeia de transmissão do conhecimento mágico, pois, para entender determinadas tradições era imprescindível conhecer a linha seguida pelos saberes para que estes fossem aceitos como válidos. Afonso X, inclusive, sintetiza bem esse propósito, pois o rei afirmou que queria ser “o instrumento da Inteligência Superior e aplicar para isso o máximo de conhecimentos” (SÁNCHEZ, 2015, p.49).

Notas

¹ Foucault formula e desenvolve a ideia de proveniência. FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1998, p.15-37.

Referências

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1998.

GONZÁLES SÁNCHEZ, Ana R. *Tradicción y fortuna de los libros de astromagia del scriptorium alfonsí*. 2011. Tese (Doutorado em Filologia espanhola), Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Filología Española, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2011.

RAMON LLULL. *Árbol de ciencia* (Arbre de ciencia, Roma, 1295-1296). Madrid: Traducción de A. Vega. In: ESQUERRA, Amador Vega. *Ramon Llull y el secreto de la vida*.

Resenha recebida em 14/01/2016. Aprovada em 20/02/2016

GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. Tradução de Denise Rossato Agostinetti e revisão técnica de Ricardo Marcelo Fonseca. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 344 p.

Thiago Henrique ALVARADO*

A obra *A ordem jurídica medieval*, apesar de já contar 20 anos, inúmeras edições em seu idioma original, o italiano, e traduções para outros idiomas, só recentemente foi traduzida para o português. Publicado originalmente em 1995, e contando com alguns acréscimos em 2005, o livro obteve um largo êxito e, como afirma seu autor, o historiador do direito, Paolo Grossi, professor emérito da Università degli Studi di Firenze, pretendia ser uma história do direito medieval distinta das que lhe precederam. Trata-se, segundo Grossi, de uma “tentativa de compreensão” (GROSSI, 2014, p. 5) da ordem jurídica medieval, abordando o direito não apenas em sua face autoritária, e sim – tomando parte da perspectiva dos *Annales* – como uma das manifestações da mentalidade. Dessa forma, para Grossi, o historiador do direito não deve circunscrever sua análise aos instrumentos técnicos ou das técnicas jurídicas, mas explorar a mentalidade de uma época, bem como as concepções e as maneiras pelas quais os homens vivenciaram e partilharam das facetas do direito. Esse posicionamento implica, no entanto, em uma redução dos objetos a serem trabalhados pelo historiador na obra. As “adoções e tutelas, vendas e locações, testamentos e doações”, que pertenceriam hoje ao direito privado, seriam, pois, para Grossi, os “alicerces mais confiáveis” (GROSSI, 2014, p. 7) para se tratar no livro. As razões para esse estreitamento das fontes, de acordo com o historiador, são decorrentes de sua perspectiva em relação à experiência jurídica medieval e à concepção de mentalidade, uma vez que essas formas de negociação estariam no seio das relações cotidianas, sendo reguladas em larga medida entre os próprios homens, ou seja, uma forma de direito praticada entre eles e sem a intervenção do Estado, o qual não se interessava tanto por ditar leis nesse âmbito. As reflexões que seu estudo suscita não se limitam, contudo, a essas esferas e propõe interessantes eixos para os historiadores do direito medieval.

Paolo Grossi, logo na introdução, detalha todos os desdobramentos a que se propõe abordar na obra e seu arcabouço teórico para pensar a ordem jurídica medieval. Para ele, há uma “especificidade histórica da civilização jurídica medieval” (GROSSI, 2014, p. XXI), em especial, entre os séculos XII e XIV, por decorrência do que se denomina direito comum, o *ius commune*, estabelecido pela leitura do *corpus* jurídico de Justiniano e disseminado por toda a Europa através dos estudos dos juristas italianos,

assegurando-se, assim, uma “unidade interespacial” (GROSSI, 2014, p. 9). Nesse sentido, apesar da existência de direitos locais, sua permanência e larga difusão seriam a principal característica do direito medieval, e mesmo uma das marcas da mentalidade partilhada entre esses homens. Essa experiência jurídica implica pensar o período medieval em seus próprios termos, marcado, assim, por descontinuidades em relação aos períodos antigo e moderno. Tomando esse cuidado em assegurar a especificidade do período, o autor elenca uma série de termos correntes atualmente que pode sugerir outro significado àquele proposto pelos homens da época, tais como Estado, soberania, lei, legalidade e interpretação, substituindo muitos deles por terminologias latinas, com o propósito de compreender os conceitos nos valores estabelecidos pelos homens da época.

Grossi destaca que a noção de ordem jurídica que se apresenta no título seria decorrente de a sociedade medieval se “realizar” e se “salvaguardar” (GROSSI, 2014, p. 16) no direito, isto é, por trás de todas as mudanças ocorridas na sociedade, a noção de ordem jurídica permanece estável. Ela estaria acima das coisas e ordenaria, a partir de Deus e da natureza, os demais direitos, como o positivo. Isso se dava porque Deus era concebido como o único produtor do direito, e a ordem do mundo deveria se espelhar na divina. Assim, o direito não se criava: ele era fruto da *interpretatio*, ou seja, ele só poderia ser, por exemplo, declarado ou complementado por aqueles aptos a isso. Nesse sentido, o príncipe ou o jurista seriam intérpretes dessa ordem que se encontra na natureza das coisas, cabendo, sobretudo ao primeiro, interpretá-la e agir com equidade.

A concepção de que o príncipe seria um intérprete e não a fonte do direito traz uma implicação bastante considerável para pensarmos as especificidades do período medieval. Para Grossi, não há relação entre o Estado e o direito. Daí a não utilização dos conceitos de “Estado” e “soberania” para o período, uma vez que a ordem jurídica medieval seria caracterizada como um “direito sem Estado”, isto é, que não emana dele, como o será a partir do período moderno e como se tem muitas vezes naturalizado ainda hoje. Grossi esclarece que é preciso resgatar uma concepção de direito como “ordenamento de todo aglomerado social” (GROSSI, 2014, p. 24), podendo-se pensar, desse modo, cada aglomerado como um “ordenamento jurídico primário” (GROSSI, 2014, p. 24) e não dependente, portanto, do poder político instituído. Assim, um grupo que compreendesse as suas normas como um valor a ser preservado poderia, portanto, concorrer para elaborar um ordenamento jurídico.

É com o intuito de compreender essas formas de ornamento jurídico que o autor parte do conceito de “experiência jurídica”, cunhado pela filosofia jurídica francesa e

italiana nos anos 1930, para se contrapor à visão idealista do direito, colocando-o em sua historicidade, compreendendo-o, pois, dentro de uma “determinada visão do mundo social” (GROSSI, 2014, p. 29). Nesse sentido, como afirma Grossi, pode-se falar historicamente de uma “experiência jurídica medieval” e outra moderna, havendo um amplo leque de experiências vivenciadas em um determinado período. No entanto, esclarece o historiador que, para os fatos se tornarem direito – compreendido como um conjunto de valores, e não apenas a lei – é preciso que se vinculem às raízes da sociedade, àquilo que está em suas profundezas e partilhado entre os todos os homens. Essa experiência jurídica, que compreende toda a Europa entre os séculos V e XV, marcaria uma coesão que não se alterou de modo significativo, apesar das mudanças ocorridas em relação ao âmbito jurídico a partir do século XI. A escolha por essa abordagem ampla seria uma maneira, segundo Grossi, de se esquivar de esquemas interpretativos que concebem, por exemplo, um “renascimento jurídico” ou distinções temporais, como alta e baixa Idade Média.

Esse longo período tem, na perspectiva do historiador, por característica a existência de diversos ordenamentos jurídicos sem que precise do Estado para seu funcionamento. Grossi compreende que, após a derrocada da estrutura do império romano, há um vazio político, que será ocupado pela própria sociedade. A confluência entre direito e Estado – um empobrecimento do primeiro, segundo Grossi – seria característica, nessa perspectiva, do período moderno. A Idade Média, diferentemente disso, é marcada por certa espontaneidade do direito, que emana da própria sociedade e que seria tão importante quanto àquela que emana do poder do príncipe. Assim, tem-se, nas palavras do autor, “*uma experiência jurídica para múltiplos ordenamentos jurídicos*” (GROSSI, 2014, p. 44).

O autor desdobra essas considerações que orientam o trabalho em duas partes. A primeira, denominada “Fundação de uma experiência jurídica. A oficina da práxis”, aborda os séculos V e XI, momento em que se vai delineando a prática jurídica não pelas mãos de juristas ou príncipes, mas pela prática notarial e judiciária – atividades desenvolvidas por pessoas sem formação específica. É nesse período que se esboçam alguns valores que marcam toda a experiência jurídica medieval, como o pluralismo jurídico e a pouca atuação do poder político em relação ao direito. Esse primeiro momento, afirma, igualmente, duas concepções fundamentais do direito medieval: aquela que concebe só a comunidade como perfeita, em detrimento do indivíduo; e outra que compreende o direito como uma ordem. O autor chama a atenção para essa

noção de comunidade, pois ela permite, e é considerada, inclusive, como o fundamento de toda lei, especialmente no estabelecimento dos costumes, como veremos adiante.

A sociedade medieval é, para Grossi, um conjunto de autonomias, o que lhe faz rejeitar a noção de soberania. Só há um soberano na concepção desses homens, que é Deus. O restante das pessoas e comunidades estão inseridas, pois, em relações autônomas, e não independentes; característica que permitiria uma profusão de ordenamentos e sua respectiva observância pelos diversos grupos. O fato de o poder político não se interessar tanto pelo direito é porque, pela concepção da época, ele não era um “instrumento obrigatório de seu regime” (GROSSI, 2014, p. 61), preocupando-se mais com aquelas áreas que envolveriam mais seu exercício e conservação, como a aplicação da justiça. O distanciamento do poder político em relação ao direito dá autonomia aos diferentes grupos da sociedade de elaborarem seus ordenamentos, que eram amparados no costume, isto é, tiravam regras das práticas cotidianas e suas regularidades.

A formação jurídica dos séculos V ao XI se dava, sobretudo, por uma formação profissional, suprimindo a necessidade de juízes e notários, os quais pautavam suas atividades na efetividade. Dito de outro modo, a atividade jurídica desse momento se pauta pela adaptação aos fatos, e não pelo distanciamento; característica à qual Grossi chama de “naturalismo jurídico” (GROSSI, 2014, p. 80). Não há, nesse sentido, uma separação entre a coisa e sua natureza; basta aos homens saber ler a sua natureza, interpretá-la. Por isso, uma das fontes para se interpretar o direito era justamente o costume, a *consuetudo*, não havendo uma distinção desta com a lei. Na verdade, o costume, com suas regras e repetições, era uma das fontes que alimentavam as leis. Ademais, por estarem vinculados à natureza, à ordem, forneceria os meios para se interpretar e dar aquilo que era considerado justo. A partir dessas considerações sobre o costume, Grossi chama a atenção para como o direito humano estava vinculado ao direito divino e natural; e de que a natureza por ser criada por Deus seria justa. Daí a noção largamente disseminada na Idade Média de que as leis deveriam pautar-se na equidade das coisas e de que a lei do príncipe, um intérprete da equidade, não criava o direito, mas o dizia.

Um outro ponto importante destacado por Grossi a respeito desse momento de “fundação” jurídica é a constituição de um direito pela Igreja, que abrangesse seus fiéis: o direito canônico. A especificidade desse direito, segundo Grossi, é decorrente do seu desenvolvimento a partir de Cristo, e não do poder civil, e também representa um direcionamento da Igreja para o temporal e o social. Dessa forma, ao participar da

estruturação dessa sociedade de fiéis, o direito também estaria inserido em um “horizonte salvífico” (GROSSI, 2014, p. 141). Esse direito, no entanto, não era e não deveria ser aplicado da mesma forma para todos; ele partia das fragilidades dos homens e procurava se adaptar a cada situação. O direito canônico reconhecia que as pessoas não eram efetivamente iguais e distinguia, portanto, as sentenças conforme a condição de cada pessoa, diferindo-se do direito atual, o qual se atém a uma igualdade formal. Nesse sentido, os superiores poderiam ditar tanto o cumprimento da lei com rigor ou mesmo relaxá-la, retirando a obrigatoriedade de seu cumprimento.

A segunda parte da obra, denominada “Edificação de uma experiência jurídica. O laboratório sapiencial”, aborda o momento de grande desenvolvimento de uma reflexão jurídica, partindo dos séculos XI e XII. Segundo Grossi, algumas características elaboradas nos séculos anteriores permanecem, como a função do príncipe juiz (*princeps-iudex*) e a noção de que ele diz um direito que lhe antecede. Além disso, permanece ainda a pouca intenção dos príncipes em promulgarem leis, que será preenchida, em parte, pela constante atividade daqueles que se ocupavam da ciência jurídica nas universidades, a qual se beneficiará da valorização da ciência como forma de se alcançar a verdade. A ciência jurídica passa a ocupar um lugar cada vez mais central e aqueles que se ocupavam dela substituirá, em certa medida, o príncipe na produção do direito. Sendo assim, não há necessariamente uma relação entre o “titular do poder político e o sujeito produtor” do direito (GROSSI, 2014, p. 192).

A atividade dos juristas foi motivada em larga medida pela “redescoberta” do direito romano de Justiniano, que não chega a ser uma novidade, de acordo com Grossi, pois seu uso esteve presente em alguns territórios e pela Igreja. O que muda nesse período, especifica o autor, é a autenticidade filológica que se dá a esse *corpus* jurídico e a sua utilização como “instrumento operacional”, pois o uso do *Digesto* seria decorrente da ineficácia do uso dos costumes para se legislar, como na primeira fase da Idade Média, em que a sociedade era mais estática. Desse modo, para uma sociedade mais dinâmica era necessário um aparato mais elaborado e que tivesse um alcance maior do que aquele do costume, que se constituía e se aplicava para determinada região. Nesse sentido, o direito justinianeu fornecia à ciência jurídica uma validade. A Europa medieval partilha, a partir do *Corpus iuris civilis* e pelo *Corpus iuris canonici* e da construção doutrinal, especialmente no século XIII, uma nova relação com o direito: o direito comum. Pautado pela *interpretatio*, ele permitia que esses textos servissem de base para o exercício jurídico, independentemente do local em que fosse aplicado.

Assim, o direito comum não necessitava da existência do Estado para que se realizasse e poderia se adaptar às diversas circunstâncias.

Outro ponto importante desdobrado na obra de Grossi diz respeito aos sujeitos legitimados à interpretação (*interpretatio*) do direito: o príncipe, o costume, o juiz e o mestre. Essa variedade de sujeitos autorizados vai ao encontro da concepção de que o direito medieval se origina de diversas fontes e não está inteiramente vinculado ao poder político. A interpretação é a capacidade deliberada de alterar a norma, não tornando-a rígida e acrescentando-lhe novos dados, ou seja, uma modernização que se dá sobre o direito romano diante de novas situações. Cabia ao intérprete mediar os fatos e as normas, respeitando-se sempre a equidade, pois, da mesma forma que o direito canônico tomava como partida a diferença efetiva entre as pessoas, o direito civil também se adequará às circunstâncias e condições das pessoas e procurará ser justo.

A obra de Grossi, amparada em ampla documentação e de uma leitura bastante cuidadosa das fontes, fornece reflexões interessantes aos historiadores, que contribuem para se pensar a especificidade medieval em relação ao direito, procurando desnaturalizar certas noções correntes nos dias de hoje e permitindo ampliar as maneiras de se abordar as experiências jurídicas de determinada sociedade e época.

• Mestrando – Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca. Franca, SP - Brasil. Bolsista FAPESP/CAPES, processo nº 2014/08232-0. E-mail: thiagoalvarado@gmail.com

Resenha recebida em 15/12/2015. Aprovada em 10/02/2016

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Tradução Rubens Figueiredo. 1ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 228 p.

Evander Ruthieri S. da SILVA*

“*Monstre dont la noire furie*”: único verso remanescente de uma poesia satírica confiscada pelas autoridades parisienses, em meados do ano de 1749. O poema entrelaça-se aos ataques públicos realizados contra a “fúria negra” do rei “monstro” Luis XV, intensificados após o monarca demitir e exilar o conde de Maurepas, até então ministro da Marinha e personagem de grande influência na corte. Dos arquivos franceses emergem os fragmentos da rigorosa operação policial responsável por apreender uma série de outros poemas que criticavam diretamente o rei e sua amante, Madame de Pompadour, por intermédio da multivocalidade social e de “uma cacofonia de sedição adaptada em rimas” (DARNTON, 2014, p.17). O superintendente geral da polícia mobiliza uma contextura de espionagem infiltrada nas tortuosas ruas da Paris pré-revolucionária e conduz uma série de interrogatórios e prisões nas semanas seguintes, com o afã de cercar a enigmática autoria do poema difamatório que desencadeou a austera operação. O incidente, conhecido nos anais das autoridades policiais parisienses como o “caso dos Catorze” (*L’Affaire des Quatorze*), em referência ao número de estudantes e abades encarcerados pelo seus envolvimento com os ataques mordazes perpetuados em papel e letras, é o fio de Ariadne para outra investigação, promovida de modo instigante pelo historiador norte-americano Robert Darnton em seu livro *Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*, editado e publicado no Brasil pela Companhia das Letras (2014).

Diretor da biblioteca da Universidade de Harvard e reconhecido no campo da história do livro e do universo literário na França do Iluminismo, Robert Darnton recentemente participou do ambicioso projeto que deu contornos à *Digital Public Library of America*, com o intento de disponibilizar digitalmente amplo acervo bibliográfico oriundo de diversas instituições universitárias e bibliotecas norte-americanas. A trajetória intelectual de Darnton denota uma atenção particular à história da cultura escrita no século XVIII da França pré-revolucionária, relacionada à produção, difusão e recepção de livros e outros impressos. Este esforço analítico vislumbra-se no conjunto de suas pesquisas e publicações, as quais incluem um cauteloso olhar às desventuras editoriais que cercam a consolidação do projeto iluminista da Enciclopédia

* Doutorando em História - Programa de Pós-Graduação em História - UFPR - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR - Brasil. E-mail: evander.ruthieri@gmail.com

em *O iluminismo como negócio* (Companhia das Letras, 1996). Além de textos libertinos, narrativas pornográficas e biografias escandalosas analisadas pelo historiador em *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária* (Companhia das Letras, 1998), em *Boemia literária e revolução* (Companhia das Letras, 1987), Darnton delinea o perfil de editores e livreiros, da edição e da sedição, ao seguir os rastros do submundo da literatura setecentista a partir dos riquíssimos arquivos da *Société Typographique de Neuchâtel*. Entre as ações de subliteratos, editores piratas e mascates de livros proibidos que escapam à censura do *Ancien Régime*, Darnton propôs-se a uma história social das ideias, com privilegio à análise da circulação e da difusão de textos e ideias a partir da “necessidade de situá-las com maior precisão num contexto social” (DARNTON, 2010, p.232).

O interesse de Darnton pelas dimensões políticas da maledicência fica demarcado em *O diabo na água benta: ou, a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão* (Companhia das Letras, 2012), no qual investiga as complexidades relacionadas à produção e circulação de libelos no submundo literário europeu. O debate estende-se à *Poesia e Polícia*, com ênfase nas circunstâncias de difusão e combate a canções, poemas e panfletos que “moviam-se para cima e para baixo na escala social, atravessavam fronteiras e se infiltravam em locais inesperados” (DARNTON, 2014, p.94). As trocas entre a cultura escrita e a oralidade, poesia e melodia, fornecem delineamentos para os objetivos de Darnton em sua obra, a saber, cercar o lugar do escárnio nas tramas políticas e na opinião pública, acompanhar o seu curso em distintos estratos sociais e problematizar a sua inserção nas redes de comunicação. Para tanto, o historiador norte-americano mobiliza suas atenções aos arquivos da Bastilha e à documentação produzida pela mais abrangente investigação policial, o dito Caso dos Catorze. Este *corpus* documental compõe-se dos poemas e dos dossiês produzidos pelos oficiais durante o *affaire*, ocorrido em meio a uma maré de descontentamento social que surge em distintos canais de interlocução, que variavam de poesias rascunhadas e mexericos palacianos às canções nas tavernas e nas ruas.

Munido da erudição que demarca sua atuação na historiografia e de intensiva apreciação empírica nos arquivos franceses, o escopo analítico de Darnton em *Poesia e Polícia* percorre os vestígios deixados pelas poesias difamatórias, rabiscadas em bilhetes confiscados dos bolsos de jovens escrivães envolvidos no caso dos Catorze. A partir de um olhar aguçado ao aspecto político do escárnio na Paris setecentista, o autor insere os poemas em uma densa rede que envolve os indícios fragmentários da palavra

oral, entre sons e sentidos, de um período de crise política sentida dentro e fora das vidraças do palácio de Versailles. Afinal, como destaca na introdução de seu texto, “jamais teremos uma adequada história da comunicação até que possamos reconstituir seu mais destacado elemento perdido: a oralidade” (DARNTON, 2014, p.8). Trata-se, portanto, de uma tentativa de preencher parte desta lacuna, de modo que a divisão de capítulos, dedicados aos inquéritos promovidos pela polícia parisiense durante o Caso dos Catorze, referencia constantemente as trocas orais, as dimensões políticas da maledicência, as consequências desastrosas para os acusados, a circulação de *chansonniers* na Paris setecentista, a musicalidade e a recepção dos poemas. Quanto à dimensão referente às reações dos contemporâneos ao *affaire*, Darnton a cerca por vias indiretas no décimo-terceiro capítulo, com atenção aos diários e às memórias escritas na época.

Dos arquivos pesquisados por Darnton surgem pistas sobre recitais clandestinos de poesia e as investigações conduzidas pelas forças policiais parisienses em seus esforços de perseguir os responsáveis pela difusão de tais textos. Cada prisão empreendida no fatídico caso gerava seu próprio dossiê sobre os comentários políticos que circundavam os poemas satíricos, transmitidos de mão em mão, entre abades e estudantes, em tiras de papel manuscritas, copiados e memorizados, declamados e impressos. Em nível metodológico, o escrutínio intensivo das fontes policiais produzidas no *affaire* requer cuidados, explicitados pelo autor no oitavo capítulo: “eles fornecem um registro dos crimes comunicados, não da criminalidade real, e não raro revelam mais sobre as opiniões da polícia que as do público” (DARNTON, 2014, p.59). Esta cautela está atenta às condições de acesso à produção das fontes e à natureza da documentação, sempre “ligada a uma situação de poder e, portanto, de desequilíbrio”, como bem afirma o historiador italiano Carlo Ginzburg (GUINZBURG, 2007, p 262).

Por extensão, a investigação de Darnton delinea as relevâncias da pesquisa histórica com fontes derivadas de inquéritos policiais. Trata-se de uma opção metodológica que se aproxima de trabalhos como o de Natalie Zemon Davis, a qual, de modos distintos, depara-se com as estratégias ficcionais mobilizadas nas cartas de remissão em *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI* (Companhia das Letras, 2001). As cartas de perdão, compostas em um esforço coletivo, fornecem-lhe pistas importantes sobre “as habilidades narrativas” que atuam “com persuasão realista e a favor de interesses próprios” (DAVIS, 2001, p.161). Darnton localiza um fenômeno histórico semelhante nas canções e nos poemas parisienses da

metade do século XVIII, pois eram comumente reelaborados, reescritos ou improvisados na baila de sua circulação, e assim capazes de suscitar um espectro amplo de reações entre ouvintes e leitores: “tudo, desde a indignação moral até o riso e o escárnio” (DARNTON, 2014, p.80).

A tonalidade destes exemplares da sedição apreendidos em no Caso dos Catorze (e inclusos nos generosos apêndices do livro de Darnton) varia, mas, em linhas gerais, repudiam o suposto comportamento covarde do soberano, ridicularizam as doenças venéreas, as origens plebéias e a aparência de Mme. de Pompadour, as excessivas farras da corte e acusam a falta de virilidade do monarca francês. Em geral, os poemas eram adaptados à melodia e à rima métrica de populares canções de amor, as quais eram convertidas em sátiras políticas, afinal, como afirma Darnton ao analisar a boêmia literária no Antigo Regime, “a crônica de adultério, sodomia, incesto e impotência nas classes altas pode ser lida como indiciamento da ordem social” (DARNTON, 1987, p.41). Não se tratam, todavia, de fagulhas que condicionam a revolução de 1789, portanto não há a intenção de apresentar conexões diretas entre o *affaire* e a queda da Bastilha. Isto porque o caso dos Catorze consiste em um incidente raro, mas profundamente revelador de determinantes subjacentes aos fatos, já que, “em sua forma mais radical, o apelo à opinião pública podia converter-se numa afirmação da soberania popular” (DARNTON, 2014, p.135).

Quanto aos catorze homens interrogados e apreendidos entre as celas da Bastilha, estes pertenciam à base das camadas médias da sociedade parisiense e, ao transmitirem e declamarem os poemas difamatórios inserem-se em circuitos de comunicação que passam a atordoar as autoridades policiais. Entretanto, se por um lado, as travessuras poéticas difundiam-se entre jovens intelectuais no clero e em meio às universidades parisienses, por outro, estavam longe de constituir reais ameaças ideológicas ao Estado francês. Os cortesãos já promoviam galhofas com poemas repletos de comentários maliciosos. Não havia nenhum ineditismo. Por isso, o problema emblemático com o qual o autor se depara está relacionado à importância atribuída pela polícia parisiense, sob a liderança do conde D’Argenson, em perseguir energeticamente os responsáveis pela produção e pela difusão dos poemas, por meio de uma investigação que ultrapassa as ruas da capital francesa e ruma para o cerne da corte parisiense.

Ao seguir os rastros da poesia difamatória, Darnton conclui que parte dos poemas que circulavam em Paris tinha origens em Versailles. Faziam parte dos estratégias políticos que permeavam a corte francesa, na medida em que a insatisfeita

aristocracia faz uso das ácidas críticas partilhadas por outros setores da população, o que envolve a poesia de maledicência nas tramas do poder político, em redes de comunicação e de circulação cultural. Assim, “o caso dos Catorze foi mais do que uma operação policial; foi parte de uma luta pelo poder situada no coração de um sistema político” (DARNTON, 2014, p.41). Estes poemas difundiam-se e vigoravam em outras camadas sociais, eram adaptados e remodelados, evocavam o teor escabroso da vida na corte a partir de boatos, trocadilhos ou versos de escárnio, que comumente atacavam a amante real, Pompadour, e seus aliados políticos.

Darnton conclui que a paixão propulsora destas poesias de sedição é a indignação, sobretudo em decorrência de tensões sociais e desavenças parlamentares, acaloradas após a demissão do supramencionado Jean-Frédéric Phélypeaux, o conde de Maurepas, acusado de fazer uso de poesias e canções difamatórias para enfraquecer politicamente a influente Pompadour. O escárnio e a sátira manifesta nestes poemas evidenciam a força da cultura escrita, impressa ou livresca, bem como da oralidade, nas tramas do poder, sempre imersas em campos de força e em constante reclassificação. Isto decorre porque estes poemas difamatórios e *chansonniers* eram improvisados e adaptados em cafés, tavernas e bulevares, ou declamados por trovadores em meio a multidões, pois “a canção de circunstância era um veículo maleável, que podia assimilar as preferências de grupos variados e expandir-se a fim de incluir tudo o que interessava ao público como um todo” (DARNTON, 2014, p.83). Além disso, atuam como recurso mnemônico e fornecem, à inquirição histórica, substratos acerca dos fatos e circunstâncias em fins do Antigo Regime francês.

Da escrita à oralidade, um dos fios condutores da investigação de Darnton, segue os traços da noção polissêmica de *opinião pública*, repleta de implicações discursivas, epistemológicas e/ou sociológicas, mas, sem se curvar a modelos teóricos pré-estabelecidos, prefere formular sua própria operacionalização em âmbito empírico, por intermédio de estratégias, no mínimo, detetivescas. Embora não referencie Carlo Ginzburg, arrisco-me em cotejar esta opção com o seu “paradigma indiciário”, pois, ao estabelecer vínculos diretos e indiretos entre os múltiplos significados da poesia e da opinião pública, Darnton demonstra a capacidade do historiador em estabelecer “conexões, relações, paralelismos que nem sempre são diretamente documentados” (GINZBURG, 2011, p.73). Assim, o norte-americano afirma que gostaria de seguir a opinião pública “pelas ruas de Paris – ou, antes, uma vez que ela mesma ilude nossa compreensão, gostaria de rastrear uma mensagem pelos meios de comunicação da

época” (DARNTON, 2014, p.19), indicativo de uma escolha metodológica sugestiva de um olhar etnográfico ao escárnio setecentista. E o faz por meio de uma atenção a indivíduos até então anônimos que, infiltrados nas ruas da Paris setecentista, confraternizam em tavernas, aos cantos e algazarras, e compartilham, de modo sorrateiro, rascunhos de poemas repletos de maliciosos comentários, altamente indicativos das tensões sociais. Não obstante, não deixa de reinseri-los em dimensões culturais e sociais amplas, que envolvem as peripécias das autoridades parisienses em apreender os responsáveis pela circulação dos poemas e parte dos setores nobiliárquicos, que canalizam suas desavenças em versos e rimas.

A opinião pública permeia-se de paixões e contradições em torno dos fatos que transcorrem na esfera pública. Ao voltar seu olhar para as instâncias do poder político na França pré-revolucionária, Darnton afirma que na medida em que muitos filósofos e ministros deixam de compreender a opinião pública como um estado volúvel e de animosidade nas multidões, passam a entendê-la “como um tribunal dotado de autoridade para julgar e dar sentenças em questões públicas” (DARNTON, 2014, p.135). Entretanto, tal público não era mera abstração imaginativa de filósofos como André Morellet e Nicolas de Condorcet, mas sim “uma força que jorrava das ruas, algo já evidente na época dos Catorze e irreprimível quarenta anos depois” (DARNTON, 2014, p.143), em referência aos processos revolucionários ao final da década de 1780.

Trata-se, inegavelmente, de um mundo distinto de nosso século XXI, mas é justamente a proximidade entre o escrito e o digital, por intermédio das tecnologias de informação na contemporaneidade, bem como a centralidade da comunicação na experiência cotidiana da vida contemporânea, que provocam Darnton a pensar as redes de informação na Paris pré-revolucionária. Destarte, para leitores interessados na cultura escrita e livresca, entre a sátira e o escárnio, seus laços com a oralidade e sua inserção nas tramas de poder na França setecentista, *Poesia e Polícia* esclarece inúmeras questões sobre um período de particular instabilidade política. A opção metodológica e a escrita fluente de Darnton igualmente agradam aos leitores interessados em uma trama detetivesca, capaz de mobilizar, com certa dose de imaginação histórica, uma notável apreciação empírica e uma multiplicidade de lugares e figuras sociais. Se, por um lado, há uma ênfase limitada na recepção dos poemas, devido à condição dos documentos e à própria efemeridade das práticas de leitura, por outro, Darnton sucede em reconstituir parte do contexto setecentista a partir de um jogo de vai-e-vem entre os anônimos nas ruas, as ações das autoridades em apreender os poemas difamadores, os filósofos

preocupados com a opinião pública, as intrigas palacianas e os jogos da política no Antigo Regime. No caso dos Catorze, a rede de comunicação formada pelos envolvidos, entre poemas e canções, panfletos e mexericos, constitui apenas um pequeno segmento de um enorme sistema de comunicação que informava *Monsieur Le Public*, mas permite ao historiador, enfim, aproximar-se do cerne de sua investigação, qual seja: o peso político da difamação.

Referências

- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução Luis Carlos Borges. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *O diabo na água benta, ou a arte da calúnia e da difamação de Luis XV a Napoleão*. Tradução Carlos Alfonso Malferarri. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *O iluminismo como negócio*. Tradução Laura Teixeira Motta e Maria Lucia Machado. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Tradução Hildegard Feist. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Tradução Rubens Figueiredo. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. Tradução José Rubens Siqueira. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Resenha recebida em: 04/02/2015. Aprovada em: 24/01/2016.